









SciELO

# ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAN OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



A ECONOMIA NACIONAL E O PLANO SALTE. — Na tribuna o engenheiro agrônomo Júlio Cesar Cavalo, quando da sessão especial da Sociedade Nacional de Agricultura, se fez ouvir a respeito do momentoso tema. A íntegra da sua conferência vem publicada neste número.

ANO LIV

RIO DE JANEIRO — BRASIL  
JANEIRO - FEVEREIRO, 1950

*novas*  
**EMBALAGENS**

estão sendo utilizadas no  
acôndicionamento dos Pro-  
dutos Nestlé oferecendo  
aos milhões de consumidores

*novas*  
**VANTAGENS**

A nova lata - mais larga e  
mais baixa do que a anterior -  
tem uma abertura bem moiar,  
permitindo a retirada do pó  
com a maior facilidade

A membrana protetora - ante-  
riormente de lãlha de flandras  
espessa - é agora de alumínio,  
podendo ser rompida sem difi-  
culdade alguma.



Este pingo de solda, no fundo da lata,  
serve apenas para cobrir um pequena  
orificio pelo qual foi retirado o ar que  
se achava no interior da lata - depois  
de cheia - a fim de garantir melhor  
conservação da produto.

**COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL  
BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES**

CONCESSIONÁRIA EXCLUSIVA PARA O BRASIL DOS

*Produtos Nestlé*



Visita da "Colmeia dos Pintores" à Escola de Horticultura Wenceslão Bello. O Prof. Levino Fanzeres e seus alunos fixaram aspectos aprazíveis da vida rural, em plena metrópole, naquele antigo estabelecimento mantido pela Sociedade Nacional de Agricultura.

## S U M Á R I O :

Triga, problema nacional — Arthur Torres Filho . . . . .	3
Restauração da lavoura cafeeira . . . . .	6
Economia nacional e a Plano Salte — Eng. Agr. Julio Cesar Cavalo . . . . .	16
Visão sumária e incompleta dum agrônomo português acerca da Agronomia Brasileira — Prof. Henrique de Barros . . . . .	31
Moeda e crédito — Arthur Torres Filho . . . . .	42
Casa da Agricultura . . . . .	45
Os clubes 4-Hs., sua organização e influência no meio rural — Arthur Oberlander Tibro . . . . .	47
Novos profissionais para o Brasil — Eng. Agr. Geroldo Goulart do Silveiro . . . . .	53
Relatório final da 2. <sup>a</sup> Semana da Hartelaa — Eng. Agr. Geroldo Goulart do Silveiro . . . . .	60

# SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897  
RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA  
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benomérito	—	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honro	—	DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS
Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGARD TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINEAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

## DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE  
ALTINO DE AZEVEDO SODRE'  
ANTÔNIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES  
ENIO LUIZ LEITÃO  
FRANKLIN DE ALMEIDA  
GERALDO GOULART DA SILVEIRA  
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO  
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS  
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO  
MARIO DE OLIVEIRA

## CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	—	JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	—	JOÃO TAJDER
ANTONIO BARRETO	—	JOSE' SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	—	JOSE' SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	—	JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	—	LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	—	MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	—	MANOEL NETTO CAMPELO JUNIOR
DIÓGENES CALDAS	—	MARIO VILHENA
EUVALDOD LODI	—	ORMEJ JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	—	OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	—	PAULO PARREIKAS HORTA
GUILHERMÉ EGBERT HIERMSDORFF	—	PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	—	PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	—	ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	—	RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	—	SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÔA	—	SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	—	WALDICK MOURA

## A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

**Conselho Federal da Comércio Exterior** (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiros** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Control de Preços** (Presidência da República) (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estudos da Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério do Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro da Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselha Permanente de Associações Americanas do Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite.

# A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV

JANEIRO - FEVEREIRO DE 1950

## TRIGO, PROBLEMA NACIONAL

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Como matéria de maior relevância para economia nacional, o Conselho Federal de Comércio Exterior, de longa data, pode-se mesmo dizer desde sua criação em 1934, cogitou de medidas que viessem impedir as nossas importações sempre crescentes e por preços cada vez mais elevados do "cereal de outro". Coube-me e a outros Conselheiros, em mais de uma oportunidade agitar essa questão no meio do Conselho, (o meu primeiro trabalho está datado de 22/9/1934) fazendo sentir que o Brasil, país exportador de trigo século XIX e sobretudo no século XX, tornou-se cada vez mais dependente do produto exótico. Essa dependência se foi tornando asfiziante e, não raro dolorosa, porquanto a tendência era de se avolumarem, mais dia a dia, as importações diante do aumento crescente da população.

No quadro das importações brasileiras o trigo sempre exerceu o papel de verdadeiro despota econômico, tal o destaque e a hegemonia por êle exercidos.

Numa época como a que atravessamos, em que todas as nações envidam esforços para sua autonomia, não trepidando em lançar mãos de medidas extremas de proteccionismo, nada justificativa a atitude observada pelo Brasil, mantendo-se impassível até 1939, diante da drenagem do ouro sofrida na aquisição do pão de que se nutre.

Havia necessidade que inaugurássemos uma política trigueira resoluta, capaz de nos tirar da subalternidade perigosa em que nos encontramos, há muitos anos sem uma reação enérgica e bem coordenada.

Forçoso seria fortificarmos cada vez mais a estrutura agrária brasileira dispondo de um grande mercado interno para um produto da terra como o trigo.

No Rio Grande do Sul onde em 1790 se registraram as primeiras exportações

do trigo, atribue-se, dentre outras, a três causas principais a decadência da cultura.

- a) Advento da indústria saladeril;
- b) Fenômenos político-sociais;
- c) "pestes" dos trigueiros.

Na opinião dos técnicos porém um fator se tornou preponderante, a degenerescência das sementes. Esse fato ocasionou o aparecimento de pragas e doenças com a pequena adaptação das variedades então cultivadas, às zonas ecológicas.

Houve falta de um plano metódico de pesquisa agrônoma. Entretanto não faltou a alguns dos nossos ilustres Ministros da Agricultura, a compreensão dessa necessidade. E' de justiça destacarmos os nomes de Pedro de Toledo, Mincl Calmon, (Miguel Calmon contratou na Suécia Icor Bekman que até hoje trabalha com alta eficiência em favor do trigo brasileiro), Lira Castro e a clorada visão do problema revelada pelo Ministro Simões Lopes, a quem coube a fundação das primeiras estações experimentais de trigo no Rio Grande do Sul e outros Estados. Essa mesma diretriz foi seguida e completada pelo inesquecível agrônomo Fernando Costa.

O combate às doenças do trigo só se pode realizar por meio de variedades resistentes e é o que, felizmente já vão conseguindo nossas estações experimentais.

A par das medidas de ordem técnica sempre julgou necessário, por revestir-se de muita complexidade o problema do trigo, coordenar a ação do Estado no terreno das atividades comerciais e industriais. Por isso mesmo, sempre premiei a criação de uma entidade dotada de autonomia administrativa e financeira que assumisse a suprema direção da campanha do trigo, enfeixando e orientando todos os interesses em jogo que, na verdade são os da nossa própria soberania. Exemplos como os da Argentina (com a junta de grãos) na França, Itália e Portugal o que demonstra

a necessidade de uma legislação especial compreendendo, desde a defesa da produção, por seu aspecto técnico até o estabelecimento do preço mínimo, quotas de consumo do trigo exótico e nacional, tarifas mórteis, fiscalização dos moinhos estabelecimentos produtores, enfim a adoção de uma cimento de misturas, fabrico e venda do série de providências a serem tomadas em pto, construção de silos e elevadores nas obediência a um plano seguro que estabeleça verdadeira política econômica de defesa nacional.

Assim pensando como membro e presidente da comissão instituída pelo decreto n.º 805 de 8 de maio de 1936, que financiou sob a direção do então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, o ilustre Dr. Agamenon Magalhães, apresentei um projeto que foi aprovado e remetido ao Congresso Nacional daquela época no qual se criava o Instituto Federal do Trigo.

Em mensagem êsse projeto foi enviado ao Congresso e o Ministro do Trabalho assim se expressou: inclino-me pela aceitação dêsse ante-projeto que, de acôrdo com a legislação adotada por outros países, como Portugal e Itália, consagra o sistema de percentagem do trigo nacional a ser obrigatoriamente aproveitado pelos moinhos, distribuindo-se sob a fórmula de rateio, consoante as zonas de produção.

Com o Instituto teríamos um organismo autônomo entrosado na produção e no Estado, com celeridade de movimentos para a luta contra os valores impoderáveis."

A moagem do trigo, entre nós se acha, em sua maioria, em mãos de importadores estrangeiros, por outro lado o transporte dentro do país, sendo mais caro do que o de via marítima, nem sempre pode haver interêsse na compra do trigo nacional.

Isso prova que o Govêrno para vencer, nessa campanha, tem de estar vigilante." vindicação de liberdade — já li algures. Essa é uma verdade que não deve ser obscurecida.

Ao baixar o decreto n.º 803 de 8 de maio de 1936, reduzindo a tarifa da farinha estrangeira e determinando ser fixada a percentagem de trigo nacional a ser adicionada ao trigo estrangeira, o Govêrno, em uma das consideranda do de-

creto reconhecia "que um "trust" nacional tem procurado exercer ação profunda e perturbadora no consumo de uma mercadoria indispensável à alimentação do povo, qual a farinha de trigo".

Somos adeptos, pelas razões expostas de um plano de conjunto para a defesa da produção do comércio e da industrialização do trigo no país e, para tanto necessitarmos de um organismo como o Instituto proposto com autonomia administrativa, técnica e financeira com jurisdição em todo o território nacional.

Entretanto, se na exposição de motivos que acompanhou a mensagem do Presidente da República, o Ministro Agamenon Magalhães preconizava a criação do Instituto Federal do Trigo, posteriormente o ilustre Ministro Odilon Braga, propunha fosse enviado ao Congresso outra mensagem, com um projeto, que se transformou na lei número 470, de 9 de agosto de 1937, promovendo "o fomento da cultura do trigo, por intermédio do Ministério da Agricultura que tomará as medidas necessárias e organizará estações experimentais, postos de multiplicação de sementes e laboratório central."

Como declarou êsse Ministro na exposição de motivos que acompanhou a mensagem de 18 de setembro de 1936, "os vários aspectos do programa encerrados no plano que ora venho submeter ao exame de V. Ex., no ante-projeto anexo, ficam restritos apenas à ação oficial do fomento da produção, incentivando a cultura sob bases racionais, desde a escolha da semente, ao plantio, à colheita, ao beneficiamento, e estimulando-a diretamente, por meio de prêmios e auxílios outros." Criou-se uma taxa de 60 centavos sobre saco de farinha de trigo beneficiado com matéria prima estrangeira, julgada suficiente para custear as providências propostas.

O problema do trigo nacional agitado no então Congresso Nacional deu lugar a fortes debates com repercussão na opinião pública. Embora muitas sugestões, aparecessem inclusive a da criação do Departamento Nacional do Trigo, foi afinal sancionada a lei n.º 470 de 9 de agosto de 1937, representando o pensamento do Govêrno consubstanciado no ante-projeto elaborado pelo Ministério da Agricultura, ficando à margem o ante-projeto da criação do Instituto Federal do Trigo enviado

em mensagem com exposição de motivos do Ministro Agamnon Magalhães.

Que a boa razão estava com os que pleitearam uma ação mais enérgica do Governo fora das peias administrativas por intermédio de uma entidade única dotada de autonomia tivemos em seguida com o decreto-lei n.º 72 que alterou o de n.º 470, além dos que se lhe seguiram, como os de ns. 26 sobre a panificação de pão com 30% de fécula nacional, decreto n.º 2.307 criando o serviço de fiscalização do comércio de farinhas e decreto n.º 955 tornado obrigatória a aquisição e consumo de trigo em grão de produção nacional pelas empresas moageiras do país. Por esse último decreto ficou, no art. 4, fixado em 600 réis pelo pruzo de de três anos, o preço mínimo de aquisição por quilo de trigo nacional ensarado. Tudo faz crer não se achar completa essa legislação de amparo ao trigo nacional, com a agravante da falta de unidade em sua aplicação. Pelo decreto n.º 1.104, de 9 de fevereiro foi transferido do Ministério do Trabalho para o da Agricultura o Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas criado para dar execução ao decreto n.º 26, de 30 de novembro de 1937.

Tem-se atualmente dois órgãos, dentro do Ministério da Agricultura, para a execução da política do trigo: um, cuidando das medidas necessárias à intensificação da cultura do trigo, (decreto-lei n.º 470) e fixação da quota do consumo do trigo nacional pelas empresas moageiras (decreto n.º 955, de 5 de dezembro de 1938) com o estabelecimento do preço mínimo de 600 réis pelo quilo de trigo nacional, que é o Departamento Nacional de Produção Vegetal; outro, o Serviço de Fiscalização de Comércio de Farinhas, (decreto n.º 2.307, de 3 de fevereiro de 1938), destinado a aplicar o decreto-lei n.º 26 de 30 de novembro de 1937, que tornou obrigatória a mistura, nos trabalhos de panificação, de fécula ou farinha, extraída de produto nacional.

Parcece estar assim patenteada, a duplicidade de ação, dentro da ordem administrativa, para um problema gravíssimo da economia nacional.

A ação governamental só poderá ser bem sucedida se ela se fizer sentir de modo uniforme em todas as fases do complexo econômico e financeiro relacionado

com a produção, comércio e industrialização do trigo.

Estavamos jogando, evidentemente, uma cartada decisiva, sendo para lamentar se não conseguirmos sair vitoriosos.

A própria República Argentina pelo decreto n.º 12.253, de 5 de outubro de 1935 instituiu a "Comissão Nacional de Grãos e Elevadores", dotada de autonomia, afim de "exercer o controle de todas as instituições ou entidades que intertenham direta ou indiretamente no comércio interno ou externo de grãos."

Essa Comissão tem fundos próprios à sua disposição proveniente da contribuição de um centavo por quintal de grão exportado, os quais são depositados em conta especial no Banco da Nação.

Tem também a Comissão poderes para a fixação do preço de venda dos grãos, fixação essa que tem exercido com grande proveito para os produtores e a vida econômico-financeira do país.

Na altura a que chegamos, a situação criada pelo problema nacional do trigo está a exigir, cada vez mais, os melhores cuidados do Brasil afim de garantir para o seu próprio consumo, o pão de que necessita.

## A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO  
Presidente do Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA  
CAMARA  
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD  
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART  
DA SILVEIRA  
Consultor-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO  
Redator-Secretário e Gerente

Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 116-6º

Telefone: 42-2981

Coixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação do Revisto nem o Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

# Restauração da Lavoura Cafeteira pelo sombreamento

A REUNIÃO A 26 DE NOVEMBRO DE 1949, COM A PRESENÇA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Com a presença do Sr. General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, que se fez acompanhar dos seus ajudantes de ordens Capitães Clovis Nova da Costa e Aires Bicudo de Castro, do Sr. Clemente Mariani, Ministro da Educação, do Sr. Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, Governador do Estado do Rio de Janeiro, do Sr. Knut Rieford Thyberg, Ministro da Suécia, de vários parlamentares federais e estaduais e de altas autoridades civis e militares realizou-se no auditório do Ministério da Educação a anunciada conferência sobre a "Restauração da Lavoura Cafeteira pelo Sombreamento", promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura, em colaboração com a Secretaria da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro.

Dando início à solenidade, o Sr. Edgard Teixeira, Secretário de Agricultura do Rio, proferiu as palavras que vão publicadas em outro local deste registro.

Finda a oração do Secretário da Agricultura outros oradores ocuparam a tribuna, entre eles os Srs. Rogerio de Camargo, Prof. Mello Moraes e o Deputado Rubens de Alcântara, todos defendendo o ponto de vista de restauração da lavoura cafeteira pelo sombreamento, tendo o primeiro dos oradores como reforço aos seus pontos de vista, ilustrado sua palestra com projeção de filmes e documentários obtidos por ocasião de sua viagem a diversos países das Américas,

## Palavras do Dr. Edgard Teixeira Leite

Sejam as minhas primeiras palavras, para, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, agradecer a honra da presença pessoal do Sr. Presidente da República a esta Conferência.

Este agradecimento não se reveste apenas da

onde a cultura do café vem, dia a dia, ganhando maior incremento e consolidando sua posição no mercado mundial, em virtude unicamente dos cuidados a ela proporcionados.

Durante as explicações referentes à defesa do solo, vários apertes foram trocados e alguns esclarecimentos solicitados, o que emprestou à sessão uma significação bem expressiva, devendo-se ainda salientar o alto interesse do Sr. Presidente da República com referência ao assunto.

Sobre a questão do sombreamento para a defesa da lavoura cafeteira foi amplamente defendida a utilização do ingazeiro, por ser uma árvore que pode ser cultivada em diversas variedades de clima.

Além das personalidades já citadas, compareceram à solenidade figuras de expressão nos meios sociais entre elas o Sr. Luiz Simões Lopes, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, na ausência, por motivo de moléstia, do Dr. Arthur Torres Filho, Presidente efetivo, e o Sr. Carlos Steel, Presidente da Sociedade Fluminense dos Amigos da Terra, além de numerosos técnicos e interessados na lavoura e no comércio do nosso principal produto — constituindo uma assistência seleta e compacta, a qual tomou literalmente o amplo auditório do Ministério da Educação.

formalidade de protocolo e da homenagem de apelo a que tem direito pelo alto cargo que ocupa.

As suas expressões vão mais além; atingem a envolver no Chefe da Nação, que depois de haver lançado, no memorável discurso de Itaperuna, em plena evidência, o problema, da restauração do solo, corroido e exgotado, pela erosão, veio prestigiar esta reunião onde val ser estudada, uma das consequências da erosão o que é de maior importância, para a economia brasileira que é de tornar

possível a sobrevivência da cultura do café no Brasil.

Esta sobrevivência, meus patrícios, está diretamente condicionada e estritamente subordinada à aplicação de novos métodos de cultivo da preciosa rubiácea, dentre os quais se destaca o do sombreamento.

O plantio do café, em pleno sol, como foi realizado e continua ser adotado, em quase todo o país, exigiu a destruição, quase sistemática e completa de milhares de quilômetros de florestas milenárias, que foram substituídas por lavouras de limitadíssima duração, que com trinta anos e às vezes, até menos do que isso, estão improdutivas ou desapareceram inteiramente.

Enormes áreas, toda a bacia do Rio Paranaíba, propriamente dito, na antiga zona cafeeira fluminense — Vassouras, Rezende, Valença, Paranaíba do Sul, Barra Mansa, Cantagalo e Itaperuna, apenas para citar alguns dos municípios desta famosa e histórica região, que há cerca de oitenta anos e em alguns casos, como em Itaperuna e seus municípios satélites, há muito menos tempo eram grandes e ricos centros exportadores de café estão já transformados na vão sendo rapidamente transformados em pastagens fracas, de reduzido valor econômico.

O drama do café, ou melhor, o drama da destruição da riqueza natural do solo pelo plantio do café em pleno sol, não se limita porém, as terras fluminenses. Ele atinge, de cheio, e em espetacular

evidência que não pode ser mais escondida, a quase toda região cafeeira de S. Paulo, de Minas, do Espírito Santo e também do Paraná.

Não tenhamos ilusões a respeito do destino do Brasil como país cafeeiro, se outros diretrizes não foram adotadas. Não pensemos que ele terá grandes reservas de regiões florestais, inexgotáveis, para serem transformados em novos cafezais.

Oportunamente lembrado pelo Governador Macedo Soares, ao saudar em Itaperuna o sr. Presidente da República, de modo incisivo a situação do Paraná, a este respeito exposta na Mensagem de 1948, do Governador Lupion, de modo frisante e alarmante.

A produção cafeeira do Brasil, decaí vertiginosamente. De 24.000.000 estamos indo rapidamente para 14.000.000 e esta redução virá reacentado, com o desaparecimento de milhões de cafeeiros todos os anos, por terem atingido o limite da sobrevivência que têm lavouras em pleno sol.

Esta situação é de mais extrema gravidade, pois o café é a nossa principal máquina de fazer dólares. E' principalmente da produção cafeeira que depende o Brasil para ter dólares para comprar automóveis, caminhões, combustíveis líquidos e sólidos, rádios e geladeiras, para importação de uma infinidade de coisas, para a alimentação do nosso povo, para o aperfeiçoamento de nossa indústria.

Se não encontramos uma solução para manter a produção de café, em breve se dará com este pro-



Aspecto da mesa, vendo-se, da direita para a esquerda: Dr. Luiz Simões Lopes, 1.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; Sebastião Santana, chefe do Gabinete e representante do Sr. Ministro da Agricultura; Sr. Embaixador da Suécia, Presidente da Sociedade Fluminense dos Amigos da Terra; Dr. Clemente Mariani, Ministro da Educação; General Enrico Gaspar Dutra, Presidente da República; Cel. Macedo Soares e Silva, Governador do E. do Rio; de pé, pronunciando o seu discurso, o Sr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura do E. do Rio e 2.º Vice-Pres. da Sociedade Nacional de Agricultura.

iluto, o que ocorreu com o açúcar, com o algodão, com a borracha e iremos ocupar nos mercados internacionais, uma situação inexpressiva e secundária.

Mas tal não ocorrerá, meus patriotas, temos que remediar a esta situação com métodos capazes de restaurar os males de cultura incessantemente praticados.

É para isso, que aqui estamos, num esforço cuja decisão está perfeitamente caracterizada pela presença prestigiosa do supremo chefe da nação e para ajudá-lo em sua tarefa, possuímos a energia de um povo que sabe como pode reagir e é capaz de reagir, e já conhece o caminho a ser seguido.

Vamos ouvir as palavras de homens experimentados e conscientes de suas responsabilidades, fomos buscá-los, todos eles em São Paulo, o grande laboratório e o grande livro de ensinamentos que é para todo o Brasil, onde ocupam altas posições.

Vamos ouvir as palavras de sua experiência e de sua proficiência e os conselhos de seu patriotismo e de seu elevado espírito jovem.

O remédio para a restauração da lavoura cafeeira foi encontrada. O sombreamento do café.

A proteção do cafeeiro pelo sombreamento é o caminho da salvação.

Foi por isso, que o Governador Macedo Soares, depois do exame detalhado e aprofundado da matéria, adotou oficialmente, como método de recuperação desta lavoura, o processo do sombreamento, que nos foi indicado pelo Dr. William Cuelho de Souza, que é o orientador deste movimento, no Estado do Rio de Janeiro e que no-lo aconselhou e o está dirigindo.

Pela que está apurado, não temos dúvidas em dizer que em o Brasil, em matéria de lavoura cafeeira adotou o sombreamento ou sossobra, como país produtor de café. Não há dois caminhos a seguir: sombrear ou sossobrar.

## Palavras do Dr. Rogerio de Camargo

Começou a orador por agradecer a presença no auditório das mais expressivas autoridades do País, e que ali iam emprestar o corinho de suas simpatias ao movimento renovador iniciado pela Secretaria da Agricultura do Estado do Rio em colaboração com a Sociedade Nacional de Agricultura, para o reerguimento da lavoura cafeeira de há muito combalido. "Falar da reerguimento da lavoura fulcro, disse o orador, é falar também do recuperação do solo. E trator do solo, em qualquer circunstância, é defender a Pátria, porque o solo é o mais expressivo patrimônio de uma Nação. Não é com outro objetivo que aqui aos reunimos, com a presença do raais alto Magistrado da Nação, cujo acaadrado amor à defesa da Pátria ninguém pode duvidar. Estamos, pois, orgulhosos de fazer parte deste certame eminentemente patriótico."

A tese do sombreamento das cafesais é a que o orador se propuaha a defender perante a auditório, por isso que de antemão fez distribuir folhetos e apostilos em que se enumeravam mais de cinquenta vantagens do processo em relação à cultura a pleno sol. Disse mais que cada interessado poderia, no decurso da palestra, solicitar melhores esclarecimentos sobre este ou aquele dos problemas que envolviam a tema em desenvolvimento.

Disse que ao se despir de qualquer devoação literária para entrar decisivamente no mérito dos problemas, como se conversasse em família, numo boa prosa cordial e amiga.

Referiu-se então aos dois processos de cultura mundialmente cahecidos, o do sombreamento, usado pela maioria dos nussos coacorrentes, e o do ensolarado adotado quase que exclusivamente pelo Brasil. Analisou detalhadamente as diferenças entre os dois processos, e as consequências advindas do método ensolarado para o economia brasileira.

Disse que o método do sombreamento era de caráter universal e na expressava senão uma cópia da região edênica do coffee arábica ao seu país de origem — a Abissínia, onde ainda vive em estado nativo. É uma planta de subsaquo e que seguedo a quadro ecológica de Lundegardh pertence ao grupo das hemiscaphilas ou plantas humidófilas das galeria florestais. O cafeeiro nunca foi uma planta de sal ou das países tropicais. A região de seu nativismo é a abraagida pelas montanhas frescas e vaporosas de umidade da cadeia de Gessima onde sempre viveu abrigada, sob as frondes das grandes arvores. Ai, a elasticidade termométrica nunca foi maior que 25°C, cujo máximo é de 30°C e o mínimo 5°C, enquanto que nos lavouras ensolaradas, além de outras desvantagens, obriga o arbusto de subsaquo a suportar até mais de 55°C, isto é, desde os máximos absolutos da pauliplaalto que éle não mais resiste por falta de umidade do ar, até 0°C por acasão das geodas.

Disse mais que no regime ensolarado, a cafeeiro está sempre sofrendo de qualquer mal, de qualquer adversidade a contrariar a seu metabolismo. Assim, no Norte do País, éle é assalada pelas secas e pela insolação demasiadas, equanto que no Sul, mórmente, em Santa Catarina e no Paraná, as ocorrências de geodas e ventos frios quemam-lhe a vegetação arbustiva. Em São Paulo, não há aao que uma dessas adversidades não venha a doaficar a lavoura. Se aao saa as secas periódicas, como ocorre atualmente, saa as geodas, os ventos frios e a insolação causticante.

Em consequência disso, o cafeeiro é um mal ambientado no meio xerófilo, muito embora o sertão dos primeiros tempos lhe possa propiciar uma terra rica em humus e uma abuadância de chuvas. Mas, os tempos vão mudando, sendo já certa e constatada a mudança climática de São Paulo, cuja plaaalto viu aumentada de mais um gráu, em certas zonas, a média termométrica aual.

As condições atuais edáticas e climáticas, caa-substaaciada a meia ecológica, disse a orador, fez com que a cafeeiro se tornasse nômade, cada vez mais em busca da sertão. Desvirginou-se um sertão opulenta para a plantação da rubiáceo e esse sertão já acabou, porque a regime não era apenas predatória por uma fuacção de clima, mas pelos maus iratos dispeasados ao própria solo que se deteriorava em duas dezenas de anos apeas para se tornar inóspita à vida da planta.

O orador fez comparações interessantes sobre o produção de café de São Paulo, de há 30 aaos passados, com a produção atual, citando, por exemplo, a média de 1910 a 1914, cujo quinquênio produziu 59 arrobas com a expressiva decodência atual cuja média de 1941 a 1944 aao logrou mais que 25 arrobas por mil pés. O numero de cafeeiros também expressa a decodência da lavoura, pois São Paulo possuía, em 1937, aada meaos de 1.524.012.321 cafeeiras, quando já em 1948, as estimativas aao

acusaram mais que 993 milhões de pés, dos quais grande parte em regime deficitário.

Como consequência dessas mesmas adversidades climáticas, a lavoura cafeeira não conseguiu desbancar os seus concorrentes nos mercados de cafés finos, cuja procura é sempre maior e cuja cotação apresenta sempre ágios extraordinários. Se tomarmos em consideração a produção do Brasil, devemos convir que o tipo sete constitui a massa de sua exportação. Nas últimas cotações dos mercados americanos, o tipo sete não alcançou mais que 21,50 centavos por libra-pêso, ou seja que a média dos cafés colombianos atingiu a 36 centavos. Consequentemente, quase o dobro da cotação brasileira. É bem verdade que certos zonas de São Paulo e Minas produzem um estritamente mole, que não pode ser comparada, entretanto, com um *mild* das lavouras sambreadas dos países que nos fazem concorrência. Um estritamente mole alcançou, no mesmo dia em que tinhamos aquelas cotações, 32 centavos, em Nova York.

Se o Brasil pudesse produzir cafés finos com a processo a plena sol não teriamos arado com as graves consequências de segurar a cobra para os outros mamarem, segundo o refrão popular. Pois, teriamos feito um *dumping* com a nossa superprodução e teriamos aniquilado os nossos concorrentes. O fato, porém, é que na auge da crise brasileira do queima de seu produto que não encontrava mercados, foi quando a Colômbia aumentou consideravelmente as suas áreas de cultura e bem assim a sua produção. Isto quer dizer que não há mercado para cafés baixos e não para cafés finos. Nunca se ouviu falar de queima de uma saca de café *mild*, enquanto, entre nós, as fogueiras catastróficas do incineração devoraram estatisticamente nada menos que athena milhões de sacas.

O café hoje alcançou para nós a preço de mil cruzeiros a saca. Se considerossemos o volume do queima, teriamos nada menos que 80 bilhões de cruzeiros encinerados, representando a esforço tremendo de uma produção disciplinada em moídos completamente errados.

Passou depois o orador a tratar substancialmente do solo, citando várias exemplos de deterioração em São Paulo, notadamente da terra roxa legítima, das terras saimourão e as do Baurú superior e inferior, todas elas aproveitadas para a lavoura do café.

Disse o orador que da mesma maneira que o cafeeiro emigrou, com armas e bagagens, da zona fluminense da Vaie da Paraíba para o mesmo vale de São Paulo, aí consubstanciando um verdadeiro mar de calesas, da mesma sorte éie está sendo emigrado para o Norte do Paraná, cujo sertão está seduzindo os alhos avidos dos cafeeiros. Em 1906, eram meninos muitos dos que ali se reuniam, pois estava na lembrança da menirce dos que abeiraram agora a casa dos emquanto, o célebre convenio de Taubaté, convocado por Rodrigues Alves para a solução do problema do primeira superprodução de cafés também baixos, isto é, cafés que não encontram mercados. A zona da Central do Brasil que abrange a decontado vale era, sem nenhum exagero, um mar de café. Hoje, as ruínas das antigas fazendas expressam o entorpecimento deficitário econômica da gente rural e seu reflexo atingiu as cidades na expressiva cognominação de Monteir Labata, um dos filhos da zona, como a das antigas "cidades mortas".

Ribeirão Preto não deteve o título de capital do

café sendo por pouco mais de um decênio. Em 1920, aqueles famosas manchas de terra roxa, tão reputadas como uma das melhores do mundo, foram cobertos por uma anda vastíssima de calesas, das mais robustas e das mais produtivas que já se presenciou. As suas estatísticas chegaram a marcar nas colunas de seu índice econômico nada menos que 36 milhões de calesas. Por isso ocasião, acompanhado uma das maiores autoridades em ciências agrônômicas mundiais, o prof. Alberto Boerger, hoje diretor da estação fitotécnica de La Estanzuelo, disse o orador, "tive a oportunidade de ouvir desse cientista uma frase que muito me impressionou: "tenho a impressão de estar no paraiso do cafeeiro"

Mas, esse paraiso foi talvez tão efêmero como o cafeeiro, como a paraiso terrestre o foi para com o Pai da humanidade. Em apenas vinte anos éie se desvaneceu para se transloimar num solo ingrato para a planta de subsosque. De fato, De seus antigos mores restam hoje pouco mais de 13 milhões na sua mar parte lutando com as adversidades climáticas, e, com produções escassíssimas, deixando às portas do fecitorismo.

Se fôrmos analisar, um pouca mais detidamente, os circunstâncias ecológicas para semelhante malogro, ficaríamos abismados de saber que ao tempo de Pereira Barreto e do velho Schmitz, a nebuliosidade que cobria as céus do então sertão da Magiana emprestava à cultura cafeeira o teto de sombra que a cafeeira sempre exigiu. Vejamos, pois. Computada dados meteorológicos aliciais, de 1901 a 1921, deparamos com 114 dias, de média, de chuvas, além de 63 dias encobertos, somando-se nada menos que 179 dias nebulosas, onde eram distribuídos nada menos que 1.365 mm de chuvas, em média.

Mas, isso não acontecia apenas em Ribeirão Preto. Campinas, de 1889 a 1921, acusava nada

USINA BARCELOS  
Barcelos — E. do Rio

## Companhia Agricola e Industrial Magalhães

Açúcar Cristal Barcelos  
Alcool Anilino e Potável

Rua 1.<sup>o</sup> de Março 51 - 3.<sup>o</sup>  
Telefone: 43-3415  
RIO DE JANEIRO

menas que 116 dias de chuva por ano, como médio, além de mais 94 dias encobertos, ensombrando-se assim os seus cafezais, e dando-lhes a umidade requerida, em nada menos que 210 dias por ano, em média.

Hoje, a situação é por demais adversa. Os céus límpidos e sem nuvens do Noroeste presagiam o meio ecológico no seu caminhar para uma ajustação cada vez moior, beirando já as raio de um xerofilismo prejudicial. E isto por que? Porque desapareceram também os motas que jogavam para a atmosfera a amenidade solicitada pelas culturas e que se poderia calcular numa base de dois litros de água transpirada pelo macisso vegetal em cada metro quadrado de solo coberto.

Esse xerofilismo acentuado que vem num crescendo assustador dizimando as lavouras cafeeiras de São Paulo e dos demais estados vizinhos constitui um marcante antagonismo com o **habitat** do cafeeiro assim descrito por A. Chevalier, uma das maiores autoridades no assunto: "Tôdas as espécies (cafeeiros) sem exceção encontram-se sôbre os solos florestais dos trópicos. Estes solos são de terras pardas, permeáveis, recobertas de uma camada de humus na qual existe uma importante trama de pequenas raízes e de **micarrizas**. A vida bacteriana aí é muito ativa. Todos os detritos orgânicos que coem da cobertura do floresto sôbre o solo são rapidamente decompostos. Este solo é constantemente fresco. A vida aí jamais está em estado de repouso." A Noroeste de São Paulo, bem como as zonas de Araraquarense e do Alta Paulista, mesmo a zona nova, cortado pelos trilhos da estrada de ferro, já

não se apresentam com a mesma abundância de chuvos como nos tempos antigos. A devastação é qualquer coisa de impressionante. No zona Norte do Paraná já é difícil encontrar-se um pequeno mato entre os limites do Paranapanema e muito além de Londrina, em Aropongas, pois o machado e o fogo exterminaram com tôdas as reservas florestais.

Diante do fato alarmante desso devastação sem freios e desapiedada, como se o brasileiro fôsse o maior inimiga da árvore, não estará longe a dia em que se cumprirá a profecia de Roy Nash, quando depois de percorrer a Paí, durante vários anos, assim afirmavo em seu notável livro — "A Conquista do Brasil": "A continuar na forma em que vai, dentro de mais um quarto de século não existirá mais uma única tora para serrar entre Santos e a Bolívia." E mais disse êle: "Silvicultura é função do coletividade. A desnudoção da terra que deveria estar constantemente à sombra de verdejantes florestas, constitui uma forma de pilhagem pela qual a sociedade terá que pagar preço escorchante."

A geração atual, disse o orador, já está paganda êsse pesado tributo e terá que pagá-lo ainda mais caro, se não olhar para o problema do sombreamento do solo, notadamente do sombreamento de seus cafesais já agora amarelecidos e de folhas coriacias, por efeito da insolação.

"Quando, oa tempo de D. Pedro II, instaláram-se as primeiros culturas de café, disse o conferencista, no Estado do Rio, ao mesmo tempo se instalaram as primeiras culturas no República de Costa Rica, na América Central. Pois bem. As primitivas



Parte da assistencia, aparecendo no primeira plano o Exmo. Sr. Presidente da Republica, o Sr. Ministro da Educação e Saude, os Srs. Governador e Secretário da Agricultura do Estado do Rio.

lavouras brasileiras já de há muito cederam lugar ao **barba do bode**, ao **sopé** e à **sombroia**, enquanto as lavouras sombreadas daquele nosso concorrente ainda subsistem, num solo sempre reumificado e sempre rejuvenescido por efeito dos árvores tutelares que se encarregam da reumificação por meio do folheto que derrubam ao solo, estando longe o dia em que possam denunciar os primeiros vestígios de sua decadência.

De fato, a reumificação do solo é o problema mais sério para a manutenção dos solos brasileiros. Sabe-se que cada metro quadrado de chão cultivado exige nada menos que um quilo de matéria orgânica por ano, para efeito da produção de ácido úmico e carbônico e para a formação coloide-organo-mineral do solo, ou seja o necessário caldo de cultura onde possa se desenvolver a flora microbiana útil à elaboração dos nutrientes.

O intemperismo nas regiões brasileiras é um consumidor tremendo de matéria orgânica, e sem o humus o solo em pouco tempo perde a sua fertilidade.

Se pudéssemos imaginar a quanto de difícil constitui o fornecimento de matéria orgânica a um solo descoberto, deixaríamos de ser lavradores por esse método. A base de um quilo de matéria orgânica por metro quadrado de solo, um alqueire paulista requer nada menos que 24.200 quilos ou sejam cerca de 14-16 quilos por cafeeiro e por ona. Quem, nas condições atuais de deliciarismo produtivo, poderá arcar economicamente com essa exigência do intemperismo? A nosso ver, ninguém poderá solucionar esse problema, a não ser por meio do saneamento com o Ingozeiro.

Esta árvore maravilhosa, cujas melhores espécies para a sombreamento, apresentam uma dispersão geográfica que vai da Rio Grande ao Amazonas, despeja dadiosamente ao solo nada menos que 2 a 4 quilos de folheto por metro quadrado e por ano. Dizemos dadiosamente, porque o trabalho de recuperação dos solos gastos e a conservação dos solos férteis por meio dessa leguminosa independente do vontade do homem, como a trabalho continuo da nosso coração independe de nossa vontade. É trabalho silenciosa que a natureza realiza, dia e noite, sem estardalhoços. Mas, não só de humus necessita o solo gosto. Os nutrientes também são lhe necessários.

"Imaginal, disse o orodor, que dádivo preciosa e que milagres realiza essa árvore bemfazeja: exames procedidos nas folhas do ingozeiro revelaram nada menos de 10,8% de cinzas e nas demais partes do folheto 3,5%, o que deu uma média de 8,3% de elementos minerais constituintes dos tecidos vegetais. Essa cinza está constituída de potássio, cálcio, fósforo, etc. consubstanciando uma riqueza em nutrientes extraordinário. Se soubermos que cada cafeeiro possa receber vinte e quatro quilos de folheto anualmente, lógico é que receberá ao lado da matéria orgânica cerca de dois quilos de sais minerais indispensáveis à fertilidade. Quem — perguntamos — seria capaz de nutrir o seu cafeeiro à base de dois quilos de odubas minerais todos os anos?

O milagre da recuperação não é apenas de humus, sais minerais, etc. A parte azotada, oriunda da decomposição dos protérios albuminoides, alconço, no mínimo, melo por cento do pêsdo total. Isto representa para cada cafeeiro, nada menos que 120 gramas de ozoto orgânico, o qual se fosse transfor-

mado em Salitre do Chile daria nada menos que 720 grs. por ono! Sem dúvida, trata-se de uma odubação espetacular.

O humus é, na verdade, o elemento orgânico que algeмо os principais nutrientes à superfície, em forma de humatos. O humato de cálcio, por exemplo, é a mais enérgica mobilizante de bases, como o potássio, o sódio, o magnésio. Sem humus, esses elementos se liberam de seus radicais e são então lixiviados pelas águas de infiltração. É exatamente por efeito da combustão violenta do humus que nossas solos se tornam pobres, visto que o potássio de que tanto necessita o cafeeiro não se mantém à disposição das raízes do cafeeiro, desde o momento que ele perde o seu radical húmico do humato de potássio e fica então à mercê da primeira chuva que o arrasta para as camadas mais profundas. O fenómeno da lixiviação é o mais sério de quantos possam afetar o equilíbrio pedológico.

Análises conhecidas revelaram que em opeos 22 anos, uma terra roxa fertilíssima perdeu 92,6% de seu potássio porque também perdeu a seu humus. A lixiviação do cálcio nesse mesmo período foi da ordem de 80%. Tais elementos são arrastados para fora da âmbito das raízes, de maneira que o cafeeiro à mínguio de nutrientes possa o se sentir num estado de sub-nutrição. Em referência a terra roxa legítima, sabe-se mais que ela é pobre em potássio em relação ao cálcio de que ela é muito rica. Pois bem, como que contrariando a propolada riqueza desses solos alamados, o cafeeiro é um verdadeiro Molock devorador de potássio, pois em cada saca de café ele retira da sala nada menos que um quilo e 120 gramas, ao passo que nessa mesma saca ele apresenta apenas 104 gramas de cálcio.

A lixiviação do terra roxa poderá ser melhor apreciada se saubermos que em 22 anos de cultura de café, uma quantidade extraordinária de cálcio, calculada em 83.400 quilos por hectore, tomada a uma profundidade de 1,20, se reduziu a apenas 17,200 quilos! Deduz-se daí, que o que a planta retira do solo para a sua produtividade não possa de verdadeira insignificância em relação ao fenómeno da infiltração das águas quando se tenha desapparecido o humus vivificardar.

Sem cálcio, os solos também se tornam estéreis, porque é sabido hoje que sem uma substancial flora microbiana, para elaborar os nutrientes das partículas terrosas, a fertilidade não poderá se manter. É que os sais de cálcio, qualquer que ele seja, neutraliza a pseudo-solução dos silicatos de alumínio e dos complexos do ferro, mantendo o solo dentro de um índice pH favorável à vida microbiana útil. Os micróbios nitrificadores do grupo do Azotobacter, bem como as bactérias amonizadoras (que elaboram o azoto orgânico, transformando-a em azoto amoniacal) e as próprias bactérias das raízes dos leguminosos não conseguem viver em melo excessivamente ácido, abaixo de pH ig, a 5,5. Ora, os solos cultivados com café, perdendo o seu cálcio neutralizador, passam de neutros e lavaráveis que eram no tempo do mata virgem a uma acidez intolerável para a vida dos microrganismos. O resultado direto desse fenómeno é a ausência dos organismos que extraem o azoto do ar para fixá-lo ao solo. Ademais, a temperatura excessivo dos solos pobres de humus faz com que o átimo requerida para essas bactérias seja em muito ultrapassado de seu limite que medeia entre 27 a 32 graus. Os solos das terras roxas acumulam colar superior ao que as solos dos pés dos

trabalhadores agrícolas podem suportar, indo não rora acima de 60°C.

Por isso que toda a vez que as condições edáficas deixam de propiciar condições para a flora microbiana útil, os solos são invadidos por uma onda de molheiros microscópicos ou melhor uma fauna de protozoários, notadamente de amebas, que preferem os solos ácidos. Em consequência, como são animais que se alimentam de vegetais, e como os bactérias não são mais que a forma primitiva deste reino, os cientistas que estudam o campo biológico dos solos chegaram a conclusão de que para a vida de cada ameba são necessários à vida de cerca de 400 bactérias nitrificadoras. É possível mesmo que a produção de amônia seja uma defesa da bactéria contra os protozoários. O fato é que onde pulula a ameba as bactérias desaparecem. A falta de cálcio é índice de acidez, e, **acidez** e **desertos** são palavras que em ciências agrônomicas traduzem pedologicamente o mesmo quadro desolador porque são quase sinônimos.

Os cafezais de São Paulo, na sua grande maioria estão à mingua desse elemento indispensável que é o cálcio. Além do mais, a dispersão da argila em forma de pseudo-solução ou gel é outro fator decorrente da falta de cálcio. A terra rixa adquiriu sua fama, como um dos melhores solos do mundo, pelo fato simplesmente de ser **encarrocado**, isto é, de possuir condições físicas de arejamento, porosidade e facilidade com que apresenta a sua argila aglutinada ou floculada. Em tais condições, e devido a sua proverbial riqueza em humus, a relação humo-cálcio emprestou-lhe tais condições físicas excepcionais que dificilmente se poderia desejar uma terra melhor. Entretanto, essa riqueza perdura enquanto ela mantiver seu teor de humus e de cálcio. Queimado o primeiro pelos condições biológicas da combustão natural e lixiviado o segundo pelo óguo de infiltração a argila deixa de ser coagulada ou floculada, entrando em dispersão coloidal. Resultado: formam-se verdadeiras geléias à superfície do solo as quais com o ressecamento transformam-se em verdadeiras crostas envidradas. Estas crostas asfixiam o solo, e impedem a vida da flora microbiana útil. Solos assim envidrados são solos em caminho da senilidade, são solos no seu último estódio de vida.

Pois bem. Cerca de 600 milhões de cafeeiros em São Paulo apresentam os fenômenos aqui expostos neste quadro desolador e por isso se debatem numa agonia tremenda com suas folhas miúdos, encaracoladas, amareladas, tornadas coriáceas por efeito de uma forte cutinização, e seus galhos, muitas vezes em varas secas, se apresentam suberizados, produzindo cartiças estaliáceas, em consequência da insolação.

O sombreamento por meio do ingazeiro, disse o orador, é o remédio para todos os males opantados. Mais de 50 vintagens foram arroladas em benefício da cafeeira. No Brasil ainda não se conseguiu fixar a rubiácea exatamente porque a cultivaram num meio diferente daquele de seu próprio nativismo, e o dia que enveredarmos decididamente para a rumo do sombreamento, todos os males desaparecerão como por encanto, inclusive o da própria broca, cujos estrogos nos cafezais a pleno sol são das mais graves consequências econômicas. De fato, a broca para viver necessita de alimento e seu alimento é o grão do café. Nas lavouras sombreadas, as floradas não se apresentam senão uma nu no máximo duas. A uniformidade da maturação permite uma colheita em

mossa do café cereja. Ademais, nos cafés sombreados não se constata a produção de "temporões" ou melhor os grãos que se desenvolvem nos entre-sofras, servindo de ponte para a disseminação do pragão. Por sua vez, os cafés de sombra, quando coidos ao solo, germinam, transformando-se em uma jovem planta, deixando de constituir alimento para a broca. Isso não acontece aos frutos do sol que não germinam e onde a broca se haspada, hibernando-se.

Em conclusão: o sombreamento estabilizará a cultura do café, evitando o seu nomadismo em busca da sertão, porque a sombreamento confere-lhe sabidamente todos as condições do sertão.

Assim terminou o orador.

## Palavras do Professor Melo Morais

Exmo. Sr. Presidente da República, ilustre General Eurico Gaspar Dutra. — Senhor Ministro da Educação. — Senhor Governador do Estado do Rio. — Senhores Senadores e Deputados. — Meu prezado amigo e eminente Secretário da Agricultura, Dr. Teixeira Leite.

Sou francamente partidário do sombreamento dos cafezais. Eu os vi, protegidos contra o sol, no Pará, no Ceará e em Pernambuco. Santa Catarina os possui assim. Eles se mostram magníficos.

Por outro lado, declaro que acompanhei de perto o que o engenheiro-agrônomo Joaquim Barros Alcantara levou a efeito nesse domínio, em Caçapava, no meu Estado de São Paulo. Barros Alcantara, diplomado pela "Luiz de Queiroz" e meu ex-aluno, quis patentear que, com conhecimentos de agronomia, era exequível o cultivo de cafeeiro em terras já depauperadas e desgastadas pelo seu prolongado uso, como elas se apresentam no vale do Paraíba. Foi por ali que outrora penetrara em Piratininga o cafeeiro, vindo do Pará, com escala pelo Estado do Rio de Janeiro.

Sólos, cuja fertilidade se exgotara, forçaram a emigração da preciosa rubiácea para Campinas, Ribeirão Preto, Noroeste e norte do Paraná sucessivamente, à lusca do sertão, isto é, da mata virgem não ainda massacrada pela cobiça do homem. O vale do Paraíba, portanto, se pretava ao projeto de Barros Alcantara, do engenheiro-agrônomo de larga visão, sempre disposto a trabalhar em prol dos superiores interesses do Brasil.

Ademais, ele se encontrava embriagado por

PEÇAM O

### PEQUENO MANUAL DO CRIADOR

do Médico - Veterinário

DR. JORGE VAITSMAN

Cr\$ 25,00, pelo reembolso postal

Coixa Postal 3328

R I O

Rogério de Camargo, o profeta do sombreamento. A América Central se via endeusada em sua cafeicultura, porquanto os seus cafezais continuam em franca produção após mais de duzentos anos, uma vez que medram sob a égide benfazeja do ingazeiro amigo. E Joaquim Barros Alcantara se mete na ingente tarefa.

Os velhos cafeicultores sorriam diante da ousadia da tentativa. Reputavam-na loucada, desprovida de possibilidade de êxito.

A princípio, Barros Alcantara empreende o plantio de seus cafeeiros, conjugando-o com a exploração do gado leiteiro para obtenção de esterco de curral. Era a luta para restaurar o lúmus em suas terras depauperadas, convertidas em simples pastagens de inferior categoria. Logo a seguir, constatava que necessitaria de dilatada área de terrenos para conjugar a exploração do leite à cafeicultura. Não havia meio de conseguir o esterco de curral na abundância, que se impunha como indispensável ao sucesso, que tinha em vista, em sua propriedade agrícola.

Rogério de Camargo, porém, decantava o Ingazeiro como solução para isso. Barros Alcantara percorre o Brasil, verificando o que acontecia no café sobretudo nesta antiga Vera Cruz. Enche-se de sadio entusiasmo e lança-se ao sombreamento, com denodo, desassombadamente. E' a salvação da economia da Nação com base na cultura do cafeeiro. Não titubeia mais.

Pouco tempo depois, apresenta não a São Paulo, mas ao Brasil, os seus cafeeiros admiráveis, robustos, à sombra do ingazeiro. As colheitas se repetem em crescendo, de 60 a 90 arrobas por mil pes. E' milagre dos milagres. O profeta Rogério de Camargo encontra em Barros Alcantara o realizador de sua profecia.

Considere-se, por outro lado, que as despesas de manutenção se reduzem ao mínimo pela eliminação das capinas. O despaste das árvores de ingazeiro dá renda, pois é combustível de valor.

Ora, à vista disso, alinhei-me no rol dos que julgam o sombreamento dos cafezais a alavanca capaz de provocar o restauro da cultura do cafeeiro no Brasil. Em condições ecológicas semelhantes ao que observei do Pará a Santa Catarina e, sobretudo, em Caçapava, não alimento dúvida alguma a esse respeito. O sombreamento é maravilhoso, se bem executado.

E' bem de ver que, como professor de Química Agrícola, habituado ao emprego de fertilizantes minerais e adubos orgânicos, não posso esconder que é também perfeitamente possível que o cultivo do cafeeiro, a pleno sol, por longos e continuados anos, enseje ótimos resultados. O passado assegura que a extraordinária rubiãnea, maximé em S. Paulo, comporta-se bem a céu aberto. O que é indispensável, porém, é cuidar-se a sério da restauração e conservação da fertilidade dos solos em exploração. Combate à erosão, adubações orgânicas e minerais, sem descuidos e sem interrupção.

Com esta ressalva, que é de ordem técnica, repeto: sou inteiramente favorável ao sombreamento dos cafezais. E' tenho como obra de devotado patriotismo esta explendida reunião, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura a pelo meu ilustre amigo, Dr. Teixeira Leite, para tratar do magno assunto, na presença dos que hoje enfeixam, em suas mãos, os destinos do nosso Brasil.

## Palavras do Sr. Salvador de Toledo Piza

Em primeiro lugar quero manifestar ao Exmo. Sr. Presidente da Republica o meu contentamento como produtor de café pela firmeza com que S. Excia. falou em Santos, combatendo os grupos de interesses inconfessáveis que querem a desvalorização da nossa moeda. Como cafeicultor, não tendo outra fonte de recursos, eu seria aparentemente grande beneficiado pela desvalorização do cruzeiro mas só na aparência. Não trago aqui nenhuma delegação de minha classe mas estou certo de ser apoiado pela totalidade dos lavradores esclarecidos.

### SOMBREAMENTO

O Brasil tem perdido sempre na concorrência internacional pela conquista de mercados consumidores de café. Os vencedores não são países mais fortes de que o nosso, que pudessem fazer pressão econômica ou militar, mas todos eles, sem exceção adotam o sombreamento como método de cultura.

Foi pensando assim que eu resolvi sombrear minhas lavouras antes mesmo de ter visto um cafezal sombreado. Tive muitas dificuldades a começar por não encontrar sementes de ingazeiros.

Plantei árvores de sombra em cafezais de mais de 50 anos em plena decadência e 6 anos depois esses cafeeiros estão com o vigor de plantas jovens em terra nova.

O ingazeiro mantém limpo o solo de ervas daninhas, aduba o cafeeiro com a folhagem continuamente derrubada, protege as flores e os frutos contra os ventos, e ampara os cafeeiros contra as geadas e combate a erosão. E' um operário que trabalha dia e noite, e em vez do pleitear aumento de salário ou descanso remunerado, trabalha de graça.

Aconselho a todo cafeicultor que plante ingazeiros em uma pequena parte de sua lavoura, certo de que continuará a sombrear o último recanto do seu cafezal.

### DIMINUIÇÃO DA TAXA DE JUROS

Quero aproveitar a presença de tão seletto auditorio para tratar de um problema fundamental sem o que o nosso país continuará com sua produção em declínio. Aliás, tratei desta assunto em Araxá onde apresentei a seguinte proposta:

"Investigando cuidadosamente as causas do nosso atraso e pequena produção, em comparação com outros países, especialmente os mais novos do que o nosso, como Estados Unidos, Canadá e Austrália, muito me impressionou o fato de importarmos comida de países recém-devastados pela guerra, como Itália e Holanda. Achei a causa fundamental desse novo estado de estagnação o seu remédio. A solução é simples: trata-se de mobilizar os valores já existentes.

O Brasil é o país em que se pagam usualmente os maiores juros pelo dinheiro emprestado. Precisamos, o mais depressa possível, pôr dinheiro à disposição das nossas classes produtoras, a juro de 3% a.n. como têm as classes produtoras dos outros países. Isto é necessário, urgente e possível, como único meio de aumentarmos a nossa produção agrícola e industrial. Sem isso, não convém trabalhar para produzir.

No estado atual, convém mais a quem tem dinheiro, aplicá-lo em hipotecas a 12% ao ano, do que se meter em uma empresa produtora, que, com muito trabalho e riscos, dê menor renda. Assim, quem tem um pequeno capital pode aqui viver do

renda e por isso o número dos que vivem parasitariamente é muito grande e o trabalho do produtor não aguenta tanto peso morto. Se os juros fossem menores, só viveriam de renda os grandes capitalistas que são poucos.

Por isso, quem tem recursos não os aplica na produção e quem quer produzir, ou não tem crédito ou tem crédito muito caro, que consome todo o seu lucro, até que o desabimo o faça passar para a classe dos inativos, à procura de emprego público.

Os sábios dirigentes das nossas finanças estão afogados com uma circulação insuficiente de vinte e um bilhões de cruzeiros, bagatela se pensarmos que é necessária a mobilização do trabalho de uma população superior a quarenta milhões de almas.

**Solução** — O Governo deverá promover uma emissão com o fim específico de amparar as classes produtoras, e missão essa que será garantida com bens imóveis em produção. A emissão entregue diretamente aos interessados pelo Banco do Brasil ou suas agências em todo o país a juros de 3% ao ano.

Serão precisas leis complementares para que os outros bancos e capitalistas individuais se acomodem à nova situação. Também será preciso uma revisão especial no caso das apólices emitidas pelo governo, bem como outras medidas que se acharem necessárias. Só então deixaremos de importar batata da Holanda e cebola do Egito."

Fui derrotado na Conferência de Araxá.

1.º) Pelos banqueiros que pensam que a minha idéia, aplicada irá trazer-lhes prejuízos. E' enganoso. Os maiores banqueiros do mundo vivem em países de regime de juros baixos. 2.º) Pelos advogados dos mesmos banqueiros que são pagos para defendê-los e são escolhidos dentre os mais talentosos e brilhantes oradores. 3.º) Pelos produtores que têm compromissos assumidos para com os banqueiros. 4.º) Pelos produtores que querem ter títulos na gaveta desses mesmos banqueiros.

Não me aborreci com a derrota.

Tenho para com essa gente uma atitude cristã, combatendo o pecado sem atacar o pecador. Os banqueiros do Brasil e seus eleitores na conferência de Araxá não compreenderam o alcance da minha idéia e agiram inconscientemente. Por mim os perdão.

Quem os não perdona são as condições econômicas que, agravadas por seus próprios erros, acabam esmagando-a todos e só lucrarão no final os comunistas.

Tenho a impressão de que as nossas classes produtoras querem segurar o preço das mercadorias como quem segurasse a temperatura de uma zona, fixando o mercúrio dos termômetros. A prova dos erros dessa gente está no fato de nossos problemas básicos continuarem sem solução.

O resultado final da conferência de Araxá foi inflacionário. As leses apresentadas ao congresso foram quase todas de rotina. Nada de fundamental foi decidido. A preocupação de garantir o preço dos produtos fez esquecer o barateamento da produção e por conseguinte do custo de vida.

Faltou coragem para dar soluções novas aos problemas que surgem com a evolução acelerada do mundo.

Nós vivemos no Brasil, sob regime de uma ditadura! A ditadura da agiotagem. O mais honrado de nossos banqueiros seria punido se fizesse em qualquer país civilizado o que pratica aqui: legalmente, isto é: Empréstar a 12% ao ano.

Estou certo de que o abaixamento das taxas dos juros dos empréstimos fará reajustar o Brasil ao resto do mundo, dando armas às nossas classes produtoras para competir nos mercados internacionais e se defender sem necessidade de artificios. Será o maior serviço prestado ao Brasil. Surgirão tantas novas atividades que muita gente abandonará o emprego público para entrar na classe dos produtores.

## ALTO RENDIMENTO

As Obrigações Preferenciais (Debentures ao Portador) do **Banco Hipotecário Lar Brasileiro S. A.**, do valor de Cr\$ 200,00 cada uma, têm assegurado um juro uniforme de 8% ao ano, pago por trimestres vencidos, a partir de 1º de Janeiro, 1º de Abril, 1º Outubro de cada ano.

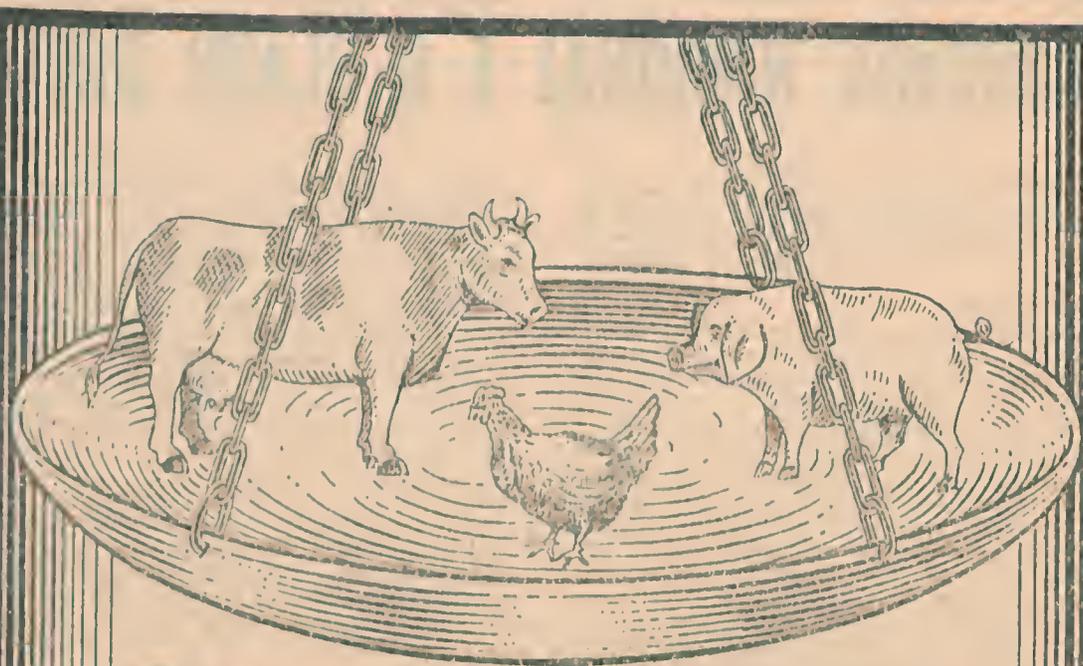
Os juros de 8% ao ano sobre esses títulos somente podem ser oferecidos pelo **Banco Hipotecário Lar Brasileiro, S. A.**, devido ao fato da absoluta falta de risco no emprego de capital em primeiras hipotecas de imóveis urbanos.

As Obrigações Preferenciais (Debentures ao Portador) — Série "B", são amortizáveis pelo Banco à razão de 6,666% ao ano, mediante sorteio ou por aquisição em Bolsa, devendo a emissão ficar totalmente resgatada até o ano de 1968.

### BANCO HIPOTECARIO LAR BRASILEIRO, S. A.

Rio de Janeiro  
São Paulo  
Santos  
Niterói  
Bahia  
Porto Alegre

Rua do Ouvidor, 90  
Rua Alvares Penteadó, 143  
Rua Vasconcelos Tinvares, 33  
Avenida Amaral Peixoto, 171  
Rua Padre Vieira, 13  
Avenida Borges de Medeiros, 416



# DEVOLVENDO

ao dono o seu  
pêso em **OURO!**



**TORTA COMPLETA Nº 1**

Para vacas leiteiras, ca-  
bras e coelhos.

**TORTA COMPLETA Nº 2**

Para porcos e açougue.

**TORTA COMPLETA Nº 5**

Para galinhas poedeiras.

ANIMAIS SADIOS  
BONS PRODUTOS  
BOM RENDIMENTO

# ECONOMIA NACIONAL E O PLANO SALTE

*Conferência pronunciada na sede da Sociedade Nacional de Agricultura em 22 de dezembro de 1949 pelo Eng.º Agrônomo Julio Cesar Covelo, membro do Conselho Superior da mesma Sociedade:*

Meus Senhores

Convidado a falar, nesta já tradicional casa, circunstâncias especiais impossibilitaram minha recusa e me prepararam a desvanecimento deste momento e a honra de um ambiente tão propício.

Fazendo do PLANO SALTE o assunto central desta palestra pois que julgo esse tema, ainda hoje, de uma importância relevantíssima em função do atual momento econômico brasileiro, solicito antecipadas desculpas e a paciência de todos os presentes pelo assunto escolhido que passarei a abordar, tão destituído de encanto como saem ser, geralmente, os dessa natureza.

Sumamente grato por este magnífico ensejo, ouvirei, também, com a máxima atenção e procurarei responder esmeradamente a todas as arguições que, por certo, as deficiências desta palestra determinarão.

Entremos, pois, no assunto.

A elaboração do PLANO SALTE visou conferir, pela primeira vez, à economia brasileira, elementos vitalizadores indispensáveis à propulsão coordenada da marcha nacional para níveis mais elevados, compatíveis com aqueles que descortinamos como valores no conjunta internacional.

Facilizou êle, como alvo concreto a ser atingido, a posição econômica destacada do país, fora da planura onde a economia colonial exclusiva, amorfa e estagnante, rosteja inerte, ao sabor dos interesses sempre vorazes das patências Imperialistas, atentos exclusivamente aos próprias apetites e conveniências, alguns vèzes, empenhadas também na desgaste rápido e progressivo das áreas ditos coloniais ou de economia colonial, sobedores de que esse desgaste lhes dificultará, quando não impossibilita definitivamente, quaisquer veleidades de reação construtivo.

Para julgarmos dos providências sugeridas e alinhados noquele Plano, tornou-se-nos indispensável, como medida preliminar, rápido exome da nossa situação econômica atual.

Nefasto e costumeiro espírito pseudo-justificativo, que classificamos de irresponsável se não merecesse o lobéu de altamente criminoso, por constituir manifestação de mero comodismo, é aquele que invoca a discutível juventude do Brasil como elemento capaz de fazê-la transpor, vitoriosamente, crises e desastres nacionais todas as vèzes que êstes ocorrem. Esse espírito acomodaticio e unpatriótico é o grande culpado pela marcha, em câmara lenta, do nosso precario desenvolvimento econômico e social.

O que vem acontecendo à nação, na realidade, é simplesmente o reajustamento natural das coisas durante e depois das crises que nos tem acometido. Em ambiente convulsionado por discussões, está eis nos momentos difíceis, em que a irresolução e o conformismo dos órgãos administrativos ressonáveis paralisam qualquer ação própria corretora ou con-

strutiva, os grandes problemas nacionais evoluem ou se diluem num conformismo geral, à mercê de lórgas aproveitadoras, e interesses imediatos, sem lineamentos estruturais de futuro e, por isso mesmo, nefastos à boa e continua marcha ascendente da vida nacional. E, numo langa e melancólico sucessão de acidentes assim desenhadas no transcurso da nossa história econômica, tão breve ou tão longa como a história econômica dos Estados Unidos, do Canadá, do Argentina ou do Uruguai, a proclamada vitalidade inoga da noção brasileiro vem se estiolando em prejuizo da posição do país no próprio concerto internacional americano.

Em outras palavras, a soma negativa dos efeitos das crises econômicas que nos tem assolado no decorrer da vida nacional, impanderáveis apenas aos meios atentos, vem constituindo crescente e tremenda sabrecraga para a país, freidora da sua velocidade médio, desejável e possível no sendo de progresso já palmilhado por outras terras tão jovens quanto a nosso.

## SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

Meus Senhores! Do último recenseamento demográfico nacional, realizado em 1940 e que acusou um total de 41.700.000 habitantes, a evolução populacional do Brasil veio se processando até atingir, no presente ano, por estimativa, a 49.800.000 almas; quer isto dizer que a população brasileiro, no último decênio, cresceu de 19,4%.

Feita esta apreciação, fundamental para eleito de cálculos posteriores, pois que toda a análise do marcha e dos resultados das atividades nacionais não pode girar senão ao redor da situação demográfica do país, passaremos ao exome global dos nossos áreas cultivados.

## VARIAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS

Considerando as nossos estatísticos do último decênio de 1939 a 1948, a área cultivada no Brasil e que nos tem proporcionado a produção agrícola que desfrutamos, vem apresentando ns seguintes flutuações anuais em relação ao ano base de 1939, em que atingiu a 13.968.416 hectares:

1940 . . . . .	— 6,7%
1941 . . . . .	— 3,8%
1942 . . . . .	— 9,4%
1943 . . . . .	— 1,4%
1944 . . . . .	+ 6,6%
1945 . . . . .	+ 8,5%
1946 . . . . .	+ 12,7%
1947 . . . . .	+ 13,2%
1948 . . . . .	+ 17,3%

Relativamente à área utilizada especialmente com a plantio dos nossos principais produtos agrícolas, alimentares e industriais, tais como algodão, arroz, banana, batato, cacau, colé, cana, feijão, fumo, laranja, mamona, mandioca, milho e trigo, a seu aumento no último quinquênio foi apenas de 7,2%.

Se tomamos, para esta análise, apenas os últimos cinco anos foi porque, anteriormente, as nossas estatísticas não especificavam, por cada produto, as variações das respectivos áreas cultivadas, con-vindo observar que, nesse mesmo período de cinco

anos, a crescimento da nossa população, em relação à existente em 1944, atingiu ao índice de 7,9%.

Com referência a produtos da indústria extrativa vegetal não poderíamos deixar mão de dados referentes a quantitativos de áreas exploradas, motivo por que usaremos da tonelagem produzido.

Os produtos da nossa indústria extrativa vegetal assinalados nas estatísticas, são o babaçú, a borracha, a castanha do Pará, a cêra de carnaúba e a erva mate.

Em relação a 1939, ano base, a tonelagem global extraída em 1947 sofreu uma redução de 5,4%. Nesse período e em função da produção obtida no ano base, apenas a borracha aumentou de 101,8%, passando de 16.430 toneladas para 32.739. Este resultado, entretanto, está bem distanciado, ainda, dos quantitativos que a Amazônia já produziu na sua fase áurea, em 1909, aproximadamente há 40 anos, portanto, quando atingiu a mais de 42 000 toneladas.

O babaçú aumentou de 4,1% apenas. Os demais produtos — castanha, cêra e mate — sofreram reduções de mais de 21%. A própria borracha que, nesta fase, atingiu a máximo de sua produção em 1945, decaiu nos dois anos subsequentes. Infelizmente ainda não dispomos das estatísticas de 1948.

#### PRODUÇÃO AGRÍCOLA E SUAS FLUTUAÇÕES

Quanto aos produtos agrícolas cultivados, três deles, de importância capital na nossa balança econômica como propulsores de divisas, sofreram as seguintes reduções nos respectivos volumes produzidos: algodão - 26%, café - 28,6%, e cacáu - 6,6%. Isso vale dizer que a nossa produção de divisas decresceu nas mesmas proporções acima assinaladas, uma vez que algodão, café e cacáu são produtos intensamente solicitados pelo comércio internacional havendo, no momento, apenas em relação ao cacáu, resistência importadora e conseqüente tendência de baixa, não por excesso de produção mas por manobras comerciais decorrentes dos preços elevados a que o produto atingiu.

Não poderíamos deixar de mencionar, também, a estacionamento da produção do milho, da batatinha e das frutas cítricas. O primeiro, elemento fundamental na nossa economia de transformação industrial, pecuária e matriz, significa uma soma enorme, também estacionária, de produtos alimentares manufaturados, além de outros como o porco e seus derivados; as aves, os ovos e a própria energia motora das nossas atividades rurais. A estática produtora do batatinha e das frutas cítricas, em virtude da generalização de seu consumo, vem prejudicando a melhoramento alimentar, quantitativa e qualitativa da população, ao mesmo tempo que a própria elevação do nosso índice de exportação de citrúscos.

Embora as estatísticas assinalem para outros produtos maiores volumes obtidos no decênio em análise, todos nós sentimos e sofremos, principalmente nos últimos seis anos, as deficiências havidas no abastecimento das nossas populações urbanas.

Verificamos já que a área cultivada no decênio 1939-1948 aumentou de 17,3% ao tempo em que constatamos, também, a produção agrícola nacional ampliada de 45,8%.

Há evidente disparidade nesses dados desde que o ritmo de equilíbrio entre a produção e a área cultivada obedece a uma proporcionalidade cujas variações não admitem saltos. Se considerarmos ainda que a deficiência normal da nossa possibilidade de adubação, agravada pela guerra, aliada à crise de combustíveis e de maquinaria agrícola, também decorrente da guerra, prejudicou os nossos índices de produção, aquela disparidade se evidencia mais chaconatamente, ainda, porque nesse período foi grande o desvio de braços da agricultura para as atividades extrativas, industriais e urbanas, fenômeno franca e largamente comentado na ocasião.

Nesse decênio presenciamos a desbaratamento da cultura mondioqueira com a extinção da obrigatoriedade do pão mixto que lhe havia proporcionado desenvolvimento sem par, e a derrocada dos nossos laranjais que, por falta de exportação e conseqüentemente de recursos financeiros, durante a guerra, foram relegados ao abandono e à destruição quase totais. Ainda agora, nossa lavoura cítrica atravessa árdua e lenta fase de restabelecimento. Essa queda de produção foi sentida pelo carioco que viu desaparecer a laranja de sua mesa, por muitos meses durante a ano, quando já se habituara ao seu consumo permanente, sem que as exportações voltassem aos níveis de antes da guerra. Todavia, a estatística menciona, em 1948, uma produção de 35 milhões de caixas para uma exportação de 2.800.000, ao passo que, em 1939, quando exportamos 5.600.000 caixas, a nossa produção atingiu apenas o 34 milhões. Entretanto, pela exportação havida e pela cômputa de consumo interno estimado com o auxílio de todos os órgãos que interferem no seu comércio e distribuição, a safra total de laranjas, em 1948, só atingiu, aproximadamente, a 3.700.000 caixas.

Positivamente, há alguns enganos no nosso estatística de produção e estes necessitam de retificação, pois nos levam a uma conceituação intelromente errada da posição econômica do Brasil.

Havendo a produção agrícola mundial superado já os níveis de antes do guerra e estando em pleno desenvolvimento a economia colonial africana, produtora de gêneros e matérias primos tropicais, por efeito de esforços técnicos, conjugados a auxílios financeiros concedidos, as possibilidades brasileiras de exportação para aqueles produtos vem se reduzindo por força, principalmente, dos nossos elevados custos, como efeito das primitivas processos de produção adotadas. A atual organização econômica do veld agrícola nacional é tão precária que já permite, mesmo para produtos aqui cultivados, a concorrência vitoriosa da estrangeira dentro dos nossos próprios fronteiras.

#### EXPORTAÇÃO NACIONAL

A exportação brasileira de produtos de origem vegetal, no decênio 1939-1948, aumentou de 76,9% na sua tonelagem. É necessário esclarecer que esses dez anos abrangeram todo a guerra e mais a período ngudo de reorganização mundial.

Mesmo dentro daquela percentagem de aumento, vistosa e aparentemente confôrtdora, e que a nossa ver é puramente fictícia, tivemos, para um total de 25 produtos 11 com deficit de exportação, en-

tre 1939 e 1948. É fastidioso mas não podemos deixar de mencioná-los:

Fumo . . . . .	menos	— 28,5%
Cêra carnaúba . . . . .	"	— 10,0%
Óleos vegetais . . . . .	"	— 6,0%
Frutos oleaginosos . . . . .	"	— 18,9%
Castanha do Pará . . . . .	"	— 72,0%
Laranja . . . . .	"	— 49,8%
Borracha . . . . .	"	— 57,7%
Cacau . . . . .	"	— 45,5%
Mate . . . . .	"	— 22,3%
Algodão . . . . .	"	— 20,7%
Banana . . . . .	"	— 31,9%

Entre os produtos que se avaliaram na exportação encontramos a Farinha de Mandioca com . . . 578% de aumento, o Polvilho com 159% e a Tapioca com 1.649%. Essas percentagens elevadas resultaram de dois fatores acidentais, ambos decorrentes da guerra: a necessidade inelutável de suprimentos alimentares e de matérias primas para os países em luta, e a desorganização e consequente paralização da produção asiática, supridora habitual de féculas e amidos aos mercados americano e europeus. Quanto à farinha de mandioca, considerado o anterior desconhecimento, na estrangeira, de seu uso como alimento, a surto da sua exportação ocorreu paralelamente com a intensificação das necessidades das populações atingidas pela guerra e a braços com a fome. Para termos certeza da natureza puramente acidental desse comércio, basta verificar que as nossas remessas saltaram de 2 mil toneladas em 1945 para 120 mil em 1946 e 100 mil em 1947, anos estes das maiores preocupações alimentares do mundo emergido da guerra.

O grupo constituído pelo arroz, milho e feijão teve, também, inflúo no aumento de sua exportação, quase que as mesmas razões. A análise das estatísticas nos dá essa certeza. Além da normalização das fontes produtoras dos países atingidos pela guerra e, mais do que nunca, necessitados hoje de drásticas medidas de poupança, há ainda, relativamente ao feijão e milho, como razões da queda de sua exportação, os fatores: tipo, características e qualidade que não são especializadas e nem preparadas, ainda, para mercados externos. O nosso arroz terá que lutar, de ora em diante, com a produção estrangeira para a conquista efetiva de mercados consumidores. Não deve haver ilusões quanto ao atual surto exportador que já entrou em declínio, por fôrço de seu custo e da produção estrangeira em vias de restabelecimento.

Quanto à madeira, com o seu índice de 78,8% de aumento em relação à exportação de 1939, há dois graves obstáculos que prejudicarão o sua posição atual: redução das necessidades criadas pela reconstrução das zonas devastadas pela guerra e escassez da matéria prima com o distanciamento progressiva das nossas reservas florestais. Isto determinará o encarecimento crescente da nossa produção madeireira e a sua inacessibilidade ao consumidor que procurará outras fontes abastecedoras e outros materiais substituíveis, menos dispendiosos.

Relativamente ao açúcar, além de militarem contra a sua atual posição na nossa estatística de exportação as mesmas razões já arguidas para os outros produtos, temos que a seu comércio externa é francamente deficitária, como tem declarado por várias vezes, a própria Instituto do Açúcar e Alcool. O

nosso obsoleto parque industrial açucareiro e as videntes condições técnicas da produção de cana não permitem qualquer veleidade exportadora por parte do Brasil.

Deixando à margem, para comentário especial, o nosso principal produto de exportação, que ainda é o café, precisamos frisar que a quase totalidade dos nossos produtos, que lograram aumento de exportação no decênio, entraram em declínio evidente, de 1947 para 1948

Estão nessas condições as seguintes produtos:

Cêra de ouricuri . . . . .	36,0%
Manteiga de cacau . . . . .	12,5%
Arraz . . . . .	2,6%
Milho . . . . .	33,1%
Feijão . . . . .	49,5%
Polvilho . . . . .	55,8%
Farinha de mandioca . . . . .	80,1%
Tapioca . . . . .	48,8%

Esses são os aspectos da nosso quadro de exportação nas últimas dez anos.

Considerando, apenas, o primeiro semestre dos anos do última quinquênio (1945-1949), as nossas exportações de matérias primas e produtos alimentares apresentom, englobadamente, os seguintes resultados em função da tonelagem expedida.

1949 sobre 1945 . . . . .	+ 21,7%
1949 sobre 1948 . . . . .	— 20,5%

Se considerarmos que, sob o título genérico de matérias primas exportadas, o estatística englobou as minerais com as de origem vegetal e que por isso esta apreciação percentual não pode ser realmente expressiva, passaremos a examinar, apenas, os quantitativos relativos à rubrica de gêneros alimentícios que se referem mais diretamente a produtos agrícolas:

1949 sobre 1945 . . . . .	+ 38,6%
1949 sobre 1948 . . . . .	— 28,5%

Desses dados resulta o evidência de uma queda brusca da exportação nacional no presente ano.

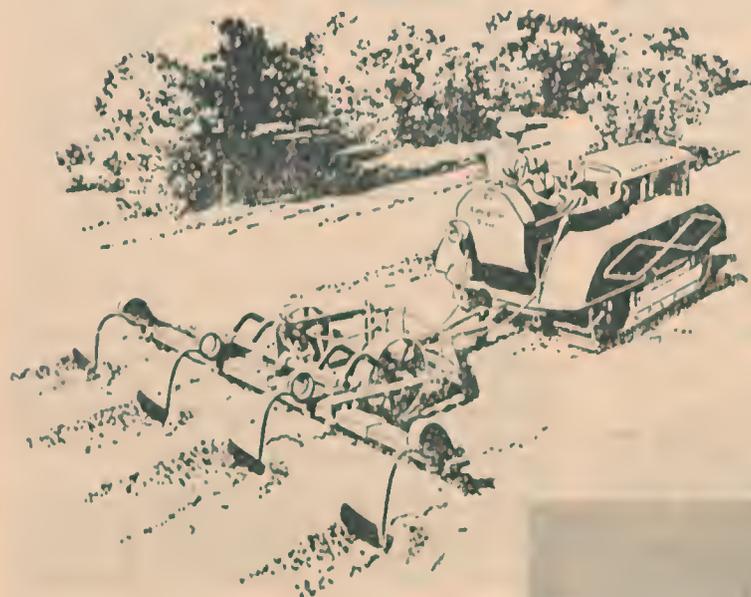
#### SITUAÇÃO CAFEIRA NACIONAL

Agora, comentemos a situação mundial do café e a posição brasileira em relação a esse grande produto. Consideraremos apenas, nestas apreciações, os últimos 20 anos.

Possuía a Brasil em 1928, 2.381.000.000 de cafeeiras em produção. Até 1935 esse total elevou-se a 3.049.000.000 de pés, em consequência de novas plantações, iniciados como decorrência da saída política cafeeiro de **regularização de embarques**, inaugurada em 1924 pelo Instituto de Café do Estado de São Paulo, e que vigorou até 1927.

Subsequentemente, com a substituição da política de **regularização o controle dos embarques** pela de **retenção do produção** posta em prática pelo mesmo Instituto, já sob outra direção, começou lentamente a decadência das nossas plantações. Embora os maléficis efeitos econômicos e financeiros da nova política retencionista do produção, despercebida até então pela maioria dos nossos lavradores nos seus efeitos imediatos, começassem a se fazer sentir logo após a sua implantação para, evoluindo subreptícia-

# TRATORES E MAQUINAS PARA A LAVOURA



Representam a solução moderna, eficiente, econômica dos principais problemas do lavrador.

Dezenas de milhares, em trabalho contínuo e multiforme, têm assegurado o aumento das áreas plantadas, pelo menor custo e mais rapidamente e com maior perfeição.



**SOTREQ, S/A de Tratores e Equipamentos**  
DISTRIBUIDORA DOS AFAMADOS PRODUTOS

**"CATERPILLAR" e "JOHN DEERE"**

PARA OS ESTADOS DE MINAS GERAIS, GOIAZ, RIO DE JANEIRO,  
ESPIRITO SANTO E DISTRITO FEDERAL.

RIODEJANEIRO  
AV. BRASIL N.º 9200  
Caixa Postal 20

BELO HORIZONTE  
RUA RIO GRANDE DO SUL, 137  
Caixa Postal, 858

mente, eclodir, repentinamente, no verdadeiro colapso que atingiu toda a economia nacional, em fins de 1929, em função exclusiva da crise mundial, as novas plantações de café que vinham sendo efetuadas, só entraram em produção efetivo cinco e seis anos depois. Por esse motivo, nosso máximo de cafeeiros em produção, a despeito mesmo do abandono de cafezais, decarrente do colapso financeiro e do queda de produção só se verificou em 1935, dois anos após o término da crise mundial, que ainda vigorava entre nós.

Diante do exposto, o patrimônio cafeeiro nacional evoluiu crescentemente do primeiro para a segunda quinquênio do período, para regredir ou involuir nos subsequentes, conforme os seguintes médias quantitativas periódicas:

Quinquênio de 1928-32	— 2.592.000.000 de pés.
Quinquênio de 1933-37	— 2.870.000.000 ou + 10,7% sobre 1928-32
Quinquênio de 1938-42	— 2.326.000.000 ou — 18,9% sobre 1933-37
Quinquênio de 1943-47	— 2.218.000.000 ou — 22,7% sobre 1933-37

Em 1948, as estatísticas só assinalaram . . . . . 2.179.000.000 de pés para, no presente ano, acusarem o existênci apenas de 2.096.000.000 que representam um decréscimo de 31,2% sobre a ocorrência verificada no ano de 1935.

Agora, vejamos o comportamento da produção brasileira do café, no mesmo período.

De 1928 o 32 produzimos a média anual de 23.934.000 sacas.

Em 1933-37 obtivemos a médio de 23.315.000, inferior em 2,5% à primeira.

Em 1938-42 a média anual caiu para . . . . . 18.903.000 ou sejam — 21% sobre o quinquênio base e, finalmente,

De 1943 a 47, conseguimos, tão somente, a produção médio de 14.259.000 sacas o que representa uma queda de 40,4% sobre a produção média de 1928-32.

A produção média de arrobas por mil pés, em cada um dos quinquênios examinados, foi a seguinte:

1928-32	— 37,0 arrobas por mil pés
1933-37	— 32,9 " " " "
1938-42	— 32,1 " " " "
1943-47	— 25,7 " " " "

O declínio verificado nessa produção média resultou da falta de cuidados culturais e da queda da fertilidade do solo dos cafezais. Não foi proporcional à redução numérico dos cafeeiros. Resultou de fatores mais graves que atingiram a própria fertilidade do solo e concorreram para o enfraquecimento do indivíduo vegetal e para sua vulnerabilidade às pragas que recrudesceram.

Para a presente ano a D.N.C. estimou a colheita que está em vias de conclusão em 14.413.000 sacas que significaria uma produção média de 27 arrobas por mil pés. Infelizmente, aquele mesmo órgão reconhece hoje n exagero da primitivo estimativa. Pode-se afirmar, agora, que a atual safra não irá muito além de 11 milhões de sacas, se tanto, com o média aproximada de 22 arrobas por mil pés.

As exportações brasileiras do café, como não po-

deria deixar de acontecer, acompanharam, também, negativamente, porém em proporções diferentes, o involução da sua economia interna produtora, como verificamos pelo quadro abaixo, relativo ao período em análise.

	Média anual de café exportado
1.º quinquênio . . . . .	14.647.000 sacos
2.º " . . . . .	14.248.000 "
3.º " . . . . .	12.845.000 "
4.º " . . . . .	13.634.000 "

Em relação ao 1.º quinquênio, as percentagens de queda da exportação foram, respectivamente:

no 2.º quinquênio de . . . . .	2,7%
no 3.º " " . . . . .	12,3%
e no 4.º " " . . . . .	6,9%

de.

Quanto aos preços vigorantes no mercado internacional, demonstram eles a insuficiência atual da produção para o consumo do mundo. Evoluíram na razão inversa tanto dos stocks existentes como da produção. Assim é que a médio do valor global da nossa exportação cafeeira foi

No 1º quinquênio de —	2.315.000.000 de cruzeiros
no 2º quinquênio de —	2.142.000.000 de cruzeiros
no 3º quinquênio de —	2.020.000.000 de cruzeiros
no 4º quinquênio de —	5.023.000.000 de cruzeiros

A depressão dos preços resultantes da crise de 1929 permaneceu, praticamente, até a fim do 2º quinquênio. No 3º quinquênio, manteve-se pela desorganização dos mercados mundiais em consequência da guerra.

Os nossos custos de produção sofreram um progresso que poderá ser perfeitamente avaliada, apenas, pela citação das médias do 1º quinquênio e os de 1949.

1928 — 32 — custo médio de produção, por saco —	88,000 cruzeiros.
ano 1949 — custo médio de produção, por saco —	544,00 cruzeiros, provavelmente.

As despesas de custeio de mil pés de café, de 1928 a 1932, giraram ao redor de 800 cruzeiros. No presente ano, essas mesmas despesas atingiram a 3.000 cruzeiros aproximadamente. A média de produção por mil pés, naquele quinquênio, foi de 37 arrobas ao passo que hoje será apenas de 22.

A composição deste total de despesas do ano corrente resultou da encarecimento da mão de obra, da mojarração de impostos e dos transportes, de todas as utilidades indispensáveis à produção, inclusive dos adubos, além de despesas de combate à broca do café.

As cotações vigorantes em agosto deste ano para o tipo 4 Santos, que é a qualidade média do café brasileiro, giraram ao redor de 516 cruzeiros, por saco, em Santos. Esta é uma cotação excepcional, nunca atingida anteriormente por esse tipo que está sendo pago, em Nova York, à razão de US 31,00

ou sejam 570 cruzeiros, ao câmbio de 18,38. Todavia, até pouco antes, o nosso produtor estava vendendo o seu café, no interior, a um preço variável entre 450 e 500 cruzeiros por saca, que, apesar de excelente quando comparado com as cotações do passado, será possivelmente deficitário, tais sejam os acidentes comerciais futuros, que a própria elevação dos preços poderá determinar.

A baixa produção atual, em função das solicitações consumidoras mundiais, é a responsável pelas altas cotações do produto, alta esta que agora se agigantou mercê da eminência de menores colheitas.

Considerando que as principais floradas, gorentadoras da próxima safra a ser colhida em 1950, desdobrocharam de Setembro a Outubro do presente ano, pode-se afirmar, desde já, que a produção cafeeira nacional próxima futura será menor do que a atual, em virtude da seca que veio e vem castigando duramente os nossos cafezais. Mesmo que as chuvas coidas já, continuem e se desenvolvam normalmente, não mais beneficiarão a colheita vindoura.

Enquanto, em nossa terra, a economia cafeeira tomou esse aspecto, vejamos o que aconteceu, no mesmo período de vinte anos, entre os produtores concorrentes do Brasil.

Referentemente à produção, que constitui o principal ponto a ser examinada e que nos interessa profundamente porque é proporcional às extensões das culturas, as quais só se desenvolvem por força de comércio convenientemente remunerador, as condições das nossos concorrentes, em conjunto, são verdadeiramente brilhantes.

De 1928 a 1932 a sua produção subiu paulatinamente, sem grandes recuos, de 8.860.000 sacos para 9.239.000, conseguindo um crescimento de 4,2%, justamente na quinquênia em que a produção brasileira atingiu o seu apogeu. Verifica-se, ainda, pelas estatísticas que, enquanto a produção brasileira se processa entremeadada de safras elevadas e baixas, a concorrente se desenvolve e prossegue sem esses acidentes anuais, considerados, entre nós, como fatos normais e inerentes à própria cultura, mas cujas causas determinam os pontos fracos da nossa economia cafeeira, como é convicção dos técnicos nacionais.

Para não alongormos esta exposição, pois que a desenvolvimento anual da produção em análise prossegue em ritmo superior ao assinalado entre 1928 e 1932, passaremos a mencionar, apenas, as médias anuais de produção nos quatro quinquênios:

1928/32 . . . . .	8.658.000 sacos — Base		
1933/37 . . . . .	9.512.000 " + 9,8%	sobre a base	
1938/42 . . . . .	12.571.000 " + 45,1%	" " "	
1943/47 . . . . .	14.260.000 " + 64,7%	" " "	

Já vimos, linhas atrás, como se comportou a produção brasileira no mesmo período, peis seus médias quinquenais. Todavia, convém relembrá-lo:

1º quinquênio . . . . .	23.934.000 — Base	
2º " . . . . .	23.315.000 2,6%	sobre a base
3º " . . . . .	18.903.000 21,0%	" " "
4º " . . . . .	14.252.000 40,4%	" " "

É triste reconhecer, mas pelos dados citados o Brasil recuou tanto na produção quanto avançaram os seus concorrentes. E o mais melancólico é que

esse recua foi efetuada sem necessidade e sem que se lutasse para evitá-lo ou mesmo retardá-lo.

O fator qualitativo da nossa produção, também em declínio, é mais um dos resultados negativos da administração que não manteve os serviços especializados nos condições em que já existiram.

Quanto aos valores médios obtidos pela nossa exportação cafeeira, permaneceram eles mais ou menos estáveis durante os três primeiros quinquênios, havendo, entretanto, grande alta no último, correspondente a pouca mais de 100%.

Poderia ser alegado que os altos preços atualmente pagos pela nossa café constituem vantagem porque, com menor volume de produção e, portanto, com menor trabalho, estamos obtendo mais que a dobro dos preços antigos.

Esta alegação seria absurda. Os altos preços atuais, longe de nos beneficiarem, mesmo porque serão possivelmente deficitários em relação ao custo da nossa produção, como ficou demonstrado, fatalmente estarão provocando malor e mais rápido desenvolvimento da produção concorrente.

Se, na base dos preços antigos, os nossos concorrentes desenvolveram a sua produção aos níveis verificados, imagine-se o que nos aguarda, daqui para o futuro, sabendo-se, ainda, que a mais volumosa parcela da produção nossa concorrente obtém, nos mercados mundiais e especialmente no norte-americano, cotações especiais com acentuado ágio sobre a do nosso produto.

Assim é que, enquanto o tipo 4 Santos obtinha no praça de Nova York \$ 31,00 par saca (correspondente a 567,30 cruzeiros ao câmbio de 18,38), a Venezuela que constitui aproximadamente a qualidade média dos nossos concorrentes, estava obtendo, pelo mesma unidade, US\$ 37,00 ou 680 cruzeiros, ao mesmo câmbio.

Fator importantíssimo a favor dos nossos concorrentes é, ainda, o representado pelo seu menor custo de produção.

No passado, tivemos ainda o concurso da "Broca do Café" na eliminação de concorrentes produtores. Hoje ela é força negativa aqui também. Se, entretanto, o combote químico do praga for eficiente como parece, constituirá ele recurso defensivo para todos os produtores do mundo, não nos beneficiando isoladamente.

Estamos, portanto, numa incrível situação. Enquanto o Brasil cafeeiro se debate angustiado com produção decedente por unidade e por área, com seus custos de produção deficitários em relação aos mais elevados preços até hoje alcançados pelo produto, os nossos concorrentes ampliam e aprimoram a sua produção. Qual será o desfecho desta situação? Contra nossa própria vontade que se rebelou, apesar da evidência, surgem em nossos espírito os fantasmas do caso da nossa laranja levada para os Estados Unidos e a da barracão exportada para o Ásia.

Nada adianta apurarmos aqui ou atribuírmos responsabilidades pelas várias diretrizes desastrosas de nossa politica econômica em relação ao café, ou indicarmos incompetência ou o desleixo administrativo deste ou daquele órgão, deste ou daquele administrador. O essencial é que fique patentemente clara a situação atual, terrivelmente alitativa para toda a nação, apesar da alta.

O país está hoje a braços com uma grave crise de divisos para Importações imprescindíveis, por força do declínio de sua exportações, como consequência da menor produção, acentuada de meados do



1947 para cá. Devemos contar com a agravamento dessa situação, principalmente, porque o grande produtor de divisas que ainda é o café, proporcionará, neste e no próximo ano de 1950, as menores colheitas dos dois últimos decênios.

O fracasso das Haradas de setembro e outubro determinantes da última e súbita elevação desproporcionada dos preços do produto, permitiriam, momentaneamente maiores suprimentos acidentais de divisas ao país, ao lado de atual e intenso surto de plantações novas em toda o mundo.

Assim sendo, dentro de seis anos, quando essas novas plantações entrarem em produção, a concorrência estrangeira suplantarà a produção nacional no abastecimento mundial, em consequência da seu menor custo e melhor qualidade, se, desde já, medidas defensivas acertadas não forem adotadas pelo Brasil, que caso contrário, passará a simples complementador das necessidades mundiais, desde que ainda haja complementares fornecimentos a serem cabertos. E a Brasil não possui e nem poderá improvisar e mtão curto espaço de tempo, produção substitutiva do café, que nos passo proporcionar as divisas de que tanto necessitamos.

#### PRODUÇÃO NACIONAL PER CAPITA

Encarando o volume da exportação nacional, não poderíamos deixar de considerar a seu índice per capita que reflete as condições da nossa meia produtor.

Nos três anos antecedentes à deflagração da guerra, nossa exportação per capita comportou-se da seguinte maneira:

Em 1937 exportamos	Ks.	84,100
" 1938	"	96,600 e
" 1939	"	102,800

A partir de 1940 até 1945 a nossa tonelagem exportada decresceu aos Índices que passamos a relacionar:

1940	77,600
1941	83,200
1942	61,600
1943	61,500
1944	60,000
1945	66,100

Terminada a luta armada em 1945, e diante de um mundo exausto, desorganizada e faminto, a nossa tonelagem exportada pouco aumentou nos três anos subsequentes, enquanto continuávamos a lutar contra a maior crise alimentar interna que vinha assolando o país desde 1942.

Assim é que exportamos:

Em 1946	Ks.	77,900	per capita
" 1947	"	78,700	" "
" 1948	"	95,200	" "

Voltando nossas vistas para o período da primeira guerra mundial e considerando que os instrumentos de trabalho e a técnica de produzir, na época, eram menos sofisticados que os atuais, tanta quantitativa como qualitativamente; que, a exportação de matérias primas estratégicas foi menor do que nesta segunda guerra, que a nossa exportação de produtos industriais não influiu na tonelagem ex-

portada por ser incipiente ou embrionária o parque industrial do país; somos forçados a aceitar que a nossa economia produtora, de então, foi mais eficiente do que a de hoje, mesma parque as meios



**NÃO  
CORROSIVO**

# CRUZOL

**DESINFETANTE  
DE  
ALTO TEOR**

PARA USO NOS

CURRAIS, CHIQUEIROS, ESTÁBULOS, GALINHEIROS E OUTROS ABRIGOS DE ANIMAIS

---

**EFICAZ ESPECÍFICO  
CONTRA AS BICHEIRAS**

EXTERMINA OS PARASITAS E CICATRIZA AS FERIDAS, EVITANDO A DEPRECIAÇÃO DO COURO DOS ANIMAIS

---

ACREDITADO PRODUTO DA

**SOCIÉTÉ ANONYME DU GAZ**

RIO DE JANEIRO

---

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS

**CASTRO LOPES & TEBYRICA**

RUA DA ALFÂNDEGA 11 A

RIO DE JANEIRO

de comunicações e transportes eram inlinatamente menos variadas.

De 1912 a 1920, a nossa tonelagem exportada, per capita, abedeceu a um crescimento regular e equilibrado que, partindo de Ks. 54,300, atingiu a Ks. 76,600, sem oscilações.

Considerando as exportações efetuadas entre 1912 e 1920 (período da 1.<sup>a</sup> grande guerra) e as verificadas de 1937 a 1947 (2.<sup>a</sup> grande guerra), observamos que para um aumento de 61%, entre os anos extremos da primeira guerra, só obtivemos 14% entre as da última.

### PANORAMA RURAL

Meus senhores! Já dissemos em outra trabalho e aqui repetimos que a história econômica brasileira é constituída de um série de lentas avanças e rápidas recuos, em linha ascensional quase imperceptível, onde o padrão da vida nacional, ainda que modesta, não chega a ser atingida. A situação presente da nossa economia cafeeira é um das mais evidentes e dolorosas exemplos dessa afirmativa.

Frigida pela capacidade construtiva do brasileiro, constituiu ela nism, no setor agrícola, sem que talvez a percebêssemos, um dos maiores fenômenos econômicos até hoje verificados no mundo. Comprando a inteligência, a tenacidade e o valor construtivo do nacional, já era realidade, antes da entrada do imigrante estrangeiro que, incontestavelmente, veio proporcionar ao país maior vitalidade construtiva na senda do progresso que passamos então a palmilhar. Pois bem! Nesse momento surpreendente, devido à ação ordenada e carajosa do brasileiro, que maravilhou a todos os grandes economistas e sociólogos mundiais que dele tiveram conhecimento exato e que o examinaram "de visu", já se manifestam os efeitos calamitosos de injustificável desagregação crescente, por força exclusiva de erros cometidos por administrações sem a indispensável estatura proporcional à qualidade construtiva do povo brasileiro.

Será mais um recuo de efeitos desastrosos incensuráveis a ser assinalado na vida econômica do país, se medidas, enérgicas, eficientes e continuas não forem adotadas pelas órgãos que tenham responsabilidade na equilibro econômica e social do país.

No momento, e já a dissemos em outra ocasião, a triste quadro rural brasileiro continua tendo como fundo analfabetismo quase total para a sua população que é preponderante, ausência de assistência social apesar da talubridade precária; índices surpreendentes de mortalidade infantil, deficiência de escolas primárias, profissionais e técnicas; exaustão das terras cultivadas; distanciamento progressiva das terras virgens dos centros habitada; fertilizantes e injeções a preços proibitivos; êxodo para as cidades, e redução das áreas cultivadas que é o que significa a pequeno crescimento das em confronto com o da população e das suas necessidades.

Esses aspectos focalizam também a necessidade inadiável de reforma agrária que mobilize, em benefício de produtores rurais, as áreas latifundiárias improventadas e estrategicamente situada, em função dos centros consumidores, do porto e das vias de transporte.

A vida rural hoje é pior que há dez anos atrás. Se focalizarmos a vida rural é porque ela sintetiza a economia nacional. Desenvolvimento industrial e

prosperidade geral são incompatíveis com economia rural deliquescente como a atual, que tira do camponês toda a capacidade aquisitiva. Fonte de matéria prima industrial e consumidora da manufatura, está sendo compelida a falhar nesse duplo aspecto. Resulta disso, inevitavelmente, como já vêm sendo observada, crise industrial e marasmo comercial, o que vale dizer crise geral, uma vez que só será possível exportação das nossas produtos industriais à base de matéria prima nacional e não da importada, que lhe traria concorrência privilegiada.

O pauperismo reinante no interior brasileiro não resulta de incapacidade individual de produção mas das condições acima assinaladas, somadas a outros preponderantes, como a ausência de crédito e a sua inexistência absoluta sob forma descentralizada.

Num ambiente cujas condições esboçamos, assolada ainda pelo intermediarismo comercial decorrente da inexistência do aparelhamento econômico de distribuição da produção, não é possível a existência de recursos transportadores eficazes. Para uma produção migratória e flutuante como a que temos conseguida até hoje, não é possível transporte perfeito e econômico.

### POLÍTICA FINANCEIRA

Em trabalho que executamos anteriormente e do qual, neste momento, não podemos deixar de reter um pequeno tópico, dissemos que, "a nova diretriz imprimida à política financeira governamental, sob a alegação de inflação, veio prejudicar a atividade produtora do país. O meio circulante era exorbitante, dizia-se. Entretanto, o país vegetou durante trinta anos sob a rigime de uma disparabilidade circulante "per capita" ridicula e que se manteve até 1940. De 40,2 cruzeiros em 1910 passamos apenas para 124,3 em 1940. E se modificação quantitativa é ainda inexpressiva se considerarmos que o trabalho evoluiu integralmente, do manual para o mecânico, paralelamente à técnica e à uturn geral que nos últimos trinta anos promoveram verdadeira transfiguração nas condições materiais do mundo. E o Brasil até esse ano, principalmente a Brasil rural que é a fundnenta nacional, pouco evoluiu.

A inflação que se combate, atribui-se o encarecimento da vida. Ao propalada excessos da moeda, o seu aviltamento.

Entretanto este aviltamento só se verificou dentro do país em consequência da escassa produção de utilidades que, por sua vez, além de outras causas, decorria da deficiente orientação de crédito.

Iniciou-se o combate à inflação. Deflacionou-se o crédito e o custo da vida elevou-se mais e ainda se elevará porque sem crédito não pode haver produção organizada. Quanto à política financeira do governo, que deveria ser a de bem orientar as correntes de crédito para as atividades produtoras a fim de incrementá-las, agiu no sentido da sua restrição e de uma restrição bruta.

As atividades imobiliárias nos grandes centros urbanos foram excepcionalmente bem contempladas pelo crédito vigorante até 1946. Dadas as condições financeiras nacionais, consideramos que se foi a grande mal. Refuta-se isto com a alegação de que ainda hoje há falta de habitação nos grandes centros. Todavia, o incontestável é que se o crédito não tivesse faltado para a produção, não teríamos observado êxodo tão pronunciado das campos para a cidade. O contrário é que se daria, com a desen-

vólimento de toda a estrutura econômica e social do interior. Não houve equilíbrio na distribuição do crédito. Enquanto praticamente só a Banca do Brasil concedia financiamentos rurais, nas bases e pela forma que operava, as atividades imobiliárias urbanas se desenvolveram custeadas pelas bancas em geral, pelas Caixas Econômicas e pelas autarquias.

Enquanto isso, a nossa moeda resistia a qualquer desvalorização no exterior, apesar da elevação do meio circulante em 292,6%, de 1940 a 1948. Considerando apenas o dólar, as cotações oficiais em relação à nossa moeda avaliaram de 19,79 em 1940 para 18,65 atualmente, o mesmo acontecendo no mercado livre que de 16,61 passou para 16,50 em 1946, quando por força do controle cambial, passou a vigiar a mercado negro da moeda.

As reservas de ouro que em 1940 perfaziam a quantia de Cr\$ 1.290.877.000,00 elevaram-se para Cr\$ 7.140.947.300,00 em 1947, a que representou um aumento de 460%. De 1940 a 1947 a nossa saldo de exportação foi de Cr\$ 16.414.987.000 resultado da comércio de guerra. Neste aspecto a situação atual não precisa de comentários.

O próprio desequilíbrio da nossa balança comercial, que vem se acentuando de 1947 para cá, não afetou ainda a estabilidade cambial da cruzeira. Tardava, no mercado negro e dólar está sendo vendido a Cr\$ 30,00 em média.

A atual escassez de divisas para atender às imperiosas necessidades da importação, decorreu do descontrolado havida nas importações subsequentes à guerra. Visaram estas, principalmente, a conforto das populações urbanas, finalidade perfeitamente adiável considerada a urgência de reequipamento melhorador da nossa produção que sofre hoje os efeitos graves dessa situação.

Constatamos o marasma da vida econômica do país enquanto a moeda circulante se manteve praticamente estacionária durante quase trinta anos. Nesse período, ao lado da duplicação da população do país, as suas condições econômicas gerais permaneceram imutáveis, sujeitas, apenas, a leves modificações vegetativas. O maior surto de atividades nacionais verificou-se posteriormente, embora êle se manifestasse em setores menos recomendáveis que outras mais reprodutivas e convenientes à economia geral.

As diretrizes da atual política financeira da Governança, de combate "à outrance" ao que êle admite seja inflação, está repercutindo desastrosamente em toda a organismo econômica do país sem haver se constatado, até o presente momento, quaisquer resultados comprovantes da acerto dessa norma de ação oficial.

Criou-se propositadamente desnecessária e prejudicial crise de meios de pagamento, tanto mais grave porque lançada no justo momento em que as atividades internas decarrentes da guerra começavam a entrar num período de transição; quando a própria ação oficial deveria se exercer, como resultado de indispensável controle impartador, no sentido de melhor reaparelhar o nosso parque de materiais já desgastados, em apoio da reajustamento da economia brasileira no sentido de sua consolidação, para enfrentar, com estabilidade, o novo período de normalidade que a paz estabelecia.

Como fruto da deflação do crédito, estabelecida de modo repentino em meados de 1947, temos agora os primeiros resultados corporificados pela nossa menor exportação do semestre inicial deste ano, e

pela conseqüente agravamento das nossas dificuldades na obtenção de divisas.

No primeiro período do ano em curso exportamos menos que no seu correspondente de 1947 e menos ainda 423.517 toneladas que na do ano passada. Em valor, essa exportação caiu de . . . . . 1.571.000.000,00 de cruzeiras. Ao lado disso as nossas importações baixaram de 12 bilhões para 8.754.000.000 no mesmo período.

Esses efeitos da deflação do crédito sobre a nossa balança de intercâmbio aliados a causas secundárias, só agora estão se evidenciando porque a deficiência de numeração, resultante da política deflationista iniciada em 1947, passou a prejudicar a produção de 1948 só exportável em 1949.

Se anteriormente a nossa crédito, por efeito de deficiente orientação, concentrava-se em atividades urbanas, como poderia êle influenciar, tão energicamente, no sentido negativo, os setores da produção rural a fim de ocasionar a desequilíbrio citada pelo seu cancelamento? A resposta a esta pergunta torna-se óbvia desde que é conhecida a interesse do comércio pela produção, sua única razão de ser, principalmente a que dele depende financeiramente por falta de recursos próprios ou de crédito especializado. Atingidos a indústria e o comércio em geral, pelo cancelamento do crédito, automaticamente os mais distanciados setores da produção foram prejudicadas também naquele mínima de recursos que lhes chegava como sobras das atividades urbanas, bem irrigadas de numeração pela crédito fácil. Fazia-se mister, preliminarmente, um acurada estudo analítico da situação nacional e da sua posição no ambiente internacional para adoção de medida tão grave. Impunha-se, antecipadamente, um planejamento de ação administrativa e das próprias atividades na esfera coletiva da produção, prevendo as reações que poderiam ocorrer e, principalmente, as que deveriam ser provocadas no sentido construtivo e de propulsão do progresso nacional. A falta dessa prévia análise cuidadosa e imprescindível, resultou a desequilíbrio que estamos sentindo.

O crédito, como verdade acinno, é a insuflador de energia criadora. É a corrente sanguínea que, irrigando órgãos e membros, facultava-lhes vitalidade e produção equilibrada. Conseqüentemente, se essa irrigação for canalizada com orientação consciente, só poderá produzir resultados úteis, sem a perigo de pletora ou anemias, de desequilíbrios ou colapsos. Nessas condições, a política creditária e financeira de qualquer órgão ou nação só poderá ser exercida, construtivamente, mediante a prévia adaptação de rumos condizentes com a realidade econômica, conhecida em seus detalhes.

Deante disso ardem de idéias e do exame, embora superficial, que acabamos de relatar sobre as precárias condições econômicas atuais do país; deante da verificação insatisfatória de que as fatos de hoje, longe de serem fenômenos isolados, constituem prosseguimento de ocorrências idênticas, comuns na vida nacional; deante da evidente falta de identidade ou de mera semelhança dos sucessivos programas e rumos de ação das nossas administradores e homens públicos que se sucedem; deante, ainda, da constatação de que esses programas de ação poucas vezes resultam do simples estudo de uma situação de momento, ou mesmo de um problema isolado, quanto mais do de um ambiente econômica e social para progresso em função do meio internacional, chega-se à conclusão de que é indispensável, daqui

para o futuro, que a ação administrativo oficial seja definida e orientada por planejamentos a serem cumpridos até seu término efetivo. Esta conclusão é forçada, principalmente, pelas atuais contingências econômicas e sociais do mundo que não mais permitirão, impunemente, o desperdício ou a improdutividade de patrimônios materiais ou territoriais, julgados valores importantes à comunidade mundial, principalmente quando esses patrimônios não tenham, para defendê-los, a ação atenta, ágil e suficientemente respeitada de um órgão nacional forte, capaz de justificar o desperdício ou a sua imperfeita aproveitamento.

Ao eminente General Juarez Távora não passaram despercebidas essas contingências ineludíveis. Em recente conferência, a ex-ministro da agricultura arrolou as seguintes forças negativas que se antolham ao reerguimento da economia nacional:

"a) Dispersão da população sobre um área enorme, dentro da qual seu "valor relativo" se amesquinha;

b) precariedade das interligações econômicas dos núcleos populacionais, disseminados na território;

c) dificuldades impostas à atividade humana pelo clima (calor, endemias, etc.), e pela natureza do solo (erosão, óbices às linhas de transportes terrestres, etc.);

d) quase completa desaparelhamento do nosso homem (ignorância e insuficiência física) para enfrentar vantajosamente os óbices da natureza;

e) fraca utilização da máquina como elemento multiplicador de energia humana (51% de energia utilizada no Brasil ainda é de natureza muscular);

f) fraco espírito de iniciativa individual especialmente para os empreendimentos pioneiros — agravado, de um lado pelas dificuldades de crédito, e, de outro lado, pela sugestão crônica das elites políticas ao empreguismo oficial.

g) ausência de diretrizes nacionais de política econômica — aí incluída uma lei de investimentos,

h) exagerada centralização administrativa nas esferas federal e estadual, em detrimento da municipal".

Essas contingências, aliados ao conceito da imprescindibilidade cada vez mais acentuada das especializações profissionais atuantes tanto no plano legislativo como na executiva ou na administrativa, o que desastrosamente não se dá entre nós, levaram o Sr. Presidente da República a enviar ao Congresso Nacional a chamada Plano Salte que ali permanece, ainda, a espera de estudo e aprovação finais.

#### PLANO SALTE

Não significou a Plano Salte a concretização exclusiva de um capricho governamental momentâneo para efeitos demagógicos, perante a opinião pública. A necessidade do seu preparo, além de decorrer mesma das manifestações contínuas da própria opinião pública a clamar contra as deficiências da produção de utilidades e o excesso de seu custo que precisavam ser corrigidos sem a continuidade do emprego de artificialismos, permaneceu de clara prece-

## HIME COMERCIO E INDUSTRIA S. A.

52 — RUA TEOFILLO OTONI — 52

Caixa Postal: 593 — Endereço telegráfico: "FERRO" — Telefone: 23-1741 — RIO DE JANEIRO — DEPOSITO DE FERRO E AÇO —

RUA SACADURA CABRAL Ns. 108 a 112 — Tels : 43-6282 e 43-0396

ELETRODOS PARA SOLDA ELETRICA "ACTARC"

AGENTES DA CIA. BRASILEIRA DE USINAS METALURGICAS

Com altos fornos para produção de ferro gusa, grande laminação de ferro e aço em barras, vergalhões e cantoneiras, fundição de ferro e bronze, fabricação de parafusos, rebites, porcas, tirefonds e grampos para trilhos, taxas para engenho, ferros de engomar, balanças e pesos, lonças de ferro fundido, pias e lavatórios, esmaltados, bombas etc.

ria constitucional, que deu ao Executivo o encargo de orientar as rumas basilares da economia nacional.

No estudo e prepara do referida Plano, os seus elaboradores não se ativeram, apenas, ao planejamento para um período de ação, embora transpuzesse este os limites temporários de um governo para o subsequente. Conquanto a execução do Plano obrigue dois governos sucessivos aos imperativos de trabalho programado, não desempenhorá função criadora, se an primeira, ainda no Congresso Nacional, há dois anos não se seguirem outras, preparadas sucessivamente, em perfeita harmonia e conexão com os imediatamente anteriores. Isto quer dizer que a aprovação da primeiro planejamento econômico do país, automaticamente imparó ao legislativa a aprovação, em tempo oportuna, das subsequentes. Procedimento contrário seria absurdo por dois motivos: porque a falta de novos planejamentos sucessivos e conexos reduziriam, para em seguida anular, o valor construtiva daquele, e ainda porque, é fatalidade cristalina, no mundo de hoje, o perecimento efetiva e irrecarivel das nações que não desenvolverem sua ação, em todas as setares de atividade, em obediência a antecipadas diretrizes, fixadas pela cias internacionais. E essa verdade, encerra, na sua estudo do meio nacional, em função das contingências próprias simplicidade, a indicação das riscas e das desgraças nacionais decorrentes de sua interpretação negativista.

O Plano Salte foi elaborado e apresentado ao Congresso, onde ainda permanece a despeita de sua urgência, em data suficientemente calculada para abranger metade do período governamental em curso e metade da subsequente. Este preconcebida proceliminar a apresentação de programas governamentais heterogêneos ou discardantes, coma até hoje, de candidatos e governantes futuros. O Poder Executivo será essencialmente executar de programas resultantes dos planejamentos preparados por elites de técnicos especializados, analistas conscienciosas e minudentes de todas os fatores que deverão determinar as rôtas mais convenientes e eficazes ao esforço construtiva nacional. O própria Congresso, na sua faculdade saberana, de caráter julgador meramente politica, ficará adstrita á aprovação das conclusões dos técnicos elaboradores dos planejamentos, cu exercerá sua atribuição crítica mediante, também, um pronunclamento absoluta e essencialmente técnico de órgãos consultivas especializadas, integrantes ou não desse mesmo Poder Legislativo. E coma a razão determina que as elites técnicas especializadas do país constituam as órgãos elaboradores dos nossos planejamentos, segue-se que ao Congresso não restará senão ratificar os planos que lhe forem encaminhadas pelo Chefe do Executivo. E nisto não haverá desdoura ao Legislativa, uma vez que a sua ação fiscal, na execução dos planos aprovadas, será de importância decisiva na obra de reconstrução nacional que se pretende inclor e que está dependendo da su exclusiva aprovação já retardada, e angustiosamente aguardada pela nação que vê se acumularem maiores dificuldades aos já gravíssimas probabilidade de suas próprias linhas de base.

Itá, ainda, um detalhe importante a esclarecer quanto ao procedimento fundamental para planejamentos sadias. E' aquele que se refere ao conceito de obrigatório pronunclamento interferente de técnicos ligados a interesses privados, por força da própria condição profissional, e á manifestação opinativa

de elementos coletivos, representativos do interesses privados ou de classes.

Esses elementos poderão manifestar-se espontaneamente ao órgão planejador ou quando salicidades por este, sem que essa interferência ultrapasse as raias de simples colaboração, que será aproveitada cu não nos planejamentos em prepara. Os passíveis perigos de procedimentos contrária são demasiadamente evidentes para merecerem outras esclarecimento de economia liberal ou a liberal democracia ficará **arranhada** pela honesta providência de se preparar a interesse geral a passíveis insídias de interesses privados; de salvaguardá-lo de manobras prejudiciais á coletividade? Não, de certo que não. Trata-se apenas de uma adaptação politico-econômico, indispensável á própria sobrevivência da democracia, que não se pode enquistar em suas formas primitivas. A politica se calaca no tempo e fetiche, a servia de interesses inconfessáveis.

O Setor Alimentos do Plano Salte, por ser o mais focalizado, tanta em virtude da mamenta atual: e uma pela sua preponderância em relação aos demais aspectos da vida econômica e social brasileiro, foi objeto de acurados estudos quando elaborado por uma comissão de técnicos oriundas do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Bahia e do Ceará, constituindo uma equipe de 28 profissionais especializadas, todas pertencendois, nas seguintes proporções: 64,3% federais e forneceu um brilhante contingente constituída por destacadas elementos de valor incantestavel.

Na Setor Alimentos, a parte vegetal mereceu ampla estudo, sendo focalizadas os problemas atinentes ao fomento da produção do açúcar, fibras, arroz, batata, cacáu, café, chá, feijão, fumo, farragens, mandioco, milho, mate, horticultura e fruticultura, silvicultura, óleos, trigo e vitivinicultura. Na produção animal, estudaram-se as seguintes problemas: possibilidades ecológicas, carnes e derivados, leite e derivados, defesa sanitária do rebanho, assistência técnica ao criador, aquisição de reprodutores, inseminação artificial, problema agrastológica, bovinoacultura, suinoacultura, caprinoacultura, avinoacultura, apicultura, peixe e pescada, sericicultura, industrialização, armazéns frigoríficas, transportes, formação de pessoal especializada, e aplicação das recursos.

A defesa econômica — a nossa ver a aspecto mais importante — fixou bases e diretrizes para: distribuição da produção — armazenagem, garantia da produção — preços mínimos, armazens e silos, conservação da sola, defesa sanitário vegetal, fertilizantes e corretivos, imigração e colonização, mecanização agrícola e fazendas educativas.

A defesa financeira se processará por intermédio do crédito agrícola, da segura agrícola, consubstanciadas no Banco Rural, ficando também devidamente encarecido a desenvolvimento da cooperativismo e das pesquisas, a par de dois planejamentos regionais: Vale do Paraíba e Baixada Fluminense.

Assim, do Plano Salte o Setor Alimentos é o que na realidade mais direta e imediatamente influi, não apenas na satisfação das necessidades alimentares do país coma na produção e prepara de matérias primas para as nossas indústrias e no desenvolvimento das exportações. Isto vale dizer que desse setor dependem o melhoramento das precórias condições do nossa podião alimentar, qualitativo, quantitativo e de custo; a funcionamento desafogado e regular

do nossa indústria pelo satisfação das matérias primas a ela indispensáveis; pelo revigoramento das exportações nacionais e consequente melhoria das atuais condições produtoras de divisas, impositivamente necessária ao levantamento da presente situação, na que diz respeito, principalmente, às prementes necessidades de reequipamento do país na que tange a material mecânica e automatizar; pelos reflexos gerais benéficas na arrecadação fiscal, propiciadora de atuação construtiva e assistencial do governo, assim como da equilibria arçamentária.

Não pretendemos com estas considerações inquirir de menos importantes as demais setores do Plano — as de Saúde, Transporte e Energia — que na realidade são interdependentes. Todavia, as atividades produtoras, perfeitamente orientadas e conduzidas de forma equilibrada pelas lineamentos estabelecidos no Plano, insuflarão sangue novo e entusiasmo justificada pela apoio segura, eficiente e contínua que não mais decepcionará, pravaçando receptividade ampla e razão de ser às providências construtivas dos demais setores citados. Demorada seria a colheita de resultados pela execução dos programas dos setores de Transporte e Energia sem a prévia emulação na campo produtar. O próprio setor Saúde teria frias reflexas na seia de uma população rural desarvorada e empobrecida, desanimada mesma para reagir ao influxo das necessárias medidas levantadoras da indice geral de saúde.

Meus Senhores! Infelizmente não constitui segredo a limitação das discretas recursos financeiras nacionais. Diante desse imoerativa, teve que se ater, largadamente, a comissão elaboradora da setar Alimentos. Dada esta contingência restritiva e intransponível que não lhe permitia senão o estudo dos problemas mais prementes e de possíveis reações úteis mais imediatas e benéficas à nossa economia, na decurso da realização deste primeira plano, outro critério não sobrava à sua orientação de partida, senão a de delimitar, no país, as áreas economicamente mais aptas e as atividades mais interessantes no sentido reprodutivo, que pudessem receber, primeiro, o influxo das medidas e providências a serem traçadas.

Para a própria segurança de execução de outras planejamentos futuras, valiosos elementos que existem em potencial na nossa pátria, foram postos à margem, na presente estuda, pois que uma tentativa de sua mobilização, no momento, consumiria recursos já escassas que só poderiam ter reprodução remota.

E moutros palavras: cogitou-se de produzir, com urgência, a necessária soma de valores que permitam não só a travessia da presente fase difícil como a mobilização posterior de outros recursos valiosos que todos reconhecemos passuir. De acôrda com a mesma critério, não foram consideradas regiões ou zonas que, embora de grandes possibilidades futuras no desenvolvimento da riqueza nacional, estão hoje desprovidas, ainda, de quaisquer aparelhamentos econômicos indispensáveis, de índices demográficos que seriam necessários e de condições sociais abaixo das mínimos exigíveis.

Da mesma forma, zonas e regiões paralizadas por decadência precoce e jazendo agora ao desamparo dos antigos recursos materiais, sociais e demográficos que as vivificaram e hoje desaparecidas, só poderão ser aquinhoadas em futuros planos de reequi-

guimento, por força de recursos nacionais decorrentes das realizações agora planejadas.

Diante das considerações expostas, constituiria erro imperdoável malbaratarem-se os modestos e difíceis recursos financeiros atuais do país naqueles empreendimentos que, embora necessários, não encerram visível possibilidade retributiva menos demorada, facultadora de ação construtivo futura mais ampla. Aginda assim, ter-se-á efetivamente promovido a máxima aproveitamento de seus recursos, com a máxima colheita de resultados.

Na fase final de sua elaboração, foi a Plano submetido, por iniciativa do próprio Executivo, ao exame crítico e aprovação da Comissão Interpartidária que agiu eficientemente, imprimindo ao seu próprio exame um cunho eminentemente construtivo. Visou o Governo, com essa interessante e utilíssima iniciativa, além de escaimar a trabalho executada das imperfeições e erros passíveis, conseguir, principalmente, o andamento rápido da mesma na Congresso Nacional, na pressuposição de que a consensa política partidária, vigente na legislativa, respeitasse a decisão das representantes dos três partidos políticos ditos majoritários, constituídos, para aquele efeito, em comissão interpartidária.

Traduzido para o inglês, mereceu a Plano incívisos encômias da "The Economist" de Londres e dos órgãos técnicos da O.N.U., depois de ter sido considerada, na Relatório da Comissão Abink, "contribuição notável", que fornece "uma base para o desenvolvimento de planos destinados a fomentar uma economia de expansão gradativo que constituirá uma nação forte de população feliz e próspera". E em recente discurso pronunciada em Lake Success, a referida técnica norte-americano olirma que "se as recomendações feitas na relatório forem cumpridas, confia em que a Brasil será uma das mais prósperas nações da munda muita antes de que termine a século XX".

Constituída a Plano Salte um conjunto harmônico de providências construtivas que abrange os principais setores das atividades nacionais, e não podendo por isso ficar adstrito senão a órgão que possua a necessário amplitude de ação sobre todos os quadrantes administrativos e realizadores do país, deverá subordinar-se a uma comissão executora sob a chefia direta da Presidência da República, cuja eficácia dependerá de plena autonomia e da sua própria capacidade técnica. Estas condicionais serão indispensáveis ao êxito da empreendimento, já pela função supletiva do órgão, já pela impossibilidade de sua sujeição às normas rígidas dos regulamentos e dos excessos burocráticos, assim como pela necessidade impositiva da máxima mobilidade dos recursos financeiros que lhe forem atribuídos.

Assim, a firmeza administrativa do Estado deverá se manifestar através de permanente apoio às atividades da Comissão que sofrerá indiscutivelmente, a ação de artimanhas e da resistência passiva daqueles que serão atingidos e contrariados nos próprios interesses, de vez que o Setor Alimentos constitui o campo de ação mais fácil e amplo aos aproveitadores do trabalho agrícola.

A essa Comissão Executora, sob a chefia direta do mento da ação federal planejada, com as atividades estaduais, a fim de que se estabeleça o indispensá-

vel harmonia de procedimento conjunto para o aproveitamento máximo dos recursos gerais da nação. Nesta linha de idéias as despesas estaduais deverão ser condicionadas a planos estudados conjuntamente pela Comissão Executiva e elementos técnicos de cada unidade. Aliás, essa norma de procedimento já foi iniciada, por ocasião do preparo do Plano Salte, quando os Estados do Rio Grande do Sul e Bahia compareceram, por intermédio de seus técnicos, e fixaram as diretrizes iniciais para o entrosamento de medidas comuns, mais aconselháveis à rápida evolução econômica dessas unidades. O prosseguimento dessa norma de ação à esta Comissão Executiva permitirá, próximamente, que a elaboração dos orçamentos estaduais obedeça ao mesmo plano de ordenamento nacional.

Todos nós conhecemos as dificuldades que ainda existem, no nosso meio, em relação à coleta de elementos seguros, estatísticos e informativos gerais que permitam a elaboração de qualquer trabalho de caráter econômico.

A comissão elaboradora do Plano Salte lutou também com essas dificuldades. Não lhe bastava, para a tarefa que tinha pela frente, a especialização técnica de seus componentes. Precisava do apoio de um grande acervo de dados positivos, informadores e estatísticos, além dos estudos locais a que precedeu. Coligiu elementos abundantes e neles se estruturou para a execução do trabalho. Todavia, apesar de todo o cuidado dedicado à sua obra, muitos falhos existirão e muitos erros terão sido cometidos.

Entretanto, nenhum deles poderá ser citado com segurança e honestamente, desde que, em virtude das deficiências já expostas, a comprvação do erro pressuposto será impossível. Só durante a execução do Plano é que a sua Comissão Executiva constatará os falhos e os erros existentes, e providenciará a sua correção. Para isso, são necessárias: autonomia e amplitude de ação executiva e administrativa, a capacidade técnica supletiva e o prestígio oficial indispensáveis ao órgão executor.

Em planejamentos nacionais, só a prática decorrente de seu exercício confere capacidade elaboradora, crescentemente melhorada. Nunca, entretanto, essa capacidade, por aprimorada que seja, chegará à perfeição. Isto não poderá ser senão relativo desde que se refere a um alvo complexo por excelência em virtude da sua própria estrutura física, geológica, climática, agrícola, cultural, religiosa, social e econômica, a qual é o próprio nação seja capitalista ou socialista.

Não podemos furtar-nos à citação dos maiores exemplos de planificação nacional da atualidade entre os quais se salientam as da Inglaterra, França, Checoslováquia, Polônia, Argentina e Rússia. Para só citar um país que executa o planificação nacional, vamos nos referir à Polônia: em 1946 exportou 273,5 milhões de dólares, um pouco menos do que em 1939, antes do guerra; em 1947 — 563,5 milhões de dólares e em 1948, 1.033,6 milhões de dólares. A Rússia executa agora o seu quarto plano quinquenal e sua experiência planificadora vem-se apurando crescentemente. Terminado o seu 5.<sup>o</sup> plano agora em elaboração, foi previsto que a produção industrial russa, per capita, será igual à dos Estados Unidos, maior, portanto, em números absolutos. Antes da planificação de sua economia, a Rússia era um país de pequenos produtores, fundamentalmente

agrícola e feudal, com enormes latifúndios, tal como ocorre entre nós.

Apesar da situação conseguida e de todos os numerosos órgãos técnicos especializados que passou, e que de ano para ano são melhorados; a despeito de sua organização social facilitadora de ação dirigida; cada plano elaborado cuidadosamente e em tempo útil, sofre modificações acentuadas e mesmo profundas, na sua fase de realização, por força de erros cometidos nos que só a prática executora demonstra. Confiar-me já disse alguém, a teoria se transforma em prática, vivifica-se na prática, corrige-se pela prática, comprova-se pela prática e a prática se transforma em novo teoria. Ali, cada plano, antes de sua execução, passa por crivas corretores e pesquisas de imperfeições. Apesar desses cuidados, os falhos e os erros que não puderam ser assinados a grande mestra que é a execução, focaliza os pontos dos estudos, para só então serem submetidos às necessários correções.

Acusações inúmeras têm sido formuladas contra o Plano Salte. Algumas delas foram dentro do próprio Congresso que lhe enxertou um respeitável número de emendas, umas com intenção de corrigir e outras de ampliar sua ação. Seria necessário a desenvolvimento de um trabalho verdadeiramente hercúleo para analisar, discutir e demonstrar a procedência ou improcedência das acusações e das emendas formuladas, assim, como, das ampliações introduzidas ao projeto. Isto não foi possível porque o único órgão credenciado para fazê-lo seria a sua própria Comissão Elaboradora que automaticamente foi dissolvida após terminada sua tarefa.

Entretanto, não nos furtaremos à citação de uma dentre as muitas emendas apresentadas. O Plano, considerando a produção agrícola brasileira em função do seu custo, do braço disponível, da área cultivada, das necessidades atuais e da imprescindível urgência de defesa dos nossos solos, estudou a mecanização agrícola na dupla sentido de serem fixadas não só o aparelhamento mecânico quantitativamente indispensável, como no qualitativo sob o aspecto das características técnicas mais modernas e recomendáveis às nossas condições. Todavia, uma das alterações introduzidas no Plano pelo Comissão de Agricultura da Câmara dos Srs. Deputados foi a de ser destacado verba para a importação de enxadas.

Senhores! Estamos em plena época da técnica que se sobrepõe, em todos os setores de atividade, aos processos obsoletos. Imaginemos que o Exército Nacional, na afã de aperfeiçoar o seu aparelhamento material na sentida técnico atualizado, inclusive em programa de reequipamento, quando as armas automáticas, a lança-chamas, os tanques e aviões evoluem de dia para dia, a necessidade da importação de gládios, alabardas e bestas.

A enxada não foi impugnada. Ela, entretanto, só deverá permanecer onde o trator não possa penetrar ou não tenha cabimento econômico.

Houve mesmo a afirmativo de que o Plano Salte não constitui plano algum, significando apenas um amontoado de indicações e de providências recomendadas. Todavia, não disseram ainda, esses críticos, em que consiste um planejamento e quais as suas características identificadoras. Esses mesmos economistas, já deverão ter tido conhecimento, entre outros, do Plano Taub, do Plano Monnet ou mesmo do Plano Perón para estabelecerem paralelos com o Salte.

Tivemos presentes à conferência da Araxá, integrando delegação da Sociedade Nacional de Agricultura. Ali as classes produtoras, examinando e discutindo os seus problemas, clamaram pela produção, por mercados, por transportes, por assistência social e por energia.

Solicitava-se crédito direto, mecanização agrícola, combate à erosão; conservação e fertilização do solo, combate a pragas, maior produção vegetal e animal, conservação, transportes e distribuição da produção. Enfim, o Plano Salte foi solicitado na sua íntegra e na presença de inúmeros parlamentares que ali compareceram. Apesar disso, houve tese de um órgão comercial da classe, de grande projeção no país, combatendo o seu Setor Alimentos! Essa atitude é, entretanto, perfeitamente compreensível e lógica a todas quantos conhecem a processamento habitual, em nossa terra, das relações entre o comércio e o produtor agrícola.

Foi o Plano combatido por sua inconstitucionalidade, esquecidos que estavam de que a mesma já fora aprovada pelas comissões de Constituição e Justiça das duas casas do Congresso!

Foi facilitado o perigo do estabelecimento de monopólios oficiais e da interferência do Estado na iniciativa privada tanto comercial como industrial, pelos que, naturalmente, têm interesse na manutenção dos preços vigentes para produtos capitais a economia agrícola, tal como acontece com os fertilizantes. Por isso a livre iniciativa privada deveria permanecer resguardada pela liberal democracia! Essa mesma liberdade de iniciativa, imediatista quanto a lucros, a míope para as grandes necessidades nacionais que não ofereçam pronta remuneração, deveria ser mantida. Torço o campo econômico brasileiro, decadente e deficitário por força dessa mesma liberdade de iniciativa privada, terá que permanecer ao seu sabor!

Entretanto, nem mesmo o cerceamento dessa liberdade de iniciativa privada a Plano estabelece. Ele apenas determina a intervenção meramente supletiva do Estado, quando aquela não funcionar constitutivamente. Todavia, o grito pela defesa da iniciativa privada livre de peias tem como causa principal o temor aos monopólios oficiais, um dos quais o Plano estabeleceu como necessário. É o que se refere à exploração de depósitos de fertilizantes fosfatados, ao lado da necessidade fiscalizadora da sua indústria. A justificação dessas medidas reside apenas na citação do seguinte fato: de 1936 para 1943, a superprodução de produção nacional teve o seu preço elevado de 902%.

Meus Senhores! A democracia liberal em nossa terra foi e é cultuada pela caração, pela índole do espírito brasileiro, pela inteligência e pela cultura da nossa gente! Todavia, entre o ano de 1900 e o de 1949 não transcorreu meio século, apenas. Conviveu um largo e profundo abismo nesse lapso de tempo. Todos sentimos, entristecidos e penalizados, que a tranquilidade espiritual daquele tempo já não existe. E se dependesse de nossa vontade a volta àquele saudoso estágio social desaparecida, estou certo que não vociferaríamos em esforços para conseguirlo. O capitalismo de então avaluava tremendamente impondo, hoje, ao Estado, providências defensivas do interesse geral em conflito quase permanente com a índole avassaladora do capitalismo atual, crescentemente concentrado e por isso mesmo de controle mais difícil, tal o seu poderio. Nestas condições as democracias foram forçadas a uma evolu-

# CRIADORES

**Prefiram os produtos veterinários RAUL LEITE. São todos de eficiência comprovada e segurança absoluto.**



**VACINAS, TÔNICOS, VERMÍFUGOS. PRODUTOS PARA TÔDAS AS DOENÇAS E PARA TÔDAS AS ESPÉCIES ANIMAIS**



**Na febre Atosa — KUKROS E COLÓIDO-CALCÍO.**

**Para os banheiros carrapaticidos — GAVIÃO.**

**Nos bicheiros e bernes — CRESOS.**

**Nos verminoses — FENOTIAZINA — FENOLFTALEINA.**

**Nas fricções — FRIEIROI.**

**Nas intoxicações — VITOS.**



**Peçam folhetos e preços aos representantes nos Estados ou aos**

**Laboratorios  
Raul Leite S. A.**

**RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130**

**RIO DE JANEIRO**

ção proporcional às contingências da nossa época, contemporânea de um capitalismo hipertraliado, incompatível com a liberalismo. Se observarmos a evolução das democracias americana e inglesa, nos últimos 50 anos, verificaremos também a quanta permanece invulneráveis, ainda hoje, aos cartéis e "trusts", a economia e o bem público brasileiros, no duplo sentido social e material, pela manutenção do velho consenso da liberal democracia. O sentido social do mundo atual impõe **avaliação e adaptação** ou desaparecimento, que são as mesmas contingências imperativas para o indivíduo e para a coletividade biológicas.

Tivemos oportunidade de examinar, no decorrer desta palestra, a atual situação econômica brasileira, e a sua gravidade, diante de um mundo carecente de recursos monetários para intercâmbio e por isso mesmo continuos esforços para auto-suficiência. Verificamos, também, por força, principalmente, dessa mesma situação monetária, a tendência acentuada de desenvolvimento da produção colonial africana, no propósito de suprir as metrópoles européias.

Sentimos os efeitos do exagerado isolacionismo brasileiro em relação aos mercados da órbita socialista, quando as próprios potências capitalistas não desprezam as oportunidades comerciais que oferecem, e servem como nossos intermediários, onerando insuportavelmente o valor dos produtos nacionais exportados, restringindo, portanto, o escoamento dessa produção, em benefício exclusiva de intermediários monopolistas estrangeiros.

Encontra-se, portanto, o Brasil numa situação tremendamente embaraçada, defrontando-se com um ascendente custo interno de vida, por força de produção estagnada quando não decante, como efeito da política financeira adotada; com os seus índices de exportação em decadência determinantes de menor produção de divisas, e com as suas importações essenciais prejudicadas por essa mesma deficiência de divisas; com os seus custos internos de produção de tal sorte elevados que nos impossibilitam de concorrer na exportação lucrativa; com uma nova e vitoriosa competidora que é a África, na produção de matérias primas e produtos tropicais, por força da sua própria situação colonial e do custo de sua mão de obra.

Diante dessa situação e das ameaças de futuro pior, ficamos todos apreensivos e alarmados, principalmente, porque não notamos providências eficazes de reação a esses aspectos obscuros da nossa atual quadro econômica e social.

Parece-nos que a par de providências gerais que imprimam à nossa vida de relação internacional um sentido ativo, torna-se urgente que elevemos a padrão interno de vida pelo aumento do poder aquisitivo, que deverá resultar de maior produção por menor custo, mediante a execução de toda uma série de providências já programadas e contidas no Plano Salte.

Pesam hoje sobre o Congresso brasileiro todas as responsabilidades pela agravamento de uma situação que foi de previsão fácil mas nunca tentadamente considerada. E todos nós, que apenas constatamos fatos e que não somos impulsionados por qualquer tendência acusadora, agunrdamos, atentos e esperançosos, que seja o planejamento oficial finalmente aprovado pelo Congresso, que não mais deveria legislar, paralelamente, sobre matéria contida no Plano, encerrando, enfim, a longa período de

2anos de estudos o que a submeteu, sob constante espetotivo de todo o nação.

No transcurso da vida nacional poucas vezes temos observado incongruências como a que presente-mente se constata. Todos reconhecem a gravidade da situação econômica do momento. Todavia, teme-se a aplicação das medidas estudadas que os mal s demois parentes do enfermo discutem e debloteram sobre o regime de tratamento indicado ao paciente, o estado geral dêste se agrava de manelra a tornar possível até a caducidade do tratamento anteriormente aconselhado e em discussão. O essencial, no momento, é sair do ponto morto em que nos encontramos.

As medidas corretoras indispensáveis à recuperação econômica desejada por toda a nação, imporá procedimenta reconstrutivo ordenado, daqui para o futuro, pois que só dentro de 4 ou 5 lustros o país paderá gosar das resultados obtidas. No caso do café, por exemplo, a volta do país à liderança dessa economia, levará tanto tempo quanto a decorrido na seu processo de decadência, desde que o nosso procedimenta seja atento, inteligente e de ação continua.

A inércia, resultante do discussões estereis e paliativas, permanece. Enquanto isso, a nação deriva ao sabor dos elementos.

Não usaremos aqui a clássica expressão de que eln, finalmente, se despenhe para o fundo do abismo, em cuja borda se situou por muito tempo, conforme expressões tão nossas conhecidas. Não, ele se reajustará ao pior, novamente, daqui para a frente, como já o tem feito no passado, em níveis de vida cada vez mais baixos na escala do mundo em marcha. Ficaremos nós, à beira da estrada do progresso, no postura triste da nosso Jeca à soleira de seu arruinado rancho, cismando melancólicos e resignados, opilados de alma, de inteligência e de espirito, vendo o dechfile de outras nações por objetivos e destinos elevados.

Meus Senhores! A resignação só é qualidade quando indispensável ao se enfrentar situações factais, ou por força de sofrimentos e dissabores necessários à consecução de determinadas fins. No mais, ele é defeito grove. Entre os povos, o resignação vai até certo ponto, para depois gerar a violência. É a apastasia que precede a reação. E n história do mundo é farta em exemplos dessa natureza, recentes e passados. A conjuntura atual não comporta mais nem cismores nem meditações, e sim, ação corajosa e consciente.

Resta, portanto, como última esperança do país, que os órgãos ativos da nação, cõncios das suas responsabilidades cívicas, reconheçam n gravidade da nossa situação diante do momento mundial, para ugrir desassombrada e efetivamente na reconstrução nacional.

AGÊNCIA PESTANA  
DE TRANSPORTES  
RUA PHAROUX N.º 3  
TELEFONE: 42-4196

# Visão sumaria e incompleta dum Agrônomo Português á cerca da Agronomia Brasileira

Com grande concorrência de professores, engenheiros agrônomos e estudantes realizou-se a 4 de novembro ultimo, na Sociedade de Ciências Agronômicas de Portugal, uma sessão solene para que o sr. prof. dr. Henrique de Barros lizesse entrega à douta colectividade de um diploma e medalha de prata conferidos pela Sociedade Nacional de Agricultura e realizasse uma conferência sobre o tema — "Visão de um agrônomo português acerca da agronomia brasileira". Presidiu o sr. prof. dr. Sousa da Camara, ladeado pelos srs. dr. Orlando Guerreiro de Castro, ministro-conselheiro da embaixada do Brasil, que representava o embaixador, e eng. Teixeira de Souza, na direção da Sociedade. O sr. dr. Henrique de Barros fez entrega da medalha, depois de historiar a vida da Sociedade Nacional de Agricultura, dizendo da sua obra à frente dos nossos mais importantes problemas agrícolas. A medalha oferecida comemora, precisamente, o cinquentenário da instituição, para a qual o orador teve calorosas palavras de elogio, apontando os nomes illustres de individualidades que nos seus destinos têm previdido. O sr. eng. Teixeira de Souza agradeceu, em nome da Sociedade de Ciências Agronômicas, saudou a representante do sr. embaixador do Brasil e o prof. Souza da Camara, e pôs também em relevo a notavel obra da sua congênera brasileira.

O Prof. Henrique de Barros, pronunciou, então, a sua conferência, que inserimos em íntegra:

"Sr. Presidente — Sr. Embaixador do Brasil — Senhoras — Senhores:

"Durante sessenta dias um agrônomo português permaneceu em íntimo contacto com a agronomia brasileira."

Analisemos esta frase para entendermos tudo o que nela se contém.

"Um agrônomo português" — eis a subjecta da oração. Mas quem foi este agrônomo português?

Estará ele, quanto à amplitude, à profundidade e à actualização da sua cultura profissional, em condições de apreender integralmente o valor e o trabalho dos agrônomos brasileiros, na vastidão dos seus programas, na multiplicidade das suas realizações, na magnitude e na variedade do território onde actua?

Advogado em causa própria, este modesto agrônomo poderá, na melhor das hipóteses, responder que fez o possível para ver muito e para ver bem. Mas não contestará que a insuficiência dos seus conhecimentos nalguns ramos da Ciência Agronômica o tenha obrigado a nem sempre ver tanta e tão bem como desejaria e conviria.

Prossiguamos na análise da proposição inicial.

Sessenta dias foi o prazo da permanência. E conquanto se haja afirmado, sem faltar à verdade, que a contacta foi íntima — todos reconhecerão tratar-se de período curtíssimo, que não permite ir a toda a parte, que não consente se veja tudo o

que há para ver, que impede, em suma, os convívios demorados, reflectidos e por isso proficuos.

Comparemos agora o prazo da visita com o objecto visitado: a Agronomia Brasileira. Salta aos olhos que a demora de dois meses, de curta que já era, considerada em abstrato, se torna simplesmente exigua, quasi ridiculamente exigua.

Imaginemos, na verdade, a casa inverso: um técnico estrangeiro desejando conhecer o Portugal Agrícola, esta nossa pequena e tão amada nêga de terra europeia; e querendo conviver com a Agronomia Lusitana, esta falange em que nos alistamos e que, entre tanta incompreensão e desajuda, luta por bem servir a nosso povo. Imaginemos tal casa e perguntemos: acaso bastariam 60 dias, 5 dúzias de rápidos e curtos dias, para que esse técnico, inteligente e sabedor que fôsse, daqui sôisse a conhecer *realmente* a agricultura portuguesa e as nossas instituições e realizações no campo agronômico?

A resposta não poderia deixar de ser negativa. E tanto mais quanto, no conhecido dizer do Conde de Ficalho, "poucos países em extensão igual, apresentam tanto como Portugal aspectos diversos do Natureza, revelam diferenças tão sensíveis nas floras espontâneas locais e tão marcada diversidade nos regimes e nas práticas agrícolas"; de tal modo que "um viajante, por hipótese levado subitamente do centro do Minho ao centro do Alentejo, se julgaria a milhões de léguas do seu ponto de partida."

Não desajo, ao perfilhar este parecer, ficar incluído no grupo daquêles "espíritos superficiais ou levianos", na severa apreciação de Silvio Romero, para os quaes "o Norte português guardaria, com relação ao Sul, distância pouco mais ou menos comparável, sob o aspecto climatológico, à que vai da Venezuela à Patagônia, ou da Sibéria à Índia meridional."

Considero até como perfeitamente exacto que estes "imaginosos dogmáticos", se acaso alguém os cometen, seriam, tal como anota Romero, "refutados de antemão pela exiguidade de um país, que não passa de 558 quilómetros no maior comprimento e 220 na maior largura, situada na Europa meridional, em península resguardada dos rigores do Setentrão pela gigantesca muralha dos Pireneus, e docemente aquecida pela proximidade do continente africano."

Não obstante, toda agronomia português sabe que, interpretada com o desconto devido na expressão "milhares de léguas", esse brilhante escritor que foi Ficalho, tão ligada à vida agrícola e à actividade agronômica, tinha inteira razão quando falava da extrema variedade do Portugal Agrícola.

Da cultura máximamente intensiva do Noroeste, baseada em trabalho, água e matéria orgânica, à cultura extensiva do Sul e do Centro Leste caracterizada pela exploração em grande escala dos cereais — do praguim e pela criação de vastos efectivos de gado manadim, atravessando as regiões vinícolas especializadas, todas com marcada individualidade, passando pelas zonas de alival, peicarrando o norte e cen-

tro os grandes povoamentos de pinhal bravo, e a sul as largas manchas suberícolas até atingir esse recanto mediterrânico que é o Algarve, com a sua cultura de primícias e a sua especializada produção frutícola,

— quantos e quantos aspectos diversos!

— quantos e quantos contrastes cheios de força e vida!

— quantas paisagens tão profunda, tão intimamente diferentes!

— quanta variedade de solos, relêvos, climas!

— quanta e quão acentuada diversidade de culturas e animais agrícolas!

— que notórias divergências nos sistemas de cultivar a terra!

— que fortes afastamentos na produtividade dos solos e no rendimento das culturas!

— e até que discrepâncias acentuadas nos tipos humanos, de temperamento audaz uns e buliçosos, lentos e meditativos outros, immanados todos apenas no convencimento de que a terra do seu país não dá de comer àqueles que a não trabalham com zelo incessante e amorosa diligência.

Como seria possível supôr que o nosso hóspede, em face de tal quadro, pudesse ficar inteirado, não direi já dos seus muitos ambientes, mas das suas linhas mestras e das suas côres fundamentais, ao longo do curto espaço de dois meses de permanência?

Não esqueçamos, além disso, que o nosso hóspede não seria um mero turista, mais deseioso de percorrer estafados itinerários e ambicioso de colacionar etiquetas de hotéis, do que anseando por conhecer verdadeiramente o país visitado. Supuzemo-lo, na verdade, um técnico agrônomo, e legítimo é admitir que, além de querer observar as paisagens naturais e humanas com olhos de agrônomo, conhecer quizesse também os problemas agrícolas do país e a maneira como dêles se ocupa a agronomia respectiva. E, então, tudo indica que as suas exigências subiriam e que, de escasso que já era para o mero turista, o tempo disponível passasse a ser da toda insuficiente para este turista "doublé" de agrônomo.

No *campo técnico*, é de presumir que, entre muitos e outros aspectos, lhe interessasse ficar a conhecer alguma coisa dos métodos de cultura, tão diferentes, por exemplo, de província para província, no que respeita à cultura cerealífica e mais ainda à cultura vitícola, esta completada pelas técnicas originais do fabrico dos variados tipos de vinho; alguma coisa também da exploração florestal, desde os carvalhais do Norte aos pinhais do Norte e Centro e nos montados do Sul; alguma coisa das nossas raças pecuárias e das suas tão variadas aptidões.

No *campo econômico*, o nosso observador não estaria ciente da realidade enquanto não verificasse a que ponto são amplas as "zonas de custos" das nossas principais produções agrícolas, inteirando-se assim da extrema variedade de condições fisiográficas, técnicas e sociais sob as quais são obtidas tais produções.

No *campo social*, haveria esse observador de se surpreender com a acentuada diversidade da estrutura agrária das regiões agrícolas, tanto na que respeita à divisão da propriedade, como à proporção relativa dos vários tipos de empresa e das formas de exploração, como à distribuição de população rural pelas classes sociais, etc. etc.

É seria, em suma, em face de tão marcada disparidade de ambientes, actividades e resultados, que o agrônomo estrangeiro haveria de se certificar de quanto são profundamente diversas, de região para região, os problemas que à agronomia portuguesa compete estudar e resolver; e de quanto têm de ser

especializados os diversos organismos onde tais agrônomos exercem ou deveriam exercer, a sua actividade.

Não é de Portugal, porém, que desejo occupar-me.

Ao falar do nosso País, e ao insistir em como êle é multiforme, na sua pequenez, pretendi apenas obter um termo de contraste, proporcionar uma base de comparação para que, ampliada enormemente a escala ao passar para esse quasi continente que é o Brasil, todos entendam a que ponto me assiste razão ao considerar exiguo o tempo de que dispuz para visitar, agronomicamente, aquela jovem e progressiva República.

É talvez, afinal, não tivesse sido essa apenas a razão por que tanto falei de Portugal numa palestra que tem o Brasil por tema. Eu sei que são pequenas as semelhanças entre as agriculturas dos dois países; mas nem por isso me parece inaplicável a opinião de André Sigfried de que "para interpretar, com plena intelligência, as civilizações latinas do ultramar, é necessário conhecer a fundo a Espanha e Portugal."

Tratemos, porém, do Brasil. Do Brasil, dessa "parte mais viva e mais destacada do mundo que o Português criou", na definição de Gilberto Freyre, o qual, aliás, exaltando embora a acção de Portugal, considerando "ridículo pretender que o Brasil exista independente da sua formação portuguesa" e reputando essencial para o Brasil "a cultura luso-brasileira", não deixa de apreciar a influência doutras culturas ao afirmar, acerca da sua gente, "somos o começo de uma vasta cultura plural."

Falamos do Brasil, objecto da visita de qua vos está falando o agrônomo português que a levou a efeito, chamada per um convite, para êle extremamente honroso, do ilustre Ministro da Agricultura, Prof. Daniel de Carvalho.

Falamos do Brasil, essa Nação de quem Stefan Zweig disse que, ao conhecê-la, "percebera que havia lançado um olhar para o futuro do Mundo" e ainda que aquêles que a descrevem "irconscientemente já descrevem o seu ontem".

A superfície total do Brasil excede 8.5 milhões de quilômetros quadrados, quasi tanto como os 10 milhões de toda a Europa, pouco menos do que 100 vezes a área do Continente Português, quatro vezes a totalidade das actuais terras portuguesas, perto de 7 vezes a superfície da nossa grande Colónia de Angola.

É o quarto país do Mundo, em extensão territorial, após a Rússia, a China e o Canadá, ultrapassando os Estados Unidos em 700.000 quilômetros quadrados. Ocupa 46% da superfície da América do Sul. O seu perimetro mede 21.200 quilômetros, dos quais 9.200 de costas marítimas.

As distâncias da Venezuela a Patagônia e da Sibéria à Índia meridional, a que se referia Romero, e que eram na verdade absurdas quando applicadas a comparações entre terras portuguesas, deixariam de o ser se se referissem ao Brasil.

Aos 6.000 quilômetros que traduzem aquelas distâncias, o Brasil pode contrapôr, sem grande desvantagem, os 4.500 que vão desde a Serra Pacuráma à Laguna Mirim.

Quem poderá deixar de pensar, perante estes dados, que o Brasil não seja uma Nação gigante? E como poderia um inexperiente turista pretender conhecer aquilo que não pôde ver esse autêntico cidadão do Mundo que foi Zweig, experimentado como poucos em visitar terras e conhecer povos? Zweig que, após meio ano de permanência, outra coisa não pôde reconhecer senão que "apesar da toda a diligência em aprender e de todo o viajar, ainda

nao posso dizer que conheço o Brasil e sei também que uma vida inteira nao bastaria para conhecê-lo".

A par desta vastidão enorme, e a dificultar mais a observação, sobretudo quando esta se prende às costas da terra, e pretenda exercer-se com critério técnico, surge a extrema diversidade de ambientes e usos, no pé da qual a nossa variedade de aspectos, notória como mostrei que era, deixa de ser variedade para ser unidade. Foi certamente ao pensar no Mundo que é a sua Pátria, que a Silvio Romero pareceu leviano que se considerasse Portugal como um país de muito accentuada differenciação fisiográfica. E, na verdade, se esse foi de facto o seu termo de confronto, há que dar razão ao grande Mestre brasileiro.

Seria impossível, descuidado, poeril até, proceder aqui a uma descrição do Brasil Agrário.

Alguns traços apenas para demonstrar a extrema diversidade fisionômica das várias regiões.

Quanto ao clima, e tendo presente que o território abrange quasi 40 graus em latitude, não é de surpreender que apareçam modalidades muitissimo diversas. Basta notar que, tanto a região equatorial como a tropical e a sub-tropical, como ainda a francamente temperada, estão representadas no país. Dêste modo, os climas brasileiros, os macro-climas, variam desde o muito quente ao frio, passando pelo quente, pelo temperado-brando e pelo temperado-frio, excluindo apenas o glacial, oscilando entre temperaturas máximas absolutas mensais superiores a 40 graus e mínimas absolutas, mensais também, inferiores a 0 graus.

Quanto a chuvas, a oscilação de local para local também é marcante, bastando notar que, relativamente às capitais dos Estados, as precipitações annuis oscilam entre o máximo de quasi 3.000 milímetros, em Belém, e o mínimo de 1.000 mm, no Rio.

Em certas regiões as chuvas são abundantes e frequentes, noutras mais escasas e sobretudo muito incertas, como sucede no Nordeste, com as suas famosas secas periódicas, "leit-motiv" de toda uma moderna corrente literária e sociológica, cujas brilhantes descrições, todavia, não creio que superem as páginas fumosas de Euclides da Cunha sobre os sertões e o respectivo "ciclo inflexível das secas". A differenciação habitual dos climas pela latitude, soma-se em certas regiões com força marcante, a influencia da longitude. É o que diz Euclides da Cunha: "a partir dos trópicos para o equador, a caracterização pelas latitudes cedo às causas secundárias perturbadoras. Define-se normalmente pelas longitudes".

E adiciona-se, outrossim, com não menor vigor, a differenciação pelos relevos, graças à qual — volto a citar Euclides — se criam climas equatoriais em altas latitudes ou regimes temperados entre os trópicos".

Não estou, porém a fazer o estudo do clima brasileiro. Pretendo, somente, chamar a atenção para a extrema variabilidade dos aspectos climáticos de que, aliás, eu próprio, pude eloquentemente aperceber-me ao viajar num só dia no Rio, onde predominavam os trajes linnicos, para a pequena cidade de Pelotas, onde toda a gente, em franco paradoxo com o nome da terra, envergava os espessos capotes exigidos por uma temperatura de 2 graus negativos e pelo cortante vento do Sul, ali alterado de "mimano". Basta lembrar também a differença que existe entre as quentes e úmidas regiões equatoriais e as temperadas regiões do Sul. As primelras, teatro daquellas chuvas dilavadas e enfiadas espantosas que Ferrelra de Castro, com realismo sem par, tão bem descreveu: "Era um dilúvio annal que

vinha do Peru, da Bolívia, dos contrafortes dos Andes, velos que borbulhavam, blocos de gelo que se derretiam, escondendo-se na terra alta, regougando mactacohoeiras e destroçando, de passagem, tudo quanto se lhes opunha". As segundas, as temperaturas regiões do Sul, nas quais (de novo recorro a essa epopéia nacional que é "Os Sertões"), nas quais "attingido o inverno, a impressão de um clima europeu é precisa: sopra o Sudoeste frigidissimo sacudindo chuvisqueiros finos e esgarçando garbões; a neve tendilha as vidraças; gelam os pântanos; e as geadas branqueiam pelos campos". Não assiste, portanto, a menor razão aqueles autores que, como Jacques de Luze, na sua obra "L'Amérique Ibérique", declaram que no Brasil há apenas dois elementos comuns a toda a Nação: a lingua portuguesa e o clima tropical que — afirma — "se encontra de Norte a Sul". Além da nossa lingua, muitos outros, e bem valiosos, elementos comuns, unificadores, existem no Brasil; mas, entre eles, não se conta o clima tropical.

Mais demorado do que falar da diversidade de climas seria tratar da diversidade dos solos, porque nestes a multiplicidade de tipos é maior e as respectivas manchas formam intrincado "puzzle", bem mais complexo do que toda a combinação que se possa imaginar de macro e micro-climas.

Direi, apenas, que neste sector se encontra de tudo ou quasi tudo. No "ensaio de mapa pedológico do Brasil", organizado pelo Prof. Thomaz Coelho Filho para essa corajosa obra que é a "Geografia da Fome", de Josué de Castro, apontam-se 23 diferentes tipos principais de solo, desde os mais ricos aluviões, os férteis "massapês" das regiões da cana e as excelentes "terras roxas" dos cafezais de São Paulo, até aos pedregosos salmourões e às fra-

## Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltd.

Av. Presidente Wilson, 164, 12.º andar — Tel.: 32-4250

A única organização distribuidora que entrega diretamente ao consumidor mensalmente mais de 200.000 litros de leite em recipiente inviolável.

Abastecer-se na COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES DE LEITE LTDA. é garantir-se contra a fraude do mais rico alimento humano

A COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES DE LEITE LTDA. é o maior órgão de intercâmbio entre produtores e consumidores, tendo distribuído em janeiro último nada menos de 7.396.355 litros de leite procedente dos Estados de Minas, Estado do Rio e São Paulo.

ens areias de tantos e tantos locais. Função de uma geologia variada, dum relevo acentuado e diverso, de climas muito diferentes, não é de surpreender que os solos brasileiros entre si divirjam consideravelmente, quer nos tipos principais, quer nas muitas variantes que cada um destes tipos comporta, e que aliás são ainda insuficientemente conhecidas, porquanto o reconhecimento agrológico deste imenso território está apenas principiado. Sob um critério simplista de apreciação da capacidade produtiva, quero fazer notar que há solos de todas as categorias, do fértil ao fraco, do altamente produtivo ao inteiramente sáfaro, e não apenas, como supõem aquéles que indevidamente generalizam e perpetuam a celebrada apreciação de Para Vaz de Caminha de que a terra "em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo"; e não apenas, ia dizendo, aquelles solos feracíssimos de que nos fala, com poético arrebatamento, Stefan Zweig no dizer que "o solo, intacto desde séculos e milénios, responde aqui a todo o apêlo com uma energia quasi incrível".

A observação, mesmo sumária, do agrônomo medianamente versado em apreciar a valia agrícola dos terrenos, não escapam, a par de zonas de alta fertilidade nativa, vastas extensões de terreno próprio apenas para pastagens ou de aptidão essencialmente florestal.

Na relação dos solos do Prof. Thomaz Coelho, num total de 23 designações, há 10 cuja aptidão cultural está indicada com adjectivos tais como: má, precária, inferior, fraca.

A escassa produtividade intrínseca de muitas terras, adicionam-se, como factor potente de degradação da fertilidade; as ações erosivas pluviais e eólicas, manifestadas, logo após o corte da floresta espontânea, com força devastadora muito superior à que estamos habituados a ver sob os nossos mais policidados climas. O "superlativo alcançado ali pela Natureza", de que fala Zweig, não se refere apenas à fecundante ação desta, mas também aos seus efeitos destruidores: "às trovoadas que, com estrondosos relâmpagos, rasgam o firmamento, às chuvas que se precipitam em catadupas".

A muitos agrónomos brasileiros ouvi dizer que a frase, indevidamente generalizada, do escriptor português contribuía para tornar mais árdua a sua tarefa — já que, convencida a opinião de que a terra brasileira tudo, em toda a parte e abundantemente pode produzir, com o só jeito de a querer semear, aos técnicos atribuía a responsabilidade do fraco ou nulo rendimento em muitas zonas, afinal de si mesmas fracamente capazes de produzir. E' um tópico semelhante a este de "benignidade do nosso clima" cujo reverso agrícola, nós outros, agrónomos portugueses, bem conhecemos, e melhor do que nós, os agricultores de profissão que, de há séculos, lhe vêm sofrendo os efeitos nefastos. A luta da agronomia brasileira para obstar à degradação do solo, e para lhe elevar o nível de fertilidade, é, por sua vez, uma daquelas em que o combate é mais árduo e se estende por mais extensa frente.

A respeito de solos, como a respeito de climas, quis apenas pôr em relevo a variabilidade do condicionalismo brasileiro, e por isso perei ponto no assunto.

A diferenciação agro-climática, por sua vez, conduz a um acentuado polimorfismo fito-geográfico.

Os geógrafos costumam referir-se a oito grandes regiões, indo desde as *Florestas Tropicais* da Amazonia, às vastas *Campinas* do Sul, prolongamento dos pampas argentinos, passando pela *região litoral de coqueiros, restingas, e mangues*, pelas *caatingas* e pelo *cerrado*, pelo *complexo do pantanal*, pelos

*babaçuais e pelos pinhais de araucarias*, do Paraná e Santa Catarina.

Não é de surpreender, em face de tal multiplicitade de aspectos fisiográficos, que as plantas com aproveitamento económico, as culturas agrícolas e florestais e as espécies pecuárias sejam variadíssimas. O conceito, tão difundido, de que o Brasil é o país da monocultura, com os seus celebrados ciclos do açúcar, do algodão, da borracha, do café, do cacau, é um conceito que nunca foi perfeitamente exacto, e cada vez mais se afasta da realidade.

O que é exacto — ou, melhor, o que foi exacto — é o predomínio que, durante determinado período, certo produto agrícola toma na exportação, e, portanto, em todo a economia nacional. Isto, porém, não equivale a monocultura, no sentido técnico do termo, já que a viabilidade da própria cultura comercialmente dominante reclama a coexistência de muitos outros ramos da exploração agrícola. E' o que, por exemplo, em conferência recente, justamente observa o Ministro Daniel de Carvalho, a propósito do açúcar. "No ciclo da cana-de-açúcar, as regiões dos engenhos, situadas no litoral, eram abastecidas de gado e cereais provenientes do interior. Nunca houve, propriamente, monocultura, exclusiva produção de cana, e, sim, apenas, predominância do açúcar como artigo de exportação".

Numa reunião da Sociedade Rural Brasileira, em que tive a honra de tomar parte, vi debater o projeto de promover a emigração de umas dezenas de famílias açoreanas, a quem se facultaria habitação e terra, destinada esta não só à produção de alimentos para a família mas também ao fornecimento de gêneros hortícolas para S. Paulo, no mesmo tempo que se lhes exigiria o compromisso de prestarem serviço nas lavras de café nas ocasiões de maior intensidade de trabalho. Desta forma, a lavoura cafeeira, cuja similitude técnico-económica com a exploração de vinhedos no Douro é manifesta, a lavoura cafeeira, exemplo mais que todos típico da especialização em agricultura, não deixaria de contribuir para a mais declarada policultura.

Seja como for, do ponto de vista técnico, e sem embargo da existência de regiões especializadas, a agricultura brasileira manifesta acentuada, e penso que crescente, índole poli-cultural.

A estatística oficial procede ao cômputo anual das áreas e colheitas de 22 produtos, quando em Portugal se mencionam apenas 12. Os referidos 22 produtos, cujo valor total, em 1940, atingiu 24 milhões de contos, pertencendo ao café o primeiro lugar e ao trigo o segundo, são os seguintes: Arroz, Aveia, Centeio, Cevada, Milho, Trigo, Algodão em rama e em caroço, Cacau, Café, Cana de Açúcar, Tabaco, Ricino, Feijão, Batata, Mandioca, Abacaxi, Banana, Côco, Laranja, Uva e Luzerna.

Mas a lista das produções vegetais brasileiras é incomparavelmente maior.

Faltam, na relação acima, os inúmeros produtos da flora espontânea das zonas tropicais, alguns dos quais aliás começam a ser cultivados, abandonando o sector da produção extractiva para entrar na agricultura: babaçú, borracha, maniçoba, carouá, cêra de curatuba (esta, dando 500 000 contos por ano), cêra de licuri, guaraná, oiticica, piaçava, jatiua, raiz de timbó, a erva-mate, sem a qual o galcho não pode viver, a castanha do Pará, conhecida por "carne vegetal", tal a sua riqueza proteica, etc., etc. Somente as plantas produtoras de óleos e gorduras abrangem cêra de 50 espécies diferentes, cuja produção vale 150.000 contos, excluindo os subprodutos. A flora medicinal, entre a qual se destaca a quibeira, compreende mais de 130 espécies. E, entre outras plantas úteis, com variadíssimas aplica-

ções, contam-se dezenas de espécies, tais como (cito ao acaso) o açafreão, a milheira, a araruta, a baunilha, o cravo, etc.

No grupo das plantas cultivadas, a relação da Estatística omite muitíssimas, como por exemplo: chás, ananás, soja, mamona, tucque, sisal, rami, pitheira e juta, linha e cânhamo, e ainda, entre as culturas alimentares nossas conhecidas: batata doce, tomate, cebola, alho, alface, couves, nabos, fava, ervilha e as mais variadas hortaliças — tudo produtos muito procurados nas cidades brasileiras onde são apreciados no seu nobre papel de alimentos protetoras.

No sector da fruticultura, falta toda essa variedade e saborosa coleção de frutos tropicais e subtropicais, como sejam o abacate, a manga, o mamão, a jaca, a pupunha, a jaboticaba, a mangaba, a sorva, o assú, o jambo, o maracujá, a goiaba, a anona e quantos e quantos mais!

No que respeito a frutos das regiões temperadas, embora em pequena escala, já se produzem pêsegos, pêras, maçãs e morangos, com excelente aspecto e sabor, além de grande quantidade de uva, da qual se vinifica a bastante para exceder um milhão de hectolitros de vinho, parte do qual, fabricado com castas da vitis vinifera, em meu modesto parecer, — que me perdem os portugueses de cá e de lá, intransigentes nesta matéria — inteiramente digno de ir à mesa de qualquer cristão.

Também em certas regiões do Rio Grande do Sul, a oliveira começa a medrar e alguns exemplares tive oportunidade de ver em produção. Quanto ao castanheira, a sua adaptabilidade está comprovada nas zonas temperadas-frias, e já há quem, no Brasil, coma castanha nacional.

Falando agora da Silvicultura, é imensa a sua diversidade. Da flora arbórea das regiões equatorial, tropical e subtropical, nem imaginar posso quanto é variada; pelo pouco que me foi dado ver, compreendi que estava em presença de povoaamentos cuja composição silvicultor algum de formação apenas europeia seria capaz de indicar sem faltas. Industrialmente, porém, a principal riqueza florestal encontra-se nos Estados do Sul e é representada pela espécie a que ali chamam pinheiro ou pinho e que é a *Araucaria brasiliensis* ou *angustifolia*, ocupando cerca de 10 milhões de hectares.

Esse mesmo suposto silvicultor de formação europeia, não deixaria, porém, de encontrar espécies suas conhecidas, e entre estas, com enorme importância em todo o Sul, mas tantas do género *eucalyptus*, representadas por milhões de exemplares, e cuja introdução na grande cultura se deve a um técnico brasileiro diplomado pela Escola Agrícola de Coimbra: Navarro de Andrade. E, além do eucalypto, outras essências se encontram, entre as quais as vulgares coníferas de ornamento como as cupressus, os cedrus, as tuias, as criptomérlas, etc. E até, segundo observei, o nosso prestável pinheiro bravo está a revelar adaptabilidade manifesta, traduzida por fortíssimos crescimentos anuais; vi-o, próximo a Pelotas, em terra arenosa, quase ao nível do mar, e voltei a encontrá-lo, sempre pujante, na Serra de Itatiaia, a quase 1.000 metros de altitude.

Não pode restar dúvida portanto — e só ni, pretendi chegar — de como é ampla e variada a produção vegetal brasileira e de como se tornou impossível conhecê-la e apreciá-la sem uma preparação agrônômica quasi universal e sem uma vida inteira de observação e estudo.

Se quizessemos dar um termo de comparação, e o que desejássemos procurar em terra portuguesa — teríamos que iniciar a viagem pela colônia de Moçambique, seguir para Angola, tocar em S. Tomé,

demorar algum tempo nos Açores e na Madeira, penetrar no Continente pelo Sul e abandoná-lo pelo Norte. E ussint mesmo, muitos aspectos deixariam de encontrar-se, embora alguns outros surgisser (em especial os tipicamente mediterrânicos: sobreiros e fruticultura algarvia) desconhecidos no Brasil.

Quanto, finalmente, à produção pecuária assume a mais vistosa importância, com tendência a aumentar. São quasi 74 milhões de cabeças de bovinos, asininos, muaras, ovinos, ovinos e caprinos, além de 63 milhões de animais de capoeira.

Aos 74 milhões de cabeças naturais correspondem 35 milhões de cabeças normais. Divididas estas pelo quantitativo da população ativa agrícola (9,5 milhões) obtém-se a média de 3,7 cabeças normais por habitante. É um índice que mostra a importância da pecuária no País; comparado, por exemplo, com o nosso verifica-se que o ultrapassa quasi três vezes.

Quanto à composição por espécies do armento brasileiro, pode ter-se por francamente favorável. Basta notar que o quociente das cabeças naturais pelas cabeças normais é apenas de 2,1, quando em Portugal sobe a 4,2, e só no Minho e no Douro Litoral desce abaixo de 3. Por sua vez, esse coeficiente tão expressivo que é o índice bovino (% de bovinos sobre o total) atinge 35%, mais do que o índice minhoto, ligeiramente menos do que o do Douro Litoral e muita mais do que o nosso índice geral que é apenas de 11%.

Também a composição qualitativa, dentro de cada espécie animal, apresenta grande diversidade.

Nos bovinos há a considerar dois casos distintos: na região tropical, é o Zebu, importado da Índia mas adaptado e melhorado, a ponto de ter dada origem a bem caracterizados tipos nacionais, é o Zebu que domina, quer puro, quer em cruzamentos; na região temperada, as raças inglesas (Hereford, Shorthorn, Polled Angus) demonstraram adaptabilidade e são hoje a base da sua riquíssima indústria zootécnica. Nas zonas de produção leiteira, domina a raça holandesa, pura ou cruzada. Nas outras espécies, as raças indígenas ou crioulas, importantes nos gados cavalari e suino, convivem, cruzando-se frequentemente, com diversas raças estrangeiras; nos ovinos predominam raças estrangeiras de comprovada aptidão para carne e há: Romney Marsh, Southdown Corriedale, etc.

A produção pecuária é considerável e variada. O seu valor, em 1946, avaliou-se em 9 milhões de contos. Além da carne, da lã e das peles, das gorduras e dos laticínios, compreende importantes produções de ovos, mel, cera e seda. A expansão da avicultura e da sericicultura são recentes e traduzem-se por progressos espetaculares; basta notar que, em 10 anos, as amoleiras em S. Paulo passaram de 6 a 50 milhões, no mesmo tempo que a produção de casulos suliu de 413 a 6.000 toneladas. Volto a insistir na afirmação tantas vezes feita, e agora aplicada à pecuária: não pretendi descrever a indústria zootécnica, mas somente mostrar que, tal como a produção vegetal, embora em menor grau, a produção animal é vastíssima e muito diversificada nos aspectos regionais.

O observador do Brasil teria ainda outra campo onde verificar a extrema variabilidade dessa imensa Nação: o elemento humano. Não vou deter-me a falar naquilo que todos conhecem: que o povo brasileiro é das mais complexas mesclas raciais que no Mundo se conhece; ameríndios de duas raças distintas: tupis e tamoiós; europeus de quasi todos os países e, entre estes, predominando os portugueses que, por sua vez, estão longe de constituir uma raça pura: afro-negros, dos tipos mais variados;

gentes do Médio Oriente; asiáticos por fim. E que, apesar disso, lenta mas sistematicamente, vai emergindo do fervilhar dêsse caldeirão, um tipo próprio de humanidade, sem identidade física por enquanto, mas desde já com visível identidade psíquica, a tal ponto que só aparentemente é paradoxo o parecer de Zweig, de que foi a "mescla sistemática que fez do Brasil uma unidade e que sezinha o manteve como unidade". Não será das características menos salientes e menos estimáveis dêste novo tipo de humanidade, as da cordial acolhimento e da generosidade inata — de que, neste mesmo momento, estão dando provas sobejas. Sua Excelência o Sr. Embaixador, e demais representantes do Brasil, que se dignaram honrar-nos, a esta Casa e a mim, com a sua presença.

Deixemos, porém, o aspecto genérico do problema étnico, para focar somente a circunstância da coexistência duma extensa variedade de tipos humanos praticando a agricultura por êsse vasto Brasil, e cada qual não deixando do lhe imprimir determinadas particularidades. "Na região do Sul", informa o Anuário Brasil", predominam os declarados brancos; nas do Este e do Nordeste constituem a maioria da população, sendo entretanto, pouco menor a número de pretos e de pardos; na região do Norte a maioria é de pardos e pretos. Os amarelos estão localizados na região Sul e principalmente no Estado de S. Paulo".

Agricolamente, merecem interesse os chamados "núcleos coloniais" constituídos pela reunião de lotes de terrenos medidos e demarcados, formando um grupo de pequenas propriedades rurais", núcleos êstes que, frequentemente, correspondem a grupos populacionais de proveniência estrangeira. Em 1946 a população estrangeira dos núcleos compreendia gente de 22 nacionalidades, com predomínio de polacos e alemães. Muitos dêstes núcleos especializam-se em determinadas produções, como acontece aos italianos com a vinha, aos japoneses e portugueses com a horticultura, etc. Durante a minha estadia em Minas Gerais, o Secretário da Agricultura dignou-se expôr-me que projetava organizar dois núcleos coloniais: um, a constituir por italianos, e que se dedicaria à triti-cultura, outro, a formar por compatriotas nossos, e que se ocuparia de fruticultura das regiões temperadas.

Em suma; também no aspecto humano — mau grado a tendência para o fenômeno demográfico a que poderemos chamar o "abrasileiramento" — a pluralidade é a regra.

Falemos, por fim, em rapidíssima referência da estrutura agrária do país, empregada a expressão no significado sociológico. Apenas para dizer que, aqui também há variantes e que o regime clássico, herança dos tempos coloniais, da grande propriedade, com marcada diferenciação entre patrões e trabalhadores, vai cedendo o passo a uma estrutura mais complexa. Permitir-me-ei ilustrar o acerto com trechos da citada conferência do Ministro Daniel de Carvalho em que a questão é apresentada numa síntese luminosa: "Não existe no Brasil uma estrutura agrária homogênea, que constitua extensão contínua, mas um mosaico de estruturas regionais, que forma arquipélagos econômicos, com as suas características e seus problemas peculiares. O sistema colonial da grande fazenda de plantação de cana, fumo, café e outros artigos de exportação, e dos pequenos sítios de produção para consumo; vai cedendo lugar a dois tipos de fazenda: a grande, com moços e assalariados, e a pequena, em que trabalha a família do dono.

Em todo o Brasil, o sistema sucessoral vai partilhando as grandes extensões de terras entre os herdeiros do antigo senhor, a ponto de, em certas re-

giões, já aparecer o problema do minifúndio, da micro-propriedade, insuficiente para exploração econômica.

O regime de acesso a terra pela legitimação das posses com cultura e morada habitual, e venda, à vista ou a prazo, de lotes demarcados aos que os quizessem cultivar, deu ao Sul do País fisionomia própria de região de pequenas propriedades, de onde vão desaparecendo os latifúndios. Somente no Paraná ainda existem extensões consideráveis de terras devolutas que estão sendo, todavia, ocupadas por duas ondas de pioneiros: uma, que entra pelo Norte, em busca de terras de café, e outra pelo Sul, de riograndenses, os quais fazem em torno da casa culturas de cereais e batata.

Em São Paulo, vai-se processando, também, o parcelamento das grandes fazendas, coexistindo os dois tipos de exploração: a fazenda de plantação, com as suas colônias de assalariados, e a fazenda cultivada por uma família, assistida raramente por mão-de-obra estranha. O mesmo fenômeno se observa por toda a extensão da zona povoada do litoral. Minas Gerais possui larga área de pequena e média propriedade, na Mata, no Sul e no centro, terrenos e matas devolutas a leste, e áreas de grandes fazendas de criar no Oeste e no Norte.

As grandes fazendas de criar ou de indústria extractiva vegetal, as largas extensões de terras devolutas, onde a unidade légua ainda é a regra, encontram-se no Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Sertão da Bahia. Em Goiás, terra clássica do latifúndio, trava-se, nesta oportunidade, a batalha do povoamento, com a medição e o loteamento das terras públicas e particulares para a colonização nacional e estrangeira".

Da conjugação das zonas fito-geográficas com as agro-econômicas, resulta a divisão do país em 5 regiões: Norte, com 3 sub-regiões, Nordeste, com 4, Leste, com 4, Sul com 5, Centro-Oeste, com 3. Ao todo, 5 regiões e 19 sub-regiões. Ser-me-in impossível tentar sequer a descrição dêstes territórios.

Imenso como poucos, multiforme como raros, misterioso ainda, no seu potencial latente, como nenhum outro — o País Brasileiro, o Brasil Rural, não é, em suma, susceptível de ser conhecido, mesmo superficialmente, no curto espaço da visita que lhe fez, êste mal apetrechado agrônomo lusitano.

Recordareis, todavia, que não apentei, como objeto da minha observação, a agricultura brasileira, mas sim a agronomia brasileira. A que propôs, portanto, ter vindo esta descrição que, embora a traços largos, apenas em grosseiro esboço, eu tentei fazer da Agricultura Brasileira?

E' que, como é aliás de recomendar, a organização dos serviços agrônômicos acompanha de perto, nas características técnicas e nos programas especiais, a diferenciação agrícola do território. Mostrar, por consequência, a extensão e a complexidade da estrutura agrária do país, corresponde, implicitamente, a revelar a extensão e a complexidade da organização agrônômica, na triplice aspecto do ensino, da investigação e do fomento.

Os serviços agrônômicos, em resultado da organização política federativa, apresentam-se em dois escalões paralelos: os Serviços Federais, dependentes do Governo Central e pertencentes ao Ministério da Agricultura, e os Serviços Estaduais, dependentes dos Governos dos Estados e pertencentes às Secretarias de Agricultura. A organização federal estende-se a todo o país, com amplitude crescente, e apresenta, em geral, maior importância do que a organização estadual, talvez com a única exceção do Estado. Não tive oportunidade de conhecer, senão de leve, as organizações estaduais. Por isso me

vou referir nos Serviços do Ministério da Agricultura, de quem fui convidado, e com cujos técnicos convivi mais de perto. Em artigos na imprensa portuguesa prestei uma informação ligeira a este respeito e não sei ainda desta vez que se me proporciona o ensejo de tratar o assunto com a propriedade do desenvolvimento.

O Ministério da Agricultura compreende quatro serviços técnicos com categoria similar à das nossas Direcções Gerais: três Departamentos (respectivamente das produções Animal, Vegetal e Mineral, este ocupando-se da industria extractiva mineral e não das industrias transformadoras) e o chamado C.N.E.P.A., "Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronómicas", o qual agrupa os organismos federais que se dedicam ao ensino e à investigação. É uma organisação similar à que existiu entre nós no tempo da Direcção Geral do Ensino e Fomento e que, por minha parte, e após a lição da experiência, me obstino a considerar a mais lógica e eficiente. O C.N.E.P.A., por sua vez, subdivide-se em dois grandes organismos: o "Serviço Nacional de Pesquisas Agronómicas" e a "Super-Intendência do Ensino Agrícola e Veterinário". Do Serviço Nacional dependem nove Institutos especializados quer regionalmente, quer em dado ramo científico: Instituto de Ecologia e Experimentação; Id. de Química Agrícola; Id. de Oleos; Id. de Fermentação; Institutos Agronómicos do Norte, do Nordeste, do Leste, do Sul, do Oeste.

Do Instituto de Ecologia e Experimentação dependem 5 Estações Experimentais Regionais. Do Instituto de Fermentação dependem 3 Estações e 12 Sub-Estações de Ecologia, bem como 12 Postos de Análises de Vinhos. Do Instituto Agronómico do Norte dependem 2 Estações e 4 Sub-Estações Experimentais Regionais, bem como a Escola de Agronomia da Amazonia. Do Instituto do Nordeste dependem: 1 Estação Experimental e 1 Sub-Estação.

Do Instituto do Leste dependem 2 Estações e 1 Têxteis, 1 Laboratório de Fibras, 1 Estação Experimental de Cana de Açúcar e 1 de Fruticultura. Regional, 3 Estações Experimentais de Plantas Sub-Estação Experimentais Regionais.

Do Instituto do Sul, pertencem 5 Estações Experimentais Regionais e 1 Escola de Agronomia.

Do Instituto do Oeste compreende 4 Estações e outras tantas Sub-Estações Regionais.

Da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário dependem as Escolas Profissionais Agrícolas dos vários graus, desde as Aprendizadas Agrícolas, que formam capatazes, passando pelas Escolas Agro-Técnicas, equivalentes às nossas de regentes agrícolas, até às Escolas de Agronomia e Veterinária, aquelas em número de 14. Com organização especial, e ampla autonomia, funciona a jovem mas já famosa Universidade Rural a que pertencem: A Escola Nacional de Agronomia; a Escola Nacional de Veterinária e os Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

Em face da variedade ecológica e agro-económica, fácil é de compreender quanto devem ser profundamente diversos os problemas de cujo estudo ficam incumbidos os estabelecimentos mencionados. Bastara confrontar o Instituto Agronómico, incumbidos os estabelecimentos mencionados. Não é fácil é de compreender quanto devem ser profundamente diversos os problemas de cujo estudo ficam incumbidos os estabelecimentos mencionados. Bastara confrontar o Instituto Agronómico do Norte com o do Sul, este ocupado em investigações e vicia cultura, fruticultura de países temperados, e zootecnia de raças inglesas e holandesas de bovinos e

ovinos; aquele dedicado às plantas tecteis da flora tropical, a cana do açúcar e à fruticultura das plantas tropicais e subtropicais.

campo de acção e, dentro d'êste, a mais accentuada.

Lícito é, portanto, dizer, sem mais exame, que a agronomia brasileira apresenta incomensurável da multiplicidade de problemas especializados. Imensidade e diversidade capazes de desafiar a perapto do que em e que dispuzessem de tempo na assistência, a argúcia e o saber de profissionais mais sessenta dias.

ta superior nos meus escissos, e hoje já saudosos.

Por tudo isto, creio que estará amplissimamente justificado o título de "visão sumária e incompleta dum agrônomo português acerca da agronomia brasileira" que, não por falsa modestia, mas por estrito amor à verdade, dei a este palestra.

É tempo, porém, mais do que tempo, de exprimir, em breves palavras, os resultados dessa visão sumária e incompleta.

Do vasto território do País, e do muito e diverso que nele há para ver com interesse agronómico, pouco tive, afinal, oportunidade de visitar. Eis um breve relato das minhas impressões.

Durante a permanência na Capital Federal, tomei contacto com os serviços do Ministério da Agricultura, visitei as escolas primárias rurais, a Universidade Rural e o Serviço Nacional de Pesquisas Agronómicas, o Parque de Itatiaia, com o seu incomfudível ambiente florestal, o Instituto de Nutrição, o Instituto de Tecnologia, a Caixa de Crédito Cooperativo e a Sociedade Nacional de Agricultura, onde tive a honra de proferir uma conferencia sobre a economia do trigo em Portugal.

Do Rio, em avião, viajei para Pelotas, e ali visitei o Instituto Agronómico do Sul, a Escola de Agricultura Eliseu Maciel, a mais antiga do Brasil, uma escola agro-técnica, duas estações experimentais; uma de fruticultura das regiões temperadas e outra de horticultura, um grupo de pavilhões de exposições e concursos pecuários, algumas granjas de criação de gado bovino e ovino e de produção de arrôz, trigo e linho.

De Pelotas segui de comboio para Bagé, onde estive na Estação Fito-Técnica de Fronteira, organismo que se consagra ao melhoramento do trigo, milho e linho, com resultados já difundidos na grande cultura, o cujo genetista principal é o Dr. Iwan Beekman, cientista sueco procedente de Swallow. Próximo a Bagé, proporcionou-se-me ensejo de percorrer o núcleo colonial do Rio Negro, constituído por solos férteis e onde se instalaram dezenas de famílias alemãs que exploram as suas glebas em regime de estrita empresa familiar, porém, uma empresa familiar diferente da que conhecemos, porquanto visa à comercialização das colheitas e, no aspecto técnico, se caracteriza pela integral mecanização.

Da Estação de Fronteira segui para a cidade de Bagé e daí, em avião, para Porto Alegre, capital do progressivo Estado do Rio Grande do Sul. Dessa cidade, ou irradiando a partir dela, visitei a Sociedade de Agronomia, órgão da classe dos agrónomos do Rio Grande, a Escola de Agronomia e Veterinária, a Estação de Sanidade e Profilaxia Animal, o Serviço de Fomento do Ministério da Agricultura, uma Estação Arrozreira, e, por fim, na região de Caxias, o maior centro de produção vitícola, onde pude ver os respectivas vinhedos e as correspondentes adegas, upeles do tipo de "latada baixa" que upateco na Madeira e também na trunslação da região do vinho verde para a do Vinho do Porto, e estas, as Adegas, grandes organizações centralizadoras da produção de inúmeros viticulto-

res, submetidas (as principais pelo menos) à direção técnica quer do italiano quer do português.

De Porto Alegre, o avião conduziu-me à famosa capital bandeirante, a progressiva e dinâmica cidade de São Paulo, de fama universal. Aí, ou a partir daí, viajando em excelentes comboios elétricos, visitei o célebre Instituto Agrônomo de Campinas, sem dúvida o mais prestigioso centro de investigação agrônoma do país; a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba; o Serviço de Economia Rural da Secretaria de Agricultura; o Serviço de Fomento do Ministério da Agricultura; o Instituto Biológico, consagrado à pesquisa nos ramos da biologia com interesse agrícola e compreendendo duas secções: produção animal e produção vegetal; a Sociedade Rural Brasileira, organismo associativo dos grandes produtores de café e algodão. Embora apressadamente, percorri também algumas fazendas de café, e a planície de Santos, principal produtora de banana.

De regresso ao Rio, e depois de ter realizado uma série de conferências no Ministério da Agricultura, fui a Belo Horizonte, a mais jovem capital do país, pois conta apenas 51 anos, espaço de tempo em que, de zero, ascendeu a 300.000 habitantes. Ali visitei o Serviço de Fomento do Ministério da Agricultura, o respectivo Parque de Material Agrícola, um dos Postos de Fomento Agro-Pecuário que o Ministério está espalhando pelo País com guardas avançadas do progresso técnico, e algumas fazendas produtoras de trigo.

E eis tudo; de nada mais pude tomar conhecimento. No dia seguinte ao regresso de Belo Horizonte ao Rio, embarcava num dos Constelations da Panair do Brasil o 19 horas depois aterrava no Aeroporto da Portêla.

A relação das visitas poderá parecer extensa a quem não estiver informado do muito mais que faltou ver. Por mim direi apenas que, a par de recordações impercíveis, trago dos contactos que mantive com a agronomia brasileira o desejo intenso de que um dia chegue em que possa realmente conhecê-la, como ela merece ser conhecida. O efeito mais importante da minha breve digressão foi, muito singelamente, o de... me abrir o apetito.

Não quero, todavia, terminar sem exprimir, num juízo rápido, a minha opinião sobre o que vi, compreendi e senti.

Terei que ser breve. Muitos dos organismos e serviços visitados dariam, eles sós, matéria para uma conferência. Tal seria o caso das Escolas primárias Rurais, da Universidade Rural, do Instituto Agrônomo do Sul, da Estação Fito-Técnica de Fronteira, da Região de Caxias, do Instituto Agrônomo de Campinas, do Instituto Biológico de São Paulo, do Serviço de Fomento Agrícola de Minas Gerais, etc.

Hoje, porém, já o disse, terei que ser breve, porque longa vai já a duração desta conferência.

A Agronomia Brasileira com que contactei foi, obviamente, a agronomia oficial — ou seja a que representa a alavanca do Estado nos seus esforços em prol do progresso agrícola.

Ao apreciar a sua ação, importa, em primeiro lugar, saber se obedece a um programa, e se é este completo, lógico e coerente; em segundo lugar, ver até que ponto tal programa está a ser cumprido.

Que existe um programa, logo de início o compreendi ao verificar que todos me falavam dos mesmos grandes problemas e que a toitas, com aquela tom uníssono que denota a existência de aspirações comuns a todos interessavam por igual que determinadas questões se equacionassem e solucionassem por determinadas maneiras.

A orientação do Ministério da Agricultura, tal como a definiu o seu atual titular, consubstancia-se nos seguintes pontos e ninguém negará que, na sua harmonia e na sua sequência, eles não formem um autêntico programa:

1.º — vencer o caráter anárquico do individualismo, os excessos de doutrina do "laissez faire", o conceito quirritário da propriedade, por meio de medidas destinadas a orientar os lavradores; concentrar, tanto quanto possível, as plantações nas áreas de maior produtividade; facilitar e conciliar a exploração das terras com a conservação do solo; assegurar o acesso à terra nos que a queiram trabalhar;

2.º — ampliar as investigações, pesquisas e experiências científicas sobre a biologia de plantas e animais, métodos de lavoura e criação, economia e engenharia rural, de modo a conseguir aumentar e melhorar rapidamente a produção pelos processos mais modernos (inseminação artificial, milho híbrido, trigo irrigado, etc.);

3.º — instruir o agricultor e sua família, melhorar os seus processos de produção, guiá-lo constantemente e levá-lo às práticas de conservação do solo, por meio do Postos Agro-Pecuários, das visitas de agrónomos e veterinários, das Semanas de Fazendeiros e dos campos de cooperação em suas próprias fazendas;

4.º — trabalhar assídua e persistentemente, por meio dos serviços do Ministério e especialmente do Serviço de Informação Agrícola, com suas publicações e programas radiofônicos, para a educação das massas rurais, implantando nelas o espírito de economia, a confiança na técnica, na solidariedade e na cooperação;

5.º — rotoar, senão estancar, o ciclo da agricultura nómada na busca constante de terras virgens, substituindo-a pela agricultura permanente

6.º — deter nas fazendas os operários, dando-lhes vivenda higiênica e melhor salário, além de escola, assistência médica e diversões;

7.º — transformar as colónias nacionais existentes em vários Estados em núcleos de fixação de pequenos proprietários rurais, e animar a fundação de outras colónias para a substituição da indústria extractiva;

8.º — impartar tractores e seus implementos, animar a indústria nacional de máquinas agrícolas e manter os centros de treinamento de pessoal habilitado para manejar, consertar e reparar a máquina em oficinas para isso montadas."

Ninguém poderá contestar, ao ler estas linhas, que o Ministro que as escreveu, e o Ministério onde se elaboraram, não estejam a par da realidade agrícola do seu país e dispostos a enfrentar, embora sem radicalismos, os verdadeiros problemas que esta comporta, e não apenas como tantas vezes sucede; os falsos problemas adrede avolumados para esconder os autênticos.

Como se está a cumprir este programa?

Quanto ao espírito que anima os seus realizadores, direi que com a mais alegre confiança no futuro e com a mais diligente atividade; a fase atual — aquela que pude observar, é precisamente uma fase de eclosão, de fundação e ampliação de instituições, de início de novos estudos, de aparelhamento ou reaparelhamento de laboratórios, uma fase em que o observador surpreende, em plena pujança, o esforço criminoso, e apreende quanto há de verdade na apreciação de Zweig de que "em completo contraste com o que se dava anteriormente, a hora tem aqui mais minutos do que na Europa".

Quanto à competência da classe agrônoma, pareceu-me elevada, sobretudo por parte dos jovens

técnicos que trabalham nos serviços de investigação. Todos os agrônomos do Ministério, após certo tempo de serviço, são obrigados a frequentar na Universidade Rural, durante 10 meses, um curso de especialização e aperfeiçoamento. Até à data funcionam os seguintes cursos: biologia, fito-sanidade, cafeicultura, plantas tóxicas, silvicultura, ecologia, enologia, química agrícola, inspeção de produtos agrícolas, fomento agrícola, caça e pesca, zootecnia, economia rural e educação rural.

Muitos dos agrônomos, entre os que revelaram maiores aptidões, completaram a especialização em Universidades e Centros Científicos estrangeiros, quase sempre dos Estados Unidos.

Não é de surpreender, assim, que nos Laboratórios, e demais instituições de pesquisa, se encontrem técnicos altamente especializados, vivendo profunda e devotadamente o seu problema particular e revelando, dele o conhecimento mais íntimo e circunstanciado.

Foi assim que, — apenas para dar um exemplo — fui encontrar, no Instituto Biológico de São Paulo, um pequeno, mas bem apetrechado laboratório, onde dois técnicos se consagravam exclusivamente as doenças dos Citrus e sai de lá convicto de que o tempo não lhes sobrara para lazares e a vida toda não lhes bastaria para atingir, na matéria, a suprema ciência.

Como, porém, a especialização se sobrepõe a um curso geral um tanto enciclopédico — acontece que os especialistas brasileiros não são daquela espécie, assás antipática, dos especialistas exclusivistas, cuja cultura restrita assenta sobre um extrato de conhecimentos pouco mais que primários. Posuem, pelo contrário, boa cultura geral agônômica e revelam interesse por tudo quanto respeito à profissão. Numa conferência que realizei na Estação Fito-Técnica de Fronteira e que versou sobre assunto de minha especialidade, verifiquei quanto o árido tema que escolherei, "Contabilização dos resultados da produção agrícola", despertara interesse nos auditores, todos geneticistas ou fito-melhoradores, e os levava a formularem perguntas judiciosas e a levantarem dúvidas pertinentes. O Diretor do Laboratório de que falei como ocupando-se das doenças dos citrus — especialista que é, de grande renome — é também um agrônomo de vasta cultura profissional e um espírito aberto a todas as actividades mentais; tive o prazer de conversar com êle, pela primeira vez no seu laboratório e pela segunda vez em casa da grande poetisa Cecília Meireles, e fiquei a conhecer duas facetas distintas da sua personalidade.

Outra característica dos agrônomos brasileiros que me feria a atenção, é a tendência para conviver com o agricultor, e para aprender com ele antes de o querer ensinar. Na pequena cidade de Pelotas, onde vivi dias inolvidáveis, e que é simultaneamente um centro de concentração agônômica vulgarmente densa e a capital duma progressiva região agro pecuária, sentiu-se no ar, respira-se por assim dizer, essa inter penetração do agrônomo com o agricultor, sem a qual a ciência agônômica é ocupação de dilettantes e a actividade rural tarefa de rotina.

As actividades agônômicas podem distribuir-se por três sectores:

- 1 — Ensino
- 2 — Investgção
- 3 — Fomento

No ensino, além das Escolas Primárias Rurais, que não estão, aliás, entregues a agrônomos e que me deixaram entusiasmado pelo seu carácter de autêntica ruralidade e pela sua pedagogia estruturalmente democrática, há a considerar três graus. Visitei apenas uma Escola Secundária, a "Es-

cola Agro-Técnica Visconde de Graça" e encontrá-la bem dotada, com área considerável em cultura e um excelente parque avícola; nela fui encontrar, outrossim, uma lição viva, palpável, de como deve ser a educação numa nação moderna; a educação que não reprime nem constrange, antes anima e liberta; a educação para quem os alunos não são autómatos moldáveis a vontade do professor, mas criaturas vivas e conscientes que como tal devem ser respeitadas e aproveitadas. Quanto ao ensino superior, tenho que me contentar em remeter os meus auditores para os artigos que escrevi no Diário de Lisboa acerca da Universidade Rural, ou então pedir-lhes que esperem por outra oportunidade que se me apresente de tratar do assunto. A Organização dos cursos afigura-se-me um tanto antiquada e, alem disso, pelo que ouvi dizer, nem todas as Escolas de Agronomia são de igual nível — o que, se tem a inapreciável vantagem de criar emulação, tem o inconveniente de dificultar a homogeneidade dos quadros técnicos.

As três únicas escolas que visitei — a da U. Rural, a de Piracicaba, a de Pelotas e a de Porto Alegre — pareceram-me, aliás, de elevado nível, embora as duas últimas disponham de apetrechamento modesto, sobretudo quando comparado com a qual santuosidade da primeira.

Quanto à investigação, algo disse já a seu respeito. Tanto quanto pude observar, afigura-se-me que os ramos que têm merecido mais atenção, quer no sentido da formação de especialistas, quer no da concessão de verbas e apetrechamento de laboratórios, têm sido os seguintes: fito-patologia, genética, entomologia e pedologia. Numa actividade conjugada de geneticistas e fito-patologistas, vi o interesse de muitos serviços concentrado neste importantissimo setor agônômico que é a imunologia vegetal. Quanto aos pedologistas, além do levantamento de cartas de solos, notei que se ocupavam em medir a resistência à erosão dos vários tipos de solos cultivados com as plantas mais correntes, e notei que a problema da conservação da fertilidade era para eles o fundamental.

Dado a premência com que são sentidos no Brasil os problemas da intensificação e melhor organização da agricultura, não é muito de admirar que hoje a preocupação da extrair, tão depressa quanto possível, resultados práticos da actividade investigadora. Como exemplos, citarei o que vi passar-se com a questão do milho híbrido que, menos de 10 anos depois de entrar em estado no Instituto de Campinas, se encontra na fase da distribuição em grande escala de semente à lavoura; com a questão dos trigos precoces e resistentes à ulforra, criados por seleções e hibridação de variedades regionais com italianas, e graças aos quais se tornou possível e rendoso a triticultura na zona de Ilgê, onde até então, se não era de todo impossível, se apresentava pelo menos como muito abjectóla; com a questão do algodão, cuja semente, em São Paulo, é já hoje, na totalidade, fornecida à lavoura pelos Serviços Officiais, com as merentes garantias; com a irsemiação artificial, hoje inteiramente generalizada, e graças à qual se assiste à rápida melhoria da pecuária nacional.

Não desejo, todavia, que se julgue que me apresento, em face da actividade agônômica brasileira, como um admirador incondicional, por completo desprovido de espírito crítico.

Éis um gênero de homenagem que, creio ham, não seria o mais apreciado da parte dos nossos colegas do Brasil. Foi assim que, para apontar uma deficiência, disse que a actividade investigadora no setor da Economia Agrária é ainda muito retardada;

apenas no Serviço de Economia Rural da Secretaria da Agricultura de São Paulo, encontrei uma secção onde quatro jovens e distintos agrônomos se dedicavam a pesquisas de índole econômica, tendo entre mãos, à data da minha visita, o cálculo do custo de produção do algodão, arroz, batata, feijão, milho e uva.

Aproveitei, por sinal, o ensejo para, depois de inteirado dos trabalhos em curso, expôr, por minha vez, a atividade portuguesa no mesmo setor, e em particular o inquérito no custo de produção do trigo a que está procedendo a Federação dos Produtores do Trigo.

Desta troca de impressões, realizada no espírito da melhor fraternidade profissional, provieram, segundo me pareceu, muitos benefícios.

Digamos, por último, alguma coisa sobre o *fomento*. Em todas as capitais do Estado, o Ministério da Agricultura mantém um "Serviço de Fomento". Consiste, essencialmente, numa Repartição Central, num Parque de Inspeção e reparação de material agrícola, em numerosos Postos de Fomento Agro-Pecuário dirigidos por agrônomos e disseminados pelo território dos Estados, e numa multiplicidade de chamados "campos de cooperação" adiante descritos. Dêstes Serviços, o que me pareceu mais completo foi o de Belo Horizonte e direi acerca dele duas palavras.

Compreende, na cidade, os seguintes departamentos: escritórios, oficina mecânica e laboratório de análises e tratamento de sementes. A oficina mecânica executa toda a espécie de trabalhos: reificação, soldagem, pintura, reforma de baterias, bate-chapas, etc.; é considerada como das mais completas que existem em Minas Gerais.

Uma das suas mais notáveis atividades é o aproveitamento de coisas tidas como perdidas ou impraticáveis; com material abandonado como sucata pelo Exército, a oficina construiu viaturas inteiramente novas, trabalho êste que pude ver em curso.

O laboratório de sementes afigurou-se-me muito completo. Nenhuma semente é distribuída sem prévia análise. Desde que se lhe reconheça valor cultural superior a 70%, é submetida à limpeza e classificação em peneiras mecânicas, embebida em sacaria própria e rigorosamente expurgada.

No campo, asfaltados pela vasta área do Estado, o Serviço compreende 13 Postos Agro-Pecuaris, onde os agrônomos fazem vida exclusiva de campo, habitando aliás, moradias confortáveis; dois campos permanentes de fruticultura, três campos de multiplicação de sementes e quatro oficinas de despolpamento da café.

A atividade que, todavia, se considera como assumindo maior repercussão econômica e mais influência para aumentar e melhorar a produção é a conhecida pela designação de "cooperação com o produtor agrícola". Dou a palavra ao agrônomo Jaime do Brito, Chefe do Serviço, para expor as várias modalidades da cooperação:

1º) Assistência técnica e fornecimento de insecticidas gratuitamente, empréstimos de sementes e de máquinas simples de tracção animal.

2) Destinada à produção de sementes em massa, o Serviço dá assistência técnica, empresta os conjuntos motomecanizados e o semente, e exerce fiscalização da sementeira à colheita.

3º) Destinada à prestação de serviços motomecanizados aos fazendeiros que os requeriram: lavoura, gradagem, sementeira e colheita, mediante o pagamento de uma taxa correspondente apenas ao preço da custo.

4º) Cooperação didática junto dos estabelecimentos escolares ou da assistência técnica, onde so-

mentes, insecticidas, fungicidas e adubos são cedidos gratuitamente, e as máquinas e ferramentas são emprestadas.

E Jaime do Brito concluiu assim: "Na cooperação agrícola, o produtor dispõe, na sua própria fazenda, de uma verdadeira escola de aprendizagem ligeira, prática e eficiente, onde aprende a conhecer a terra para a cultura que desejar fazer; onde vê a máquina própria para cada operação, aprendendo a manejá-la; onde é instruído na defesa do solo; nos amanhos culturais; na colheita, beneficiamento e armazenamento dos produtos, aprendendo, ainda, a fazer o registo das operações agrícolas a fim de que, no termo da cultura, possa elaborar a respectiva conta que lhe dirá do prejuízo ou do lucro líquido."

No ano agrícola de 1948-49, o número de cooperação atingiu 557 correspondendo a 4.175 hectares.

É tempo de terminar. As vozes de tantos portugueses ilustres que do Brasil têm falado, junta-se hoje a minha humilde voz. Não tratei de literatura, nem de arte, nem de ciência pura, nem de paisagem, nem da alma generosa desse grande Povo, irmão do nosso. Tratei apenas das coisas humildes da Terra-Mãe, como é própria aliás desta Casa, onde todos sabemos que, na sua humildade, tais coisas são afinal as fundamentais. Seria caso, se fosse necessário, de invocar Cesário Verde e justificar-se de ter louvado em verso a produção frutífera nacional:

"Para alguns são prosnocos, são banais  
Estes versos de fibra succulenta;  
Como se a polpa que nos dessenta  
Nem ao menos valesse uns madrigais."

Insisto, porém, em que é tempo de terminar. E não vejo forma mais apropriada de o fazer do que esta de formular os mais sinceros votos para que a Agricultura Brasileira, sob a égida e o impulso da sua progressiva Agronomia, caminhe para dias de prosperidade e glória.

A essa Agricultura, de todo o coração, desejo que, sem demora, alcance a era pela qual sonhou o estadista João Pinheiro, essa era em que "nas pastagens cuidadas, haverá gado nédio e numeroso; nos campos cultivados, colheitas fartas e variadas; nos lares, abundância, e na abundância a alegre independência oriunda do trabalho que remunera".

Tenho dito.

**FABRICA BANGÚ**  
**TECIDOS PERFEITOS**

Preferidos  
no  
Brasil



**BANGÚ**

Grande  
sucesso  
em  
Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA  
BANGÚ-INDUSTRIA BRASILEIRA

# Banco do Brasil S. A.

1808 - 1949

Sede — Rua 1.º de Março n.º 66, Rio de Janeiro (DF)

## TAXAS DE DEPOSITOS

<b>Depósitos sem limite</b> . . . . .	2% a.a.
<b>Depósitos populares.</b>	
Limite de Cr\$ 10.000,00 . . . . .	4 1/2% “
<b>Depósitos limitados</b>	
Limite de Cr\$ 50.000,00 . . . . .	4% “
Limite de Cr\$ 100.000,00 . . . . .	3% “
<b>Depósitos a prazo fixo:</b>	
Por 6 meses . . . . .	4% “
12 meses . . . . .	5% “
<b>Com retirada mensal de juros:</b>	
Por 6 meses . . . . .	3 1/2% “
Por 12 meses . . . . .	4 1/2% “
<b>Depósitos de aviso prévio:</b>	
30 dias . . . . .	3 1/2% “
60 dias . . . . .	4% “
90 dias . . . . .	4 1/2% “

### Letras a prêmio (sêlo proporcional)

Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.

O Banco faz tôdas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito federal, além da Agência Central, na Rua 1º de Março, nº 66, mais as seguintes:

Bandeira, Rua Mariz e Barros nº 44 — Botafogo, Rua Voluntários da Pátria nº 449 — Campo Grande, Rua Campo Grande nº 100 — Copacabana, Avenida Nossa Senhora de Copacabana n. 1202 — Glória, Rua do Catete n. 238 — A — Madureira, Rua Carvalho de Souza nº 299 — Meier, Avenida Amaro Cavalcanti n. 95 — Ramos, Rua Leopoldina Rego n. 78 — São Cristovão, Rua Figueira de Melo nº 360 (esquina da Rua S. Cristovão) — Saúde, Rua do Livramento, nº 63 — Tijuca, Rua General Roca n. 661 — Tiradentes, Avenida Gomes Freire, 20/22.

Além das operações normais, a Agência Metropolitana da Glória está habilitada a receber depósitos fora das horas de expediente, quer durante o dia, quer à noite, utilizando-se do Receptor Automático instalado na referida Agência, e a Metropolitana de Copacabana oferece, mediante módico aluguel mensal, cofres de vários tipos para guarda de valores (títulos, jóias, etc.) em casa forte dotada de moderno equipamento.

# MOEDA E CRÉDITO

Arthur Torres Filho

Antes de abardar a impartância da crédito e suas madalidades em relação às atividades agrícolas, é interessante recardar alga sãbre a camércia nas sociedades antigas, a instituiçã da maeda, arigem da câmbia e da crédito em geral.

Na alvarecer das sociedades antigas, a mada de satisfazer às necessidades humanas consistia na troca de utilidades, de acârda cam a produçã e as necessidades das diferentes regiões.

Essa fôrma de camércia era praticada dentro e fãra das países. A título de curiadsidade, citaremos aqui a contrãta firmada entre Salamãa, rei de Israel, e Hirãa, rei de Tira, mediante a qual êste manarca farnereria madeira de cêdra para a canstruçã da templa, em Jerusalém, camprameten-da-se a rei israelita a dar em troca 20.000 côras de trigo, 20.000 côras de cevada, 20.000 batas de vinha e 20.000 batas de azeite. (Bíblia II livro de Crônicas, capítulo 2, versa 10).

Cam êste sistema de permutas de mercadarias, as hamens se supriam de tuda quanta necessitavam. Passadas anas, as ramanas instituiram uma determinada mercadaria cam a qual as outras pradutas pudessem ser trocadas. Essa mercadaria tamau a nome de "maeda", e a âta da permuta — compra e venda.

Várias substâncias foram utilizadas sucessivamente, coma valôr manetária, tannanda-se preferidas a prata e a aura. Vantagens diversas mativaram a escalha das referidas metais, coma a base das transações camerciais, cuja valôr servia de aferiçã para as outras mercadarias. Entre as vantagens que determinaram a sua preferência, paderemos enumerar as seguintes:

- 1º — Canterem grande valôr, dentro de pequena pesa;
- 2º — Oferecerem maiar facilidade de transparte;
- 3º — Serem metais inalteráveis vista a seu valôr se conservar mais au menos igual;

- 4º — Admitirem sub-divisã;
- 5º — Nãa se prestarem a falsificaçã;
- 6º — Serem produzidas em grande quantidade.

A canvençã da maeda metálica deu às sociedades modernas a passibilidades de permutas e a mabilidade das riquezas, atribuínda-se aa outra valôr privilegiada.

Cam a fim de facilitar as transações camerciais, surgiu a papel-maeda, cuja missãa pãde ser de duas naturezas: **convertível** e **inconvertível**.

Papel-maeda inconvertível é aquele que nãa pãde ser convertida em maeda, a que se denomina — inflaçã.

O manapália da papel maeda dessa natureza pertence aa Governã, cuja critéria determina a limite da emissãa. A circulaçã da papel maeda inconvertível nãa necessita de cabertura aura e a custa da emissãa é insignificante: daí porque as Governas de recursas escassas se valem dêsse processa para satisfazerem as seus campramisas nacionais.

O papel maeda nãa passue valôr intrínseca; seu cura legal se limita às fronteiras da país que a emite, ficando, partanta, à margem das transações internacionais.

A inflaçã pãde determinar a depreciaçã da maeda, como acanteceu na Alemanha, em 1918, e na França, em 1924.

## CÂMBIO

A praparçã que se desenvolvem as relações camerciais entre as pavas, as transações manetárias foram se camplacanda exigindo um sistema de pagamento que dispensasse a transparte direta da maeda. Dessa necessidade ariginou-se a câmbia, que nãa é outra causa senãa a passibilidade de efetuar pagamento, sem a periga da remessa de maedas.

O câmbia é, país, a troca de maeda estrangeira pela nacional, levanda-se em canta a quantidade de aura pura que uma e outra contém.

Essa troca de dinheiro de um país para outro, é feita mediante letra de câmbio, a qual está sujeita, não só à quantidade de ouro puro que contém a moeda, como também as influências políticas e sociais. Assim, o câmbio que foi instituída para facilitar as relações comerciais, degenerou em flagelo para muitos países, porque os mais ricos tornaram-se árbitros do comércio mundial.

### O CAPITAL

O capital é toda classe de riqueza que possui o produtor, como auxilia no seu trabalho de produção.

O capital pode ser fixo ou circulante. O capital fixo de um agricultor, por exemplo, consiste em terras, instalações, etc. O capital circulante é representado pela produção. De tudo isso, pode-se deduzir que o capital é um instrumento indispensável a qualquer ramo de atividade da vida moderna, pois, nenhuma potencialidade de riqueza poderá ser incorporada à economia sem auxílio do capital. Podemos acrescentar ainda que o desenvolvimento econômico de qualquer lugar está condicionado ao capital que se possa empregar em benefício da produção.

### CREDITO

Crédito vem do palavra latina — *credere*, e significa crença ou confiança, no sentido de que o devedor salde as suas dívidas integralmente. O crédito pode ser pessoal, baseada na boa fé e na moralidade da indivíduo, ou real, baseada nos bens materiais, que a indivíduo passa oferecer em garantia.

O crédito, por si mesma, não cria capital, de modo que o comércio que se baseia exclusivamente nele, não é sólido.

O crédito representa, apenas, um meio hábil, pelo qual a indivíduo que não possui grande capital, pode aumentá-lo para desenvolver a sua produção.

Qualquer estudo sobre o crédito exige, por necessidade o método, o sua especificação. Assim, podemos distinguir diversos tipos especializadas, como sejam Crédito Comercial, Crédito Industrial, Crédito Agrícola, etc.

"O crédito é desconfiado por natureza e tem por base uma garantia. Sua lógica é a cifra e sua fé, a sucesso".

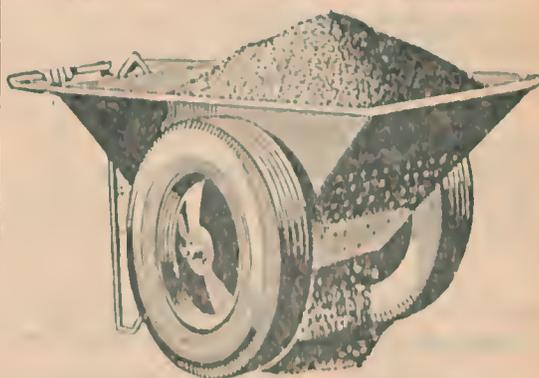
O crédito agrícola tem por base a cultivo da terra e é de todas as modalidades a mais lenta e mais difícil, devida à demora na devalução do capital. Daí constituir objeto de estudo, em todos os países do mundo. Sendo a garantia condição pré-cípua na aquisição do crédito, este se torna quase inacessível ao agricultor, que dificilmente pode oferecer a garantia requerida. Além disso, a pequena rendimento do capital empregado na agricultura, que não pode pagar grande taxa, determina a retração dos Bancos, em relação aos agricultores.

Apesar das dificuldades apresentadas, não podemos passar de larga sãbre a importância dessa modalidade de crédito, na economia brasileira.

Num país agrícola como o Brasil, que tem suas principais fontes de riqueza na cultura da terra, toda o amparo dispensada aos agricultores assumo um aspecto de extraordinária importância. Da amparo à produção, pela financiamento em bases câmodas e compensadoras, advém inestimáveis benefícios à intensificação da lavoura e exploração nacional da agricultura.

## Carrinhos MOCA

PARA ESPALHAR CAFÉ EM TERREIROS



Fabricantes :

INDÚSTRIAS GASTÃO PINATEL

RUA D. BOSCO, 156

São Paulo

Representante :

G. GILBERT

RUA DA QUITANDA, 20 - S. 407

Telefone: 22-9503

End. Telegr.: "Trehlig"

Rio de Janeiro

Todos os estudiosos do assunto, são unânimes em afirmar que, a dificuldade de obtenção de recursos financeiros, para empregar a técnica moderna de produção retarda a agricultura. Por isso o problema do crédito agrícola vem preocupando os poderes públicos, desde o tempo do Império.

A primeira lei neste sentido foi de n.º 1.237, de 1864, que estabelecia o crédito hipotecário, regulamentada pelo decreto n.º 3.471, de 1865; um ano depois, a de n.º 1.347, de 19 de setembro de 1866, o Governo renovou o acôrdo com o Banco do Brasil, designando 35 mil contos á carteira hipotecária, e mais tarde, pelo governo para o pagamento de juros de 5% ao ano e a amortização das letras hipotecárias emitidas por um Banco de Crédito Real.

Essa questão tem sofrido sucessivas reformas, sem contudo, obter uma solução satisfatória, nem no Império, nem na República.

Em 1938, cuidando o Governo mais objetivamente deste importante problema, criou a carteira do crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil. Até 31 de dezembro de 1941 a carteira de crédito agrícola já havia realizado 23.097 financiamentos rurais, distribuídos entre pequenos, médios e grandes agricultores, sendo que os primeiros representam mais de 50% do total e os grandes limitam-se a 16%. A necessidade dos financiamentos para custeio de entre-safras, aconselhou subordinar a utilização do crédito a retiradas mensais.

A assistência da Carteira do Crédito é efetuada indistintamente, em todos os Estados do Brasil, obedecendo aos imperativos de ordem econômica de cada região. A dissiminação dos empréstimos rurais mostrou a significativa assenção dos financiamentos, como se poderá apreciar pelo quadro a seguir:

PRODUTORES	1938/43	1944	1945	1946	1947	1948	Total
<b>PEQUENOS</b>							
De Cr\$ 250,00 a Cr\$ 5.000,00 .....	5.376	035	1.049	686	315	490	8.851
De Cr\$ 5.001,00 a Cr\$ 10.000,00 .....	7.312	2.472	2.717	1.776	618	1.010	15.905
De Cr\$ 10.001,00 a Cr\$ 20.000,00 .....	10.188	3.110	3.810	2.708	900	1.561	22.346
De Cr\$ 20.001,00 a Cr\$ 30.000,00 .....	6.307	2.760	3.153	1.930	458	742	15.440
.....	29.273	9.277	10.738	7.160	2.291	3.803	62.542
<b>MEDIOS</b>							
De Cr\$ 30.001,00 a Cr\$ 50.000,00 .....	7.300	3.364	4.009	2.544	649	1.039	18.911
De Cr\$ 50.001,00 a Cr\$ 100.000,00 .....	8.315	4.406	5.518	3.215	943	1.505	23.902
.....	15.621	7.770	9.527	5.759	1.592	2.544	42.813
<b>GRANDES</b>							
De Cr\$ 100.001,00 a Cr\$ 500.000,00 .....	7.858	5.590	7.490	4.103	1.618	2.503	29.102
Superiores a Cr\$ 500.000,00 .....	999	1.115	1.859	450	340	003	5.438
.....	8.857	6.705	9.349	4.559	1.964	3.166	34.600
Todos os Produtores .....	53.751	23.752	29.014	17.478	5.847	9.513	139.455

A cooperativa agrícola é outra modalidade de crédito. A primeira cooperativa de crédito no Brasil foi fundada em 1912 pelo padre Teodoro Amstadt no Rio Grande do Sul, segundo o sistema Raiffeerisen. Propagando-se o movimento por todo o Estado, dentro em pouco, o numero de caixas rurais foi além de 50, sendo a maioria delas filiada á caixa central, em Porto Alegre.

São Paulo, Pernambuco, Paraíba, todos os demais Estados seguiram o exemplo do Rio Grande do Sul, sendo hoje muito ele-

vado o número de cooperativas de crédito agrícola.

Afirmam, todos os interessados neste setor da economia brasileira, ser a cooperativa de crédito o meio mais acertado para fazer chegarem os benefícios do crédito agrícola até ás mais humildes camadas de agricultores, nos mais longínquos pontos do território nacional.

TORRES FILHO

Rio, 3 de outubro de 1949.

# CASA DA AGRICULTURA



Volta neste número "A Lavoura" a prestar à classe rural brasileira, especialmente ao corpo social da Sociedade Nacional de Agricultura, informações sobre a construção da futura sede da instituição.

Agora que as obras tomaram notável impulso, vamos recapitular as principais fases dessa velha aspiração de quantas diretorias tem passado pela Sociedade, e que só mais de meio século após a fundação da instituição se corporifica, como veremos:

*Terreno* — decreto de nforamento do domínio útil de uma área de 24x25, nos acrescidos de marinha da Esplanada do Castelo, sôbre a Avenida Presidente Justo, em frente ao Aéro Porto Santos Dumont (n.º 7.227, de 4-1-1945);

*Contrato de aforamento do terreno* — Na Delegacia do Domínio da União, em 18 de junho de 1945;

*Autorização para dar o terreno em garantia hipotecária* — Decreto-lei 8.594, de 8 de janeiro de 1946;

*Contrato de mútuo com a Caixa Econômica Federal* — Para o empréstimo de parte do numerário necessário à construção do edifício, em 24-11-1947.

O contrato com a firma construtora — assinado um pouco antes, prevê a construção de um edifício ocupando a totalidade da área referida, e composto de:

Sub-solo . . . . .	132,00 m2.
Pavimento térreo, com . . . . .	685,50 m2.
Sobreloja com . . . . .	360,00 m2.
Pavimento inter- mediário, com . . . . .	696,00 m2.
Pavimento tipo (6), com 500,00 m2)	3.000,00 m2.
Casa de máquinas e caixa de água	138,00 m2.
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>5.011,00 m2.</b>

Aprovado pela Diretoria o plano do edifício, foi constituída uma "comissão

de Obras", composta dos Srs. Arthur Torres Filho, Luiz Simões Lopes, Antonio de Arruda Camara, Kurt Repsold e Luiz Marques Poliano, respectivamente Presidente, 1.º Vice-Presidente, 3.º Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, incumbida de acompanhar de perto o desenvolvimento dos trabalhos de construção.

A sondagem do terreno, realizada logo após a aprovação dos projetos pela Prefeitura do Distrito Federal, foi realizada em maio de 1948 e atingiu a profundidade de 22 metros.

O lançamento da Pedra Fundamental se deu a 4 de junho do mesmo ano, ("A Lavoura", julho-agosto 1948, pg. 26), mas a obra não pôde ter prosseguimento em virtude de haver a Prefeitura do Distrito Federal exigido o pagamento de Cr\$ 26.205,10 a título de "licença" para a construção. Achava a Diretoria — e com razão — que esse pagamento não lhe competia — visto estarem isentos o terreno e as benfeitorias que nele fossem realizadas, do pagamento de quaisquer impostos ou taxas, quer municipais, quer federais. Apelou, sem resultado, para os poderes municipais e por fim teve de impetrar mandado de segurança, que lhe foi concedido, reconhecendo aquele direito presente e salvaguardando direitos futuros. Tendo apelado a Prefeitura, só em 7 de dezembro do ano passado teve a Sociedade confirmação da medida, pelo acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, registrado em 7 de dezembro de 1949.

Esse processo judicial obrigou a Diretoria a paralisar temporariamente a

sua atividade, porque a construção não poderia ser efetivada sem a licença municipal e esta só poderia ser obtida se paga a "taxa" exigida, com o que não se conformava a Sociedade.

Vencido mais esse obstáculo, retomou a Comissão de Obras a sua atividade e, de acôrdo com o plano de construção, foram contratados:

- a) o desaterro e nivelamento do terreno;
- b) a construção do tapume e a ligação da água e da força;
- c) o estaqueamento; e
- d) blocos de concreto armado.

Os dois primeiros serviços já se acham terminados, e o terceiro foi iniciado na última semana do mês de janeiro corrente. O último, logo após a terminação do terceiro serviço.

Compreendem estes serviços:

- a) *Escavações*: Remoção de 2.163 metros cúbicos de terra, pelo preço de Cr\$ 64.890,00;
- b) *Tapume*: em madeira, com 438 m2. por Cr\$ 31.234,00;
- c) *Estaqueamento*: 78 estacas com 18 metros de profundidade (Estacas Franki) Cr\$ 589.482,00;
- d) *Blocos de concreto armado* Cr\$ 108.716,00.

Total Cr\$ 794.322,00.

Após esse serviço, será feita a coleta de preços para a estrutura em cimento armado e tubulações embutidas, esperando a Diretoria que, por todo o correr de 1950, o edifício estará com a sua altura máxima atingida, e todo o serviço de alvenaria de tijolo terminado. O prazo para a construção está previsto em dois anos.

Para as suas aves RAÇÕES PRENSADAS

**avevita**

Inicial • Crescimento • Engorda • Postura

MOINHO FLUMINENSE S/A • R. URUGUAIANA, 118 • RIO

# OS CLUBES 4-Hs., SUA ORGANIZAÇÃO E INFLUÊNCIA NO MEIO RURAL

ARTHUR OBERLAENDER TIBAU

Engenheiro Agrônomo

## PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1.º — É inegavelmente na educação de um povo, considerada na expressão lata do vocábulo, que se alicerça a sua pujança econômica e que se firma a sua soberania. Raras, infelizmente, são as nações cujos educadores se inspiram nas fundamentos reais da complexa da felicidade humana, para se habilitarem a guiar a seu povo para essa ançada meta, pela maioria atingida, se bem que universalmente acessível.

O princípio básica da Pedagogia é o axioma fundamental da Sociologia que ensina ser a homem ao nascer um ente indefinido, podendo tornar-se um selvagem ou um requintado expoente da civilização — a diretriz da sua avaliação social é a educação. Feliz, portanto, é o povo cujos educadores sejam espiritualmente tão fortes que, vencendo as preconceitos empíricas e muitas vezes talos, passam, com a força da sua formação filosófica, focalizar na sua origem e analisar com precisão as causas determinantes da bem estar da sua gente, delas extrair as normas educativas e que sejam ainda capazes de dar-lhes forma curricular aplicáveis a fins pedagógicas, sadios, eficientes, e bastante hábeis para conduzirem as homens a se amarem entre si e dignificarem o trabalho, tendo em mira induzi-los a executarem as suas tarefas com prazer e entusiasmo, afastando-as da conceito maisão de obrigatoriedade escravizante.

Os obnegados e vigilantes mestres americanos se têm esmerado por tal forma na aplicação leal desses princípios, que se encaminham a passos largos e seguros para realizar a almejada aliança da nobreza dos sentimentos humanos com a sabedoria das métodos de execução das tarefas respectivas, proporcionando a todas o direito de desfrutar, em toda a sua plenitude, da alegria de viver, essa venturosa aspiração de cada um.

A riqueza material e as disponibilidades intelectuais incomensuráveis da grande Nação Americana do Norte, ajudada poderosamente pela índole do seu povo, oriunda de uma formação social e econômica moralmente sãs, criaram um clima favorável às pesquisas sociológicas profundas e perfeitas, permitiram que esses estudos, com base no realismo da vida, se orientasse no sentido da perfeição humana. Orientados por essa forma, conseguiram estabelecer as leis fundamentais da educação integral e tornaram possível a sua aplicação sem preconceitos, seguindo uma diretriz simplista e tão próximo quanto possível da atuação natural das seres vivos.

O êxito das suas realizações não é devida tão somente à inteireza dos seus métodos educacionais em si mesma, mas sobretudo por terem sido inteligente e estreitamente conjugados a parte social, que efetivamente complementa o ambiente, e de fato, em última análise, é a razão de ser de todos os seres humanas. Não poderia ser outra o caminho. A sãbia natureza na sua inigualável e inexcedível perfeição, sublima-se nas suas sublimes artimanhas para lutar pela conservação da espécie, concentrando-as

na atratividade dos sexos. Esta atratividade que é um fator de ardem psíquica, constitui o principal elemento a ser explorada para estimular o lastrucado no sentido da produtividade, da perfeição e da bom procedimento, aginda como um verdadeiro catalizador na apura da personalidade da homem e da mulher. Por esta razão ponderosa, meninos e meninas, moças e rapazes, devem formar as golhardas e harmoniasas equipes dos Clubes 4-Hs, quaisquer que sejam as suas atividades.

A experiência e a observação cuidadosa dos pedagogos, induzem a preconizar a adoção desse salutar sistema misto, pois são unânimes em considerá-la não só benéfico como mesmo essencial ao aprimoramento das indivíduos, que são levadas por esse estímulo natural e sadio, a se empregarem a fundo nos misteres que lhes são atribuídos, fazendo valer todos os seus atributos físicos, intelectuais e morais, para, instintivamente, realçarem-se entre as seus pares, lançando-se assim naturalmente na torrente de um entusiasmo sã, que, generalizadas e bem orientadas, conduzem-nas insensivelmente para a desejada perfeição. Pelo exposto conclui-se tratar de uma providência que à primeira vista parece complemeantar apenas uma norma de ação, mas entretanto deve-se situar em primeira plaa, formando aa tado das mais importantes, assim seada, convém, que se a regulamente para que as seus salutarese efeitos se façam sentir em toda sua plenitude.

2.º — **Finalidade:** Os Clubes dos 4-Hs têm por finalidade básica a preparação do adolescente para uma vida futura eficiente e feliz, por esta razão, a seu programa de ação deve estribar-se em normas de ensino que envolvam os problemas tal como eles realmente se apresentam aa vida comum.

A instrução deve ser conduzida de forma tal que a lastrucada se habilite a sentir e a medir a sua capacidade e a sua responsabilidade. Por esta razão os temas a serem desvalorizados devem representar fielmente os problemas da vida real, e é muito importante que a sua execução abranja, de uma maneira completa, todas as suas fases e se exteada à apreciação da seu custo, do seu valor econômico e a avaliação da sua repercussão na própria ambiente rural em que é levada a efeito a trabalho.

Pelo que vai acima exposto, é necessária que a tarefa a ser executada se constitua de um motivo do vida rural ou doméstica, devendo recair sempre sobre as assuntos de notória utilidade, e que possa ser convenientemente apreciado pelos agricultores da região.

É importante que a escolha da natureza do tarefa seja de livre iniciativa da jovem, que o faz sempre de acordo com os seus pentores naturais, e que, a desenvalva pessoalmente, procurando resolver por si mesma, todas as dificuldades que se apresentem, desde o começo à fase final, inclusive a venda e a aplicação dos proventos, ou quando este não for o caso, devem ser envidados meios para que sinta os efeitos da sua repercussão.

O sistema, como é óbvio ponderar, tem em vista proporcionar aa jovem oportunidade de resolver, com

as seus próprios recursos, tôdas as situações que se apresentem no decurso da execução da sua tarefa, habilitando-o não só a desenvolver a sua capacidade de iniciativa, como também a avaliar a exata valor das coisas e da sua própria capacidade.

A função da instrutor, como adiante veremos, é principalmente guiar a jovem na execução da sua tarefa e ministrar ensinamentos técnicos compreendendo as avançamentos atuais da ciência agrônômica, aplicáveis nos seus trabalhos, e por essa forma, demonstra objetivamente a sua eficiência e a razão de ser da sua preferência.

Um dos bons meios para estimular a capacidade dos jovens e o perfeição dos seus trabalhos, é permitir o seu comparecimento aos concursos e às exposições, onde terão oportunidade de demonstrar em pública a sua capacidade, habilidade e inteligência. É sem dúvida a prática frequente dêsse poderosa incentivo, que muito tem concorrido para o desenvolvimento desso grande organização americana.

Os prêmios alcançados pelos jovens autores da obra nessas competições, influem na ânima não só daquele que é premiado, como também na de todos as consórcios, conferindo a essa providência um elevada valor educativo.

Sendo a precípua finalidade dos clubes a preparo das jovens para a vida real, a melhor local da execução dos trabalhos é a domicílio de cada um, aí no próprio ambiente em que vivem. Além de ser mais viável, o efeito das métodos educacionais em causa, vão incidir diretamente sobre a meia que se tem em mira melhorar.

O clima da feita conseguida pelas normas pedagógicas seguidas na educação dêsses jovens chega a emancipar quando percebemos que o educanda sente-se enobrecido pelo trabalho que executou com perfeição, graças à sabedoria e elevação de espírito

que lhe serviu de guia. Sente-se tão orgulhosa quanto um artista que cinzelasse uma obra de arte, pois ele sabe além de tudo, que essa obra prima da seu esforço é um fator indispensável à prosperidade sua e de sua gente, e concorrerá, na sua esfera, para o aumento da majestade de sua Pátria.

A perfeição da técnica, convém frisar, deve ser alçada à nação do custo de produção, para que o instrutor tenha idéia exata do valor do seu trabalho e dos bens de produção dos quais lançou mão.

Assim sendo, deve ser orientada no sentido de organizar fichas completas, com tôdas as despesas discriminadas, não só do valor dos produtos empregados, como também a do seu próprio trabalho. De outro forma, a instruindo poderia ser levado a conclusões errôneas e de efeito contraproducentes aos propósitos educacionais em vista.

As atividades sociais são fatores de relevante importância na educação das jovens, e não devem ser em absoluta subestimadas, principalmente na Brasília onde a aridez da vida na interior, é a principal causa do seu repúdio por parte dos nossos homens do campo.

Os regulamentos dos Clubes 4-Hs incluem sistemática e abrigatòriamente os programas sociais recreativos para seus associadas e para seus pais e amigos. Só mesma a obtusidade dos nossos supostamente austeros educadores, desprezam êsse poderão auxiliar da formação e desenvolvimento do espírito associativo, tão em declínio entre nós, sendo talvez uma dos principais causos do desassossego em que vivemos.

A música, a dança, o cinema, a declamação, as conferências, os passeios, as preleções, os jogos de salão, os esportes, demonstrações, devem merecer a devida atenção por parte das responsáveis, porque, a manutenção dêsse ambiente de atração, represento, sem dúvida, o complemento que fortifica as relações

PARA BEM SERVIR COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

## BORGHOFF S. A.

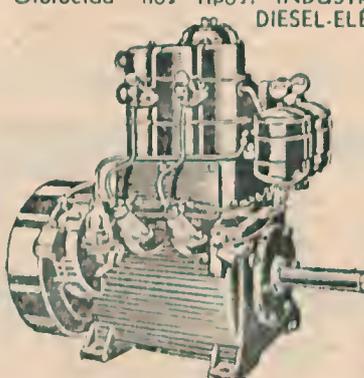
Rio de Janeiro - Rua Riachuelo, 243 - Fone 42-3720 - C. P. 619  
São Paulo - Av. Gal. O. da Silveira, 63 - Fone 51-6980  
Telegramas - "Borgmagneto" - Rio ou S. Paulo

O motor DIESEL mais  
vendido no Brasil,  
porque é um motor verdadeiramente **DIESEL**

### HALLETT

MODELOS DIVERSOS ATÉ 20 HP

Oferecida nos tipos: INDUSTRIAL, MARÍTIMO, GRUPOS  
DIESEL-ELÉTRICOS E DIESEL-BOMBAS.



- ◆ Virabrequim apoiado em rolamentos.
- ◆ Lubrificação forçada.
- ◆ Controlada por regulador automático.
- ◆ Partida a frio
- ◆ Viglada por manômetro e por termômetro.
- ◆ ROBUSTO, DURÁVEL, ECONÔMICO E SIMPLES.

Assistência técnica, oficinas especializadas e sobressalentes em estoque.  
Representamos outros motores e grupos-geradores, para qualquer potência.

entre os homens e cimentar as suas amizades. As atividades recreativas devem, por consequência, complementar invariavelmente todas as reuniões. A boa política é não perder nunca uma oportunidade para tornar o ambiente agradável e atronante.

Os americanos dão tal importância a esse gênero de atividades sociais que nas suas reuniões, independentemente das suas finalidades, a menos que haja incompatibilidade absoluta, não as dispensam dos seus programas e podemos estar certos de que o êxito de suas instituições muito devem a essa letular medida.

Considerando a importância decisiva da cooperativismo nas nossas empreendimentos agro-pecuários e o conseqüente valor da sua propagação no meio agrícola, não devemos desprezar esse propício ambiente que são os Clubes 4-Hs. Dentro da sua organização, muitos seriam os seus aspectos dos quais poderíamos tirar ótimos proveitos, inclusive a sua vinculação através os filhos dos próprios fazendeiros.

A solidez do embasamento, sobre a qual se alicerça essa admirável organização, que são os Clubes 4-Hs, é a própria significação dos seus 4 letras, que penham os mais nobres sentimentos humanos à causa do bem e da prosperidade.

Os 4 Hs significam:

- Head — Cabeça,
- Heart — Coração,
- Hand — Mão,
- Health — Saúde.

Não menos significativa é a juramentação dos jovens iniciados.

Minha cabeça para pensar claramente,  
Meu coração para a mais perfeita lealdade;  
Minhas mãos para maior capacidade de trabalho;

Minha saúde para viver melhor,  
Para meu Clube, minha comunidade e meu País.

Diz-se que, nos Estados Unidos, nenhuma instituição jamais alcançou a sua popularidade e sua eficiência. Calcula-se em 14.000.000 o número de americanos que já frequentaram a Clube dos 4Hs. Esta astronômica cifra representa mais ou menos 50% de toda população rural daquele país.

A sua projeção se destaca por tal forma dentre as outras instituições que todos os gigantes da indústria, desde a General Motors até a Standard, auxiliam com recursos financeiros e dádivas, essa gigantesca fábrica de homens entusiastas do trabalho e cultores dos bons costumes.

Existem disseminados pela território americano exatamente 80.286 Clubes 4-Hs, aos quais doa assistência gratuitamente 203.211 abnegados e diligentes instrutores e instrutores cuja nobre função é instruir e orientar êstes 1.759.911 felizes jovens, nelas inscritos, e, que estão se preparando para viver prósperas, alegres e saudáveis.

Não exageremos se incluímos no seu moldar curricula a função de autênticos alcoviteiros, pois as coisas são de tal forma dirigidas, que moças e rapazes são também preparados para o matrimônio que é a suprema ventura da vida e a sua exponencial finalidade.

Povo feliz é este que sabe para onde quer ir e com tanto perfeição e carinhoso preparo a caminho de modo a poder prosseguir com segurança e altivez.

Os Clubes 4-Hs são dedicadas na excelência aos filhos dos fazendeiros e seus auxiliares.

São, sob o ponto de vista de associação, constituídos dos mesmos princípios que as suas congêneres,

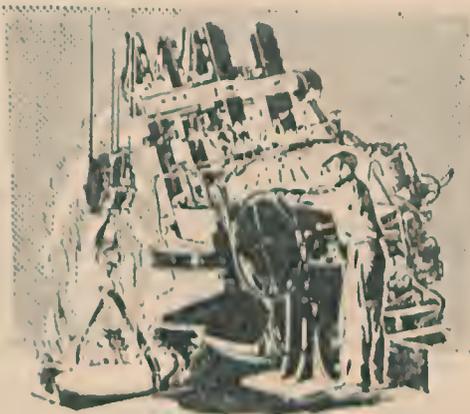
apenas com finalidades especializadas e a idade máxima dos seus sócios é limitada a 21 anos.

Os Clubes 4-Hs geralmente estão em estreito ligação com o agrônomo distrital do fomento, com a professora de Economia Doméstica e com pessoa da localidade que tenha bastante influência entre os seus pares, que disponha de tempo e se sinta inclinada a se dedicar à organização, orientando os seus trabalhos em geral. Um detalhe importante é a personalidade de quem é por eles denominada um líder, função que seria entre nós melhor classificada como a de instrutor. Este auxiliar deve ter além da sua integração perfeita à causa, conhecimento técnico agrícola moderna em geral e capacidade para assimilar os ensinamentos que lhes são ministrados pelo próprio agente do fomento, a agente da Economia Doméstica e outras técnicas quaisquer para tais misteres credenciados.

São geralmente gratuitos os funções de orientador e líder, que podem ser, e geralmente o são, entregues a fazendeiros progressistas, que também se dedicam à grande causa. Todos trabalham em íntima relação com a Colégio de Agricultura do Estado que é a centro de irradiação do Fomento Agrícola na grande república da Norte.

Como ficou dito em linhas atrás, a mais importante requisito educacional é a escolha pelo instrutor, e por sua própria iniciativa, de uma tarefa que ele mesmo executará durante e dentro de tempo preestabelecida, por exemplo: a engorda de um porco

Senhores Fazendeiros:  
**A USINA QUEIROZ JUNIOR S. A.**  
—Indústria Siderúrgica



Fabrica Arados "Favorita", Engulhos para cana, Debullhadores de milho, Carneiros hidráulicos, Panelas, Caçarolas, Chaleiras, Chapas de fogão, Fogareiros, Picaretas, Machados, Bigornas, Rodas Pelton, etc., etc.  
Fabrica mais, toda e qualquer peça em ferro ou aço fundido.

**Estação de ESPERANÇA - E. F. C. B.**  
Teleg. "GUSA"  
Estado de Minas Gerais

ou de um boi, a criação de um animal de pura sangue para figurar em exposições nos grandes centros, criação de um lote de aves e controle de sua alimentação e produção de ovos, fabricação de conservas, fabricação de produtos de loticlnios, costuras, ornamentação de residências, preparo de jardins, hortas, cultura de milho, trigo, forrageiras, instalações agrícolas, conservas, etc.

O instrutor arlenta t6cnicamente o trabalho, mas 6 o pr6pria s6cia que o executa, resolve t6das as situa76es que possam interferir durante a desenvolvimento da trabalho, anota todas os gastos inclusive sua m6o de obra ou da equipe, quando 6 o caso, e finalmente, relata em minuciosa relat6ria t6das as fases do processamento. Esse documento fica arquivado junto 6 ficha do seu autor, depois de lido e comentado em sess6o plen6ria pelos seus pares.

Geralmente s6o feitas reuni6es mensais na sede da institui76o ou fazendas de algum s6cio que tenha demonstra76es interessantes a relatar. E' conveniente tamb6m para fins educacionais que, sem quebra do esp6rito estritamente democr6tico, sejam obedecidas as regras parlamentares nas suas reuni6es plen6rias. Esta pr6tica d6 ao rapaz ou 6 ma76a o indispens6vel desembara76a para os reuni6es sociais em geral e no76o do respeito m6tua entre os cons6cios.

Como oxemplo de disciplina administrativa e para efici6ncia perfeita das trabalhos, deve haver na 6poca mais conveniente do ano uma sess6o especial de planejamento, na qual s6o ordenadas as trabalhos do ano. Cada s6cio dever6 apresentar os planos da tarefa a ser executada, mencionando sempre que poss6vel o prazo necess6ria para a sua execu76o. Aproveita-se a oportunidade para ser eleita uma comiss6o encarregada de organizar e dirigir as atividades recreativas, comiss6o de novos s6cios e outras quaisquer julgadas necess6rias.

Os respons6veis pela organiza76o devem ser cautelosos em promover as recompensas pelos trabalhos feitos, premiando ou elogiando os seus autores, sem restri76es, mas com justi76a e sem prodigalidade, para que possam avaliar o real valor dos seus trabalhos, n6o esquecendo de real76ar sempre a poder da sua influ6ncia no meio rural em que vivem.

Deve imperar de uma maneira absoluta a regime democr6tica, n6o havendo exce76o de qualquer ordem, sem o que a institui76o falhar6 aos seus nobres designias. Assim sendo, a todos ser6o dadas iguais oportunidades e 6 imperiosa que prevale76a, de maneira real e inflex6vel, o esp6rito de companheirismo entre todos os s6cios. N6o ser6 tolerada nenhum motivo de recolque entre os jovens. Os s6cios das 4-Hs devem ser espiritualmente s6os e incapazes de qualquer ato menos digno.

Aos instrutores, orientadores, agentes do Gov6rno, cumpre o cuidado de aproveitar t6das as oportunidades para ministrar conhecimento de ordem t6cnica e dom6stica, social, liter6ria, econ6mica, de higiene, exib76o de filmes educativos e recreativos e n6o deixar de proporcionar aos associados a enseja de externar os seus conhecimentos ajudando-os e estimulando-os.

**3.º — Organiza76o:** A organiza76o das clubes 6 simples e est6 ao alcance de qualquer grupo de boa vontade. As normas gerais a seguir podem ser semelhantes 6s que s6o estabelecidas para Parto Rico, e s6o as seguintes.

Os Clubes t6m por finalidade preclua despertar o inter6sse da juventude pela vida do campo, tendo em vista 6sse nobre prop6sito, buscam suas atividades em procurar resolver os problemas rurais, quer de

ordem t6cnica, quer de ordem social e econ6mica, atrav6s a atua76o abjetiva dos pr6prio rapazes e ma76as de cada localidade, tendo por lema: "Educar pr6duzindo Intensivamente — trabalhar vivendo alegremente".

Requisitos para a ingressa nas Clubes 4-Hs:

1.º — Qualquer menino ou menina que viva na zona rural poder6 ser s6cio;

2.º — Podem ou n6o estar matriculadas em escolas;

3.º — Deve ter de 10 a 21 anos na m6ximo;

4.º Deve comprometer-se a apresentar um tempo a ser executada depois de aprovado pelo clube e a cumprir as determina76es do agente do fomento ou de quem tenha credenciais para faz6-lo;

5.º — Todo o s6cio que entrar para o clube deve preencher a sua ficha e entreg6-la aos agentes de Economia, se for menina, e da Fomento, se for rapaz.

Requisitos de compet6ncia para a organiza76o do clube:

Podem promover a organiza76o dos clubes: o Agente do Fomento, o professor p6blico, o padre ou uma pessoa qualquer que resida no local e que se passa credenciar junto ao Agente do Fomento.

Requisitos indispens6veis para organizar um Clube 4-Hs:

Todo clube deve ter uma matricula de, no m6ximo, 8 s6cios;

Havendo defici6ncia num6rica, os interessados dever6o procurar o Agente da Fomento, a quem expor6o as suas inten76es e os seus problemas e pedir6o iniciar os seus trabalhos sob a supervis6o do Agente da Fomento, n6o podendo entretanto se organizarem em clube antes de conseguirem a ades6o no m6ximo estabelecida;

Havendo j6 um clube organizado na comunidade, os interessados dever6o procurar os seus respons6veis e expor6o as suas inten76es e os seus problemas e pedir6o iniciar os seus trabalhos sob a supervis6o do Agente da Fomento, n6o podendo entretanto se organizarem em clube antes de conseguirem a ades6o no m6ximo estabelecida;

Cada clube dever6 ter um l6der e um conselheiro; Deve preparar um programa de atividade para o ano com a necess6ria anteced6ncia.

Diretrizes que dever6o ser seguidas para a organiza76o de um Clube 4-Hs:

1.º — O Agente do Fomento deve estudar as condi76es da local escolhido. Par-se em contacto com um pequeno grupo de pessoas progressistas e de boa reputa76o da comunidade e explicar-lhes as objeivas dos clubes. Os agentes podem pedir ajuda aos seus supervisores se assim o desejarem ou necessitarem;

2.º — Havendo aquiesc6ncia das pessoas consultadas, o passo seguinte ser6 o censo das jovens de 10 a 21 anos de ambas as sexos domiciliadas na regi6o. Com a ajuda das pessoas do lugar poder6 ser escolhido logo o l6der que ira coordenar e orientar a organiza76o;

3.º — Tendo em m6o a lista dos rapazes e ma76as recensados promover6 uma reuni6o para a qual ser6o convidados, n6o s6 as jovens, como as seus parentes e mais algu6m que se possa interessar pelo assunto.

a) — Feita a reuni6o, dever6 novamente fazer uma exposi76o detalhada das finalidades dos clubes da forma mais clara poss6vel, sempre exemplificando e expando fotografias e outros documentos que se refiram aos sucessos de outras organiza76es similares;

b) — Quando possível, poro essas reuniões preliminares, deverão ser convidados os sócios de outros clubes da redondeza, que com sua experiência podem expor a influência do clube no sua zona e demais detalhes que possam despertar interesse dos iniciantes presentes. Deve ser aproveitado a reunião para inscrever e iniciar o rapozes e moços presentes;

c) — Antes de terminar deve ser tomado nota dos futuros sócios e ser marcada uma novo reunião;

4.º — Havendo demonstração de aquiescência par parte dos rapozes e moços presentes, pode a Agente induzir os sócios a começarem a trabalhar e auxiliá-los na escolha das tarefas a serem executados.

5.º — Organize logo as fichos permanentes de matrícula.

Eleição da Diretoria:

Promove-se uma reunião para eleger o Directorio. Esta Directorio deverá ser composto de um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, vogais e um relator.

2.º — Eleito a Directoria deverão ser imediatamente escolhidas as datas para as reuniões subsequentes e o local para sede do clube.

3.º — O secretário deverá prover-se de um livro no qual anotar os nomes dos membros do Directorio e de todos os sócios inscritos.

4.º — O líder deverá ser logo provido com literatura sobre os clubes 4-Hs.

5.º — Logo que possível a secretário deverá iniciar a organização do arquivo do clube.

Recomendações gerais:

Todo clube deve promover esforços poro que os tarefas sejam iniciados e todos devam terminar dentro de um ano.

Todo clube deve preparar a sua equipe de julgamento e demonstração.

Todo clube deve ter suas próprios comissões tais como: social, recreativa, de programa, de novos sócios, etc.

Cada clube organizado deverá se reunir pelo menos daze vezes por ano.

Uma vez organizado o clube, a inclusão dos sócios deve ser feito de preferência em conjunto e sempre com solenidade, para as quais serão sempre convidadas todos as pessoas do lugar que se possam interessar pelas troboilhas do clube, principalmente os pais dos sócios.

Este tipo de associação educativo, desde que fôsem obedecidos as normas fundamentais da sua organização, seria de tremendo repercussão em certos meios agrícolas nacionais. Considerando entretanto a organização agrícola da maioria das regiões do Brasil. Para não se perder tempo, deveriam ser de preferência escolhidas as zonas mais receptíveis do país, e delas se partir como centro de irradição para as demais. Não seria fácil o sua implantação nos regiões em que predominasse o elemento assalariado, o não ser em casos especialíssimos, porque o operário não disporia de recursos nem de local poro que um filha seu pudesse desenvolver temas interessantes; existem entretanto imensas zonas no Brasil onde a sistema dario ótimas resultadas, destacando as zonas coloniais das diversas Estados do Sul, Espírito Santa, São Paula e muitos do norte o nordeste onde existem zonas de pequena propriedade, alguns dos quais até já superlotados, onde a número de sócios serio por certo avultada e poderiam se beneficiar grandemente com isso salutar providência.

# Discos MAREMONT para ARADOS E GRADES



FABRICAÇÃO DE MAREMONT AUTOMOTIVE PRODUCTS INC. — CHICAGO — U. S. A.

\* Máxima durabilidade sob as mais severas condições de ser-  
viça — Fura central redonda ou duplo quadrada padenda  
a mesma disca ser adaptada a eixos de diferentes diâmetros.  
— Todos as tipos e tamanhos. \*

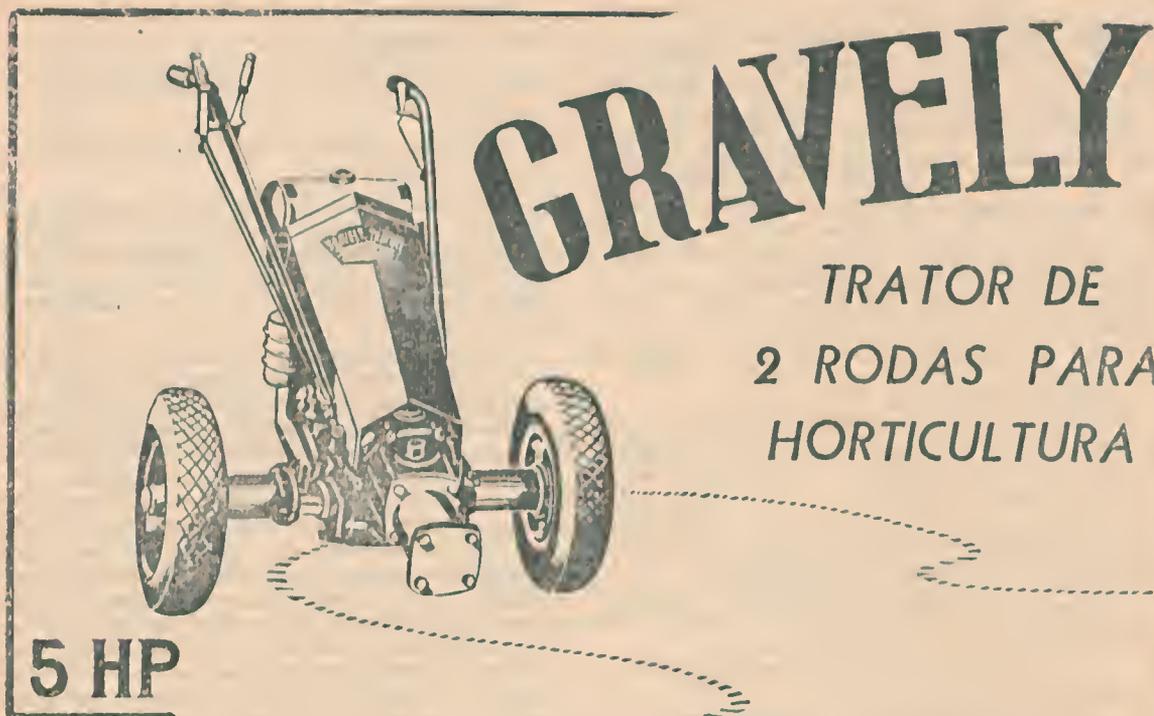
PREÇOS ESPECIAIS PARA REVENDADORES E FABRICANTES  
SOLICITEM INFORMAÇÕES

Distribuidores exclusivas para toda a BRASIL :

## COMPANHIA AMERICANA DE INTERCÂMBIO (BRASIL) CADIB

AVENIDA RIO BRANCO, 311 - 5.º andar  
Telefone : 22-2147  
Rio de Janeiro

RUA RUBINO DE OLIVEIRA, 220  
Telefone : 9-7019  
São Paulo



A mecanização está agora ao alcance do horticultor. O empírico processo do preparo do solo pela enxada já pode ser substituído pelo eficiente processo mecanizado, com tratores de pequeno porte, de custo reduzido.

O trator "GRAVELY" pode efetuar todas as operações agrícolas, usando seus implementos especiais para arar, semear, cultivar, gradear, segar, pulverizar inseticidas, transportar material, etc.

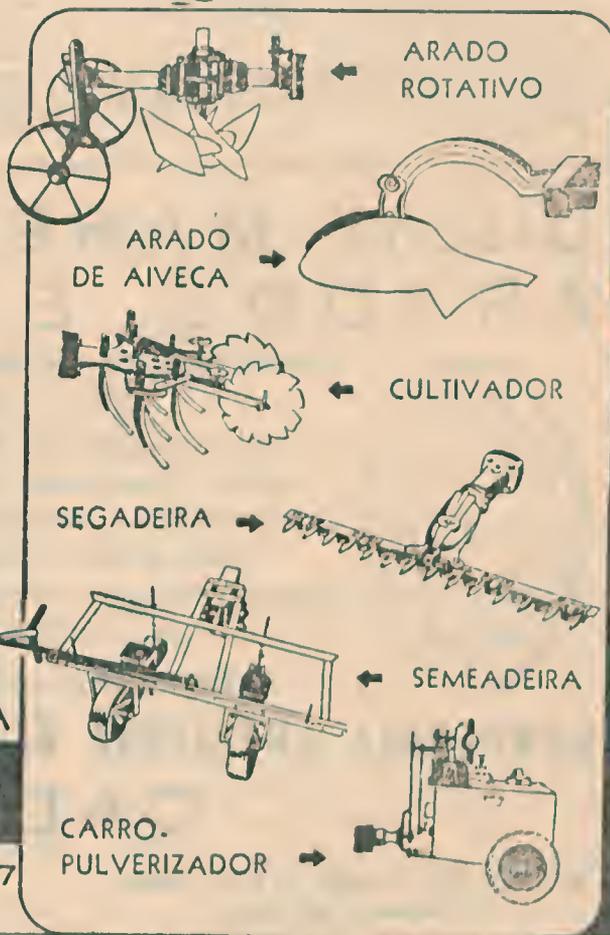
Seu motor de um cilindro vertical desenvolve 5 HP de potência e é de funcionamento econômico; usa como combustível gasolina e fornece por meio de uma caixa de mudança especial, 2 velocidades avante e duas a ré. Um diferencial do tipo de automóvel, fornece a ambas as rodas força uniforme e constante, dando ao trator uma grande manobrabilidade.

PEÇAM FOLHETOS

DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

**MESBLA**

RUA EVARISTO DA VEIGA, 65/67  
RIO DE JANEIRO



# NOVOS PROFISSIONAIS PARA O BRASIL

(Reportagem sobre a colação de grão dos diplomandos de 1949 da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, especialmente para a "A LAVOURA").

Eng. Agr. GERALDO COULART DA SILVEIRA  
Consultor Técnico de "A LAVOURA"



Mais uma turma de profissionais especializados diplomou a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida na Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura, desde 1937.

Transcrevemos a seguir, a reportagem sobre tão auspicioso acontecimento, realizado na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, no dia 26 de Novembro de 1949.

## COLAÇÃO DE GRÃO DOS DIPLOMANDOS DE 1949

Na mesma ocasião em que se realizou a sessão de encerramento da II Semana do Hortelão, teve lugar, na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" a colação de grão dos diplomandos de 1949.

A sessão, foi presidida pelo Dr. Antonio de Arruda Camara, Diretor da Escola, que convidou para tomarem parte da mesa o Dr. Mario Villena, Diretor do Serviço de Informação Agrícola e pariente de dos diplomandos, o Prof. Geraldo Coullart da Silveira, vice diretor da Escola, o Dr. Cícero Guimarães, Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, a Professora D. Julieta Capacema, o Sr. Ricardo Ramalho, pai de três diplomandos, e Capitão Manuel Gaspar de Abreu Filho e o antigo aluno da Escola, fruticultor Marciano Ribeiro do Vale.

O Dr. Antonio de Arruda Camara pede que, de pé, os presentes ouçam a leitura do termo de colação de grão pelo Prof. Geraldo Coullart da Silveira, decano da congregação, e redigida nos seguintes termos: "A Congregação da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", fundada e mantida com o auxílio do Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, pela Sociedade Nacional de Agricultura, — tendo em vista as aprovações alcançadas em exames finais concluídos no ano letivo de 1949, confere os diplomas de hortelão e fruticultor aos senhores: Antonio Albani, Dilson Gonçalves, Genesio Roridho, Irandy Holmeister, Jaci Batista Coudeiro, Jairo Anthero dos Santos, João Borges de Alvaranga, João Pessanha de Matos, Mario Nunes Thebaldi, Paula da Silva Ramalho, Rubem Lopes da Rocha, Sebastião de Oliveira Castro, Talma Souza, Valdeomar Paula de Araujo, Victor Cunha, Wicleyr Costa e Wasny Batista; e de hortelão e floricultor

aos senhores: Antonio Viana, José da Silva Ramalho, Luiz Soares Costa e Romula Furtado. Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", 26 de Novembro de 1949."

A seguir, o diplomando Valdemar Paulu de Araujo, orador da turma, leu o seu discurso que foi muito aplaudido, seguiu-se com a palavra o Dr. Mario Vilhena, paraninfo da turma que pronunciou uma vibrante oração calorosamente aplaudida pelos presentes. O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, após ligeiras considerações procedeu a entrega de prêmios aos melhores alunos que haviam concluído o curso. O Dr. Antonio de Arruda Camara, ao encerrar a sessão, teve oportunidade de proferir de improviso, uma vibrante oração, concluiu concitando aos diplomandos que dedicassem à profissão, cérebro, braço e, sobretudo, coração.

#### DISCURSO DO DR. MARIO VILHENA, PARANINFO DOS DIPLOMANDOS DE 1949, DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO BELLO"

Não sei como agradecer a honra e o prazer que me deram, os diplomandos de 1949 da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", escolhendo-me para seu paraninfo. Mas explico a minha escolha pelos laços de amizade que me prendem, há tantos anos, a esta casa e à Sociedade Nacional de Agricultura, mercê da afinidade de pensamento que existe entre nós, do idealismo que tem norteado a minha vida e a vida fecunda dos que vos dirigem. Quando aceitei este encargo, lembrei e salientei como a Sociedade Nacional de Agricultura me dera a mão num instante difícil de minha carreira e, agora que o destino me colocou num dos altos postos do Ministério da Agricultura, eu não poderia negar a minha participação na grande festa anual da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"; por isso, minha presença aqui vale como a manifestação pública da minha gratidão a esta casa, significa que permaneço a lado dos que têm trabalhado pelos ideais que os reuniram nesta instituição que tanto já fez pelo Brasil. Em suma, estou honrado pela escolha e ela aumenta a minha dívida para com a Sociedade Nacional de Agricultura e a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Meus caros afillhados: sois 21 brasileiros de vários Estados, constituindo a maior turma de hortelões, fruticultores e floricultores desta Escola. Estudantes, trabalhestes, sonhastes muito; sei bem a ansiedade com que aguardastes estes momentos que serão sempre inesquecíveis. E, se devo dar-vos um conselho como vosso paraninfo, ele é que, ao lado das gratas recordações desta festa, não vos esqueçais nunca dos ensinamentos e, sobretudo, dos exemplos que recebestes aqui; ensinaram-vos coisas que aperfeiçoareis lá fora, no vosso trabalho de todos os dias. Mas devo advertir-vos que o mundo tentará alterar e mesmo destruir os exemplos que tivestes nesta Escola. Enquanto estudantes, vistes dedicação, desprendimento, lealdade, tenacidade — e, como técnicos, encontrareis quem vos convide para tarefas menos nobres, quem vos iliga que a vitória pertence aos espertos, quem vos demonstre que se pode ganhar mais dinheiro com pouco trabalho e muita desonestidade, que se pode subir rapidamente se pormos de lado o patrimônio das nossas virtudes morais. Infelizmente, isso acontecerá a todos vós, mas vós não deveis, por isso, esquecer o espetáculo diário que acompanhastes nesta casa, em que os vossos professores vos ensinaram a bem cultivar a terra e, mais ainda, se esforçaram para fazer de vós, através do seu exemplo, cidadãos conscientes dos seus deveres para com a Pátria e a Humanidade.

Sim, meus caros, vós mesmos verificareis muito breve que, na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", não aprendestes apenas uma profissão honrada, mas vos preparastes, também, para resistir a todos os desvios do caminho limpo e claro que devemos seguir. Quando vos tentarem, lembrai-vos do que vistes aqui, nesta escola, dos professores que não trabalharam apenas por um ordenado e que, tantas vezes, tanto fizeram sem qualquer remuneração. Hoje mesmo se encerraram os trabalhos da 2.<sup>a</sup> Semana do Hortelão, muitos cursos avulsos gratuitos aqui vistes serem conduzidos sem qualquer finalidade comercial e estes fatos, comuns na vida da escola, são lições tão valiosas como aquelas que recebestes nas aulas e nos trabalhos de campo. Ides voltar, portanto, para os vossos lares, levando não apenas um diploma, mas um sistema de viver que só mais tarde apreciareis. É possível que esse diploma não vos dê fortuna, sabemos que experiência da vida ampliará e até retificará os conhecimentos que reunistes em vosso curso — mas a formação moral que aqui tivestes essa não deverá alterar-se porque será a luz de vossas vidas, ela vos guiará com segurança, ela vos confortará e vos manterá firmes e decididos nos vossos propósitos de honra.

**"SAL DE FRUCTA"**  
**ENO**

Combate a prisão de ventre, eliminando as toxinas do organismo. Dá bom humor diário. Mas exija o legítimo

**LAXANTE IDEAL**

Sei que tendes uma profissão especializada; contudo, a situação económica do nosso país exige que não vos mantenhaiis alheios nos graves problemas que ora nos preocupam, perturbando o trabalho dos agricultores e prejudicando o nosso desenvolvimento. Pragas e doenças ameaçam permanentemente os rebanhos e as lavouras, há resistência aos métodos racionais de plantar e de criar, precisamos do esforço de todos para campanhas de importância fundamental ao melhoramento das populações rurais e à recuperação da economia do Brasil, como o reflorestamento das zonas desnudas pela imprevidência de todos nós, a mecanização da lavoura, o emprego de sementes seleccionadas, a boa conservação dos produtos agropecuários e sua industrialização e, acima de tudo, a restauração da fertilidade da terra, base de todas as nossas actividades, porque o solo sempre será o maior patrimônio físico de uma nação. Eis porque vos conclamo a honhardes o titulo de diplomados pela escola de Horticultura "Wencesláo Bello", participando ativamente desta cruzada da salvação do Brasil, através a racionalização da sua agricultura. Com isso, peço apenas o cumprimento do vosso maior dever, que é cooperar com aqueles que trabalham pelo Brasil.

Começais vossa vida profissional num mundo intranquillo, insatisfeito, num mundo nunca tão governado pela ambição, pela falta da compreensão, num mundo em que os homens não confiam mais uns nos outros, num mundo em que as coisas simples e agradáveis foram substituidas pelo gozo facil, pelo materialismo, pelo turbilhão das cidades destruindo a paz de espirito e a pureza de sentimen-

tos. Sonhaiis com o trabalho digno e vos dirão que o estilo é dos mais ageis nos golpes; pensaiis, sem duvida, até em vos sacrificar para que o Brasil seja o grande vitorioso e vos convidarão para as tarefas de destruição do que o nosso país possui de melhor, que são as suas tradições do povo bom e simples, de um povo que crê em Deus e crê na familia. Mas vós tereis de resistir a essa onda, vós mantereis fidelidade aos principios que aqui recebestes. Só assim retribuireis o esforço dos vossos mestres, só assim mantereis intacta a honra e a alegria que me detes, escolhendo-me para parainfar a vossa formatura, só assim merecereis viver nesta grande terra, que é o Brasil.

DISCURSO DO SR. VALDEMAR PAULA DE ARAUJO, ORADOR DOS DIPLOMANDOS DE 1949 DA ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÁO BELLO

Cabe-me, neste momento tão festivo para todos nós, dizer algumas palavras de despedida em nome da turma de diplomandos de 1949. A solenidade de hoje representa o nosso último convívio como estudantes da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello".

Lavaremos em nossos corações a saudade daqueles que aqui ficam — nossos bons amigos e colegas de estudo. Levaremos ainda a saudade dos nossos bons e estimados amigos, o parainfo da turma, o diretor e professores da Escola de Horticultura Wencesláo Bello" e os diretores da Sociedade Na-

# Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA  
ANTICARBUNCULOSA  
CONTRA A DIARRÉIA DOS BEZERROS

(CARBÚNCULO HEMÁTICO)  
(PNEUMOENTERITE)

Registros nos. 1, 2 e 167 respectivamente na D.D.S.A. da Ministério da Agricultura

## PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

RUA LICINIO CARDOSO, 91

Caixa Postal, 1420

Distribuidor exclusivo no Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo

Cesar A. Cardoso

Rua Uruguaiana, 33-1º andar, — Caixa Postal 356 — Rio de Janeiro

cional de Agricultura e da Fundação Getúlio Vargas. De nosso estimado paraninfo guardaremos a exemplo de seu dinamismo, interesse e boa vontade para bem servir ao homem do campo. Não foi outra a razão de sua escolha para nosso padrinho. Nunca deixamos de ser atendidos quando a ele recorriamos no Serviço de Informação Agrícola, solicitando colaboração para o nosso glorioso Clube Agrícola Miguel Calmon, e o que sempre aconteceu conosco, estamos certos, acontece também com todos os que se dirigem ao Serviço de Informação Agrícola.

Sentimo-nos orgulhosos, Dr. Mario Vilhena, pelo fato de terdes aceito o nosso convite para paraninfo a nossa colação de grão.

Do Dr. Antonio de Arruda Camara, nosso querido Diretor, levaremos saudades infinitas e o exemplo de um homem que sempre procurou ser para nós, acima de diretor, um bom conselheiro. O Dr. Arruda Camara, sempre nos momentos mais difíceis, teve para nós uma palavra de estímulo e um bom conselho.

Dos professores, esses nossos estimados e dedicados mestres aos quais devemos uma sólida formação profissional, guardaremos a recordação das sábias lições que aqui nos ministraram e a lembrança de que eles, ao nosso preparo profissional, sempre dedicaram o máximo esforço e interesse.

Aos nossos companheiros de Escola, aqueles que aqui ainda ficam, lembramos que, a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" merece de todos nós o máximo respeito e dedicação.

Embora separados, levando às mais variadas regiões do país, o concurso da horticultura racional que aqui aprendemos a praticar, os componentes da turma de 1949 não esquecerão os dois anos de convívio agradável que aqui tiveram, estarão sempre prontos a, na mais perfeita conjugação de idéias, engrandecerem o solo pátrio, solo que aqui aprenderam a amar e cultivar.

À Sociedade Nacional de Agricultura que tantos e tão relevantes serviços tem prestado à agricultura nacional e à Fundação Getúlio Vargas que com tanto carinho vem auxiliando a Escola, a nossa perene gratidão e a certeza de que jamais esqueceremos os nomes gloriosos de tão úteis e beneméritas instituições.

Que o nosso Clube Agrícola continue a sua brilhante trajetória cheia de edificantes empreendimentos, são os votos que sinceramente formulamos. Que a nossa gloriosa Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", que sempre foi a continuação de nossos próprios lares continue a grande obra meritória que vem realizando, mercê a dedicação de todos os que aqui trabalham, são os votos que neste momento de despedida comovidamente formulamos.

Ela permanecerá sempre em nossos corações.

Sejamos, pois, colegas, bons profissionais, para honrarmos o nome da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", para honrarmos as magníficas aulas que os nossos professores nos proporcionaram sempre com paciência, interesse e dedicação.

Felicidades para os que aqui ficam. Muitas saudades dos que daqui se afastam hoje para semearem pelo nosso Brasil, os sábios e oportunos ensinamentos que aqui receberam.

#### PRÊMIOS DISTRIBUIDOS AOS DIPLOMADOS DE 1949 DA ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO

1 — Prêmios instituídos pelo Prof. D. Julieta Capunema;

a) — Prêmio "Prof. Goulart da Silveira", que coube ao diplomando Wasny Batista de Magalhães;

b) — Prêmio "Prof. Jalmírez Guimarães Gomes", que coube ao diplomando Irandyr Holzmeister;

c) — Prêmio "Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", que coube ao diplomando Rubem Lopes da Rocha;

d) — Prêmio "Prof. Subael Magalhães da Silva" que coube ao diplomando Valdemar Paula de Araujo;

2 — Prêmios instituídos pelo Serviço de Informação Agrícola que foram entregues aos diplomandos Antonio Albani, Wasny Batista e Sebastião de Oliveira Castro.

3 — Prêmios instituídos pelo Clube Agrícola Miguel Calmon;

a) — Prêmio "Ministro Daniel de Carvalho", que coube ao aluno do 1.º ano, Luiz da Silva Cezar;

b) — Prêmio Prof. Arthur Torres Filho, que coube ao diplomando Irandyr Holzmeister;

c) — Prêmio "Dr. Mario Vilhena", que coube ao diplomando Antonio Albani.

4 — Prêmio "Prof. Antonio de Arruda Camara", instituído pelos professores Geraldo Goulart da Silveira e Jalmírez Guimarães Gomes, que coube ao diplomando João Borges de Alvarenga.

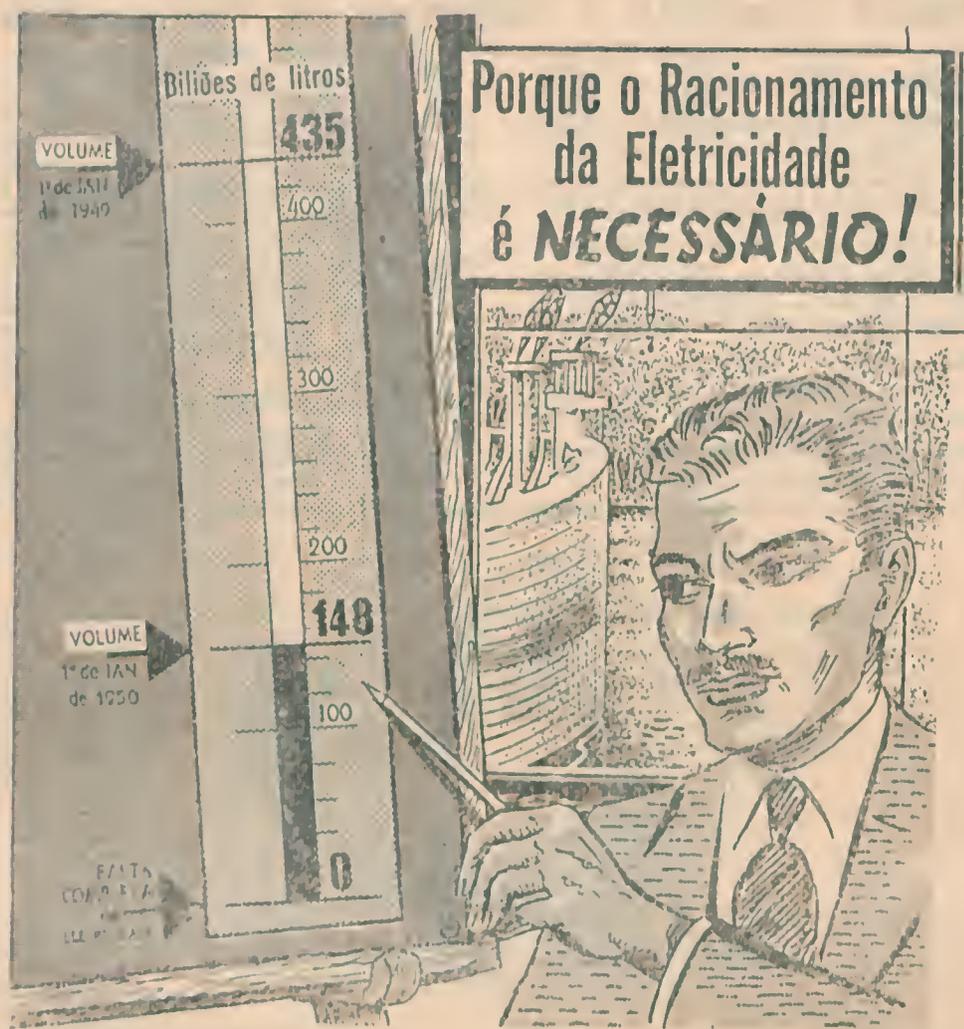
5 — Prêmio "Antonio Conrado", instituído pelo Dr. Antonio de Arruda Camara, que coube ao diplomando Antonio Albani.

6 — Prêmio "Professor Geraldo Goulart da Silveira", instituído pelo Horticultor Adriano Dantas, e que coube ao diplomando Antonio Albani.

## O FUMO EM MINAS



Fumo em corda produzido na Fazenda do Sr. João Queiroz, em Guidoal, Minas Gerais.



### TEM A PALAVRA O TÉCNICO:

Neste desenho vê-se registrada, em bilhões de litros, a queda de volume d'água do reservatório de Lajes nos doze meses do ano passado, durante a maior estiagem ocorrida nestes últimos 15 anos. Verifica-se que o decréscimo desse volume foi de 287 bilhões de litros d'água, ou seja, quase o dobro do existente no reservatório em 1.º de janeiro do corrente ano. Como se observa, esse volume d'água — elemento vital na produção hidráulica de eletricidade — está imensamente reduzido devido à grande escassez de chuvas e também à perda que sofre nos dias muito quentes pela evaporação natural da água armazenada. Assim, é imprescindível consumir menos eletricidade agora, a fim de que possa ser acumulada a maior quantidade de água possível no reservatório, nesta estação chuvosa, para sua utilização durante o próximo período de estiagem.



**ALMEIDA COMERCIO E INDÚSTRIA DE FERRO LTDA.**

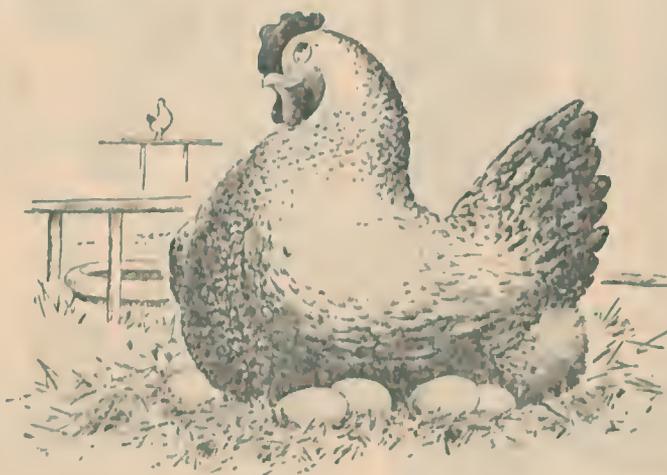
SUCC. DE L. B. DE ALMEIDA & CIA.  
RUA DOS ARCOS, Ns. 28 a 42 - RIO

IMPORTADORES e Distribuidores do Cia. Siderúrgica Nacional — Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira e outras USINAS nacionais. CHAPAS do ferro PRETAS E GALVANIZADAS e CORRUGADAS para portas do oço e coberturas — FERRO em barra choto — VERGALHÕES redondos e quadrados — CANTONEIRAS L-T-U — EIXOS para transmissões — VIGAS I e U — AÇO em borras, vergalhões e em lâminas para portas — TUBOS do ferro galvanizadas pretas, vermelhos e do oço para caldeiros de todos os grossuros e comprimentos e outros materiais do ramo

**FUNDAÇÃO DE FERRO E OUTROS METAIS**

OFICINAS mecânicas em geral — COFRES e portas para cosas fortes — FOGÕES a gás, lenho e carvão de todos os tamanhos, marca PROGRESSO — FOGAREIROS a gás, carvão e álcool — PRENSAS para lodrilhos e escritórios — CADEIRAS para borbeiro e dentista ALMEIDA PINHO — BANCOS para jardins — FERROS PARA ENGOMAR a corvão e gás, marca IDEAL — TAMPÕES e RALOS para esgôto e seus pertences — CAIXAS PARA GORDURA — CAIXAS AUTOMÁTICAS — PANELAS para cola — COLUNAS de ferro fundido para iluminação do jardim

TELEFONES: Armazem, 22-0409 - 22-1718 - 22-2748 - 22-1584. — Escritório Técnico, 42-4675. — Contab., 22-1342 - 22-2540

**HÁ COISAS QUE NÃO PODEM SER APRESSADAS...**

Os processos da Natureza são lentos... Do ovo ao pinto... ou entre a seleção dos ingredientes naturais da boa cerveja e o seu engarrafamento, há um longo período de maturação, que se faz vagarosamente... Por várias razões, o Brahma Chopp fica em absoluto repouso, amadurecendo e fermentando em gigantescas dornas. Assim é que ele mantém todos os princípios nutritivos do malte e aquele aroma e sabor amargo-gradável do lúpulo. Eis a razão da super-qualidade do Brahma Chopp - a boa cerveja que o Sr. e todos tanto apreciam.

**Brahma  
Chopp**  
EM GARRAFA OU EM BARRIL



PRODUTO DA CIA. CERVEJA BRAHMA S. A. B. - RIO DE JANEIRO - S. PAULO - CURITIBA - P. ALEGRE - P. FUNDO

# TRATORES

## MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO

### TRATORES AGRICOLAS

de rodas e esteiras. Americanos e europeus, com toda a espécie de  
IMPLEMENTOS

### TRATORES EUROPEUS de 50, 70 e 120 HP,

equipados angledozer, comando a cabo e guincho, com 50% financiados

### “CATERPILLAR” — Nóvos de fábrica

D-4 — Equipado angledozer, comando hidráulico

D-7 — Equipado angledozer, comando a cabo, guincho duplo

D-8 — Equipado angledozer, comando a cabo, guincho duplo

MOTONIVELADORAS — Mod. 12 - 112 - 212

### “INTERNATIONAL” — Nóvos de fábrica

TD -9 — Equipado bulldozer, comando hidráulico

TD-14 — Equipados angledozer, comando hidráulico e guincho

TD-18 — Equipado angledozer, comando hidráulico com ou sem guincho

SCRAPER — De 8,11 e 15 jardas para TD-9, D-4, TD-18, D-7 D-8

ESCAVADEIRAS: — 3/4 de jardas — 1 jarda — 1½ jardas

PAVIMENTADORAS AUTOMÁTICAS PARA GRANDES  
SERVIÇOS

BETONEIRAS, BRITADORES, GUINCHOS, MOTORES DIESEL ELÉ-  
TRICOS E A GASOLINA, GRUPOS GERADORES ATÉ 3.000 KVA.,  
BOMBAS, ETC. — MÁQUINAS E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM  
GERAL — TELHAS, TIJOLOS, VERGALHÕES, ETC. — CONSULTEM  
SEM COMPROMISSO

**União do Comercio de Materiais Ltda.**

**Pereira de Magalhães & Cia. Ltda.**

RUA SANTA LUZIA, 799 - 7.º andar — Grupo 703 —

Telefones: 32-8213 e 32-9413 — RIO DE JANEIRO

# RELATÓRIO FINAL DA SEGUNDA SEMANA DO HORTELÃO

(Realizada na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", por iniciativa e sob a orientação da Sociedade Nacional de Agricultura, da Fundação Getúlio Vargas e do Serviço de Informação Agrícola)

Pelo

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira

Professor da E. H. W. B.

**GENERALIDADES:** — A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" realizou, no período de 21 a 27 de Novembro, por iniciativa e sob a orientação da Sociedade Nacional de Agricultura, da Fundação Getúlio Vargas e do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, a sua Segunda Semana do Hortelão.

No período de 21 a 27 de Novembro, a Escola manteve, sob regime de internato inteiramente gratuito, vinte e cinco pessoas interessadas no assunto, especialmente pequenos lavradores do D. Federal e de Minas Gerais, além de numerosos semi-internos (pessoas que frequentavam as aulas e faziam as refeições na Escola).

A II Semana do Hortelão, que se desenvolveu em um ambiente de perfeita cordialidade, e, sobretudo, de muito trabalho, foi mais um valioso serviço que a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" presta à educação rural e, especialmente aos pequenos lavradores. Pelos dados que se seguem, pode-se avaliar o trabalho intenso da Escola, durante a II Semana do Hortelão.

**SEMANISTAS** — Sob regime de internato, frequentaram a II Semana do Hortelão, os seguintes Semanistas:

- 1 — Waldyr Gonçalves da Cunha, do Distrito Federal.
- 2 — Nelson da Paixão Veiga, do D. Federal
- 3 — José Augusto Rodrigues, do D. Federal
- 4 — Diamantino Augusto Rodrigues, do D. Federal
- 5 — Edyr de Oliveira Goloy, do Distrito Federal
- 6 — Arthur Sampaio, do Distrito Federal
- 7 — Carlos dos Santos Mendes, do Distrito Federal
- 8 — Joaquim da S. Lucas Filho, do Distrito Federal
- 9 — Anibal A. da Costa, do E. de Minas Gerais
- 10 — Francisco A. de A. Camara, do E. de Minas Gerais
- 11 — Ricardo Ramalho, do E. de Minas Gerais
- 12 — Sebastião de Souza Ferreira, do E. de Minas Gerais
- 13 — Francisco Ferreira, do E. de Minas Gerais
- 14 — José Castano de Oliveira, do E. de Minas Gerais
- 15 — Julio Raymundo, do E. de Minas Gerais
- 16 — José Ribeiro do Vale, do E. de Minas Gerais
- 17 — Jaime P. Socorro Muciel, do E. do Rio
- 18 — Cândida José da Silva, do E. do Rio
- 19 — Cândido Rungel de Brito, do E. do Rio

- 20 — Benício Marques Corrêa, do E. do Rio
- 21 — João Nunes Castello, do E. E. Santo
- 22 — Manoel Castello, do E. E. Santo
- 23 — Newton Batista Cordeiro, do E. E. Santo
- 24 — Rubem Henrique Jacundá, do E. E. Santo

25 — João Dias de Araujo, do E. da Paraíba.  
Sob regime de externato, frequentaram as aulas pelas quais estavam interessados numerosas pessoas

**AULAS** — Durante a Segunda Semana do Hortelão foram ministradas vinte e oito aulas, perfazendo um total de *quarenta e três* horas de aulas. As vinte e oito aulas foram assim distribuídas: Prof. Geraldo Goulart da Silveira, 4 aulas; Prof. João Moreira Bartholo, 4 aulas; Assistente Severino Gonçalves Camara, 4 aulas; Prof. Antonio de Arruda Camara, 3 aulas; Assistente André da Silva Neto, 3 aulas; Prof. Amaury Silveira, 2 aulas; Prof. José Cordeiro, 2 aulas; Assistente Agrícola Castello Borges, 2 aulas; Prof. Subael Magalhães da Silva, 2 aulas; Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho, 1 aula e Prof. Olavo de Barros Araujo e Silva, 1 aula.

Nas aulas foram abordados os seguintes assuntos:

- 1.º — Adubação orgânica — Estrumeiras — Agua — Réga — Irrigação — Higiene das hortas, pelo Prof. Antonio de Arruda Camara
- 2.º — Culturas especializadas de hortaliças — pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
- 3.º — Preparo do terreno para a instalação de hortas — Trabalhos com arados, trabalhos com grades, trabalhos com escarificadores e capineiras manuais — Preparo do solo com tratores horticola, pelo Prof. Subael Magalhães da Silva
- 4.º — Localização da horta — Divisão de terreno em lotes ou em quadras — Tabuleiros — Curvas de nível, pelo Prof. J. M. Martholo
- 5.º — Contabilidade e noções de economia horticola, pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.
- 6.º — Defesa Sanitária das hortas — Preparo e utilização de inseticidas e fungicidas — Trabalhos com pulverizadores e polvilhadores, pelo Assistente André da Silva Neto.
- 7.º — Adubos e adubação química, pelo Assistente Agrícola Castello Borges.
- 8.º — Sementeiras e repicagem — Cultura do tomate, pelo Prof. José Cordeiro.
- 9.º — Características, emprego e conservação das ferramentas e utensílios horticolas, pelo Assist. Severino Gonçalves Camara.
- 10.º — Industrialização de produtos horticolas, pelo Prof. Amaury Silveira.
- 11.º — Preparo de "compostos", pelo Prof. Olavo Barros Araujo e Silva.

**PALESTRAS** — Durante a Segunda Semana do Hortelão foram realizadas *dezesseis* palestras, assim distribuídas:

- 5 palestras no almoço
- 3 palestras ao jantar
- 5 palestras a noite
- 1 palestra do Clube Agrícola.
- As palestras às refeições foram:
  - A habitação rural, pelo Eng. Agrônomo João Gonçalves de Souza;
  - A habitação rural, pelo Eng. agrônomo João Gonçalves de Souza;
  - Relações entre vizinhos, pelo Eng. agrônomo Alberto Ravache;
  - Defesa Sanitária Vegetal, pelo Eng. Fitossanitarista Jalmiréz Guimarães Gomes;
  - O valor das pastagens, pelo Eng. agrônomo Olavo Barros A. Silva;
  - O valor do homem rural, pelo Eng. agrônomo Roberval Cardoso;
  - O lavrador e o serviço militar, pelo Capitão Manoel G. de Abreu Filho;
  - O Ensino agrícola, pelo Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira;
  - A apicultura, pelo Eng. Agrônomo Guaracy Lavor;
  - A criação de gado na ilha de Marajó, pelo Eng. Agrônomo Lauro Dias Vieira;
  - Problemas do lavrador, pelo horticultor Adriano Dentes.
- As palestras a noite foram:

Mercados hortícolas, pelo Agrônomo Economista Antonio de Arruda Capataz;

Preparo de adubo orgânico nas fazendas, pelo Eng. agrônomo Olavo Barros de Araujo e Silva;

Industrialização de produtos hortícolas, pelo Eng. agrônomo Amaury Silveira;

Aproveitamento racional do solo, pelo Eng. agrônomo Subael Magalhães da Silva;

Doenças dos animais transmissíveis ao homem, pelo Médico veterinário Jorge Pinto Lima.

A palestra realizada no Clube Agrícola foi:

Escolha de local para uma propriedade agrícola, pelo Eng. agrônomo Arthur Natividade Seabra.

**SESSÕES CINEMATOGRAFICAS** — Durante a semana foram realizadas *cinco* sessões cinematográficas e exibidos *quatorze* filmes.

**EXCURSÕES** — Foi realizada, por gentileza do Dr. Enio Leitao e da fábrica CRUSIL, uma proveitosa visita às modernas instalações do popular refrigerante.

**DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS AGRICOLAS**

— Durante a semana, foram distribuídos aos semanistas, duzentos e cinquenta livros agrícolas, oferecidos pelo Serviço de Informação Agrícola

**MOVIMENTO DO REFEITÓRIO** — Durante a semana foram fornecidas mil quatrocentas e setenta e uma refeições assim distribuídas:

- 371 cafés pela manhã
- 348 almoços
- 360 merendas
- 392 jantares

## BANCO RIBEIRO JUNQUEIRA S. A.

DEPOSITOS — EMPRESTIMOS — DESCONTOS — COBRANÇAS — TRANSFERÊNCIAS  
 GUARDA DE VALORES — AS MELHORES TAXAS — AS MELHORES CONDIÇÕES  
 EFICIÊNCIA E RAPIDEZ

### TAXAS DE DEPOSITOS

C/C de movimentação — sem limite . . . . .	3%
C/C populares até Cr\$ 100.000,00 . . . . .	6%
C/C limitadas até Cr\$ 200.000,00 . . . . .	5%
C/C de aviso prévio . . . . .	5½%
C/C prazo fixo de 6 meses . . . . .	6½%
C/C prazo fixo de 12 meses . . . . .	7%
C/C prazo fixo de 24 meses - com juros pagos anualmente . . . . .	8%
C/C prazo fixo com renda mensal — taxas a combinar.	

Matriz: LEOPOLDINA — ESTADO DE MINAS GERAIS

### DEPARTAMENTOS

ESTADO DE MINAS GERAIS:

- Pelo Horizonte — Bom Jesus da Galho
- Caratinga — Francisca Sales
- Palma — Potracinia do Muriaé
- Pirapetingo — Pôrta Nova
- Recreia — São João Nenomuceno
- São Laureção — Silvestre Ferroz

ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

- Barro Manso — Combuci
- Campas — Carlosa Maroira
- Carmo — Itaperuna
- Miracema — Niterói
- Pádua — Petrópolis
- Parciúncula — Porteln
- Pureza — Rexendo
- São Fidelis — Saucala
- Volta Redonda

ESTADO DO ESPIRITO SANTO:

- Mimoso da Sul — Muqui

ESTADO DE SÃO PAULO:

- Cachoeira Paulista — Presidenta Bernardes

### FILIAL

RUA DA QUITANDA, 70/72

RIO DE JANEIRO

**SESSÃO DO CLUBE EAGRÍCOLA** — Durante a Segunda Semana do Hortelão, sob a presidência do Dr. William Simão, chefe da Seção de Clubes Agrícolas Escolares do Ministério da Agricultura, realizou o Clube Agrícola Miguel Calmon, uma sessão solene, durante a qual falaram:

a) — O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Diretor do Clube Agrícola Miguel Calmon, que fez um sucinto relatório das atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon durante o ano de 1949.

b) — O Prof. Arthur Natividade Seabra que realizou uma palestra subordinada ao tema "A localização de uma propriedade Agrícola".

c) — O Dr. Antonio de Arruda Camara, em nome do Presidente do Clube, aluno Antonio Albani, agradecendo a colaboração do Dr. Arthur Natividade Seabra.

d) — O Prof. Roberval Cardoso, que falou sobre os objetivos dos Clubes Agrícolas.

e) — O Dr. William Simão, que fez um relato das atividades da Seção de Clubes Agrícolas Escolares do Serviço de Informação Agrícola.

Durante a sessão, foram distribuídos os certificados dos sócios do Clube que haviam concluído o Curso de Extensão de Fruticultura da Universidade Rural.

**COMISSÃO DE BEM ESTAR** — Funcionou, com muita eficiência, a Comissão de Bem Estar, muito acertadamente confiada à orientação do sr. Adriano Dantas, Administrador do Horto e Chefe dos Trabalhos Práticos da Escola.

**COLABORAÇÃO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS** — Foi muito proveitosa a colaboração do Serviço de Informação Agrícola, que proporcionou à Escola, por intermédio do seu Diretor, Dr. Mario Villhena:

a) — a valiosa colaboração de seis de seus técnicos: Agrônomos Amaury Silveira, Jorge Pinto Lima, Guaracy Lavor, José Cordeiro, Olavo Barros de Arajo e Silva e William Simão;

b) — duzentos e cinquenta livros para serem distribuídos entre os seminaristas;

c) — máquina cinematográfica e operador;

d) — material para as aulas de indústrias rurais.

**COLABORAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA** — A Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura forneceu à Escola, graças a gentileza do Dr. Augusto Lima, os filmes para as sessões cinematográficas e o valioso concurso do técnico de Educação Rural, Dr. Roberval Cardoso.

**COLABORAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA** — Foi de grande alcance a colaboração da Sociedade Nacional de Agricultura proporcionando recursos materiais para a realização da Semana, e incumbindo-se da publicidade, etc.

**COLABORAÇÃO DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO MELLO"** — Colaboraram ativamente em todos os trabalhos da Semana, todos os professores, funcionários e alunos da Escola.

## EMPRESA LANÇADORA DE AÇÕES "ELA" LTDA.

A "ELA" arquivou seu contrato social no D. N. I. C em 17 de março de 1947, sob o n.º 14.717.

A "ELA" desde sua fundação até fins de 1948 lançou o aumento do capital da Cia. Cervejaria Bohemia S. A., parte do capital da Cia. Ultra-Gás S. A., ações da Casa Bancária Moneró e vendeu dezenas de milhares de ações integralizadas do Banco da Prefeitura do Distrito Federal.

Em 5 de março de 1949 a ELA assinou com a ADEM um contrato para a venda das cadeiras cativas do Estádio Municipal.

Até a presente data a ELA vendeu 14.256 cadeiras cativas.

A "ELA" é uma organização independente que serve o público investidor e os empreendimentos nacionais com base idônea.

Atualmente a "ELA" possui para venda cadeiras cativas e perpétuas do Estádio Municipal, ações da Cinematográfica Sol Brasileira S. A., ações do Banco do Distrito Federal e ações da Agro Colonizadora Industrial S. A.

Breve lançará interessante plano de loteamento com sorteio.

Informe-se na

## EMPRESA LANÇADORA DE AÇÕES "ELA" LTDA.

Av. Graça Aranha, 416 — 12.º — Tel.: 42-4970 — Rio

**VISITANTES** — Durante a Segunda Semana do Hortelão a Escola recebeu a visita de 18 prestimosos amigos.

**SESSÃO DE ENCERRAMENTO** — A sessão de encerramento da Segunda Semana do Hortelão foi presidida pelo Dr. Antonio de Arruda Camara, Diretor da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello".

Durante a sessão falaram:

a) — o Dr. Antonio de Arruda Camara, conatulando-se com os Semanistas;

b) — O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, que fez um relato das atividades da Escola durante o ano de 1949;

c) — O Dr. Olavo Barros de Araujo e Silva, em nome do Serviço de Informação Agrícola;

d) — O semanista Diamantino Augusto Rodrigues, em nome dos colegas.

O Clube Agrícola Miguel Calmon ofereceu ao semanista Diamantino Augusto Rodrigues, o premio "Adriano Dantas", constituído de uma coleção de ferramentas hortícolas.

A sessão de encerramento compareceram o Dr. Cinóas Guimarães, Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento Especialização e Extensão da Universidade Rural, o Dr. Antonio de Arruda Camara, diretor da Escola, representando os presidentes da Sociedade Nacional de Agricultura e da Fundação Getúlio Vargas, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, vice-diretor da Escola, representando o Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, o Dr. Mario Vilhena, Diretor do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, as Professoras D. Julieta Capanema e Maria de Lourdes José Bairele, o Dr. Jalmirez Guimarães Go-

mes, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, o Dr. Olavo de Barros Araujo e Silva, do Serviço de Informação Agrícola, todos os professores e assistentes da Escola, os técnicos que colaboraram durante a semana, todos os semanistas, todos os alunos que concluíam os cursos permanentes da Escola, antigos alunos e tantos outros amigos da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello".

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** — A II Semana do Hortelão obteve completa êxito, tendo sido atingidos os seus elevados objetivos.

A experiência de mais uma Semana do Hortelão servirá para aperfeiçoar, cada vez mais, outras semanas idênticas que venham a ser realizadas.

A Escola de Horticultura "Wencesláo Bello" com a colaboração da Sociedade Nacional de Agricultura, da Fundação Getúlio Vargas e do Serviço de Informação Agrícola, prestou mais um valioso serviço a educação rural.

Os semanistas que tivemos o prazer de hospedar, saíram da Escola, esclarecidos, e, sobretudo, iniciados em práticas culturais mais racionais. A Semana foi de trabalho intenso e profícuo. Estão, pois, de parabens, os semanistas que acorreram ao nosso chamado, a Escola, pioneira do ensino hortícola entre nós, a Sociedade Nacional de Agricultura, veneranda associação de classe que há meio século vem defendendo os interesses dos lavradores e criadores do Brasil, a Fundação Getúlio Vargas, que tão assinalados serviços tem prestado ao país e o Serviço de Informação Agrícola que vem realizando um notável serviço de assistência ao homem rural — Geraldo Goulart da Silveira — Vice-diretor da E. H. W. B.



# Mãos

que espalham

## SALITRE DO CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça o produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRICOLAS

RUA FLORENCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO — AV. GRAÇA ARANHA, 226-2º and.

— RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DOMUNT, 227 — BELO HORIZONTE

# ALFA LAVAL

DESNATADEIRAS  
DE 1.000 A 5.000  
LITROS A HORA

Encarrego-se  
de Usinas de Leite  
e seus Derivados

Gases para Refrigeração:  
Amoníaco — Freon 12  
— Metila e Sulfuroso

B  
A  
L  
T  
I  
C



DE  
65  
A  
550  
LITROS  
A  
HORA  
  
MATERIAL  
GERBER  
PARA  
ANÁLISE  
DE  
LEITE

## Sociedade Importadora Suissa Ltda.

ENGENHEIROS:  
RUA ARMANDO SALES  
DE OLIVEIRA N.º 12  
End. Telegr.: "Sisla"

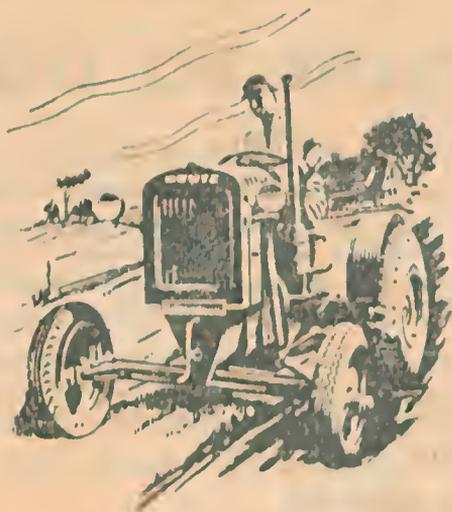


IMPORTADORES:  
Caixa Postal, 1404  
RIO DE JANEIRO

## TRATORES AGRÍCOLAS DIESEL "DEUTZ-OTTO" LEGÍTIMOS

fabricados pela

KLÖCKNER-HUMBOLDT-DEUTZ A. G., KÖLN — Alemanha



Fornecidos com Pneus  
ou com Rodas de Aço  
e com Garras

Distribuidores Exclusivos:  
**SOCIEDADE BRASILEIRA DE MAQUINAS E MOTORES LIMITADA**  
Rio de Janeiro: R. da Alfandega, 116 — S. Paulo: R. Florencio de Abreu, 598  
Porto Alegre: Rua Pinto Bandeira, 330-34 — Recife: Rua da Palma, 296  
Endereço Telegráfico: "OTTOMOTOR"



# Via RADIOBRAS

**O Serviço Radiotelegráfico  
e Radiotelefônico**

**Direto que alcança o mundo inteiro.**

Para ter certeza de que seu telegrama para o exterior será recebido com a maior rapidez possível, — chame um mensageiro da “Via RADIOBRAS”



Para obter a sua ligação radiotelefônica com o exterior, chame a Central Telefônica “Via RADIOBRAS”, através dos telefones abaixo indicados

**CIA. RADIOTELEGRÁFICA BRASILEIRA**

Av. Rio Branco, 49  
Av. Rio Branco, 243  
Tel. 23 2177  
Av. Atlântico, 354

**S. PAULO**  
Rua S. Bento, 357  
Tel. 1-4111

**SANTOS**  
R. 15 de Novembro, 86  
Tel. 2.7194

**RECIFE**  
Av. Rio Branco, 162  
Tel. 9.91

EVITE A  
**PESTE SUÍNA**  
USANDO A VACINA  
**CRISTAL VIOLETA**  
DO INSTITUTO PINHEIROS

INDICADA PARA USO  
INTRADÉRMICO E INTRAMUSCULAR



# ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



FAZENDA CASCATA. Norte do Paraná.  
1.600.000 de pés de café. Proprietário,  
Sr. Geremia Lunardelli, que se vê  
em uma de suas costumeiras inspeções.  
(Vide nota a respeito no texto).

RIO DE JANEIRO — BRASIL  
MARÇO - ABRIL, 1950

ANO LIV

# 1000

## TRATORES FORD VENDIDOS desde seu lançamento no Brasil

O rono dos tratores é hoje um hino de esperança e uma promessa de um futuro melhor. Mil tratores é a contribuição que a Ford nos deu desde o lançamento, em 1949, do famoso Trator Ford, em nosso país. Passo decisivo para a progressiva mecanização da nossa lavoura, êsses mil tratores Ford significam melhor conservação e rendimento do solo, aumento de produção e das fontes de riqueza, abundância... promessa de um futuro melhor! A Ford congratula-se com os agricultores do Brasil por essa oportunidade de contribuir para a modernização dos nossos métodos agrícolas, prometendo envidar todos os esforços no sentido de continuar cooperando para a completa mecanização da lavoura brasileira.



FORD MOTOR COMPANY



Inauguração da *Casa Rural de Mallet* (Paraná), sede da Associação Rural do Município, em 6-12-1949. No momento, é hastada a bandeira nacional, oferecida pela Sociedade Nacional de Agricultura.



## S U M Á R I O :

Bases da riqueza da Nação — Prof. Arthur Torres Filho . . . . .	3
Industrialização da banana — Eng. Agr. Amaury H. da Silveira . . . . .	5
Sobre a realização de um Congresso Agrícola no Capital da República . . . . .	8
Relações intercooperativas — Eng. Agr. Antônio de Arrudo Câmara . . . . .	14
Um Pioneiro: Geremio Lunardelli . . . . .	17
Cuidemos das Lases racionais da agricultura brasileira — Prof. Arthur Torres Filho . . . . .	20
A pasta da Agricultura tem nova titular . . . . .	25
Ensino agrícola ambulante no Estado de Minas Gerais — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira . . . . .	26
O cooperativismo, o conceito de lucro e o petróleo, anteporta da guerra — Fabio Luz F.º . . . . .	28
Considerações sobre o crédito agrícola no Brasil — Arthur Oberlonder Tibau . . . . .	30
Progride no Brasil o movimento associativa snb o inspiração da Decreto-lei n.º 8.127, de 24-10-1945 . . . . .	33
Tipos de podas das árvores — Eng. Agr. Alder Americana . . . . .	35
A importância do cereal "Adloy" — Eng. Ind. F. Guilherme Steinemann . . . . .	37
Normas para combater a raiva das bovinos — Méd. Vet. Jorge Voitsman . . . . .	41
Os trigo do Sul do Brasil — Dr. Jorge Polysù . . . . .	44
Esquema da Técnica de Planejamento — Severino Sombra . . . . .	46
Relatório das atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon — Prof. Geraldo Goulart da Silveira . . . . .	48
Relatório da Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, relativo a 1949 . . . . .	50
Proveitosa o amparo da I.A.A. à lavoura canavieira . . . . .	52
Necessidade de uma nova Política Comercial (Transcrição) . . . . .	54
Consultas e informações — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira . . . . .	56

# SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA  
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLÁU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente do Honro	—	DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS
Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGARD TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretária	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretária	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretária-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

## DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE  
ALTINO DE AZEVEDO SODRE'  
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES  
ENIO LUIZ LEITÃO  
FRANKLIN DE ALMEIDA  
GERALDO GOULART DA SILVEIRA  
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO  
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS  
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO  
MARIO DE OLIVEIRA

## CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	—	JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	—	JOÃO TJADER
ANTONIO BARRETO	—	JOSE' SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	—	JOSE' SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	—	JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	—	LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	—	MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	—	MANOEL NETTO CAMPELO JUNIOR
DIOGENES CALDAS	—	MARIO VILHENA
EUVALDOD LODI	—	ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	—	OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	—	PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	—	PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	—	PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	—	ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	—	RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	—	SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÔA	—	SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	—	WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARATER PERMANENTE DOS SEGUINTE ORGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberta Ravache; Comissão Control de Preços (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Control de Preços (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronima Antonio Coimbra; Comissão Permanente da Estradas de Rodogom (Minis-

tério da Viação) — Dr. Raul David de Sansan; Comissão de Organização Rural (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; Conselho Permanente do Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite.

# A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV

MARÇO - ABRIL DE 1950

## BASES DA RIQUEZA DA NAÇÃO

Prof. ARTHUR TORRES FILHO  
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

- a) — A riqueza econômica de um país tem por alicerce: os produtos do solo, ou sejam as produções agrícolas e pecuárias convenientemente beneficiadas;
- b) — os produtos do sub-solo ou sejam os minerais e sua adequada exploração;
- c) — finalmente, a capacidade transformadora do país, seja dos produtos próprios ou dos importados, pelo trabalho das manufaturas ou da grande indústria em geral, com a utilização da energia em grande escala.

Está evidente fornecerem o solo e o sub-solo os elementos básicos que, quando não são encontrados no território das nações super-industrializadas, dão lugar a disputas nos mercados internacionais. Devemos estar lembrados que, devido à irregularidade na distribuição das matérias primas, vegetais, animais e minerais, vimos surgir o princípio do "espaço vital", que prenunciou a segunda grande guerra. Não seria exagero dizer-se que essa disputa prossegue.

Não apenas na fase propriamente manufatureira logra-se alcançar o enriquecimento dos povos. No caso do Brasil, por exemplo, ter-se-á que considerar o sentido da sua civilização. É um país de grande território, em que a agricultura poderá desenvolver-se vantajosamente. Tendo a maior parte de sua população na "interlândia", não prevalecem as atividades agro-pecuárias.

A agricultura, a pecuária e a mineração representam forças que, conduzidas com segurança, em bases racionais de exploração, poderão proporcionar elementos de riqueza e alicerces de segura industrialização. Entendo que devemos promover, sem prejuízo da vida do povo, a industria-

lização, mas de mãos dadas com a agricultura, sem nos esquecermos de que dispomos de grande população de baixa capacidade aquisitiva no interior e de um "mercado interno" que deverá constituir sólida garantia do progresso industrial. Prejudicial também será o divórcio entre a produção e o comércio, embora o produtor agrícola tenha legítimo direito a uma remuneração que recompense seu trabalho. A renda em comum, através do cooperativismo sadio, constitui fórmula aconselhável, podendo facilitar bastante a defesa dos interesses gerais sem choques violentos entre as classes.

De outra parte, o consumidor deve receber produtos padronizados que se recomendem pela modicidade dos preços e se revistam de garantias sanitárias. O bom preparo dos produtos nas fontes de origem, seu conveniente beneficiamento e acondicionamento, com facilidade de armazenamento nos centros consumidores (frigoríficos, câmaras de expurgo, silos, etc.) são requisitos indispensáveis a exigir equipamento de que não dispomos suficientemente para que haja boa distribuição dos produtos sobretudo perecíveis nos mercados consumidores.

Imparta dizer não se tornar suficiente pensar em "produzir"; será preciso organizar a produção, a circulação, a distribuição e o consumo. Dentro das realidades do momento, tanto produtores como consumidores carecem ser defendidos, removendo-se as causas que concorrem para a depressão econômica, sobretudo a produção dos campos, afetando principalmente os artigos de alimentação e as matérias primas (animais e vegetais).

Esta concorde com aqueles que se mostram alarmados com a queda dos rendimentos das nossas terras por falta de conservação da fertilidade das mesmas. Na verdade, o que se passa no meio rural está

# A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL  
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO  
Presidente do Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA  
CAMARA  
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD  
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART  
DA SILVEIRA  
Consultor-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO  
Redator-Secretório e Gerente

Redação e Administração :

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º

Telefone: 42-2981

Coixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem o redação da Revista nem a Sociedade  
Nacional do Agricultura são responsáveis  
pelos conceitos emitidos em artigos assinados

produtor rural quando deixa de produzir certos artigos que não lhe proporcionam lucro e por isso vem engrossar a onda daqueles que se dirigem para os centros urbanos, na esperança de vida mais confortável ou de salários elevados. É certo que o "êxodo rural" para ser devidamente caracterizado, exige a apreciação de elementos estatísticos e de profundas investigações econômicas e ecológicas nas regiões mais caracteristicamente produtoras.

Flutuações nos valores dos produtos agrícolas, sem que haja um preço mínimo garantidor do produto, baseado no custo de produção; sem assistência social, técnica e financeira para os homens da interlândia; sem os atrativos naturais oferecidos pelos centros urbanos para os homens do campo; o grande surto industrial do país verificado durante a guerra nas cidades; obras públicas de vulto; o desenvolvimento anormal até há pouco verificado nas construções civis; dificuldades e deficiências dos meios de transporte; a falta, na proporção necessária, de financiamento a longo prazo, em base hipotecária e não apenas para o custeio de safras, mas para a colonização beneficiando o pequeno produtor; a inexistência de legislação que facilite acesso mais fácil à posse da terra, permitindo a formação da pequena propriedade, são fatos que traduzem a necessidade de uma "política agrícola nacional" bem articulada sem a qual não poderemos preparar futuro tranquilo para a nacionalidade.

a exigir a máxima atenção dos poderes públicos. Fenômeno idêntico tem sido observado em outras nações.

Possivelmente nos defrontamos com fenômenos econômicos e financeiros que constituem o complexo da vida brasileira no momento. É natural o retraimento do



## COMPANHIA AMERICA FABRIL

ESPECIALIDADES EM TECIDOS FINOS



VERIFIQUEM NA OURELA DOS NOSSOS  
TECIDOS O NOME

# AMERICA FABRIL

# INDUSTRIALIZAÇÃO DA BANANA

Amaury H. da Silveira  
Eng. Agrônomo

## BANANADA

Para o fabrico da bananada devem-se escolher frutos maduros, limpos e sãos. Descascar à mão ou por meio de facas de bambú ou de aço inoxidável. Pesar as bananas, colocar numa tacha de cobre, juntar 700 a 800 grammas de açúcar para cada quilo de massa e cozinhar em fogo moderado, mexendo constantemente com uma colher de pau até atingir o "ponto". Este conhece-se praticamente pela consistência da massa, tomando uma pequena amostra para ser resfriado em um prato ou quando a massa ao ser agitada deixa ver o fundo do tacho. Atingida a consistência desejada, a bananada é colocada em fôrmas de madeira retangulares e desmontáveis, em lugar arejado para esfriar. Finalmente a bananada pode ser embrulhada em papel impermeável para ser guardada. Pode-se também embalar em latas chatas, de pouca profundidade, o que se faz logo que a massa é retirada quente do tacho, sendo esfriada destampada.

## BANANA PASSA

Para o fabrico da banana passa pode-se lançar mão de dois processos:

- a) secagem ao sol
- b) secagem em estufa

Na secagem ao sol o processo consiste em:

- 1 — Descascar a banana bem madura;
- 2 — Cortar a banana em pequenos pedaços, longitudinalmente ou conservá-la inteira; usar faca de madeira, osso ou aço inoxidável, porém deve ser evitado o metal;
- 3 — Colocar em esteiras de bambú ou taboleiros de madeira;
- 4 — Deixar ao sol durante 1 a 12 dias, até que a umidade da banana atinja a 15%; recolher à noite e evitar que apanhe chuva.

Este processo dá produto escuro, de consistência coarçada, e com gosto de banana cozida.

Na secagem em estufa o método é semelhante:

- 1 — Descascar a banana bem madura;
- 2 — Cortar longitudinalmente ou deixar inteira;
- 3 — Mergulhar numa solução de ácido sulfuroso a 3%;
- 4 — Espalhar a banana sobre os taboleiros, ou sobre prateleiras da estufa;
- 5 — Secar na estufa a 65 e 70° C durante 8 a 10 horas.

Variedade empregada

Prata é melhor. Há quem desaconselhe a única.

Rendimento

12 a 20% sobre a fruta fresca.

## BANANA CRISTALIZADA

- 1 — Preparo da fruta  
Escolha banana madura, porém não amolecida, descasque e conserve a fruta inteira.

2 — Primeira fervura  
Ferva a banana em xarope feito com 3 partes volume de água 1 parte de volume glicose, durante 15 a 25 minutos, evitando que a fruta se desmanche. Depois, deixe a banana no xarope em repouso durante 24 horas em recipiente de louça, água ou outro conveniente.

3 — Segunda fervura  
Retire o xarope, colocando a banana em peneira de latunaria. Prepare uma mistura de partes iguais de açúcar de cana e glicose, misturando bem.

Reconhece-se o final da secagem quando as fatias

se enrugulham, tomando aspecto córneo e ficam brilhantes, muito duras, a semelhança da sola de sapateiros quando seca.

Os métodos de secagem são:

- a) secagem ao sol
  - b) secagem em estufa
  - c) secagem no vácuo
- a) — A secagem ao sol é a mais simples e a mais imperfeita. O processo é moroso, as fatias ficam sujeitas a ação do tempo, amilidade, formação de bolores, etc.; requer muito espaço para os taboleiros e ainda que sejam recolhidos todas as tardes.

A secagem deve ser rápida, entre 8 a 20 horas, para evitar escurecer demais o produto.

- b) — A secagem em estufa é melhor que ao sol. A temperatura começa entre 25-30° C e vai até o máximo de 50° C, durando a operação 8 horas.

Há vários tipos de estufa para esse fim, como o secador Ryder de ar quente, cujo maior inconveniente está em não poder regular perfeitamente a temperatura, que não deve passar de 60° C, para evitar parcial transformação do amido em destreina.

- c) — A secagem a vácuo é a ideal, pois é rápida, dando produto claro e bem desidratado, especialmente nos aparelhos de vácuo moderno.

O processo no entanto, é oneroso e destina-se às grandes instalações.

Para obtenção de fatias completamente brancas as bananas sofrem tratamento preliminar em uma solução a 1% de ácido cítrico. Pode-se também descorar as fatias secas com gás sulfuroso nas grandes instalações, não ultrapassando a dose permitida.

- 4 — Trituração das fatias secas

Depois de completamente secas, as fatias são trituradas em moinhos pequenos manuais na pequena indústria ou em trituradores como os de Champonnols e América.

- 5 — Peneiragem

A peneiragem da farinha bruta separa a fécula das fibras contribuindo assim para obtenção de um produto bem uniforme.

A operação é feita em peneiras comuns de jôgo ou em peneiras rotativas, de 100 a 120 malhas por polegada quadrada, para obtenção de um fino. O resíduo da peneira é a semente de banana.

- 6 — Acondicionamento

É feito em sacos, latas, bem fechadas, barricas, caixas de madeira forrada com papel impermeável ou celofane.

A farinha de banana bem acondicionada conserva-se por longo tempo.

- 7 — Rendimento

100 quilos de banana verde dão 50 quilos de polpa, que depois de seca, se reduz a 20-30 quilos de farinha de banana, com teor de 70% de amido.

Características da farinha de banana

A farinha de banana é de sabor agradável, levemente adoçada, tem cheiro de banana, principalmente quando fresca, e possui cor levemente escura, dependendo do processo, variedade empregada, etc.

Trata-se de um alimento rico, delgado, de alto valor nutritivo e de fácil digestão, sendo mesmo indicado para crianças, velhos e enfermos.

A média de análises precedidas pelo prof. Jayme Rocha de Almeida, de cujo excelente trabalho tiramos este resumo, deu o seguinte resultado:



Unidade a 110° C . . . . .	16,42
Matéria gorda . . . . .	2,25
Matéria proteica . . . . .	3,49

Junte a mistura ao xarope anterior até que o mesmo fique com 35 a 40 graus Brix. Na falta do sacarômetro de Brix, junte 1 parte de mistura em volume para cada 4 partes de xarope. Coloque a banana novamente nesta solução e ferva durante 2 a 3 minutos. Deixe repousar mais 24 horas no recipiente próprio.

#### 4 — Fervuras subsequentes

Penetre para retirar o xarope cada 24 horas. Junte a mistura de açúcar e glicose em dias sucessivos até aumentar o grau Brix a 50, 60, 70 e 74. Na falta do sacarômetro proceda como anteriormente, usando a proporção de 1 para 4 e repita diariamente até que o xarope tome a consistência do mel de abelha.

Ferva o xarope e a fruta juntos diariamente durante 2 a 3 minutos. Deixe em repouso novamente.

#### 5 — Repouso no xarope final

Deixe repousar a fruta no xarope final de 74 Brix (consistência de mel) durante 2 semanas pelo menos. Se durante o repouso aparecer o mais leve sinal de fermentação ou mófo, aqueça a fruta e o xarope durante 2 a 3 minutos; se aparecerem cristais de açúcar aqueça até dissolvê-los.

#### 6 — Secagem

Mergulhe a fruta rapidamente em água quente e peneire o xarope aderente.

Coloque em taboleiro de madeira e seque bem ao sol ou em estufa própria a temperatura de 50 a 55° C. Embale após secagem perfeita.

### FARINHA DE BANANA

A melhor variedade para a fabricação de farinha de banana é a banana pera, figo ou marinho, por ser a mais rica em amido.

A colheita dos cachos é feita quando as bananas adquirem o máximo desenvolvimento, mas ainda completamente verdes. A banana madura possui menos amido, empasta no enfatiamento, demora a secar e dá farinha coriácea. Durante a colheita e o transporte é preciso evitar machucar a banana, o que concorre para escurecimento da farinha. Os cachos são pendurados em varais em local seco e ventilado.

O processo de fabricação de farinha de banana compreende as seguintes operações:

#### 1 — Descascamento

A separação das cascas é feita com cinivetea ou faca de níquel, osso, madeira, bambu, ou aço inoxidável, pois o ferro combina-se com o tanino, escurecendo a farinha.

Para facilitar a retirada da casca é necessário submeter-se a banana verde à ação de água quente, em temperatura nunca acima de 110° C, durante 4 a 5 minutos, com o que a casca sai sem arrancar a polpa.

Esta operação deve ser feita colocando-se as bananas numa cesta de bambu ou araxe zincado que é então introduzido na água quente em panela de barro ou tacho de cobre.

Depois deixa-se esfriar para soltar a casca e proceder ao descascamento manual. Há máquinas de alumínio que executam o descascamento com perfeição.

#### 2 — Esfatiamento

Na pequena indústria o corte da polpa em fatias é feito com as facas usadas no descascamento. O processo é moroso e tem lugar em mesas bem limpas, sendo cada banana cortada em 6 a 8 rodéias (1 a 3 cm. de espessura).

Existe um pequeno aparelho que retira a parte central da banana e portanto as sementes que tornam a farinha escura.

Nas instalações modernas o esfatiamento é mecânico, sendo as fatias coriadas uniformemente, o que muito facilita a secagem.

As fatias cortadas são colocadas em taboleiros de madeira, taquara ou bandeijas para serem submetidas à secagem.

#### 3 — Secagem das fatias

A secagem tem por fim reduzir a água até 15%, ou menos, a fim de que as fatias sejam trituradas.

Amido . . . . .	68,87
Glicose . . . . .	1,25
Encarose . . . . .	2,06
Celulose . . . . .	2,12
Cinza (principalmente potássio) . . . . .	3,78

### LICOR DE BANANA

#### Ingredientes

250 grs. de açúcar  
250 cm3 de água  
250 cm3 de álcool de 95 G. L.

4 bananas (água bem maduras).

#### Modo de fazer

- 1 — Esmagar bem as bananas.
- 2 — Deixar em infusão no álcool durante 15 dias mexendo diariamente.
- 3 — Coar em flanela.
- 4 — Fazer o xarope.
- 5 — Juntar a infusão ao xarope frio.
- 6 — Engarrafar.

### VINAGRE DE BANANA

Existem duas fases distintas na fabricação do vinagre de frutas:

- a) fermentação alcoólica
- b) fermentação acética

#### Fermentação alcoólica

- 1 — Esmagar as bananas descascadas.
- 2 — Colocar num barril de madeira ou tina bem limpa, evitando contato de metais.
- 3 — Adicionar fermento selecionado alcoólico em tabletes, em grânulos ou cultura líquida.
- 4 — Deixar fermentar, tendo-se o cuidado de remover diariamente a massa ou o líquido e depois cobri-los com um pano para evitar entrada de insetos.
- 5 — Separar o suco da massa, depois de terminada completamente a fermentação alcoólica, isto é, quando cessar a efervescência e consequentemente produção de gás carbônico; geralmente depois de uma semana a fermentação alcoólica está terminada e a massa pode ser filtrada em filtro (condor) de flanela ou então prensada para extrair o suco fermentado, que então se chama vinho.

#### Fermentação acética

- 1 — Construir uma vinagreira, tipo barril deitado.
- 2 — Lavar com vinagre forte.
- 3 — Fazer em uma vasilha em separado uma mistura de 1 parte de vinagre forte para 4 de vinho anteriormente obtido pela fermentação alcoólica.
- 4 — Colocar a mistura acima na vinagreira até metade do barril.
- 5 — Verificar ao fim de uma semana de absoluto repouso se houve formação de uma película vulgarmente chamada mãe do vinagre.
- 6 — Determinar, de tempos em tempos, o aumento da acidez do líquido, pelo gosto, pelo cheiro forte, etc., evitando romper a película superficial.
- 7 — Filtrar em flanela, no fim de 3 a 6 meses.
- 8 — Engarrafar e guardar ou então usar.

# O Banco do Estado de São Paulo

por intermédio de sua

## Agência do Rio de Janeiro

RUA DA ASSEMBLÉIA N.º 31,

oferece ao respeitável comércio desta praça  
um serviço bancário perfeito e eficiente.



*Depósitos - Empréstimos*  
*Descontos - Cambio - Cobranças*  
*Transferências - Títulos*



MATRIZ: Praça Antonio Prado n.º 6

SÃO PAULO

Endereço Telegráfico BANESPA

Caixa Postal, 789

# Sobre a realização de um Congresso Agrícola na Capital da Republica

A Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo dirigiu à Sociedade Nacional de Agricultura, em 9 de fevereiro deste ano, o ofício seguinte:

"Ilustríssimo Senhor Presidente:

1. Na raiz das nossas dificuldades econômicas e sociais incantavelmente avulta o problema da fraca produtividade do trabalho nacional, que se agrava e nos aprime como séria ameaça, à medida que se normaliza a comércio mundial na após guerra, e o país se prepara para as embates de uma concorrência que, segunda tudo indica, será implacável.

2. Na campo da economia agrícola o problema se torna cada vez mais agudo, acompanhando a diminuição da produtividade do trabalho a curva descendente da fertilidade das nossas terras. Ora, a único meio capaz de aumentar essa produtividade é a racionalização do trabalho. A adoção de melhores técnicas é o caminho capaz de conduzir ao barateamento dos preços, ao aumento das rendas e dos salários em consequência, à elevação geral da teor de vida.

3. Os trabalhos de investigação científica no campo da pesquisa e da experimentação, desenvolvidos nas laboratórias e estações experimentais dos nossas departamentos de agricultura, constituem, hoje, um acervo de conclusões de aplicação imediata tudo, no entanto, escassamente utilizado ou, pela menos, insuficientemente aproveitado pela agricultor. Tal fato importa o reconhecimento de que a organização do fomento pelas departamentos de agricultura não emparelha e segue a da investigação científica.

4. O problema da intradução de melhores técnicas no meio rural é, na verdade, complexa e não pode ser encarada de forma unilateral. A análise dos fatos, corroborada pela experiência, vem evidenciando ser o esforço orientada no sentido da recuperação da riqueza agrícola inseparável da da recuperação do homem, ou seja que as atividades do fomento agrícola e da assistência ao homem rural são, de tol sorte entrelaçadas e interdependentes, que não seria fácil estabelecer linha divisória entre uma e outra.

5. Tal problema pode ser melhor evidenciado de frente a estas perguntas.

- a) Como incutir no lavrador, naquele que exerce profissionalmente a agricultura, novos hábitos, nova técnica de trabalho?
- b) Como atingir a meia rural, modificando de forma duradoura as suas condições?

6. A resposta à primeira pergunta repausa no seguinte postulado de ordem psicológico-educacional: o problema de incutir no lavrador novos hábitos, novas práticas de trabalho, aumentando a seu rendimento é complexo e exige, como condição básica, a sua própria calaboração, pois só é passível assistir, ensinar e educar aquele que deseja ser assistida, ensinado e educado. Dêste moda, a primeira etapa, por assim dizer de qualquer plano de fomento e assistência, visa criar estímulos, mobilizar psicologicamente o homem do campo transformando-a, de elemento passiva, sem estímulos, em agente de ação, desejoso de progresso e aperfeiçoamento.

7. Quanto à segunda pergunta, como atingir o meio rural, a ponta de partida é considerar o homem rural tal como existe na realidade. Com efeito, o que existe não é a agricultor, encarado sob o ângulo exclusivamente profissional, e sim o Homem — o homem chefe de família, o homem religioso, o homem profissional, o homem dotado de certo grau de instrução e educação, o homem com problemas de alimentação e saúde, o homem residente numa certa localidade, pertencente esta, de sua vez, a uma comunidade mais vasta.

8. Em síntese, multifarmente e complexa a realidade rural, só a abordamos si a soubermos surpreender simultaneamente pelos seus diversos ângulos. Dentro desse pensamento básico, é, portanto, a família e não a individuo isolado, o centro de convergência de toda a esforço educativo.

9. Lançadas estas premissas é licito concluir, afirmando, com toda segurança, serem inocuas as medidas isoladas. Somente a ação conjugada das Departamentos de Agricultura, de Educação e Saúde, e em cooperação com a iniciativa privada,

devidamente organizada, é capaz de desenvolver trabalho eficiente de fomento e assistência no meio rural.

10. Dentro desta ordem de ideias esta entidade decidiu sugerir à Sociedade Nacional de Agricultura a organização de um congresso, a realizar-se na capital do República, sob os auspícios das forças representativas da produção agrícola de todos os Estados, e com o patrocínio do Ministério do Agricultura.

11. Com o objetivo de reunir maior número de elementos interessados e de técnicos, entramos em contacto com as entidades congêneres e órgãos oficiais, a quem temos solicitado apoio e a colaboração para este movimento de recuperação da produtividade nacional, cujo plano de ação vai delineado no ante projeto de temário que tomamos a liberdade de incluir como sugestão e base para a fixação das linhas diretrizes que norteiam os debates e os estudos do conclave.

Na certeza de que Vossa Senhoria compreenderá o alto significado desta iniciativa, agardando a manifestação dessa Sociedade, aproveitamos o ensejo para renovar-lhe as protestos de nossa alta estima e consideração:

Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo. — o) **Iris Meinberg**, Presidente."

### TEMÁRIO

I — Contribuição da Sociologia na explicação e solução dos problemas rurais.

II — Planejamento de organizações agrícolas em geral. Sugestões.

III — O Fomento Agrícola. Conceito. Organização. A cooperação. O agrônomo regional. A agente de economia doméstica. Os especialistas do Fomento. Os supervisores. A divulgação agrícola. Planos de trabalho; relatórios e medição de resultados.

IV — Os métodos de Fomento Agrícola. Análise dos diversos métodos. A Educação dos adultos. O processo de transmissão dos conhecimentos do ponto de vista psicológico. A recreação rural. A liderança rural; formação dos líderes; escolha e treinamento dos líderes.

V — Relações entre o Fomento e outros organizações. O Fomento repouso na cooperação. Ação conjunta dos Departamentos de Agricultura, Saúde e Educação. As equipes de trabalho de Fomento e As-

sistência Médica e Educacional Rurais. As formas de cooperação entre a iniciativa privada e as equipes de Fomento e Assistência Médica e Educacional Rurais.

VI — Departamento de Saúde. Seu programa de Assistência Rural.

VII — Departamento de Educação. Seu programa de Assistência Rural.

VIII — O associativismo rural. As finalidades das associações rurais: cooperação e acordos com o Fomento e a Assistência Médica e Educacional Rurais. Grupos organizados de produtores rurais. Os líderes rurais.

IX — Os clubes agrícolas. Formação do juventude rural. Organização dos clubes. Formação de líderes. A Educação da juventude influenciando os adultos. Organizações correlatas.

X — Os clubes femininos. Organização das mulheres rurais. As líderes rurais.

XI — A expansão do crédito pessoal baseada numa organização adequada de Fomento e Assistência ao meio rural.

XII — Fiscalização e classificação de produtos agrícolas. As diversas funções. Relações com o Fomento.

XIII — Seguros agrícolas. As formas existentes e novos planos.

XIV — Análise dos diversos etapas na concretização deste plano. A primeira etapa. Sua inédita execução.

### ANÁLISE DO TEMÁRIO

I — Contribuição da Sociologia na explicação e solução dos problemas rurais.

1. Primeira necessidade: **compreender** as "formas" em jogo (nisto o Sociologia pode contribuir patentemente):

1. Papel da tradição na persistência de técnicos antigos herdados através dos pais e avós.

2. Desilusão com o sistema de "marketing" e preços que estão levando o homem rural à decisão de "plantar só para o gasto".

3. Papel, na mobilidade para fora das zonas rurais, da:

a. falta de equilíbrio entre a população, de um lado, e os recursos do habitat, juntamente com os técnicos para sua utilização, do outro

b. atração da vida da cidade e dos salários da indústria na

- migração para a cidade que está despovoada as zonas rurais
4. Circunstâncias que dificultam o melhoramento com respeito às técnicas:
    - a. o peso da tradição e costume
    - b. atitudes do homem rural para com o homem da cidade: papel da desconfiança
    - c. atitudes do homem rural para com o governo: papel da suspeição

II. Conhecimentos socialológicos que se podem aproveitar a fim de lidar eficazmente com a situação de melhorá-la:

1. Popul, na intradução e difusão de novas técnicas, na comunidade em apreço
  - a. do prestígio por parte
    - 1) da pessoa, ou pessoas, que estão intraduzindo a nova técnica
    - 2) das primeiras lavradores a experimentá-la
  - b. da sugestão inconsciente exercida
    - 1) dentro da família por seus membros
    - 2) dentro do sistema de compadria por seus membros
  - c. da compreensão e, baseada nessa compreensão, da utilização dos conhecimentos sociológicos sobre:
    - 1) simbiose e consensa
    - 2) cantos primários e secundários
    - 3) grupos primários e secundários
    - 4) solidariedade e individualização
    - 5) socialização da criança e toda o processo da transmissão cultural da velha para a nova geração
    - 6) sugestão e imitação
    - 7) "rapport"
    - 8) "cultura de folk" e "mundo mental"
    - 9) as desejos:
      - a) de correspondência
      - b) de consideração
      - c) de novas experiências
      - d) de segurança

10) atitudes:

- a) o seu papel no comportamento individual e social
- b) a sua natureza
- c) as meios pelos quais se mudam

11) mudança social

II — Organização de Departamentos de Agricultura.

III — O Fomento Agrícola; conceito, funções.

Organização geral do Fomento Agrícola. A organização dos Serviços de Extensão em outros países. A organização do Fomento em nosso meio.

A cooperação. O Fomento repousa na cooperação.

A escolha dos agentes de Fomento. Sua preparação e treinamento. Cursos e Estágios. Reuniões periódicas.

A organização municipal. Auxiliares, sede, etc.

O agrônomo regional. Sua função. Seu programa de trabalho. Predicados do agrônomo regional. Suas responsabilidades. A sua permanência no lugar.

A agente de economia doméstica. Sua função. Seu programa de trabalho. Predicados do agente. Responsabilidades.

As novas agentes. Preparo. Cursos.

Os especialistas do Fomento. As especialidades. Relações com os especialistas da Experimentação e Pesquisas.

Funções e responsabilidades dos especialistas do Fomento.

Predicados do especialista. Plano de trabalho e relatórios.

Os supervisores. Suas funções e qualidades. A supervisão; conceito. Planos de trabalho e relatórios.

A divulgação agrícola. As publicações adequadas ao Fomento. A redação nas divulgações de Fomento. Imagens visuais.

Planos de trabalho, relatórios e apuração de resultados.

IV — Os métodos de Fomento. Influência da idade na assimilação. A eficiência dos métodos de Fomento. O processo de transmissão dos conhecimentos do ponto de vista psicológica. Alguns princípios de aprendizagem através de trabalhos em comum entre os agentes do Fomento e os homens das campos.

O método de demonstração; a demonstração através dos resultados.

Os líderes rurais. Métodos diversos: visitas às fazendas, cartas circulares, baléons, palestras, rádio, imprensa, recepção no escritório, etc. Outros métodos.

As exposições; vantagens e desvantagens; análise. As concentrações; análise. As excursões; análise.

Recreação rural; análise.

O método na execução dos trabalhos.

Plano agrícola balanceado.

Aplicação, a um município, dos resultados colhidos em estação experimental.

A liderança rural. Os líderes rurais. A distribuição dos líderes rurais. Fatores para a eficiência da liderança. O trabalho do líder. A escolha do líder. As qualidades do líder. A posição do líder perante a comunidade. Treinamento e preparo do líder. Reuniões periódicas dos líderes. O entusiasmo do líder em seu trabalho. Vantagens do método de Fomento por meio dos líderes.

V — Relações entre a Fomento e outras organizações. Relações com as associações rurais; vantagens e desvantagens. Acordos. O líder rural, elemento de extensão da Fomento e da Associação Rural. Os grupos organizados de produtores rurais. As comissões municipais de Fomento.

Relações da Fomento com a Experimentação e Pesquisas (Estações Experimentais).

Relações com organizações comerciais, com clubes de serviço.

Relações com a organização de fiscalização e classificação de produtos agrícolas.

Relações com organizações de seguros agrícolas.

Relações com organizações de crédito agrícola.

Relações com o ensino vocacional da agricultura.

Relações com os Departamentos de Saúde e Educação. Trabalho conjunto; organização dos equipes.

As formas de cooperação entre a iniciativa privada e as equipes da Fomento e Assistência Médica e Educacional Rurais.

VI — Análise o cargo do Departamento de Educação.

VII — Análise o cargo do Departamento de Saúde.

VIII — O associativismo rural. Desenvolvimento das organizações rurais norte-americanas. A organização atual norte-americana.

As associações rurais. Finalidades.

Organização rural brasileira. A organização federal; a organização estadual; a organização municipal ou regional.

As deliberações (resoluções). As convenções anuais.

A representação. A legislação.

Os serviços em geral. Organização. Controle. As cooperativas e as companhias. Várias tipos de serviços aos associados.

Informação e publicidade. Pesquisas. O Departamento de organização. O diretor de organização. Programa de ampliação da quadra social. Permanência dos sócios no quadro. Contribuição Financeira. Fundos Sociais.

Organizações similares diversos.

Serviços anexos. A eletrificação rural. A inseminação artificial. O crédito agrícola. O correio e o telefone rurais.

A casa da comunidade.

Os grupos organizados de produtores rurais e as comissões municipais de Fomento.

As comissões estaduais e nacionais.

Estatutos.

Acordos entre as associações rurais e a Fomento e os Departamentos de Saúde e Educação. Ampliação das sedes das escalas rurais isoladas, escolas rurais típicas ou grupos. Programa de conjunta.

IX — Os clubes agrícolas. Formação da juventude rural.

Organização dos clubes. Plano de cooperação. Requisitos. Passos para a organização. Responsabilidades dos sócios. As reuniões. As fichas. Os agentes de Fomento. O agente de clube.

A cooperação dos pais.

O programa. Alguns objetivos. Planejamento. Recreação. Divulgação de princípios de higiene e saúde. Atividades dos clubes. Os projetos.

Os líderes. Sua formação. Interesses e necessidades da juventude. A indicação do líder. Tipos de líderes locais. Líderes adultos e líderes juvenis. Manuais dos líderes. Desenvolvimento da espírito de liderança. Reuniões de líderes. Treinamento dos líderes. O reconhecimento e estímulo ao trabalho dos líderes.

As reuniões. O planejamento de programas para reuniões. Locais de reuniões. Como presidir reuniões. Reuniões para troca de comunicação quanto às atividades em andamento. As demonstrações. Os vários passos da demonstração. Julgamento.

As excursões. Os pic-nics. Os acampamentos. O congresso anual. Outros programas.

Premios. Distintivas. Reconhecimentos. Apuração de resultados. Relatórios, etc.

A Federação estadual e nacional. Organização.

O ensino prático da agricultura. Organização. A instrução rural.

X — Os clubes femininos. Organização das mulheres rurais. As finalidades destas organizações. Reuniões. Anuidades, sócios. O dia das mulheres rurais. As líderes rurais. Publicidade. Cursos dados pelas agentes de economia doméstica. Programa doméstica balanceado. Renda das associações ou clubes. As comissões. Planejamento de trabalho. Estatutos. As funções das diretoras. O livro anual. As exposições de economia doméstica.

XI — O crédito agrícola. Análise a cargo de organizações de crédito agrícola.

XII — Fiscalização e Classificação de Produtos Agrícolas. Sua organização. Relações com a Fomento. As comissões. Os diversos serviços.

Fiscalização de portos, aeroportos, etc. Serviços de quarentena.

Serviço de fiscalização de viveiros.

Patologia vegetal. Inspeções.

Inspeção de sementes.

Inspeção de produtos comerciais para a alimentação de animais; inspeção de armazens de produtos agrícolas, de cereais, etc.

Inspeção de fertilizantes comerciais, inseticidas, fungicidas, etc.

Contrôle de doenças de animais.

Serviço de inspeção do leite.

Inspeção da carne.

Mercados. Estatística Agrícola. Padronização das produtos agrícolas.

XIII — Seguros agrícolas. As farmas aconselháveis. Seguros para as diversas culturas. Planos.

XIV — Análise das diversas etapas na concretização das conclusões do Temário. A primeira etapa. Sua imediata execução.

—x—

Em resposta, a Sociedade Nacional de Agricultura endereçou à Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo o seguinte ofício:

"Em 6 de Março de 1950 — Sr. Dr. Iris Meinberg, — DD. Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo. — Em resposta ao ofício de V.S., de 9 de fevereiro último, apraz-nos comunicar-lhe que o assunto nêle contido mereceu da parte desta Sociedade a maior interesse.

Muito nos penhourou a idéia da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo em sugerir a esta Sociedade a organização de um congresso que seria realizada nesta Capital, sob os auspícios das forças representativas da produção agrícola de todos os Estados, e com a patrocínio da Ministério da Agricultura, para estudo de importantes assuntos de interesse da classe.

O assunto, levado ao conhecimento e deliberação da Diretoria, em reunião especial do dia 4 deste mês, foi examinada em todos os seus aspectos, tendo resultado perfeita união de vistas quanto à preferência desta Casa por conferências ou reuniões estaduais ou regionais, orientadas e organizadas pelas respectivas Federações Rurais, ou, onde não as houvesse, pelas associações representativas da classe. Debatidos e estudadas as assuntos de cada Estado ou Região, dentro da idéia do temário sugerida por essa Federação, os seus resultados seriam, depois, coordenados numa reunião de delegados dessas entidades, afim de ser, então, alcançado a ponta de vista nacional a respeito da matéria programada.

Aproveitamos a enseja para apresentar a V.S. as protestas de elevada consideração e apreço.

a) Arthur Torres Filho, Presidente —

a) Luiz Simões Lopes, 1º Vice-Presidente."

PEÇAMO

## PEQUENO MANUAL DO CRIADOR

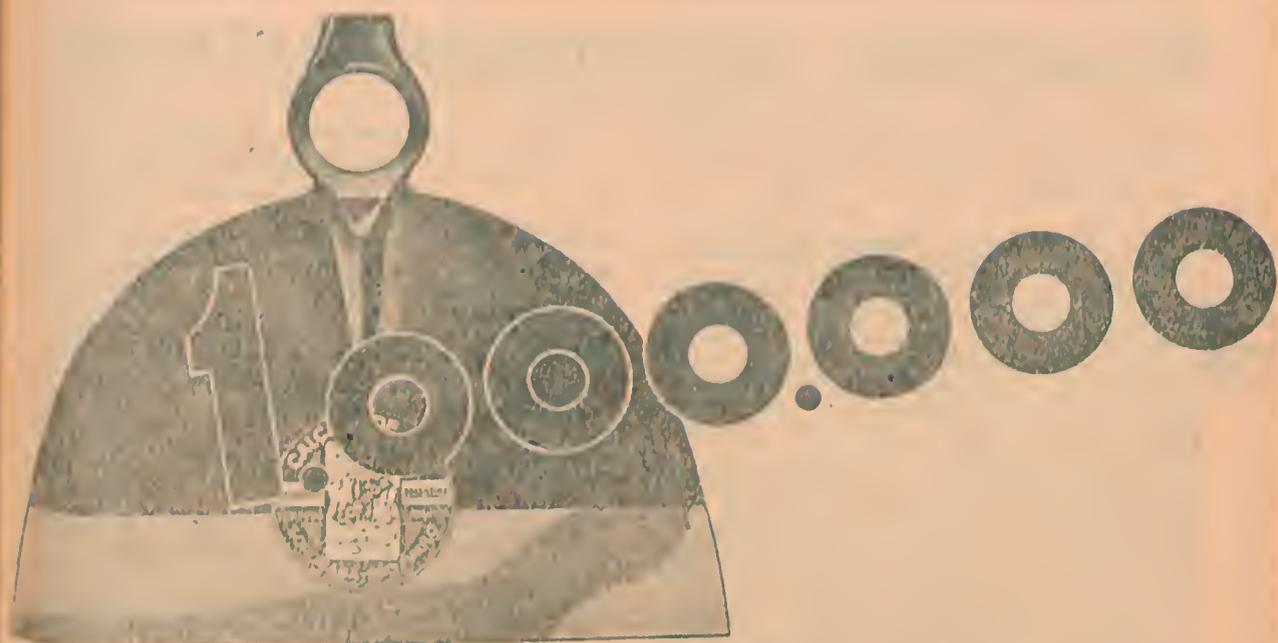
do Médico - Veterinário

DR. JORGE VAITSMAN

Cr\$ 25,00, pelo reembolso postal

Caixa Postal 3328

R I O



## de enxadas de qualidade Fabricadas em 1949

Este é o nosso tributo à emancipação da economia agrícola do Brasil. Ao completarmos nas usinas de Sorocaba a produção de 1 milhão de enxadas de aço especial — reconhecidas pelas maiores instituições tecnológicas do país como iguais às estrangeiras, e aprovadas de norte a sul na prática das lavouras — voltamos, com inabalável confiança no futuro, o nosso pensamento e a nossa gratidão para os heróis anônimos, cujo trabalho no amanho da terra impulsiona a maior fonte de riqueza do país. Aos homens do campo e às suas famílias, desejamos um Ano Novo propício e feliz, colheitas fáceis e abundantes, saúde, paz e alegria.



**INDÚSTRIA METALÚRGICA**

ESCRITÓRIO. S. PAULO - RUA 15 DE NOVEMBRO, 244, 4.



**N. S. DA APARECIDA S. A.**

FILIAL - RIO DE JANEIRO - AV. RIO BRANCO, 29, 1.

# RELAÇÕES INTERCOOPERATIVAS

PALESTRA (\*)

Antônio de Arruda Câmara

3º Vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

1) Não fora o desejo de cumprir resolução, acertada e oportuna da incansável e eficiente Diretoria da C.N.E.C., e procuraríamos fugir à tarefa que nos foi distribuída, declarando ser nossa impressão, recolhida na prática e experiência adquiridas, não haver entre as cooperativas de consumo e as chamadas cooperativas de produção, entre elas e as cooperativas de crédito, relações diversas daquelas que mantêm, umas e outras, com o comércio e os estabelecimentos bancários.

2) Entendemos, entretanto, merecerem as relações entre as sociedades cooperativas, tanto por parte dos técnicos como pela de nós outros, também interessados no desenvolvimento do cooperativismo, exame cauteloso, boa vontade, compreensiva tolerância e alto espírito de cooperação.

3) Consideramos aparentes, até mesmo inexistentes, divergências de interesses entre as cooperativas de consumo, as cooperativas de produção e as cooperativas de crédito. Reunem elas, em última análise, consumidores, mas, nem por isso, encerramos tudo, no desenvolvimento do nosso raciocínio, do ponto de vista do consumidor.

4) As cooperativas de consumo procuram, naturalmente, servir a seus cooperadores fornecendo-lhes utilidades a preços tanto quanto possível baixos e as cooperativas de produtores têm o maior interesse em colocar a produção própria e a que lhes é confiada pelos associados a preços tanto quanto possível altos. A muitos parece que nesse antagonismo de tendências reside a causa de afastamento entre elas. Entendemos, porém, que a diferença é devida principalmente a falta de uma política de leal esclarecimento, — falta essa que tem dificultado e até impedido a entrosagem da produção e do consumo.

Dover-se-á ter em vista que "o principal elemento de êxito das cooperativas de consumo são as compras diretas" e "o das cooperativas de produção, a garantia da colocação dos produtos a seguro dos especuladores".

5) As cooperativas de crédito, em dadas circunstâncias, poderiam facilitar, consideravelmente, as relações de intercâmbio econômico-comercial entre as cooperativas de consumo e as cooperativas de produção, sobretudo daquelas que, ainda pouco desenvolvidas, não podem aspirar transações de maior vulto.

6) Respondendo, não há muito, questionário do C.N.E.C. tivemos, embora a contra-gosto, necessidade de informar que nas transações da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores do Distrito Federal com algumas das grandes cooperativas de produção não percebíamos diferença apreciável entre as condições por elas oferecidas e as de prática e uso corrente no comércio atacadista.

A menos que nos tenhamos enganado na interpretação das respectivas notas — o que se infere dessa observação é a existência de fatores desfavore-

ráveis ao natural desenvolvimento do cooperativismo, tanto do de consumo como do de produção.

Fazendo sortimento diretamente na cooperativa de produção deveria a cooperativa de consumo, fosse racional a entrosagem de suas relações, ser beneficiada com a parte do intermediário. Na prática isso não ocorre ou se ocorre é muito raramente.

7) Algumas vezes, com indistigível sentimento de desencanto, tem a cooperativa de consumo de enfrentar, em as suas relações com as cooperativas de produção, bem drásticas condições.

Dispensamo-nos de enumerá-las passando ao exame de outro aspecto da questão que, por o nosso entender, merece ser divulgado e bem conhecido para melhor esclarecimento e oportuna solução.

8) Consultada, sob promessa de um consumo mínimo, por semana, de batata e ovos, quais as condições e as vantagens que poderia oferecer às cooperativas de consumo grande e bem aparelhada cooperativa agrícola, — instituição de nomeada posição nos meios agrário e comercial do país — a resposta, retardada de cerca de trinta dias, foi que *teria o fornecimento pelo preço corrente no dia e a entrega da mercadoria mediante ou após o respectivo pagamento.*

O abastecimento continuou e continua a ser feito em outras fontes e, só excepcionalmente, quando há, realmente, vantagens, fazem os armazéns da nossa cooperativa aquisição de batatas ou de ovos nos caminhões da cooperativa consultada, à qual poderíamos estar também por interesses de ordem econômica, como estamos pelo de ordem afetiva indissolúvelmente ligados.

Inuvesso ela concordado na concessão de um pequeno desconto sobre o preço do dia, — a parte que caberia ao intermediário, — e teria assegurado para os produtos de sua especialidade, e não somente batata e ovos, — a preferência das cooperativas de consumo desta Capital ou pelo menos daquela sob nossa presidência e que dispõe de uma apreciável rede de armazéns.

9) Observe-se que não aludimos em a nossa consulta à possibilidade atual ou remota de compra a crédito. Esperávamos, portanto, resposta diferente, isto é, que assegurada a aquisição de um certo número de unidades por semana, faria o fornecimento à vista, nestas ou naquelas condições.

10) Ninguém ignora as dificuldades que assobram às cooperativas de consumo e as insucessos, mais das vezes hipotéticos, que lhes são atribuídos. Não se deva, entretanto, sem exame atento e cauteloso, dificultar-lhes a existência e, menos ainda, desprezar os benéficos, pequenos ou grandes, que elas podem proporcionar às suas irmãs.

11) Estamos convencidos que se torna necessário a até indispensável empregar em as sociedades cooperativas em os seus entendimentos e nas suas relações de intercâmbio econômico-comercial, sem o sacrifício de objetivos e de normas adaptadas, linguagem clara e franca, mas que revele, sem sembra de dúvida, boa vontade e disposição de ampla e efetiva cooperação.

12) Em matéria de relações inter-cooperativas achamo-nos, ainda, bem próximos do quilômetro zero. Não podemos e nem devemos nos iludir confundin-

(\*) Contribuição à 1ª Tertulia Cooperativista promovida e realizada, na Sociedade Nacional de Agricultura, pela Centro Nacional de Estudos Cooperativos. O assunto versado, de grande alcance para o desenvolvimento do cooperativismo, merece em o nosso entender, atenção.

do o intercâmbio eventual, passageiro, — que existe e sempre existiu, — com o intercâmbio permanente, duradouro, que as cooperativas de consumo sempre desejaram e aueciam estabelecer com as de produção, notadamente as agrícolas ou agro-pecuárias, também sujeitas para a colocação dos seus produtos a influência poderosa, organizada, e altamente especulativa, dos intermediários.

13) Há quem afirma, e com acerto, ser "a entozagem da produção e do consumo" extremamente dificultada pela ausência de verdadeiras relações inter-cooperativas. Dessa ausência, porém, não se deve inferir que as cooperativas não se entendem e à murdina se guerreiem. Não. E para aproximá-las, ajudando-as nas suas relações, é necessário que se procure compreendê-las, esquecendo erros passados e, com jeito o táto, auxiliá-las a eliminar os erros presentes, facilitando-lhes o ingresso pelo melhor caminho.

14) Gunha fóros de voz corrente, com enorme dano e desprestígio do cooperativismo de consumo, n e de não serem bons clientes, de faltarem, muitas vezes, aos pagamentos e compromissos.

Infelizmente exemplos podem ser apontados e prejuízos citados. Tem esse fáto, que não se me figura razoável continue maculando, em a sua essência, o cooperativismo de consumo, concorrido para o seu descrédito e, em consequência, para agravar as suas dificuldades.

Urge uma reação vigorosa. As cooperativas de consumo precisam, quanto antes, destruir n. n. esse grande e poderoso inimigo. E nã se considere impossível essa reação e nem se davi de das consequências e da capacidade realizadora das cooperativas.

A reação, no caso, consideramos necessidade de satisfação imediata. Interessa ao movimento e n própria sobrevivência do cooperativismo

Alega-se, com insistência, que as cooperativas de consumo não oferecem garantia n qualquer operação de crédito. Não estamos convencidos dessa falta de garantias. Elas, em o nosso entender, mesmo não se considerando, como é freqüente, o valor do elemento humano, oferecem garantias suficientes, — as mesmas garantias oferecidas pelo comércio varejista de gêneros alimentícios, isto é, instalações, móveis, utensílios, inclusive balanças, máquina registradora, geladeira, cofres, etc., e, ainda, certa porcentagem das mercadorias em estóque e o valor do respectivo fundo comercial. Não oferecem garantias, concordamos, para crédito a longo prazo e operações vultosas.

As cooperativas de consumo, na prática quotidiana de seu funcionamento, necessitam de crédito de movimento proporcional às exigências da renovação dos estóques, de crédito a curto prazo e de características acentadamente comerciais.

Que levitem as cooperativas de consumo, num movimento de salutar reação, barragem capaz de repressar e conter a corrente de descrédito que lhes está minando a existência.

15) Além dos prejuízos morais e materiais resultantes de propagadas restrições às cooperativas de consumo, — restrições que constituem prato muito ao agrado dos inimigos do cooperativismo, — lutam elas com muitas outras dificuldades. Embora concorram com as feiras "livres" e os mercadinhos para a redução do preço de venda dos gêneros alimentícios nas áreas de influência de seus armazens, não encontram da parte das autoridades responsáveis pelo abastecimento eficiente amparo n simpático. Ainda recentemente foram ignoradas n portanto equiparadas ao comércio especulativo, — tal

como ocorre em referencia a incidência dos impostos, — em um convênio estabelecido com algumas cooperativas de produção.

A propósito distribuiu o Centro Nacional de Estudos Cooperativos, n imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, nota que, com a devida venia, vamos incorporar n essa palestra pela sua oportunidade e significação

"O Centro Nacional de Estudos Cooperativos tomou conhecimento do recente convênio firmado por sete cooperativas de produtores paulistas, com assistência do Departamento de Abastecimento da Prefeitura do Distrito Federal e publicado no expediente da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, conforme Diário Oficial de 2 deste.

Em suas linhas gerais, o convênio estabelece preços especiais, durante o período de 1º a 15 de dezembro corrente, para fornecimento de ovos nos feirantes, mercados regionais e caminhões feiras desta cidade, "designados e individualizados pela Prefeitura do Distrito Federal". A cláusula 2a. afirma que "nenhum outro elemento terá direito a participar do fornecimento ou de se abastecer nas signatárias, segundo as condições estabelecidas. Entretanto, conforme cláusula 6a., ditas cooperativas de produtores "continuarão inteiramente livres quanto aos preços que mantêm ou venham a estabelecer para os demais compradores do Rio de Janeiro, etc."

E' louvável que as cooperativas produtoras procurem colaborar com os poderes públicos, visando ao melhor abastecimento da população, mas o que o CNEC vem estranhar é a delibera-la exclusão das cooperativas de consumidores, dentre os beneficiados com a medida protetora ou de exceção. Elas são afastadas ao mesmo tempo que os intermediários se beneficiam com tratamento especial, para depois es-corchar os consumidores com os preços de venda quase proibitivos, na fase dos festejos natalinos.

Tal orientação contraria fundamentalmente a filosofia e orientação adotadas em todos os países cooperativistas, que procuram, antes, estabelecer relações de intercâmbio das cooperativas de produção e consumo). "As relações intercooperativas, diz Fauquêt, dão uma vida nova às velhas noções morais do *justo preço* e do *justo salário*, a predominância do *social* sobre o *econômico*". Discursando em um dos congressos promovidos pela Aliança Cooperativa Internacional, Albert Thomas reclama "relações diretas e orgânicas entre as cooperativas de consumo e as cooperativas agrícolas, com o objetivo de unir em quadros locais e nacionais, aos consumidores e produtores das cidades e dos campos", dizendo, ainda, que *interesse geral* e *interesse do consumidor* são expressões idênticas. Kaufmann advertiu sobre a tendência das cooperativas de produção se transformarem em sociedades de capitais e Beatrice Webb temia que a cooperação de produção significasse um retorno à forma de produção pre-capitalista.

Temos nesta cidade cerca de 50 cooperativas de consumo registradas no Ministério da Agricultura, além de uma Federação de cooperativas desta categoria, lutando todas com sérias dificuldades de abastecimento, especialmente nas cooperativas de produtoras. Sendo um dos objetivos do CNEC promover o intercâmbio cooperativo das entidades de produtores e consumidores, vem tornar pública sua



desaprovação a qualquer critério que exclua, deliberadamente, a participação das cooperativas de consumo, que são as autênticas entidades rochdaleanas. O movimento cooperativo nacional não corresponderá a seus elevados objetivos, enquanto os seus principais setores não estabelecerem um entendimento firme e unânime.

Tornando pública a sua estranhosa, ante o fato das cooperativas de produtores assegurarem situação de privilégio para os intermediários, em detrimento das cooperativas de consumidores, o CNEC vem conchamar as primeiras a estabelecerem, pelo menos, uma base de paridade no tratamento dado."

A advertência de Kaufmann, tem, à nossa maneira de ver, ampla aplicação ao nosso meio.

16) Sempre nos batemos contra as facilidades e o abuso do crédito. Mas, não chegamos ao ponto de condenar sua utilização moderada e racional pelas cooperativas de consumo. Consideramo-lo necessário e, até, imprescindível, como regulador dos sentimentos e estóques.

Assim entendendo somos inteiramente contrários à tese de que as cooperativas de consumo não merecem e nem podem aspirar crédito.

Entendemos, mesmo, que pela natureza, acen-tuadamente comercial do crédito necessário ao desenvolvimento das cooperativas de consumo e pelas garantias oferecidas e na proporção destas elas se apresentam em situação bem diversa da propalada.

17) Nenhuma cooperativa de consumo, ao que sabemos, teve maiores facilidades e foi vítima de abuso de crédito do que aquela a que pertencemos e re-presentamos. Esteve ameaçada de dar, mas não deu, prejuízo a qualquer de seus fornecedores. Alguns meses de uma política firme, de um programa rigoroso de recuperação, de economias e de pagamentos, bastaram para demonstrar aos Incrédulos, aos que se deixam impressionar, apenas, pelo lado material das coisas, que no cooperativismo, em qualquer de suas feições, se deve considerar, também, os fatores moral e humano que, em o nosso entender, não estão longe de se sobreporem ao capital que avassala e domina, exercendo, não raro,

sob as mais variadas formas de manifestação, injustificável tirania.

18) Nas relações Inter-cooperativas dever-se-á ter em vista:

- a) — a influência do elemento humano e a prevalência das forças morais sobre as materiais;
- b) — a fiscalização, sempre necessária, ser exercida no sentido de persuasiva orientação e nunca de disfarçada ou aberta intervenção;
- c) — dar às expressões o seu verdadeiro sentido e valor;
- d) — a necessidade de compensações às preferências ajustadas;
- e) — as compensações e preferências combinadas não constituem favor a nenhuma das partes, mas, sim garantia e segurança da defesa dos interesses de ambas;
- f) — a aquisição de boas utilidades, a preços razoáveis, é o supremo anseio das cooperativas de consumo;
- g) — e, finalmente, a segura colocação, a preços justos, deve satisfazer as aspirações das cooperativas de produção que, em sua grande maioria, não lograram, ainda, a inteira satisfação dessa necessidade.

19) A ponte sobre o abismo que separa o produtor do consumidor terá de se apoiar em colunas com alicerces assentados nas profundidades em que se recolhe, acanhada, a confiança entre os que produzem e consomem.

As cooperativas de consumo adquirem as utilidades que necessitam para redistribuir aos cooperadores em condições geralmente desfavoráveis. As de produção, em grande número de casos, ficam sujeitas nos ditames dos intermediários que, em última análise, se beneficiam adquirindo de uns e fornecendo a outros.

Cada vez mais distanciadas passam, umas e outras, ao emprego de linguagem estranha a uma verdadeira democracia econômica.



## A LAVOURA

CIRCULA ININTERRUPTAMENTE DESDE 1897.

É PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL A QUANTOS SE INTERESSEM PELOS NOSSOS PROBLEMAS AGRÍCOLAS E ECONÔMICOS.

DISTRIBUIDA GRATUITAMENTE AOS SÓCIOS DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

PREÇO DA ASSINATURA ANUAL: Cr\$ 60,00

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115-6º — Caixa Postal: 1245. Tel.: 42-2981

Rio de Janeiro

# UM PIONEIRO: Geremia Lunardelli

Quando se fala em cultura do café, um nome logo nos vem à mente: Geremia Lunardelli, cognominado o "Rei do Café". Andam a par a nossa maior lavoura — e o nome do seu maior expoente.

É confortador para o Brasil e para os brasileiros, neste momento, em que se discute no estrangeiro das inconveniências do Brasil para os imigrantes italianos, focalizar aquele modesto filho de Treviso, na Itália, que nos proenrou em 1887 — na fôrça, portanto, da maior corrente imigratória da Península, que já recebemos. O sucesso de Lunardelli no Brasil é um desmentido a essas alegorias, adrede espalhadas pelo mundo por grupos interessados em modificar o sentido natural das coisas. Nenhum país, me mo noyo, oferece possibilidades a quem não traga consigo qualidades inatas de trabalho. Para prosperar é preciso trabalhar — com afinco, inteligência, iniciativa, espírito largo e elevado. Portador de um conjunto de virtudes raramente remidas em um só indivíduo, chegou Geremia Lunardelli à posição que todos lhe reconhecem de um dos mais destacados membros da família rural brasileira, de um autêntico valor exponencial da nossa Grande Agricultura, prestando, pois, ao seu país adotivo, os mais assinalados serviços no terreno econômico.

Nascido em 1886, aqui chegou ainda nos braços de seus pais, pois contava apenas um ano de idade, indo a família residir em Curumbataí, no Estado de S. Paulo. Dedicou-se sempre ao café e, ainda adolescente, já possuía um sítio onde cultivava essa planta, em Olímpia, denominado "Pan Dalho".

Posteriormente, adquiriu nesta mesma zona as Fazendas "Recreio", "Gema" e "Nata".

Da zona da E. F. São Paulo-Goiás, estendem suas atividades a Araraquara e depois à Noroeste.

Em 1938, penetrou no Paraná. Nesta época devido à proibição do plantio da rubiácea em S. Paulo, foi conduzido a procurar campo aberto ao seu espírito empreendedor — e aí encontrou na exuberância da terra roxa, estímulo a novos empreendimentos e outras novas fazendas foram formadas.

Lunardelli é um grande proprietário de terras, mas não é um latifundiário,

Entende que as terras devem ser produtivas, que o valor potencial das mesmas não é suficiente para justificar a sua posse ou retenção. É é assim pensando que as suas fazendas, antes vastos trato de terras cobertas de matas ou capinzais, são hoje extensas e prósperas culturas, não só de café, mas de algodão, cana, etc.

A Fazenda Cascata foi a sua primeira propriedade no Norte do Paraná. Em 1939, plantou ali 30.000 cafeeiros. Localiza-se no Município de Bela Vista a pouco mais de 40 quilômetros de Londrina e, até pouco tempo, manteve o título de maior fazenda de café, com 1.070.000 pés. A Fazenda Cachoeira, no Município de A. S. J., conta já com 1.200.000 pés, dos quais 800.000 em franca produção, sendo de 1.700.000 pés o programa para esta propriedade. A Fazenda Cascatinha, em Porecatu, é outra importante propriedade de Lunardelli, no Norte do Paraná, contando já com cerca de 1.000.000 pés.

O ano de 1949 marcou a entrada de Geremia Lunardelli no Estado de Goiás, onde, próximo a Goiânia, já plantou . . . . 350.000 cafeeiros e pretende nos próximos anos, chegar a 4.000.000 de pés nesse Estado.

Em S. Paulo possui as fazendas: Gema, Recreio na S. Paulo-Goiás; Recreio em Baurú, Boa Vista em Guarantã, Jangadilha em Rubiácea, Aguapeí, na zona de Araçatuba, e Urubupungá em Pereira Barreto. Totalizam os cafeais de S. Paulo cerca de 4 milhões de pés. Em Aguapeí possui além de café, algodão, de que já deve ter plantado 3.000 alqueires além de 8.000 alqueires, formados de capim colônio e que dão para a engorda de 40.000 rezes.

No Paraná, além das fazendas Cascata, Cascatinha, Cachoeira, conta ainda com as seguintes: Igaussú em Astorga, Paraná em Campo Mourão e Barbacena em Jandaia com cerca de 1 milhão de pés.

É também sócio do seu irmão Ricardo em uma organização sítia em Porecatu, possuidora de uma Usina de Açúcar para 200.000 sacas anuais e mais 1.000.000 de pés de café.

G. Lunardelli possui família numerosa: seis filhos e tres filhas, todos casados, e 25 netos. Administra pessoalmente suas fazendas, percorrendo-as constantemente.



O Sr. Geremia Lunardelli, a sombra de um pé de café, em sua residência.

O seu meio preferido de transporte é o avião, possuindo um Beech Craft para esse serviço.

O café continua a ser — e o será ainda por muito tempo — o sustentáculo da economia brasileira. A produção mundial, segundo os cálculos, não corresponde às

necessidades crescentes do consumo. Lunardelli plantando sempre mais café — vai, assim, ao encontro de um apêlo que se generaliza, qual o do aumento da lavoura cafeeira do Brasil, da sua restauração e aperfeiçoamento.

Um aspecto que não pode deixar de



Ao lado de um jornalista americano, o nosso homem geado troca impressões sobre os seus planos quanto à restauração da lavoura cafeeira. (Faz. Cachoeira, norte do Paraná).

ser posto em relevo na obra agrícola de Geremias Lamardelli é o social. São os cuidados de que cerca os colonos, os trabalhadores de suas fazendas. As casas de residência amplas, confortáveis, são exemplo a ser seguido neste imenso Brasil, onde o homem rural, de modo geral, habita apenas choças e não dispõe sequer de um mínimo de conforto no alojamento, para si e sua família. A assistência social e religiosa não falta nas suas propriedades, construindo capelas e até provendo-as de Sacerdotes.

Fala-se muito na necessidade de assistência ao trabalhador rural. Sob certo aspecto, essa assistência é já praticada por Lamardelli, em benefício de seus auxiliares diretos e talvez aí resida uma das razões do seu êxito. Nenhuma empresa terá chances de prosperidade se o elemento humano que a impulsiona estiver desamparado, sem alimento suficiente, sem escolas, medicamentos e conforto relativo. É o meio mais eficaz de conservar no campo o trabalhador rural, que em caso contrário, vem para as cidades, em busca do que não lhe dão os seus empresários.

Geremias Lamardelli bem merece os

aplausos e as homenagens que lhe vêm tributando órgãos de classe do comércio, da indústria, da lavoura e da imprensa, entre os quais se incorporam a Sociedade Nacional de Agricultura e esta revista — seu órgão oficial — pois a atividade desse autêntico pioneiro se exerce justamente no setor da nossa maior riqueza — a terra, que é de onde decorre a sua notável prosperidade, — a prosperidade justa como a chamaríamos — pois que não vem ela da especulação ou do jogo de preços, mas do trabalho produtivo, que dá riqueza à Nação.

#### LAVRADOR:

Inscreve-te sócio da

#### SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Informações: Av. Franklin Roosevelt, 115, 6º andar — C. Postal 1245 — Tel.: 42-2981 — Rio de Janeiro.

# CUIDEMOS DAS BASES RACIONAIS DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Prof. ARTUR TORRES FILHO

O Brasil mantém intercâmbio livre, de pensamento e comércio, com os outros povos; entra na lida da competição em todos os mercados; não poderá, portanto, extinguir-se da concorrência, devendo armar-se cavaleiro para essa luta porfina, recorrendo a métodos modernos na técnica da produção.

Das relações de permuta do mundo inteira dependerá o equilíbrio que torne a vida mais barata, fácil e feliz.

Longe vai o tempo em que bastavam os dons naturais, depois que a ciência rasgou o véu que tornava imprestáveis múltiplos fenômenos, hoje entregues ao conhecimento geral. Não se explica, de outro modo, a razão pela qual o Brasil não logrou alcançar ainda, no intercâmbio mundial, a posição que lhe compete, não obstante seus grandes recursos iminentes e as qualidades de energia e capacidade de trabalho de seus habitantes.

Produtos que, privilegiadamente, eram nossos, de que a borracha é caso típico, foram repellidos dos mercados exteriores, outros existindo, que, a despeito das decantadas condições propícias do meio, não lograram transpir e vencer na concorrência.

A evolução econômica do Brasil tem-se realizado sem ritmo, à custa de sobressaltos constantes.

Tem-se, na atualidade, atingido a elevado grau de aperfeiçoamento no jogo da produção, outro tanto sucedendo na técnica comercial, resultado a que a humanidade só pôde chegar senão transcorridos séculos de obscurantismo; motivo porque, sendo a agricultura a formadora de riquezas, por excelência dos povos, devemos conhecer assim, transformações, do período pré-histórico até a época atual, em que a agronomia resplandece como fruto sazonado de grandes conquistas do espírito humano.

O aparecimento do homem na Europa deu-se na época quaternária pleistocena, de acordo com os traços por ele deixados, traços estes representados por esqueletos e instrumentos de sua fabricação.

Os arqueólogos dividem a idade da pedra em dois períodos: o primeiro chamado paleolítico (pedra antiga), no qual os instrumentos de sílex se apresentavam com corte, e o segundo, neolítico (pedra polida), caracterizado pelos machados celticos. Seguindo-se à idade de pedra, veio a dos metais, subdividindo-se em duas principais: a do bronze e a do ferro.

Mas, D. Bols e G. Gadeau, muito razoavelmente, acham que esta divisão não se presta bem de estudo da utilização da planta pelo homem, indicando a seguinte para o período pré-histórico: a idade da colheita parecendo fixar-se à época paleolítica e a idade da cultura primitiva, de caráter rudimentar, começando com o período neolítico que, de progresso em progresso, através da idade dos metais, se confundiu com o período histórico.

Nada, nos vestígios paleolíticos, indica a presença de plantas cultivadas, dondando por exemplo o regime da colheita. Essa fase de ausência completa de cultura, persistiu, todavia entre

os povos selvagens, caçadores e mesmo pastores. O homem paleolítico, contemporâneo do mamute, não cultivava a terra, vivia da caça e da pesca. Só às colheitas, evidentemente, se deve o primeiro entendimento, se assim se pôde dizer, entre o homem e os recursos postos à sua disposição pelo reino vegetal. Na opinião de Nolre, a idade neolítica um grau de indústria bem mais adiantado, traçando a linha divisória entre dois mundos.

Vem em seguida a idade da pedra e dos metais. É o cobre o primeiro metal utilizado, abundante na natureza, facilmente transformado em utensílios. Em seguida vem o bronze, presupondo um grau de civilização mais adaptada. Só se pode falar em idade do ferro, a partir da sua fundição e da extração do mineral, extração e a feita com o auxílio do carvão de madeira.

Para ter-se indicação do esforço do homem pela cultura dos campos, tornar-se-á necessário recorrer à idade da pedra, às construções lacustres da Suíça, onde foram encontrados documentos em depósitos lacustres pertencentes à idade da pedra, isto depois do primeiro período glacial.

Nessas palafitas foram achados, pela primeira vez, restos de animais domésticos, ao lado do do homem. Existem, independentes dos estudos de Heer sobre os depósitos lacustres da Suíça, outros trabalhos sobre os vestígios encontrados nas turfeiras ou lagos da Alemanha e Itália.

Na feliz apreciação de D. Candole, pelas pesquisas arqueológicas e paleontológicas, chega-se a saber da existência de espécies vegetais em épocas pré-históricas, mas fica-se ignorando se uma planta chegou depois de outra, ou se teve outrora forma diferente, que não permitam reconhecê-las nos fósseis.

Depois da idade do ferro chega-se finalmente à aurora da história, podendo-se acompanhar, com dados mais seguros, as transformações da agricultura.

Assim se exprime De Candole sobre a dispersão das plantas e sua utilidade pelo homem: "A agricultura saiu, no que concerne às principais espécies vegetais, de três grandes regiões: sem nenhuma comunicação umas com as outras: a China, o Sudoeste da Ásia (ligado com o Egito) e a América Intertropical. Isso não quer dizer que na Europa, na África, ou entre os povos selvagens não tenham sido cultivadas algumas espécies de plantas, em época remota e com caráter local, servindo de acessório da caça e de pesca; se grandes civilizações, baseadas na agricultura, tiveram início nas regiões indicadas, sendo de notar que, no mundo antigo, foi sobretudo às margens dos rios que se constituíram as populações agrícolas, enquanto na América isso aconteceu sobre os planícies do México e do Perú!

Tinha a China agricultura adiantada quando, pela primeira vez, entrou em comunicação com a Ásia ocidental, por intercâmbio de Chan-Kieu, sob o reinado do Imperador Wust, no século II antes da era cristã. As coleções chamadas Pentsá, existentes na época da nossa idade média compro-

vam que ele levou a fava, o pepino, o açafrão, o esano, o melão e outras plantas do oeste desconhecidas dos chineses.

A vasta região que se estende do Ganges à Arábia e ao Nilo não esteve tão isolado como a China. Transportando-se de lugar em lugar, as plantas cultivadas foram, com facilidade, conduzidas a grandes distâncias. Bastará considerar que, antigas migrações e conquistas, misturaram, sem cessar, as populações arianas e semitas entre o mar Cáspio, Mesopotâmia e o Nilo. Ao mesmo tempo, grandes estados se formaram às margens do Eufrates e do Egito, sucedendo a tribos que já cultivavam algumas plantas. A agricultura é mais antiga nesta região do que na Babilônia e nas primeiras dinastias, que datam de mais de quatro mil anos. Os impérios assírio e egípcio procuraram em seguida, disputar a supremacia, e, nas suas lutas, transportaram populações, concorrendo para disseminação de plantas. Após esses antigos acontecimentos, cuja data são incertas, as viagens, por mar, dos Fenícios, as guerras de Alexandre até as Índias e, finalmente, a dominação romana, acabaram por disseminar as plantas cultivadas no interior da Ásia Ocidental, introduzindo-as na Europa e no Norte da África, por toda a parte onde pudessem ser exploradas. Mais tarde, por ocasião das cruzadas, restavam poucas plantas úteis por ser trazidas do Oriente. Por essa ocasião chegaram à Europa algumas variedades de árvores frutíferas que os romanos não possuíam e plantas de ornamentação. A descoberta da América, em 1492, foi o último grande acontecimento que permitiu fossem as plantas cultivadas distribuídas por todos os países. Agora, são as espécies americanas, como a batatinha, o milho, o tabaco, etc. que são levados à Europa e à Ásia. Em seguida, uma multidão de espécies vegetais do mundo antigo são introduzidas na América.

Nesse mesmo século, o tráfico de negros veio multiplicar as relações entre a África e a América, enfim, as facilidades crescentes dos meios de comunicação, combinadas com o desejo de melhorar, concorreram para produzir uma maior dispersão das plantas úteis como hoje testemunhamos.

Na antiguidade temos que destacar a próspera agricultura do Egito, muito favorecida pelas águas fecundantes do Nilo; a da Babilônia e da Caldéa, com as suas ricas aluviões possuindo trabalhos tornando-se países de abundância; a da Grécia, de irrigação nos vales do Tiro e do Eufrates, já beneficiada pela agricultura egípcia, legando algumas obras importantes sobre questões agrícolas, como a de Theophraste, que viveu no século III antes de Cristo, quasi toda população residindo nos campos, a cidade servindo apenas para gozo religioso e político; foi em Roma que a agricultura alcançou maior esplendor na antiguidade, porém, antes do Império haver caído em poder das classes inferiores e dos escravos, legando trabalhos escritos de incontestável valor, como as obras de Catão (200 anos antes de Cristo), Varro, Columela e Palladius reunidas em coleção intitulada *Scriptus rei rustica veteres latini*, a enciclopédia de Plínio, contendo ensinamento sobre a cultura das plantas, as *Georgicas*, obra prima de Virgílio, e outras de menor importância.

A agricultura antiga, como muito bem o disse brilhante escritor agrícola, vem toda ela da observação, adquirida através de resultados acumulados durante série de séculos por esforços incessantes dos homens, depois de uma infinidade de

tentativas, sendo transmitida sob forma de tradições culturais e, mais tarde, pelas civilizações adiantadas, através das obras impressas da Idade Média porque em consequência da queda e subsequente demoramento do Império romano, com a invasão dos bárbaros, ocorreu a paralisação de seu progresso. A Igreja, por sua época, tornou-se a depositária da civilização Galo-romana, conservando nos mosteiros as tradições do progresso adquirido na antiguidade. Representavam as práticas agrícolas dos romanos as tradições das civilizações antigas, por eles avassaladas, as quais foram afogadas pelos povos conquistadores. "O abuso de feudalismo paralisou quasi todo progresso; os senhores travaram a guerra, devastando os campos e perseguindo os camponeses."

Cessadas as guerras de religião, a necessidade de ordem e de paz se manifestou, amolecendo-se os costumes. "Deixando-se de guerrear e a nobreza se ocupa da agricultura; os senhores feudais se preocupam com a boa exploração de suas terras, suas vidas da abundância das culturas."

No século XV assiste-se ao rendimento da agricultura. Aparece, por essa época a obra clássica de Oliver de Serres, "*Traité de l'Agriculture*" et "*Menage des Champs*," verdadeira enciclopédia agrícola, cuja primeira edição apareceu em 1600. Essa obra foi traduzida em diversas línguas. Como prático emérito, Oliver de Serres conhece tudo o que a observação e a paciência acumularam na antiguidade. Conquanto reguemo dos trabalhos antigos, a obra de Oliver de Serres foi o código dos cultivadores durante dois séculos. Em 1563, Bernard Palissy publica um trabalho intitulado: "*Tratado dos sais da Agricultura*" que no dizer de Emond Galin "recedeu de mais de três séculos a teoria da agrônomo alemão Liebig, formulada no século XIX."

A despeito dos ensinamentos contidos nas obras publicadas, a agricultura permaneceu, no século XVII, sob o Império da ruína. Assinala-se no entanto essa época por um grande movimento dos espíritos, pois nela é que aparecem os trabalhos de Milton, Galileu, Pascal, Descartes, e do qual, mais tarde, teria de partilhar a agricultura. Fôra necessário, antes que isso se desse, que os princípios científicos pudessem controlar e corrigir o empirismo; isto é, seria preciso que a apareassem os trabalhos dos grandes naturalistas e economistas. É assim que, no século XVIII, fisiologia, a química, a botânica, a geologia, a ciência, enfim, penetrassem na agricultura. Tudo fazia crer que muito tempo não levaria até que se destaca Buffon, no *Jardim das Plantas*, possuindo campos de experiência e estudos agrônômicos, tendo a seu lado químicos e botânicos, procedendo a estudo sobre a produção vegetal e animal.

Entre os economistas destaca-se Diderot, na Enciclopédia ocupando-se das questões relativas à indústria agrícola; Quesney, considerando a agricultura como base da riqueza das nações; Voltaire, Rousseau e outros escritores fazendo preceito da agricultura como a primeira das artes; começa finalmente o estudo agrícola a constituir objeto de preocupação.

Esse movimento salutar, se não teve a virtude de promover o legítimo progresso agrícola, fez que dele resultasse certo entusiasmo pela vida rural, nobilitando a profissão do agricultor.

O método experimental não era ainda conhecido. Contudo de ensaia os primeiros passos. É assim que aparece, em 1780, a obra de Fabroni,

intitulada Reflexões sobre a agricultura, contendo sabias reflexões originais baseadas sobre experiências pessoais. Com esse autor aparece o papel do humus, isto é, a influência nutritiva predominante da matéria orgânica em decomposição. "A terra vegetal" diz Fabroni, "é o segredo da fertilidade."

A química que, até então, era uma preocupação de filósofos, vê rasgarem novos horizontes para o seu futuro, mais tarde vindo a prestar grande auxílio à agricultura com Lavoisier que, aplicando a balança ao estudo dos fenômenos naturais, funda a química.

Deve-se a ele, com os seus trabalhos, o conhecimento da circulação da matéria à superfície do planeta. Antes de expirar no cadafalso da Revolução Francesa, Lavoisier, a quem se pode cognominar de "pai da química moderna", disse no seu célebre *Traité elementalre de chimie*: "Não foi no sol que se acendeu o facho de Prometeu; mas no ar, que envolve os animais e que eles decompõem, que os "seres vivos" renovam continuamente, o fogo que serve de alimento à vida". Vê-se que Lavoisier caiu em engano apenas considerando como "seres vivos" os animais e não as plantas. E hoje se sabe que as plantas são aparelhos de síntese, pela função que lhes é própria, da foto-síntese; enquanto os fenômenos que se passam no corpo animal não tem por fim senão destruir a matéria, as plantas gosam do privilégio de a fabricar. Ele foi, incontestavelmente, o criador da química, apesar de se ter querido ultimamente, com a descoberta feita de alguns corpos químicos, destruir o princípio por ele enunciado de que na natureza nada se perde e nada se cria, princípio esse da conservação da energia e da matéria, até hoje mantido em toda sua integridade, em face dos nossos conhecidos científicos, que não o destruíram.

Sensarré, no seu trabalho aparecido em 1804 — *Recherces chimiques sur la vegetation* — trouxe grande luz no estudo da absorção das dissoluções salinas dos vegetais. Ele fez sentir a relação existente entre a composição das cinzas dos vegetais e a do solo.

No começo do século XIX ignoravam-se ainda, nas práticas agrícolas, as descobertas recentes da química.

É o que se pôde deduzir do predomínio da teoria única, até 1850, desconhecendo-se o papel essencial da síntese das células vivas da planta, criando o complexo de todas as matérias orgânicas, à custa de elementos simples retirados do reino mineral. O agrônomo Thier, em seu trabalho *Principes raisonnés de l'agriculture* (1831) diz: "O humus é a parte constituinte da solo. A fecundidade de um terreno depende inteiramente dele; porque, se exceptuar a água é a única substância que, no solo, fornece alimento às plantas. Os adubos minerais operam unicamente pela facilidade que tem de favorecer a decomposição." Vê-se assim que Thier adotava a teoria única. Não só Matheu Dombasle, como Payen, consideravam também os adubos minerais como correctivos e fertilizantes, e não como alimento.

Em 1841, Liebig, com a sua notável, *Chimica Fisiologia Vegetal, applicada à agricultura*, destrói a teoria única afirmando que "é a natureza exclusivamente que oferece aos vegetais as primeiras fontes de alimentação". Não se torna preciso encarar a contribuição preciosa trazida pela teoria mineral, do problema da restituição da fertilidade do solo quando exgotado pelas colheitas

No entanto, será justo obsevar que Liebig, querendo chamar para sua teoria o papel exclusivo das matérias minerais na alimentação das plantas, se colocou longe da verdade.

A química agrícola experimentou grandes progressos, com Boussingault fazendo estudos clássicos no laboratório e experiências de campo, sobre alimentação animal, fenômenos químicos da vegetação, composição do solo, merecendo, por seus trabalhos, o cognome de "Pai da Agronomia"; Pasteur, com suas notabilíssimas descobertas sobre microbiologia, traçou os rumos de pesquisas e descobertas sobre a química biológica do solo, das plantas e indústrias agrícolas de fermentação; Dehérain estudou a circulação e perda de nitratos no solo; Cayon e Dupetit, a desnitrificação; Mintz e Girard (1885-1890) reuniram num trabalho de conjunto, completado por pesquisas pacientes, tudo quanto havia de clássico sobre adubos que estão essa, de capital importância para a agronomia; Lawes e Gilbert, num imenso labor, dirigiu durante 50 anos, a estação experimental de Rothamsted; Hellriegel e Wilfarth (1866-1888) descobrindo o azoto gasoso fixado pelas leguminosas e Berthelot, em 1895, a fixação microbiana do azoto pelo solo.

A zootecnia é também uma ciência nova. Até o começo do século XIX, o gado era considerado como um mal necessário, destinando-se antes à produção de estrume e à produção de trabalho segundo a concepção de Matheu Dombasle e os agrônomos daquela época. Em 1843, Gasparin fez observar que as explorações agrícolas compreendem dois gêneros de produção; a produção vegetal e a produção animal, uma e outra devendo ser conduzidas segundo os ensinamentos da ciência experimental, mas visando obter-se o maior lucro possível.

Baudement, encarregado de criar a nova doutrina, como professor do Instituto Agronômico de Versailles, lança as bases de uma nova ciência — a zootecnia. Ele faz ver que o animal em exploração precisa ser considerado, como uma máquina industrial, dando carne, leite e trabalho, em troca dos alimentos recebidos.

Linnéu, o grande botânico, que nos deu a grande obra *Species Plantarum*, como fruto de de seu genio criador, surgiu no século XVIII, a ele se devendo a nomenclatura binomia para as espécies, até hoje usada. Plotro Andréa Succardo, professor de botânica da Universidade de Pádua, foi o autor da mais vasta obra sobre fungos, aparecendo em 1862 o primeiro volume do *Sull'oge Fungerum*.

Desde a mais remota antiguidade pode o homem reconhecer os efeitos danosos dos insetos, principalmente como transmissores de moléstias no homem. Entretanto, o campo da entomologia econômica é recente, principalmente em suas aplicações à agricultura.

Pode-se dizer que o interesse pela entomologia agrícola resultou do aumento das populações criando exigência na defesa econômica das plantações.

Registra-se, como uma das primeiras conquistas da entomologia econômica, o combate à filoxera na Europa para a defesa da videira.

Se, graças à química, grandes têm sido progressos da agricultura resta ainda tirar todo partido das descobertas recentes das ciências biológicas.

O melhoramento das plantas é preocupação antiga do homem quanto a própria agricul-

tura. O registro mais antigo de plantas, internacionalmente preservadas pelas suas qualidades superiores, é encontrado, segundo Darwin, na antiga enciclopédia chinesa, traduzida pelos Jesuítas, no século XVIII. Utilizavam-se as melhores plantas e sementes para propagação. Segundo Fruwirth a hibridação era praticada nos tempos antigos, na China, com várias flores; na Itália, durante o Império Romano, com as rosas, e, no século XVII, na Holanda, com as tulipas; a polinização artificial foi mencionada por Teophrasto com o título de estudo da cultura das plantas. Deve-se aos floristas holandeses, célebres em suas fantasias, os trabalhos mais antigos para a produção de novas variedades de plantas, conquistando renome mundial as variedades de jacintos, introduzidos na Inglaterra desde 1596.

Os trabalhos sistemáticos para a criação de plantas tiveram lugar na última metade do século XVIII. Vários foram os pioneiros desse movimento; na Holanda, na Suécia, na Inglaterra na França, nos Estados Unidos, na Alemanha, com Baptiste, Van Mones, Kright, Thas, Cooper, Patrick, Scherreff, Frederic Hallet, secundados mais tarde, por Martin Hope Sutton, Pierre François, Lévêque de Vilmorin e muitos outros. Só em 1865, graças às aplicações hortícolas feitas por Mendel, cujas leis biológicas foram reveladas em 1900, pelo holandês De Vries, surgiu a genética. A Genética adquiriu métodos próprios e permite conhecer o jogo perfeito da hereditariedade e da variação, permitindo-lhe alcançar o fim desejado no melhoramento das plantas e dos animais, com segurança e economia.

Imenso é ainda o campo a ser explorado pela ciência experimental, e a ela a humanidade já deve, em nossos dias, as maiores conquistas em todas as esferas de conhecimentos. Químicos, fisiologistas, botânicos, entomologistas, fitopatologistas, físicos, agrônimos, veterinários, têm diante de si vastos domínios para pesquisas e estudos, procurando desvendar os segredos da organização e desenvolvimento dos seres vivos.

A verdade manda reconhecer que, se a agricultura, foi, nos primeiros dias da humanidade, um meio de vida, constituiu-se em verdadeira exploração técnica e econômica objetivando retirar do solo os produtos destinados ao homem da maneira a mais perfeita e vantajosa. Enquanto a indústria se exerce em círculo restrito, obedecendo a processos definidos, a agricultura opera em horizontes mais largos, com resultados nem sempre certos. Ela carece de controle que à economia compete estabelecer.

Gasparin definiu a agricultura como uma ciência, entretanto, podemos considerá-la como a aplicação de muitas ciências, que se auxiliam. Como diz L. Passy, "a agricultura é um fato e um fato complexo, compondo-se de dois elementos, a terra e o homem. É a terra que é cultivada e o homem é quem a cultiva. A agricultura é o esforço do homem por tirar do solo, ou melhor, da natureza, os elementos necessários à sua subsistência." "A agronomia procura a descoberta das relações mútuas entre os conhecimentos humanos tirados das diversas ciências: geologia, pedologia, botânica, zoologia e economia rural; ela deduz as regras que devem guiar o agricultor no exercício de sua profissão; via tem, por fim, explicar todos os fenômenos complexos da produção das matérias orgânicas vegetais e animais; ela é que põe a mão nas causas e os efeitos imediatos de todos os processos da técnica agrícola, verificando-os

pela experimentação sendo, por conseguinte, na esteira vasto e delicado, do domínio dos sabios."

Não se pôde aplicar à agricultura os soluções matemáticas, muito embora, regras bem conduzidas possam permitir soluções prováveis. Joga-se com todas as ciências naturais e sociais; daí porque a definição de Thaer, considerando-a uma profissão para o cultivador agrícola, uma parte para o agricultor, e uma ciência para o agrônomo, já não pôde ser admitida. A agricultura resulta da associação da ação do homem e da força da natureza.

O agrônomo será o profissional que se preocupa com as leis da produção vegetal e animal e dos meios de aplicá-las do modo mais perfeito e econômico.

Não é mais o fruto da observação, ou melhor, não representa a prática transmitida de geração em geração, será antes um conjunto de conhecimentos humanos, a partir principalmente de meado do século XIX.

Nestes cinquenta anos a produção agrícola, experimentou profundas modificações provocada pelos meios rápidos de comunicação, variando os processos de exploração com o meio e o tempo. Isto é, com o grau de civilização e educação dos povos e, bem assim, com as circunstâncias climáticas, econômicas e políticas dos diferentes países.

Não nos faltam expressões desse pensamento: é urgente, urgentíssimo mesmo, criarmos a nossa doutrina agrícola, e preparando dentro de nossos profissionais, embora o tenhamos de fazer com modestia e dentro de nossas possibilidades financeiras, cuidando seriamente das instituições de caráter experimental.

Não basta o ensino dado na escola, que apenas fornece certa soma de conhecimentos práticos; só um largo tirocínio feito no laboratório e na observação dos fenômenos passados em nosso meio será capaz de facilitar a formação de especialistas e a exploração econômica dos recursos agrícolas do país. Um cientista, na inteira aceção da palavra, não se forma, hoje em dia, com o grau de desenvolvimento alcançado pelo espírito humano, mediante uma especialização apressada ou mera viagem ao estrangeiro, mas, sim num estágio longo em uma escola ou estação experimental. Esse título só se pôde conquistar através longos anos de labor intenso, tal a complexidade dos fatores peculiares à natureza das questões agronômicas que, para serem incorporadas à prática corrente de um dado país, precisam revestir-se de indispensável caráter econômico. Para um bom especialista torna-se indispensável vocação e entusiasmo na tarefa desempenhada.

É minha convicção inabalável que, sem cuidarmos da formação da doutrina agronômica, com grande desleixo de ânimo, aperfeiçoando os nossos produtos, precária será sempre a situação econômica do país, como esolário lógico dos métodos agrícolas empregados.

De muito temos a observar nos resultados alcançados pelo agricultor, em seus esforços de cultivar a terra, não há profissional que, acompanhando a transformação da técnica agronômica do mundo, possa deixar de reconhecer que a agricultura, em todos os países, principalmente nos novos, precisa ser orientada, aperfeiçoada e melhorada por um trabalho de experimentação contínua que propondo-se a fins econômicos, se inspire em métodos científicos.

Por juntamente com o advento da ciência experimental que se rasgaram novos horizontes para a agronomia.

É que temos feito entre nós, em matéria de experimentação agrícola?

Relativamente ainda pouco para um país da extensão do Brasil. Contendo as condições de meios os mais diversas para as explorações rurais.

Só nos últimos anos e, mais recentemente com a criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, havemos de compreender a necessidade de ser sistematizada a experimentação agronômica em todo o país.

A lavoura cafeeira de São Paulo e as explorações agrícolas constituem padrão de glória para a agronomia nacional, e isso se deve, em grande parte, ao Instituto Agronômico de Campinas, a partir dos notáveis estudos de Daferet; no reorganizar aquele Instituto, ultimamente foi declarado que o seu fim principal era o de "procurar determinar e traçar as regras científicas e econômicas do código da lavoura racional paulista". É do Instituto de Campinas que, ainda hoje permanam todos os ensinamentos para a agricultura de São Paulo. No Instituto Agronômico de Campinas, como acontece com os notáveis resultados obtidos com o ressurgimento da cultura algodoeira, efetuam-se todas as investigações experimentais agrícolas; é a ele que recorrem agricultores e industrial buscando orientação e conselhos.

É em relação à administração federal? Não tem o assunto escapado às cogitações do Ministério, entretanto não puderam esses estabelecimentos experimentais corresponder de modo completo e decisivo, ao que deles se tornava lógico esperar, em benefício do poder agrícola do país. Isso por dois motivos, principais: falta de continuidade de direção e de estabilização, em sua legítima aceção, nos assuntos afetos a esses estabelecimentos. Há a salientar, sobretudo, a falta de continuidade de direção, de recursos financeiros e de especialistas.

Felizmente e, com a criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, notável realização governamental, poderemos assistir a uma sistematização de pesquisas agronômicas no Brasil e à formação de verdadeiros especialistas.

Se os técnicos tem de sair da classe dos agrônomos nacionais, tratemos de prepara-los, indo buscar no estrangeiro alguns pesquisadores mas o sejam de fato, podendo servir de nossos mestres.

Procurando antes amparar e estimular o trabalho agrícola do país do que perturbá-lo com medidas ou providências coercitivas, a função máxima do Ministério da Agricultura, dal a sua significação nos destinos do Brasil, será a de fazer aquilo que escapar à competência do particular, seja por exigir método e tempo (como são as experiências agrícolas), seja aparelhamento técnico, incorporando-se à prática corrente o resultado das pesquisas e experiências. As estações experimentais não preclarão ser muitas, por dependermos de montagem custosa e pessoal técnico especializado; em grande número de casos, os campos experimentais, orientados e subordinados às estações experimentais existentes e às que se resolveram criar, resolverão as primeiras necessidades.

Haja vista a que acontece nos Estados Unidos com a experimentação agronômica. Cada Es-

tado ou território possui sua estação agronômica, e, sob o ponto de vista de recursos financeiros e de homens, são as melhores do mundo.

Não há quem desconheça hoje a extraordinária colaboração trazida pelas estações experimentais ao progresso da ciência agronômica nos Estados Unidos e, por conseguinte, ao desenvolvimento de suas fontes de riqueza agrícola.

O aspecto financeiro da questão não é desprezível, convindo encará-lo muito sériamente, por não prescindir da colaboração das administrações estaduais.

Ao novo Ministério da Agricultura cabe a elevada missão de dirigir e orientar a experimentação agrícola do país, país, sem ela, a agricultura terá entre nós existência precária, conservando sempre ameaçada a expansão econômica do país.

Observa-se dia a dia, se prepararem os povos para a luta de concorrência, residindo uma das principais armas, no aumento e melhoramento da produção agrícola, no emprego de variedades aperfeiçoadas de plantas, sementes selecionadas, métodos racionais de preparo do solo, adubação, rotação de culturas, conseguindo retirar, pelo mais baixo preço possível, grande soma de produtos numa mesma área cultivada, sem contudo exaurir a fertilidade do solo, devido à desfortação das florestas.

"A Organização dos Estados a vida social e a família, as relações mútuas do homem, as profissões, a indústria, a arte e a ciência, enfim, tudo o que faz o homem, o que ele é, são devidas unicamente à circunstância de que possui um estômago e é submetido a uma lei natural que obriga a consumir diariamente certa quantidade de alimentos, que deve retirar da terra por sua atividade e habilidade, atendendo a que a natureza não oferece senão uma quantidade muito insuficiente. É evidente que todas as causas influem de uma maneira qualquer sobre esta lei natural, seja de favoravelmente, seja vantajosamente, exercem uma influência decisiva sobre as relações do homem". (Les lois naturelles de l'agriculture, Liebig).

A agronomia é fundamental à nossa existência de povo independente, de frutuosa papel de inquestionável preponderância entre as demais nações do mundo, para o que bastará ter-se em vista o exemplo da América do Norte.

Na agricultura, tem o Brasil a sua melhor fonte de riqueza, o que vem acontecendo dos tempos coloniais até os nossos dias. Já dizia Sully que "os bens da terra são as únicas riquezas inesgotáveis: tudo floresce onde floresce a agricultura."

Impondo-se cuidarmos de melhorar o trabalho de nosso agricultor, respeitando o que a tradição aconselha seja mantido, como fruta de longa adaptação no meio, compete-nos aperfeiçoá-lo à luz dos ensinamentos da moderna técnica agronômica, baseada em experiências no nosso próprio meio agrícola.

Se é incontestável que o trabalho anônimo de nosso agricultor, diremos mesmo do nosso homem do interior, por vezes tão meposcabado, tem sido fator decisivo da civilização brasileira, a riqueza agrícola do Brasil só poderá ser assegurada, no domínio técnico da produção, com os estabelecimentos experimentais.

A nossa doutrina agrícola será fruto do trabalho experimental, longo e perseverante, e dependerá do agrônomo brasileiro.

# A PASTA DA AGRICULTURA TEM NOVO TITULAR

*Nomeado o Sr. Novais Filho, Presidente da  
Sociedade Auxiliadora da Agricultura  
de Pernambuco*

O Presidente da República assinou decreto concedendo exoneração ao sr. Daniel de Carvalho do cargo de ministro da Agricultura e nomeando para o substituir o senador Novais Filho.

Os deputados Arruda Camara, Costa Porto, João Cleófas, Lima Cavalcanti, Gilberto Freyre e Alde Sampaio dirigiram, então, ao Presidente Dutra o seguinte telegrama:

"Felicitamos V. Excia. pelo ato da acertada escolha do senador Novais Filho para ministro da Agricultura. A nomeação desse ilustre pernambucano para tão altas funções que certamente irá honrar, pelas qualidades de que é portador, constitue motivo de justa alegria para todo pernambucano."

A Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, ao tomar conhecimento do ato presidencial, nomeou uma comissão de seus diretores para assistir à posse do novo ministro, e telegrafou ao Sr. Presidente da República, e ao novo titular, nos seguintes termos:

"General Eurico Gaspar Dutra — DD. Presidente República — Rio de Janeiro — Nome Diretoria Sociedade Nacional Agricultura e no meu próprio felicito vossencia acerto escolha ilustre senador Novais Filho pasta Agricultura pt Trata-se lidimo representante classe rural Presidente Sociedade Auxiliadora Agricultura Pernambuco yg mais antiga Associação Agrícola País e agricultor poderá assim prestar Governo Vossencia inestimavel cola-



Ministro Antonio de Novais Filho

boração pt. Saudações Respeitosas.  
— **Arthur Torres Filho** Presidente."

"Senador Novais Filho — Senado Federal — Rio de Janeiro — Meu próprio nome e no da Diretoria Sociedade Nacional Agricultura congratulo me ilustre patriocio sua nomeação pasta Agricultura terá assim sua direção legitimo representante classe rural como lavrador e Presidente tradicional Sociedade Auxiliadora Agricultura Pernambuco. — Saudações atenciosas.  
— **Arthur Torres Filho**, Presidente."

# Ensino Agrário Ambulante no Estado de Minas Gerais

Engenheiro-Agrônomo  
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Professor da F. H. W. B.

É preciso incentivar, cada vez mais, a expansão do ensino agrícola sob tôdas as formas e modalidades.

Além das escolas profissionais agrícolas mantidas pelos Poderes Públicos tais como as Escolas de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas e Escolas Agrícolas do Governo Federal, muitas modalidades de Escolas mantidas pelos Governos Estaduais e Municipais, Escolas mantidas por entidades de classe como a Escola de Horticultura Wenceslão Bella, da Sociedade Nacional de Agricultura precisamos ainda:

- de escolas primárias rurais onde o ensino da agricultura constitua uma de suas atividades, como as Escolas Típicas Rurais do Estado do Rio e do Distrito Federal;
- dos Clubes Agrícolas Escolares dos quais já funcionam mais de 1.500 em todo o país;
- de Cursos Práticos, como os mantidos pela Sociedade Nacional de Agricultura e pela Fundação Getúlio Vargas;
- de Cursos de Treinamento Agrícola como os da C.B.A.R.;
- de Cursos Avulsos e de Extensão, como os da Universidade Rural;
- de Semanas Ruralistas, como as da S.E.A.V. e do S.I.A.;
- de Semanas de Fazendeiros, como as da E.S.A.V., da U.R., etc.;
- de Missões Agrícolas como as que serão promovidas pelo Ministério da Agricultura com o Ministério da Educação.

Em recente viagem de estudos ao Estado de Minas Gerais, onde tivemos a oportunidade de analisar, com detalhes a Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção ali em vigor, desde 1947, pudemos verificar a que de útil vem proporcionando ao homem rural mineiro, o **Ensino Agrário Ambulante**.

O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção prevê a desenvolvimento do Ensino Agrário Ambulante, já introduzido no Estado, em pequena escala, há vinte e um anos.

De acôrda com o Plano, são objetivos da Ensino Agrário Ambulante:

- procurar alcançar todos os habitantes do campo, adotando medidas que interessem mesma a vida doméstica do trabalhador rural;
- criar uma mentalidade sanitária, difundindo noções de higiene e meios de preservação contra doenças;
- educar e instruir o produtor e seus filhos, preparando estes para um trabalho mais eficiente;
- melhorar o ambiente social das fazendas, possibilitando mais conforto e melhores condições de vida;
- eleva o índice da produtividade do trabalhador, aumentando e racionalizando a produção,

- promover a introdução de novas culturas e levar ao conhecimento dos agricultores as mais recentes dados experimentais, influinte do beneficemente na rendimento das fazendas.

O Ensino Agrário Ambulante e Missão Médica Sanitária que jára preconizada em um dos discursos do atual Governador do Estado, Dr. Milton Campos, foi organizada em setembro de 1947 e, até dezembro de 1949, isto é, em cerca de dois anos de funcionamento, já realizou um grande trabalho educativo e de assistência médica-social, com a concurso dos combóios, presentemente em número de cinco, que vêm percorrendo as mais variadas regiões do Estado.

Cada combóio leva:

- um agrônomo e um veterinário que orientam os agricultores sobre as mais variadas problemas da agricultura e de assistência veterinária aos rebanhos. O agrônomo e o veterinário realizam palestras, resolvem casos concretos nas fazendas, orientam os trabalhos agrícolas, promovem a vacinação dos rebanhos, etc., enfim, procuram resolver, orientando os fazendeiros e criadores sobre os mais prementes problemas com que eles se defrontam, possibilitando, assim, a racionalização dos trabalhos agro-pecuários;
- um médico e um enfermeiro que prestam a indispensável assistência ao homem rural, atendendo às consultas que lhes são feitas, examinando e medicando os enfermos, distribuindo medicamentos, etc.;
- um cinematografista que se incumbem da exibição de filmes educativos sobre assuntos agrícolas, veterinárias, de higiene, etc., procurando assim, pela educação visual, melhorar as condições de trabalho e de higiene da população rural.

Compete ainda aos combóios de Ensino Agrário Ambulante, a venda, pelo preço de custo, de ferramentas e máquinas necessárias aos trabalhos agrícolas.

Em cerca de dois anos, já realizaram os combóios:

- cinquenta e cinco viagens, abrangendo, inclusive, as mais afastadas regiões do Estado, sendo 10 viagens ao Norte, 7 ao Sul, 13 a Leste, 10 a Oeste e 15 à Região Central.
- Em essas viagens, atingiram os combóios 236 dos 316 Municípios do Estado e percorreram 638 localidades diversas;
- mil cento e sessenta e três palestras técnicas;
- oitocentas e vinte e cinco projeções de filmes educativos;
- dois mil e trezentos e trinta e cinco consultas agromédicas;
- sete mil duzentas e cinquenta e duas consultas veterinárias.

- d) cento e trinta e três mil cento e trinta e uma consultas médicas;
- e) distribuição de milhares de medicamentos abrangendo setenta e sete variedades diferentes de remédios;
- f) vendas noventa e duas mil trezentas e sete enxadas.

Dentre os medicamentos distribuídos, a foram em maior quantidade:

- a) aralen (27.400 comprimidos);
- b) anquila-tonina (629.000 drágeas);
- c) hepaglobina (1.539.000 drágeas).

Conforme se verifica, o problema máximo do interior ainda é a da saúde do homem rural, tanto que em 147.118 consultas:

- a) 7.252 foram sobre veterinária, isto é, 4,92%;
- b) 6.735 foram sobre assunto agrícola, isto é, 4,57%;
- c) 133.131 foram sobre consultas médicas, isto é, 90,51%.

Oxalá, continue cada vez mais ampliado e dotado de maiores recursos o Ensino Agrário Ambulante no Estado de Minas Gerais, pois os resultados obtidos dizem bem da quanto de útil e educativo se pode conseguir junto as populações rurais que mais do que outra coisa qualquer estão necessitando de assistência médica e educacional para que possam receber a assistência social mais ampla que precisa atingir o homem da campo, — o anônimo construtor da nossa grandeza econômica.



**SEMENTES**

Hortaliças, Flores, Florestais, Leguminosas, Forrageiras, etc. Alta seleção e germinação comprovada

**Ferramentas e Aparelhos Polvilhadeiras — Inseticidas Artigos Apícolas — Adubos Livros Agrícolas, etc.**

Peçam catálogo gratis

**DIERBERGER AGRO COMERCIAL LTDA.**

**RUA LIBERO BADARO', 499-501**

**Caixa postal 458**

**S. PAULO**

**CIMENTO NEVECEM**

Apresenta oito cores diferentes para pintura de sua casa, tornando-a: limpa, clara e higiénica.

Decorativo e impermeabilizante.

É lavável; não descola, não esfureja nem despega.

Aumenta o reflexo de luz.

Informações diretas com os agentes exclusivos



**WILSON, SONS & COMPANY, LIMITED**

AVENIDA RIO BRANCO N.º 35/37 — TEL. : 23-5988

UM PRODUTO DA

**THE CEMENT MARKETING CO., LTD. — LONDRES**



# O cooperativismo, o conceito de lucro e o petróleo, anteporta das guerras...

Por FABIO LUZ FILHO

Tivemos oportunidade, em outro trabalho, de acentuar algumas das características mais relevantes da teoria cooperativa.

Nunca será demais insistir nelas.

Já frisamos que, assim como a tomada da Bastilha simbolizou, para a Humanidade, um novo ciclo histórico, lembra a erradicação dos privilégios feudais e a declaração dos direitos do homem, a cooperativa constituiu o marco inicial de um novo ciclo econômico. É o fim

das relações econômicas, que passarão a realizar-se num plano de mútua compreensão e à luz de princípios que colocam acima de tudo a dignidade da pessoa humana. Estabelecendo como fim último o princípio nuclear da satisfação das necessidades humanas que não o lucro, e distribuindo anualmente as sobras do exercício social na proporção das operações realizadas e não na proporção do capital, o cooperativismo introduziu no campo econômico um sistema que assume as proporções de uma verdadeira revolução, como bem o acentuou *Cide*, de vez que é o esforço que se recompensa e não o capital, revertendo as sobras aos próprios consumidores e não aos intermediários, o que constitui uma real diminuição no custo das utilidades e a formação de fundos para o futuro, num objetivo de completa emancipação, por enfeixar, nas mãos dos consumidores, todo o ciclo do processo econômico.

Cria o cooperativismo, assim, uma nova situação em que os consumidores são colocados à frente dos seus próprios destinos, à testa da administração das coisas. Estabelece um justo equilíbrio entre o processo econômico e o processo social, regulando a produção na conformidade das necessidades previstas, evitando tanto quanto possível os desníveis clássicos entre a produção descontrolada e o consumo desorganizado. Disciplina a um e a outro, atingindo sua ação solidária a esfera da educação e a do ensino, a da assistência social e a do intercâmbio internacional em bases de mútua compreensão.

Tendo por finalidade prestar serviços, servir melhor, sem espírito de lucro, que deseja abolir, possui o cooperativismo todas as virtudes para o estabelecimento de uma progressiva ordem econômica em que, visando ao justo preço, possam os consumidores criar um padrão de vida mais elevado, e arcahouçar uma ordem social mais equitativa e humana, a economia social estruturada cooperativamente.

Há tempos fez transcendentes declarações um homem que é considerado, nos Estados Unidos, como um dos cinco cidadãos lanques mais capazes em questões econômicas e sociais, o Sr. *Howard A. Cowden*. — É ele, atualmente, presidente da "Consumers Cooperative Association", de North Kansas City, Missouri, uma das maiores empresas a qual abarca todos os ramos do cooperativismo, desde o consumo até à produção, incluindo o petróleo.

É ele constantemente solicitado por todos os órgãos públicos estadunidenses para que lhes dê uma preciosa colaboração. Pertenceu ao alto conselho que controlava o petróleo para fins da guerra ("Petroleum Industry War Council"); preside ao Comitê da Reconstrução Cooperativa Internacional da Liga

Cooperativa dos Estados Unidos, de que é vice-presidente (e provável futuro presidente da Aliança Cooperativa Internacional); é diretor do Conselho Nacional da Federação de Cooperativas Agrícolas ("National Council of Farmers Cooperatives), etc.

É *Cowden* possuidor, na opinião geral, de uma capacidade de organização que raia pela genialidade, homem da estirpe intelectual desses "brains" que ajudaram a ganhar a guerra e possibilitaram o advento da era atômica. Homens sem burocratismos anemiantes. É, pois, com *Warbasse*, um dos líderes de maior projeção no cenário cooperativista mundial

Estando ele recentemente em Londres como delegado da América do Norte, à Conferência Cooperativa Mundial organizada pela Aliança Cooperativa Internacional, declarou aos jornais londrinos que, segundo a opinião de todos os delegados dessa Conferência, o movimento cooperativo tem virtudes que poderão, melhor que qualquer outro sistema, proporcionar ao povo, (esse eterno iludido e espoliado) as coisas de que necessita, de vez que substitui o espírito de lucro, traço marcante da moderna economia mercantilista, essência do fenômeno capitalista, pela prestação do serviço.

A delegação americana, que encarnava, tinha por objetivos centrais o intercâmbio de serviços e de mercadorias entre as cooperativas dos diferentes países, para o qual deveria existir um duplo e mútuo sistema de comércio entre as nações, porquanto muitas existem que só poderão pagar em mercadorias e serviços as utilidades de que precisam.

Alude ele às possibilidades de formação de uma Cooperativa Internacional de Petróleo. Acentua o que se vem realizando nos Estados em tão importante domínio. Lá já existem nove cooperativas regionais de petróleo com onze petrolarias, que produzem 60.000 barris diários de petróleo cru e dois milhões de galões de petróleo refinado e possuem milhares de quilômetros de oleodutos e um perfeito sistema de distribuição.

A idéia básica dele é a organização de uma cooperativa Internacional cujos associados seriam as cooperativas de vários países e as cooperativas locais dos Estados Unidos. Teria ela seus próprios campos de petróleo e petrolarias, e venderia esse carburante em bases de serviço que não de lucro, característica basilar do sistema cooperativo.

É tudo dentro dos princípios cooperativistas universais; voto singular; distribuição de sobras na proporção das compras; controle democrático, etc.

Considera isso o primeiro e fecundo passo para se libertarem os consumidores, especialmente aqueles da Europa esborcelada e faminta, neste tétrito e inevitável após-guerra, do guante escravizante do comércio capitalista petrolífero de base monopolística, anteporta das guerras.

Para que esse plano, de tão grande repercussão, não fique na órbita umbrosa do visionarismo, ou não se esbarrando contra os conhecidos ardis do mercantilismo onipotente e onipotente, mistér se torna que as nações cumpram honestamente a *Carta do Atlântico*, criando, assim, um clima de confiança: acesso de todos os países, grandes e pequenos, ao

gôzo de iguais direitos e às matérias primas do mundo que sejam necessárias à sua prosperidade econômica.

Propõe a organização de uma Comissão Mundial de Petróleo, dentro da O. N. U. para distribuição do petróleo do mundo a todos os países, sobre bases de equidade.

Em face do sombrio o pressago espetáculo das atuais competições no palco internacional, o que está principalmente, à hegemonia mercê da posse ou da patente é que as grandes nações vencedoras visam, conservação dessa mola mágica (para breves tempos, o poder atômico...), o petróleo...

Diante dessa ingloria porfia e dessa mentalidade, é possível que homens da estatura intelectual e moral de Cowden (e todos nós, cooperativistas, que apoiamos, nós dessa banda do Atlântico, pertencentes a essa "raza cósmica" a que alude José Vasconcelos herdeira dos valores culturais da Europa...) passem por pobres banazolas idealistas em permanente estado onírico...

Mas, para a frente é que se caminha, como acentuámos em livro recente. Impertérritamente para a frente...

Muitos outros também passaram por loucos ou utópicos, estes modalidades de loucos... Fourier, entre eles, como Owen... As companhias são honrosas.

Os 28 Tecelões de Rochdale, fundadores do cooperativismo moderno, também abriram, em 1844, no Beco do Sapo, em Lancástrria (Inglaterra) a primeira tenda cooperativa debaixo de larachas mordentes...

Hoje, o cooperativismo congrega a mais de 400 milhões de pessoas, em cerca de 800.000 cooperativas, e possui realizações econômicas, morais e sociais que assombram os mais cépticos... Cem anos de experiência...

EXIJA SEMPRE  
A PURÍSSIMA  
FARINHA DE TRIGO

em saquinhos de celofane de 1 quilo

**MARILÚ**

PARA PASTELARIAS,  
DOCES, MASSAS E OS  
MAIS DELICADOS FINES  
CULINARIOS

UM PRODUTO DO

**MOINHO GUANABARA**

**DIANDA, LOPES, & CIA. LTDA.**

**RUA BUENOS AIRES, 48-4º and.**

TELEF. : 23 1950 (Ramaís)

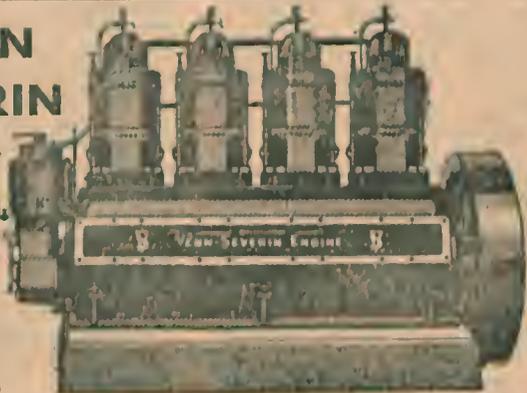
PARA BEM SERVIR COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

**G. BORGHOFF & CIA.**

Rio de Janeiro - Rua Riachuelo, 243 - Fone 42-3720 - C. P. 619  
São Paulo - Av. Gal. O. da Silveira, 63 - Fone 51-6980  
Telegramas - "Borgmagneto" - Rio ou S. Pau'o

**VENN SEVERIN**  
DIESEL

Estacionários,  
Marítimos e  
Grupos Diesel-Elétricos



Modelos de  
25 A 300 HP, EM 300 E 750 ROTAÇÕES POR MINUTO.  
Máxima durabilidade e mínimo custo de manutenção  
OFERECEMOS ESTUDOS E PROJETOS SEM COMPROMISSO.

Assistência técnica permanente aos motores em funcionamento.

Representamos outros motores e grupos-geradores, para qualquer potência.

# CONSIDERAÇÕES SOBRE O CRÉDITO AGRÍCOLA NO BRASIL

Arthur Oberlander Tibúni

Assistente Técnico da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Agricultura.

No Brasil, como nos demais países, não foi fácil a implantação do crédito agrícola, em bases racionais, tendo êle sido, por inúmeras vezes, postergado pelas autoridades que, injustamente, o preturiam em benefício do Comércio e da Indústria.

Seria absurdo admitir não ter havido crédito para a lavoura antes do advento da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Valioso instrumento da produção, êle era totalmente e continou a ser, em grande parte, distribuído pelos comerciantes que vendem a prazo e geralmente se cobram em espécie, ganhando um mercadorin que vendem e na mercadoria que compram, reputando aquela pelo maior preço porque corre o risco e faz favor, e esta pelo menor valor, porque estabelece o vencimento dos seus créditos para a época da safra quando o grande oferta por si mesma, apoiada pelas manobras baixistas, provoca a baixa dos preços.

Prestaram sem dúvida, e continuam prestando, um grande serviço à Nação, mesmo explorando a classe que não tinha amparo, e que não soube unir-se para fortalecer-se. Enriqueceram a custa do pouco que deveria sobrar para que o fazendeiro se emancipasse, e fundaram com o esforço alheio o monopólio do dinheiro. Com tal avidez se houveram, que não puderam discernir entre a vantagem de viver em regimem simbiótico, que permitiria a prosperidade de todos, e a desvantagem de viver como parasitas causando a sobrevivência de um à custa da derrocada de outros.

A criação de um organismo autônomo especializado — o Banco Rural — foi naturalmente o que ocorreu aos mais afeitos à complexidade do Crédito Agrícola, mas razões ponderáveis de várias ordens, deram ganho de causa à criação apenas de um apêndice no Banco do Brasil sob a denominação de Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, tendo por finalidade financiar a lavoura, a pecuária e a indústria, conforme reza o seu artigo 1.º, na lei n.º 454, de 9-7-37, transcrito a seguir:

"A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, instituída com o objetivo de fomentar o incremento da riqueza nacional, prestará assistência financeira direta à agricultura, à pecuária e às indústrias".

Esse memorável despacho governamental de 9 de julho de 1937, pode ser considerado como a pedra fundamental da emancipação da lavoura. De fato, a opressão sob a qual viviam atirados os lavradores bem se pôde avaliar pela verdadeira avalanche de propostas de empréstimos rejeitadas de todos os recantos do Brasil.

É bastante expressivo o número de empréstimos e o seu valor tomados desde a fundação da Carteira, assim é que, até hoje foram feitos 141.412 contratos no valor de Cr\$ ..... 19.935.215.229,00 dos quais 110.258 representau

da o valor total de Cr\$ 14.820.035.351,20 foram liquidados até 31-12-48, restando "em ser" na mesma data 31.154 operações no importância de Cr\$ 5.115.179.877,80.

O volume dos negócios da Carteira em 10 anos de atividade permite apreciar de quanto foi aumentado o patrimônio financeiro dos agricultores, e, conseqüentemente, do quanto se enriqueceu a própria Nação. Não menos afortunados teriam sido os comerciantes e industriais que tiveram os seus negócios aumentados pela maior abundância de matérias primas e mais elevada capacidade aquisitiva dos agricultores. Não exageraríamos se computássemos êsse enriquecimento geral em mais de 100% sobre o capital investido nos empréstimos supracitados.

Considerando-se as vicissitudes a que estão sujeitas as atividades agrícolas, a rigidez do prazo sempre constituiu motivos de grandes apreensões para os lavradores e criadores e, muitas vezes, a causa de liquidações desastrosas, devido a inoportunidade de venda dos seus produtos ou a insuficiência de colheitas. A flexibilidade do vencimento de obrigações deve ser uma das características vigorantes, em todos os regulamentos de crédito agrícola, mas por contrariarem as normas bancárias em uso, essa conveniência tem sido sempre excluída ficando ao arbítrio do banqueiro ou dos seus agentes. Essa obstinada intransigência, tem sido o fator, a causa do desespero dos agricultores, mas felizmente tal mentalidade ferrenha vem sendo aos poucos amaciada como veremos mais adiante.

Em seguida ao prazo, os juros são a questão mais debatida. Não pode haver comparação entre as possibilidades do comércio e da indústria e as da agricultura. Enquanto naqueles o crédito, a uma taxa fixa por ano, se reproduz ou se capitaliza várias vezes, na agricultura, por via de regra, a produção correspondente a um empréstimo a certo prazo, só é apurável uma única vez, onerando o custo de produção muito mais pesadamente que no caso do comércio onde o capital é reembolsável cada vez que a mercadoria é vendida, ou na indústria em que, da entrada da matéria prima ao produto acabado, medeiam apenas alguns dias permitindo igualmente o reembolso tantas vezes quantas a produção entra no mercado.

Dai a conveniência de serem os juros substancialmente mais baixos quando o crédito se destina a operações agrícolas e a necessidade de interferência de medidas compulsórias capazes de estabelecer o necessário fluxo de capital para a lavoura.

A Carteira de Crédito Agrícola está cobrando o juro de 7% exclusiva despesa de processamento e fiscalização, modalidade apenas aparente porque os dois últimos itens, elevam-se no mínimo a 10%.

A fiscalização da aplicação do crédito tem dado motivo a queixas, mas estas, dada a natureza da instituição distribuidora, são absolutamente infun-

dadas, pois, na fase atual, em que os cadastros são ainda imperfeitos, esta medida acauteladora é não só indispensável como duplamente benéfica e realmente evita o instintivo abuso no emprego do crédito, e em muitos casos evita o malbarato da sua aplicação.

A administração da Carteira lutou a princípio com dificuldades substanciais no que se refere a parte técnica própria, quer do pessoal interno quer dos fiscais e avaliadores, justamente por se tratar de uma modalidade de crédito que envolvia atividades completamente estranhas às que habitualmente eram tratadas pelo Banco do Brasil. A medida entretanto que operavam foram adquirindo a necessária prática e melhor conhecimento a respeito do cenário, familiarizando-se com os seus hábitos e a conduta dos clientes. Essa ambientação benéfica vem sendo conseguida nesse lapso de 10 anos durante os quais vem sendo feito o levantamento das disponibilidades cadastrais dos tomadores rurais. Os resultados dessa especialização não se fizeram esperar, assim é que hoje as operações lá se fazem, em boa proporção, baseadas no crédito pessoal, prática que seria devida facilitar extraordinariamente as operações. Esse longo contacto com o agricultor, permitiu a formação de melhor juízo a respeito das suas aptidões e conduta, sendo conseguido assim o labéio de mau cliente que lhe era injustamente imputado.

O quadro de fiscais tem sido melhorado, sendo recentemente admitidos somente profissionais de agronomia e de veterinária e o corpo de avaliadores tem também evoluído na medida do possível. Os resultados obtidos com a medida que restringiu aos profissionais de agronomia e de veterinária conferiu aos trabalhadores da Carteira maior segurança e maior eficiência.

O movimento alcançado pela Carteira de Crédito Agrícola durante esses 10 anos de sua existência se desenvolveu de tal maneira que o volume de negócios se avantajou de muito ao de qualquer das outras dependências do Banco do Brasil e, talvez tenha sido superior ao de qualquer outro banco brasileiro, envolvendo tal soma de responsabilidades, que não se justificaria qualquer delonga na criação do Banco Rural Brasileiro, autônomo com o seu próprio capital e direção e organização independentes. As dificuldades apontadas são a constituição do seu fundo de movimento e a organização das suas agências e respectivo pessoal. De fato, são dificuldades não pequenas, mas que precisam ser removidas, e para conseguí-lo é necessário que esforços nesse sentido sejam feitos e que seja dado início à sua solução.

No que se refere à Organização do Banco em si mesma, o próprio acervo da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil poderia servir de fulcrum para constituirlo, inclusive o seu pessoal que passarão a pertencer-lhe. Para evitar que houvesse qualquer descontentamento, o seu regulamento poderia ser idêntico ao do Banco do Brasil, assegurando iguais direitos aos funcionários. Estes teriam a vantagem de passarem a pertencer a um Banco em cujo quadro de funcionários haveriam inúmeras possibilidades de acesso e portanto de fazer carreira muito mais rapidamente.

Para distribuição do crédito seria imediatamente contratada com o próprio Banco do Brasil que manterá nas suas agências a atual Carteira de Crédito Agrícola, através das quais atenderá aos agricultores. Haveria ainda a possibilidade de serem contratados os serviços de outros bancos particulares onde não houvesse agência do Banco do Brasil.

A medida que o Banco Rural fôsse firmando as suas diretrizes e que o movimento fôsse se ampliando, ir-se-iam criando agências independentes, aproveitando o próprio pessoal da carteira das agências do Banco do Brasil onde operassem, bem como do que fôsse sendo treinado paralelamente ao desenvolvimento do Banco. As atividades da atual Carteira seriam orientadas no sentido de facilitar a transição, para que a transformação tivesse lugar sem solução de continuidade, pois qualquer modificação no rumo de operações causaria sérios transtornos ao público.

O funcionamento da C. C. A. I., não deveria absolutamente ser perturbado até que o Banco Rural estivesse em condições de poder atuar com toda eficiência. Os depósitos e os resultados das subscrições seriam recolhidos à Carteira que com eles operaria até quando o Banco se constituísse, recebendo então todo o acervo em poder daquela.

A par do vultoso movimento da Carteira de Crédito Agrícola, queixa-se o seu ilustre Diretor que não foi nada providenciado o aumento de fundos indispensáveis a atender às solicitações de crédito cada dia mais volumosas. Assim é que para um total de inversões superior a quatro bilhões e setecentos milhões de cruzeiros, restando apenas de um fundo de um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros, restando um saldo devedor de aproximadamente três bilhões e cem milhões. Para suprir essa deficiência procedeu ao desconto de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros e utilizou um bilhão e oitocentos milhões das disponibilidades do próprio Banco.

Não logrou o esperado sucesso o lançamento do bonus, cuja subscrição espontânea atingiu apenas o Cr\$ 75.863.000,00 e mais Cr\$ 348.683.280,10 subscritos compulsoriamente pelos Institutos.

Também não surtiu o efeito desejado o Decreto Lei n.º 2.611 de 20-9-40.

Não vemos, face ao que acima vem relatado, como solucionar o problema dos fundos sem ampliar a compulsoriedade da medida a outras entidades econômicas e financeiras do país. Tomando por referência o movimento da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil os empréstimos feitos pelos bancos particulares e os adiantamentos feitos pelo comércio, pode-se avaliar o que no mínimo necessário ao crédito rural em aproximadamente 15 bilhões de cruzeiros, importância esta que deveria representar o fundo de movimento do Banco Rural, ou presentemente, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Entre nós é prática corrente, a nefasta e criminosa orientação de cassar o crédito de maneira absoluta quando se esboça ou se declara uma crise. Dessa medida resulta inexoravelmente a precipitação do acontecimento e o agravamento da situação. Nada mais errada nem mais em desacordo com as normas da boa finança do fechamento e não de meros e assistatizados burocratismos.

A que se impõe nesses momentos são medidas de tal ordem que afastem ou amortecem a psicose do medo e conseqüente desorientação. É justamente quando deve intervir o governo de forma a restabelecer a confiança, tomando providências que contornem as dificuldades, quase sempre aparentes, ou capelamente forçadas.

Daremos um exemplo típico: — Em 1943 oscilava-se em grande estilo o preço do algodão. As exportações foram quase totalmente suspensas e os grandes exportadores aproveitaram o ensejo para desencadear o movimento inflacionário, iniciaram a pánuco oferecendo um bolsa o produto por preços ir-

visórios. Houve certa reação por parte dos maquinistas que se retraíram. Os buixistas confiantes nos seus êxitos anteriores, lançam em bolsa a sua própria mercadoria a baixo preço. O governo, advertido da manobra criminoso, corre em auxílio do produtor, oferecendo financiamento na base do preço mínimo de Cr\$ 95,00. Os buixistas insistem na sua política para desmoralizar a ação do governo. Este mantém resolutamente a sua atitude, faz cessar o pânico, os preços se estabilizam e é salva a lavoura de mais uma derrocada provocada pelos comerciantes inescrupulosos. Convém acentuar que os resultados finais foram os mais auspiciosos possíveis, dos quais podemos destacar: — a) Foram radicalmente desmoralizados os buixistas; b) lucraram os produtores; c) lucraram os maquinistas; d) lucraram os prepostos da carteira; e) lucrou o Banco do Brasil; f) lucrou fiavelmente a Nação.

Os capitais da distribuição do crédito agrícola é que constituem o seu principal problema. Para a sua perfeição e integralização é que temos que evoluir. Com vistas a esse ponto, assim termina ainda timidamente Leonardo Truda na sua magistral conferência: "Haverá pois sempre que confiar, na prática do crédito agrícola, por mais que se pretenda ampará-lo em bases reais, numa certa mar-

gem do fator pessoal, na idoneidade do devedor, na confiança maior ou menor que este possa inspirar". Crédito pessoal é crédito na acepção do termo, e representa a doutrina que deve ser propagada e defendida para formar as bases fundamentais das disponibilidades cadastrais de cada um.

A medida que se aperfeiçoam a técnica bancária especializada, vão sendo estabelecidas normas simples que facilitam a tomada de crédito, critério que o barateia e concorrem para sua acessibilidade.

O que vimos expondo mostra que o crédito agrícola ao Brasil está longe de atingir a perfeição, mas não é menos verdade que já voocemos a primeira etapa, o talvez a mais difícil, justamente a que consistia em demonstrar a sua viabilidade e sobretudo a sua imperiosa necessidade. A demonstração foi feita através a eloquência dos números que representam o movimento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Essa entidade pôde englobar em uma só rubrica que apesar do corresponder a uma pequena parcela da totalidade dos empréstimos rurais no Brasil, atingiu tal vulto que superou de muito o movimento de cada uma das outras Carteiras do Banco do Brasil, representando aproximadamente 15% do movimento do empréstimo do país!



# ALFA LAVAL

DESNATADEIRAS  
DE 1.000 A 5.000  
LITROS A HORA

Encarrego-se  
de Usinas de Leite  
e seus Derivados

Gases para Refrigeração:  
Amonea — Freon 12  
— Metila e Sulfuroso

B  
A  
L  
T  
I  
C



DE  
65  
A  
550  
LITROS  
A  
HORA  
MATERIAL  
GERBER  
PARA  
ANÁLISE  
DE  
LEITE

## Sociedade Importadora Suissa Ltda.

ENGENHEIROS:  
RUA ARMANDO SALES  
DE OLIVEIRA N.º 12  
End. Telegr.: "Sisla"



IMPORTADORES:  
Caixa Postal, 1404  
RIO DE JANEIRO

# Progride no País o Movimento Associativo sob a inspiração do Dec.-Lei N. 8.127, de 24-10-1945

*ATA de inauguração da CASA RURAL DE MALLET, sede da Associação Rural de Mallet.*

Aos seis (6) dias de dezembro de mil novecentos e quarenta e nove (1949), às doze horas e trinta minutos (12h 30m), à rua 15 de Novembro s/n, nesta cidade de Mallet, estado do Paraná, presentes o Exmo. Sr. Moysés Lupion, DD. Governador do Estado; Exmo. Sr. Dr. Pedro Firman Neto, Secretário do Agricultura, Indústria e Comércio; Exmo. Sr. Dr. Waldemiro Pedroso, Secretário de Saúde e Assistência Social; Exmo. Sr. Desembargador Ary Florencio Guimarães, Sub-Procurador Geral do Estado; Exmo. Sr. Waldemiro França, Prefeito Municipal de Mallet; Exmo. Sr. Heliantho Guimarães Camargo, Juiz de Direito da Comarca; Exmo. Sr. Dr. Ernani Bonghi, Deputado Estadual por Mallet; Exmo. Sr. Edgard Sporholtz, Deputado Estadual por Imbituva; Exmo. Sr. Dr. Antonio dos Santos Filho, Deputado Estadual por Paranaguá; Exmo. Sr. Dr. Julio Buskei, Deputado Estadual por Prudentópolis e Mallet; Exmo. Sr. Aldo Laval, Deputado Estadual por Ponta Grossa;

Exmo. Sr. Dr. Jair Marchetti, Encarregado da Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura na cidade do Porto União, Santa Catarina; Exmo. Sr. Atencu Holzman, representando a 4a. Zona Agrícola da Seção de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, sediada na cidade de Irati; Exmo. Sr. Rubens Suplicy Ferreira do Amural, Diretor do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura do Estado; e mais autoridades civis e militares componentes da comitiva governamental ora em visita oficial no Município de Mallet; autoridades locais, eclesiásticas, pessoas gradadas no comércio e indústria; Diretores de Núcleos Rurais do Interior do Município, lavradores, visitantes e povo em geral. — Procedeu-se a inauguração da *Casa Rural de Mallet*, sede da Associação Rural de Mallet, representada no ato pela sua Diretoria composta dos senhores: Dr. Miguel Matiskey, Presidente; Eurico Silva, Vice-Presidente; Arthur Alfredo Schier, Primeiro Secretário; João Bilak, Segundo Secretário; Miguel Mariano Domandzki, Primeiro Tesoureiro; João Wolski, Segundo Tesoureiro, e pela sua Comissão Fiscal, composta dos membros efetivos, senhores Henrique Estovão Trzas-



Associação Rural do Marechal Mallet, Paraná. Solenidade da inauguração da "Casa Rural", sede dessa pujante associação de classe, em 6 de dezembro último.

kowski, Miguel Grzeszczyszyn e Waldemiro Zainko e de seus membros suplentes, senhores José Gonçalves Machado, Pedro Trojmi e José Staszowski, — iniciando-se a solenidade com a recepção ao Exmo. Sr. Governador do Estado, junto a um arco de triunfo armado nas proximidades do edifício a ser inaugurado e ornamentado a caráter, aludindo à colheita de trigo ora em vigência nesta zona, sendo S. Exa. recepcionado por uma comissão composta de associados: senhores Chernibim de Almeida, Júlio Sessak, Henrique Estevão Trzuskowski, Júlio Sadovoi, Romão Paul, João Pech e Ladislau Szlachta e mais por um grupo de crianças dirigidas pelo Sr. Vice-Presidente, fazendo a moinha Dileô Nogueira a entrega ao Exmo. Sr. Governador do Estado de um ramalhete de jasmim entremendo de espigas de trigo, com palavras de oferta, encaminhando-se daí S. Exa., comitiva, autoridades e povo de frente ao prédio, em cujo portão, vedado com a fita simbólica, o Exmo. Sr. Deputado Ernani Benghi, — o iniciador da idéia da sede própria da Associação Rural de Mallet e patrocinador desta junto ao Governo do Estado, nos meses de fevereiro e maio do corrente ano para a obtenção, para aquele fim, do material do prédio de madeira que constituirá o Colégio Estadual desta Cidade, à avenida João Pessoa n. 32, — proferiu o mesmo Deputado alusivo e brilhante discurso, enaltecendo o trabalho de cooperação entre o Governo e o povo, resultando da doação feita por aquele e esforços do segundo, com a colaboração do comércio e indústria deste Estado e dos Estados vizinhos, surgir o prédio que se a inaugurar, devidamente aparelhado para atender as necessidades da lavoura e pecuária locais e defender também os interesses da nobre classe rural. (Antes desse discurso, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, a convite do senhor Presidente da Associação, hasteou, cantando os presentes o Hino da Pátria, a Bandeira Nacional, — valiosa e significativa oferta para o dia inaugural, feita pela *Sociedade Nacional de Agricultores*, do Rio de Janeiro). A seguir, ainda pelo Exmo. Sr. Deputado Ernani Benghi, foi convidado o Exmo. Sr. Dr. Secretário de Agricultura, para descolrir a placa fixada à entrada do prédio, placa contendo os dizeres: "Associação Rural de Mallet", os quais contornam um desenho à cores representando uma espiga madura de trigo, alusiva à época da inauguração da sede, o que foi feito por S. Excia. o Dr. Secretário de Agricultura, que perorou na ocasião, evidenciando o significado do movimento associativo dos lavradores e pecuaristas deste Município, os quais pediam confiar no amparo,

o mais completo possível, aos seus nobres e justificados propósitos de melhoria das condições da vida rural, por parte do atual Governo do Estado e especialmente de sua Secretaria, informando na oportunidade que, para comprovar esse interesse pelos poderes públicos pelas populações rurais, viera o esta Cidade, na véspera, mandado pela sua Secretaria, um trator com os respectivos implementos, para ser entregue neste dato ao Município de Mallet, com a finalidade do mesmo maquinismo ser aproveitado na lavoura local; e informou mais S. Excia. que dentro em breve seriam remetidos para cá um reprodutor e algumas novilhas de gado leiteiro holand-argentino, do lote recentemente adquirido pelo Estado. Procedido o desceramento da placa, S. Exo. o Governador do Estado, proferindo palavras solenes e dando a Casa Rural de Mallet por inaugurada, cortou a fita simbólica que vedava a entrada do prédio, em cujo recinto, devidamente aparelhado para a finalidade estatutária da Associação Rural de Mallet, o Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca fez entrega, ao Presidente, da chave principal do prédio inaugurado, entregando também ao Vice-Presidente o livro de Registro do Patrimônio Social; ao Segundo Secretário, o livro da Biblioteca Social e ao Segundo Tesoureiro o livro de Visitas da "Casa Rural de Mallet", cujo livro, a seguir, foi oferecido, para aposição das respectivas assinaturas, ao Exmo. Sr. Governador do Estado (aos Exmos. Srs. Secretários de Estado presentes, ao Exmo. Sr. Desembargador Sub-Procurador Geral do Estado e às demais autoridades federais, estaduais e municipais e aos presentes em geral. Aos mesmos foi servido aperitivo de produtos vitivinícolas do Município de Mallet, oferta aos respectivos produtores. Após uma rápida visita à exposição permanente da Casa, S. Exa. o Governador do Estado e sua comitiva deixaram o recinto, agradecendo o Presidente, à ajuda, a honrosa visita. (Logo após a entrada no interior do prédio, foi feita a bênção do mesmo pelo Revmo. Pe. Segismundo Piotrowski). Aberto o prédio à visitação pública, deu-se por encerrada a solenidade da inauguração, do que lavrei a presente ot que, lida, vai assinada pelos membros do Diretorio e da Comissão Fiscal e por mim subscrita." — Copiada do livro que contém o original dos estatutos sociais, folhas doze a quinze. Mallet, 8 de dezembro de 1949. (Assinado) Arthur Alfredo Schier — 1º Secretário. Visto: Em 8-12-49. (Assinado) Miguel Matiskel — Presidente. — (Estava uma impressão de carimbo, distintivo da "Associação Rural de Mallet — Mallet — Paraná.")

## A luta internacional contra a constipação

Segundo as estatísticas acerca de uma terça parte dos habitantes das regiões setentrionais da América e da Europa sofreria anualmente durante o inverno das consequências de constipação. Inúmeras pessoas, tanto no hemisfério setentrional como no meridional tornam-se assim em cada vítima de afecções do aparelho respiratório. E a constipação que mina a constituição dos homens e são particularmente na consequência desta doença que se recetam. Se em 18/19 o gripe espanhol nos causou medo, tã pouco, faz a gripe italiana.

Lembra-se da Polónia que em 1939 contou três e meio milhões de gripados. Em cada país a perda

do capital nacional é enorme e não se pode exprimir em algarismos o que esta cama internacional do enfermo custa à humanidade.

Por esta razão é tão importante que a resistência do corpo se aumente para que se possam evitar, em todo o caso, as complicações perigosas de ataques de constipação. A combinação do produto natural QUININA e da vitamina de fruta C é o remédio por excelência, inofensivo e seguro contra a constipação e para evitar complicações.

Exatamente nas estações perigosas o corpo precisa do tônico quinina e da vitamina C que aumenta a resistência.

# TIPOS DE PODA DAS ÁRVORES

ALDER AMERICANO

Eng.-Agrônomo

A poda é uma das mais importantes operações agrícolas e, tratando-se da técnica arborícola, seus fins podem ser assim resumidos: 1) conseguir a longevidade das árvores, tornando-as fortes, pela boa uniformidade na distribuição da seiva nutritiva, ou seja mantendo perfeito equilíbrio entre a parte subterrânea e a aérea; 2) dar as árvores as formas mais indicadas e apreciadas de embelezamento; 3) conseguir uma frutificação normal e abundante; 4) rejuvenescer as árvores que estão na fase de decrepitude; 5) garantir uma produção de frutos saborosos e sádios; 6) reduzir os ramos mortos ou doentes, inúteis ou mal conformados, a fim de permitir maior acesso à luz, ao ar e ao calor.

À vista do exposto, podemos especificar os seguintes tipos de poda: a) de educação; b) de transplantação; c) de formação; d) de frutificação ou de produção; e) de conservação ou de limpeza; f) de restauração.

## *Poda de educação*

Deve ser feita no viveiro, quando a planta necessita dos cuidados especiais, para orientá-la devidamente no seu crescente desenvolvimento, isto é, fornecendo-lhe condições para o seu *étimo* de vegetação. Tem-se em vista a eliminação dos ramos baixos, no sentido de favorecer a saída de novos rebentos que, futuramente, irão constituir a copa, que é a parte superior da planta, constituída de todas as ramificações com ou sem folhagem. Quando esta operação não é feita cuidadosamente, surgirá, infalivelmente, uma brotação imperfeita, que influenciará na formação da copa. Nesta fase de crescimento, deve-se ter a máxima vigilância, pois do contrário qualquer descuido poderá acarretar sérios prejuízos a planta.

Estando a árvore em condições de ser transplantada para o lugar definitivo, procede-se, então, a uma ligeira poda, tanto na copa como nas raízes que se apresentam podres, velhas, partidas ou demasiadamente compridas. Com isto, apenas visamos manter o equilíbrio necessário entre a parte subterrânea e a aérea do vegetal. Esta a *poda de transplantação*.

## *Poda de formação ou morfológica*

Tem por fim dar à planta uma forma determinada, seguindo à risca as exigências de cada espécie no tocante às regras gerais para os fins que se

tem em vista. Esta modalidade de poda é realizada durante o período do crescimento, a fim de conseguir uma copa conveniente, regular, bem ramificada, um "esqueleto" de boa conformação, cujos ramos fiquem uniformemente distribuídos, permitindo, assim, uma rápida circulação da seiva bruta ou mineral, um arjumento e luminosidade mais perfeitas e que a sua folhagem proteja a planta contra os "golpes de calor". Em se tratando de plantas frutíferas, claro está que precisamos aliar sempre as duas coisas, o útil no agradável, ou seja, a beleza e o seu aproveitamento econômico.

## *Poda de frutificação*

Também chamada de *produção*, que se efetua quando a árvore atingiu o seu franco desenvolvimento, tem por objetivo garantir a regularidade da produção dos frutos. Este sistema de poda exige, por conseguinte, um podador inteligente, hábil e que conheça o modo de vegetação de cada espécie ou variedade frutífera. Estando ausentes estas qualidades, é aconselhável evitar a poda a fazê-la erradamente. Pelo presente processo se consegue colheitas normais. Cada fruteira tem suas regras gerais já retificadas pela técnica arborícola. Os ramos frutíferos devem ser, quanto antes, suprimidos, conservando-se apenas os novos, para floração vindoura. Executada com perícia, evita-se o desperdício da seiva, que, decerto, reverterá em benefício das gemas frutíferas.

## *Poda de conservação ou de limpeza*

Consiste simplesmente na eliminação dos ramos mortos ou doentes, mal conformados, ou dos que se acham impedindo a passagem do ar e da luz. Os rebentos chamados "ladões" também precisam ser eliminados.

A função principal desta poda é distribuir disciplinadamente a seiva, tanto a bruta como a elaborada. É praticada logo após as colheitas ou durante o período de descanso do vegetal.

## *Poda de reforma ou de restauração*

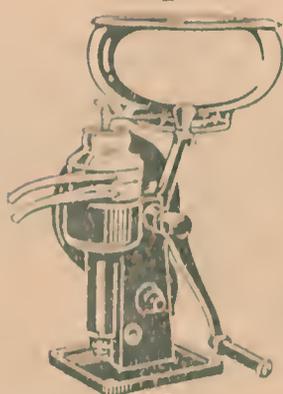
É a que se efetua no caso de plantas mal podadas, velhas ou enfraquecidas.

(Comunicado n.º 104 do Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — Outubro de 1949).

## LAVRADOR! CRIADOR!

FORTALECE A TUA CLASSE INSCREVENDO-TE NA "ASSOCIAÇÃO RURAL" DO TEU MUNICÍPIO; SE ESTA NÃO EXISTE AINDA, FUNDA UMA, DENTRO DOS MOLDES DO DECRETO-LEI 8.127, DE 24 DE OUTUBRO DE 1945.

A SECRETARIA DA S. N. A. TE PRESTARÁ TODOS OS ESCLARECIMENTOS A RESPEITO.



## *Desnatadeiras* **VIKING**

para fazendas e  
indústria laticinista

Do procedência suéca, são fabricadas em diversos tamanhos, com capacidade para 45 a 250 litros por hora, sendo fornecidas para acionamento manual ou por força motriz.



### Ordnehadeiras Wards

Do fabricação americana. Recipiente para 22 litros. Fornecidas completas com couxos, ventosas, valvulas, bomba de vacuo, etc.



### Batedeiras Viking

Para continuar o serviço das desnatadeiras, no fabrico de manteiga. Com capacidade para 3 a 15 litros.



### Latas para leite

Nacionais ou estrangeiras. Tomos diferentes modelos em ferro estanhado ou aluminio, com tampa de pressao ou de rôsca.

*Consultem-nos*  
*sem compromisso*

**MESBLA**  
DE ARTAMENTO AGRICOLA

RIO DE JANEIRO  
Rua Evaristo da Veiga, 67

NITEROI  
Rua Viç. Rio Branco, 521

PORTO ALEGRE  
R. C. Vicente esq. M. Pereira

PELOTAS  
Pça. Cel. Pedro Osório, 134

SÃO PAULO  
Av. do Estado, 4952

BELO HORIZONTE  
Rua Curitiba, 448

RECIFE  
Rua da Palma, 251

VITORIA  
Av. Vitoria, 719

# A importância do cereal "Adlay" sob o ponto de vista econômico e social

Palestra coordenada pelo socio da Soc. Nacional da  
Agricultura, F. Guilherme Steinemann, E. I., no  
reunião do 17-2-1950, no Rotary Club —  
Borro Manso, Estado do R. de Janeiro

Os conhecimentos referentes ao plantio e o aproveitamento do cereal ADLAY datam da tempo dos Vedos, e constam de velhas papyrus daquela época. Cabe por este motivo aqui a citação de um sábio Rei, também da antiguidade, quando dizia:

"NIHIL NOVO SUB SOLE"

Nada inventar: nada de novo posso dizer aos senhores.

Ser-me permitido somente RECORDAR. Recordar, sob o signo de VIVER. Viver deve significar VIBRAR, e quem vibra há de mostrar MOVIMENTO, e este por sua vez, há de finalizar em PRODUZIR.

E, como complemento e introdução deste palestro, permito-me invocar o elevado apêlo de um outro sábio dos tempos mais chegados, a grande e inesquecível benfeitor da humanidade, o douto HAHNEMANN, quando dizio:

"NÃO ACREDITEIS EM MINHAS PALAVRAS; VERIFIQUEI OS FATOS".

Sobemos que inicialmente foi o homem obrigado pela necessidade de exercer a agricultura, afim de prover o sustento para si e de seu prólo, obter o aao de cada dia.

Com o decorrer das tempos deixou de ser vegetariano e tornou-se carnívora, cuidando, desde então, da pecuária.

E' interessante observar que as guerras na antiguidade, foram, geralmente, motivadas pelo posse dos PASTAGENS, sujeitando-se as povas a um estado de semi-escravatura ou servidão no que se refere á posse de terras para o plantio de trigo como alimento básico.

Verificamos estes fatos entre os antigos reinos da Pérsia, Babilônia, Assíria, Médos, Philístes, Egypcios, Abyssinia e as povas nomadas do Jardão, os Israelitas principalmente, as quais estiveram algumas vezes em cativeiros pralongados.

Livros insuspeitos, como a Biblia, a Talmud e o Al-Korão cantam-nos fases tremendas da história de muitos povos, tendo como cau os fundamentos da posse de alimentos.

As grandes invasões da Europa pelos Hunos, Mongóis e Árabes, não tinham somente a brutal escapa do asalto e da conquista, e, sim, o luto pela vida, isto é, pela alimento.

Como seqüência surgiu o artesanato, isto é, a indústria, já para produzir ferromentos que permitissem o aumento da produção, como também, para aporellar os povos com apetrechos engenhosos para a defesa de seus bens contra o cobiço de vizinhos.

Assim sendo, teve a indústria os seus nliceses de envolvimento agro pecuário, com raras exceções de algumas nações do mundo moderno.

PANEM et circenses — o célebre frase de um grande pensador romano, frase de desprezo dirigida aos ocupantes do Fórum de então, numa época de franco decadência da Impéria dos Cezares, devia ser parodiada e substituída por uma expressão mais nobre e mais humana para a mundo de hoje, isto é — PANEM, PACEM FACERE —.

E qual é a lição da mundo moderno, do mundo em que vivemos? Não vamos Innge; dentro da nasso pequeno círculo de atividades em que vivemos, dentro deste município, que é uma parcela das centenas que formam este grande País, sob o igno sagrado e mística da constelação do CRUZEIRO, dentro deste pequeno círculo, repita, encontraremos as lições que a tempo em sua marcha gravou.

Que as lições do passado sirvam para a geração presente e a futura, e possam proporcionar para a Brasil a que todos nós desejamos sinceramente — PAZ E PROGRESSO —.

O que nos ensino a passado? O que podemos esperar da futura para este Município?

No passado verificamos o desenvolvimento da antiga Copitania pelo braço indígena e pela braço africana, na agricultura formando grandes plantações da cana, mandioca e outras menores, abrangendo-as o instalação de engenhos para a fabricação do açúcar, álcool e a farinha; em paralela apresentou-se uma bem desenvolvida criação de diferentes classes.

Mais tarde, já no tempo do Império, teve a velha província da Rio de Janeiro sun época áurea com o plantio de grandes calezais e o maior desenvolvimento das usinas de açúcar, até a última década do século passado, quando muitos fatores se tornaram desfavorável ao progresso do Estado do Rio.

De tempos para a atual época verifica-se felizmente um reerguimento bastante pronunciado sob diversos aspectos, principalmente sob o ponto de vista industrial.

Entretanto, não devemos fechar os olhos e deixar de reconhecer que o desenvolvimento da indústria, precisando muitas braças, as quais pode oferecer bon paga, deslocou os necessidnes do lavoura, a qual entrou, por isso, em deplorável declínio; este fatar por sua vez provocou o encarecimento das gêneras alimentícias e a falta destes últimos nos mercados de abastecimentos, tornando a classe obreira, em geral, subalimentada e mal satisfeita com o estado das coisas.

Grandes fazendas ficaram com os seus trabalhos da lavoura pralongados, desenvolvendo outras a Pecuária, a qual menor número de braças exige.

As grandes indústrias instaladas neste Município, como por exemplo a Cia. Siderúrgica Nacional, a Siderúrgica Barbárá, a Siderúrgica Barra Manso, a Molino de Borro Manso, a Cia. Nestlé, a Usina de Laticínios, as Indústrias Químicas Duperal e outras, e mais ainda, as novas indústrias em perspectiva, como por exemplo a fábrica de Cimento Vale do Paraíba, a fábrica Nitro-Química e Produtos congêneres, fábrica de Ferramentas etc, para a lavoura, Britadores e outros que possam surgir, tendo como base as indústrias siderúrgicas, hão de absorver fatalmente mais braças para o seu funcionamento, aniquilando o que resta do lavoura, e deslocando, também, a Pecuária.

Surge então com mais nitidez o espectro da ALIMENTAÇÃO, cujo problema se acho gravado na consciência de todos, desde o último peão descolço até a burquês de colarinho e gravato.

A que preços subirão os gêneros alimentícios? Onde nos vem e poderão continuar vir?

Em que situação ficará a nossa Pecuária, cujos pastos se acham geralmente depauperados e por isso a produção do leite por unidade é deficitário, aumentando-lhe o custo e deixando uma margem de lucro ínfimo?

Para que passamos responder em parte por pequena que seja e colaborar, com os poucos conhecimentos que possuímos destes graves problemas, em procura de uma ação que amenize o estado atual e que ainda possa surgir, referente ao acima exposto, devemos voltar às nossas atenções a um grande personagem na vida nacional, o sôdoso ex-ministro e agrônomo FERNANDO COSTA, o qual iniciou a companhia do fomento da produção do cereal.

#### O ADLAY — na alimentação nacional

Do livro do agrônomo Ubirajara Pereira Barreto, da seção de Fomento Agrícola em São Paulo, apresenta esta publicação com clareza técnica, documentação fotográfica e testemunhos de numerosos lavradores, o quanto vale este cereal de existência milenar, quando diz em uma das inúmeras páginas: "O novo grão, pelas suas qualidades biológicas e pelas suas vantagens culturais, econômicas, é altamente revolucionário, capaz de imprimir, ao ritmo econômico-social do país, transformação profundo, de consequências fundamentais na evolução política-econômico-social do Nação."

"Coloco-se, assim, este cereal em o mesmo nível dos grandes acontecimentos que mudaram, tantas vezes, a rota da Humanidade."

"É da campo, através dos pioneiros da agricultura moderna que o precioso Adlay hó de surgir, um dia, dando inteiro cumprimento à sua missão, isto é, a de alimentar, bem e fartamente a gente brasileira."

Vamos recordar agora o que diz o agrônomo Antônio Carlos Pestano, na Revista "A Lavoura" em dezembro de 1946, referente à Pecuária: "O Cereal Adlay" — "Continua, porém, de pé, embargando as esforços dos zootécnicos e criadores brasileiros a desconhecimento de boas forrageiras indígenas e exóticas, que entre nós medram fácil e economicamente. Precisamos de forrageiras capazes de substituir pelas suas virtudes as que penosamente possamos cultivar, e as que por preço exorbitante possamos importar."

Referente à morte e a incapacidade de produção de grandes milharais, em consequência da falta transitório ou da escassez de chuvas em certas fases da vegetação, diz: "que em igualdade de condições, o cereal Adlay não teria a mesmo sorte, porque é vegetal que uma vez plantado ficará no solo por três ou mais anos, pelo menos, à semelhança da cana de açúcar, com soca e ressoca. E não é só. Pensemos na alfava e na economia que ao lavrador trará os socos e ressocos do Adlay, livrando-o da obrigação de lavar o solo e semá-lo todos os anos, como a exige o milho, por exemplo."

Pensemos também na redução dos tratamentos culturais, como uma das características mais apreciáveis do Adlay."

Conforme a análise química do Instituto do Ministério de Agricultura apresenta o Adlay, entre outros fatores:

Substância gordurosa . . . . .	6,89%
Proteínas . . . . .	13,65
Amida . . . . .	3,00

e em outra análise:

Substância gordurosa . . . . .	5,40%
Proteínas . . . . .	12,40
Hidrocarbonados . . . . .	69,90

Continuando o agrônomo Carlos Pestano:

"A proteína é material que tem faltado em boa dose às forrageiras indígenas, de multiplicação e cultivo fáceis. Daí vemos com frequência, nas revistas de assuntos agro-pecuários a indicação de forragens exóticas, ricas daquele material, como a trigo, triguilho, farelo de trigo, aveia e até centeio para a composição de roças próprias para coelhos, galinhas, porcos, vacas leiteiras, cobras etc."

"Que significa isto? Que não temos outro sucedâneo para esse mesmo trigo, cuja cultura no Brasil não se pode fazer com a mesma difusão e pelo mesmo custo, registrados noutros países."

"Nosso vida econômica, em certos setores, está assim condicionada às vicissitudes de recursos forrageiros vindos do exterior, e portanto muito precária é nossa estabilidade política no concerto das nações."

"Conversando com o nosso colega Franklin Viçoso, pude ouvir-lhe a afirmativa de que o nosso problema zootécnico é, principalmente, **problema de forrageiras.**"

"A Revista "A Lavoura" de junho de 1949 publicou o artigo "Custo da Produção do Leite", do livro do inspetor de Produtos de origem animal, sr. José Assis Ribeiro, em cujo artigo cita, por exemplo: "Trato deficiente das pastagens"; Este critério leva os interessados na produção racional do leite, ao melhoramento das pastagens, única possibilidade de, aumentando o valor dos terrenos, aumentar-se o rendimento da gado."

"Quem pretender manter rebanho leiteiro em exploração racional tem que, antes de tudo, estar aparelhado para lhe fornecer alimentação adequada. E isto não se resume em simples aquisição de florestas, de tortos, etc. de escasso produção em nosso meio, razão dos seus elevados preços."

Em "Notas sobre o cereal Adlay" do Professor Paulo Parreiros Hartas, publicada na "A Lavoura" em fevereiro de 1948, encontramos informações de suma importância, pois elas foram tiradas de observações práticas em sua propriedade na Município de Barra do Pirai.

Dizem as observações, por exemplo, o seguinte: "Temos visto que os animais aceitam com a melhor boa disposição, quer os sementes picadas ou moldos, de Adlay, com ou sem casco, assim como se deliciam com sua parte vegetativa. Faz parte de nosso programa de 1948 aproveitar o variedade onã (uma produtora de sementes e a variedade comum (gigante) para ser usada, sobretudo, como forragem verde, dados as ótimas qualidades evidenciadas pela análise química do parte vegetativa." Apresentava a parte verde em Proteína real de 1,52 e na substância seca até 7,21%.

Referente a aceitação da parte seca, folhas e hastes do Adlay pelo gado leiteiro pede o sr. Damião Medeiros informar também as suas observações práticas.

Voltando ao fator da "O ADLAY NA ALIMENTAÇÃO HUMANA", responde este cereal de monelia integral e completa os seguintes quesitos, conforme destaca o agrônomo Ubirajara Pereira Barreto:

- a) valor biológica igual ao trigo,
- b) possibilidade de rápida produção em grande escala;
- c) valor econômico baixo, ao alcance da bolsa popular;
- d) forma de consumo mais popular, isto é, que possa ser consumido em grão inteiro, sem inconvenientes.

O Cereal Adlay, como alimento popular e barato, pode ser ingerido em grãos beneficiados, cozidos, em qualquer forma, como arroz e como mingau; assim proporcionará ao trabalhador um alimento sadio, barato e de facilíssimo preparo.

Na tabela de "Substâncias Nutritivas" encontramos o Adlay na seguinte posição:

	Valor biológica
Adlay . . . . . de 93,4 a	105,0
Trigo . . . . .	84,4
Milho . . . . .	91,2
Arroz . . . . .	88,3
Avela . . . . .	80,6

**PLANTACÃO E TRATO CULTURAL**

O Adlay é uma planta de todas as climas e de todas as altitudes; vai desde a litoral — quente, úmida e baixo, até as altitudes mais elevadas e frias — na Bahia até 1.500 metros sobre a mar.

Nos climas quentes e úmidos e de pouca altitude seu ciclovegetal se reduz o tal ponto que chega a produzir quase 3 vezes ao ano.

Quanto mais fértil for o solo, melhor o Adlay se desenvolverá; entretanto, sua cultura nas terras menos frescas, na época das chuvas, é igualmente recomendada.

Plantando uma vez, a duração da pé, na terra, vai além de 3 anos, com suas produções normais e econômicas. Este particular é muito importante, tendo-se em conta a custo da produção.

As despesas de preparo da terra e da plantação são efetuadas no 1.º ano, correm, portanto, por conta das colheitas de 3 anos, baixando consideravelmente a custo da unidade.

A semeadura deve ser feita em linha, facilitando mais tarde a capina mecânica. Os sulcos paralelos devem guardar a distância de 1 metro no mínimo, e as sementes duas a duas, são colocadas no sulco distantes de 80 cm a 1m. de uma cova a outra.

Nas terras mais fracas e nos climas mais secos, estas distâncias podem ser reduzidas, porém, nunca menos de 50x50 cm.

Plantando com o espaçamento de 1x1m, pode um hectare gastar 20.000 sementes ou sejam mais ou menos 1,6 a 2 kgs. de sementes, as sementes devem ser cobertas com 3 a 5 cm. de terra.

Também pode se realizar a plantação em covas, semelhante ao milho, feijão e outros cereais; deve se guardar sempre a espnça acima indicada.

A capina, em terras mais limpas, reduzem-se muitas vezes a uma só; nas terras menos limpas, necessitam-se de 3 a 4 capinas até que as plantas se tenham bem desenvolvidas.

Após a corte, rente ao chão, cobrem-se as touceiras com leve camada de terra, possibilitando, assim, melhor brotação para um novo ciclo de produção.

A folha cortada fica geralmente no terreno, impedindo a desenvolvimento da mata e evitando novas capinas na segunda vegetação. **Mais tarde terãa os folhas, já em decomposição, enterradas como odubo, recuperanda, desta forma o do mais econômica, as terras caçadas.**

**PRODUÇÃO E COLHEITA**

O rendimento por hectare constitui um índice de alto valor econômica; assim sendo, encontram-se colheitas que variam de 1.650 a 3.500 quilos por hectare, podendo tomar como base média em nossas terras 2.000 a 2.500 quilos em grãa, para uma colheita, ou seja por ano, com duas colheitas — 4.000 a 5.000 quilos por hectare.

Cortam-se as hastes a 1 metro abaixo dos cachos, desde que as sementes estejam devidamente secas.

Logo após cortam-se as touceiras rente ao chão, cobrindo-as com terra para melhor e futura brotação.

Os cachos ficam amontoados na terreiro, como arroz, ou na própria lavoura, e 2 o 3 dias após a corte ficarão batidos para desembaraçar as sementes; estas, depois bem secas, ficarão armazenadas.

**BENEFICIAMENTO DO GRÃO**

O beneficiamento do grão processa-se igual como a do arroz ou café em máquinas simples de descascar, e, até, no mais rudmentar sistema do antigo monjola.

Como forragem pode ser usado inteiro ou moído sem necessidade de separar a casca e a palha, conforme a aplicação a qual se destina.

Para a alimentação humana prepara-se o grão da Adlay como o arroz, obtendo um prato delicioso e nutritivo, rico em vitaminas.

**Escrevo o agricultor Reimar V. Schooffhousen de Santo Amaro-S. Paulo:** "O sabor assemelha-se com aveia. Para fazer pão, biscoitos ou bolos o grãa pode ser moído no moinho de fubá, e misturado com a farinha de trigo. Cada boa dona de casa aprenderá logo a usar a Adlay para fazer muitas pratos diferentes e gostosos."

Plantação e colheita são muito simples; quem sabe plantar milho ou arroz, pode plantar e colher o cereal Adlay.

As falhas saltas, verdes ou secas, servem para forragem.

Os restos das plantas voltam para as plantações, onde serão espalhadas entre as linhas como ADUBO, para recuperar as terras esgotadas ou cansadas, e prepará-las para novas culturas.

**R E S U M O**

Não existe outro cereal que reuna tantas vantagens. Serve para a alimentação humana e para forragem. Contém em média 16% de proteínas. Aproveitam-se os grãos e as folhas. Cultura simples e de alto rendimento. Em clima quente dá duas colheitas por ano.

O produtor pode beneficiar a Adlay, usando as grãos na alimentação da família e para forragem na própria fazenda.

E como final. **PLANTANDO DÁ! E dá muito!** Esta apreciação de um lavrador foi publicada em "A Lavoura" de maio-junho de 1948.

A humanidade tem fome e reclama alimentos, a máquina humana encontra-se enferrujado, seca e exausta, e ouvem-se os lamentações em todas as latitudes deste vasto mundo de misérias e desgraças.

Sómente sobre uma sólida Agricultura e Pecuária Nacional pode a nossa Indústria expandir livremente, contando com braços fortes, sadios e produtivos de trabalhadores.

A cultura do cereal ADLAY representa um dos fatores na solução do problema da alimentação humana, como também da melhoria da nossa Pecuária, referente à produção do leite, não somente neste Município de Barra Mansa, como em muitos outros centros do Brasil.



Página de  
**Barra Mansa - Volta Redonda**  
 Estado do Rio

**ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E AGRÍCOLA  
 DE BARRA MANSA**

Órgão defensor das classes produtoras e conservadoras do Município.  
 AV. DOMINGOS MARIANO, 195, sob. — TEL.: 114

**DAMIÃO MEDEIROS**

BARRA MANSA  
 RUA ANDRADE FIGUEIRA, 155  
 TEL.: 267

**Terrenos para Indústrias,  
 Chácaras e Sítios**

na Fazenda PONTE ALTA, com frente à Auto-Estrada Barra Mansa — Volta Redonda e Rio-São Paulo

Srs. Viajantes e Turistas:  
 TRÊS CASAS AS SUAS ORDENS:

**GRANDE HOTEL — Barra Mansa**

**GRANDE HOTEL ROYAL**

TEL.: 295

GUARATINGUETA' — TEL.: 392

**PARQUE HOTEL — Rio de Janeiro**

AV. MEM DE SA', 343 — TEL.: 32-4583

**LEITE MOÇA  
 LEITES EM PÓ:  
 LACTOGENO  
 NESTOGENO  
 ELEDON  
 PELARGON  
 NINHO**



PRODUTOS GARANTIDOS  
 PARA A ALIMENTAÇÃO  
 DE CRIANÇAS E  
 ADULTOS

**MOINHO FLUMINENSE S. A.**

**SECÇÃO MOINHO BARRA MANSA**

Est. Rio de Janeiro.

Caixa Postal n.º 10 — Tel.: 235 — J — 11.

Para as suas galinhas  
**RAÇÕES PRENSADAS**

**avevita**

**Indústria Brasil de Laticínios  
 J. BRUNO LTDA.**

Fábrica: BARRA MANSA  
 Estrelório: SAO PAULO  
 TEL.: 274 — AL. ED. PRADO, 781  
 Leite condensado e em pó — Manteiga e Creme.

**CASA CHIQUILIN**

MATERIAL ELÉTRICO  
**LEAL & IRMÃO**  
 BARRA MANSA

AV. JOAQUIM LEITE, 461 — TEL.: 21  
 Importadores — Atacadistas.

**SOC. TÉCNICA E INDUSTRIAL  
 ITACA Ltda.**

Artefatos de cimento: tubos, postes, caixas d'água, fossas, azulejos, ladrilhos.

BARRA MANSA  
 CAIXA POSTAL N. 14

**AREIA PARAIBA**

PARA CONSTRUÇÕES  
**CARVALHO & CARVALHO**  
 BARRA MANSA

AV. JOAQUIM LEITE, 430 — TEL.: 50  
 Porto de areia à margem do Rio Paraíba ao lado da Ponte.

**SEMENTES DO CEREAL "ADLAY"**

**VICENTE T. FERREIRA**  
 LAVIADOR

FAZENDA PONTE ALTA  
 BARRA MANSA  
 RUA ANDRADE FIGUEIRA, 155

**FERRAGENS BARRA MANSA LTDA.**

MATERIAL PARA LAVOURA  
 Produtos veterinários — Ferramentas  
 BARRA MANSA

AV. JOAQUIM LEITE, 454 — TEL.: 59

# NORMAS PARA COMBATER A RAIVA DOS BOVINOS

JORGE VAITSMAN

Médico-Veterinário

As autoridades sanitárias responsáveis pela defesa de nossos rebanhos vêm desenvolvendo intensa campanha para a eliminação da raiva, cuja incidência nos bovinos tem sido alarmante nos últimos tempos. Até alguns anos atrás, era apenas conhecida no Sul; atualmente existe no Centro e Nordeste e ameaça alastrar-se pelas outras zonas do país.

Em algumas regiões é doença ainda desconhecida ou rara e, para isso mesmo, vamos resumir os conhecimentos atuais sobre ela, a fim de que os criadores se alertem e fiquem prevenidos quanto aos aspectos principais do problema e possam cooperar, na defesa da economia nacional e também na de seus próprios interesses que serão atingidos, caso apareçam animais doentes em suas fazendas.

A raiva comum e mais conhecida é a do cão, que se torna "danado", quando doente. Nos bovinos, de sintomas, em geral são diferentes, pois é diferente, também o mecanismo de suas transmissão. Na raiva dos cães, existe fúria e exaltação; o animal torna-se agressivo, modifica seus hábitos e só na fase final da doença é que apresenta sinais de paralisia dos músculos da boca, impossibilitando a deglutição e a ingestão de água (daí o nome de hidrofobia); logo a seguir aparece uma paralisia do trazeiro e a morte sobrevém em poucas horas.

Os bovinos não têm esta forma de raiva, a não ser quando mordidos por raposas ou cães "danados". Embora possível, nos campos é muito raro que as cousas aconteçam desta maneira. Entre os bovinos, a raiva é transmitida pelo morecão hematófago, isto é, chupador de sangue, e a doença não apresenta os sinais de excitação e fúria tão comuns nos cães. A doença é conhecida pelos nomes de Paralisia dos Bovinos, Mal de Cadelras dos Bovinos (Santa Catarina e Mato Grosso, principalmente) e Raiva Desmodina ou Raiva Epizootica Herbívora. O nome da raiva é conservado porque o agente causador é o mesmo da moléstia do cão, embora os sintomas e o mecanismo de transmissão sejam diferentes.

Nos bovinos, a doença caracteriza-se por uma paralisia súbita do trazeiro, sem nenhum outro sinal ou sintoma anterior, nem mesmo a marca da mordedura do morecão. A paralisia é progressiva e atinge os músculos do coração e morrendo o animal repentinamente no 5.º ou 6.º dia.

Não há nenhum tratamento possível para esta doença, que, entretanto, pode ser evitada quando o animal é vacinado preventivamente com produto testado. A dosagem da vacina varia de 10 a 40 cm<sup>3</sup>, conforme se trata de bezerras, novilhas ou garrotes e adultos de grande porte. A dose, na

verdade, pouco influi. O que mais vale é o teste de segurança (teste de Habel), que a boa vacina deve apresentar, teste esse só feito, no Brasil, pelo que sabemos, nos produtos do Instituto de Biologia Animal.

A campanha contra a raiva, ora em execução pelo Ministério da Agricultura, só poderá ser bem sucedida se os criadores colaborarem decididamente com a Divisão de Defesa Sanitária Animal, observando, com todo o rigor, suas instruções, que, a seguir, resumimos:

1.º Toda morte de animal com paralisia do trazeiro deve ser comunicada à Inspeção Regional de Defesa Sanitária da região, que se encarregará de proceder a primeira vacinação do bando da fazenda;

2.º Seis meses depois, o criador deverá revacinar o gado e repetir essa vacinação, se necessário, até que sua zona fique saneada;

3.º O criador deve combater sistematicamente os moreços hematófagos. Os não hematófagos podem ser poupados;

4.º A classificação dos moreços não é difícil e os técnicos do Ministério da Agricultura se encarregarão de fazê-la e ensinar como distingui-los;

5.º O criador deve proteger as corujas, que são os inimigos naturais do morecão e, portanto, eficientes auxiliares no combate à raiva. As corujas caçam os moreços e os destroem. O gavião é outro inimigo natural dos moreços. Assim, nas zonas onde existe raiva o gavião também deve ser poupado;

6.º O criador deve descobrir os esconderijos dos moreços, geralmente nos ócos das árvores e nas tocas e fendas das rochas;

7.º Localizado o "caseiro" dos moreços, lampam-se suas saídas com um pano e queima-se enxofre na entrada principal. Na falta de enxofre é bastante uma simples fogueira, cuja fumaça tuteia os moreços e os mata; os que conseguem sair, caem no solo e podem ser facilmente eliminados por outros meios.

8.º Além dos moreços, as raposas também devem ser perseguidas, pois podem contrair e transmitir a raiva;

9.º O criador não deve esquecer de vacinar e revacinar com regularidade os cães da fazenda; e

10.º Deverá sacrificar todo animal atacado de raiva e queimar ou enterrar as carcaças, profundamente.

Como se verifica dos detalhes deste plano, a campanha contra a raiva, para ser eficiente, não pode dispensar a ajuda do criador, aos seus principais detalhes. Sua execução exigirá trabalho e

perseverança. Qualquer descuido ou excesso de confiança poderá ser fatal.

A luta contra o moreço é a parte essencial. Para descobrir suas tocas ou "caselros", criadores gaúchos estão amestrando cães, o que não é difícil de ser imitado em outros Estados. Tais cães devem estar vacinados e revacinados, tomando-se o cuidado de que apenas localizem os esconderijos, deixando aos homens o serviço de caça e morte. A toca do moreço hematófago é típica pelo cheiro e aspecto próprio das fezes dos animais que se alimentam com sangue; e um pouco de prática ensinará o criador a distingui-las das dos outros moreços que se alimentam de insetos e, portanto, não são prejudiciais aos bovinos ou qualquer outro animal do campo.

Em qualquer caso, porém, de diagnóstico de Raiva Bovina, o combate aos moreços deve ser total, a fim de evitar maior demora no saneamento da zona.

A proteção à coruja é outro detalhe importante que precisa ser integralmente atendido por todos que vivem no interior. A coruja é uma ave utilíssima, pois só se alimenta de ratos e moreços, livrando o criador destes dois temíveis inimigos.

Uma aproximação mais efetiva entre o criador e as Inspetorias Regionais de Defesa Sanitária Animal resultará em melhor êxito da campanha contra a raiva, ou de qualquer outra zoonose, que costuma surgir em nossos rebanho.

((Comunicado n.º 1 do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura — Janeiro de 1950).

## Noticiário da Escola de Horticultura 'Wenceslão Bello'

### CURSOS EM COLABORAÇÃO COM A F. G. V.

Tiveram início na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mais os seguintes Cursos Práticos, ministrados em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas:

- Curso Prático de Solos e Adubação
- Curso Prático de Enxertia
- Curso Prático de Contabilidade Agrícola
- Curso Prático de Cálculos e Medidas Agrárias
- Curso Prático de Hortas Domésticas
- Curso Prático de Organização de Pomares
- Curso Prático de Organização de Museus Zoológicos.

### CURSOS EM COLABORAÇÃO COM A U. R.

Em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, tiveram início na Escola de Horticultura Wenceslão Bello os Cursos Avulso de Horticultura e de Extensão de Fruticultura, que vêm sendo ministrados desde 1944, no referido educandário montido pela Sociedade Nacional de Agricultura.

### CLUBE AGRÍCOLA "MIGUEL CALMON"

Reiniciou suas atividades o Clube Agrícola Miguel Calmon, montido na Escola de Horticultura Wenceslão Bello pelos alunos do Cursos de Hortelão, Fruticultor e Floricultor.

### INTERNATO DA ESCOLA

Do mesmo lomo que nos anos anteriores, foi elevado o número de pedidos de matrícula nos Cursos de Floricultor, Hortelão e Fruticultor que funcionam sob regime de Internato na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, montido pelo Sociedade Nacional de Agricultura.

# Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA  
ANTICARBUNCULOSA

(CARBÚNCULO HEMÁTICO)  
(PNEUMOENTERITE)

CONTRA A DIARRÉIA DOS BEZERROS

Registros nos. 1, 2 e 167 respectivamente na D.D.S.A. do Ministério do Agricultura

**PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.**

RUA LICINIO CARDOSO, 91

Caixa Postal, 1420

Distribuidar exclusivo na Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo

**Cesar A. Cardoso**

Rua Uruguiano, 33-1º andar, — Caixa Postal 356 — Rio de Janeiro

# LAVRADORES



Com o uso dos produtos agrícolas "ELEKEIROZ" suas plantações se tornarão mais rendosas e estarão protegidas contra as pragas da lavoura

•  
Adubos Químico-Orgânicos  
"POLISU" e "JUPITER"

•  
**SUPERFOSFATO "ELEKEIROZ"**  
20 - 21% P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>  
INSETICIDAS e FUNGICIDAS  
a base de DDT BHC e outros

•  
**FUNGICIDA "JUPITER"**  
"O carrasco da saúva"

•  
**ARSENIATOS "JUPITER"**  
de Alumínio e Chumbo

•  
**DI-SULFURETO DE CARBONO "JUPITER"**  
(Para expurgos)

Fornecemos indicações para o emprego destes e de outros produtos de nossa fabricação.

**PRODUTOS QUÍMICOS "ELEKEIROZ" S. A.**  
Rua São Bento, 503 - Cx. Postal, 255 - S. Paulo



S. S. Public. E-66

# OS TRIGOS DO SUL DO BRASIL

Do nosso prezado e ilustre conselheiro, Sr. Jorge Polysô, recebemos a carta e o artigo que, com prazer reprodizimos:

"Ilmo. Sr. Luiz Marques Pollano, Secretário Geral da Eda. N. Agricultura Itio. — Prezado Sr. — Escrevo esta carta para lhe pedir 5 ou 6 números da "A LAVOURA", a fim de, com esta, visitar certos conhecidos, que desejo fazer entrar, como membros, na Sociedade, tendo já recebido as folhas para enchê-las.

Aproveito da ocasião para lhe comunicar que nos Estados Unidos da América do Norte, repararam que desde 1947, as azeitaduras do trigo "Frontana" são as que ofereceram a maior resistência à ferrugem "15th" a mais virulenta, bem como verificaram que todos os cruzamentos de Bagg obtidos pelo Dr. I. Heckman são também muito resistentes, quando centenas de variedades importadas de todas as partes do Mundo não resistiram. Vão fazer cruzamentos dos trigos saídos de Bagg.

A êste respeito, junto mais uma folha do histórico do trigo 142 e Polysô — P. G. I onde sublinhei o que, me parece, ter tido uma enorme influência sobre êsse bom resultado.

O Jornal, o "Estado de São Paulo", de 5-4-49 na secção: "Assuntos Agrícolas" publicou o texto de uma conferência feita em S. Paulo pelo Dr. I. Beckman onde se trata dos felizes resultados que êle obteve com o meu trigo.

Fiquei muito satisfeito em ver que trabalhei bastante para obtê-lo e que, pelo menos, deu um resultado certo.

Falta-me, agora, fazer algumas plantações com diversos solos, que, cultivados como secho ou devem ser preparados e adubados, também como êles precisam, a fim de obter, não 1 tonelada por hectare, mas pelo menos 1 T. 1/2 para no 2º ano obter 2 T. Na França em princípio dêste século já se obtiveram 3 toneladas e com trigos inferiores e em terras cultivadas desde centenas de anos e não vejo a razão pela qual, mesmo em terras consideradas como impróprias, não se obterá quantidade igual, mas trabalhando-as como precisa, e pondo à disposição da planta os elementos sua quantidade indispensável.

Os terrenos de campo que existem em tôda parte, produzindo barba de bode, em 10 anos deverão tornarem-se as melhores terras para grandes áreas de cultura de trigo, e então esse cereal ficará a um preço muito remunerador. E o que o Brasil tem de obter: Muito trigo, custo baixo, solos e armazens e transportes econômicos. Venho de expôr o meu plano, mas 70 anos de existência me tornarão mais difícil a realização, bem que não pareço ter mais de 60 anos.

Meço desculpa pela má redação.

Assino-me com estíma — J. Polysô.

A variedade que serviu de base às pesquisas seletivas que levaram 25 anos de persistentes experiências difíceis e estudos laboriosos, foi originária do Paraná. Essa variedade descoberta neste Estado custou sete anos seguidos em seleções naturais à pessoa que queria incentivar a cultura do trigo no Paraná, isso desde 1914, atingindo o resultado visado, somente em 1922 quando a variedade foi definitivamente fixada.

## IA. PARTE

O Dr. J. Polysô era possuidor de diversos lotes de terras na Colônia Nova Tirol — Município de Piraquara. Desde 1913 tinha resolvido interessar os colonos dessa zona e os de Piraquara no plantio da trigo.

Esses, de origem italiana ou polonesa conheciam a cultura dêsse cereal e gostaram da proposta. Assim, o Dr. J. Polysô animado pelo interesse manifestado pelos cultivadores, resolveu comprar, para semeá-lo, um trigo proveniente do Sul do País e, por isso, dirigiu-se ao prefeito de Quaporô, no Rio Grande do Sul, comprando em 1914 dois sacos da última colheita feita neste Município gaúcho.

Essas sementes foram distribuídas, na totalidade, à cerca de 50 colonos da Colônia Nova Tirol, de Piraquara e, depois, em Novo Transval, Muricy e até no Município de Morretes.

Tudo isso necessitou grande trabalho, muito tempo e despesas custeadas pelo pesquisador, que trabalhava por sua própria conta, sem ajuda nenhuma, nem mesmo oficial.

Todas as sementes provenientes dêste trigo foram atacadas pela ferrugem, isso em todos os pontos onde era cultivado. Mas, entretanto, durante o período vegetativo o Dr. J. Polysô verificou que, no meio dos trigos, ergulam-se, viçosos alguns poucos pés resistentes, livres de ferrugem (amarela). Marcou, conforme a técnica, com um barbante vermelho, em cada lote plantado, êsses pés diferentes, e, quando as espigas ficaram maduras, separou-as, uma por uma.

A totalidade dessa diminuta colheita atingiu o peso de 10 quilos de grão.

Com o auxílio de dez colonos experimentadores de Nova Tirol, o Dr. J. Polysô semeou êstes dez quilos, a saber, um a cargo de cada colono e em meses seguintes: fim de abril, de maio e de junho de 1915.

Os poucos pés, que nasceram mais fracos, foram arrancados, deixando-se sómente crescer os mais viçosos, cuja produção foi muito boa.

Dez espigas, era o mínimo em cada pé, algumas produziram até 45 espigas. O notável resultado, foi na época, condignamente registrado pela imprensa. Cada um dos cinco jornais diários de Curitiba então existentes, fizeram exposições de diversos pés inteiros; raízes, hastes e espigas. Da totalidade dos grãos colhidos, foram então selecionados os grãos mais pesados, numa solução de sulfato de cobre e depois, separados os maiores, por peneiras apropriadas, destinadas êsses grãos de elite, às próximas sementeiras de 1916.

Procedendo dessa forma, conseguiu-se nas Colônias Nova Tirol, Novo Transval, Piraquara, Muricy e outros lugares de clima mais quente, na Serra do Mar, uma colheita de cerca de 850 sacos, sejam mais de 50 toneladas de um trigo de peso por hectolitre de 79k — o qual, reduzido em farinha nos moinhos dos colonos deu um produto de primeira qualidade para panificação. A média das colheitas era de cerca de uma tonelada por hectare, e desde êsse tempo a maioria dos colonos, quasi não compra farinha de fora, aproveitando também o farelo.

Foram necessários sete anos para obter essa variedade que já estava fixada em 1922. Justamente um ano antes desta data, o Governo Federal cogitando de fomentar a cultura do trigo acabou de criar em Ponta Grossa a Estação Experimental de Cereais cujo diretor era o Dr. Hérnia de Barros Lima.

O Dr. J. Polysô resolveu mandar à estação recém-criada um saco de 60kg da última colheita feita em Nova Tirol e, motu próprio, despachou em fevereiro de 1922, de Piraquara, um saco dessa preciosa variedade.

Diversos colonos ofereceram vender sementes à mesma estação para distribuição pelo Governo Federal, mas o Dr. Hérnia Barros Lima declarou que a

verba sairia tarde de mais, para semeadura este ano. (carta de 15 de março de 1922). Terminou então o trabalho pessoal do Dr. J. Polysu. A 2a. parte tratará dos resultados obtidos na Estação Experimental do Trigo e nas colturas feitas no Paraná e em outros Estados

### 2a. Parte

O Dr. Paulo Leitão, Diretor da Estação Experimental do Trigo em Ponta Grossa, em 14 de novembro do mesmo ano, (1922), no Ofício n. 243 declarou que: Entre as 200 variedades nacionais e estrangeiras foi o trigo importado em fevereiro de 1922 que deu os melhores resultados, pedindo então, em 9 de janeiro de 1923 (Ofício n. 268) por compra aos colonos, 50 quartas as quais foram mandadas imediatamente.

Pelo Ofício n. 504 de 6 de abril de 1923, o Dr. Paulo Leitão, comunicou que essa variedade tinha sido registrada sobre o nome de TRIGO POLYSU com o n. 142 e que o fêz semear para experiências no Estado de São Paulo.

A colheita em 1924 atingiu, no campo experimental, a mais de cem sacas, grande parte foi distribuída pelo Ministério da Agricultura em diversos Estados.

O Ministério quis então, comprar aos colonos quatro toneladas, que o Dr. J. Polysu foi encarregado de adquirir dos produtores. Infelizmente até ao momento de semear, a verba do Ministério não chegou e o Dr. Polysu responsável perante os colonos foi obrigado a pagar, do seu bolso, aos produtores esse trigo, que logo depois, lhe ofereceu à título de presente nas Colônias dos arredores de Curitiba.

Assim, foi à própria custa do descobridor da variedade, que, esta mesma espalhou-se nos municípios vizinhos da Capital (São José, Araucária, Campo Largo, Palmeira, etc.).

Mais tarde, a estação experimental de Ponta Grossa fez novas linhagens de 142, que denominou: PONTA GROSSA n. 1, 2 e 3 que são a mesma variedade 142. Também outros batizaram esta mesma, com o nome da Serra onde tinha ela nascido, e onde está ainda cultivada hoje (MARUMBI). Assim, todas as variedades conhecidas sob os nomes de POLYSU — PONTA GROSSA n. 1, 2, 3 e MARUMBI são todas uma só variedade: o n. 142.

Fotografias demonstrativas nas págs. 6-7-8-10-11-20 e 21 da obra do saudoso Dr. GIL STEIN FERREIRA: O melhoramento do trigo) Ministério da Agricultura 1931.

Once o 142 não ficou misturado com os outros cereais, conservou-se puro e produz colheitas possuindo qualidades superiores sobre todos os pontos de vista, idênticas à variedade registrada em 1923.

O Dr. Hildebrando Correia, que ocupou o posto de Inspetor Agrícola Federal, declarou em 1925 que foram colhidos na Colônia Oriens 22 000 kg. de Polysu (142) que apresentou adaptabilidade notável em terras francas e arenosas, coisa desconhecida em outras variedades nacionais e estrangeiras, e, no jornal "A República", de 12 de novembro de 1928 declarou mais, que, só a constatação desse fato vale dezenas de contos de réis; muitos Países, diz ele, tem gasto, nem dez contos, nem cem contos, procurando essas qualidades excepcionais sem o ter conseguido satisfatoriamente, e, quais adiante dizia que, na Colônia Aronsa Pava uma faixa de trigo Barleta está delimitando entre duas terras de Marumbi, (142) que se mostra visoso e bem esbgado. A terra é a mesma e nenhuma das duas qualidades recebeu adubos.

Em nome mesmo ano foi experimentado na Colônia Novo Transval uma área de 2 500 metros quadrados na qual a colheita atingira 700 kg. de trigo n. 142, de peso hectolétrico de 79 kg. Esse rendimento corresponde a 2 800 kg. hectare. O que é uma extraordinária colheita.

Esses admiráveis resultados fazem lembrar o que tinha dito o grande Frederico II, Rei da Prússia, "E mais fútil a Humanidade que todos os políticos do mundo, aquele que faz crescer duas espigas de trigo, onde antes, apenas crescia uma".

### 3a. Parte

O competentíssimo geneticista DR. IWAN BECKMAN, Chefe de Serviço de Experimentação e Genética em Bagé (R. G. do Sul) soube reconhecer o valor dessa variedade que ele tinha escolhido, na estação do trigo de Ponta Grossa em 1923, para servir de base aos delicados estudos que pretendia proceder e, recentemente, na sua interessante publicação: CINCO ANOS DE COLABORAÇÃO EXPERIMENTAL EM TRIGO NO RIO GRANDE DO SUL, que mandou ao Dr. J. POLYSU, escreveu esta dedicatória: "Ao Ilustre engenheiro JORGE POLYSU, descobridor do famoso trigo Polysu, base primordial das pesquisas seletivas em trigo, registradas no Brasil nos últimos 25 anos, transmite o autor, as suas vivas felicitações e cordiais saudações".

Bagé, 31-1-49 (a.) IWAN BECKMAN

As variedades "Rio Negro" e "Frontana" são trigos superiores sob todos os pontos de vista. O trigo "Rio Negro" é do tipo tardio, ciclo vegetativo decorado, apropriado para o Sul do Brasil, Uruguai e Argentina, o trigo "Frontana", pelo contrário revela-se uma variedade cosmopolita adaptando-se às mais variadas zonas ecológicas.

O Dr. Gustavo Fischer competentíssimo agrônomo uruguaio provou suas perfeitas adaptações em plantações experimentais (1 em Minas; 1 em S. Catarina; 2 no Paraná; 2 em São Paulo; 3 no Uruguai; 3 no Chile; 5 na Argentina e 7 no Rio Grande do Sul).

Para panificação, o Rio Negro e o Frontana rivalizam com o Fronteira que, até hoje, é o trigo nacional do mais alto valor industrial.

Outro fato de grande importância: o peso hectolétrico do Frontana é superior ao do Fronteira, alcançando 82 quilos, o que corresponde a um momento de eira de quatro cruzeiros por saco, o que representa milhões de cruzeiros nos milhões de sacos produzidos.

O Rio Negro e o Frontana resistem à ferrugem amarela a melhor que qualquer outro, à barda e à preta. Uma valiosa qualidade do Frontana é de se distinguir por uma extraordinária resistência à prejuízo causados por passarilhos. Essa enorme vantagem se prende a uma firme construção da espiga, a qual é de debolhar algo difícil. Essa resistência, quase absoluta reveste-se de importância capital que afeta todas as variedades precoces.

A maturação do Frontana, quando semeado em junho se registra em novembro. Assim, torna-se possível aproveitar a terra colhida por imediatas plantações de milho ou de feijão contendo, dessa forma, duas colheitas no mesmo terreno em um ano.

Um adiantado agricultor de Bagé em 1945 colheu na mesma terra, dentro de um único ano: trinta e três sacos de trigo por hectare e depois trinta sacos de milho. Esses rendimentos de uma terra, sem adubação, no prazo de um ano só, é, realmente algo de grande valor.

Convém mais uma vez, insistir sobre esse fato importante: que essa insignificante colheita de dez quilos de grãos selecionados colhidos em terreno onde haviam sido semeados 120 quilos de trigo, foram a origem de uma das variedades que serviu de base primordial às pesquisas seletivas procedidas depois no Brasil durante 25 anos pelo Dr. IWAN BECKMAN em Bagé e no Uruguai pelo Dr. Alberto Hoerger e será o caso de aplicar a estes cientistas as palavras já citadas, preferidas por Frederico o Grande, em favor de quem faz crescer duas espigas de trigo, onde antes, apenas crescia uma.

# Esquema da Técnica de Planejamento

SEVERINO SOMBRA

(Diretor Executivo da Associação Brasileira de Planejamento)

## A) FASES DO PLENEIAMENTO:

- 1 — Definição da Problema:
  - a) Exame da situação
  - b) Designação dos objetivos.
- 2 — Pesquisa:
  - a) Esclarecimento do problema
  - b) Revisão dos objetivos.
- 3 — Plano:
  - a) Integração das conclusões da Pesquisa em um todo orgânico e coerente.
- 4 — Programa:
  - a) Ordenação na execução do Plano.
- 5 — Aprovação:
  - a) Apresentação do Plano e Programa à aprovação do órgão ou autoridade responsável (Congresso, no caso de planos nacionais).
- 6 — Execução:
  - a) Execução do Plano pelos órgãos executivos apropriados, de acordo com o Programa e as possíveis alterações introduzidas na Aprovação.
- 7 — Aprovação:
  - a) Reexame periódico do Plano e do Programa, particularmente importante no caso de longa duração, para adaptá-lo às possíveis mudanças na situação.

## B) CARACTERÍSTICA DO PLANEJAMENTO:

- 1 — Quanto ao Objetivo:
  - a) Definição clara e precisa
  - b) Correspondência no meio ecológico e social
  - c) Aprovação inicial dos órgãos responsáveis.
- 2 — Quanto à Pesquisa:
  - a) Delimitação segura
  - b) Organização racional
  - c) Interpretação científica
  - d) Atualização periódica.
- 3 — Quanto ao Plano:
  - a) Concepção simples
  - b) Conjunto flexível
  - c) Dimensão proporcionada
  - d) Adoção de elementos padronizados
  - e) Reexame periódico.
- 4 — Quanto ao Programa:
  - a) Início oportuno
  - b) Ritmo correspondente às dimensões e nos meios
  - c) Conclusão completa.
- 5 — Quanto à Execução:
  - a) Direção escalonada
  - b) Administração capaz
  - c) Autonomia suficiente.

## C — CONDIÇÕES DO PLANEJAMENTO:

- 1 — Aceitável politicamente
- 2 — Executável tecnicamente
- 3 — Viável economicamente.

## D — LIMITAÇÕES DO PLANEJAMENTO:

- 1 — Oportunidade
- 2 — Possibilidade técnica
- 3 — Possibilidade financeira.
- 4 — Aceitação pela opinião pública, no caso de planos de interesse coletivo, a depender de:
  - a) nível intelectual do meio
  - b) preparo da opinião
  - c) ação de oposições.
- 5 — Organização política, a influir na adoção e execução do Plano, quando de interesse coletivo, em função de:
  - a) sua forma
  - b) condições político-partidárias
  - c) posição do organismo planejador
  - d) funcionamento burocrático.

## E — PRINCÍPIOS DO PLANEJAMENTO:

- 1 — Princípio da previsão
- 2 — Princípio da finalidade social
- 3 — Princípio da subordinação política
- 4 — Princípio da seleção
- 5 — Princípio da adaptação
- 6 — Princípio da correlação e interdependência.
- 7 — Princípio da proporcionalidade
- 8 — Princípio da centralização e descentralização.
- 9 — Princípio da revisão
- 10 — Princípio da prioridade.

## F — MODALIDADES DO PLANEJAMENTO:

- 1 — Operacional: planejamento de trabalhos a serem realizados.
- 2 — Estrutural: planejamento de organizações a serem criadas.
- 3 — Funcional: planejamento de administrações a serem estabelecidas.

## G — TIPOS DE PLANEJAMENTO:

- 1 — Físico -- tendo por objetivos os recursos naturais, a paisagem, o meio físico e a localização geográfica.
- 2 — Econômica -- tendo por objetivos a criação, o desenvolvimento, a organização, a coordenação e o controle de atividades econômicas.

- 3 — Social — tendo por objetivos a defesa e o melhoramento das condições de saúde e bem-estar social.
- 4 — Cultural — tendo por objetivos a alfabetização geral, facilidades educativas, desenvolvimento da pesquisa, estímulo às ciências e artes e cooperação internacional.
- 5 — De área — (local, urbano, municipal, estadual, regional), que combina os 4 tipos anteriores, com o objetivo do desenvolvimento das condições de vida na área em questão.

- 13 — Durval de Magalhães Coelho
- 14 — Carlos Alberto Nóbrega da Cunha
- 15 — Artur Hehl Nelva
- 16 — David Fernandes Lima
- 17 — Rômulo Cabral Sombra
- 20 — Benito Derizans
- 20 — Bento Derizans
- 21 — Gil Amorim
- 22 — Aluizio Pinheiro Ferreira
- 23 — César Cantanhede
- 24 — Alvaro Porto Molitinho
- 25 — José Oliveira Reis
- 26 — Raul Bopp
- 27 — Mário Brandão
- 28 — Antônio Cunha Balma
- 29 — Benjamin Soares Cabello
- 30 — João Gilberto Ferreira de Souza

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO**

**Conselho Diretor:**

- Edmundo de Macedo Soares e Silva
- 2 — Anápio Gomes
- 3 — Fernando Lobo
- 4 — Valentim Bouças
- 5 — Rafael Xavier
- 6 — Luiz Dodsworth Martins
- 7 — Severino Sombra de Nascimento
- 8 — Joaquim Moreira de Souza
- 9 — Cristóvão Leite de Castro
- 10 — Jorge Zarur
- 11 — Antônio Dias Macedo
- 12 — Bernardino de Matos

**Comissão Executiva:**

- 1 — Edmundo de Macedo Soares e Silva
- 2 — Anápio Gomes
- 3 — Valentim Bouças
- 4 — Rafael Xavier
- 5 — Severino Sombra de Albuquerque
- 6 — Joaquim Moreira de Souza
- 7 — Cesar Cantanhede

**Diretor Executivo:**

Severino Sombra de Albuquerque



ADUBO NATURAL  
DE RENOME  
MUNDIAL

**Mãos**

que espalham  
**SALITRE DO CHILE**  
não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, trator e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compenso fortemente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforço a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

**SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE**  
Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:  
**ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRICOLAS**

RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO — AV. GRAÇA ARANHA, 226-2º and.  
— RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DOMUNT, 227 — BELO HORIZONTE

# Relatório das atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, durante o ano de 1949

Prof. GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Diretor da C. A.

O Clube Agrícola Miguel Calmon, registrada S. I. A., sob o número 1.098, constituído pelos alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bella", seguiu o programa que se propôs realizar, trabalhou ativamente durante o ano de 1949.

Entre outras atividades, conseguiu a Clube Agrícola Miguel Calmon:

- a) manter uma horta com 50 canteiros nos quais foram plantados: alface, chicória, acelga, pimentão, repolho, couve, salsa, cenoura, nabo, rabonete, beterraba, etc.;
- b) manter um viveiro com as seguintes mudas de árvores frutíferas: cajueiros, mangueiras, fruta de conde, abricó, jaqueiras, sapotizelos, ameixeiros, abacateiros, etc.;
- c) realizar competições esportivas entre os alunos, especialmente durante a semana comemorativa do aniversário da escola;
- d) manter um aviário com trinta e sete cabeças;
- e) promover solenidades cívicas nas datas nacionais;
- f) comemorar as datas do aniversário da Escola e da Sociedade Nacional de Agricultura;
- g) promover uma série de solenidades comemorativas do dia da árvore, inclusive o tradicional plantio de um árvore;
- h) ampliar a sua biblioteca;
- i) aumentar a seu estoque de ferramentas;
- j) promover uma série de palestras educativas sobre os mais variados assuntos;
- k) distribuir a outros Clubes Agrícolas, oito mil mudas de hortaliças,
  - l) prestar assistência técnica a outros Clubes Agrícolas, inclusive orientar a criação do Clube Agrícola Cande de Agrolongo, na Penha;
- m) colaborar na realização da Segunda Semana da Horta;
- n) instituir prêmios para os melhores alunos da Escola, constando de livros e ferramentas hortícolas;
- o) manter o jornal "O Horticultor";
- p) colaborar com a direção da Escola em tudo quanto se fez necessária a sua atuação;
- q) reunir-se, mensalmente, em assembléia geral, para deliberar sobre o programa de suas atividades.

Releva salientar que, para a desenvolvimento de tão úteis e apertadas realizações, contou sempre o Clube Agrícola Miguel Calmon com a colaboração:

- a) do Diretor da Escola, Dr. Antônio de Arruda Câmara, que, sempre amigo do Clube, ajudou-o não só materialmente, como também, prestando-lhe assistência técnica e apolondo, estimulando e colaborando ativamente para que ele pudesse levar a bom termo o programa que se propôs realizar, inclusive chamando-o a colaborar com a di-

reção da Escola em todas as empreendimentos em que ele pudesse tomar parte;

- b) dos professores e assistentes da Escola, sempre prontos a ajudarem ao Clube Agrícola em todas as suas realizações, não só auxiliando-o materialmente, realizando palestras, orientando-o, etc.;
- c) do Diretor e funcionários do Serviço de Informação Agrícola, sempre dispostos a auxiliá-lo, quer fornecendo-lhe recursos de trabalho (adubos, ferramentas, inseticidas, sementes, etc.) quer prestando-lhe assistência técnica e apoio;
- d) do secretário da Escola, horticultor Agrícola Castello Borges que, sempre solícito, colaborou para que a "O Horticultor" pudesse ser publicada com regularidade;
- e) da Fundação Getúlio Vargas, que forneceu recursos materiais para a manutenção do jornal (estencil e tinta para o mimeógrafo).

Entre outras, promoveu o Clube Agrícola Miguel Calmon, as seguintes palestras, durante o ano de 1949:

- a) Problemas fundamentais da educação rural brasileira, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- b) Escolha de uma propriedade agrícola, pelo Eng. Agrônomo Arthur Natividade Soabra;
- c) A organização da Classe rural, pelo Prof. Antonio de Arruda Câmara;
- d) Higiene das habitações rurais, pelo Prof. J. M. Barthola;
- e) O problema da saúde no Brasil, pelo Eng. agrônomo Jalmiréz Guimarães Gomes;
- f) As atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- g) Importância da contabilidade nas propriedades rurais, pelo prof. Pedro Goulart da Silveira Filho;
- h) O papel do pau Brasil na nossa história, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- i) Alguns vultos da história do Brasil, pelo prof. Subael Magalhães da Silva;
- j) A figura de Tiradentes, pelo prof. Subael Magalhães da Silva;
- k) O significado do Dia da Árvore, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- l) A proteção à natureza, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- m) Importância dos Clubes Agrícolas Escalares, pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- n) Objetivo dos Clubes Agrícolas, pelo prof. Raberval Cardoso.

Entre os concursos promovidos pelo Clube Agrícola em 1949, podemos destacar:

- a) Concurso sobre "a importância da árvore" promovida pelos professores Antonio de Arruda Câmara e Geraldo Goulart da Silveira;

- b) concursos sôbre "o aniversário do Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", promovido pela professora Julieta Coponemo.

Por ocasião da realização do Segunda Semono do Hortelão, o Clube Agrícola "Miguel Colmon" teve a oportunidade de colaborar com a Escola em todos os setores de atividades, tendo sido honrado com a inclusão de seu presidente, aluno Antonio Alboni, no Comissão de Bem Estor.

Durante o realização da Segunda Semono da Hortelão, teve a Clube Agrícola "Miguel Colmon" a oportunidade de homenagear o Serviço de Informação Agrícola do Ministério do Agricultura, na pessoa do Dr. William Simão, chefe da Seção dos Clubes Agrícolas Escalares, que, especialmente convidado, presidiu o sessão solene do Clube que cantou com a presença do Diretor da Escola, do Técnica de Educação Rural Dr. Roberval Cardoso, do Eng. Agrônomo Arthur Norividade Seabra, do prof. Pedro Goulart da Silveira Filho, do Eng. Agrônomo Amoury Silveira, do horticultor Agrícola Costello Borges e tantos outros amigos.

Entre outros prêmios distribuidas pelo Clube Agrícola "Miguel Colmon" podemos destacar:

- a) dez prêmios em dinheiro, instituidos com o auxílio do Diretor, dos professores e das assistentes do Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", distribuidos aos vencedores das competições esportivas;
- b) cinquenta prêmios em livros agrícolas distribuidas a todos os alunos no dia do aniversário da Escola;
- c) prêmio "Adriano Dantos" dada ao Semonista Diomantino Augusta Rodrigues, lavrador no Distrito Federal;
- d) prêmios "Ministra Doniel de Carvalho", "Prof. Arthur Tarres Filho", "Dr. Maria Viçena", distribuidos aos melhores alunos no dia do colação de grau da turma de 1949;
- e) prêmio "Prof. Antonio de Arrudo Cómora" instituido pelos professores Geroldo Goulart da Silveira e Jolmirez Guimorães Gomes.

Durante o ano de 1949 foram publicados 9 números da jornal "O Horticultor" que é o documento informativo do Escola de Horticultura "Wencesláo Bello" e do Clube Agrícola "Miguel Colmon".

No sessão solene presidido pelo Dr. William Simão, foi:

- a) organizado um mostruário dos troféus obtidas pelo Clube Agrícola;
- b) uma exposição de gêneros produzidos pelo Clube Agrícola.

Relevo salientar que todo a produção do Clube Agrícola "Miguel Colmon" constante de aves, ovos e hortaliças é consumida pelos próprias alunos, não havendo, portanto, renda da produção.

Conforme se verifica, não foram poucas as atividades do Clube Agrícola "Miguel Colmon" durante o ano de 1949.

Oxalá, não nos falem jamais a estímulo, o apoio e a colaboração dos bons amigos que nos vêm ajudando, poro que a Clube Agrícola "Miguel Colmon" possa levar avante o seu grandioso programa de trabalho.

O exemplo do Escola de Horticulturo "Wencesláo Bello" é um estímulo poro que o Clube Agrícola "Miguel Colmon", fiel à tradição da Escola, realize, sem alarde, um grandioso obra educativa.

# CRIADORES

**Prefiram as produtos veterinários RAUL LEITE. São todas de eficiência comprovada e segurança absoluta.**



**VACINAS, TÔNICOS, VERMIFUGOS. PRODUTOS PARA TÔDAS AS DOENÇAS E PARA TÔDAS AS ESPÉCIES ANIMAIS**



**Na febre Ataxa — KUROS E COLÓIDO-CÁLCIO.**

**Para banheiros carrapaticidas — GAVIÃO.**

**Nas bicheiras e bernas — CRESOS.**

**Nas verminoses — FENOTIAZINA — FENOLFTALEINA.**

**Nas frieiras — FRIEIROL.**

**Nas intoxicações — VITOS.**



**Peçam folhetas e preços aos representantes nos Estados ou aos**

Laboratorios

**Raul Leite S. A.**

**RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130**

**RIO DE JANEIRO**

# Relatório do Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de S. Paulo Sr. Iris Meinberg, relativo ao exercício de 1949

1. A Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo congrega atualmente 97 associações rurais e cooperativas agrícolas, sediadas no interior do Estado paulista. Este número tende a crescer em qualidade e quantidade no corrente ano, em virtude da atuação eficiente e profícua daquela entidade em benefício dos produtores rurais.

2. Os próprios dirigentes da FARESP estão empenhados na elevação do número de filiados, e estão certos de que conseguirão seu objetivo, em virtude do ambiente favorável que encontram entre os legítimos representantes dos setores produtores agrícolas.

3. Estes hoje mais esclarecidos e orientados do que ontem vêm no associativismo da sua classe o caminho certo não só para a defesa dos seus interesses e direitos como para a obtenção dos meios necessários à melhoria da sua produção e do seu aconômio individual e coletivo, através da assistência técnica e financeira.

4. O acervo de realizações e de serviços prestados pela Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo aos ruralistas paulistas é grande, especialmente se considerarmos sua pequena existência. A entidade que representa a pecuária e a lavoura paulista, foi fundada em 1946, estando completando agora seu quinto ano de idade.

5. O associativismo rural no Estado de São Paulo está alcançando neste momento um dos seus pontos altos, e por isto as suas possibilidades são grandes e animadoras, com reflexo direto na projeção que ganha a seu órgão, federativa no cenário econômico nacional.

6. Em janeiro do corrente ano, com a presença de representantes delegadas das entidades filiadas, realizou-se a Assembleia Geral da Faresp para prestação de contas da diretoria e aprovação do relatório da Presidente, referentes ao exercício social do ano de 1949.

7. Por este relatório podemos ter uma ideia das atividades desenvolvidas por aquela entidade durante o ano de 1949 e do quanto ela realizou pelo agricultor.

8. O confronto das relatorias da presidência, apresentado, religiosamente, todas as anos para conhecimento e debate por parte dos delegadas das entidades filiadas, mostra que a atividade da FARESP tem crescido de ano para ano, em profundidade e em extensão.

9. Paralelamente à exposição dos principais acontecimentos, feita nos relatórios, nota-se a preocupação inteligente de aliar a imprimeção o pensamento político-econômico da classe. Ele é, desta forma, a definição do pensamento e da orientação dos dirigentes da Faresp.

10. Esta franqueza de pensamento e de atitudes, característica dos responsáveis pela direção da

classe rural paulista lhes tem permitido consolidar a posição e a prestígio da FARESP entre os agricultores, outras órgãos de classe e entre as autoridades oficiais de âmbito estadual e federal.

11. É interessante lembrar que a Faresp formou-se pela congregação de elementos pecuaristas, razão natural que levou a entidade a estender inicialmente suas atividades em torno das reivindicações da pecuária do Brasil Central. Agora, entretanto, as forças da produção agrícola representadas na Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo exprimem a pensamento e as atividades das diferentes setas da produção rural, desde a café e a carne até a chá e as cereais.

12. Cada um dos setores da produção agrícola não só possui os seus representantes na diretoria da Faresp, como contam com a seu Departamento Especializado, onde técnicos e assessores prestam colaboração na solução dos inúmeros problemas que diariamente afluem a entidade federativa pela voz das suas filiadas.

13. Nenhuma decisão ou atitude é tomada pela Faresp sem que as elementos do interior, isto é, as Associações Rurais e Cooperativas Agrícolas sejam ouvidos. Este é um princípio consagrada e respeitado pelas diretorias que se têm sucedido á frente dos destinos da FARESP.

14. O destaque de alguns itens do relatório da presidência mostrará com facilidade esta afirmativa. As atitudes e os reivindicações pleiteadas por aquele órgão de classe, as suas manifestações, revelam o pensamento do produtor rural, e em todos os setores da produção agrícola, sentimos sua atuação política, econômica, financeira e técnica.

15. Da relatoria, queremos destacar, pela sua significação e pela sua importância, as reuniões realizadas no interior do Estado sob o patrocínio da FARESP para discussão e debate dos problemas ligados á agricultura e á pecuária, que mostram a preocupação existente, de serem sentidos de perto os anseios e as necessidades do lavrador e da pecuarista. Estas reuniões congregam sempre técnicos e autoridades oficiais, interessadas também neste contacto direto com os problemas e dificuldades do agricultor, e, em levar-lhes o resultado de seus trabalhos de pesquisa e experimentação.

Estes técnicos e os elementos da fomento agrícola (agromonos regionais), procuram estar presente ás reuniões realizados no interior pela FARESP, buscando juntos uma cooperação, porque sabem ser esta a maneira mais eficiente e útil de trabalhar em benefício da reerguimento e da melhoria da produção agrícola do Estado, e portanto, da economia nacional. Entre estas reuniões e concentrações efetuadas no decurso do ano de 1949, citamos as de São João da Boa Vista, de Presidente Prudente, Cruzeiro, Vargem Grande da Sul, Santa Rita do Passa Quatro, Pereiras, Capão Bonito, Tatui, Araraquara, Jundiaí, e muitas outras.

16. Entre os movimentos e realizações da Faresp no ano de 1949, não podemos deixar de mencionar a sua atuação e o seu destaque junto à Conferência de Aroxá, onde lhe cabeu representação eminente na Comissão Central do Conselho e nos debates e apresentação de sugestões nas Comissões Técnicas.

17. Vejamos algumas realizações da Faresp em benefício dos cafeicultores e da economia do café.

Lutou pelo desaparecimento do acervo fantasma do DNC., constantemente a omeação a estabilidade da situação estatística do produto e, em consequência, a política da livre oferta e procura. Manifestou-se pela necessidade de uma propaganda contínua junto aos mercados consumidores, para assegurar a rubricada uma posição capaz de permitir a sua expansão e a sua estabilidade. O diretor do seu Departamento de Café foi enviado em viagem de estudos aos mercados consumidores da América do Norte e do velho continente Europeu, afim de obter informações pessoais sobre a situação dos mercados para conhecimento dos órgãos de classe e dos produtores. Por outro lado, a presença do representante dos cafeicultores paulistas nos mercados consumidores, permitiu que fossem levados esclarecimentos sobre a real situação de nossa lavoura e mercado cafeeiro.

18. A Faresp teve especial atuação no movimento efetuado pelas entidades de classe para obtenção do financiamento do café por três safras, elaborando para tanto um anteprojeto de lei, que foi enviado ao Congresso Nacional, batendo-se pela necessidade deste financiamento ser estabelecido em caráter permanente.

19. Paralelamente ao financiamento dos entressafras, foi pleiteado a elevação dos bases do financiamento do produto, tendo-se em visto os novos preços a que foi o mesmo conduzido, obtendo-se desta forma, um reajustamento de preços em benefício não só do produtor como da economia nacional.

20. Quanto ao setor de pecuario de corte a atuação da Faresp não deixou de ser menos eficiente. O princípio de estímulo a justa recompensa aos esforços do criador como elemento básica na solução de nossos problemas de produção de carne continuou a constituir base principal das reivindicações pleiteadas pela Faresp durante o ano de 1949.

21. Existindo um desajuste entre o preço da carne pago pelo consumidor e o custo de produção do bezerro, necessário se fez um reajustamento do preço. Respeitando os sagrados e legítimos interesses do produtor, iniciou em fins de 1948 a Faresp, uma representação junta ao Governo Federal, para pleitear medidas necessárias ao seu objetivo.

22. Em fevereiro de 1949, após um trabalho intenso de justificação perante as esferas federais, alcançaram os pecuaristas uma solução satisfatória para o prosseguimento de suas atividades, obtendo do governo do União a portaria 135, que elevou o preço da carne no tendol.

23. Possuindo inumeros filiadas diretamente interessadas no problema da produção do leite, não poderia deixar a Faresp de dedicar uma atenção especial a todos os aspectos da atividade leiteira no Estado. As entidades do Vale do Paraíba, filiadas à Faresp, representam um grande e consideravel parcela de fornecedores de leite para o Capital paulista e para a Distrito Federal.

24. Tendo como base as conclusões da Concentração de Guaratinguetá, onde milhares de produtores de leite se reuniram para debater a situação de suas atividades, a FARLSP elaborou um memorio a ser encaminhado ao Excelentissimo Senhor Presidente da Republica, onde foi exposta em detalhes a dificuldade da produção leiteira do Estado, em virtude dos preços pagos ao produtor de leite.

25. O justo resultado alcançado pelo Federação das Associações Rurais, através do camponha de leite, deu-lhe acasião para crescer o seu prestigio entre a numeroso classe dos produtores de leite, trazendo definitivamente para as suas fileiras os seus expressivos representantes e lideres.

26. Paralelamente ao aumento de preço do leite pleiteado pela FARESP, troçou a entidade em colaboração com os técnicos afícios e associações rurais, um plano de melhoria da produção de leite. O aumento do preço atendia a uma situação temporario. Era necessaria troçar as linhas de um conduto para o futuro, em definitivo, que assegurasse a melhoria e a barateamento do produto em benefícios ogoro, não só do produtor como do consumidor. Higienização do produto, transporte melhor, assistência técnico e financeiro, melhores reprodutores e vacas, maior rendimento, e outros medidas necessários á melhoria do leite.

27. Dando cumprimento ao que dispõe o artigo 2º, letra "I", dos seus Estatutos Sociais, a Faresp deu prosseguimento ao seu programa de assistência economica ás suas filiadas e associados, importando e distribuindo mercadorias (arame, tratadores, pipes, adubos, etc.), por preço e condições especiais.

28. Esta programação por parte do FARESP, tem permitida ao agricultor, obter com grande vantagem os elementos tão escassos de que necessitam, para melhorar e baratear a sua produção.

29. Visando tornar uma realidade para a meio rural as vantagens dos Serviços Sociais e as normas trabalhistas de nossa Consolidação, os dirigentes da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paula, têm debatido continuamente a assunta, procurando evitar a êxodo da mão de obra rural para os centros urbanos, onde existem vantagens e regalias que o trabalhador rural não possui. É preciso criar melhores condições de vida para o trabalhador rural e sua familia, afim de que passamos, não só retêlos ao campo, como canturmos com uma mão de obra valorizada e eficiente.

30. Durante os trabalhos da Conferência de Aroxá, os delegados da Faresp, apresentaram e defenderam, intransigentemente, a necessidade da criação dos **Serviços Sociais Rurais**.

31. Os projetos de lei, criando a Serviço Social da Lavoura, apresentado ao Congresso Nacional, mereceu minucioso estudo por parte do diretoria da Faresp, tendo esta, em princípios do ano de 1949, organizado um Departamento Social Rural, congregando elementos interessados no assunta. Postos de Assistência estão sendo fundados nas zonas rurais, onde a entidade conta com a auxilio dos suas filiadas.

32. O relatório do presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paula, sr. Iris Meinberg, abordou ainda, com criterio e orientação, outros setores da produção agricola, outros problemas rurais de ordem técnica, social, economica e financeira, que em outra numero analizaremos.

# PROVEITOSO O AMPARO DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL À LAVOURA CANAVIEIRA

*Atuação das Estações Experimentais de Cana — Desenvolvimento das Associações de Classe dos Fornecedores — Financiamentos para a defesa das lavouras — Aumento o volume das canas entregues pelos fornecedores.*

Empenhado em elevar os níveis da produção canavieira no País, tem o Instituto do Açúcar e do Alcool realizado um esforço continuado, no sentido de melhorar as condições da lavoura de cana nas diversas regiões produtoras. Assim em 1949, animada pelos excelentes resultados colhidos através da atuação das Estações Experimentais de Campos e Curado, procurou a autarquia açucareira apressar a fundação de outras do mesmo tipo nos demais Estados canavieiros.

Nos termos dos acórdos assinados com os Governos de Minas Gerais e da Bahia, foram criadas as Estações Experimentais desses dois Estados. O Instituto do Açúcar e do Alcool contribui com 150 mil cruzeiros anualmente para a manutenção de cada estabelecimento, além de haver doado 200 mil cruzeiros para as despesas iniciais da respectiva instalação. Também com o Governo de Minas Gerais foram ultimados entendimentos para a instalação de um Campo de Mudas, em Visconde do Rio Branco, no centro da principal zona canavieira estadual e onde se tem feito sentir bastante a falta de canas-planta, tão necessárias à expansão das lavouras.

Ainda em 1949 renovou o Instituto do Açúcar e do Alcool o acôrdo assinado, em 1944, com os Governos da União e do Estado de Pernambuco, a Cooperativa dos Usineiros e o órgão de classe dos fornecedores de cana, visando ampliar os trabalhos de investigação agrônômica e de assistência à lavoura canavieira. Um acôrdo da mesma natureza foi assinado com o Governo do Estado de São Paulo e a Associação dos Usineiros desse Estado, tendo como objetivo dar maior amplitude aos trabalhos de assistência à lavoura canavieira paulista a cargo da Estação Experimental de Cana de Piracicaba.

A instalação das Estações Experimentais de Cana dos Estados de Alagoas e de

Sergipe será completada tão pronto os respectivos governos adotem as providências necessárias, uma vez que a parte que cabe ao Instituto do Açúcar e do Alcool se acha devidamente preenchida.

Para melhor compreender a significação dessas Estações Experimentais no quadro da lavoura canavieira, é oportuno transcrever alguns dados relativos às de Curado e de Campos. A primeira dispõe de Seções de Química, Genética, Biologia, Entomologia e Agricultura. Foram por elas fornecidas, em 1948, cerca de 800 mil quilos de sementes e 28 rebolos. Para moagem a Estação entregou mais de quatro milhões de quilos de canas de diversas variedades, cultivadas e selecionadas nos campos próprios do estabelecimento. A área dedicada à cultura da cana nos campos da estação foi aumentada de cerca de 1.330 metros quadrados. É preciso ter presente, no entanto, que a assistência da Estação Experimental de Cana de Curado à economia pernambucana não se limita à prestação de serviços materiais, de natureza técnica propriamente dita, mas, sobretudo, cuida de assegurar constante orientação científica às fábricas e às lavouras, prestada com permanente dedicação pelos técnicos do seu quadro.

Não menores são os efeitos da cooperação da Estação Experimental de Cana de Campos. Basta afirmar que tôdas as variedades de cana cultivadas em Campos foram fornecidas pela Estação ou por ela importadas do estrangeiro. Realizou essa Estação um esforço dos mais apreciáveis, no sentido de enfrentar as pragas da "cigarreira", da "podridão vermelha" e do "mosaico", sendo que em relação à última o trabalho empreendido foi para lograr a substituição geral da Coimbatore 290 variedade atacada, a fim de evitar a propagação do mal que via de regra se verifica de surpresa.

MOINHO FLUMINENSE S. A.

**SUINOVITA**

INDÚSTRIA DE ANOILTURA

**RAÇÕES PRENSADAS**

**SUINOVITA**

**Nº 1**

**PARA  
CRESCIMENTO**

ELEMENTOS  
COMPONENTES

Farelinho  
Remoído  
Fubá de Milho  
Farelo de soja  
» de amendoim  
Farinha de osso  
» de carne  
Melasso  
Sais de "Pratts"  
Sal fino  
Delsterol

ANALISE  
GARANTIDA

Proteína (min.) 22%  
Gordura ( ) 4%  
Fibra (max.) 7%

Saco de 45 k - Cr\$ 63,00

**Nº 2**

**PARA  
ENGORDA**

ELEMENTOS  
COMPONENTES

Farelinho  
Remoído  
Fubá de Milho  
Farelo de soja  
» de amendoim  
Farinha de osso  
» de carne  
Melasso  
Sais de "Pratts"  
Sal fino  
Delsterol

ANALISE  
GARANTIDA

Proteína (min.) 15%  
Gordura ( ) 3,5%  
Fibra (max.) 6%  
Carb. hldr. (min.) 50%

Saco de 45 k - Cr\$ 56,00

MOINHO FLUMINENSE S. A.  
RUA URUGUAIANA, 118 — TELEFONE: 23-1820  
RIO DE JANEIRO

Agora essa valiosa contribuição à lavoura canavieira, prestada por intermédio das Estações Experimentais, tomou o I. A. A., em 1949, numerosas outras providências destinadas a ajudar os lavradores no seu empenho de defender e fomentar a produção canavieira. Assim contribuiu a autarquia açucareira com 250 mil cruzeiros para o combate à praga do "carvão", verificada em São Paulo; entregou 80 mil cruzeiros à Secretaria da Agricultura do Estado do Rio, para custear a experiência com novos inseticidas destinados ao combate à cigarrinha das raízes; auxiliou a viagem de estudo e especialização de agrônomos a Cuba e aos Estados Unidos; instituiu um prêmio de 200 mil cruzeiros para quem conseguir a eliminação, de forma radical, da "cigarrinha"; finalmente empréstou cerca de 2.800.000 cruzeiros aos fornecedores de cana de Pernambuco para financiamento de adubos.

Um esforço muito apreciável do Instituto do Açúcar e do Alcool é o relativo ao amparo às associações de classe de fornecedores de cana. Em 1949 foram criadas mais 6 cooperativas, nas diversas regiões canavieiras, elevando para 21 o número das existentes. Algumas dessas novas entidades receberam, em 1949, empréstimos para financiamento das lavouras, no valor de 3.766 mil cruzeiros e outras tinham em tramitação, empréstimos no valor de quatro milhões de cruzeiros. Ao terminar o ano de 1949, a dívida dos fornecedores e banqueiros para com a autarquia açucareira subia a mais de 34 milhões de cruzeiros destinados ao financiamento da entressafra das cooperativas.

Éstes alguns dos principais auxílios prestados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool aos lavradores de cana do Brasil. Outros ainda poderiam ser arrolados, destacando-se, desde logo, a permanente defesa dos interesses dos fornecedores feita pela autarquia açucareira nos termos das leis vigentes. Na realidade, o Estatuto da Lavoura Canavieira e a legislação complementar tem assegurado aos fornecedores condições particularmente favoráveis para a sua prosperidade. Basta dizer que os fornecedores, que na safra 1941/42 entregaram às usinas 1.106.720 toneladas de canas, na safra 1947/48 entregaram 6.408.355 ou seja um aumento de 56,01%, num período de notórias dificuldades para a lavoura brasileira nos demais setores de trabalho.

# NECESSIDADE DE UMA NOVA POLITICA COMERCIAL

"Uma grande questão a ser empreendida pelo Conselho Nacional de Economia", segundo a opinião do Sr. Artur Torres Filho — Revisão dos acordos com diversos países

A propósito do próximo funcionamento do Conselho Nacional de Economia, ouvimos o Sr. Artur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e ex-reitor da Universidade Rural, abordando o assunto sobre o aspecto da política comercial, o conhecido economista assim se manifestou:

— Sempre fomos adeptos de um regime de reciprocidade nas relações internacionais, principalmente depois que a luta econômica externa se tornou neorrada, com restrições comerciais crescentes, lançando mão certo número de nações de um regime violento de restrições de importações, com desvalorização de moedas, licenças prévias etc. Como consequência dessa situação, sofre a balança comercial do Brasil profundas transformações, advertindo-nos da necessidade imperiosa que temos de adotar uma política comercial atenta às graves contingências do momento internacional. Procuramos nos conservar fiéis aos princípios da política comercial seguida tradicionalmente pelo Brasil.

## TAREFA DO C. N. E.

E continuou:

— Preclaremos nos aproximar dos países com os quais temos menores incompatibilidades econômicas.

— Talvez fosse melhor rever os nossos acordos comerciais com todos os países e de maneira e adaptar o comércio exterior às exigências peculiares de nossa economia. Seria uma grande questão a ser empreendida pelo futuro Conselho

Nacional de Economia. Não nos devemos vincular à doutrina uniforme, mas nos adaptarmos às condições e às necessidades de nosso país e ter um plano nas relações comerciais.

Certamente, dentro do pensamento exposto, ficaram fixadas as normas da nossa "política comercial", a ser traçada dentro do mais alto senso realístico do momento internacional.

## NOVOS RUMOS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

— Já as próprias contingências a pouco e pouco nos vão forçando a sair do princípio da "cláusula inmutável de nação mais favorecida em caráter ilimitado". De há muito o ritmo normal do comércio internacional foi perturbado, como consequência da Grande Guerra, como todo o seu cortejo de perturbações para a vida das nações.

Já agora, diante da realidade que aí está, e sem que possamos apreçar toda a extensão dos males que nos possam advir, é que nos cumprirá traçar rumos novos para a economia brasileira não só dentro das nossas fronteiras com um grande mercado consumidor como no plano internacional, onde se fecham os mercados para os nossos produtos exportáveis. Se assim é, as providências que tenhamos de adotar deverão ser tomadas em conjunto, tanto de amparo e fortalecimento do mercado interno, como de defesa do intercâmbio internacional. Não compreendo mesmo como possam ser separados, parecendo-me, pois, conveniente adotar medidas dentro de um plano de conjunto. Essa será a grande obra da alçada do Conselho Nacional de Economia, concluiu o Sr. A. Torres Filho.

(O Globo, 23-2-50)



*Refinaril*

FARELO COM  
28%  
DE PROTEINA

*O Amigo da Criação!*



# BENEFÍCIOS DO USO DO SAL NA ALIMENTAÇÃO DO GADO

- 1 — O sal é indispensável a todo animal que se nutre de vegetais. Conserva-lhes a saúde e aumenta-lhes a resistência orgânica.
- 2 — Quanto mais pobre seja a pastagem em substâncias nutritivas, tanto maior a necessidade da ração de sal.
- 3 — O sal contribui, grandemente, para o aumento do peso do gado, fazendo crescer, conseqüentemente, o seu valor nos mercados consumidores.
- 4 — O sal na alimentação do gado faz com que as fêmeas se tornem fecundas e as crias mais robustas, impedindo nestas as perniciosas aberrações do paladar.
- 5 — O sal torna a digestão mais fácil e aumenta a assimilação das substâncias nutritivas contidas nos alimentos.
- 6 — Além de ser ótimo estimulante da nutrição, o hábito da ração de sal, torna dóceis os animais, facilitando ao criador inspecioná-los e acompanhar-lhes os movimentos.



# CONSULTAS E INFORMAÇÕES

Engenheiro Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Consultor Técnico de "A LAVOURA"

## Sombreamento dos cafezais.

Respondendo ao nosso consócio F. J., do Estado do Rio, tenho a informar que, segundo o Dr. Rogério Carnurgo, a melhor árvore de sombra para o cafezeiro é o Ingazeiro. Sobre o assunto o consulente encontrará um folheto na coleção "Vinhos para o Campo", editada por "Chácaras e Quintais".

## Pó bordalez.

Esclarecendo à Sra. V. B. S., do Distrito Federal, tenho a informar que, realmente, o pó bordalez que se encontra no comércio, serve para preparar a calda bordalez. A consulente deve empregar o pó bordalez sob a forma de calda, na concentração de 1%, isto é, 10 grammas do pó bordalez para 1 litro de água.

## Resinose do abacaxieiro.

Pelo que o consulente, Sr. M. C., do Estado do Rio, informa, os abacaxieiros estão atacados pela lagarta da borboleta Thecia basilides, que causa o que se denomina "resinose do abacaxieiro". O processo de combate que o consulente vem empregando, isto é, o emprego do B.H.C. é, realmente, muito recomendável.

## Solo para o amendoim

Esclarecendo ao Sr. J. B. A., nosso consócio do Estado do Espírito Santo, tenho a informar que os melhores solos para a cultura do amendoim são os terrenos soltos e leves, bastante permeáveis e de boa fertilidade. O plantio em terrenos argilosos, mesmo que tenham eles sido convenientemente preparados, isto é, bem revolvidos e destorroados, não é conveniente pelas dificuldades da colheita em tais terrenos.

## Propagação da bananeira.

Esclarecendo ao Sr. D. A. R., do Distrito Federal, tenho a informar que as melhores mudas para o plantio de bananeiras são os filhotes que não apresentam as folhas abertas e que tenham de 0,80 a 0,50 m. de altura. Igualmente, os fragmentos do rizoma (batatas, como se diz vulgarmente), desde que tenham boas gemas, prestam-se muito bem para o plantio.

## Crotons.

Esclarecendo ao Sr. J. S. C., do Estado da Bahia, tenho a informar:

- a) — realmente, os crotons, são muito ornamentais;
- b) — os crotons vegetam bem em qualquer tipo de solo;
- c) — a propagação pode ser feita por meio de estacas providas de boas gemas;
- d) — o outono é uma boa época para o plantio dos crotons.

## Cursos em colaboração com a F. G. V.

Estão em funcionamento (dezembro de 1949), os seguintes Cursos Práticos ministrados na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", pela Fundação Getúlio Vargas:

a) — Curso Prático de Floricultura, ministrado pelo Prof. Antonio de Arruda Camara e pelo Assiat. Severino Gonçalves Camara.

b) — Curso Prático de Enxertia, ministrado pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira e pelo Assiat. Agrícola Castello Borges.

c) — Curso Prático de Potâmica Agrícola, a cargo do Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

d) — Curso Prático de Economia e Administração Rural, a cargo do Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.

## A SALGA DOS QUEIJOS

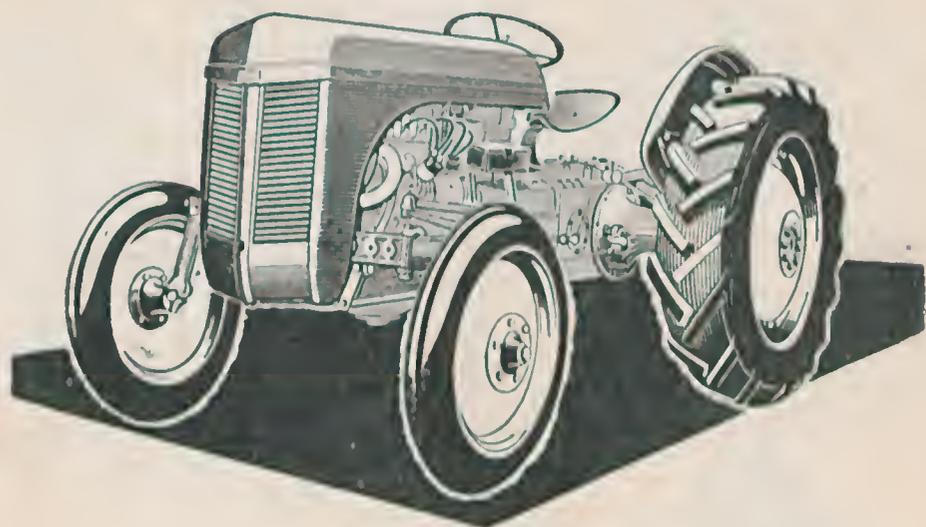
J. PINTO LIMA

Na fabricação de queijos, a salga é uma das operações obrigatórias, devendo merecer a mais cuidadosa atenção do fabricante. Em certos casos, como frequentemente ocorre em relação ao "queijo Minas", costuma-se adicionar sal ao leite, antes mesmo da junção do coalho, em quantidade variável de 300 a 500 grammas, por 100 litros. Esta prática, chamada de "salga no leite", pode ser aplicada a qualquer queijo, sempre que não inspire confiança a qualidade do leite usado no seu fabrico. Na verdade, justifica-se esta providência, pois a "salga no leite" diminui sensivelmente as fermentações anormais, evitando o estufamento precoce dos queijos. Como, porém, o sal pode conter sujidades, que passariam ao leite, é preciso empregar somente sal refinado, esterilizado ou em solução previamente fervida. Deve-se evitar por igual uma salga excessiva, que prejudicaria a coagulação.

É claro que, quando já se adicionou sal ao leite, deverá ser menos intensa a salga dos queijos, operação que se segue a prensagem, o que vai completar o desáero, concorrendo também para a formação da crosta. Além disso, a salga melhora o sabor do queijo e aumenta o seu prazo de conservação, contribuindo de certo modo para evitar o desenvolvimento de micróbios indesejáveis.

Conforme o tipo de queijo em fabricação, emprega-se a salga a seco, em salmoura ou mista (os dois primeiros tipos de salga combinados). Trataremos apenas da salga a seco, empregada para o queijo Minas, a Ricota, os tipos Roquefort, Limburgo, etc. Consiste o processo em esfregar-se sal refinado na superfície do queijo, depois de prensado. Não usar sal grosso nem fino, mas sim o medianamente moído, bem a seco. Decorridas 24 horas, virar os queijos e esfregar sal novamente, em toda a superfície, reputando-se a operação até completar dois a três dias, para o queijo Minas, quatro a cinco dias para o tipo Roquefort, três dias para o Limburgo.

Os queijos em salga devem ser colocados sobre mesas de madeira ou revestidas de azulejos, e que proporcionem perfeito escoamento de soro. E' de boa técnica, para os queijos de massa pouco consistente, deixá-los nas formas ou, então, envolvê-los em panos, a fim de evitar deformações.



# AGRO-TRATORES



BARRA DE TRACÇÃO

# FERGUSON e implementos



GRADE DE DISCOS

Desfrute de todos os benefícios e proveitos que o Agricultura Mecanizado lhe oferece. Os Agro-Tratores Ferguson e seus implementos – únicos e exclusivos – representam o que de mais moderno e aperfeiçoado se pode exigir.

Distribuidores exclusivos para o Brasil:

## VARAM MOTORES S.A.

ão Paulo - Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 1099 - Fone: 6-4078  
Rio de Janeiro - Rua Frei Caneca, 164 - Fone: 32-3838

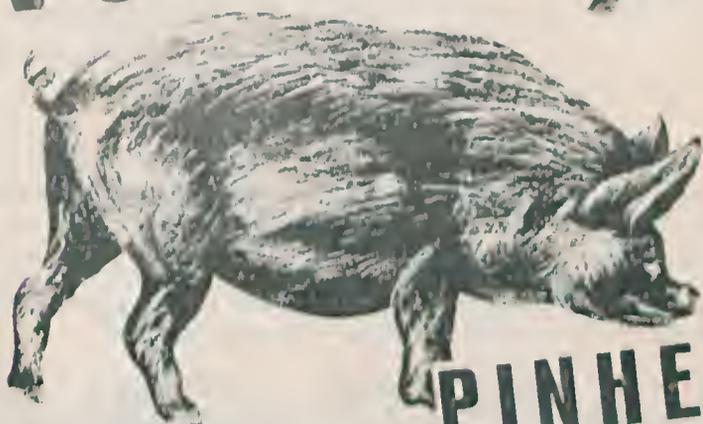




**produtos**



**veterinários**



**I P**

**PINHEIROS**

CAIXA POSTAL 951 - SÃO PAULO

Gráfica Vida Turfista — Rio



972

# ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Plant. Agro Pecuária de Condição  
Grande do Sul. Trigo.

ANO LIV

RIO DE JANEIRO — BRASIL

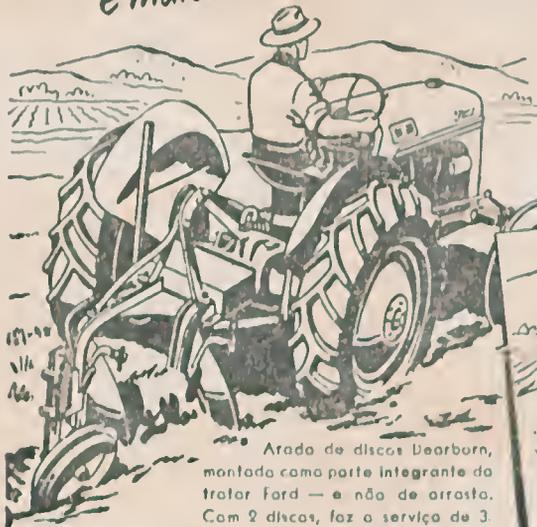
MAIO - JUNHO, 1950

# 2½ HECTARES em 10 horas

é quanto ara, em média, o **TRATOR FORD**

*O trator de menor custo  
e maior rendimento!*

Resultado da experiência na construção de mais de 1.300.000 tratores, o Trator Ford é simplíssimo no manejo, econômico na operação e extraordinário no rendimento. Mecanize sua lavoura com Ford, o trator de menor custo e maior rendimento! Peça informações ao Revendedor Ford.



Arado de discos Dearborn, montado como parte integrante do trator Ford — e não de arresto. Com 2 discos, faz o serviço de 3.



Arado reversível Dearborn, para trabalhar em marcos. Trabalha também como sulcador, obalxando-se as 2 alavancas.

## O TRATOR FORD EXECUTA SERVIÇOS LEVES OU PESADOS

Graças ao novo sistema Ford, de Engate em 3-Pontos, a tendência do implemento levantar, ao encontrar a resistência do solo, é transformada em maior aderência das rodas traseiras, o que aumenta sua força de tração, igualando-a à de tratores mais pesados.



### Assistência FORD

em toda o Brasil, inclusive treinamento do trataristas. Peças vitais intercambiáveis com caminhões e carras Ford.

### Algumas vantagens do Contrôlo Hidráulico Ford

Permite transportar os implementos suspensos do solo, executar curvas fechadas e regular automaticamente a profundidade do implemento.



Ford é o único trator que tem os implementos DEARBORN — para todos os trabalhos agrícolas.

**FORD MOTOR COMPANY**



SÃO PAULO — Uma fazenda de café (vista parcial)

## S U M Á R I O :

Possibilidades Técnicas de Cultura — Prof. Arthur Torres Filho	3
O Trigo Brasileiro — Kurt Repsold	6
Segunda Conferência Nacional Algodoeira	13
Comissão Consultiva de Acôrdos Comerciais	14
O Cooperativismo, a Escola de Nimes e seus fundamentos — Fábio Luz Filho	16
Alguns dados sobre a cultura do Milho e do Arroz no Estado de Minas Gerais — Geraldo Goulart da Silveira	18
Organização da Classe Rural	20
A visita de um grande técnico Latinista Uruguaio ao Brasil — Otto Frensel	24
O Banco do Brasil e o Crédito Agrícola e Industrial	29
Um bom amigo das letras — Edith Magorinos Torres	38
O Plano Salte	41
Educação e Assistência Social as Populações Rurais — Geraldo Goulart da Silveira	47
O Morcegos Chupadores de Sangue (Seu papel na transmissão da raiva) — José Norberto Macedo	49
A Situação da Companhia Siderúrgica Nacional	51

# SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA  
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA  
Presidente Benomérito — DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES  
Presidente do Honro — DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS

Presidente — ARTHUR TORRES FILHO  
1.º Vico-Presidente — LUIZ SIMÕES LOPES  
2.º Vico-Presidente — EDGARD TEIXEIRA LEITE  
3.º Vico-Presidente — ANTONIO DE ARRUDA CAMARA  
1.º Secretário — FREDERICO MURTINHO BRAGA  
2.º Secretário — ADAMASTOR LIMA  
3.º Secretário — EURICO SANTOS  
4.º Secretário — CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES  
1.º Tesoureiro — KURT REPSOLD  
2.º Tesoureiro — OTTO FRENSEL

Secretário-Geral — LUIZ MARQUES POLIANO

## DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE  
ALTINO DE AZEVEDO SODRE'  
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES  
ENIO LUIZ LEITÃO  
FRANKLIN DE ALMEIDA  
GERALDO GOULART DA SILVEIRA  
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO  
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS  
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO  
MARIO DE OLIVEIRA

## CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES — JOAQUIM CAMARA FILHO  
ANAPIO GOMES — JOÃO TJADER  
ANTONIO BARRETO — JOSE' SAMPAIO FERNANDES  
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA — JOSE' SOLANO CARNEIRO DA CUNHA  
APOLONIO SALLES — JULIO CESAR COVELO  
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS — LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA  
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO — MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA  
CARLOS DE SOUZA DUARTE — MANOEL NETTO CAMPELO JUNIOR  
DIOGENES CALDAS — MARIO VILHENA  
EUVALDOD LODI — ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO  
FABIO FURTADO LUZ — OSCAR DAUDT FILHO  
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO — PAULO PARREIRAS HORTA  
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF — PEDRO FONTES  
HUMBERTO BRUNO — PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT  
IRIS MEINBERG — ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO  
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA — RUI CARNEIRO  
ITAGYBA BARÇANTE — SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS  
J. C. BELO LISBÔA — SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA  
JERONIMO ANTONIO COIMBRA — WALDICK MOURA

## A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTEs ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho;  
Comissão Permanente do Expostões e Feiros (Ministéria da Trabalho) — Dr. Alberto Ravache;  
Comissão Central do Preços (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite;  
Comissão Central do Preços (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra;  
Comissão Permanente do Estrados de Rodogom (Ministério do Viação) — Dr. Raul David de Sanson; Co-

missão de Organização Rural (Ministéria da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; Instituto Brasileiro do Educção e Cultura (Ministéria das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lapes; Comissão do Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministéria da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Permanente do Associações Americanas do Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão de Acordos Comerciais com o Exterior (Ministéria das Relações Exteriores) — Dr. Antonio do Arruda Camara

# A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV

MAIO - JUNHO DE 1950

## Possibilidades Técnica de Cultura

*Para o esclarecimento deste assunto importante de economia rural, impõe-se uma distinção, quer se trate de encará-lo em vista de uma agricultura extensiva, ou de uma agricultura intensiva.*

*A desproporcionalidade da população, em relação com a superfície territorial, faz-nos compreender a impossibilidade, por muito tempo ainda, do regime intensivo da agricultura. Entretanto, nota-se a tendência para a formação da pequena propriedade, mórmente nas regiões colonizadas.*

*Não é justificavel o emprego de grandes capitais, em países de pequena população, por quanto seu rendimento será tanto menor quanto maior a acumulação no mesmo terreno. Encontra-se, nos Estados, grande variedade de climas e terrenos prestando-se a quase todas as culturas, isto dependendo do lugar e da estação da plantação. Para que não nos sujeitemos a decepções em agricultura, devemos fazer um exame metuculoso, nos seus detalhes todos, das condições pedológicas e climáticas da região onde vamos operar. A princípiar, temos que considerar a origem geológica do solo, o seu estado de divisão, a sua fertilidade, examinando com perfeição todas as condições agrológicas. Como critério na apreciação da força produtiva do solo e dos produtos líquidos de que é susceptível de fornecer, podemos alcançar úteis conhecimentos no exame dos vegetais espontâneos, dos animais, o aspecto das plantas lenhosas, a altitude do terreno, a sua exposição, a sua inclinação, o rendimento médio das culturas, como o seu valor locativo e venal. Uma vez feito tal estudo, segue-se o exame de todos os fatores climáticas favoráveis ou nocivos à cultura: a natureza das fontes, a máxima e a mínima de temperatura, o regime*

*Prof. Arthur Torres Filho  
Presidente da Sociedade Nacional de  
Agricultura*

*da chuva e dos ventos, a freqüência ou não de tempestudes, etc. A topografia do lugar influi de um certo modo decisivo na adaptação de culturas. Vejamos este ponto interessante, aliás em muita ligação com o nosso país por ser êle acidentado. Há, todavia, um meio termo que precisa ficar bem esclarecido. Quando os declives são muito pronunciados, ultrapassando 0,05 m. por metro, os trabalhos de cultura tornam-se diffíceis e sobretudo onerosos; e, se excedem de 45, o local só poderá permitir a cultura de pastagens ou a de vegetais lenhosos, florestamento. Em caso contrário, percebe-se quais não seriam as desvantagens das culturas anuais; as aguas precipitando-se com impetuosidade pel a superfície em declive, arrastariam a parte moel do solo, a mais rica e ativa; a natural esterilidade do terreno que se semelhante fato sobreviria, importa a restituição da fertilidade, cujo acréscimo de despesas se pôde bem aquilatar. Por outro lado, os solos sem inclinação e apresentando um sub-solo impermeavel, dão lugar ao acumulo da agua à superfície, vindo as plantas a sofrer de um excesso de humidade nas raizes. Em relação com a inclinação da superfície, dividiremos os terrenos em planícies, cales, encostas e planaltos. As planícies, embora no geral ofereçam as fôrmas mais variadas para a execução dos trabalhos aratórios, nelas, entretanto, é que vamos ver quase sempre as mais fácies e importantes explorações. Quando localizadas em fortes altitudes, são denominadas planaltos que, bons para a cultura, oneram às vêzes a produção, devido às difficuldades de transporte. No*

geral, prestam-se mais à criação. Os vales com pouca inclinação, como as planícies, apresentam superfícies muito produtivas.

Distinguem-se segundo são ou não submergidos todos os anos. No primeiro caso, preponderam as vantagens para a criação pela razão de terem prados naturais; no segundo, faccis como são de cultivar, são consagrados a culturas rárias. As encostas bem expostas podem ser aproveitadas com as culturas (a videira por exemplo) que não facilitem a erosão pela ação das águas.

Acontece que as superfícies nas proximidades das montanhas são muito irregulares, não se adaptando com vantagem às culturas herbáceas. As colinas com forte inclinação não devem ser relegadas à categoria de terrenos imprestáveis, sendo utilizáveis seja para pastagens, seja para o cultivo de vegetais lenhosos. Não temos o caféiro que trouxe forte contingente para o aproveitamento dos nossos terrenos montanhosos? As árvores frutíferas, as essências florestais, enfim, as culturas arbustivas, bem como as pastagens, racionalmente tratadas, transformam em elementos preciosos de progresso e de felicidade para o homem — terrenos de aparência inúteis. Até há bem pouco tempo, estava a agricultura brasileira relegada à categoria de assunto pouco digno da preocupação intelectual dos nossos homens. Hoje, já se não poderá dizer outro tanto, mesmo porque inúmeros são os intelectuais que se dedicam aos problemas agrícolas e a todos os instantes remos surgir em idéias alvitreiras pela imprensa, revelando capacidades até então desconhecidas...

Não sei com que fundamento, por ver que ainda nos escapam os justos elementos de apreciação, com poucas exceções, ouve-se falar, como sendo panacéia para a situação da agricultura do País, na urgência da implantação da policultura. Tal idéia tem mesmo contaminado alguns administradores, levando-os com atos e medidas, a engrossar as fileiras dos novos reformadores.

O solo é bom, o clima oferece vantagens, a produção foi abundante, o julgar-se pela primeira colheita — eis uma cultura que deve ser amparada, consumindo-

se com uma iniciativa julgada com superficialidade somas às vezes consideráveis. Mas até aí parará o lado agrícola da questão? Não ficam faltando para um julgamento cauteloso muitos outros fatores locais, como sejam: o rendimento da cultura, a qualidade do produto, os gastos da preparação, as despesas de transporte e outras, vindo a fazer face ao valor alcançado pelo produto no mercado? As culturas não têm exclusivamente limites naturais, mas também econômicos. Estudadas com perfeição as condições referidas, convirá sempre procurar-se uma boa renda territorial ordinária, senão extraordinária ou de privilégio. Para alcançar-se tal fim é preciso critério, é preciso orientação, impondo-se um estudo prévio, traçando uma diretriz segura aos agricultores.

Como um meio bastante eficaz e prático, reconhece-se hoje a vantagem dos modestos campos de experiência, demonstração e cooperação, cujo fim essencial consiste em difundir as práticas racionais e econômicas, de acordo com as condições locais.

Não há ligação de sinonímia entre as duas expressões correntes "campo de experiência" e "campo de demonstração". No primeiro, as experiências assumem o caráter de alta experimentação agrícola, na sua forma francamente superior, em que se consome muito dinheiro, pouco resultado produzindo, como: ensaios de processos novos, trabalhos experimentais, por exemplo, a determinação do grão de ação de uma ou várias substâncias fertilizantes, o valor ou não de uma dada cultura, etc....

Deles só se poderão encarregar técnicos de notável valor. Nos campos de demonstração, pelo contrário, nada se vai ensaiar, mas pôr em evidência o que a experiência perniciosa confirmou, tendo-se por fim principal ensinar pelo exemplo aos agricultores, dando-lhes a confirmação dos maiores lucros, pela aplicação dos nossos conhecimentos adquiridos e da situação econômica do país.

Os trabalhos dos campos de demonstração devem impor-se pela eloquência dos resultados econômicos, porquanto não se trata de experiências, que absorvem di-

*nheiro fóra de propósito com a missão que têm de, no terreno da prática, evidenciar o que foi obtido no domínio da experiência. Poudo em destaque o valor dos campos de demonstração, não quero diminuir a transcendência das estações experimentais, podendo-se grupar em tres categorias a natureza dos ensaios que nelas se efetuam: sobre adubos, sobre variedades novas ou seleccionadas, enfim, sobre os diversos fatores da produção vegetal.*

*No momento atual poder-se-ia dispensá-las, merccendo maiores cuidados os campos de demonstração. Não faltariam agricultores que puzessem terrenos à disposição do governo para esse mister etc. vado, restringindo-se os gastos e cumprindo-se com o mais patriótico e benemérito programa — instruir ss nossos valorosoo agricultores, que, com o seu esforço supremo e amor acrisolado ao trabalho, têm sido os pioneiros das nossas liberdades políticas. Eles e só eles poderão fazer a nossa futura grandeza econômica.*

**BIBLIOTECA ARTHUR TORRES FILHO**

Do Sr. J. Protásio Bogéa, chefe da Agencia do Serviço de Economia Rural do Ministerio da Agricultura, na Bahia, recebeu o Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura o seguinte officio:

**"MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

Cidade do Salvador, em 28 de abril de 1950. Do Chefe da Agência do Serviço de Economia Rural. Ao Sr. Dr. Arthur Torres Filho. Assunto: Sôbre denominação de Biblioteca.

Tendo este Serviço organizado uma Biblioteca, para consulta dos funcionários desta Repartição a qual já conta com numerosas e valiosas obras sôbre vários assuntos de história, agricultura, economia, etc., achei por bem denominá-la com o vosso nome, como uma homenagem ao mérito e aos relevantes Serviços que tendes prestado à agricultura e à economia rural do nosso país, para o que peço a vossa aprovação.

Certo de que prestareis o vosso valioso concurso a essa nóvel Biblioteca, apresento os meus protestos de alta estima e consideração."

**TRISTE, MUITO TRISTE,**

**lamenta o camponez a sua sorte!**

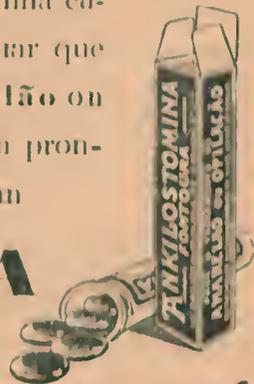


**N**ÃO pode trabalhar, sente palpitações, canceira, dôres e queimação na bôca do estomago. Não tem apetite e cada vez fica mais amarelo. Ele morrerá e passará sua doença á familia e aos vizinhos se alguma alma caridosa não lhe cusinar que ele sofre de Amarelão ou Opilação, molestia prontamente curavel com

**ANKILOSTOMINA**

**FONTOURA**

REMEDIO DE USO FACIL E DE EFEITO SEGURO



# Trigo Brasileiro

Sem ser preciso remontar ao século XVII, quando o Brasil foi exportador de trigo, é indispensável, entretanto, para perfeita compreensão da relevância do problema dêsse cereal, fazer uma sucinta resenha histórica.

Desde a sua criação e sempre na medida de suas possibilidades, vem o Ministério da Agricultura incentivando a produção de trigo no território nacional.

Posto que dispondo de recursos muito exíguos e sem a organização de planos metodizados de fomento e de pesquisas agronômicas, diversos Ministros da Agricultura procuraram equacionar o problema e dar-lhe solução. Dentre êsses ilustres titulares justo é salientar os nomes de Pedro de Toledo, Miguel Calmon e Lira Castro.

Anteriormente ao atual govêrno, porém, somente duas campanhas em larga escala, visando um rápido desenvolvimento da triticultura entre nós, foram levadas a efeito. A primeira teve lugar na gestão do Ministro Simões Lopes, em 1920, quando foram criadas as estações experimentais de Ponta Grossa, no Paraná e Alfredo Chaves, no Rio Grande do Sul. Depois disso, somente em 1937, sob a administração do Ministro Odilon Braga, conseguiu o Ministério da Agricultura condições para um trabalho intensivo nesse setor, condições essas decorrentes da Lei n.º 240, que autorizava o Poder Executivo a tomar medidas necessárias à expansão da triticultura e criava uma taxa que incidia sobre o trigo importado. Dessa situação prevaleceu-se o Ministro Fernando Costa para dar novo e vigoroso impulso ao desenvolvimento tritícola, promovendo uma campanha de fomento e criando as estações experimentais de Curitiba, no Paraná; Rio Caçador, em Santa Catarina; Passo Fundo, no Rio Grande do Sul; Ipanema, em S. Paulo e Patos, em Minas Gerais.

O surto daí resultante perdurou, com alternativas, até 1943, quando entrou em vigor o denominado Convênio de Buenos Aires, com o qual assumimos o compromisso de não mais proceder à mistura da farinha de trigo com fécula de mandioca. Os prejuízos decorrentes dêsse ato subi-

KURT REPSOLD

Diretor Técnico de "A Lavoura"

ram a centenas de milhões de cruzeiros, desaparecendo com êle, virtualmente, a florescente indústria da raspa da mandioca.

## SITUAÇÃO EM 1946

Já em 1945, com o término da última guerra, começamos a sentir os primeiros efeitos das restrições, cada vez maiores, que passariam a nos ser impostas pelo nosso tradicional mercado abastecedor de trigo — a Argentina.

As cotações do trigo em grão, que vinham, naquela época, oscilando entre 7 e 11 pesos por quintal métrico, f.a.s. portos de Buenos Aires, Baía Blanca e Necochea, passaram rapidamente para 13,50 e, logo a seguir, para 15 pesos.

A par dêsse aumento de preço, que se acentuaria muito mais ainda, verificavam-se sensíveis reduções nos embarques de trigo argentino, com notáveis prejuízos para o nosso abastecimento.

Objetivando a solução dêsse estado de cousas, que se agravava de dia para dia, foram promovidos entendimentos que resultaram na vinda de uma missão argentina, que, verbalmente, assumiu o compromisso de fazer enviar para o Brasil, mensalmente, 100.000 toneladas de trigo, volume êste considerado como o mínimo indispensável para atender ao nosso consumo. Assentado foi, igualmente, que o preço pelo qual deveríamos pagar êsse trigo, seria aquele que resultasse o mais baixo em suas vendas para qualquer outro país, no mês anterior.

Desta forma, já para as primeiras 100.000 toneladas remetidas, o preço foi de 16 pesos por quintal métrico. Daí por diante, não houve mais contenção possível e o preço foi sendo majorado sucessivamente para 25, 30, 35 e 60 pesos, pela mesma quantidade.

Em progressão inversa, as 100.000 toneladas mensais que deveriam ser remetidas, passaram a ser reduzidas de tal ma-

neira, que em longos períodos, não recebemos, sequer, 50% dessa tonelagem.

Nova missão argentina nos visitou em 1946, resultando inúteis todas as tentativas feitas no sentido de ser conseguida a normalização desse comércio, mesmo com os maiores sacrifícios de nossa parte.

Convém lembrar aqui, que o nosso consumo de trigo "per capita" é dos menores do mundo. Em 1935, que é o último ano de que se possuem estatísticas comparadas de consumo, entre os maiores consumidores, os coeficientes individuais foram:

França . . . . .	127,8
Bulgária . . . . .	118,8
Itália . . . . .	111,6
Argentina . . . . .	104,6

e entre os menores consumidores:

Estônia . . . . .	35,1
Polônia . . . . .	31,6
União Sul-Africana . . . . .	22,5
Brasil . . . . .	22,0
Índia . . . . .	15,2
Japão . . . . .	10,7

Em face do que ocorren no ano de 1946, isto é, a vertiginosa ascensão dos preços do trigo e a diminuição das quantidades recebidas, verdadeiro tumulto se estabeleceu no comércio desse cereal. Proliferaram as firmas que passaram a importar farinha de trigo dos Estados Unidos, do Canadá e do Uruguái. Vale lembrar o fato de que, até 1944, o número de firmas comerciais habitualmente importadoras de farinha de trigo não excedia a 200 e que esse número chegou a ultrapassar a 2.000.

Enquanto isso, nas maiores cidades brasileiras, intermináveis filas estendiam-se à frente das padarias, horas sem fim.

Este, em largos traços, era o quadro existente, quando assumiu a pasta da Agricultura o Ministro Daniel de Carvalho.

**A ATUAL CAMPANHA DO TRIGO**

Em virtude da gravidade de que se revestia o problema, resolveu o Governó, já em fins de 1946, dar início a uma campanha visando conseguir um rápido e ponderável aumento de nossa produção de trigo, e assim, criar as bases para liberar o país, em definitivo, de situações constrangedoras como a então reinante.

Fazia-se mistér, antes de tudo, naque-

la oportunidade, reanimar a confiança de nossos tricultores e promover os meios para dar uma demonstração convincente de que o Brasil, quando realmente o quizesse, poderia produzir o trigo de que necessita para seu abastecimento interno.

Partindo dessas duas premissas, foi o problema detidamente estudado, evidenciando-se, desde logo, a necessidade da coordenação de todos os recursos e esforços de que podessem dispor os órgãos federais e estaduais, a fim de dirigí-los no sentido de uma rápida e eficaz reação da produção tritícola.

Com primeiro passo, foi feita a escolha das regiões onde a atuação deveria ser concentrada, prevalecendo o critério de que nos primeiros anos seriam eleitas, apenas, as zonas onde as culturas de trigo já se vinham fazendo com regularidade, isto é, aquelas de condições ecológicas comprovadamente favoráveis à cultura e que dispunham de material humano apto.

Deliberado ficon, igualmente, que os trabalhos experimentais tivessem prosseguimento em ritmo mais intenso, o que, felizmente, vem acontecendo, com a participação de técnicos nacionais e estrangeiros. Os resultados dessas atividades experimentais, podem parecer, aos leigos, como mesquinhos; eles são, entretanto, basilares para o evolver de nossa triticultura.

Na mesma ocasião, depois de um rigoroso balanceamento de todos os elementos aproveitáveis, ficon deliberado que o fomento à produção do trigo voltasse a ser atribuição da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, que o executaria em estreita colaboração com o Serviço de Expansão do Trigo e com as Secretarias de Agricultura dos Estados tritícolas, obedecendo a um programa que teria como pontos essenciais:

- a) — sementes, sua produção, tratamento, guarda e distribuição;
- b) — prestação de serviços de preparo do solo, plantio e colheita, e venda de máquinas para essas operações;
- c) — armazenamento;
- d) — defeza da produção, inclusive, fixação do preço mínimo; e
- e) — industrialização, visando a criação da indústria moageira nas proximidades dos centros de produção.



A partir de fins de 1946, vem êsse programa sendo executado, com o rigor permitido pelos recursos financeiros disponíveis.

Assim, já em 1947, foram distribuídos aos agricultores 1.489.031 quilos de sementes de trigo. Em 1948, essa distribuição atingiu a 2.217.280 quilos e, em 1949, foi além de 3.000.000 de quilos, convido notar que nessas quantidades não estão incluídas as sementes distribuídas diretamente pelos serviços estaduais. A partir de 1948 todas essas sementes foram produzidas em campos oficiais ou em "culturas fiscalizadas".

No tocante à mecanização da triticultura, também foi muito intenso o trabalho desenvolvido.

Seguramente 30 milhões de cruzeiros em máquinas agrícolas foram entregues à lavoura tritícola. Nos anos de 1947 e 1948, para citar somente as máquinas mais pesadas e de custo unitário elevado, foram encaminhados para essa atividade 301 tratores e seus implementos, 683 semeadeiras, 305 ceifadeiras e 549 trilhadeiras, inclusive 40 combinadas. A fim de que se possa fazer uma idéia do quanto representam essas máquinas, vale esclarecer que a pequena parte reservada para os trabalhos do Ministério da Agricultura permitiu elevar a capacidade diária de colheita da Divisão de Fomento, de 18.560 sacos em 1947, para 65.260 sacos, em 1948.

Foram, ainda, remetidos e instalados nos estados sulinos 40 silos metálicos, com a capacidade de 60 toneladas cada um e construídos 4 grandes armazéns, localizados em Erechim, Getúlio Vargas, Carasinho e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Além disso, foram as repartições executoras aparelhadas com numerosos caminhões, "pick-ups" e "jeeps", para que as máquinas e o pessoal pudessem ser deslocados de um ponto para outro, com a facilidade e a rapidez que as necessidades exigissem.

Paralelamente a essas providências, instalaram-se em pontos centrais das regiões produtoras de trigo, nada menos de 55 Postos Agropecuários, devidamente aparelhados para atender a um intenso fomento dessa cultura, dispondo até de oficinas para a conservação e reparação da maquinária.

Para a realização dessas e de muitas outras medidas, objetivando a expansão tritícola, recebeu o Ministério da Agricul-

tura, em 1947, da Comissão de Financiamento da Produção do Ministério da Fazenda, o crédito de 12 milhões de cruzeiros, do qual a Divisão de Fomento da Produção Vegetal aplicou 9 milhões, acrescidos de mais 4 milhões, estes de seus próprios recursos orçamentários. Os 3 milhões restantes daquela dotação foram empregados pelo Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, em seus trabalhos experimentais.

Em 1948, para continuação e ampliação dos trabalhos, foi elaborado cuidadoso programa, prevendo uma despesa total de 60 milhões de cruzeiros a serem concedidos pela mesma Comissão de Financiamento da Produção. Dessa importância, todavia, foram entregues ao Ministério da Agricultura, apenas, duas parcelas de Cr\$ 24.400.000,00 e Cr\$ 20.000.000,00, num total de Cr\$ 44.400.000,00, isto respectivamente, em março e agosto.

Como é óbvio, êste fato causou sérios transtornos ao desenvolvimento da campanha, vez que, o problema tritícola é um todo harmonioso, composto de fases interdependentes, que precisam ser consideradas com igual intensidade e solucionadas coordenada e concomitantemente. Qualquer alteração de ritmo, em uma ou mais destas fases, só poderia resultar prejudicial ao conjunto. Com a concessão parcelada e incompleta dos recursos previstos, teve o Ministério da Agricultura de ir resolvendo os aspectos mais urgentes e protelando aqueles que, embora essenciais, poderiam suportar pequenos adiamentos. E, dessa forma, não puderam ser completadas partes importantes do programa de 1948, tais como a instalação de postos de sementes providos de aparelhamento de secagem e expurgo e a construção de uma bem localizada rede de armazéns.

Em 1949, não recebeu o Ministério da Agricultura, em créditos especiais, um centavo sequer para o prosseguimento da campanha do trigo. Ainda assim, merce de ingentes esforços, ponde continuá-la, embora em escala bem mais reduzida.

Aplicou o Governo, nessa campanha, em recursos especiais, por intermédio do Ministério da Agricultura, a importância total de Cr\$ 56.400.000,00, da qual, boa parte voltou aos cofres públicos, como produto da venda de máquinas e sementes, e outra parte, também ponderável,



Colheita de trigo na Paraná com uma "Combinada"



CULTURA DE TRIGO EM MINAS

— Trigo maduro, sendo examinada por técnicos do Ministério da Agricultura —

permaneceu como patrimônio da União.

Merece destaque, ainda, a decidida cooperação prestada pelos moageiros durante os três anos dessa campanha, quer promovendo facilidades para o normal escoamento da produção, e quer, concedendo auxílio financeiro para a intensificação dos trabalhos experimentais. Nessa colaboração repousam de certo modo, as possibilidades de êxito do empreendimento, sendo lícito esperar-se, portanto, não sofra solução de continuidade, mesmo que outras venham a ser as condições do mercado internacional.

Com o desenvolvimento do programa exposto, em cuja execução, é de justiça salientar a intensa colaboração das Secretarias de Agricultura do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, bem como, do Banco do Brasil, verificou-se o crescimento da produção do trigo nacional, que, de 170.586 toneladas, em 1944, passou para 405.135 toneladas, em 1948 e aproximou-se de 500.000 toneladas, em 1949.

A fim de que se possa fazer uma justa idéia do quanto isso representa para a economia do país, suficiente se torna transcrever os trechos seguintes, constantes da mensagem que o Sr. Presidente da República, em 15 de março de 1950, enviou ao Congresso Nacional:

“Cumpre insistir em que se aprenda ao vivo a importância do que acabo de referir. A produção de 1948 representa para o país uma economia em divisas que ultrapassa o equivalente a Cr\$ 1.250.000.000,00. Tomando-se como base a quantidade importada em 1944, — se não dispuzéssemos dessa produção, o país teria gasto em 1948, com a importação de trigo em grão e farinha, cerca de Cr\$ 4.600.000.000,00, o que representaria dispêndio diário superior a Cr\$ 12.000.000,00. Mesmo sem levar em consideração a estimativa da safra deste ano, que se pronuncia bem maior que a do ano passado, — os resultados até agora colhidos com a campanha do trigo fundamentam as melhores esperanças. Por isto mesmo, está o Governo decidido a perseverar no caminho que sem esmorecimento vem trilhando. Daí a solicitação de um crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00 com a aplicação do qual nos propomos dar, em 1950, à triticultura

brasileira, alicerces econômicos suficientemente sólidos que lhe permitam resistir aos embates da concorrência internacional, que já se desenha de natureza grave”.

Como se vê, é o próprio Sr. Presidente da República quem afirma que “os resultados até agora colhidos com a campanha do trigo fundamentam as melhores esperanças”.

Para chegar a esta situação foi longo e árduo o caminho percorrido. Muitas foram as dificuldades que tiveram que ser transpostas e os trabalhos realizados durante as diversas etapas, desde 1909 até hoje, formam uma cadeia para a qual cada período contribuiu com um elo, cadeia essa, que vem sendo forjada por todos aqueles que, em qualquer época, trabalharam pelo desenvolvimento de nossa triticultura.

Chegada a esta altura, já é tempo de se lembrar os nomes de, pelo menos, os principais dêsses batalhadores, dentre os quais avultam: Artur Torres Filho, Carlos de Souza Duarte, Gomes do Carmo, Antônio de Arruda Câmara, Gil Stein Ferreira, Luiz G. Gomes de Freitas, Paulo da Silva Leitão, Ivar Beckman, A. R. de Oliveira Mota Filho, Vitor Mallmann, Gastão de Faria, Ademar Lopes da Cruz, Álvaro Simões Lopes, Benedito Paiva, Vespertino Marcondes de França, Álvaro Barcelos Fagundes, Jorje Polisú, Amauri Poggi de Figueiredo, João Cândido Ferreira Filho, Caio Gracho Pereira, Carlos Gayer, Zedenko Gayer e tantos outros companheiros de jornada, uns já desaparecidos, alguns afastados dessas atividades e outros, ainda, continuando, num quase anonimato e sem esmorecimento, a lutar pelo ideal comum.

Na galeria dêsses homens, a quem o Brasil, por certo, um dia fará justiça, cabe agora um lugar de grande relevo aos estadistas que nesses três últimos anos, com denodo e perseverança, deram o mais largo passo em direção da vitória, — o Presidente Eurico Gaspar Dutra e o Ministro Daniel de Carvalho.

#### PROSSEGUIMENTO DA CAMPANHIA

Os êxitos até agora alcançados não são de molde, porém, a garantir de uma vez por todas a sobrevivência de nossa triticultura. É indispensável, pois, que a campanha seja continuada até que a produção tritícola disponha de um embasa-



Posto agro-pecuário de IJUÍ, Rio Grande do Sul. A parte bronca, ao fundo, é uma cultura de trigo



Trigo maduro, nas proximidades de Belo Horizonte

mento tão firme que possa, sem o amparo governamental, fazer face às oscilações do mercado internacional.

Transposta, como foi, a fase mais aguda da crise, faz-se mistér, agora, trabalhar no sentido da consolidação dos resultados auferidos.

Desta forma, impõe-se o prosseguimento e ampliação das atividades experimentais e de fomento às culturas. Estas últimas, dentro de uma nova e mais cuidadosa etapa, vez que, o apreciável volume de produção já alcançado permite considerar-se o problema com mais vagar. Assim, nos trabalhos de expansão às culturas, precisam ser aplicadas, mas generalisadamente, certas medidas técnicas, tais como, a proteção do solo contra a erosão, o emprêgo de adubos químicos, a incorporação da matéria orgânica, a irrigação, a rotação de culturas e outras, que permitirão aos tricultores, senão aumentar grandemente a produção, pelo menos mantê-la em nível, de fato econômico. Ao mesmo tempo, é de todo indispensável que se cuide, com urgência, das questões relacionadas com o armazenamento e a industrialização nas proximidades das zo-

nas de produção. Este aspeto é de suma importância, bastando esclarecer que para uma produção anual que se aproxima de 500 mil toneladas dispomos, tão somente, de uma capacidade total de armazenamento, de 149 mil toneladas.

Por enquanto, e por certo tempo, é indispensável que essas medidas sejam completadas por outras, visando a manutenção do preço mínimo, a unificação do preço em todo o país e o disciplinamento da importação de trigo. Estas duas últimas, cuja adoção deve, naturalmente, ficar subordinada a futuras circunstâncias, fariam desaparecer certas dificuldades que, vez em quando, surgem na circulação e colocação do trigo de determinadas zonas, e dariam ao nosso tricultor as garantias de que tanto carece para aumentar, sem receios, suas áreas cultivadas.

Longa é, ainda, a estrada a percorrer, mas, se forem continuados, com entusiasmo e perseverança os esforços até agora despendidos, breve chegará o dia, praza aos ceus, em que o Brasil não precisara receber de outras plagas o pão com que alimenta seus filhos.

Rio, 10-6-1950.



## Mãos

que espalham

### SALITRE DO CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, trator e calher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-a!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRICOLAS

RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO — AV. GRAÇA ARANHA, 226-2º and.

— RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DOMUNT, 227 — BELO HORIZONTE

# Segunda Conferência Nacional Algodoeira

A propósito da realização deste certame, projetado pela Sociedade Nacional de Agricultura, foi endereçado ao titular da Agricultura o seguinte ofício:

"Em 23 de maio de 1950 — Exmo. Sr. Dr. Antonio de Novais Filho, D. D. Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura

Em 1916, esta Sociedade fez realizar nesta Capital, sob os auspícios do Ministério da Agricultura, a 1.ª Conferência Nacional Algodoeira, com uma interessante e oportuna Exposição anexa.

A idéia desse certame, conforme declarou em entrevista ao "Jornal do Comércio" o dr. Miguel Calmon, posteriormente presidente desta Casa e Ministro da pasta hoje dignamente exercida por V. Excia., deveu-se ao Presidente Wenceslau Braz quando, em entrevista concedida ao dito jornal, pouco antes de possuir o governo, "lançou o problema do algodão entre nós, encarando-o em toda a sua complexidade e importância."

"Um dos primeiros atos de sua administração — continua o Sr. Miguel Calmon — foi o que criou o Serviço de Algodão, confiado à competente direção do Prof. M. Green e do qual, a despeito de dificuldades inerentes a esse gênero de empreendimentos, já temos colhido resultados apreciáveis."

Indo ao encontro do desejo do governo de então, a Sociedade promoveu a 1.ª Conferência porque, ao seu ver, "não bastava para o bom êxito dos desejos manifestados pelo Sr. Presidente da República, a criação de um serviço técnico", mas se tornavam necessários inquiridos minuciosos e repetidos para se conseguirem vantagens permanentes em tal ramo de atividade."

Realizada a Conferência, dela resultaram os maiores benefícios ao surto da cultura de algodão no país e o profícuo trabalho desse memorável certame se acha condensado nos três volumes dos "Anais" logo depois publicados e que ainda hoje representam notável repositório de ensinamentos sobre a matéria.

Em 1922, foi a Sociedade encarregada pelo governo federal da sub-comissão de congressos do Centenário e, dentre os cinco que realizou, incluiu-se a Conferência Internacional Algodoeira.

Junto aos elementos nacionais, aí trabalharam técnicos estrangeiros de nomeada, tendo a Inglaterra enviado uma numerosa delegação especial, presidida por Mr. Arno S. Pearse.

Todos reconhecem as vantagens para a cultura e o comércio de algodão, advindas desse certame, que procurou normalizar e coordenar as providências oficiais as necessidades do mercado estrangeiro, verificando-se um grande surto na produção e exportação do produto. Foram publicados 3 volumes contendo os Anais desse encrave, sendo tirada uma edição em inglês.

De 1922 para cá não se pôde tomar qualquer outra iniciativa idêntica em favor dessa cultura, a despeito da importância que representa na nossa balança comercial, e na economia de diversos Estados da Federação, sem falar no elevado índice econômico da indústria têxtil nacional, dela dependente.

É por isso que à Sociedade ocorreu a idéia de trazer a debate, num grande conclave nacional, no

qual se reunissem produtores, industriais e comerciantes, os problemas do algodão brasileiro, a fim de serem concertadas as medidas que se torneem necessárias ao reerguimento da importante e tradicional atividade agrícola do país.

Em 1934, foi o Serviço do Algodão transformado no Serviço de Plantas Têxteis e, após a extinção deste, por mera coincidência ou em virtude de fatores outros que não cumpre agora verificar, a produção começou a minguar, a fibra entrou em decadência a fiscalização dos descaroçadores passou a ser utópica; a distribuição, compra e venda das sementes, em campos de cooperação, e uma série outra de providências antes em boa marcha, tornaram-se lacunosas ou difíceis.

Da "Mesa Redonda do Algodão no Nordeste", realizada em 1948, resultou um relatório em que a situação da preciosa fibra é colocada nos seus verdadeiros termos, e estes não são nada otimistas. Ali constam afirmações como as que se seguem:

— "Não há produção de sementes nos estabelecimentos oficiais;"

— "Não há controle na distribuição;"

— "Em alguns Estados a mistura de semente herbáceo com arbóreo é uma verdade;"

— "Não existe prática de adubação, so bem que seja patente o enfraquecimento do solo."

Além desses problemas de ordem técnica, outros há no setor da indústria e do comércio — e também o do financiamento — que necessariam ser debatidos e normalizados, para, se possível, organizar-se um roteiro, se não fosse possível um programa de caráter permanente, para ser adotado por todos os interessados, a fim de evitar-se maiores prejuízos ao importante setor de nossa economia rural.

Éis porque a Sociedade se figura necessário e urgente reunir técnicos, lavradores, industriais, comerciantes, entidades e outros órgãos interessados, a fim de serem alcançadas conclusões de caráter geral e nacional, em torno do algodão e seus complexos problemas atuais. Seria, assim, realizada a II Conferência Nacional Algodoeira.

Uma comissão na Sociedade elaborou os planos desse conclave. Brevemente, serão convocadas as entidades estaduais e todos os setores interessados do país a colaborarem nesse cruzado em favor do algodão, destinando a Conferência um setor especial às demais fibras de produção brasileira.

Todos os esforços e experiências desta casa serão postos à disposição dessa oportuna reunião, mas não dispensa a Sociedade o apêlo e o patrocínio do Ministério da Agricultura, com o qual tem, até aqui, propósitos, espera a Sociedade Nacional de Agricultura levado a efeito os seus maiores cometimentos.

Dando conhecimento a V. Excia. desses seus turn merecer o apêlo solicitado, a fim de poder inaugurar a Conferência, que será o roboramento de convênios estaduais e regionais, onde os pontos de vista e aspirações locais serão colhidos, em setembro próximo.

Antecipando agradecimentos, aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos de elevada consideração e apreço.

(Ass.) Arthur Torres Filho, Presidente; Luiz Simões Lopes, 1.º Vice-Presidente."

# COMISSÃO CONSULTIVA DE ACÔRDOS COMERCIAIS

## INSTRUÇÕES PARA SEU FUNCIONAMENTO

Incluída a Sociedade Nacional de Agricultura,  
como representante da classe rural

O Sr. Embaixador Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores, assinou, a 8 de maio última, a seguinte Portaria sobre o funcionamento da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais:

"Artigo 1.º — A Comissão Consultiva de Acordos Comerciais terá sua sede no Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único — O Presidente da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais poderá, por sua própria iniciativa e de acordo com a premência dos trabalhos, convocar sessões extraordinárias.

Artigo 2.º — Além de seus membros notos, a Comissão Consultiva de Acordos Comerciais será integrada por Delegados técnicos designados pela Confederação Nacional do Comércio, pela Confederação Nacional da Indústria e pela Sociedade Nacional de Agricultura, as quais serão convocados de acôrdo com os assuntos em pauta, que se relacionem, respectivamente, com os interesses do comércio, indústria e agricultura.

§ 1.º — Os Delegados técnicos tomarão parte nas sessões da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais para as quais forem convocados, nas mesmas condições e em situação igual à das demais membros componentes da Comissão.

§ 2.º — Os trabalhos das sub-comissões da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais deverão, igualmente, contar com a assistência dos Delegados de que trata o presente Artigo.

Artigo 3.º — Os relatórios e pareceres da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais, com suas sugestões e iniciativas, serão enviados ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que este revalva, em definitiva, sobre cada assunto.

Artigo 4.º — A Comissão Consultiva de Acordos Comerciais será assistida por um Secretário, a ser designado, mediante portaria, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Artigo 5.º — Ao presidente da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais compete:

I) — convidar, quando julgar conveniente, organizações de classe da agricultura, da indústria e do comércio a expressor, por intermédio de seus órgãos específicos, em sessões expressamente convocadas para tal fim, seus pontos de vista sobre assuntos submetidos à apreciação da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais, obedecendo as seguintes normas:

a) — lavrar-se-ão atas toquigráficas dessas audiências, das quais constarão, *verbus ad verbum*, sejam os pontos de vista oralmente expressos, seja o conteúdo dos documentos, escritas porventura apresentados;

b) — tais atas deverão ser incorporadas, como anexos, aos pareceres e relatórios apresentadas pela Comissão Consultiva de Acordos Comerciais ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.

II) — presidir às sessões, coordenando os trabalhos e resolvendo questões de ordem levantadas.

III) — propor ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as medidas que se tornarem necessárias aos trabalhos da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais, visando a maior eficiência dos mesmos.

IV) — requisitar, mediante indicação do Diretor Executivo, aos demais Ministérios e ao Banco do Brasil S. A. as funcionários necessárias aos trabalhos da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais.

V) — designar uma comissão para, sob a presidência do Diretor Executivo, elaborar o projeto de reglamenta interna da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais.

VI) — designar as sub-comissões que se tornarem necessárias ao pronta e rápida anformata dos trabalhos da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais.

Artigo 6.º — Ao Diretor Executivo da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais compete:

I) — presidir aos trabalhos das sub-comissões.

II) — convidar os membros componentes das classes da agricultura, da indústria, do comércio e consumidores para, em audiência pública, externarem seus pontos de vista individuais sobre projetos de acordos comerciais submetidos ao exame da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais;

III) — fixar dia e hora para a realização de tais audiências públicas;

IV) — presidir às audiências públicas referidas nos números I e II da presente Artigo;

V) — propor ao Presidente da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais as requisições de que trata o Artigo 5.º, n. IV, das presentes Instruções.

Artigo 7.º — Ao Secretário da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais compete:

I) — secretariar as sessões e distribuir, com a necessária antecedência, as respectivos atas toquigráficas;

II) — dirigir os trabalhos do Secretário;

III) — manter a Comissão Consultiva de Acordos Comerciais e suas sub-comissões a par das verificações da Seção de Política Comercial, fazendo-lhes as sugestões que julgar convenientes.

Artigo 8.º — A Comissão Consultiva de Acordos Comerciais terá um Secretariado diretamente subordinado ao Secretário e dividida em duas seções: a) Seção Administrativa; b) Seção de Política Comercial.

Artigo 9.º — Os serviços do Secretariado serão executados por funcionários do Ministério das Relações Exteriores e por funcionários requisitados pela forma indicada no Artigo 5.º, n. IV, das presentes Instruções.

A Comissão de que trata a presente Portaria foi instalada na Palácio Itamarati, sob a presidência do Ministro Cira de Freitas Vale, em 31 de maio último.

Especialmente convocado, esteve presente a Sociedade Nacional de Agricultura, pelo seu Vice-Presidente, Dr. Antônio de Arruda Câmara, substituindo o Presidente efetivo, Dr. Arthur Torres Filho, que não compareceu por motivo imperioso.

# O MINISTRO NOVAIS FILHO recebe a visita da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura

Foi recebida, a 9 de Maio último, em audiência especial, pelo ministro Novaes Filho, a diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, tendo à frente os Srs. Luiz Simões Lopes, Edgard Teixeira Leite e Antonio de Arruda Câmara, vice-presidente da referida entidade de classe. Deixou de comparecer o presidente efetivo, Sr. Arthur Torres Filho, por motivo de doença.

Os dirigentes da S. N. A. apresentaram ao ministro os seus votos de feliz administração e a solidariedade da classe que representam.

Ao mesmo tempo, na palavra do Sr. Luiz Simões Lopes, a S. N. A., expôs ao ministro alguns pontos de seu programa de ação ligados à política do próprio Ministério. Deu o representante da Sociedade especial relevo ao problema da organização da classe rural em base associativa, encarecendo a necessidade do apoio do Governo à fundação das federações nos Estados que ainda não o fizeram e à criação, na capital da República, da Confederação Rural Brasileira, prevista no decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945. Mostrou a inferioridade em que se encontra a classe rural, a maior do país, em relação às demais, que já dispõem de ótimas organizações e meios financeiros, que lhes permitem dar assistência e proporcionar benefícios aos seus integrantes, além da participação mais ati-

va que assim obtiveram na política econômica do país.

Um outro assunto, ligado, aliás, ao primeiro, foi tratado, qual o da maior assistência ao homem do campo, que se impõe como imperativo nacional.

Referiu-se depois o orador à idéia da Sociedade em levar a efeito a II Conferência Nacional Algodoeira, se acaso não lhe faltar o apoio do Ministério.

Falou ainda o Sr. Simões Lopes sobre a Casa da Agricultura, cuja construção, à Av. Presidente Justo, nesta capital, vai adiantada, e nos trabalhos da Escola de Horticultura "Wenceslau Belo" na Penha, mantida pela tradicional Sociedade.

## A PALAVRA DO MINISTRO

O ministro Novaes Filho agradeceu a visita e manifestou a sua grande satisfação pela presença da diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura em seu gabinete, instituição que, a seu ver, sempre esteve presente em todas as boas causas da agricultura brasileira. Salientou que os pontos da exposição do Sr. Simões Lopes são um sinal evidente de que a tradicional Sociedade evolui e acompanha de perto as necessidades maiores da vida rural do país. De sua parte, prometeu examinar com o maior interesse todas as sugestões que ora lhe foram feitas.

## A SAFRA PAULISTA DE ALGODÃO

**Deverão produzir-se 24% menos do que foi estimado — Com área muito maior, a colheita tende a ser igual à de 1949**

A safra paulista de algodão em caroço, que chegou a ser estimada em cerca de 54.500.000 arrobas e que em princípio de abril último fora calculada em quase 45.000.000, deverá atingir . . . 41.500.000 arrobas, apenas — eis a notícia que circula nos meios oficiais do Estado. Registror-se-ia, assim, um novo quebra de 8%. A confirmar-se tal prognóstico, deveremos produzir 13.000.000 de arrobas menos do que se esperava, o que implica um quebra geral de cerca de 24%.

É digno de registro o fato de que a safra, tal como se acha de novo estimada, superará a de 1948/49 — que atingiu perto de 40.000.000 de arrobas — apenas em 1.500.000 arrobas, ou seja, menos de 4%. Na entanto, a área semeada este ano foi muito maior, tendo ultrapassado a da safra

anterior em cerca de 33%. Conclui-se dessa forma que a produção por alqueire caiu de modo apreciável e que ainda que fosse possível ao lavrador vender a colheita deste ano pelos mesmos preços de ano passado — o que não está acontecendo — os negócios correriam pior.

Continua-se insistindo em apontar o excesso de chuvas como o principal responsável pelo declínio. Ainda em abril choveu muito em muitos zonas importantes, que influem no cômputo geral do Estado, como é o caso de Marília. Alguns técnicos do Fomento Agrícola acreditam numa recuperação durante o mês de Junho, pois o tempo vai agora correndo favoravelmente, beneficiando os trabalhos da colheita e a própria planta nos pontos em que o ciclo de frutificação ainda não se completou.

# O Cooperativismo, a Escola de Nîmes e seus fundamentos

(Por Fabio Luz Filho)

Não caberá nos limites de um artigo desenvolver com minúcia toda a história da **Escola de Nîmes**, e seus pontos de contacto e divergência com a corrente socialista, e sua dissonância com a tese central do comunismo autoritário: a posse do poder político pela força e a ditadura do proletariado.

Limitar-me-ei, em pinceladas largas, a dar-lhe a origem e os princípios basilares, que muitos classificaram de néo-rochdalianos, o que **Gide** repeliu.

Foi **Gide**, a figura central dessa Escola e seu máxima teórico.

**Nîmes** é uma cidade industrial francesa. Entre 1883 e 1887 eclodiram em Nîmes várias instituições sociais, entre elas a **Bolsa do Trabalho**, em 1885, a segunda da França.

O principal fundador da Escola de Nîmes foi **Edouard de Boyve**, que sofreu a influência de um pastor de grande valor — **Eugene Bersier**, que o converteu ao cristianismo (protestantismo). Conservou ête suas relações com parentes inglêses do lado materno, donde seus entendimentos com **Vansittart Neale**, ilustre representante dos socialistas cristãos da Inglaterra.

Dessa aproximação nasceu em Boyve o desejo de lançar as bases do movimento cooperativo em Nîmes. **Auguste Fabre**, espirita, foi, dentre outros sem falar em **Gide**, a personalidade que o seduziu e que com êle cerrou fileiras.

Encontravam-se amíde na Sociedade de Economia Popular fundada por Fabre.

**De Boyve** criou então uma sociedade cooperativa com o apóio de Fabre; mas uma cooperativa aberta e não fechada.

Em Julho de 1885 realizou-se o primeiro Congresso das sociedades Cooperativas de consumo da França ao influxo da acção de **Gide**, **Boyve** e **Fabre**, entre outros, com a presença de **Vansittart Neale** e **Holyoake**, da Inglaterra. E criou-se o jornal "L'Émancipation" . . .

Houve vaivens doutrinários, críticas dos economistas clássicos e choques com a corrente socialista, o que provocon o conhe-

eido **Pacto de Unidade de 1912**, o qual se resume num acôrdo de caráter doutrinário entre a **União Cooperativa**, nascida da Escola de Nîmes, e a **Confederação das Cooperativas** (Bolsa socialista), de vez que havia um grupo numeroso de socialistas que aceitavam o programa rochdaliano da Escola de Nîmes, socialistas êstes vinculados ainda ao velho e generoso socialismo francês.

## O PROGRAMA DA ESCOLA DE NÎMES

O programa da Escola de Nîmes foi exposto no Congresso de Lyon de 1886, no de Paris em 1889, no discurso de Boyve no Congresso de Paris de 1900, e, finalmente, em 1905 divulgado em uma circular enviada a tôdas as cooperativas francesas pela **União Cooperativa**, das sociedades cooperativas francesas de consumo. Êle: "O cooperativismo tem por fim substituir o estado de competição atual por um regime de livre associação que providencie, de uma maneira equitativa, a distribuição das riquezas. O cooperativismo de consumo não quer fazer-se o órgão exclusivo de um partido político, — nem de uma igreja, nem de uma classe social; mas quer ser o órgão de todos aqueles que queiram trabalhar para a realização do ideal cooperativo pelos seguintes meios:

1º — Criação de sociedades cooperativas para uma distribuição equitativa dos objectos de consumo;

2º — Criação de um capital coletivo e pessoal retirado das sobras antes da distribuição dos retornos;

3º — Criação de um armazem para vendas em grosso;

4º — Organização de indústrias cooperativas na medida das necessidades das cooperativas;

5º — Criação, no seio das cooperativas e fora delas, de obras sociais (não políticas e não-confessionais), reservando todos os seus recursos para seu fim supremo, que é a transformação da troca e da produção pela

criação de armazéns de vendas em grosso e de indústrias cooperativas;

6º — Percentagem sobre as sobras anuais para a instrução e a educação social dos cooperadores;

7º — Pelo consenso de todas as Uniões (federações) de cooperativas nacionais constituir uma **República Cooperativa**, cujo objetivo será o desenvolvimento da personalidade humana pela justiça e pela "solidariedade".

### O PACTO DA UNIDADE EM 1912

As doze virtudes do cooperativismo enumeradas por Gide em 1894 coincidem perfeitamente com a enumeração que a Bôlsa Socialista fizera, e são:

- 1º — Viver melhor;
- 2º — Pagar o dinheiro à vista;
- 3º — Economizar sem esforço;
- 4º — Suprimir os parasitas sociais;
- 5º — Combater as despesas com as bebidas;
- 6º — Interessar as mulheres nas questões sociais;
- 7º — Fazer a educação econômica do povo;
- 8º — Facilitar a todos o acesso à propriedade;
- 9º — Constituir a propriedade coletiva;
- 10º — Estabelecer o justo preço;
- 11º — Eliminar o lucro;
- 12º — Abolir os conflitos;

Dos 12 pontos do programa classificado de "burguês" (este burguês que encabeçou todos os movimentos de reivindicação social na Europa) da **Escola de Nîmes**, 10 foram reproduzidos pelo programa dos cooperadores socialistas.

Assim sendo, a aproximação, após anos de divergências, se fez, surgindo em 1912 o **Pacto de Unidade**, que conciliou cooperativistas e socialistas.

# CRIADORES

Prefiram as produtos veterinárias  
**RAUL LEITE**. São todas de eficiência  
camprovada e segurança absoluta.



VACINAS, TÔNICOS, VERMIFUGOS.  
PRODUTOS PARA TÔDAS AS  
DOENÇAS E PARA TÔDAS AS  
ESPÉCIES ANIMAIS



Na febre **Aftosa** — KUKROS E CO-  
LOIDO-CÁLCIO.

Para banheiros carrapaticidas —  
GAVIÃO.

Nas bicheiras e bernês — CRESOS.

Nas verminases — FENOTIAZINA  
— FENOLFTALEINA.

Nas frieiras — FRIEIROL.

Nas intoxicações — VITOS.



Peçam folhetas e preços aos repre-  
sentantes nas Estados ou aos

Laboratorios

**Raul Leite S. A.**

RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130



— RIO DE JANEIRO —

# Alguns dados sobre a cultura do milho e do Arroz no Estado de Minas Gerais

Engenheiro-Agrônomo  
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

## MILHO

A cultura do milho representa um papel destacado para o economia mineira, pois a sua produção atingiu quase **dois bilhões de cruzeiros**, não sendo esse valor ultrapassado por nenhum outro cultivo, nem mesmo o tradicional cultivo cafeeiro.

A produção desse cereal básica durante o período de execução do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, vem aumentando.

De fato, enquanto que no ano agrícola 1947/1948 a sua produção foi de 21.945.444 sacas, no ano seguinte ela foi de 24.942.467 sacas, com um aumento, portanto, de quase 20%.

O valor da produção representou, em 1947/1948 o elevado importância de Cr\$ 1.423.153.144,00 e no ano seguinte, Cr\$ 1.845.743.000,00, ao passo que, em igual período, a produção da café contribuiu, respectivamente, com Cr\$ ..... 1.061.128.675,00 e Cr\$ 1.486.196.000,00.

A cultura do milho apresenta, entre outros, as seguintes vantagens:

- é, depois do arroz, o cereal que dá maior rendimento por unidade de superfície cultivada;
- a relação entre uma semente plantada e o número de sementes colhidas é, não raro, de 1:440;
- tem grande rusticidade;
- é muito resistente às doenças e pragas;
- é uma das plantas melhor estudadas sob o ponto de vista de sua composição genética, conseguindo-se com isso continuamente, o aumento da produtividade.

A cultura do milho é, sem dúvida, não só a mais generalizada no Estado de Minas Gerais, como, também, no próprio país, e é das mais importantes porque:

- dela depende, em grande parte, a produção animal;
- o milho entra na alimentação humana quer em espécie, quer transformado em tacinho, carne de porco, galinha, ova, etc.;
- dê-se se extrai amido, glicose, álcool, etc.

Através da Secretaria de Agricultura vem o Estado de Minas Gerais procurando estudar convenientemente tão importante cereal básico, realizando experimentações em outras localidades, em Patas de Minas, Viçosa, Uberlândia, Belo Horizonte, Lavras, Sete Lagoas e Água Limpa.

Entre as variedades mais estudadas podemos destacar:

- Agroceres** — híbrido duplo, do Cio. Agroceres Ltda., de Viçosa;

- Instituto 1** — híbrido duplo, do Instituto Agrônomo do Estado de Minas Gerais;
- Granjos Reunidos** — híbrido duplo de Gonçalves Pereira & Cia., de Viçosa;
- Cotete** — variedade selecionada, produzida por Gonçalves Pereira & Cia., de Viçosa;
- H 300** — híbrida duplo, do Instituto Agrônomo de Campinas;
- Venezuela** — variedade do Venezuela, produzida por Gonçalves Pereira & Cia., de Viçosa

Entre os resultados dos experimentações já realizadas no Estado, podemos destacar:

- que o espaçamento de 1,10 m. entre as fileiras é o que melhores resultados tem apresentado;
- que os melhores híbridos se mostram superiores às melhores variedades selecionadas;
- em Patas de Minas, por exemplo, plantados em terras férteis, os híbridos deram um rendimento de 6.053 quilas por hectare, enquanto que as variedades selecionadas deram, apenas, 1.847 quilas por hectare;
- em terras fracas, como as de Água Limpa, os híbridos produziram 2.679 quilas por hectare, e as variedades selecionadas, 1.847 quilas por hectare.

Entre as recomendações que a Secretaria de Agricultura vem fazendo aos agricultores, com relação ao plantio do milho, podemos lembrar:

- plantar, de preferência, o milho em terras frescas, de boa consistência e ricas em matéria orgânica;
- fazer a plantio no início do período das chuvas, isto é, Outubro/Novembro,
- plantar em fileiros espaçados em 1,10 m.,
- empregar, de cova a cova, a distância de 1,00 m. quando plantar 4 sementes por cova; 0,40 m. quando plantar 2 sementes por cova, e 0,20, quando plantar uma semente por cova;
- plantar as variedades selecionadas, especialmente a variedade Cotete, como estágio intermediário para o cultivo dos milhos híbridos, que são os mais aconselhados.

## ARROZ

Visando intensificar o cultivo do arroz, que é, sem dúvida, um cereal básico de grande consumo no país, vem o Estado de Minas Gerais, através de sua Secretaria de Agricultura, realizando numerosas experimentações e procurando orientar tecnicamente os rizicultores, no sentido de, pelo cultivo racional

obter-se maior rendimento cultural e, ao mesmo tempo, procurando interessar os agricultores na cultura de tão importante cereal.

O aproveitamento, durante um mesmo ano agrícola, do terreno com a cultura do arroz no verão, seguido no inverno, com a cultura do trigo irrigado, é, sem dúvida, uma prática que interessa muito aos agricultores, pelos vantagens econômicas que dele advém.

Os trabalhos experimentais tem visado, principalmente, a determinação dos variedades mais aconselháveis para os dois métodos de cultura do arroz no Estado: a do arroz do "seco" e a do arroz irrigado, e vem sendo realizadas em Belo Horizonte, Água Limpa, Patos de Minas, Almeida Campos, Corvo do Mato, Lovros, Mochado, Pitonauí e Uberlândia.

Entre as conclusões resultantes dos experimentações já realizados podemos destacar:

- que a cultura do arroz do "seco" aterce menor rendimento que a cultura do arroz irrigado;
- que em certas regiões, dadas as condições especiais de clima e solo, pode ser feito, com sucesso, a cultura do arroz do "seco", como por exemplo no Triângulo e na Zona da Mata do Corda (Uberlândia, Patos de Minas, etc.);
- que a cultura do arroz irrigado tem proporcionado ótimos rendimentos e apresenta as vantagens de não depender das precipitações pluviométricas, não exigir capinas, etc.;
- que, em relação às condições químicas do solo, o arroz pode ser plantado em terrenos levemente ácidos, necessitando não roro de

PEÇAM O  
**PEQUENO MANUAL  
DO CRIADOR**

do Médico - Veterinário

**DR. JORGE VAITSMAN**

Cr\$ 25,00, pelo reembolso postal

Coixa Postal 3328

R I O

adubação fosfatada e azotada, não sendo necessária, via de regra, a adubação potássica, quanto à época de plantio, a do arroz do "seco" é determinado pelo início dos chuvas, prolongando-se até meados de Novembro, enquanto que o arroz irrigado deve ser plantado sempre, entre 15 de Outubro e 15 de Novembro;

- quanto ao rendimento, a médio para o arroz irrigado foi de 3.875 quilos por hectare, e para o arroz do "seco", de 1.526 quilos por hectare, em numerosos experimentações realizadas, nas quais foram grandes os desvios do rendimento. São considerados bons rendimentos 2.500 quilos por hectare para o arroz do "seco" e de 5.000 quilos por hectare, para o arroz irrigado;
- para o sistema de cultura irrigado, as variedades mais indicadas em face dos resultados experimentais são as seguintes: Protão, Ponto Preto, Blue Rose e Amarelão;
- para a cultura do arroz do "seco", as experimentações revelaram como melhores variedades a Agulha ESAV para a região de Patos de Minas e o Amarelão para a região do Triângulo Mineiro;
- podem também ser indicadas como boas variedades para a cultura do "seco", as variedades Ponto Preto e Protão;
- entre as variedades que tem alcançado melhor cotação comercial podemos destacar o Amarelão e o Agulha FSAV.

A cultura do arroz, no âmbito da execução do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção vem se desenvolvendo muito satisfatoriamente, registrando-se um acréscimo de 27% entre a produção do ano agrícola 1947/1948 e a do ano agrícola 1948/1949.

De fato, no ano agrícola 1947/1948, a produção de arroz em casca foi de 8 868.691 sacos, enquanto que no ano agrícola 1948/1949, essa produção elevou-se para 11.346.599 sacos, com um acréscimo, portanto, de 2.477.908, o que é, sem dúvida, um índice muito expressivo.

Obs. — Os dados acima indicados foram obtidos em recente viagem de estudos feita no Estado de Minas Gerais, de acordo com o plano traçado pelo Dr. Arthur Torres Filho, Presidente do S.N.A. (estudo do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção do Estado de Minas Gerais).

## A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL  
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo **ARTHUR TORRES FILHO**  
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo **ANTONIO DE ARRUDA  
CAMARA**  
Diretor

Eng.º Agrônomo **KURT REPSOLD**  
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo **GERALDO GOULART  
DA SILVEIRA**  
Consultor-Técnico

**LUIZ MARQUES POLIANO**  
Redator-Secretário e Gerente

Redação e Administração :

**AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º**

Telefone: 42-2981

Coixa Postal 1245

**Rio de Janeiro**

Nem o redação do Revista nem o Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

# Organização da Classe Rural

A 9 de janeiro de 1948, o Sr. Deputado pelo Estado de São Paulo, Dr. Altino Arantes, apresentou projeto, que tomou o n.º 928, mandando revogar o decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945, e sob cujos dispositivos vem sendo organizada associativamente a classe rural.

Inda o projeto à Comissão de Agricultura, foi ali aprovado o parecer do Deputado Duque de Mesquita rejeitando-o (10 de dezembro de 1948), o qual concluiu da seguinte forma:

"Destruir a atual lei n.º 8.127, que vem promovendo a organização rural em base associativa, será deixar o campo aberto à invasão de doutrinas exóticas e impedir que o governo leve à maior classe produtora da país toda a assistência que ela está exigindo, social, econômica e técnica".

Na Comissão de Finanças, não logrou melhor sorte o rejeição proposta pelo representante paulista. Em substancioso parecer, o Deputado Agostinha Monteiro, seguido pelos demais colegas daquele órgão técnico, foi também contrário a que se revogasse uma lei que vem dando tão bons resultados.

Para conhecimento da classe rural, vai o trabalho do ilustre representante paraense transcrito na íntegra:

## PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS

### RELATÓRIO

N.º 27-50

O Projeto n.º 928, de 1948, de iniciativa do ilustre deputado Altino Arantes e subscrito por distintos colegas, revoga o Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, que dispõe sobre a organização da vida rural, que sucedeu o Decreto-lei n.º 7.449, de 9 de abril de 1945. O projeto foi objeto de aprofundado estudo da Comissão de Agricultura que opinou unanimemente pela sua rejeição. O parecer do relator designado, o ilustre deputado Duque de Mesquita, condensou em cinco itens as principais razões apresentadas pelo autor na sua justificação ao projeto:

El-os:

1) a diploma cuidava "pura e simplesmente de juntar a sofridora classe dos nossos Invadidos ao arbítrio do governo;

2) a legislação seria atentatória da ampla liberdade de associação assegurada por todas as Constituições do Brasil e da própria Carta outorgada em 10 de novembro de 1937.

3) o decreto e seu regulamento feriram o princípio dos artigos 141 § 12 e 159 da Constituição atual no estabelecer no seu artigo 1.º, "que cada município terá uma Associação Rural";

4) que no pagamento da "taxa rural" no conceito do parágrafo 1.º do artigo 1.º, ficaria sujeito todo aquele que fosse considerado no exercício da profissão rural, participasse ou não do quadro social de tais afirmações, e

5) que a Sociedade Rural Brasileira de São Paulo

em face da prerrogativa legal que do às associações rurais enquadradas na legislação que se procura revogar, estaria prejudicada nas prerrogativas de que goza atualmente

Examinando cuidadosamente essas razões a relator da Comissão especializada apresentou contestação interessante e documentada.

Parece-nos dispensável resumir argumentos e documentários por isso que publicados na "Diário do Congresso". Destaco entretanto, o item 4.º, sobre o qual o relator se limitou a dizer que "é matéria sobre a qual se viesse a ser estabelecida, teria antes de a respeito manifestar-se o Congresso Nacional". "Nessa ocasião, então, poderiam ser estudados e atastados os possíveis inconvenientes apontados pelo ilustre proponente".

Porque não enfrentar desde logo a matéria que se me afigura da maior importância, por isso mesma que sobre ela assenta a formação do patrimônio social e conseqüente possibilidade de efetivação das finalidades das associações consignadas no artigo 17? Uma das razões invocadas pelo ilustre autor do projeto para a revogação do decreto é a seguinte: "o artigo 21, alínea "b", determina a criação de taxas especiais para a constituição do patrimônio das associações a serem fundadas". É óbvio que ao pagamento dessas taxas ficaria sujeito todo aquele que na condição do artigo 1.º, § 1.º "fosse considerado no exercício da profissão rural" participasse ou não do quadro social de tais afirmações".

Vejamus a que diz a art. 21:

Art. 21. "O patrimônio das associações rurais, das Federações das Associações Rurais e da Confederação Rural Brasileira é constituído:

a) das jóias e contribuições de sócios, das associações e das federações;

b) da cota-parte das taxas criadas ou que venham a ser criadas e lhes forem atribuídas;

c) das subvenções e auxílios;

d) das doações e legados;

e) das rendas patrimoniais; e,

f) dos resultados das atividades sociais não compreendidas nas alíneas anteriores.

Como se vê, aí não se "determina a criação de taxas especiais para a concretização das associações a serem fundadas", como declara o autor do projeto.

Mesmo, porém, fôsse imperativa essa criação, haveria a obrigatoriedade do pagamento de tais taxas por parte daqueles que, ao tempo, exercessem atividades rurais? Parece-nos que não porque o Decreto-lei n.º 8.127, no seu artigo 1.º, apenas define a profissão rural, sendo o ingresso na associação, facultativa, e não obrigatório, como julga o autor do projeto de revogação.

Mas, se fôsse o pagamento de taxas obrigatório, por parte dos profissionais, estaria porventura o diploma criando fato novo, ou estabelecendo precedente adiado? De que modo vivem os sindicatos, o SESI, a SESC, o SENAI, a L. B. de A., e outros órgãos de classe e beneficência consagrados na nossa legislação?

No caso, será mesmo de prever a base financeira para a execução do programa — sobretudo a de assistência — que a lei determina seja executado pelos organizações criadas sob a égide desse Decreto-lei. A latitude desse programa melhor será avaliada pela transcrição do artigo 17 do Decreto n.º 8.127:

"Art. 17. As associações rurais, reconhecidas nos termos deste Decreto-lei, órgão de defesa, representação e técnicas consultivas do governo municipal, e, por intermédio das seus órgãos superiores, dos Estados, dos Territórios Federais e do Governo Federal, terão as seguintes atribuições:

- a) agrupar, em seu seio, todas as que se dediquem à lavoura, à pecuária e às indústrias rurais, inclusive extrativas de origem animal e vegetal;
- b) colaborar com os poderes públicos no sentido da fortalecimento do espírito associativo entre as que exerçam atividades rurais;
- c) articular as elementos da classe rural a fim de promover a defesa dos seus direitos e interesses e realizar as suas aspirações, bem como a progresso e o aprimoramento da agricultura;
- d) manter, com as congêneres, relações de cordialidade e cooperação;
- e) manter um centro de informações sobre a vida agro-pecuária do município;
- f) instalar e manter, sempre que possível em edificação própria, a "Casa Rural de..." (segue-se a nome da municipalidade), para sede social;
- g) manter serviços de assistência técnica, econômica e social em benefício dos sócios;
- h) sustentar e defender perante a federação os interesses e aspirações de seus sócios;
- i) prestar as informações que lhe forem solicitadas, pelas repartições municipais, estaduais, territoriais ou federais;
- j) difundir noções de higiene visando, principalmente, a melhoria das condições da vida rural;
- l) promover a ensino profissional de interesse agro-pecuário diretamente ou em cooperação com as órgãos oficiais;
- m) organizar museus ou exposições permanentes dos tipos padrões dos produtos locais de expressão econômica;
- n) pugnar pela aplicação das medidas relativas à padronização e à classificação dos produtos agro-pecuários;
- a) colaborar na aplicação das leis atinentes à vida rural;
- p) auxiliar ou executar, quando devidamente credenciada, serviços oficiais de estatística;
- q) organizar serviços de arbitragem nas meias rurais e, bem assim, de avaliações e peritagens, respeitadas a legislação em vigor;
- r) executar, se essa tarefa lhe for cometido, serviços de controle leiteiro e de registro genealógico;
- s) estimular a economia de seus sócios, favorecendo a aquisição da propriedade rural, e promovendo a constituição e desenvolvimento de cooperativas que realizem a defesa dos seus interesses econômicos;
- t) realizar periodicamente, com a assistência do governo, exposições agro-pecuárias distritais, municipais ou regionais; e,
- u) desempenhar atribuições que por intermédio de seus órgãos superiores, lhe forem delegadas pelo poder público".

São estes, objetivos tendentes a elevar e dignificar a profissão, como meio de se fixar o homem à terra, combatendo indiretamente a êxodo para as cidades. O decreto assegura direitos e vantagens ao

homem do campo tal como ao trabalhador do comércio e da indústria a toda legislação já os têm efetivado.

Haveria, pois, mal em que se utilizasse taxa existente, para ser aplicada em tão altas objeção? Será, até, a maneira apropriada de iniciar-se o movimento que toma corpo como imperiosa necessidade, de efetiva assistência ao ruralista desamparado.

Aproveitemos a pouca já feita e dilatemos a ação do decreto que já produz seus primeiros frutos. A classe rural começa a se erguer.

A Conferência das Classes Produtoras de Araxá, onde a indústria, o comércio e o agricultura estiveram presentes em paridade de representação, recomendou.

"1) que os serviços sociais sejam estendidos à classe rural, por meio de uma progressiva adaptação dos processos mais convenientes, indicados pela experiência,

2) que, embora coiba ao Estado, em primeiro plano, a dever de criar e manter os serviços assistenciais ao trabalhador rural, seja reconhecida a necessidade de que participem do seu estudo, organização e direção, os representantes qualificados das atividades rurais. É este, aliás, o espírito do decreto.

Estamur seguramente informados de que a Sociedade Nacional de Agricultura e a Comissão que orienta a aplicação dessa lei, continuam em estreita colaboração com o Ministério da Agricultura, a promover e criação de associações rurais municipais e suas federações estaduais, convencidas de que esta é a fórmula mais natural e por isso mesmo mais indicada para a desejada organização da nossa classe agrícola. E essa organização se afigura indispensável e urgente à Sociedade Nacional de Agricultura, como precípua condição, para que os poderes públicos nestes tempos de verdadeira fuga dos campos, possam assistir com os meios de que carece, não só para a elevação do seu nível de vida mas também para que ele assumo o alto papel que lhe cabe na comunidade brasileira.

Existem registrados no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, em princípios deste ano, cerca de 200 associações rurais e vários processos de registro de organizações em andamento nos Estados. Oito federações estaduais se encontram em funcionamento. A Confederação Rural Brasileira, cúpulo da organização, ainda não foi fundada. É pensamento entretanto das líderes do classe fundá-la com o maior número de federações, a fim de dar-lhe vida duradoura e absoluta legitimidade de representação. Juntamos uma relação dessas instituições, bem como um esquema da organização previsto no Decreto n.º 8.127.

Escreveu o ilustre Senador Senhor Apolônio Sales que "As associações rurais previstas constituem verdadeiras órgãos de extensão do Ministério da Agricultura, não colidindo com os sindicatos rurais, criados ou a se criarem sob a orientação do Ministério do Trabalho. O decreto em causa objetiva, principalmente, acolher uma realidade nacional, aproveitar o longo trabalho já realizado pelos nossos associações agrícolas e dar à lavoura uma lei mais à sua feição, tendo em vista as peculiaridades da meio, e caráter nitidamente extensivo da atividade, o estado atual de desenvolvimento do espírito associativo, a dificuldade de diferenciação da atividade rural, enfim, considerar, para maiores possibilidades de êxito a profunda diferença que marca a trabalho nas grandes cidades e na campo". "Com essas associações — continua o ilustre ex-ministro da Agricultura — atenderia a poder público à necessidade de

agir em maior profundidade, onde se encontra dos programas de ação, das deficiências e até das aspirações de todos as classes que, conjuntamente, realizam a vida rural".

Creia ser um trabalho digno de apreço, o que vem sendo realizado com determinação e patriotismo a sombra dessa lei e que, ao meu ver, ao invés de ser combatido, deverá ser altamente prestigiado. Penso que tudo seja suscetível de aperfeiçoamento. A lei terá possivelmente uma ou outra falha, mas os seus altos objetivos e os resultados já apresentados exigem a sua permanência e não a revogação sumária proposta.

Deixemos que a sua aplicação mais demorada e a experiência ponham em evidência os defeitos possíveis da correção, já que, dentre todas as iniciativas para a organização do classe rural, tem sido esta, pelas seus efeitos, a que mais se ajusta ao meio brasileiro.

Sou, pois, pela rejeição do projeto do eminente Sr. Deputado Altino Arantes, com a sugestão de que, atendendo aos imperativos da momento e à recomendação das Classes Produtoras na Conferência de Araxá, se aproveite do tempo na rede de associações rurais para atender a assistência social tão reclamada pelo homem do campo, por todas reconhecida como necessária e urgente e tão bem preceituada nas alíneas "q" e "j" do artigo 17.

Não se cansam os nossos dirigentes de reconhecer a situação de inferioridade em que se encontram os trabalhadores rurais, em relação aos seus colegas da indústria e do comércio; dispõem uns e outros de organizações e de meios financeiros que já lhes proporcionam razoável situação no plano assistencial. Aproveitemos, pois, a determinação da Decreta-lei n.º 8.127, para a imediata distribuição de benefícios, tão reclamados, quanto langüinquos.

A indústria e o comércio arrecadam por ano cerca de 500 milhões de cruzeiros para os seus serviços de assistência. De onde vem afinal, essa vultosa importância senão da povo, que produz e trabalha? Assim como a indústria e o comércio, também a agricultura deve suprir-se de recursos para atender às iniciativas imprescindíveis ao seu saerquimento.

Par tôdas estas razões, somos pela rejeição do projeto n.º 928, de 1948.

Solo "Antônio Carlos", 13 de abril de 1950. —  
**Horácia Lofer**, Presidente. — **Agastinho Manteiro**,  
 Relator. — **Raul Barbosa**. — **Gaston Englert**. —  
**Jaã Cleafas**. — **Toledo Piza** com restrições. — **Café**  
**Filha**. — **Orlando Brasil**. — **Fernanda Nóbrega**. —  
**Leito Neto**. — **Laura Lapes**. — **Duque Mosquita**.  
 — **Diaclécia Duarte**.

(Diária do Congresso 26 de abril de 1950, fls. 2.789-50)

PARA BEM SERVIR COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

**BORGHOFF S. A.**

Rio de Janeiro - Rua Machado, 243 - Fone 42-3720 - C. P. 619

São Paulo - Av. Cal. O. da Silveira, 63 - Fone 51-6980

Telegramas - "Borgmagneto" - Rio ou S. Pau

O MOTOR IDEAL para o acionamento de geradores, compressores, picadeiras de cana, bombas, etc. A gasolina-1 cilindro-4 tempos

MODELOS DE 0,8 HP A 7 HP em ALTA E BAIXA ROTAÇÃO.



• Leve, porém robusta. Simples de instalar, pois é refrigerado a ar. Durável e econômica. Partida instantânea e maneja muito simples. Oferecida também sob a forma de:

**GRUPOS GERADORES e MOEDOS BOMBAS.**

Oficinas especializadas e estoque de acessórios.

Representamos outros motores e grupos geradores para qualquer potência.

# Tradição



A primeira Fábrica NESTLÉ foi instalada há quase um século em Cham, na bela e hospitaleira Suíça.

Hoje, após tantos anos de trabalho ininterrupto e de incensáveis pesquisas nos campos da ciência e da técnica, o nome NESTLÉ tornou-se uma tradição. Representa, em todo o mundo, um símbolo de qualidade e perfeição. No Brasil, as 3 Fábricas Nestlé, montadas em Araras e Aracajuara (Estado de S. Paulo) e Barra Mansa (Estado do Rio), com produção sempre crescente, e uma nova Fábrica, já em construção, bem demonstram o esforço feito para dotar o País de uma indústria de cunho altamente social e que vem contribuindo eficientemente para a solução de um dos maiores problemas da atualidade: a alimentação de crianças e adultos.

COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL  
BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES  
CONCESSIONÁRIA EXCLUSIVA NO BRASIL DOS

## Produtos NESTLÉ

LEITE CONDENSADO M. R. CA. MOÇA - LEITES EM PÓ: LACTOGENO, NESTOGENO, ELEDON, PELARGON, NINHO - ALIMENTO CONCENTRADO M. LO - NESCAO - CREME DE LEITE NESTLÉ - FARINHA LÁCTEA NESTLÉ - AÇUCAR NUTRITIVO NESSUCAR

# A Visita De Um Grande Técnico Laticinista Uruguaio Ao Brasil

Por Otto Friensel, Diretor da Sociedade Nacional da Agricultura.

Em 22 de abril p. p. o Rio de Janeiro recebeu a visita do Sr. Engenheiro Agrônomo, Juan Minut, Diretor da Cooperativa Nacional de Produtores de Leite ("Conaprole"), de Montevidéu, Uruguai. O ilustre viajante foi passageiro do vapor italiano "Conte Grande", acompanhado de seu filho, o advogado Dr. Renzo Minut.

Foi recebê-lo no Cais da Pôrto uma comissão, composta dos Srs. Albino Silveiras, Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio de Janeiro, Osvaldo Ballarin, Otto Friensel, este em nome do "Boletim do Leite", do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado de Minas Gerais, Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, de Porto Alegre, e da Sociedade Nacional da Agricultura e Dr. Rubens Magalhães Pecego, Inspetor de Produtos de Origem Animal, da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, representando o Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura.

Passados os primeiros momentos da emocionante recepção e acomodados os ilustres visitantes em seu hotel, foi aproveitada a tarde daquele dia, um sábado, para um passeio aos pontos mais pitorescos da Capital Federal. Além dos visitantes e do autor, acompanharam-nos os Srs. Osvaldo Ballarin e Dr. Rubens Pecego.

No dia seguinte, domingo, tivemos a grande satisfação de receber os visitantes em nossa residência, para um almoço, aproveitando a tarde para visitar alguns pontos interessantes da nossa bela capital.

No dia seguinte, domingo, tivemos a grande satisfação de receber os visitantes em nossa residência, para um almoço, aproveitando a tarde para visitar outros pontos interessantes da nossa bela capital.

Na manhã do dia 24, visitamos os entrepostos de leite da Sociedade Mineira de Laticínios Ltda., na Estação Alfredo Maia, onde fomos recebidos pelos Srs. Plínio Celestino de Castro e Antonio Finza; da Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Ltda., à rua Sotero dos Reis, onde fomos recebidos pelo Sr. Adrião Vila Nova e a Seção de Engarrafamento da CCPA, à rua Jorge Rudge que visitamos detalhadamente sob a orientação do respectivo gerente, Sr. Adriano Lopes Pereira. Nestas visitas fomos acompanhados pelo Sr. Dr. Rubens Magalhães Pecego, representante do Departamento Nacional da Produção Animal.

À tarde visitamos o Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Daniel de Carvalho, em companhia do Dr. Rubens Pecego, tendo sido recebidos por S. Excia. em companhia do Sr. Dr. Paulo Froes da Cruz, seu Assistente. O Sr. Eng. Agr. Juan Minut manteve longo e interessante palestra com o Sr. Ministro, retribuindo, assim, a honrosa visita que S. Excia. lhe fizera na "Conaprole", por ocasião de sua recente estada no Uruguai. Fomos, também, recebidos pelo Sr. Dr. Henrique Ilanc de Freitas, Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Animal, com o qual o Sr. Juan Minut, igualmente manteve

longa e oportuna palestra. A seguir fomos recebidos pelo Sr. Dr. Augusto de Oliveira Lopes, Diretor da Divisão da Inspeção de Produtos de Origem Animal que se encontrava na companhia do Sr. Dr. Luiz de Sá Miranda, do Serviço de Leite e Derivados daquela Divisão. Fomos, ainda, recebidos pelo Sr. Dr. Jorge Pinto Lima, do Serviço de Informação Agrícola o qual proporcionou ao Sr. Juan Minut uma série de publicações de seu interesse.

Na manhã do dia seguinte, 25, o Sr. Eng. Agr. Juan Minut, acompanhado de seu filho, por nós e pelo Sr. Dr. Rubens Magalhães Pecego, representando o Departamento Nacional da Produção Animal, seguiu para Juiz de Fora em visita a Fábrica-Escola de laticínios "Candido Tostes". Durante esta viagem o Sr. Minut teve ensejo de observar interessantes aspectos do Interior do Brasil. Ao mesmo tempo todos nós que o acompanhamos, tivemos ocasião de chamar a sua atenção para as condições reais dos laticínios brasileiros, suas dificuldades e grandes lutas. O fator distância e grandeza foi o que mais impressionou o nosso ilustre visitante, pois, não conseguíamos em lembrar-lhe a grandiosa superfície de cerca de 8.500.000 km<sup>2</sup> do Brasil. As 11,30 chegamos na cidade do FELCT, onde fomos recebidos pelo seu Diretor, Dr. Sebastião S. Ferreira de Andrade, professores, alunos e funcionários, com aquele espírito amistoso e cavalheiresco que tanto os caracterizam e que resolvemos batizar de "espírito felctiano". Evidentemente, como para todos nós, a visita a FELCT pelo Sr. Eng. Agr. Juan Minut foi um grande e inesquecível acontecimento, tendo ele tido a grata satisfação de encontrar diversos professores que já o tinham visitado na "Conaprole" em Montevidéu. Vias-se que a satisfação era evidentemente recíproca. Difícil e longo seria relatar aqui detalhadamente as emocionantes homenagens que lhe foram tão justamente prestadas. Após as apresentações seguiu-se um luto almoço à brasileira que foi saboreado com evidente satisfação pelo homenageado. Em nome dos alunos falou o Sr. José Partado Pereira, proferindo discurso vibrante, oportuno e vivamente aplaudido, em virtude das justas homenagens que tão bem traduzia. Profundamente emocionado, o homenageado, abraçou o orador e agradeceu com palavras sinceras e muito oportunas. O fim do almoço foi abrilhantado por um afiado grupo de vocalistas, cantando em homenagem ao ilustre visitante as mais conhecidas e atuais canções regionais brasileiras.

Seguiu-se uma detalhada visita aos laboratórios da Escola e à fábrica propriamente dita. O Sr. Juan Minut tudo visitou com evidente interesse, demorando-se nas várias seções onde proferiu observações de grande valor para os presentes, em alguns casos verdadeiras aulas que foram altamente apreciadas.

Finalmente teve lugar uma sessão solene no salão respectivo sob a presidência do Diretor da FELCT, Sr. Dr. Sebastião S. Ferreira de Andrade o qual convidou para fazer parte da mesa os ilustres visitantes, Sr. Eng. Agr. Juan Minut, sen 11

lho Dr. Renzo Minut, Dr. Rubens Magalhães Pecego, representante do Departamento Nacional da Produção Animal e Otto Frensel, representando o "Boletim do Leite", os Sindicatos da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio de Janeiro e no Estado de Minas Gerais, Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, de Porto Alegre, e a Sociedade Nacional de Agricultura. Com a sala repleta de professores, alunos, funcionários e visitantes, o Sr. Dr. Sebastião S. Ferreira proferiu um discurso inicial, enaltecendo a honrosa presença do Sr. Ministro. A seguir proferiu brilhante oração o professor Dr. Dante Nardelli que foi muito aplaudido. Respondeu, altamente comovido, o homenageado, Sr. Eng. Agr. Juan Minut, o qual teve ensejo de relatar, nesta oportunidade, referências sobre os problemas dos laticínios em geral que representam uma verdadeira e das mais úteis aulas sobre este assunto. Em brilhante oração, prestou homenagem a nós, como patrono da Biblioteca "Otto Frensel" do Diretório Acadêmico da FELCT, o aluno Paulo Gomes. Vivamente emocionados, agradecemos esta homenagem a qual foi agradavelmente nos surpreendeu, notadamente por ter sido pronunciado na presença de tão seletto auditório. Aproveitamos do ensejo para entregar aos responsáveis pela referida biblioteca alguns livros novos que oferecemos a mesma. A seguir, o Sr. Professor Dante Nardelli entregou ao Sr. Juan Minut, como homenagem especial da FELCT a fâmula da Escola e uma carteira de Felctiano Honemérito. Finalmente foram oferecidos aos visitantes os distintivos de FELCT, os quais foram alivados respectivamente, ao Sr. Juan Minut pelo aluno Sr. Augusto da Silva Carvalho, ao Sr. Dr. Rubens Pecego, pelo aluno Sr. José Furtado Pereira e ao Sr. Otto Frensel pelo aluno, Sr. Paulo Gomes.

Todos os homenageados agradeceram vivamente sensibilizados. No livro dos visitantes, o Sr. Eng. Agr. Juan Minut deixou consignada a ótima impressão de tudo que lhe fôra dado observar. Este exemplo foi seguido pelos demais visitantes. Depois de feitas as mais cordiais despedidas, voltamos no mesmo dia para o Rio de Janeiro. Durante a viagem comentamos longamente a nossa tão útil e agradável visita a FELCT. Foi para nós uma grande satisfação verificar a ótima impressão que essa visita tinha despertado em nosso ilustre hóspede. Desejamos, por isso, reiterar aqui os nossos mais sinceros agradecimentos ao digno Diretor da FELCT, Dr. Sebastião S. Ferreira de Andrade e a todos os professores, alunos e funcionários.

Na tarde do dia 26 visitamos, em companhia do Sr. Albino Silveira, Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio de Janeiro, as fábricas da Cia. U. S. Harkson do Brasil, fabricantes dos Produtos Sorvex "Kibon" (ice cream). Fomos recebidos pelos Srs. Kent Lutey, Presidente da Cia. e B. A. Kalushko, Diretor Técnico. Tendo como guia o próprio Presidente da Cia. Sr. Kent Lutey, tivemos ensejo de visitar detalhadamente, tanto a antiga fábrica à Rua do Matoso, como a nova e o fase final de construção na Rua Visconde de Niterói. Tanto uma como a outra impressionam sobremaneira qualquer visitante e a impressão do Eng. Agr. Juan Minut foi incontestavelmente das melhores. Como técnico de profundos conhecimentos que é, teve o Sr. Juan Minut ensejo de verificar que possuímos no Brasil uma indústria de laticínios que presta os mais assinalados serviços a população no fornecimento de produtos alimentícios de mais elevado valor nutritivo, aliadas a higiene impecável e a apresentação mais convidativa. Se esta realidade já foi conse-

guida com a fábrica provisória atual, bem podemos imaginar o que não será conseguido com a fábrica nova que representa, indiscutivelmente, a última palavra na idealização de uma moderna e eficiente fábrica de "ice cream".

A visita seguinte foi feita ao Serviço de Fiscalização Sanitária do Leite, onde fomos recebidos pelo conhecido técnico, Sr. Dr. Marcos Miglievich, chefe deste serviço há longos anos. Travou-se, entre os dois grandes técnicos animada palestra que acompanhamos com grande interesse, dados os profundos conhecimentos que dela colhemos. Visitamos as várias seções do Serviço de Fiscalização de Leite do Rio de Janeiro, tendo o Sr. Juan Minut nesta oportunidade, também, ensejo de palestrar com a Sra. Dra. Luiza Saraiya, Química Chefe e Dr. José M. C. Marçal, Chefe do Serviço do Microbiologia, ambos antigos e reputados técnicos.

No dia 27 acompanhamos o Sr. Eng. Agr. Juan Minut e filho para uma visita a São Paulo para onde seguimos, de manhã cedo, por avião. No Aeroporto paulista fomos recebidos pelos Srs. Francisco da Silva Villela (Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo e sócio da firma Alves, Azevedo S/A), Dr. Tarquino Oliva da Fonseca (Presidente em exercício da referido Sindicato e Diretor da S. A. Fábrica de Produtos Alimentícios "Vigor"), Dr. Cesare Giusti (Diretor da Cia. Brasileira de Laticínios Polenghi) e Dr. Pascoal Mucciolo (Professor Catadático da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo). Após os cumprimentos e animada palestra, depois de instalados no hotel, seguimos em visita a Sociedade de Laticínios Doninho Ltda, acompanhados do Professor Dr. Pascoal Mucciolo. Fomos otimamente recebidos pelos diretores daquela empresa, Srs. Olindo Lello e Maria Garaldi, os quais mostraram detalhadamente ao Sr. Juan Minut as instalações existentes, descrevendo, também, as inovações que estavam em período de instalação.

A tarde foi dedicada a uma visita demandada e detalhada as grandiosas instalações da S. A. Fábrica de Produtos Alimentícios "Vigor" onde, em companhia do Professor Dr. Pascoal Mucciolo e Dr. Luiz A. Penha, Diretor da "Revista dos Criadores", fomos recebidos pelos diretores daquela sociedade Srs. Otto R. Jordan, Dr. Tarquino Oliva da Fonseca, Totila Jordan e Will Otto Jordan.

Na manhã do dia seguinte, 28, visitamos, primeiramente, a fábrica do conhecido queijo "Catupiry" do Sr. M. Silvestrini o qual nos recebeu com grande satisfação. Impressiona, não só a originalidade da indústria, pois, se trata de um tipo de queijo inteiramente idonizado pelo Sr. Silvestrini, mas, também, as excelentes condições técnicas e higiênicas de toda a fábrica. O aspecto mais original consiste no fato de todas as máquinas terem sido ideadas e construídas pelo próprio Sr. Silvestrini. Não se trata, porém, apenas, da aparelhagem para a fabricação do queijo, mas, também, de máquinas originais para a fabricação das caixas especiais e dos sacos de "cellophane". Foi uma visita muito útil e devesas interessante. Acompanhamos-nos nesta interessante visita os Srs. Dr. Otto Magalhães Pecego, Inspetor Chefe da Inspeção Regional da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, no Estado de S. Paulo e Dr. Fidelis Alves Netto, Chefe do Serviço de Produção e Beneficiamento do Leite no Interior da Divisão de Inspeção de Produtos Alimentícios do Origem Animal do Departamento da Produção Animal do Estado de São Paulo.

A seguir, a convite do Sr. Dr. Otto Pecoço, visitamos a sede de sua Inspetoria Regional, onde o Sr. Juan Minut teve ensejo de apreciar o gigantesco trabalho dessa útil Inspetoria, colhendo dados, estatísticos, mapas, etc.

A visita seguinte, também, em companhia dos dois referidos conhecidos técnicos paulistas, foi a fábrica da Cia. U. S. Harksen do Brasil em São Paulo, onde fomos recebidos pelo gerente, Sr. Colin Smith o qual nos mostrou, com interesse e detalhes, não só a instalação de fabricação do "ice cream" "Kilbon", como, também, a nova instalação de desidratação da ovo e de leite. O Sr. Juan Minut teve, assim ensejo de conhecer uma etapa do grande progresso da Indústria do "ice cream" no Brasil, graças a iniciativa e competência da referida companhia.

A tarde foi dedicada a uma visita detalhada ao Departamento da Produção Animal, da Secretaria de Agricultura do Estado do São Paulo, situada no belo parque da Avenida Água Branca. O Sr. Eng. Agr. Juan Minut o comitiva, acompanhado do Sr. Dr. Otto Magalhães Pecoço e Professor Dr. Pascoal Mucciolo, foi recebido pelo Sr. Dr. Fernando F. da Costa Filho, Diretor da Divisão de Inspeção de Produtos Alimentícios do Origen Animal, em cuja companhia percorremos todos os serviços da referida divisão, tendo o Sr. Dr. Juan Minut ensejo de palestrar com os técnicos, chefes dos referidos serviços, colhendo dados e impressões muito úteis. Tivemos, ainda, ensejo de visitar a Biblioteca do Departamento, onde o Sr. Eng. Agr. Juan Minut foi obsequiado com uma série de trabalhos distribuídos pela referida biblioteca.

A noite acompanhamos o Sr. Juan Minut numa visita à sede da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, a convite do Professor Dr. Pascoal Mucciolo. Convidado para fazer parte da mesa, o Sr. Juan Minut teve ensejo de ouvir vários oradores, expondo teses muito interessantes sobre o assunto principal da reunião, "a mastite". Usatado para fazer observações originais sobre a matéria em discussão, mostrando, assim, o profundo conhecimento que possui de todos os detalhes que possuem interesse a produção do leite.

Indiáveis compromissos nos obrigaram a voltar para a Capital Federal na noite daquele dia, de maneira que, muito a nosso pesar, tivemos que nos despedir do nosso grande amigo e ilustre visitante, Sr. Eng. Agr. Juan Minut, de seu filho Dr. Renzo Minut e de todos os amigos paulistas que com tanta boa vontade e interesse nos acompanharam nessa inesquecível visita histórica para os laticínios de São Paulo e do Brasil. Estavam presentes no momento o Sr. Dr. Antonio Brasiliano da Costa, Consultor jurídico do Sindicato da Indústria do Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais o qual, em nome do referido Sindicato, fez cumprimentar o nosso ilustre visitante, bem como os Srs. Felice Piccinini e Dr. Cesare Giusti, diretores da Cia. Brasileira de Laticínios "Polenghi".

Não tivemos, pois, o prazer de poder acompanhar o Sr. Juan Minut em suas visitas nos dias 29 e 30 do corrente, mas baseados numa carta que nos escreveu o nosso grande amigo, Sr. Professor Dr. Pascoal Mucciolo o qual os acompanhou nas visitas desses dias, estas foram as seguintes:

O dia 29 foi inteiramente dedicado a uma visita a Campinas, onde foram visitadas as seguintes granjas, produtoras de leite tipo "A": Sant'Ana, Santa Cândida e São Martinho, bem como a Fazenda "Anhuma", produtora de leite tipo "B". Visitou-se, também, a moderna usina, exportadora de leite tipo

"B" e "C" da Cia. Leco de Produtos Alimentícios Ltda. Pelo proprietário da Granja São Martinho foi oferecido um almoço ao Sr. Minut o qual estava acompanhado do Sr. Dr. Fidelis Alves Netto, Chefe do Serviço de Produção e Beneficiamento de leite no Interior do Departamento da Produção Animal do Estado, bem como do Sr. Pascoal Mucciolo, Professor Catodrático da Faculdade de Medicina Veterinária da Faculdade de São Paulo. Segundo carta que já recebemos do Sr. Juan Minut, ela achou esta visita a Campinas muito interessante e pretende escrever algo sobre ela na revista argentina "La Industria lechera".

O último dia de sua tão curta estada no Brasil, dia 30, o Sr. Eng. Agr. Juan Minut aproveitou para visitar pontos pitorescos e interessantes da Capital Paulista, como sejam o Instituto Butantan, Jockey Club, Clube Pinheiros, Jardim América, Jardim Europa, etc. Ele foi acompanhada nestas visitas pelos Srs. Drs. Cesare Giusti, Fidelis Alves Netto e Pascoal Mucciolo.

Finalmente, no dia 1º do mês corrente, segunda-feira, de manhã cedo, teve lugar o seu embarque no aeroporto de volta para Montevideo. Estiveram presentes para lhe apresentar os cumprimentos de despedida e de honrar a viagem os Srs. Francisco de Silva Villola, Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo, Professor Dr. Pascoal Mucciolo e Dr. Cesare Giusti.

A visita deste nosso velho e caro amigo nos deixou, como a todos que com ele tiveram ensejo de privar, durante a sua tão curta estada aqui, o mais agradável impressão já pelos seus dotes pessoais, como pelo vasto e profundo conhecimento que possui de tudo quanto se relaciona aos assuntos laticínios.

Este conhecimento aliás não nos era estranho, leitores que somos dos seus inúmeros e úteis trabalhos originais. Infelizmente a sua visita foi demasiadamente curta, pois, muitas das visitas projetadas tiveram que ser cortadas para o nosso grande pesar e dos demais interessados.

Por nosso intermédio o Sr. Eng. Agr. Juan Minut, reitera os seus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que tanto o homenagearam em sua visita, enviando a todos os seus mais cordiais cumprimentos.

De nossa parte, também, agradecemos ao distinto visitante a grande honra que nos proporcionou, certos que estamos de termos estratado ainda mais os laços de amizade já existentes e de termos conseguido mais um amigo sincero do Brasil. Nesta agradável convicção, formulamos sinceros votos de felicidade e saúde, bom como de volta ao Brasil para muito em breve.

## LAVRADOR:

Inscreve-te sócio da  
SOCIEDADE NACIONAL DE  
AGRICULTURA

Informações: Av. Franklin Roosevelt, 115, 6º andar — C. Postal 1245 — Tel.: 42-2981 — Rio de Janeiro.

INTERNATIONAL HARVESTER  
FABRICANTES DE EQUIPAMENTOS ESSENCIAIS - PARA TRABALHOS ESSENCIAIS



## Que é isto... Agricultura ou Engenharia?

Ambas as coisas - agricultura e engenharia - o sr. encontrará nas fazendas modernas, porque, além do cultivo intensivo da terra, se fazem os trabalhos de terraceamento e conservação do solo e controle de água.

Felizmente, o agricultor necessita fazer unicamente *uma só inversão em equipamento*. As máquinas agrícolas standard McCormick International que ajudam a deter a erosão do solo e a reter a água são as mesmas máquinas que produzem *afios melhores e mais abundantes*.

Os métodos modernos de conservação do solo são simples, econômicos e absolutamente essenciais. Graças a eles, a indústria agrícola pode aumentar a produção no mesmo tempo que



conserva a terra fértil e produtiva para as gerações vindouras. O seu distribuidor de maquinaria agrícola McCormick International terá muito prazer em mostrar-lhe como as máquinas agrícolas modernas podem evitar os

perigos da erosão e aumentar a produção da sua terra. Um bom exemplo de como as máquinas agrícolas standard podem conservar o solo é a combinação de um tractor Farmall McCormick International com um arado de dois discos conectado diretamente com o tractor.

Este arado tem uma roda traseira de steel control e pode retroceder e manobrar com grande facilidade para construir e manter terraços.

Use este conjunto para conservar o humus e aumentar a sua fertilidade.

perigos da erosão e aumentar a produção da sua terra.

Solicite nos o novo livrinho "O seu Equipamento Agrícola", que acabamos de editar e que lhe remeteremos gratuitamente. Caixa Postal 670, Rio de Janeiro

INTERNATIONAL HARVESTER MÁQUINAS, S. A.

Rio de Janeiro, Av. Barão de Teffé, 74 - São Paulo, Rua Oriente 57 - Porto Alegre, Rua Gaspar Martins, 203

**INTERNATIONAL**



**HARVESTER**

• Tratores • Máquinas Agrícolas McCormick International

Força Industrial • Caminhões International

# O BANCO DO BRASIL E O CRÉDITO AGRÍCOLA

Como nos anos anteriores, abre a "A LAVOURA" espaço para a parte do Relatório do Banco do Brasil, referente às operações da sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

É uma necessidade para a classe rural, não só tomar conhecimento dos esforços que veem sendo despendidos pelo tradicional estabelecimento bancário, no afan de dotar a nossa agricultura desse indispensável elemento propulsor que é o crédito, como familiarizar-se com os vários tipos desse crédito, servindo a uma atividade complexa e sui-generis, como a agricultura, porque, é preciso que se diga, do conhecimento, por parte do homem do campo, das modalidades peculiares ao crédito rural, também dependem o seu bom êxito e a sua maior difusão nos meios agrícolas.

A análise desse importante setor da vida do Banco do Brasil em 1949, segundo os dados do Relatório do seu presidente, leva-nos, desde logo, a três importantes conclusões:

- 1a. — pequeno aumento na rúbrica dos recursos destinados a atender ao crédito agropecuário;
- 2a. — maior emprego de recursos no dito crédito;
- 3a. — maior distribuição do crédito entre os pequenos produtores.

Enquanto em 1948 os recursos específicos disponíveis da Carteira montaram a 1.591.433.734,70 em 1949 apresentaram-se com o pequeno aumento de 1.732.115.577,70, o que obrigou o Banco, para atender ao crescente movimento da Carteira Agrícola, a valer-se como nos anos anteriores de outras fontes de suprimento, visto como, lamentavelmente, a arrecadação dos recursos a que se refere o decreto-lei n. 3077, de 26 de fevereiro de 1941, ficou "muito aquém da expectativa".

Houve, contudo, um aumento nas aplicações agro-industriais de cerca de meio milhão de cruzeiros em 1949, pois que as aplicações do ano anterior, de 3.421.753.775,50, passaram para . . . 4.047.766.252,30 no exercício seguinte.

Em começo de 1948, foi a Sociedade Nacional de Agricultura convocada a participar de uma reunião, sob a presidência do Exmo. Sr. Presidente

da República, a qual compareceram os Srs. Ministros da Fazenda e da Agricultura, o Presidente do Banco do Brasil, e o Diretor da respectiva Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Foi, então, pelo Dr. Arthur Torres Filho apresentado o ponto de vista da Sociedade, que ficou resumido na seguinte conclusão:

"Dentro das idéias expostas e dado o pensamento de S. Excia. o Sr. Presidente da República, de levar estímulo e amparo aos verdadeiros produtores nacionais, ouso a Sociedade Nacional de Agricultura sugerir a seguinte modalidade para atender principalmente a situação do pequeno produtor:

— Facilidade, em todo o país, de crédito até o limite de Cr\$ 15.000,00 a todo agricultor, inclusive arrendatário, colonos, etc., a ser concedido através das agências do Banco do Brasil e, sempre que possível, sob a forma de acôrdo com cooperativas, associações rurais, e mesmo com outros bancos regionais e locais obedecendo a uma supervisão central, afim de evitar possíveis desvirtuamentos e, sobretudo afastar os conhecidos entraves burocráticos, que tornam difícil no momento qualquer operação de crédito de que careça o agricultor."

A terceira conclusão desta rápida apreciação está assim plenamente justificada: a Carteira, que em 1947 forneceu apenas 2.291 empréstimos aos pequenos produtores (limites de 250,00 a 30.000,00) subiu em 1948 para 3.803, elevando-se para 5.946 no exercício em reparo.

É uma situação auspiciosa, que vem ao encontro dos desejos da classe rural, expostos pela Sociedade Nacional de Agricultura na memorável reunião, a que nos referimos.

Um outro ponto, que merece favorável reparo é o capítulo referente ao financiamento das máquinas agrícolas. Sabemos todos que o regime do trabalho da enxada, em que de um modo geral ainda se encontra a nossa agricultura, é um dos motivos do alto custo e do fraco rendimento da nossa produção rural. Todas as medidas que visem a dissiminação do emprêgo da máquina em nossas atividades de campo, são portanto benéficas à nossa agri-

nomia. Enquanto não dispusermos do nosso parque industrial, capaz de fornecer a preço baixo máquinas apropriadas ao nosso meio e às nossas culturas, teremos de ir buscar no estrangeiro aquelas que possam fazer render o trabalho, e diminuir o custo da produção. Por várias vezes, a Sociedade Nacional de Agricultura pleiteou, junto aos órgãos capazes entre os quais o Conselho Federal do Comércio Exterior, a implantação da indústria de máquinas agrícolas no país, tendo, neste, levado ao Governo estudos e planos a respeito. Seria o caso de o Banco do Brasil estudar, para ulteriores providências, esse outro aspecto do problema: a produção nacional de máquinas agrícolas. De qualquer modo, o financiamento da importação de máquinas é já um elemento altamente favorável aos objetivos da melhoria da produção. As cifras que encontramos no relatório são bastante promissoras: de 19 empréstimos em 1947, a quem da casa do milhão de cruzeiros, passou para 498 operações em 1949, no valor de 52 milhões de cruzeiros.

Também, no que se refere ao trigo, cuja produção ascendente em breve esperamos libertará o país da dependência estrangeira, o auxílio da Carteira foi menos substancial: de pouco mais de . . . . . 1.143.000,00 em 1947, passaram os financiamentos ao trigo para 27.115 000,00.

No setor industrial — que em alguns aspectos não pode ser separado do agrícola, pois que muitas das indústrias ali compreendidas são, puramente rurais, como as do açúcar, do vinho, do charque, do trigo, do algodão, seu beneficiamento, etc., não foi menos proveitosa a interferência da Carteira, tendo esses setores da nossa economia se beneficiado com 265 milhões de cruzeiros para o seu maior desenvolvimento.

Da leitura do Relatório do Banco do Brasil, nessa parte vital para a economia do país, que é o crédito rural, se infere que muito já vem realizando a sua Carteira Agrícola, e que, se lhe não faltarem recursos, aliás previstos, nela terá a produção agropecuária brasileira um decisivo ponto de apoio, e até um estímulo precioso.

Fazemos, daqui, os melhores votos para que a orientação do digno presidente do Banco do Brasil sr. Ovidio de Abreu, exemplarmente seguida pelo operoso diretor da Carteira Agrícola e Industrial, Sr. Marino Machado, seja, como até aqui, no sentido do seu constante aperfeiçoamento e simplificação.

Com isto, estará o Banco do Brasil integrando-se, cada vez mais, no conjunto das forças impulsoras da nossa economia e do nosso progresso.

## OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

*Trecho do Relatório apresentado à Assembléa geral realizada em 27 de abril do corrente ano pelo Presidente do Banco do Brasil, Dr. Ovidio de Abreu.*

### a) Recursos e Aplicações

O Decreto-lei n.º 2.611, de 20 de setembro de 1940, que fixou em 7% no ano o taxa máxima de juros compensatórios dos financiamentos rurais, e o Decreto-lei n.º 3.077, de 26 de fevereiro de 1941, baixaram normas destinadas a prover o Banco do Brasil dos recursos adequados às operações de crédito especializado, tornando compulsório o recolhimento à sua caixa dos depósitos judiciais, dos depósitos exigidos pelos emprêços concessionários de serviços públicos e de 15% dos depósitos ou fundos das instituições de previdência.

Não poderia a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, sob pena de ver comprometida a sua missão fundamental, que é a de fomentar, através de eficiente emprego financeiro, o desenvolvimento da

riqueza do País — em harmonia, portanto, com os elevados propósitos do Governo Federal — prescindir dos recursos que lhe asseguram os aludidos Decretos-leis.

A arrecadação dos citados recursos ficou, entretanto, muito aquém do espectativo, porque os recolhimentos das instituições de previdência — de cujo volume mais se esperava — foram sensivelmente diminuídos em virtude de interpretação restritiva que vem sendo dada aos termos do Decreto-lei n.º 3.077.

O quadro a seguir, dos recursos e aplicações da Carteira em 31 de dezembro de 1949, demonstra que não se modificou, na exercíção, a situação que já tem sido objeto de comentários em relatórios anteriores: com aplicações que totalizavam 5.634 milhões de cruzeiros, a Carteira só dispunha de recursos específicos no montante de 1.732 milhões.

## CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

## Recursos e aplicações

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1949

R E C U R S O S	A P L I C A Ç Õ E S
Cr\$	Cr\$
Recursos próprios da carteira: (Decreto-lei n. 3 077, de 26-2-541)	
Depósitos judiciais a vista e de aviso prévio de meses de 90 dias .....	Empréstimos rurais .....
Depósitos judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias e curtos .....	Empréstimos Industriais .....
Depósitos de empresas concessionárias de serviços públicos .....	Empréstimos sobre produtos agrícolas decorrentes de contratos com o Governo Federal .....
Depósito obrigatório a prazo fixo (Institutos) .....	Cêra de carnaúba (Lei 594, de 26-2-548) .....
Bônus em circulação .....	Cêra de carnaúba (Lei 694, de 7-5-549) .....
Recursos de outras origens:	Câmbios alimentícios (Lei 615, de 2-2-549) .....
Da Carteira de Redescobertos .....	Créditos em liquidação .....
Das disponibilidades gerais do Banco .....	
5.634.802.693,10	4 047.766.252,30
	1 125 326 500,40

As aplicações supra são representadas pelos saldos devedores em 31-12-49

Não foram mencionados os "Empréstimos em Letras Hipotecárias" que conforme seu próprio nome indica, não são realizados em espécie

O Banco do Brasil, empenhado em não restringir as operações de crédito especializado, tem lançado mão de suas disponibilidades gerais para suprir a falta dos aludidos recursos. Fã-lo, porém, com sacrifício de sua economia, uma vez que aplica em empréstimos rurais, que representam mais de 80% dos financiamentos realizados pela Carteira e não comportam, por força de lei, juros superiores a 7% o.a., somos importantes, que lhe renderiam mais se invertidas em operações comerciais.

Não houve alteração no total de bônus em circulação, os quais se expressam em 76 milhões de cruzeiros, tendo-se verificado, no exercício, pequeno acréscimo no montante dos depósitos a prazo fixo destinados à aquisição daqueles títulos (390 milhões de cruzeiros).

Realizou a Carteira, desde sua fundação, . . . 157.211 contratos, no valor de 23.745 milhões de cruzeiros, dos quais 124.479, somando 17.662 milhões de cruzeiros, foram liquidados até 31 de dezembro de 1949, restando em vigor, na mesma data, 32.732 contratos, no total aproximado de 6.083 milhões de cruzeiros, inclusive créditos ainda não utilizados.

#### b) Crédito Agrícola

Enquanto em 1947 foram feitos 5.448 financiamentos agrícolas (incluídos os agro-industriais), no valor de 1.209 milhões de cruzeiros, subimos em 1948 para 8.676 contratos, no total de 1.583 milhões, atingindo em 1949 o 12.301, no montante de 2.378 milhões de cruzeiros.

A variação sobre o exercício passado, foi, assim, em 1949, de mais 3.625 contratos, somando 795 milhões de cruzeiros.

Visando ao aumento da produção, mormente de gêneros alimentícios, estamos empenhados em ampliar o número de financiamentos agrícolas, estendendo a assistência da Carteira por um grande círculo de lavradores, de preferência pequenos e médios.

Em 1949, os empréstimos rurais até Cr\$ . . . . . 30.000,00, constituiram 44% do total. Essa percentagem fôra, no exercício de 1948, de 41%

Foram estabelecidas normas especiais com o fim de facilitar os empréstimos a pequenos produtores, assim considerados os não excedentes de vinte milhões de cruzeiros.

Desde que o produtor seja radicado e conhecido em sua zona como elemento honesto e trabalhador, pode obter o financiamento da entressaia de sua lavoura, até aquele limite, com um mínimo de demora e despesas, estando dispensadas a avaliação prévia da safra e os certidões usualmente exigidos, louvando-se o Banco nas declarações do interessado.

No mesmo dia da assinatura do contrato de penhor, pode o cliente retirar a primeira parcela do esquema de utilização do crédito aberto, promovendo o próprio Banco o registro do contrato e admitindo a inclusão no orçamento, das despesas contratuais, quando o credenciado não dispuser dos recursos suficientes para pagá-las. Permite ainda que nos mesmos orçamentos estejam compreendidas verbas para manutenção do lavrador e de sua família.

É nosso pensamento elevar gradativamente o limite estabelecido para gozo dessas facilidades, desde que a experiência demonstre não envolverem essas operações riscos demasiados.

Mas, em suas relações com os pequenos produtores, deparam-se à Carteira sérias dificuldades. Muitas delas são elementos mais ou menos nômades, cultivam terras arrendadas e mudam de domicílio frequentemente. É compreensível que não nos seja fácil prestar-lhes auxílio quando chegam à zona de uma das Agências inteiramente desconhecidas.

O pequeno lavrador, o arrendatário, que não pode oferecer, nos seus índices individuais, base suficiente para obtenção de financiamento, em que entrará sempre, como é inevitável, uma parcela apreciável de crédito pessoal, conseguirá alcançar o auxílio necessário, amparando-se, através da organização cooperativista, na solidariedade de outros pequenos lavradores.

É indiscutivelmente o cooperativismo a solução ideal do problema do pequeno produtor. Dispensamos todo interesse às operações com cooperativas (às quais concedemos juros especiais) e realizamos com várias delas contratos anuais de financiamento, beneficiando inúmeros lavradores.

Foram concedidos, em 1949, a diversas cooperativas, 49 empréstimos, no valor de cerca de 69 milhões de cruzeiros.

Infelizmente, porém, o número de cooperativas é muito menor do que se poderia desejar e se justificaria pelo número de produtores em atividade.

É sabido que um dos maiores obstáculos à organização e ao êxito das cooperativas entre nós é a falta, no seio da classe dos pequenos produtores, de elementos com as indispensáveis qualidades de líderes e administradores. Essa dificuldade é também um sério obstáculo às operações de crédito com as cooperativas.

#### MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Tiveram apreciável incremento, no exercício, os empréstimos para aquisição de máquinas agrícolas.

Com a êxodo constante do trabalhador rural atraído por melhores perspectivas de vida nos centros urbanos, é urgente que a mecanização amplie as possibilidades da agricultura, atenuando os efeitos do desfalque do trabalho humano.

Em 1947, os financiamentos para compra de máquinas não passaram de 19, no valor de 829 milhares de cruzeiros; em 1948, foram já 64 operações, somando 6 milhões, e, em 1949, subiram esses empréstimos a 498, no total de 52 milhões de cruzeiros.

## PRODUTOS

### AÇUCAR (LAVOURA E INDÚSTRIA)

Permanecendo as condições anteriores, nossos financiamentos à lavoura de cana e às usinas de açúcar — atividades que continuam absorvendo maior soma de recursos do Carteira — elevaram-se, em 1949, a 547, no valor de 900 milhões de cruzeiros, enquanto em 1948 foram em número de 331, no total de 557 milhões de cruzeiros. Dêse modo, a variação do exercício está representada por mais 216 empréstimos, no montante de 343 milhões de cruzeiros.

### ALGODÃO HERBÁCEO

Mantidos os bases dos financiamentos, elevaram-se estes, em 1949, a 2.487, no valor de 193 milhões de cruzeiros. No exercício anterior, haviam sido em número de 1.399, no total de 108 milhões de cruzeiros, verificando-se, pois, a variação de mais 1.088 contratos, correspondentes a 85 milhões de cruzeiros.

### CACAU

Inalterado o limite de financiamento de entressafra — Cr\$ 30,00 por arroba de produção estimado —, efetuamos, em 1949, 349 empréstimos, no montante de 22 milhões de cruzeiros. Tendo-se realizado, em 1948, 142 operações, no total de 41 milhões de cruzeiros, as oscilações ocorridas expressam-se, no valor, por uma queda, enquanto seu número mastro-se bem maior, com uma diferença de 207 contratos.

Vencido em 29 de dezembro, foi prorrogado por um ano o empréstimo de 30 milhões de cruzeiros concedido na Estado da Bahia, sob penhor mercantil de anêndas de cacau, e destinada a orientamentos, pelo Instituto de Cacao, aos cacauicultores que venderem ou entregarem a produto àquela entidade. Facultamos, ainda, a direito de reutilização das margens de crédito que se verificarem em consequência de remições decarrentes dos vendas efetuadas.

## CAFÉ

Não houve modificação nas bases e condições dos financiamentos comuns de lavouras. Entretanto, ante a perspectiva de apreciável redução do atual safra, motivada pelo longa estiagem, resolvemos adotar a solução de emergência, aguardando a transformação em lei do projeto n.º 801-1949, do Câmara dos Deputados, a qual dispõe sobre o financiamento especial nos períodos agrícolas entre 1.º de novembro de 1949 e 31 de outubro de 1952.

Assim, em caráter excepcional, autorizamos financiamentos fora dos bases em vigor (estabelecidas estas em função das colheitas previstas) mas limitados ao estritamente indispensável para exclusivo custeio da parte, nos lavouras prejudicadas pelo seca, considerada potencialmente de produtividade econômica. Convencionou-se que os empréstimos não deveriam exceder de 60% do valor da safra prevista somado ao de outras garantias admitidas, e que nos pudessem oferecer os proponentes, na falta de recursos para atender ao excessos do custeio sobre o financiamento máximo.

Já na fim do exercício, a 24 de dezembro, foi sancionada a Lei n.º 1.003, que autoriza o Poder Executivo a contratar com este Banco, nas mencionadas períodos agrícolas e sob responsabilidade do Tesouro Nacional, a realização do financiamento das lavouras de café cujo custeio, em virtude da redução da respectiva produtividade, ocasionada pela seca, não se enquadre nas disposições da regulamentação do Carteira.

Nossos financiamentos comuns à lavoura de café, desde 1945, se expressaram pelos seguintes algarismos:

Anos	Número	Cr\$ 1.000
1945 .....	1.522	171.813
1946 .....	2.063	303.385
1947 .....	1.904	343.070
1948 .....	3.061	511.283
1949 .....	3.302	676.023

### CERA DE CARNAÚBA

#### Financiamentos especiais

Em cumprimento do Lei n.º 694, de 7 de maio de 1949, e nos termos do contrato para sua execução, celebrada entre a Ministério da Fazenda e o Banco em 23 de julho de 1949, a Carteira autorizou empréstimos especiais, mediante penhor mercantil de cera de carnaúba dos safros de 1947/48, 1948/49 e 1949/50.

Essa providência objetivou a defesa do mercado do produto, cujas cotações sofriam, no momento,

forte pressão boixista, com reflexos perturbadores na morcho dos exportações.

Foi fixado a seguinte base de adiontamentos por arroba de 15 quilos líquidos, de cêro dos

Tipos	Cr\$
1 .....	580,00
2 .....	560,00
3 .....	420,00
4 .....	400,00

Facultou-se aos mutuários liquidar os respectivos contratos por meio da venda do produto empenhado ao Governô Federal. Outrossim, foi permitido que as financiamentos do mesmo gênero concedidos anteriormente a agricultores e industriais, em execução da Lei n.º 266, de 26 de fevereiro de 1948, e nos têrmos da autorização governamental contida no Aviso n.º 467, de 22 de julho de 1948, do Exmo. Sr. Ministra do Fozendo, fôssem ajustados às condições estabelecidos para cumprimento da Lei n.º 694.

Os saldos devedores dos empréstimos especiais sobre cêro de cornôibo, em 31 de dezembro, eram os seguintes :

Lei n.º 266, de 26-2-48 .. Cr\$ 1.202.243,10  
 Lei n.º 694, de 7-5-49 .. Cr\$ 70.941.647,60

Segundo disposição da Lei n.º 694, os fundos destinados a essas operações seriom os previstos no parágrafo primeiro da artigo 198 da Constituição Federal. Para não retardar a respectivo realização, a resolução, deliberou o Banco efetuar as empréstimos com seus próprios recursos, enquanto não recolhidos pelo Tesouro Nacional os referidos fundos.

Demonstramos, a seguir, o evolução dos empréstimos feitos no regime das Leis 266 e 694:

Lei n.º 266, de 26-2-48	N.º	Cr\$	Quilos
Créditos concedidos .....	109	51.308.644,80	2.450.691
idem resgotados .....	49	21.611.128,40	996.177
	60	29.697.516,40	1.454.514
idem transferidos para o regime da Lei n.º 694 ..	57	29.094.523,30	1.426.694
Créditos em ser .....	3	602.993,10	27.820
Lei n.º 694, de 7-5-49			
Créditos concedidos, inclusive os transferidos do regime da Lei n.º 266 .....	130	79.157.052,70	2.742.584
	7	4.242.186,30	93.800
	123	74.914.866,40	2.648.784
idem resgotados .....	6	3.821.520,00	124.740
idem liquidados a débito do Tesouro Nacional ..	117	71.093.346,40	2.524.044
Créditos em ser .....			

TRIGO

Iniciada nossa assistência na região meridional do País, foi ela estendida ao Estado de São Paulo, onde se esboçam fortes possibilidades na zona sul e no vale do Paraíba, e estamos no propósito de levar amparo financeiro aos Estados que apresentem condições favoráveis à lavoura da trigo, produto de vital importância para nosso economio.

Em outubro, a Corteira fez-se representor em Belo Horizonte, para tomar parte no primeiro Mesa Redondo do Trigo, promovida por importantes órgãos de Minas Gerais, verificando-se, naquela ocasião, na campo de cooperação de trigo da variedade **Kenia 155**, mantido pela Secretaria da Agricultura do Estado, a início oficial do sofrá, com a expressivo resultado de 2.900 quilos por hectare, sendo o produto de excelente qualidade.

Os financiamentos à lavoura de trigo passaram de 54 contratos, no montante de Cr\$ 1.143.000,00, em 1947, para 460, na soma de Cr\$ ..... 10.748.000,00, em 1948, e para 828, no total de Cr\$ 27.115.000,00, em 1949.

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

(Plano de emergência)

Vizanda a estimular a produção de gêneros alimentícios, por meio do garontio de preços mínimas, boixou o Governô a Lei n.º 615, de 2 de fevereiro de 1949, para cuja execução foi celebrado, em 16 de molo de 1949, contrato entre a Ministério da Fozenda e a Banco, havendo-se iniciado, logo o se-

guir, as operações, que podem ser de duas modalidades:

- aquisição imediata da mercadoria ou
- empréstimo sob penhor mercantil, facultado ao devedor a resgate por meio da entrega do produto ao Governador Federal

Foram contemplados os seguintes produtos, das safras de 1948-49, 1949-50 e 1950-51, e fixados os preços básicos adiante mencionados, para a exercício de 1949:

	Cr\$
Arroz beneficiado . . . . .	155,00 por saca de 60 kg
em casca . . . . .	55,00 " " " " "
Feijão . . . . .	
das variedades brancas . . . . .	115,00 " " " " "
idem de côres . . . . .	105,00 " " " " "
idem pretas . . . . .	100,00 " " " " "
Milho . . . . .	60,00 " " " " "
Soja . . . . .	90,00 " " " " "
Trigo . . . . .	120,00 " " " " "
Amendoim . . . . .	60,00 par saca de 25 kg
Girassol . . . . .	2,00 par quilo

Por Decreto do Poder Executivo, n.º 27.396, de 4 de novembro de 1949, foram mantidas, para o exercício de 1950, as catações do feijão, da soja e do girassol; as das demais produtos sofreram modificações, como segue:

	Cr\$
Arroz beneficiada . . . . .	180,00 por saca de 60 kg
Milho . . . . .	66,00 " " " " "
Trigo . . . . .	150,00 " " " " "
Amendoim . . . . .	66,00 por saca de 25 kg

Só pode ser objeto de aquisição ou penhor produto que se ache depositado em armazéns pertencentes aos Estados ou por estes controlados, armazéns que serão indicados ao Banco pelo Comissão de Financiamento da Produção. Relativamente ao arroz em casca, entretanto, é admitido o depósito em quaisquer armazéns apropriados e idôneos, desde que situados em localidade onde seja exequível o beneficiamento do produto em tempo útil.

Apenas os Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo indicaram os armazéns habilitados a receber em depósito os produtos, ficando, assim, circunscritas às respectivas áreas as operações da "plano de emergência".

O saldo devedor dos empréstimos da espécie era, em 31 de dezembro, de 6 milhões de cruzeiros.

Quanto às aquisições de gêneros por conta do Tesouro Nacional, de conformidade com a Lei n.º 615, imortaram em 61 milhões de cruzeiros, no ano de 1949.

Cantare se verifica pela mopa do movimento geral dos créditos concedidos pela Corteia até 31 de dezembro, no fim deste capítulo, foi substancial nosso auxílio financeiro às demais atividades agrícolas, principalmente às lavouras de gêneros alimentícios.

### c) Crédito Pecuário

Antes da Lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948 (que não só veio regei a maratória vigente desde o Decreto-Lei n.º 9.686, de 30 de agosto de 1946, como ajustar as dívidas de criadores e recriadores de gado bovino, estabelecendo o processo e a forma de seu pagamento), estiveram praticamente suspenso os financiamentos à pecuária, que foram, em 1947, em número de 397, no total de 88 milhões de cruzeiros.

Com a promulgação, porem, da referida Lei, que então parecia fixar ruina definitiva para a matéria, foram regulamentadas os empréstimos da espécie, mediante a adoção de normas cuidadosamente estudadas, como mencionada na relatório de 1948, ano em que o número de contratos subiu o 836, no valor de 369 milhões de cruzeiros.

Transcorreu a exercício de 1949 sob a expectativa do resultado da discussão, pelo Congresso Nacional, do projeto chamado de reajustamento das dívidas das pecuaristas, expectativa que por certa não concorreu para a prática normal e intensiva dos financiamentos, justamente quando a atividade se mostrava necessitada de estímulo.

Sancionada a 24 de dezembro último, a Lei n.º 1.002, estamos instruindo nossas Agências no sentido de perfeita e rápida execução dêsse novo diploma legislativo.

Embora não atingissem ainda ritmo normal, bastante apreciável revelou-se a acréscimo verificado nas empréstimos pecuárias, cujo número, em 1949, foi de 2.970, no valor de 712 milhões de cruzeiros, isto é, mais 2.134 do que no exercício anterior, sendo a diferença de 343 milhões de cruzeiros.

Não nos limitamos, no exercício, a operar nas bases e condições estabelecidas em agosto de 1948, quando foram as Filiais autorizadas o reinício as operações. Elevamos os adiantamentos para aquisição de gado destinada ao corte (que passaram a ser calculados sobre o preço do animal gordo), assim atendida, por meio de melhor assistência financeira, a conveniência de prover a alimentação das populações urbanas, principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo.

Foram também melhoradas as bases do financiamento de gado leiteiro, antes indistintamente fixado

em Cr\$ 700,00 para qualquer fêmea, ampliando para Cr\$ 1.800,00 o adiantamento máximo na caso de vacas de raças puras e admitindo o limite de Cr\$ 1.500,00 para os exemplares de boa mestiçagem. Na forma regulamentar, porém, o adiantamento não excederá de 60% do valor real dos animais.

Para os recriadores que disponham de pastagens adequadas, localizadas nas proximidades dos grandes centros consumidores ou em zonas dotadas de vias de comunicação que permitam o transporte econômico de gado gordo para abate, podemos o admitir empréstimos para recriação e engordo do mesmo gado. Essa faculdade de concessão de créditos para engordo dos animais recriados foi estendida às operações inicialmente contratadas apenas com o finalidade de recriação mas que satisfazem as condições citadas, hipótese em que terão seus prazos dilatados de um ano.

Asseguramos, assim, aos recriadores em condições de engordar as reses por eles próprios recriados, a possibilidade de melhor rendimento de seu esforço produtivo.

Com o objetivo de atenuar as dificuldades verificadas no setor de gado bovino de corte, nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Bahia, vamos pôr em prática — estando já em expedição as instruções às Agências — nova fórmula de financiamento, do qual certamente fluirão reais benefícios para a produção pecuária do País, assegurando-se o abastecimento de carne à população, sabida que este suprimento poderia ser seriamente comprometido com a constante diminuição de matrizes, das quais se tem feito desordenada matança.

Muitas vezes, impossibilitados por falta de recursos de conservar seus bezerros, os criadores são forçados a deles dispôr, logo que desmoados, sofrendo inevitável pressão de interessados em lhes pagar preços sempre baixos, de sorte que, para grande número deles, nessas condições, a criação se tornou atividade pouca remuneradora, sendo deficitária. As sucessivas elevações do preço da carne, concedidos pelos órgãos governamentais de controle, praticamente não beneficiaram o criador. Este só lucrará com tais aumentos de preços quando conseguir reter o produto até o idade de três anos, vendendo-o diretamente ao invernista. É sobre o criador que peso toda o trabalho da produção. Molar é o seu emprêgo de capital, sabido que a criação exige instalações muito mais caras e que, sendo o rendimento médio dos rebanhos de 50% do número de matrizes, deve ele possuir duas vacas para obter um cria anual, além de um reprodutor para cada grupo de vinte crias. É o criador, entretanto, o que menor resultado auferê, relativamente.

O largo opôio que prestamos a recriadores e invernistas objetivo, principalmente, melhorar, por força da concorrência, os preços dos bezerros. Verificamos, porém, que so parcialmente atingimos o fim desejado. Contribuímos, por certa, para que ditos preços não caíssem a níveis ainda mais baixos, mas devemos reconhecer que o efeito da concorrência entre os compradores tem sido discreto. A nova fórmula de financiamento que paremos em prática, sem prejuizo de nossa habitual assistência a recriadores e invernistas, visa exatamente o proporcionar aos criadores a oportunidade de criar seus próprios bezerros, permitindo-lhes usufruir integral proveito de seu esforço produtivo e proporcionando-lhes meios de elevar o padrão técnico de sua atividade.

O financiamento só será concedido a criadores que ainda não criem habitualmente suas produções e que disponham de terras para a recriação, arrendados ou próprios.

O crédito poderá ser aplicado no custeio da fazenda, nos despesas de subsistência do mutuário e de sua família, em iniciativas de interesse da produção e no pagamento de dívidas oriundas das atividades rurais do financiado e obedecerá às seguintes normas gerais:

**No assinoturo do contrato** — adiantamento de 75% do preço corrente na região, sobre os crias do próprio rebanho, desmoados, de ambos os sexos, não podendo o número de fêmeas exceder o dos machos;

**No início do segundo ano** — adiantamento complementar suficiente para atingir o financiamento 65% do valor, nessa época, dos crias openhadas (a rápido valorização dos animais explica o decréscimo do porcentagem de adiantamento)

Prazo de 1 ano, prorrogável por mais um Juro exigíveis apenas na liquidação do contrato, isto é, no ocasião da venda normal dos animais.

Garantia de animais adultos em valor bastante para completar a margem regulamentar de 40%, aos preços do momento. Se o rebanho-bove já estiver onerado, será recebida em segundo penhor.

O criador poderá fazer um contrato cada ano, incluindo cláusula de intercomunicação das garantias, sempre que já houver algum em vigor.

Nas regiões adequadas à invernagem, será admitido uma segundo prorrogação de um ano, para fins de engorda, desde que aparelhado a mutuário, caso em que será concedido novo adiantamento, mas apenas sobre os mochos e do montante estritamente necessário para as despesas de engorda.

Para a consecução desses objetivos, promovemos a reforma do regulamento do Carteira, tornando viáveis essas operações, com as quais pretende o Banco ainda melhor e mais racionalmente concorrer, dentro da finalidade da Carteira especializada, para o fomento da riqueza pecuária do País.

Para o completo êxito da iniciativa, porém, necessária se faz que os criadores ofereçam melhor assistência aos rebanhos, que elevem a capacidade de sustentação de suas pastagens e que adotem, enfim, métodos mais adiantados, de maneira a obter aumento real da produção.

#### d) Crédito Industrial

Proseguiram em ritmo crescente as aplicações decorrentes dos financiamentos industriais, resultado esse que revela o empenho com que são apoiadas e auxiliadas as fontes de produção que verdadeiramente interessam à economia do País.

Novos setores industriais mereceram, no transcurso do exercício, a nossa assistência, e para outras — como os de energia elétrica, trigo, vinha e chocolate — foram estabelecidas, com a experiência advinda da prática das operações, normas menos rígidas para a concessão e movimentação dos créditos necessários ao seu incremento, que se vem verificando em bases economicamente estáveis e saudáveis.

Mercê das novas bases estabelecidas em 1949 para a celebração de contratos, os financiamentos à indústria de beneficiamento de arroz e outras cereais (como aliás ocorreu em 1948, pelo mesmo motivo, com o café e o algodão) ascenderam ao total de 265 milhões de cruzeiros, enquanto as relativas ao exercício de 1948 não ultrapassaram de 121 milhões.

Relativamente à energia elétrica — fator preponderante para o desenvolvimento econômico e industrial do País — foram fomentados, com o nosso auxílio financeiro, o aumento e melhoria das instalações existentes, somando as créditos abertas em 1949 a importância de 49 milhões de cruzeiros.

Com o objetivo de possibilitar o aproveitamento racional de subprodutos, foi admitido, em determinados casos, o financiamento, a beneficiadores primários de algodão, para extração de óleo de semente. Em resultado, as aplicações na produção de óleos vegetais e gorduras elevaram-se, em 1949, a 31 milhões de cruzeiros. Seu valor, em 1948, cifrou-se em 12 milhões.

As indústrias têxteis, interessados em obter maior e mais econômica produção, mereceram substancial apoio, traduzido por operações no valor de 83 milhões de cruzeiros, sendo de notar que, em 1948, nossas aplicações nesse setor de atividade fabril limitaram-se a 18 milhões.

Mister se faz ainda assinalar que, fruto do estímulo e amparo que vimos dando à produção do trigo nacional, na industrialização primária desse cereal foi necessário inverter, em 1949, 48 milhões de cruzeiros, quando em 1948 participamos, apenas, com 25 milhões.

Confrontando-se os resultados de 1948 e 1949, nota-se que, enquanto no primeiro ano foram contratadas 369 operações no valor global de 496 milhões de cruzeiros, no último foram realizadas 513, correspondendo a créditos abertos no total de 714 milhões de cruzeiros.

Assim, e não obstante a mais rigorosa observância dos preceitos e normas que disciplinam as operações do espécie, o montante das nossas aplicações em empréstimos industriais, desde a instalação do Carteiro, atingiu, em 1949, a 2.736 milhões de cruzeiros. Somavam 2.022 milhões as apuradas em 1948.

O saldo devedor dos financiamentos concedidos produzia-se, em 31 de dezembro de 1949, por 1.125 milhões de cruzeiros. Em igual data do exercício anterior, estava representado por 898 milhões.

#### e) Letras Hipotecárias

Estas operações prendem-se ao reajustamento econômico concedido aos agricultores pela legislação especial que se consubstanciou nos Decretos-leis ns. 1.002, 1.172, 1.230, 1.888, 2.071, 2.238, 2.157 e 2.689, respectivamente de 29 de dezembro de 1938, 27 de março, 29 de abril e 15 de dezembro de 1939, 7 de março, 28 de maio, 30 de abril e 26 de outubro de 1940.

Como é sabido, a reajustamento consistiu na concessão de empréstimos em letras hipotecárias aos requerentes, a prazo máximo de 20 anos e em montante não superior a 75% do valor dos bens dados em garantia, com a consequente extinção das dívidas deles requerentes por força da entrega das letras hipotecárias aos credores.

O Banco do Brasil foi incumbido da realização dos empréstimos em letras hipotecárias, assim como do preparo dos processos, para efeito de acordos amigáveis ou de julgamento pela Câmara de Reajustamento Econômico quando requerido o reajuste compulsório.

Durante o ano de 1949, foram efetuados 22 empréstimos do espécie, no valor total de Cr\$ . . . . 1.827.800,00, sendo:

	Cr\$
oriundos de ajustes compulsórios . . . . .	21 — 1.608.800,00
oriunda de ajuste voluntário . . . . .	1 — 219.000,00

No mesmo período, liquidaram-se 30 contratos, na importância global de Cr\$ 2.449.900,00. Assim, existiam em vigor, em 31 de dezembro de 1949, 227 empréstimos, com o saldo aproximado de 22 milhões de cruzeiros.

Foi emitida, no exercício, apenas uma letra, de Cr\$ 1.000,00, para substituição de outra, inutilizada indevidamente; reemitiram-se 838, totalizando Cr\$ 1.827.800,00, para atender às operações realizadas.

De acordo com o balanço encerrado em 31 de dezembro de 1949, ficou reservada a verba de Cr\$

2.249.500,00 para ser aplicada no resgate de 1.195 letras, em sorteira com data para 31 de janeiro de 1950. Já se efetuou a sorteio, e o resgate está sendo feito à proporção que se apresentam os títulos.

Somavam as letras hipotecárias em circulação, em 31 de dezembro de 1949, o valor de 23 milhões de cruzeiros.

FINANCIAMENTOS RURAIS

NÚMERO

CLASSES DE PRODUTORES	1938-44	1945	1946	1947	1948	1949	TOTAL
<b>PEQUENOS:</b>							
De Cr\$ 250,00 a Cr\$ 5.000,00	9.784	2.717	1.776	616	1.010	1.013	17.513
De Cr\$ 5.001,00 a Cr\$ 10.000,00	13.293	3.819	2.708	900	1.501	2.803	25.149
De Cr\$ 10.001,00 a Cr\$ 20.000,00	6.311	1.049	680	215	490	890	9.541
De Cr\$ 20.001,00 a Cr\$ 30.000,00	9.157	3.153	1.930	458	742	840	16.280
	<u>38.550</u>	<u>10.738</u>	<u>7.160</u>	<u>2.291</u>	<u>3.803</u>	<u>5.046</u>	<u>68.488</u>
<b>MÉDIOS:</b>							
De Cr\$ 30.001,00 a Cr\$ 50.000,00	10.070	4.090	2.544	640	1.039	1.626	20.537
De Cr\$ 50.001,00 a Cr\$ 100.000,00	12.721	5.518	3.215	943	1.505	2.782	26.684
	<u>23.391</u>	<u>9.527</u>	<u>5.759</u>	<u>1.592</u>	<u>2.544</u>	<u>1.408</u>	<u>47.221</u>
<b>GRANDES:</b>							
De Cr\$ 100.001,00 a Cr\$ 500.000,00	13.448	7.490	4.103	1.618	2.503	3.931	33.093
Superiores a Cr\$ 500.000,00	2.114	1.889	454	346	663	1.001	6.439
	<u>15.562</u>	<u>9.349</u>	<u>4.557</u>	<u>1.964</u>	<u>3.166</u>	<u>4.932</u>	<u>29.532</u>
<b>TODOS OS PRODUTORES</b>	<b>77.503</b>	<b>29.614</b>	<b>17.478</b>	<b>5.847</b>	<b>9.513</b>	<b>15.286</b>	<b>155.241</b>

DAS CLASSES SOBRE O TOTAL

CLASSES DE PRODUTORES	1938-44	1945	1946	1947	1948	1949	TOTAL
<b>PEQUENOS:</b>							
De Cr\$ 250,00 a Cr\$ 5.000,00	8	4	1	5	5	5	0
De Cr\$ 5.001,00 a Cr\$ 10.000,00	13	9	10	11	11	11	11
De Cr\$ 10.001,00 a Cr\$ 20.000,00	17	13	16	15	16	18	16
De Cr\$ 20.001,00 a Cr\$ 30.000,00	12	11	11	8	8	5	11
	<u>50</u>	<u>37</u>	<u>41</u>	<u>39</u>	<u>40</u>	<u>39</u>	<u>44</u>
<b>MÉDIOS:</b>							
De Cr\$ 30.001,00 a Cr\$ 50.000,00	14	14	15	11	11	11	13
De Cr\$ 50.001,00 a Cr\$ 100.000,00	16	18	18	16	16	18	17
	<u>30</u>	<u>32</u>	<u>32</u>	<u>27</u>	<u>27</u>	<u>29</u>	<u>30</u>
<b>GRANDES:</b>							
De Cr\$ 100.001,00 a Cr\$ 500.000,00	17	25	23	28	20	26	22
Superiores a Cr\$ 500.000,00	3	6	3	6	7	6	4
	<u>20</u>	<u>31</u>	<u>26</u>	<u>34</u>	<u>27</u>	<u>32</u>	<u>26</u>
<b>TODOS OS PRODUTORES</b>	<b>100</b>						

# Um bom amigo das letras

EDITH MAGARINOS TORRES

É sempre grato e nunca tarde para recordar um amigo desaparecido, mormente, quando ele, como João Vompré, de quem ora me ocuparei, deixou nenas recordações suaves, inesquecíveis.

Os vai e vens da vida o trouxeram desde cedo, do seu **pequeno** e **grande** Estado de Sergipe para São Paulo.

Foi ali, segunda suas notas biográficas que, em Limeiro, contando apenas 18 anos de idade, ingressou na Escola regida pelo coronel José Faria da Costa, onde, graças à rara intuição, à extraordinária faculdade de assimilação, dominou sem custo os árduos disciplinas da época e logo, dotado de singular precocidade, passou de aluno o mestre.

Transferindo-se para São Paulo, ali continuou a leccionar, consagrando ao jornalismo todos os momentos vagos.

Sua estréia no jornalismo verificou-se no "Diário Popular", onde manifestando desde logo, o gosto pelo cultura da língua, escreveu uma série de artigos sobre filologia, refutando teorias do Pe. Sena Freitas.

Nesse período de sua vida — ainda instável, insatisfeito, transferiu-se para Minas. Em Ouro Preto cursou a Escola de Formação e sempre ocupado com as letras, tornou-se colaborador do "Minas Gerais".

Nesse interim, irrompe a Revolução de 6 de setembro. E João Vompré incorporou-se ao batalhão Benjamin Constant em defesa da legalidade, representada por Floriano Peixoto, o famoso "morechal de ferro".

Fim da revolta, retornou aos livros. Surgiu o novo o mestre. O escritor — desta vez, norteou logo para sua verdadeiro vocação. — Seus artigos apareciam sucessivamente, no "Diário Popular", "Comércio de São Paulo", "Correio Paulistino", "Estado de S. Paulo" de que era crítico literário efetivo, e em varias revistas literárias — sendo seus trabalhos sempre apreciados pelo alto valor de erudição e de fino labor estético de que se revestiam.

Data, dessa época, delicado poema — O NATAL EM SERGIPE — que mereceu ser vertido para o italiano e incluído numa poliantêio que a Tribuna Italiana preparou para solenizar o grande dia religioso. Cedendo ao encanto das rimas, escreveu poesias destinados ao "Parnaso Sergipano" e Silvio Romero em certo lhe dizia, mais tarde, em termos elogiosos — que os incluiria num livro — então em preparo.

Membro da Academia Paulista de Letras e efetivo da Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, neste caráter e com designação do Diretoria, foi orador oficial e seu representante na solenidade comemorativa do 4.º centenário do desbravamento do Brasil. Esse belo discurso foi publicado e incluído no v. 6.º de 1901 do mesmo Revista, tendo sido ainda impresso em avulso.

Perseguindo nesse estudo, entregou-se, mais tarde, a uma obra de mais fôlego FATOS E FESTAS NA TRADIÇÃO NACIONAL — prefaciado por Silvio Romero (ainda inédita) e dividido em 2 partes, a 1.ª compreende FESTAS E TRADIÇÕES DE SÃO PAULO a 2.ª: ASPECTOS REGIONAIS NORTISTAS

Passados anos, sempre dedicado ao folclore, que ochovo, como seu grande amigo João Ribeiro, o estudo básico de nossa literatura, veio a publicar no "Diário de Notícias", "O Poiz", "Correio da Manhã", "Jornal do Comércio" e vários revistas — uma linda série de estudos enfeitados sob os títulos: ASPECTOS PAULISTAS, ASPECTOS FLUMINENSES, ASPECTOS REGIONAIS DO NORTE E SUL.

Noutras circunstâncias e, com algum esforço, para que houvesse interesse de parte dos diretores do Touring Club, em folhetos com ilustrações, em cores, seriam esses monografias inestimáveis para divulgação do que é nosso, o exemplo do que se faz em vários partes do mundo.

Relevo mencionar seus ensaios sobre etnografia e potomografia, publicados nos "Anais hidrográficos do Ministério da Marinha", ensolos notáveis, a exemplo doquê o respeito do étimo — Boependi hoje conservado no livro histórico do contra-torpedeiro de igual nome. E que lhe volveu elogioso nota da Marinha.

No "Revista da língua portuguesa" dirigida por Laudelino Freire, seu grande amigo, publicou longos estudos sobre folclore e problemas de linguagem, influência do língua tupi no geografia do Brasil.

Transferindo-se para o Rio em 1911, e tendo sido nomeado por concurso, para o cargo de 1.º oficial do Diretorio Geral do Ministério da Agricultura, foi designado pelo ilustre Ministro de então, Dr. Pedro Toledo para, no Serviço de Informações Agrícolas, na qualidade de Assistente desse Serviço, cabendo-lhe o encargo de organizar publicações agrícolas de ordem geral, bem assim a feitura do "Boletim Agrícola", que ele transformou num repositório magnífico de informações, para orientação de todos as atividades do Ministério, transformando esse "Boletim" em órgão de consulta, em extremo instrutivo e útil para a classe agrícola. Esses trabalhos foram publicados em separado, e "monografias para divulgação".

Infelizmente, com a falta de continuidade na vida do Ministério, o "Boletim" veio a desaparecer deixando um lacuna, até hoje vaga.

Curioso é observar, como — sem ser agrônomo, graças ao seu espírito de pesquisador, aliado o profundo conhecimento de ordem geral, notadamente botânica, ciências naturais, João Vompré se impôs como um Mestre, no gênero.

Publicações agrícolas, desde então, lhe disputavam a colaboração erudita, original. E seu nome apareceu firmemente trabalhos em CHÁCARAS E QUINTAIS, SELEÇÕES AGRÍCOLAS, A LAVOURA.

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, sempre o distinguiu como um dos seus pares e em 1935, reuniu-se para ouvi-lo em bela preleção mais tarde publicado pelo Revista A LAVOURA.

Extinto o Serviço de Informações em 1930, foi João Vompré readmitido, no mesmo cargo, no Departamento Nacional de Povoamento do mesmo Ministério.

Depois de aposentado, nos últimos anos conservou

empre o mesmo espírito arguto, fino, toda dedicada ao estudo meticulosa, de pesquisa de gabinete, de buriladar infatigável.

Nunca lhe faltaram horas para a manuseia de livros. Tenda sempre à mão lapiz afiadas, blocos de papel, para êle as horas se encurtavam...

Na plenitude do saber, servida sempre pela mesma zêla beneditino, inalterada pelas lides da pensamentão, talvez fôsse verdadeiramente feliz, não lhe faltassem nas últimas tempos, resistência física para os passeios costumeiros peo bairro de Capacabona, que êle viu crescer, desabrochar e de que conhecia todas as encontas, todos os mistérios também...

Não lhe foi mais possível também visitar as redações do "Carreia da Manhã", "Jornal do Brasil", "Jornal do Comércio", dos quais foi assíduo colaborador; privou-se de perambular à cata de raridades bibliográficas daqueles livros de edições esgotadas, livros raros, preciosos para suas consultas.

Assim, poucas dias antes de seu desaparecimento, ainda se mostrava ansioso por um trabalho de Nina Rodrigues, e um outro de Pedro Calman, que desejava consultar para um ensaio que preparava para o quadricentenário da Bahia. Escrever foi sempre para João Vompré uma espécie de vício — como a da leitura — que Valery Larband definiu tão

lindamente, — ser um vício insapitável, um vício impune

Que lucidez de espírito! Que imensa cultura clássica chegou a passuir! Que bela latinista!

Ero um prozer consultá-lo. Infamava sempre com segurança e com a maior critério. Se por um acaso, algum lapso de memória, (o que era raríssimo) não lhe ocarresse logo a informação, a termo exato, sorria modestamente para fazer-me pacientar. Mas, logo na dia imediato surgia sorridente, trazendo em mãos, as conhecidas folhas da bloca de pequena farmota, que usava, cobertas de seu cursivo miúdo e rírido. E dizer que dava assim, resultante de estudo, de pesauro de que nunca tiraria a menor proveito material...

No tumultuar agitado do mundo das letras deram-se nos últimos meses de 1949, comemorações de centenários de várias figuras ilustres, Ruy Barbosa, Nabuca, V. Sauto...

Foi nesse momento, que João Vompré, a grande escritor sergipana de quem me ocupa — deixou de existir.

Não teve então, pela imprensa, as homenagens de que era tão merecedar. Mas, que imparta? Seus trabalhos al estão, "a escrito permanece", para tornar impercível a título que lhe cabe de verdadeira cultar das letras

O filho é sempre a  
alegria  
do lar

Preserve sempre a alegria de seu filho, não permitindo que os desarranjos intestinais (diarréas) o atormentem.



**Eldoformio**  
para crianças e adultos

Si é  é bom

# TRATORES E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS

# ALLIS-CHALMERS

EM ESTOQUE

MODELO "WD"



## LINHA COMPLETA DE IMPLEMENTOS

ARADO DE DISCO — PLANTADEIRA DE 2 LINHAS  
GRADE DE DISCO — CULTIVADOR DE 2 FILEIRAS  
SEGADEIRA

Distribuidores exclusivos para:

Estado de Minas Gerais (exceto o Triângulo Mineiro)

Espirito Santo — Rio de Janeiro — Distrito Federal

EXPOSIÇÃO E VENDAS



RUA CAMERINO, 63, 65, 67 e 71 — Tel.: 43-4990

RIO DE JANEIRO

# O PLANO SALTE

O "Diário Oficial" de 19 de maio deste ano publicou a íntegra do decreto que aprovou o PLANO SALTE. "A LAVOURA" reproduz a importante ato e transcreve, do Plano, a parte relativa ao Setor "Alimentos", dada a seu grande interesse para a classe agrícola.

## LEI N.º 1.102. DE 18 DE MAIO DE 1950

**Aprova o Plano Salte e dispõe sobre sua execução.**

O Presidente da República, faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Presidente da República autorizado a realizar, durante os exercícios de 1950 a 1954, os empreendimentos relativos à saúde, alimentação, transporte e energia integrantes do plano previsto no texto e nos anexos da presente lei — Plano SALTE.

Parágrafo único — O Poder Executivo promoverá entendimentos e firmará acordos com os governos estaduais e municipais, as autarquias, as sociedades de economia mista, entidades paraestatais existentes ou que venham a ser criadas em virtude de lei e entidades privadas, no sentido de coordenar atividades relacionadas com os programas de trabalho deste Plano.

Art. 2.º — As despesas com a execução do Plano SALTE, na parte que constituir responsabilidade direta da União, serão classificadas e atendidas à conta dos seguintes recursos:

- I — Dotações orçamentárias e
- II — Produto de operações de crédito.

Art. 3.º — O Orçamento Geral da União consignará ao Plano SALTE:

Cr\$

para o exercício de 1950	— 1.900.000.000,00
para o exercício de 1951	— 2.200.000.000,00
para o exercício de 1952	— 2.400.000.000,00
para o exercício de 1953	— 2.550.000.000,00
para o exercício de 1954	— 2.600.000.000,00

Parágrafo único — Essa consignação será feita sem prejuízo das parcelas de trezentos e quarenta, trezentos e dez, trezentos e trinta e cinco e trezentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros, que deverão ser deduzidas, respectivamente, nos exercícios de 1951 a 1954, nas dotações com destinação constitucional.

Art. 4.º — É o Poder Executivo autorizado a realizar as seguintes operações de crédito:

a) um empréstimo de dois bilhões de cruzeiros, em divisas existentes ou que venham a existir, ao Banco do Brasil S. A.;

b) um empréstimo interno, sob forma de obrigações, nos termos do art. 5.º e seguintes.

Art. 5.º — O Poder Executivo poderá emitir até a quantia de cinco bilhões de cruzeiros, em parcelas anuais de um bilhão, no máximo, constantes de obrigações ao portador ou nominativas aos juros de 7% ao ano pagáveis semestralmente.

Art. 6.º — As obrigações, que terão o valor no-

mnial de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), deverão ser resgatados em dez anos, por sorteio ou por compra em Bolsa, a partir do fim do prazo de execução do Plano SALTE, de acordo com tabela de amortização que será organizada pela Ministério da Fazenda.

Art. 7.º — As obrigações federais do Plano SALTE serão recebidas pelas repartições federais como caução e fiança, pelo seu valor nominal.

Art. 8.º — O Ministério da Fazenda providenciará para que as obrigações sejam vendidas em pública, por meio de pregão, nas Bolsas de Títulos do País, por preço mínimo calculado em cada mês, pelo método das cotações.

Art. 9.º — Os coupons vencidos e as obrigações antecipadas serão pagos pelas repartições federais competentes e, por conta do Governo Federal, pelas Agências do Banco do Brasil S. A. e da Caixa Econômica Federal onde forem apresentados.

Art. 10 — O produto da arrecadação do Fundo Rodoviário Nacional e da Contribuição de Melhoria (esta pertencente à União) será aplicada na execução dos programas rodoviários estabelecidos no Plano SALTE.

Art. 11 — É o Poder Executivo autorizado a celebrar contratos para aquisição, nos mercados internos ou externos, dos materiais e equipamentos necessários à execução do Plano SALTE.

Parágrafo único — Essas aquisições, observados os programas de cada setor, correrão à conta dos recursos referidos no art. 2.º ou dos provenientes da exportação de artigos cuja produção esteja prevista no Plano.

Art. 12 — É instituído o Fundo Rotativo, até a importância de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), destinado à aquisição e revenda de artigos, equipamentos e outros materiais necessários à execução do Plano e a auxiliar a financiamento da produção por ele importada.

Art. 13 — É o Poder Executivo autorizado a celebrar acordos com as concessionárias de Estradas de Ferro beneficiadas com o Plano SALTE e dispôr sobre a forma de reembolso dos quantias que nas mesmas forem aplicadas pela União.

Art. 14 — Na execução do Plano SALTE, o Poder Executivo, a fim de estimular a indústria nacional, dará preferência, em igualdade de condições técnicas, aos equipamentos produzidos no País, facilitando e fomentando sempre que técnica e economicamente indicado, a criação de novos setores industriais para a fabricação deles.

Art. 15 — A movimentação, aplicação e comprovação das dotações do Plano SALTE serão feitas em forma da que dispõe o Decreto-lei n.º 6.144, de 29 de dezembro de 1943, que é para esse fim revogado.

Art. 16 — O Presidente da República é autorizado a tomar todas as providências e expedir os atos necessários à execução do Plano SALTE.

Art. 17 — As quantias consignadas na discriminação da verba de Cr\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros), atribuída no Orçamento de 1949 à Presidência da República, sa-

ção deduzidas, respectivamente das dotações dos Anexos desta lei.

Art. 18 — Se o empréstimo interno, de que trata o art. 5.º, não atingir a receita neste estimada para cada exercício, o Poder Executivo poderá como reforço, realizar empréstimo externo até à metade da soma prevista.

Art. 19 — As despesas autorizadas, as ordens de pagamento expedidas e as disponibilidades existentes na Banca do Brasil S. A. para execução dos programas serão, quando não utilizadas dentro do exercício, considerados despesas efetivos e levadas a "Restos a Pagar", em conta especial do Plano SALTE.

Art. 20 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21 — Revagam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1950, 129.º da Independência e 52.º da República. — **Eurico G. Dutro** — **Honório Monteiro** — **Sylvio Noronho** — **Conrobert P. do Costo** — **Raul Fernandes** — **Guilherme do Silveiro** — **João Voldetoro de Amorim e Mello** — **A. de Noveis Filho** — **Eduardo Rios Filho** — **Almondo Trompowsky**.

## SETOR ALIMENTOS

### I — Plantas têxteis

	Cr\$
1. Melhoriação, multiplicação e distribuição de sementes de algodão, inclusive serviços de cooperação, construção e instalação de uma estação experimental em Guanhambi na Bahia . . . . .	15 000 000
2. Melhoriação, multiplicação de sementes ou mudas de cará, inclusive serviços de cooperação . . . . .	5 000 000
3. Melhoriação, produção de sementes selecionadas e fomento da juta . . . . .	10 000 000
4. Construção de armazéns e pastos de classificação . . . . .	10 000 000
5. Financiamento para instalação de uma fábrica de sisal (agnave), no Estado da Paraíba . . . . .	20 000 000
6. Financiamento à Cooperativa de Cará do Nordeste, sedinda em Recife, instalação de uma fábrica de cará e outras filarias no Estado de Pernambuco . . . . .	50 000 000
Importância a ser transitóriamente despendida . . . . .	110 000 000
Importância a ser recuperada . . . . .	80 000 000
Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	30 000 000

### II — Arroz

1. Melhoriação, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação . . . . .	60 000 000
--	------------

2. Trabalhos de irrigação nas zonas arazeiras, inclusive no vale do Rio Guamá, no Estado do Pará . . . . .	60 000 000
Importância a ser transitóriamente despendida . . . . .	120 000 000
Importância a ser recuperada . . . . .	60 000 000
Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	60 000 000

### III — Batata

1. Melhoriação, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação . . . . .	50 000 000
Importância a ser transitóriamente despendida . . . . .	50 000 000
Importância a ser recuperada . . . . .	13 000 000
Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	37 000 000

### IV — Cacaú

1. Melhoriação, fomento e defesa sanitária . . . . .	30 000 000
2. Financiamento da produção por intermédio da Carteira Agrícola do Banco do Brasil S. A. . . . .	40 000 000
Importância a ser transitóriamente despendida . . . . .	70 000 000
Importância a ser recuperada . . . . .	40 000 000
Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	30 000 000

### V — Cofe

1. Melhoriação, inclusive execução, em cooperação, dos trabalhos de sãmbreamento . . . . .	50 000 000
--	------------

### VI — Chô

1. Melhoriação e desenvolvimento da cultura . . . . .	5 000 000
---	-----------

### VII — Feijão

1. Melhoriação, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação . . . . .	15 000 000
--	------------

### VIII — Fumo

1. Melhoriação da cultura e trabalho de cooperação, inclusive concessão de auxílios por intermédio do Instituto Brasileiro de Fumo às entidades que mantenham campos de cultura racional de fumos para capas de charutos bem assim a formação de pequenas propriedades . . . . .	20 000 000
--	------------

2	Criação ou auxílio para instalação de escolas rurais destinados ao ensino da cultura do fumo, inclusive contratos de professores especializados, no país ou no exterior . . . . .	10.000.000
	Total . . . . .	30.000.000

**IX — Forragem**

1	Trabalhos experimentais de agrastologia . . . . .	5.000.000
2	Produção e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação . . . . .	10.000.000
3	Auxílios aos criadores, cooperativas e associações para construção e instalação de silos e galpões destinadas ao armazenamento de forragens . . . . .	15.000.000
	Importância a ser transitariamente despendida . . . . .	30.000.000
	Importância a ser recuperada . . . . .	5.000.000
	Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	25.000.000

**X — Mandioca**

1	Conclusão das usinas de álcool de mandioca . . . . .	12.000.000
2	Melhoramento e desenvolvimento da cultura . . . . .	3.000.000
	Total . . . . .	15.000.000

**XI — Milho**

1	Melhoramento, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive campos de cooperação . . . . .	100.000.000
2	Postas de beneficiamento, expurgo e distribuição, inclusive cooperação com agricultores, cooperativas e associações . . . . .	50.000.000
	Importância a ser transitariamente despendida . . . . .	150.000.000
	Importância a ser recuperada . . . . .	50.000.000
	Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	100.000.000

**XII — Mate**

Empréstimo de Cr\$ . . . . . 10.000.000,00 às federações das cooperativas de produtores de mate, para construção de 50 armazéns reguladores, com capacidade de 300 toneladas cada um, ao custo médio de Cr\$ 200.000,00 através da efetiva aplicação do Decreto-lei n.º 7.002, de 30 de outo-

brn de 1944, e assim distribuído.

Para 25 unidades . . . . .	5.000.000
Santa Catarina, 10 unidades . . . . .	2.000.000
Rio Grande do Sul, 10 unidades . . . . .	2.000.000
Mato Grosso, 5 unidades . . . . .	1.000.000

10 000 000

2. Empréstimos de Cr\$ . . . . . 25.000.000,00 às federações das cooperativas de produtores de mate, pela Caixa de Crédito Cooperativo, Banco do Brasil S.A. ou quaisquer outros estabelecimentos de crédito, a longo prazo e juros baixos sob a garantia do produto armazenado ou da safra pendente, para financiamento da produção e assim distribuídos:

Paraná . . . . .	10.000.000
Sta. Catarina . . . . .	5.000.000
Rio Grande do Sul . . . . .	5.000.000
Mato Grosso . . . . .	5.000.000

25 000.000

3. Empréstimos para racionalização da produção e aparelhamento industrial das federações das cooperativas de produtores de mate, dentro do esquema seguinte: Cr\$ . . . . . 70.000.000,00 a longo prazo e juros baixos, sob a garantia das próprias instalações ou dos contribuições incidentes sobre o mate produzido no país e aplicadas pelas organizações cooperativas em benefício da economia erveteira e no incremento do cooperativismo, as quais, compreendidas no preço do produto desde sua criação e, em consequência pagas indiretamente, quer pelo produtor, quer pelo consumidor, continuarão a ser cobradas por intermédio do industrial e exportador

- a) para construção de modernos barracões coletivos, nos principais centros produtores do Paraná, dotados de todas as instalações complementares, destinados à melhoria, racionalização e barateamento do custo do mate rancheado . . . . . 18 000 000
- b) para construção de idênticas barracões coletivos nos principais centros produtores de Santa Catarina . . . . . 10 000 000
- c) para construção de 7 pequenas engenhas regionais, no Rio Grande do Sul . . . . . 4 500 000



d) para construção de 1 pequena engenho regional em Ponta Para, Mato Grosso . . . . .	2.500 000
e) para montagem, no Rio de Janeiro, de moderna indústria de refrigerante à base de mate . . . . .	25 000 000
f) para propagação do mate na interior e exterior, pela federação das cooperativas de produtores de mate . . . . .	10 000 000
4. Criação e aparelhamento de uma Estação Experimental do Mate, para estudos de métodos racionais de defesa e melhoria do produto, abrangendo plantio, colheita, elaboração e beneficiamento, inclusive pesquisas sobre o aproveitamento dos diversos sub-produtos do mate, subordinada à Confederação das Cooperativas do Mate, que receberá ainda uma subvenção anual, em verba do Instituto Nacional do Mate, de Cr\$ . . . 1.000.000,00 e outra igual do Ministério da Agricultura para atender ao custeio de seu funcionamento . . . . .	5 000 000

Importância a ser transitariamente despendida . . . . .	110.000 000
Importância a ser recuperada . . . . .	105 000.000

Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	5 000 000
---	-----------

5. Verba no Instituto Nacional do Mate, para amparo à economia ervateira do consumo do mate, dentro e fora do país, não podendo, em qualquer hipótese, ser aplicada em nomeação ou admissão de pessoal . . . . .	50.000.000
Importância a ser transitariamente despendida . . . . .	50.000.000
Importância a ser recuperada . . . . .	25.000.000
Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	25 000 000

### XIII — Horticultura e fruticultura

1. Instalação, construção e manutenção de estações experimentais . . . . .	45 000.000
2. Melhoramento, produção e distribuição de enxertos e sementes, inclusive serviços de cooperação . . . . .	30 000 000
3. Assistência técnica e financeira para industrialização dos produtos hortícolas e frutíferas . . . . .	50 000 000
Importância a ser transitariamente despendida . . . . .	125.000.000
Importância a ser recuperada . . . . .	15.000.000
Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	110 000 000

### XIV — Trigo

1. Aquisição de sementes para revenda, inclusive transporte e tratamento . . . . .	1.000 000 000
2. Experimentação, multiplicação e distribuição de sementes, inclusive serviços de cooperação . . . . .	40.000 000
3. Construção e financiamento de instalação de armazéns, depósitos e pequenas moinhos nas zonas da produção . . . . .	120 000.000
4. Mecanização da lavoura triticeira, mediante aquisição de máquinas para revenda . . . . .	60.000.000
Importância a ser transitariamente despendida . . . . .	1 220 000.000
Importância a ser recuperada . . . . .	794 000.000
Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	426 000.000

### XV — Armazéns e silos

1. Para constituição do capital da Sociedade de Economia Mista "Cia Nacional de Armazéns Gerais" . . . . .	50 000 000
--	------------

### XVI — Vale do Paraíba

1. Auxílios nos serviços de experimentação agrícola . . . . .	20.000.000
2. Construção e financiamento de instalação para fazendas modelo e matadouros frigoríficos para pequenos animais . . . . .	20 000 000
3. Desobstrução e retificação parcial do Rio Paraíba, em São Paulo, na região de Pindamonhangaba, e construção de barragens para recuperação das terras destinadas à cultura de cereais . . . . .	10 000.000
Importância a ser transitariamente despendida . . . . .	50.000.000
Importância a ser recuperada . . . . .	20 000.000
Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	30 000 000

### XVII — Produção animal

1. Defesa sanitária animal . . . . .	200.000.000
2. Fomento da produção animal . . . . .	300.000.000
3. Indústria e inspeção sanitária . . . . .	100 000.000
4. Construção, financiamento e prêmios de matadouros industriais . . . . .	90 000 000
5. Constituição do capital e subscrição de debêntures da Sociedade de Economia Mista "Cia Frigoríficas Nacionais Sociedade de Anônima" . . . . .	100 000 000
6. Intencional: a) Assistência técnica e financeira aos produtores e industriais, inclusive coope-	

ração . . . . .	20.000.000
b) Conclusão do entreposto central do leite do Distrito Federal . . . . .	30.000.000
<b>Pesca:</b>	
a) Assistência social e financeira aos pescadores e suas colônias . . . . .	15.000.000
b) Construção, aparelhamento e financiamento de entrepostos . . . . .	30.000.000
c) Frato pesqueira e estações de piscicultura . . . . .	25.000.000
Desenvolvimento da avicultura, apicultura e ceriicultura . . . . .	50.000.000
<hr/>	
Importância a ser transitariamente despendida . . . . .	960.000.000
Importância a ser recuperada . . . . .	280.000.000
<hr/>	
Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	680.000.000

**XVIII — Imigração e colonização**

Aquisição e financiamento de núcleos coloniais na região das grandes açudes do Nordeste com execução de trabalho de irrigação . . . . . 50.000.000

Para ocorrer às despesas com a seleção, transporte e fixação de imigrantes e colonização, inclusive Cr\$ 30.000.000,00 para a colonização na Vale do Rio Guamá, no Estado da Pará . . . . . 300.000.000

---

Importância a ser transitariamente despendida . . . . . 350.000.000

Importância a ser recuperada . . . . . 200.000.000

---

Despesa a ser definitivamente realizada . . . . . 150.000.000

**XIX — Conservação do solo**

Estudos e pesquisas relacionadas com a conservação do solo . . . . . 25.000.000

Trabalhos de conservação e recuperação do solo em cooperação com os Estados, Municípios e particulares e conjugadas com os serviços de fomento da produção vegetal e reflorestamento, inclusive na Vale do Paraíba . . . . . 200.000.000

---

Importância a ser transitariamente despendida . . . . . 225.000.000

Importância a ser recuperada . . . . . 60.000.000

---

Despesa a ser definitivamente realizada . . . . . 165.000.000

**XX — Fertilizantes e corretivos**

Estudos, construção e auxílio às instalações necessárias à exploração dos jazidas de apa-

rita de Araxá, em Minas Gerais, Jacupiranga em S. Paulo e Comissão na Bahia, e de outros fertilizantes minerais . . . . . 60.000.000

2 Aquisição e revenda de fertilizantes . . . . . 50.000.000

3 Desenvolvimento da produção de leguminosas destinadas à adubação verde inclusive serviços de cooperação . . . . . 40.000.000

---

Importância a ser transitariamente despendida . . . . . 150.000.000

Importância a ser recuperada . . . . . 70.000.000

---

Despesa a ser definitivamente realizada . . . . . 80.000.000

**XXI — Defesa sanitário vegetal**

1 Combate à braca do café . . . . . 100.000.000

2 Combate a saúva, mediante assistência técnica, prêmios e serviços de cooperação . . . . . 70.000.000

3 Combate às pragas e doenças das canaviais inclusive indenização aos canaviais que forem queimados . . . . . 30.000.000

4 Combate a outras doenças e pragas da lavoura, inclusive a "sercacus paraibense" . . . . . 100.000.000

5 Assistência fitossanitária, aquisição de máquinas inseticidas . . . . . 200.000.000

---

Importância a ser transitariamente despendida . . . . . 500.000.000

Importância a ser recuperada . . . . . 250.000.000

---

Despesa a ser definitivamente realizada . . . . . 250.000.000

**XXII — Açúcar**

1 Melhoramento, multiplicação e distribuição de mudas de cana inclusive serviços de cooperação . . . . . 25.000.000

2 Assistência financeira, exclusivamente destinada a lavradores de cana de açúcar, em toda a país através dos sindicatos ou associações de plantadores, onde existirem, e pelas Secretarias de Agricultura, nos Estados, onde não houver as referidas organizações, assim discriminadas:

Alagoas . . . . .	7.000.000
Bahia . . . . .	5.000.000
Ceará . . . . .	300.000
Espírito Santa . . . . .	1.000.000
Minas Gerais . . . . .	3.250.000
Pará . . . . .	1.000.000
Paraná . . . . .	1.500.000
Piauí e Maranhão . . . . .	1.000.000
Rio de Janeiro . . . . .	9.000.000
R. G. do Norte . . . . .	1.000.000
Santa Catarina . . . . .	1.200.000
São Paulo . . . . .	3.250.000
Sergipe . . . . .	4.500.000

---

56.000.000



Importância a ser transitória- mente despendida . . . . .	81 000 000
Importância a ser recuperada	68 000 000

Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	13 000 000
--	------------

**XXIII — Pesquisas**

1 Despesas de qualquer nature- za com a locação de serviços técnicos de experimentação . . . . .	37.500 000
--	------------

**XXIV — Óleos, cêras e resinas**

1 Pesquisas, instalação e equi- pamento de laboratório e de pastos de expurgo . . . . .	40 000 000
2 Fomento das indústrias de óleos e cêras, auxílios e tra- de cooperação . . . . .	60 000 000
3 Financiamento à industriali- zação da cacaú nucífera (côcu da Bahia), nas Estados da Ba- hia, Paraíba, Alagoas e Ser- gipe, com o aproveitamento integral do mesmo, em tôdas as suas partes, como sejam: metacarpa ou casca fibrosa, endocarpa ou casca e amên- doas . . . . .	12.000.000

Importância a ser transitória- mente despendida . . . . .	112.000.000
Importância a ser recuperada	72.000.000

Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	40 000 000
--	------------

**XXV — Mecanização agrícola**

1 Compra de máquinas agricó- las para revenda . . . . .	300 000 000
2 Instalação e manutenção de parques regionais para pres- tação de assistência mecânica Manutenção de escolas de tratoristas e centros de trei- namento . . . . .	200 000 000 50 000 000

Importância a ser transitória- mente despendida . . . . .	550 000 000
Importância a ser recuperada	300.000.000

Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	250.000.000
--	-------------

**XXVI — Enxadas e Instrumentos agrícolas**

1 Compra de enxadas e instru- mentos agrícolas para revenda	100 000 000
--	-------------

Importância a ser transitória- mente despendida . . . . .	100.000.000
Importância a ser recuperada	80.000.000

Despesa a ser definitivamente realizada . . . . .	20 000 000
--	------------

**XXVII — Arame para cerca**

1 Compra de arame para cerca para revendo . . . . .	70 000 000
--	------------

Importância a ser transitória- mente despendida . . . . .	70 000 000
Importância a ser recuperada	70 000 000

**XXVIII — Serviço de meteorologia**

1 Material, instalação e manu- tenção de 50 estações meteo- lógicas para fins climatológi- cos e sinóticos . . . . .	2 500 000
2 Material e instalação de 40 estações meteo-agrícolas . . . . .	2 400 000
Total . . . . .	4 900 000

**QUADRO SINÓTICO DAS DESPESAS DE EXECUÇÃO NO SETOR ALIMENTOS****TOTAL DO QUINQUÊNIO****Subsetores de ação**

I — Plantas têxteis . . . . .	30 000 000
II — Arroz . . . . .	60.000.000
III — Batata . . . . .	37.000.000
IV — Cacaú . . . . .	30.000.000
V — Café . . . . .	50.000.000
VI — Chá . . . . .	5.000.000
VII — Feijão . . . . .	15.000.000
VIII — Fumo . . . . .	30.000.000
IX — Frragem . . . . .	25.000.000
X — Mandioca . . . . .	15.000.000
XI — Milha . . . . .	100.000.000
XII — Mote . . . . .	30 000 000
XIII — Horticultura e fruti- cultura . . . . .	110.000.000
XIV — Trigo . . . . .	426.000.000
XV — Armazéns e silos . . . . .	50.000.000
XVI — Vale do Paraíba . . . . .	30.000.000
XVII — Produção animal . . . . .	680 000 000
XVIII — Imigração e coloni- zação . . . . .	150.000.000
XIX — Conservação do solo . . . . .	105 000 000
XX — Fertilizantes e corre- tivos . . . . .	80 000 000
XXI — Defesa sanitária ve- getal . . . . .	250.000.000
XXII — Açúcar . . . . .	13.000.000
XXIII — Pesquisas . . . . .	37.500.000
XXIV — Óleos, cêras e resinas	40.000.000
XXV — Mecanização agrícola	250 000 000
XXVI — Enxadas e instrumen- tos agrícolas . . . . .	20 000 000
XXVII — Serviço de meteo- rologia . . . . .	4 900 000
Total . . . . .	2 733 400 000

# Educação e Assistência Social às Populações Rurais

Engenheiro Agrônomo  
**GERALDO GOULART DA SILVEIRA**  
Professor da Escola de Horticultura  
Wenceslão Belo

O problema da educação e da assistência social às populações rurais é um problema de relevante importância que, em nosso país, precisa e deve ser encarado com o máximo cuidado e atenção.

A maior parte de nossa população habita a zona rural, e do trabalho agrícola obtém os meios para a subsistência.

Da agricultura, abrangendo a pecuária e as indústrias extrativas de origem vegetal, depende toda a arcabouço de nossa economia.

Apesar do surto industrial dos últimos anos, ainda somos, e continuaremos sendo um país agrícola, dada a nossa extensão territorial que permite, possamos manter ao lado da indústria, uma enorme produção de matérias primas; de todos os produtos alimentícios indispensáveis à nossa subsistência, e, ainda, um saldo sempre favorável, que assegure o nosso comércio de exportação.

Precisamos olhar sempre, com toda a interesse, os massos problemas agrícolas, pois eles são de uma importância fundamental para o economia nacional.

Não bastam as medidas diretas de incentivo à produção, sem que primeiro se tenha encarado o problema do homem rural, do homem esquecido, do homem que trabalha para assegurar a subsistência da resto da população.

De acordo com o Quinto Censo Demográfico do Brasil, levado a efeito em 1940, temos uma população de quarenta e um milhões, duzentos e trinta e seis mil, trezentos e quinze habitantes, dos quais vinte e oito milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e cinquenta localizados na zona rural, isto é, 68,73% da população do país encontrada na zona rural.

Apesar de tudo, infelizmente, pouco se tem feito de eficiente e objetivo em prol de nossa população rural que, abandonada, sem conforto de espécie alguma, sem instrução, sem os mais elementos conhecimentos de higiene, mal alimentada e doente, cando trabalha e produz.

O problema da valorização do homem rural e da elevação do nível de vida de nossa população rural, assume um aspecto de grande relevância e é, sem dúvida, daqueles que merecem prioridade em face de outros problemas de âmbito nacional.

Da agricultura dependem a indústria e o comércio.

A agricultura produz, a indústria transforma e o comércio distribui.

Paradoxalmente, cuidou-se mais, até agora, da educação e da assistência social aos trabalhadores da indústria e do comércio, deixando-se de parte o trabalhador rural, justamente aquele que primeiro devia ser amparado.

Já não se há sem tempo que devemos reparar o grande erro em que incidimos e a grande injustiça que estamos cometendo, relegando para um plano secundário, os problemas que dizem respeito à vida rural do país.

O êxodo rural, com todas as suas desastrosas consequências, é um grave problema que cada vez mais se acentua, e precisa e deve ser encarado com a máxima atenção.

Para a sua agrovação contribui, sem dúvida, o grande desequilíbrio existente entre o tratamento dispensado aos trabalhadores da indústria e do comércio, melhor aquinhoados pela assistência educacional e pela assistência social que os trabalhadores da agricultura.

É preciso e inadiável que os mesmos benefícios sejam estendidos aos que se dedicam ao trabalho agrícola; aqueles que, pelo importância fundamental que representam para o economia nacional, já deviam ter sido, há mais tempo, amparados.

Através da educação, precisamos cuidar da formação humana e profissional do homem rural; através da assistência social, melhorar as condições de vida no meio onde ele habita.

Sómente com o concurso de um sistema de educação e assistência social rural convenientemente planejado e patrioticamente executado, conseguiremos a valorização do homem e a elevação do nível de vida de nossas populações rurais, fatores decisivos para a produtividade, enriquecimento e progresso constante do país.

**Cuidado** COM AS ÁGUAS IMPURAS!

USE EM SUA  
CASA UM FILTRO  
ESTERILISANTE

**SENU N**

E BEBA  
TRANQUILO  
SUA ÁGUA

SENU N — Garantia absoluta contra todos os germens da água



**avevita**

RAÇÕES PRENSADAS



**SUINOVITA**

RAÇÕES PRENSADAS

D'AQUÍ NINGUEM ME TIRA...



RAÇÕES PRENSADAS

**GADOVITA**

D. ZUCCATO



**EQUINOVITA**

RAÇÕES PRENSADAS



**GADOVITA**

RAÇÕES PRENSADAS

MOINHO FLUMINENSE 3/4  
R. URUGUAIANA, 118 - RIO

SECÇÃO RAÇÕES BALANCEADAS

# Os Morcegos Chupadores de Sangue

SEU PAPEL NA TRANSMISSÃO DA RAIVA

É interessante assinalar que foi baseada nas informações e suspeitas dos criadores catarinenses que os veterinários resolveram, um dia, estudar o papel que os morcegos hematófagos, ou chupadores de sangue, exerciam na transmissão da raiva.

Noquele tempo 20 a 30 anos passados — a própria diagnóstica de raiva ainda deixava margem a discussões e interpretações diversas, porquanto os sintomas verificados na doença do boi e do cavalo em nada se pareciam com a conhecida raiva do cão.

Era estranha, assim, que o boi e a cavalo raramente tivessem acessas de fúria e não atacassem o homem ou os outros animais, como em geral, acontece com as cães raivosas.

A não transmissibilidade da doença quando se encontravam juntos na mesma pastagem, animais doentes e sãos, a predominância dos sintomas de incoordenação de movimento das membros posteriores e a fase final de paralisia, tudo dava margem a confusões.

Custou, assim, vários anos para que se generalizasse a concepção de que a doença era realmente a raiva.

Ora, a meio de que ainda se podia dispor, como hoje para combater a moléstia, era a aplicação de vacina, cujos bons efeitos estavam fartamente comprovados. Iniciou-se então, intenso trabalho de vacinação.

Aconteceu, porém, que as condições para a emprego da vacina anti-rábica no campo, em larga escala, estavam longe de ser favoráveis e, como não podia deixar de ser, surgiram os fracassos.

Vale à pena apantá-los aqui porque, não obstante um esclarecimento tardio, alguns deles foram corrigidos e outros ainda dependem unicamente do criador ou do vacinador.

## Velomo-los:

se conheciam as modernas testes capazes de indicar se conheciam os modernos tests capazes de indicar qual a valor ou a capacidade imunizante do produto.

2 — As doses aplicadas eram insuficientes

3 — Os criadores não tinham a necessária cuidado de aplicar a vacina no tempo certo, deixando prescrever os prazos de validade.

4 — A vacina não era conservada em baixa temperatura; no verão aponhava calor excessiva durante a transporte e nem sempre os criadores as conservavam em lugares frescos.

5 — A aplicação de dose única com fins preventivas, em animais já contaminados, apressava o aparecimento dos sintomas e morte.

Outras causas que seria longo enumerar ainda contribuíram para esses fracassos e que, hoje, com a evolução natural da técnica, dos conhecimentos e das experiências obtidas, foram inteiramente afastadas, possibilitando a prepara de vacinas mais eficientes.

José Norberto Macedo  
Veterinário-Sanitarista

Entretanto, se a função imunizante ou de proteção foi melhorada a ponto de se obter vacinas 100% eficazes, a fato de não se poder determinar ou conhecer, entre os animais de um rebanho, quais os que se acham contaminados pelo virus rábico, leva, naturalmente, a descrença aos criadores que vêem animais vacinados morrerem.

Outras vezes, a fato do animal ser infectado pelo virus do organismo, também dá margem à essas interpretações contrárias, aumentando a desanimo.

É preciso saber, entretanto, que o animal vacinado não pode se infectar antes de passada a chamada fase negativa da vacina, ou seja, o período compreendido entre 15 e 30 dias, necessários para a vacina provocar, no organismo, a formação de anticorpos, ou seja, os seus meios de resistência à infecção rábica.

Antes de findo esse prazo, o animal, mesmo vacinado, está sujeito a se infectar e morrer. Conhecidas estas razões os criadores saberão encerrar as perdas com mais atimismo.

## COMO ACABAR COM A RAIVA

Mas não haveria um meio radical ou definitivo de se resolver o problema da raiva sem esses prejuizos? a resposta é: — sim, existe um meio eficaz, radical definitivo que resolve o problema da raiva: a motonga ou extermínio dos morcegos hematófagos, ou chupadores de sangue.

Ante este conselho, porém, surge logo a pergunta:

— Como descobrir caseiros de morcegos na imensidade das serras, dos campos e dos matos?

Para aqueles, porém, que já se dedicaram à procura de caseiros a causa se mostra sob outros aspectos, pois as buscas se limitam às proximidades dos cursos d'água; o morcego esta sempre nas imediações.

Jamais encontramos hematófagos em lugares secos, onde viviam, havia sempre umidade, ainda que num ôco de uma grande árvore a abertura se dispunha de tal maneira que, internamente, estava sempre umedecida por água de chuva.

O local habitado pelos hematófagos é facilmente reconhecido pelo mau cheiro característico dos excrementos do bicho.

## COMO RECONHECER O HEMATÓFAGOS?

Não se deve confundir os morcegos com os comedores de insetos e, como tais, úteis à lavoura — com os chupadores de sangue ou hematófagos. Também não se deve confundir-os com os morcegos de beira mar, caçadores de peixe.

Estes, porém, se prestam mais à esses confundidos pois tem os dentes incisivos bem parecidos com os dos hematófagos.

O comedor de peixe é maior, amarelado e apresenta uma particularidade muito interessante: quando em cativeiro, alimenta-se prontamente do peixe que se lhe dá. Mastiga e ao invés de ir engulindo enche a esôfago compreendida entre os dentes e as bochechas com toda a massa que depois deglute.

A identificação de hematófagos poderá ser feita observando-se alguns características principais.

a — dentes apropriados para morder; os dois dentes incisivos centrais superiores salientam-se dos demais. São encurvados, bem unidos, e pontegudus;

b — Os dentes da arcada dentária inferior são pequenos e separados por um vão central por onde suga o sangue;

c — não apresentam cauda ou membrana caudal (entre as pernas);

d) — alimentam-se exclusivamente de sangue;  
e — os morcegos insetívoros ou frujívoros tem pequenos dentes serrilhados em ambos arcos.

#### COMO CAÇÁ-LOS

Encontrando-se a caseiro deve-se ter toda cuidado afim de que os seus habitantes não escapem. Se nas árvores ôcas ou nas furnas, procurar tôdas as entradas e saídas e vedá-las perfeitamente, deixando abertas apenas duas, a entrada principal ou inferior e a saída superior. Na inferior, faz-se um pequena fogo onde se lança enxofre ou outro carpa qualquer capaz de produzir fumaça irritando; na saída superior coloca-se uma tarrafa ou rede de pesca de malhas miúdas, ou sua falta, um simples saco de aniação. Tomar precauções porque muitos morcegos caem sobre as próprio fogo ou braselro e, não obstante sopecados, fogem.

O perigo é tanto maior se admitimos que do sua mordido pademas nas infectar pelos virus rábica.

The illustration shows a man in profile, looking distressed with his hand to his forehead. He is wearing a striped shirt and a striped scarf. The scene is framed by a large circle. Below the illustration is a dark rectangular box containing a white lightning bolt icon on the left and the text 'Instantina' in a large, bold, sans-serif font. Underneath 'Instantina' is the phrase 'corta os RESFRIADOS' in a smaller, italicized font. To the right of the man's head is a circular Bayer logo with the word 'BAYER' inside.

# A situação da Companhia Siderúrgica Nacional

O que revela o relatório da diretoria — 308.000 toneladas de aço poro 1950

Cumprindo disposições estatutárias, a Companhia Siderúrgica Nacional realizou a assembléa geral ordinária, ocasião em que a diretoria presta aos acionistas contas de sua gestão.

O relatório então apresentado mostra um acentuado acréscimo de produção e de vendas em relação às contas anteriores e exhibe situação econômica e financeira próspera, comprovada pelo Balanço publicado.

Tendo realizado um programa de produção que atingiu ao total de 226.837 ton. de laminado aço, a Usina pôde entregar ao mercado nacional as seguintes prdutas:

	Ton.
Trilhos e acessórios . . . . .	33.612
Barrias e perfiladas estruturais . . . . .	29.608
Chapas grossas . . . . .	33.605
Chapas finas a quente . . . . .	37.079
Chapas finas a fria . . . . .	34.900
Folhas galvanizadas . . . . .	11.237
Folhas de Flandres . . . . .	20.496

e mais as seguintes subprodutos da distilação do carvão, obtidos pela produção de 271.710 ton. de coque:

	Litros
Benzol . . . . .	1.505.003
Tolual . . . . .	926.388
Xilol . . . . .	65.038
Nafta Solvente . . . . .	24.774
Combustível para motor . . . . .	1.164.930
Sulfato de amônio (ton.) . . . . .	3.845
Alcatrão . . . . .	19.150.427
Naftaleno (ton.) . . . . .	568
Olea desinfetante . . . . .	250.000
Piche . . . . .	171.578

Além dessa produção o relatório consigna ainda a produção própria de minérios, calcários e carvão explorados em minas de propriedade da Companhia, tendo sido extraídas:

	Ton.
Carvão . . . . .	280.683
Minérios . . . . .	290.550
Calcários . . . . .	47.471

O carvão nacional é beneficiado na usina de lavagem de Capivari, e que lavou 597.835 ton. durante o ano de 1949, beneficiando também carvão de outras mineradoras; a beneficiamento de carvão produziu 173.171 ton. de carvão metalúrgico e 259.531 ton. de carvão para vapor.

Disposto de usina termo elétrica própria em Capivari, a C.S.N. produziu energia elétrica para seu próprio consumo industrial, vendeu 3.790.810 kw e vem de celebrar contrato com o govêrno cariense para fornecimento de energia a Florianópolis.

A produção da usina foi vendida quase que exclusivamente ao mercado nacional, pois sobre um total de Cr\$ 992.570.944,70, apenas 2,4% se destinou à exportação.

Muito interessante foi a distribuição percentual das vendas no mercado, que a usina n seguinte proporção:

São Paulo . . . . .	44,7%
Rio e Dist. Federal . . . . .	38,4%
Estados do Sul . . . . .	4,5%
Estados do Norte . . . . .	6,0%
Estrangeira . . . . .	2,4%

As atividades comerciais da Companhia revelam que o mercado nacional tem aumentado sensivelmente sua capacidade de consumo, a que se deve, de um lado ao aumento da produção de diversas indústrias já existentes, de outro lado ao aparecimento de diversas indústrias novas. Esse é, justamente, um dos aspectos de maior interesse, pois demonstra a profunda influência que a criação da indústria pesada de aço já vem trazendo ao parque de indústrias de transformação do país, apesar de datar de apenas 3 anos a produção de Volta Redonda.

Como de costume, a Companhia fez escorar sua produção seja através de distribuidores, seja diretamente a consumidores industriais ou ao govêrno (incluídas neste item as Autarquias e as Estradas de Ferro). No primeiro caso, as vendas foram feitas por meio de uma rede de firmas revendedoras que, no ano de 1949, somavam 141 distribuidoras no território nacional, sendo 26 nas Estados do Norte, 20 nos do Sul, 9 nos Estados Centrais, 47 no Rio e 39 em São Paulo.

As organizações industriais que consomem produtos de Volta Redonda, utilizando-as como matéria prima para fabricação de utilidades diversas, isto é, as indústrias de transformação, abastecem-se diretamente na usina, a que lhes permite obter matéria prima barata para suprir a mercado com produtos acabados diversos como sejam: vasilhames e embalagens (tombares, latas, recipientes para produtos de petróleo, leite, conservas diversas, carburante etc.); tubos para água, gás e líquidos industriais, eletrodutos; fitas para amarração de fardos e caixas; fogões; aquecedores; pios; ferramentas e máquinas agrícolas; material ferroviário; artigos para construção civil e naval, etc.

As vendas diretas ao govêrno abrangem principalmente trilhos e acessórios para vias férreas, chapas, vigas e perfiladas para construção naval e de obras d'arte roda e ferro-viárias, chapas para tanques de petróleo, etc.

Em 1949 foram entregues ao país mais . . . . . 29.890 toneladas de trilhos, placas de apóia e tálias de junção para Estradas de Ferro. Nos três últimos anos, Volta Redonda já abasteceu com trilhos de fabricação nacional 1.596 km de via férrea, ou seja, mais do triplo da distância Rio-São Paulo.

Mercê de crescimento contínuo de sua produção anual, que é toda absorvida com avidês pelo mercado, a situação econômica e financeira da Companhia vem apresentando ano após ano índices cada vez melhores. Tendo iniciado a distribuição do 1º dividendo no 1º semestre de 1948 com uma percentagem de 6% a. a., manteve essa percentagem no 2º semestre seguinte e no 1º semestre de

1949, tendo-se elevado a 8% a. a., na 2.ª semestre desse ano.

As ações têm encarecido em Bolsa uma vez que o comércio e seus derivativos, havendo apesar disso pouco interesse dos acionistas na venda delas, o que revela confiança em maiores valorizações futuras.

A demonstração da Conta de Lucros e Perdas assinala um total de Cr\$ 156.934.983,40 de Lucros Líquidos distribuíveis, dos quais 28% serão desembolsados para atender aos fundos e reservas legais e estatutárias, destinadas a garantir a capital e manter sua potencialidade econômica.

Apesar das reservas e de ter sido computada a depreciação em volume adequada aos ativos fixos e aos lucros foi possível aumentar o dividendo das ações ordinárias para 8% a. a., mantendo as 8% a. a., para as preferenciais.

Pela balanço de 31 de dezembro, com as reforços trazidos no fim da exercício, os diversos fundos foram substancialmente aumentados e somam: o Fundo de Reserva legal: — Cr\$ 117.151.618,80, o de Renovação: Cr\$ 31.464.499,80 e o de Previsão Cr\$ 28.100.000,00.

Tal situação, levada ainda em conta a tradição de rigorosa pontualidade na saliência de seus compromissos, tanta na pois como na estrangeira, confere à Companhia uma posição realmente ímpar.

Tendo conseguido realizar no ano de 1949 um programa de construções que permitiu crescer a capacidade produtiva do equipamento, a administração da Companhia pôde fixar para o ano de 1950 um programa de produção que elevará a total de

produtos de aço a 308.000 toneladas, assim distribuídas.

	Ton.
Trilhas e acessórios . . . . .	87.000
Perfis e barras . . . . .	40.000
Chapas grossas . . . . .	33.000
Chapas finas a quente . . . . .	34.500
Chapas finas a fria . . . . .	66.400
Chapas galvanizadas . . . . .	12.000
Folhas de Flandres . . . . .	33.000
	308.000

Esse programa repausa numa produção programada de 390.000 ton. de gusa e 288.200 ton. de coque metalúrgica a que dará, além disso, elevada produção de subprodutos de carvão.

Ao preço médio obtido em 1949, a produção de 1950 poderá dar à Companhia uma renda de Cr\$ 1.202.047.250,00, ultrapassando a marca do bilhão de cruzeiros por ano.

Aliás, no decorrer do ano de 1949 quase foi alcançada essa cifra, pois as vendas da Companhia totalizaram Cr\$ 922.470.944,70, sendo que a mês de dezembro ultrapassou a marca dos cem milhões de cruzeiros mensais, a que é uma cifra altamente significativa.

Resultados tão compensadores e perspectivas tão promissoras vem apresentando a iniciativa industrial de Volta Redanda, que estuda e projetos de expansão da usina estão já em fase bastante avançada, a que aliás tem sido objeto de lisonjeiras comentários da imprensa do país e dos Estados Unidos da América.

# Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA

ANTICARBUNCULOSA (CARBÚNCULO HEMÁTICO)

CONTRA A DIARRÉIA DOS BEZERROS (PNEUMOENTERITE)

CONTRA A PNEUMO-ENTERITE DOS PORCOS

**PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.**

RIO DE JANEIRO

Distribuidor exclusivo na Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo

**Cesar A. Cardoso**

Rua Uruguiano, 33-1º andar, — Caixa Postal 356 — Rio de Janeiro

1948



1903



## AVENIDA RIO BRANCO...

(expressão do progresso duma metrópole)

Que contraste impressionante é ilustrado com as duas fotografias da entrada da nossa principal arteria, no espaço de 45 anos. A primeira só nos desperta sentimento de nostalgia de outros tempos - dos frâques, do coco, guarda-sóis, tilburys, das yayás e dos kios.

*Vira-se a Folha do Tempo* e mestre

João de Barro deavenda aos nossos olhos, na outra fotografia de idêntico local, o magnifico conjunto de detalhes dum estupendo progresso, onde se destaca a obra do homem aliada à excelencia dos materiais. O cimento portland "MAUA" supéra as especificações do mundo inteiro.

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND





**produtos**



**veterinários**



**PINHEIROS**

CAIXA POSTAL 951 - SÃO PAULO

242

# ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Na Escola de Horticultura Wenceslao Bello, mantida na Penha (D. F.) pela Sociedade Nacional de Agricultura: grupo de alunos internos, com o seu instrumental agrícola, em trabalho de campo.

RIO DE JANEIRO — BRASIL.

JULHO - AGOSTO, 1950

ANO LIV

**TRATORES DE RODAS**

**OLIVER**

**66-77-88**



**3 novos leaders**  
na mecanização agrícola

Um tombo de trote, que corresponde perfeitamente às necessidades da sua propriedade, será encontrado entre os 3 novos membros do froto de tratores "OLIVER". Apesar das diferenças em potência, foi montado um perfeito identidade entre os 3 modelos, de forma o serem intercambiáveis o maior número possível de peças e equipamentos.

Os 3 modelos podem ser fornecidos nos tipos: "Row-Crop" com rodas dianteiras conjugadas; "High-Clearance", com eixo dianteiro de bitola ajustável; e no convencional tipo "Standard".

**MESBLA**  
Departamento Agrícola

RIO DE JANEIRO R. Eválio da Veiga, 52	PORTO ALEGRE R. Col. Vicente, 111, Favela
NITERÓI R. Vis. Rio Branco, 102, 1.ª. Col. Pedro-Domingos, 119	RECIFE Rua de Palma, 31
SÃO PAULO Av. do Estado, 304	VITÓRIA Av. Vitória, 111
BRASÍLIA R. Carlinha, 445	

1.019

Tomada de força de acionamento direto



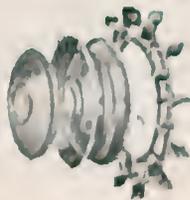
A tomada de força é diretamente acionada pelo motor, sendo independente e silenciosa de comando, não retarda, portanto, a rotação da tomada de força sujeita à alterações devidas aos acidentes do terreno e a velocidade do trote.

Seis velocidades avante



Fator de economia de combustível, os tratores "Oliver" tem duas velocidades a ré e seis avante apresentam condições para qualquer espécie de serviço, sem que seja necessária, portanto, usar uma velocidade alta com o carburador fechado, ou vice-versa.

Rodas traseiras intercambiáveis



Pressupostos de uma grande variedade de tipos de rodas de aço, satisfazem a todas as necessidades de tração e são acionados todos especificamente para campos de ação, para cultivo entre linhas também são disponíveis e intercambiáveis entre os 3 tratores, o que simplifica grandemente as linhas de fabricação e os estoques das ferramentas.



LOTE DE NOVILHOS ZEBÚS — Minas Gerais

## S U M Á R I O :

Custa da vida — <b>Prof. Arthur Torres Filho</b> .....	3
O Café — Parecer da Sociedade Nacional de Agricultura .....	6
Gado leiteiro britânica da raça Guernsey — <b>Major D. Mac. L. Macmillan</b> .....	9
Uma valiosa doação à Biblioteca da S. N. A. ....	11
Formação econômico do Brasil — <b>Prof. Arthur Torres Filho</b> .....	17
Ainda o escola de Nimes — <b>Fabio Luz Filho</b> .....	23
II Conferência Nacional Algodoeira .....	25
A III Semana do Hortelão na E. H. W. B. — <b>Prof. Geraldo Goulart da Silveira</b> .....	28
Cooperativo Agrícola de Cotia .....	31
Deputado Lauro Montenegro — <b>Dr. João Maurício de Medeiros</b> (discurso) .....	34
O Instituto do Açúcar e da Alcool e a assistência ao trabalhador rural .....	36
Questões agrícolas (carta) — <b>Jorge Polysú</b> .....	38
O reflorestamento no Estado de Minas Gerais — <b>Geraldo Goulart da Silveira</b> .....	40
Reforma agrária — <b>Cunho Boyma</b> .....	43
Mais uma grande cooperativa de colonização italiana no Brasil .....	44
A Sociedade Nacional de Agricultura e o ensino agrícola — <b>Geraldo Goulart da Silveira</b> .....	46
A luta contra o aborta bovina — <b>Jorge Vaitsman</b> .....	50
I Conferência Nacional de Febre Amarela .....	51
Noticário da Escola de Horticultura Wencesláo Bello .....	52

# SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA  
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	— DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benomérito	— DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	— DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS
Presidente	— ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	— EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	— ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	— EURICO SANTOS
4.º Secretário	— CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	— KURT REPSOLD
2.º Secretário	— OTTO FRENSEL
Secretaria-Geral	— LUIZ MARQUES POLIANO

## DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE  
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ  
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES  
ENIO LUIZ LEITÃO  
FRANKLIN DE ALMEIDA  
GERALDO GOULART DA SILVEIRA  
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO  
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS  
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO  
MARIO DE OLIVEIRA

## CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	— JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	— JOÃO TAJDER
ANTONIO BARRETO	— JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	— JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	— JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	— LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	— MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	— MANOEL NETTO CAMPELLO JUNIOR
DIOGENES CALDAS	— MARIO VILHENA
EUVALDO LODI	— ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	— OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	— PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	— PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	— PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	— ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	— RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	— SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÔA	— SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	— WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÂTER PERMANENTE  
DOS SEGUINTEs ÓRGÃOS:

**Conselho Federal do Comércio Exterior** (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério da Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central da Preços** (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Paul David de Sanson; **Comissão**

**do Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente da Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Antonio de Arruda Camara.

# A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV

JULHO-AGOSTO 1950

## CUSTO DA VIDA

Aqueles que acompanham a história econômica do mundo, sabem que a Grande Guerra não é a única responsável pela alta excessiva de todas as utilidades indispensáveis ao homem; trata-se, quando muito, de uma crise que se agravou, cujas origens são antigas, objeto como tem sido o assunto, de longa data, das cogitações dos economistas.

A elevação dos preços manifestou-se mais profundamente na segunda metade do século XIX. No fim desse século e no começo do XX, assume, o movimento de alta, sintomas impressionantes, principalmente entre 1895-1905, e mais tarde a partir de 1908.

Na Europa, muito antes da 1.ª Grande Guerra, tentativas haviam sido feitas pelas municipalidades para fundar leiteirias, açougues, etc., travando-se luta contra o aumento cada vez maior dos preços. E assim que surgiram as sociedades cooperativas, as ligas de consumidores, as "regies", as cosinhas populares, etc.

Podem ser agrupadas em tres ordens, as causas principais da alta dos preços: econômicas, demográficas e políticas.

Dentre as econômicas, uma das principais, será o desenvolvimento peculiar às sociedades modernas, principalmente ao regime industrial, nuns países mais do que em outros, determinando o êxodo rural, por conseguinte a deserção do trabalho da terra. A constituição capitalística da Sociedade moderna tem tido repercussão nos preços; assim, por exemplo, os "trusts" e os "cartels". Não menos importantes têm sido os conflitos perguntados lavados entre operários e patrões.

Uma outra causa, à qual os economistas atribuem importância notável, vem a ser a abundância do ouro, nestes últimos cinquenta anos. Isso quer dizer que, onde ha muito ouro, os preços se elevam. Acontece que o poder aquisitivo da moeda diminui, devido à sua multiplicação; o interes-

Prof. ARTHUR TORRES FILHO  
— Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

se e as rendas baixam de valor. Tudo torna-se ou parece tornar-se mais caro. Nesse caso, a situação se mostra torturante para os que possuem rendas fixas, capitalistas ou funcionários, operários e empregados, cujos salários e rendas só aumentam lentamente.

Não viria a pêlo discutir o assunto por esse aspéto; os economistas muito se têm preocupado com a depreciação resultante da superabundância do ouro no mundo.

Países há onde se tem verificado plethora de habitantes nas cidades; outros, em que o coeficiente de natalidade, sendo elevado, tem aumentado sensivelmente a população; concorrendo essas causas para a alta de preço das mercadorias.

É bem verdade, se a lei de Malthus não teve confirmação até hoje, com o rigor previsto pelo seu creador, não é menos certo que, em condições particulares, pode o aumento de população determinar a carestia da vida.

Politicamente, acontecimentos vários, num dado país, influem sobre os preços gastos imoderados da administração, com o lançamento constante de novos impostos ou agravamento dos antigos; deslocamento da população para obras improdutivas; desvalorização da moeda circulante, etc..

Nos nossos dias, a Grande Guerra constitue uma exemplificação dolorosa; concluindo a paz, conturbado permanece o mundo, ainda se fazendo sentir seus dolorosos efeitos.

Não foram apenas as fontes de produção que ficaram perturbadas com a Grande Guerra; principalmente a circulação se alterou e, em vista da interdependência dos fenômenos econômicos nos nossos dias, esse estado de coisas tem occasio-

nado desfragada especulação mercantil em diferentes países.

Outro aspeto do momento, que está preocupando os financeiros de todo mundo, é a "crise monetária" e, conseqüentemente, a "questão cambial", cujas oscilações não se acham suficientemente documentadas.

É atribuída, pelo menos essa é a opinião da maioria, á larga emissão de papel-moeda, recurso de que se serviram vários países para suprir o meio circulante, com o desaparecimento dos metais, em particular ouro e prata.

Pode-se dizer, no entanto que quasi todas as nações se socorreram desse expediente; possivelmente, umas mais do que outras, refletindo-se na situação cambial. Preciso se torna ter em vista a situação interna de cada país, mormente a aplicação dada ás emissões de papel moeda. Assim, por exemplo, o desequilíbrio da balança comercial, pode, para um dado país, ter efeito acentuadamente nocivos sobre o câmbio; como também as despesas imoderadas, desequilibrando os orçamentos, com a inversão de capitais em obras nem sempre reprodutivas, ou quando o sejam, selo-á muito tardiamente, devendo preferir-se melhor oportunidade para semelhantes gastos.

A intolerância do regime fiscal é um outro ponto a se salientar. Sabe-se que, depois da Grande Guerra, houve uma agravação geral de impostos em todo mundo, cuja incidência nem sempre se fez com ponderação.

O imposto indireto ainda é o mais geralmente preferido; embora preconizado o imposto sobre lucros comerciais e rendas pessoais, alegando-se atingir a todos, não tem ele correspondido á expectativa, pelo menos em alguns países.

Em síntese, são essas as causas das dificuldades e misérias que afligem a humanidade. Não poderíamos indicar aqui, todas as medidas aconselháveis para debelar o mal que, no Brasil, também se tem feito sentir, apesar dos seus abundantes recursos de produção.

No dizer de Georges Renard, "o mal sendo quasi universal, os remédios precisam ser internacionais". Isso não importa descuidar-se cada país da sua situação interna, aumentando a produção e procurando regularizar o consumo. A boa ordem nas finanças públicas é uma das medidas mais aconselháveis, como a diminuição dos impostos refletindo-se sobre o con-

## A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO  
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA  
CAMARA  
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD  
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART  
DA SILVEIRA  
Consultor-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO

Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

sumidor. Segundo o Deputado Barthe, na Inglaterra, tem-se 67% de impostos diretos e 33% sobre o consumo; na França, 37% de impostos diretos e 63% sobre o consumo.

O ambicionado estado de equilíbrio para ser alcançado está a exigir trabalho perseverante, espírito de continuidade e paz durável.

Como se formam os preços? Sob que influência se elevam? São perguntas da maior importância, que os economistas até hoje se têm esforçado por responder, tal o papel que desempenha o preço na vida diária.

Diz-se em economia, que o preço é o valor da permuta de duas mercadorias, uma das quais é a moeda ou, em outros termos, é a relação entre certas quantidades de moeda e a quantidade da mercadoria considerada suscetível de ser obtida em permuta.

Até Stuart Mill, a resposta clássica no caso, era de que o preço de cada mercadoria varia na razão direta da procura e inversa da oferta, sendo regulada por consequente pela relação entre a oferta e a procura.

Nos nossos dias, essa fórmula já não pôde ser aceita; as formações dos preços são de tal ordem, que não aos é dado prever, praticamente as suas formas e consequências.

Na opinião de J. Moret "o equilíbrio do preço não é senão uma das faces do equilíbrio geral; o preço, a oferta e a procura duma mercadoria não se acham apenas ligados estreitamente, mas dependem de todos os fatores do equilíbrio do mercado". Ainda na opinião desse economista "a inflação da circulação dificiária apresenta antes a consequência do que a causa da alta dos preços, acarretando essa alta uma modificação na repartição das mercadorias em detrimento da coletividade.

Ultimamente, notáveis economistas, dentre eles Bouniatian, Aftalion e outros, devido à formidável destruição de riquezas em consequência da guerra, têm procurado explicar a formação dos preços e sua influência na distribuição das riquezas.

É crença geral que toda a economia política hoje, mais do que nunca, deve constituir objeto de sérias preocupações; novos fenômenos se tendo apresentado e outros se declarado em formas novas, ignorando-se como se estabilizará, no futuro, a vida das nações, mais do que nunca segregadas, cada qual procurando tomar medidas de defesa própria na ordem econômica — quando tudo nos diz, que os fenômenos econômicos se internacionalizam por uma interdependência dia a dia mais acentuada.

Certamente, a *questão dos mercados* é daquelas dignas do melhor exame por parte de todos os países, dependendo do seu conhecimento, no interior e exterior, saber-se os diferentes grãos de venda dos produtos, isolada e coletivamente.

Produzir ou dispôr de elementos capazes de permitir a produção, não é suficiente; esforços precisam ser empregados para *reproduzir e vender* em boas condições, conseguindo preços médios para a produção.

Hoje, para combater-se as crises agrícolas, não podem as medidas revestir-se de caráter particularista; porquanto, complexas como são essas crises, exigem no geral um conjunto de providências, muitas delas se prendendo a questões de economia rural. Devido a isso, o exame do mecanismo dos mercados, não é bastante;

tornam-se precisas investigações de outra natureza: — agronômicas, biológicas, físicas, estatísticas e econômicas, das quais só homens experimentados se poderão ocupar, exigindo um conhecimento muito exato dos métodos agrícolas de cada país.

No caso, por exemplo, de procurar-se saber o que convem produzir, impõe-se o estudo das variedades de plantas; das qualidades e quantidades de produtos solicitados pelos mercados; da história e geografia da produção e sua distribuição, interpretando-se as tendências da produção agrícola com as oscilações de preços; da taxaço incidindo sobre a produção e distribuição dos produtos agrícolas; enfim, o conhecimento de uma série de informações bem apuradas, podendo aliecerar-se a produção em bases seguras e racionais.

Nos dias que correm a produção é considerada um dever, como também será o de permitir fazer com que os produtos cheguem ao consumidor pelo menor preço possível; a colheita, conservação e distribuição dos produtos agrícolas, obedecem, na atualidade, a conhecimentos técnicos e econômicos tão aperfeiçoados, como os da própria produção.

Os estudos das condições de mercados; as investigações que facilitem uma produção abundante e a preços módicos; no momento por que atravessa a humanidade, tudo aconsella dever constituir um programa social e econômico da mais alta significação para a vida dos povos.

**FÁBRICA BANGÚ**  
**TECIDOS PERFEITOS**

Preferidos  
no  
Brasil



**BANGÚ**



Grande  
sucesso  
em  
Buenos Aires

EXIJA NA OURELA  
BANGÚ-INDÚSTRIA BRASILEIRA

## O CAFÉ - Parecer da Sociedade Nacional de Agricultura

A Sociedade Nacional de Agricultura recebeu do Sr. Munhoz da Rocha, 1.º Secretário da Câmara dos Deputados, o ofício que se segue:

“Senhor Presidente:

A fim de atender a requerimento do Senhor Deputado Daniel de Carvalho, Presidente da Comissão de Inquérito sobre o Preço do Café, desta Câmara, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência a instalação daquela Comissão, verificada no dia 29 de maio p. p.

Outrossim, em atenção, ainda, ao dito requerimento, solicito a Vossa Excelência se digne providenciar no sentido de que essa Sociedade se pronuncie sobre a anormalidade no mercado do café e efetue a remessa de cálculos sobre o custo da produção da aludida mercadoria, além de outros informes que julgue convenientes para que a referida Comissão possa estudar, sob todos os aspectos, o problema caféeiros do país.

Aproveito a oportunidade...”

Desejando corresponder á honrosa solicitação, designou a Sociedade uma comissão, cujo parecer foi presente áquele órgão da Câmara, e composta pelos Engenheiros Agrônomos Julio Cesar Covelo, Kurt Reppold, Antonio de Arruda Câmara e Joaquim Côrtes Villela

O parecer da Comissão, que representa o ponto de vista da Sociedade Nacional de Agricultura sobre a importante materia, está assim redigido:

Solicita o 1.º Secretário da Câmara dos Deputados, para atender requerimento do Presidente da COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE O PREÇO DO CAFÉ, providências no sentido da Sociedade Nacional de Agricultura:

a) — enviar seu pronunciamento sobre a anormalidade do mercado do café;

b) — remeter calculos sobre o custo da produção do café;

c) — e, finalmente, prestar outros informes que julgue convenientes ao estudo, sob todos os aspectos, do problema caféeiro do país.

A Sociedade Nacional de Agricultura designou para o estudo da matéria comissão técnica constituída membros de sua Diretoria e Conselho Superior que, após exame cuidadoso do problema, acordou opinar sejam prestados, em caráter sucinto, os seguintes esclarecimentos:

1 — O café, em todos os tempos, sofreu as contingências das altas e baixas de Bolsa resultantes, muitas vezes, do maior ou menos interesse do comprador. No caso recente do chamado *Relatório Gillete* cujas conclusões teriam influido na baixa do preço do produto ter-se-á de levar em conta o alto preço relativo atingido pelo café no mercado americano, provocando, com grave prejuizo para os produtores, natural retração do consumo e conseqüentemente, maior duração dos estoques normais das praças consumidoras. A oscilação repentina de preços, provocada, às vezes, como simples operação de rotina comercial, é fruto de não dispormos, presentemente, de meios capazes de evitá-la, deforma ruinosa. Daí a necessidade de ser o mercado de café, tanto quanto possível, posto ao abrigo das desordens resultantes de anormalidades provocadas pelo interesse comercial. Tudo indica a conveniência de retomarmos uma política orientada no sentido de serem reguladas as saídas do produto tanto para os mercados de exportação como para os nacionais de consumo, mal providos, freqüentemente, em quantidade e qualidades compatíveis com as necessidades e preferências das regiões consumidoras. Seria aconselhável o estudo de um plano que atuasse em função das safras apuradas, em cada Estado produtor, dois ou mais anos agrícolas. Paralelamente a essa medida reguladora impõe-se o máximo esforço no sentido de ser observado, nas transações comerciais, critério capaz de estimular, nos centros produtores, o interesse pela produção dos melhores tipos, o que vale dizer, pela racionalização e melhoria da cafeicultura no Brasil.

2 — O custo da produção, variável de região para região, de localidade para localidade e, até, de ano para ano em um mesmo estabelecimento produtor, não pode, a rigor, ser expresso com a necessária segurança. A deficiência da prática gene-

realizada de contabilidade padronizada no meio rural e a variação dos elementos computados ou não, dificulta, consideravelmente, a apresentação de cálculos que exprimam o custo medio das diferentes operações.

Inquéritos realizados com a colaboração de técnicos, lavradores e associações rurais, nos centros produtores paulistas e mineiros, mostram variar, dentro de limites muito afastados, o custo de produção de um saco de 60 quilos de café beneficiado. Em julho de 1949 regulava nas zonas caféiras do Estado de S. Paulo (x) :

Zona	Custo de produção (1/3 da lavoura adubada)	
	Cr\$	
Itatibense . . . . .	776,00	
Mogiiana . . . . .	749,30	
S. Paulo-Minas . . . . .	649,60	
Santos-Jundiá . . . . .	626,40	
Monte Alto . . . . .	509,00	
Central do Brasil . . . . .	506,40	
Sorocabana . . . . .	498,80	
S. Paulo-Goiás . . . . .	421,90	
Noroeste . . . . .	415,80	
Morro Agudo . . . . .	403,00	
Baixa Paulista . . . . .	401,90	
Douradense . . . . .	399,50	
Araraquarense . . . . .	371,50	
Barra Bonita . . . . .	362,50	
Alta Paulista . . . . .	345,50	

A média do Estado calculada sobre uma safra de 8.681.309 sacos corresponde a Cr\$ 441,00. Informações de julho do corrente ano (xx) dão os centros caféiros das regiões fisiográficas do Estado de Minas Gerais, os seguintes custos de produção por saca de 60 quilos de café beneficiado:

Região	Safra	Custo de produção
Sul . . . . .	1.028.469	388,00
Metalúrgica . . . . .	13.317	388,00
Oeste . . . . .	262.067	324,00
Alto Paranaíba . . . . .	47.969	272,00
Mata . . . . .	1.219.696	240,00
Rio Doce . . . . .	576.078	220,00

(x) — Rui Mourão — Agente do Serviço de Economia Rural no Estado de S. Paulo.

(xx) — José Marla Barbosa — Agente do Serviço de Economia Rural no Estado de Minas Gerais.

Eleva-se a média do custo de produção nas lavouras mineiras a cerca de Cr\$ 292,00 por saca de 60 quilos de café beneficiado. O custo de produção nas lavouras paulistas apresenta média mais elevada mas, no cálculo, foi considerada a adubação em um terço das lavouras. Observa-se que em nenhum dos exemplos apresentados estão incluídos juros sobre o valor das propriedades caféiras e outros encargos que, em última análise, gravam, de fato, o custo da produção.

Há, ainda, a produção de regiões decadentes, como as do Estado do Rio, onde o custo de produção é bem mais elevado e as zonas, chamadas novas, como o norte do Paraná, onde esse custo também resulta um tanto alto, apesar da elevada média de produção, vez que, muitas plantações estão produzindo suas primeiras safras, onde a mão de obra é caríssima e as utilidades indispensáveis sobrecarregadas de elevados onus.

Revela o exame da situação do nosso patrimônio caféiro acentuado decréscimo nos respectivos valores. Baixou a partir do quinquênio 1938-42 o número de caféiros (2.870.000.000 em 1933/37 para 2.326.000.000 em 1938/42 a . . . . . 2.218.000.000 em 1943/47 a cerca de . . . . . 2.197.000.000 em 1949 assim como o volume das safras (23.315.000 sacas em 1933/37 a 19.903.000 em 1938/42 a . . . . . 14.259.000 em 1943/47) e o rendimento das lavouras que vêm caindo, de ano para ano, principalmente nas chamadas zonas velhas. Enquanto isso elevou-se, consideravelmente, o custeio das lavouras que de mais ou menos Cr\$ 800,00 por mil pés no quinquênio 1928/32 alcança, atualmente, para mais de Cr\$ 3.000,00.

3 — A situação exposta, em amplas linhas, é diversa, muito diferente, da apresentada por outros países produtores que têm o seu patrimônio caféiro aumentado e robustecido. Devemos levar em conta e ter sempre presente que alguns dos concorrentes do café brasileiro gozam, entre os consumidores norte americanos, de preferência pelas suas qualidades, obtendo maiores preços e, ainda, a possibilidade de um aumento substancial nas plantações africanas.

A Comissão designada pela Sociedade Nacional de Agricultura considerando de indistigável gravidade a situação da lavoura caféira no Brasil julga dever, nessa oportunidade, lembrar a conveniência e necessidade de:

- a) — ser o Ministério da Agricultura reaparelhado, pondo-se à sua disposição amplos recursos para atender às necessidades técnicas e econômicas da lavoura cafeeira, devendo para tanto serem restabelecidos e instalados, sob sua imediata direção, serviços técnicos nacionais de assistência à lavoura cafeeira, de amplitude suficientemente extensa e capaz de reformar os absoletos processos agrícolas ainda dominantes no país;
- b) — serem facilitadas e ampliadas, dispensando-se exigências onerosas, as operações de crédito agrícola para custeio das lavouras, estabelecimento racional de culturas e recuperação de fertilidade do sólo. Essas medidas são de caráter urgente e deverão vigorar com absoluta continuidade até que sobrevenha a reforma bancária e consequente criação do Banco de Crédito Rural. A me-

didada preconizada neste item é a única que poderá livrar o produtor da ação do intermediário. Para que se tenha uma ideia dos prejuízos causados ao produtor pela inexistência do crédito agrícola direto e pela resultante ação do intermediário junto aos produtores, basta salientar-se que 90% da safra cafeeira de 1949, foi vendida pelos produtores a preços que variaram de 300 a 450 cruzeiros por sacco, quando a mesma unidade obtinha nos centros de exportação, preços que variaram de 900 a 1.150 cruzeiros.

- c) — e, finalmente, criação e organização completa de órgão oficial para controle da política econômica do café, devendo colaborar, na direção e orientação do mesmo, técnicos especializados e delegados representantes dos produtores dos principais centros cafeeiros do país.

## TRISTE, MUITO TRISTE,

**lamenta o camponez a sua sorte!**

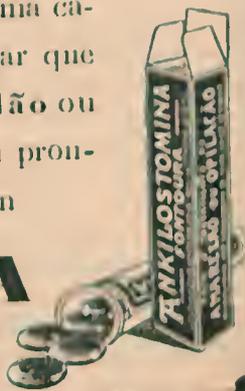


**N**ÃO pode trabalhar, sente palpitações, canseira, dores e queimação na bôca do estomago. Não tem apetite e cada vez fica mais amarelo. Ele morrerá e passará sua doença à família e aos vizinhos se alguma alma caridosa não lhe ensinar que ele sofre de Amarelão ou Opilação, molestia prontamente curavel com

# ANKILOSTOMINA

FONTOURA

REMÉDIO DE USO FACIL E DE EFEITO SEGURO



# Gado leiteiro britânico de raça Guernsey

Ultimamente vem aumentando muito na América do Sul o interesse pela indústria de laticínios e o fabrico de produtos lácteos de qualidade. Se considerarmos a quantidade de leite em estado natural consumido pelas populações urbanas, bem mais elevada — há muitos anos — da que na Europa, surpreende um pouco que esse desenvolvimento se haja atrasado. A florescente indústria de gado de corte é prova insólita de que não há nesses países nenhum impedimento físico.

## LEITE E QUALIDADE

Na Grã-Bretanha existem várias raças puras diferentes de gado leiteiro, que há gerações vem sendo cientificamente criadas para produzir leite, em vez de carne, e algumas raças que se consideram de finalidade dupla. Entre as raças leiteiras propriamente ditas algumas há que se especializam em produção elevada, enquanto outras se ocupam mais com o alto teor graxo do que com a produção total de leite. A Guernsey é uma vaca que se destaca tanto pela quantidade como pela qualidade do leite que produz. O público dos Estados Unidos há muito reconhece essa característica, evidenciada pela atraente cor cremosa do leite, genuíno indicio do seu valor alimentar. A dona de casa britânica está agora imitando a norte-americana, tanto assim que se paga bonificação especial aos produtores de leite Guernsey com teor de gordura não inferior a 4%; e apesar disso a procura continua a exceder a oferta.

## HISTÓRIA DA RAÇA

A história da evolução da raça Guernsey é a história da criação seletiva do gado britânico. Como a indica o nome, a gado teve origem na pequena ilha de Guernsey, na costa francesa do Canal da Mancha, há uns mil anos. Desprotegida, aberta sobre o Atlântico, não é de estranhar portanto que, numa época em que não havia navios a vapor ou aviões, não se tenha verificado a introdução de quaisquer outros tipos que poderiam ocasionar dano à raça original. Há mais de cem anos foi promulgada uma lei proibindo a importação de gado em pé para a ilha, sendo assim eliminados os perigos decorrentes da modernização do transporte.

Os registros da raça Guernsey foram iniciados no próprio ilha em inícios do século passado, assim como na Inglaterra e em vários outros países em que a raça foi introduzida. Os assentamentos desses Herdbooks são cuidadosamente feitos sob inspeção das Sociedades Pecuárias respectivas, e desde aquela época muita se vem fazendo para aumentar ainda mais o prestígio do gado Guernsey puro em toda parte. Talvez a mais importante providência tenha sido a criação do Registro Superior, inclusão na qual só pode ser alcançada pelo animal de elevada lactação de considerável teor de gordura.

## CARACTERÍSTICAS

De aspecto, a gado Guernsey é bem atraente, de coloração dourada que as manchas brancas ainda mais realçam. A vaca tem as características das verdadeiras produtoras de leite, sendo um animal de porte médio, nem muito grande e pesadão, nem de estatura excessivamente pequena. As pernas não são torcidas ou arcadas e a silhueta é boa, com ampla caixa torácica. Uma boa vaca sempre tem

Por Major D. MAC L. MACMILLAN,  
Redator da Revista das Criadoras de Gado Guernsey.

bom peito e ombros bem feitos. A distância entre as ilhargas e a largura entre as pernas são de grande importância, pois só assim ela pode acomodar um útero equilibrado. Este deve estender-se para a frente e para cima, na parte posterior. A parede inferior deve ser plana e dotada de quatro tetos uniformemente espaçados, de tamanho mediano, e veias saltadas. É ordenhado com facilidade, o que é importante nesta época de grandes salários. A cabeça da vaca é de traços finos, positivamente femininas, em comparação com a cabeça masculina de touro de boa estirpe.

Na sua ilha nativa, o Guernsey é essencialmente a vaca do pequeno granjeiro. Disto podemos deduzir que, em qualquer parte do mundo, ela é em primeiro lugar, acima de tudo, econômica em matéria de farragem, o que se verificou em qualquer latitude. Em vista do reduzido tamanho das pastagens em Guernsey, é normal que todas as rezes, independentemente de sexo ou idade, sejam presas na laço ao pastar e com o passar das gerações isto imbuíu a raça de duas características valiosas. Via de regra, o gado Guernsey usa o pasto dentro de pequeno raio, mesmo quando está em liberdade, e come sem protesto as ervas que tiver pela frente. A segunda característica, resultante do prática de amarrar as rezes é a docilidade das Guernsey, a que não apenas as torna fáceis de manejar como conduz a uma disposição tranquila e serena que se reflete na velocidade com que se aclimatam a quase todas as condições climáticas ou de administração.

## ADMINISTRAÇÃO

Quando uma raça não é bem conhecida num país, qualquer que seja este, uma das primeiras perguntas que a candidata ao comprador faz é a possibilidade de usar a farragem de produção local ao mesmo tempo mantendo a elevada média de produção de leite, sem queda do teor graxo. Quando se trata de gado leiteiro, a maneira de melhor responder esta pergunta é dividir a resposta em duas partes distintas. Nos Estados Unidos é prática corrente dar ao animal volume nutritivo para manter o animal sadio e para os primeiros dez quilos de leite diários. Durante as épocas em que isto não é possível por meio da pastagem direta, no local, a farragem disponível, composta de feno, alfafa ou restílo de milho tem sido demonstrada suficiente, em experiências práticas. A segunda parte da questão, que consiste de leite de cada vaca, considera-se suficiente para as Guernseys uma ração concentrada equilibrada de aproximadamente dois quilos por dia para cada cinco quilos adicionais de leite por dia, acima dos dez quilos básicos. Utilizando-se os ingredientes disponíveis no região, uma ração equilibrada de dois quilos poderia compor-se, por exemplo, de meio quilo de aveia, meio de milho, 750 gramas de linhaça e 125 gramas de farinha de sangue e osso. Em quase todos os países da América do Sul esses cereais são produzidos na fazenda, ou adquiríveis a preço econômico e em quantidade, sendo a farinha de sangue e osso obtida com relativa facilidade, a mistura para uma ração na qual a pro-

parção de amido e proteína são as indicadas para as Guernsey de alta produtividade. O único acréscimo que talvez se tornasse necessário é proporcionar às rezes certa quantidade de sal.

#### PROBLEMA DA FERTILIDADE

Entre os pecuaristas sul-americanos tem-se verificado alguma ansiedade pela número de vacas estéreis constatado, o que agora se atribui em grande parte ao excesso de cálcio na alfafa cultivada em certas partes do continente, o que desequilibra a proporção mineral entre fosfatos e cálcio na alimentação das animais. Os pesquisadores veterinários apontaram essa causa do mal e sugerem que se lhes proporcione quantidades suplementares de fosfatos, nos zanos onde há excesso de cálcio, assim restabelecendo o equilíbrio. A maneira mais prática de o fazer é talvez dar ao animal um sal que contenha fosfatos monacálcicos ou dicálcicos, em vez de sal gemo comum, até que se verifique o reequilíbrio.

#### PRODUÇÃO

Ouve-se às vèzes falar muito a respeito de **records** individuais alcançados por certas vacas, porém quando isso sucede é em geral numa ocasião; depois não se ouve mais falar na campeã. Por outro lado, é relativamente comum que as Guernsey obtenham uma produção total que lhes dê direito ao Grã Diploma de Mérito com 45.356 quilos de leite e 2.249 quilos de gordura. Do ponto de vista do granjeiro não pode haver comparação entre a valor econômica de uma mera produção superior a 10.000 quilos de leite de baixo teor graxo e uma produção total comparável com a que se exige para um Grã Diploma de Mérito. Na Grã-Bretanha as Sociedades de Registas efetuam um registro para cada lactação, mas na ilha de Guernsey é registrada apenas uma lac-

tação por animal, por ser ineconômico, ou mesmo impossível, a pequena indústria de laticínios sustentar uma vasta organização de registros. Convém que se tenha em mente esta diferença ao se examinar o pedigree e as registros de produção de leite do gado Guernsey.

#### SUCESSOS CONSEGUIDOS

Esta característica da Guernsey é exemplificada pelos resultados divulgados do Concurso Nacional de Rebanhos Leiteiros, levantado por um rebanho Guernsey em 1949, e no qual vem logrando distinção há três anos consecutivos. Em 1947 houve cinco rebanhos Guernsey entre as vinte primeiras de tôdas as raças leiteiras, com a média, para os cinco rebanhos, de 3.683 quilos de leite a 4,67% de gordura. Em 1948 houve nove rebanhos Guernsey entre as vinte primeiros colocados, com a médio de 4,25 quilos de leite de 4,73% de gordura.

As últimas cifras, relativas a 1949, de novo incluem cinco rebanhos Guernsey entre as vinte primeiras, inclusive a primeira e segunda lugares, sobre todas as outras, com a média, para os cinco rebanhos, de 4.590 quilos de leite com 4,93% de gordura. Entre as rebanhos oficialmente registradas pelos Anais de Produção Leiteira da Inglaterra e Gales, um rebanho Guernsey conseguiu em 1949, a média coletiva de 5.539 quilos de leite com 4,67% de gordura para as vacas adultas e 4.545 quilos de leite de 4,29% de teor graxo para vacas de primeira cria, em 305 dias de lactação. Os rebanhos que lograram estas cifras são localizadas em fazendas afastadas entre si e, portanto, com administração diferente.

Os criadores de gado leiteiro da África, cuja sensa prática é notário, experimentaram quase tôdas as raças britânicas de gado leiteira, sendo opinião firme de um fazendeiro de grande experiência, estabelecida em Kenya, que nenhuma outra raça se compara com a Guernsey em mérito, para a fim que têm em vista. Pequenas granjas de Guernseys puros são mantidos em alto nível de eficiência e enriquecidos pela importação periódica de rezes do melhor estirpe, vindas do Reino Unido. Nessas granjas as fêmeas são consideradas primariamente como mães de touro Guernsey de pedigree que serão par sua vez usados para cobrir gado indígena zebú ou mestiço, para melhorar este último. O sistema está produzindo resultados excepcionais, utilizando Guernsey de grande capacidade demonstrada pelas Guernsey de resistir climas extremos, particularmente a sal tropical ou subtropical, a que provavelmente se deve ao característico pigmento amarelo de seu couro.

#### GUERNSEY — RAÇA UNIVERSAL

Praticamente não há lugar no mundo onde os Guernseys não se hajam demonstrado ideais como raça leiteira. Isto se aplica tanto às rezes mantidas para melhora da raça ou usadas para mestiçagem das raças locais. Já provaram ser econômicas na alimentação, em relação à elevada produtividade total. Revelaram-se extremamente resistentes a tôdas as variações de climas, desde a sol tropical até a neve ártica, sendo ainda fáceis de manejá-las, correspondendo aos menores esforços de uma administração sã. O teor graxo não só se mantém elevado como a sua presença é patenteada pela colorida atraente do leite, que possui maior valor vendável. São muito conhecidas pela sua longevidade, e a sua vida em rebanho é utilíssima, cabendo com facilidade e dando cria regularmente, em condições normais.



#### SEMENTES

Hortalças, Flores, Florestais,  
Leguminosas, Forrageiras, etc.  
Alta seleção e germinação  
comprovada

**Ferramentas e Aparelhos**  
**Polvilhadeiras — Inseticidas**  
**Artigos Apícolas — Adubos**  
**Livros Agrícolas, etc.**

Peçam catálogo gratis

**DIERBERGER AGRO**  
**COMERCIAL LTDA.**

**RUA LIBERO BADARO', 499-501**

**Caixa postal 458**

**S. PAULO**

# Uma valiosa doação à Bibliotéca da Sociedade Nacional de Agricultura

Da Exma. Sra. D. Margarida Dias Ferreira, viuva do esforçado colaborador da Sociedade Nacional de Agricultura, Sr. Roberto Dias Ferreira, que por mais de trinta anos a serviu como chefe da sua Secretária, acaba a Bibliotéca da Sociedade de receber uma das mais preciosas doações, de quantas lhe têm chegado, ultimamente: é que, dentre os livros e folhetos enviados, alguns tem especial significação para a Sociedade pois que na sua maioria são exemplares raros de edições esgotadas da instituição. A reconstituição da bibliotéca social nunca seria satisfatoria se as próprias publicações da Sociedade não figurassem em suas estantes. De alguns velhos

consócios temos recebido muitos exemplares. Agora, porém, animam-se os que esperam ver a coleção editada pela Sociedade novamente à mão, para consulta, a atestar a sua notavel cooperação ás letras agricolas do país, pois muitos deles vieram em meio a outros preciosos e raros trabalhos sôbre assuntos de interesse da agricultura e da Sociedade.

Muito obrigados, pois, à veneranda e ilustre Senhora, que com isto revela ser continuadora do carinho com que sempre a distinguio o seu digno esposo, e nosso companheiro de trabalho.

Eis a relação dos livros oferecidos:

Rev. "A Lavoura" encardenedos:	Ano	1929	—	1934	—	1936	—	1939	—	1934
Boletim de Agricultura	Série	32	—	Ano	1931	—	numeros unicos			
" " "	"	34	—	"	1933	—	"	"	"	"
" " "	"	35	—	"	1934	—	"	"	"	"
" " "	"	36	—	"	1935	—	"	"	"	"
" " "	"	37	—	"	1936	—	"	"	"	"
" " "	"	38	—	"	1937	—	"	"	"	"
" " "	"	39	—	"	1938	—	"	"	"	"
" " "	"	40	—	"	1939	—	"	"	"	"
" " "	"	42	—	"	1941	—	"	"	"	"
" " "	Ano 22	—	jan.	—	dez.	1933				
" " "	" 23	—	jan.	—	març.	1934				
" " "	" 23	—	nbr.	—	jun.	1934				
" " "	" 23	—	jul.	—	set.	1934				

Rev. do Dep. Nac. da Produção Animal	Ano	1	—	n.º 2	—	3 e 4	de	1934
" " " " " " "	"	1	—	n.º 5	—	e 6	de	1934

Rodriguésia — Rev. do Jardim Botânico — Serv. Florestal

Ano VII	—	n.º 16	set.	—	dez.	1943
" VIII	—	n.º 17	març.	—	jun.	1944
" IX	—	n.º 18	abril.	—		1945
" X	—	n.º 20	dez.	—		1946

Anais da 1.º Expos. Estadual de Lãs — realizada 9/12 dez. 1939 S. A. Urugualana — Sul, Principals doenças dos Ovinos — Dr. Outubrino Corrêa — Bol. n. Jan 1941 S. A. Sul. Seleção Ovina — Conf. de Manoel M. Matos na Expos. — feira realiz. em out. de 1938. Itagê — S. A. do Rio Grande do Sul.

Tratamento de profilaxia da Gastrointerite verminosa dos Caprinos e Ovinos — Silvio Torres — S. I. A. — 1943.

Aspetos Econômicos da Ovinicultura — G. Veloso N. Vieira — Bol. 92 — Jan. 1942, F. A. R. S. U. L.

A Criação de Lanigeros e sua industria — Paschoal de Moraes — 1922.

A Cabra — Paschoal de Moraes — Tip. Carmo 55 — D. P. — 1920.

Pastagens para Suínos — Anacreonte Avila de Araujo — Bol. B/10/939 — S. A. Gr. Sul Regras práticas para alimentação racional dos Suínos — J. Pinto Lima — S. I. A. 1942. A Peste Suína — Dr. Vital Brasil — 1934.

Criação de Suínos — A. Teixeira Vianna — S. I. A.

Os Suínos — Nicolau Athanassof — S. A. São Paulo — 1941.

Manual Prático da Criação de Porcos na America — P. D. Cuburn — trad. Salvador de Mendonça — S. Paulo — 1913.

O Farelo fino ou farelhuho de arroz na alimentação dos Suínos — N. Athanassof — 942.  
 Exploração racionalmente os Suínos — Armando Cheffi — S. I. A. 944.  
 Principais doenças dos Suínos — Outubrino Corrêa — S. A. Porto — Alegre — 1942

Tratado de Gallinocultura — Delgado de Carvalho — 1913 D. F.

Gallináceos & Columbianos — Delgado de Carvalho — 1918 D. F.

Vamos Criar Galinhas — Otavio Domingues — S. I. A.

Avicultura — S. I. A. — 1942.

O raquitismo dos Pintos e certos erros de alimentação — José Reis — S. A. São Paulo 1942.

O mereado de Ovos no D. F. — Evaristo Leitão — D. E. Prod. 1936.

Fundamentos de 1.ª conservação de huevos refrig. — Pedro Menendez — Rev. Pnc. Agr. 939.

Criação de Coelhoos — Ernesto C. Santiago Junior — S. I. A. 1942.

Nações praticas para a criação industrial do Coêlho — Aldo Bartholomeu — S. A. S. P.

O Apicultor Brasileiro — Emillo Schenk — R. Gr. Sul — 1911 e 1923.

Orientação para o Serleicultor — Mário Thomé da Silva — S. I. A. 1941.

Curso Rápido de Serleicultura — Mário Vilhena — 939 — ministrado na E. H. W. Bélo.

Em Prol da Serleicultura — J. Nogueira de Carvalho — 1931.

Condições essenciais para ter êxito na criação do Bicho da Seda — M. Vilhena, S. I. A.

Organização de um Amoreiral — M. Vilhena — I. R. Serle. Barbaecna.

A Saúva e seu combate — O. do Vale Rêgo e José Soares Brandão F.º — publ. 17 — 941

Demonstrações de processo dee combate á Saúva — D. N. P. Vegetal — 936.

Extinção das Saúvas — Pedro Corrêa Nêto — memoria apres. Conf. Algodoeira 916.

Cruzada contra a Saúva — Lulz A. de Azevedo Marques — S. I. A. 1928.

A Ind. Pastoril em Pernambuco — Apolonio Peres — Recife — 1917.

Ordem Higiénica — Lulz Gonçalves Vieira — S. I. A. — 941.

A Ráça Schuyz — Guillaume Hermsdorff — S. I. A. 941.

A Ráça Bovina Normanda no E. R. Gr. Sul — tése XV. Congr. Rural realiz.

em Porto Alegre, 24 a 29 de maio 1931 — Ataliba de Figueredo Paz — S. A. Gr. Sul.

Criação dee Gádo na Frisia (Holanda) S. A. Gr. Sul — Bol. 12 938.

A escolha da Vaca Leiteira — Coop. Ind. de Pec. da Bahia, 8 — 939.

Vantagens do descornamento do Gádo — Coop. Ind. de Pec. da Bahia — Publ. 3.

A Zebunização do Brasil — R. Fernandes e Silva — 2.º Congr. de Agronómia 939.

O cuidado com o Couro aumenta seu lucro — Coop. Ind. Pec. da Bahia — Publ. 1

Industria Pecuária — Memoria apres. ao Min. Agr. Pedro de Tolêdo por Edu. Cotrim.

Experiência de Engorda de Novilhos em Campo nativo — Bol. 96 abr. 942 — S. A. Gr. S

Piscicultura — R. von Hlreing — 938.

Serv. de Piscicultura e de reffloresameno e Postos Agricolas do Nordeste Brasileiro — Min. Vacão — 932.

Memoria de la Comision Central de Investigaciones sôbre a La Langosta — 935 — La Nacion.

Reg. para o Entrepouo de Pesca da Cidade do Rio de Janeiro — S. I. A. — 941.

Criação Racional da Carga S. I. A. Hugo Cruz Mascarenhas — 941.

O fomento da Piscicultura entre nós — Ascanio de Parla e H. Muller — S. I. A. 940.

A Defumação do Pescado — Elzamann Magalhães. — S. I. A. — 941.

Sururú da Lagôa Mundaú (Alagôas) Elzamann Magalhães — S. I. A.

Consideração sôbre a construção de uma Queijaria — Manoel Z. de Mesquita — S. I. A. 1940.

A utilização dos fermentos na Ind. de Laticínios — Manoel Z. Mesquita — S. I. A. 940.

Utilização do Leite desnatado na alimentação dos animais domesticos — Gabriel Mohaby — S. A. São Paulo.

Para ter bom Leite não basta ter Vacas — J. N. B. Zany — S. I. A. — 942.

Aspeto atual da Ind. Laticínios no Brasil — Lulz Gonçalves Vieira — tése XI Congr. Nac. de Laticínios Berlim — Alemanha — agosto 937.

Manual de contrôle Leiteiro e Manteguelro — Luis Fernanda Ribeiro — Pará — 934.

O Leite suas industrias e falsificações.

Leite limpo — Inst — Pec. da Bahia publ. n.º 4.

Mantelga — Polcarpo Rocha F.º — Dir. Est. Prod. — D. F. — 935.

Uniformização do Queijo de Minas — Ellydio P. de Castro e Manoel Z. de Mesquita Colho — Jorge de Sá Earp — S. I. A. 949.

O Queijo Chester ou Cheshire — Manoel Z. de Mesquita — S. I. A. 942.

Exame dee contrôle do Leite na fonte de produção — Jorge de Sá Earp — Dir. — Est. P. Prod. — D. F. 935.

Análise pratica da mantelga e margarina — J. de Sá Earp — Dir. Est. Prod. 935.

Manual práctico de Adubação — A. Menezes Lobre — 937 — S. Paulo.

Irrigação Mecânica do Nordeste — Antonio Cunha Bayma — S. I. A. 941.

Pratica de fazer Feno — Ezellino Amadio Falzoni — S. I. A.



- Breves instruções sobre a Fenação e a cultura da Palma sem espinhos — Coop. Ind. Pec. da Bahia — 1938.
- Ervilha Forrageira — Waldemiro Pimentel — S. I. A. — 941.
- Forrageiras para Verão e Outono — Anacreonte Avila de Araujo — S. A. I. C. P. Aleg.
- Forrageiras para Inverno e Primavera — Anacreonte A. de Araujo — " " (1940)
- Leguminosas Forrageiras "Os Trevos e Alfafas" — Anacreonte A. de Araujo — 938
- Para substituir a Alfafa — Dir. Est. Prod. — 1933.
- O Capim de Rhodes — Dir. Est. Prod. 1933.
- O Capim de Jaraguá — publ. Secção Agrostologia e Alm. dos Animais — 1940 — D. F.
- O Capim Cotonião — Einar Alberto Kok — S. A. I. C. São Paulo — 1942.
- O Capim Elefante — S. Agrost. Alm. Animais — 940.
- Guiné Capins, Sempre Verde e Murumbú — S. A. A. Animals — 940.
- Capim de Planta e Capim de Angola — S. A. A. Animals — 940.
- Adubação Verde — Lourenço Granato — Ed. Monteiro Lobato — 1920.
- Adubos Verdes — Outubroino Corrêa, bol. 26/10/939 — S. A. I. C. Gr. Sul.
- O sublimado corrosivo no tratamento das sementes hortícolas — J. Soares Brandão
- Higiene Rural — Lamartine Antonio da Cunha — S. A. S. Paulo (S. I. A. 942.
- Como obter o Azoto barato para a Agricultura — Genesio Pacheco — S. A. I. S. Paulo
- Nova Fonte de prod. dos Adubos Organicos — A. Arruda Câmara — 1934.
- A Influência dos "Elementos Raros" — na adubação das plantas — A. M. Sobr. 936.
- Razões e emprego da Adubação — René Gouveia da Cunha — S. I. A. 943.
- Erosão e seu combate — Wanderbill Duarte de Barros — S. I. A. 1942.
- Erosão em terrenos inclinados é um dos meios de combate-la — Julião B. Ramos.
- Consideratons sur la fertilité des terres agricoles et plus speciallement. des terres
- Agessilines — tése Arthur Torres F.º — I. Agr. Roma — 1930.
- Classificação dos Sólus em classes quando sua textura — 1.º Congr. Agronômico
- Rlo Gr. do Sul — dez. 1934 — Labiénio Jobim.
- Erosão dos Solos — Labiénio Jobim — S. A. Rio Gr. Sul — 1941.
- A Industria Pastoral no Ceará — Thomaz Pompeu Sobr. 1917.
- Banhelro Carrapaticida — Coop. Ind. Pec. da Bahia — publ. 2.
- O Contrôle arsenical do Banho Carrapaticida — Milton G. Guerreiros — Bol. 91.
- dez. 941 Sul.
- Habronamose Gastrica e Cutanea — S. I. A.
- Tratamento e proflaxia da Fêbre Aftosa — S. I. A. 942.
- Como combater o Berne — S. I. A. — J. Pinto Lima — 1942.
- Péste de Secar — J. P. Lima — S. I. A. 1942.
- Verrucosis (Bubas, verrugas) Camillo Hondelof —1939.
- Notas Pito-Sanitarias — Eduardo R. Figueredo Junior — S. A. I. C. São Paulo 1942.
- Os perigos do Cárunculo Hemático — Waldemar Peixoto de Oliveira — S. A. I. D.
- Porto Alegre — 1942.
- Pulorose — José Reis — S. A. I. C. São Paulo — 1942.
- O emprego Concentrados na alimentação do Gádo leitero — George Frederco
- Iaun Sep. Bol. Soc. Bras. Agron. jun. 941 — S. I. A. 1942.
- A Importância da Palma na alimentação do Gádo — Fernandes Silva — S. A.
- Pernambuco 931.
- Elementos de Clinica Veterinária — palestra do Major João Diniz Mouiz Barreto
- do Aragoão — 24/7/915 — Imprensa Militar — Ilustração da 4.ª Expos. Nac. de Gádo
- do Rio de Janeiro.
- Entomologia Florestal — Aristoteles Silva — S. I. A. 1941.
- Aproveitamento racional das Florestas — Mansueto Kosciński — conf. 4/11/940
- S. R. Bras. Soc. Rural Brasileira.
- Praga nas Arvores de ornamentação pública do R. de Janeiro — Luiz A. de Azevedo
- Marques — S. I. A. — 1927.
- As Florestas e as Chuvas A. Alvaro A. da Silveira — B. Horizonte — 1916.
- Monografia sobre Arhorticultura — Salvador Calderon — Dep. B. Entomologico S. Salv.
- Legislação Florestal — 1.º parte (Legislação Historica — 1789-1289) Paula Ferreira
- de Souza — Dir. Est. Prod. — 1934.
- Legislação Florestal 2.º parte (Leis Florestais dos Estados) P. F. de Souza 1935.
- Pragas e Molestias de Arvoredo Frutifero — tése 1.º Congr. Agron. R. Sul dez. 933
- Ernesto Rouma — Bol. 7 abril 934.
- Sementes Florestais — Mansueto de Kosciński — S. A. I. C. São Paulo.
- Código Florestal — D. N. P. V. D. D. F. 1934.
- O Pinheiro Brasileiro na Silvicultura Paulista — Mansueto de Kosciński — S. Paulo.
- Notas sobre a cultura dos Eucalpitus — S. I. A.
- Manual do Plantador de Eucalpitus — Navarro de Andrade — S. Paulo.
- Cultura dos Eucalpitus — Luis Simões Lopes — S. Florestal — S. I. A. — 1942.
- O Cultivo e Exploração dos Eucalpitus — M. Agr., — 1918.
- Instruções cultura do Milho — S. I. A.
- Notas praticas sobre a cultura do Milho — Carlos Telxelras Mendes — S. A. I. C.
- São Paulo.
- Os carvões do Milho — José Soares Braudão F.º — S. I. A.
- Industrialização dos Hibridos — Armando Chiefli — S. A. I. C. São Paulo — 1942.

O Milho e o seu aperfeiçoamento Industrial — H. Kronenberg — Av. Rio Branco 66  
Cultura e melhoramento do Milho — Leopoldo Pena Teixeira — S. I. A.

Cultura do Arroz — S. I. A.

Transplante do Arroz — Francisco Gonçalves Flores — S. A. Rio Gr. Sul.

Orientação Geral para Cultura do Arroz no E. S. Paulo — Hilário da Silva Miranda.

Cultura do Arroz — Americo de Miranda Ludolf S. I. A. 943 (S. A. de S. Paulo).

A Cultura do Arroz no E. R. Gr. do Sul — Dir. Serv. Insp. Agr. R. Gr. Sul.

Les Bols Indigenes de S. Paulo — Edmundo Navarro de Andrade e Otavio Veechi 916

A cultura do Arroz no Mun. de Iguape — Ernesto Guilherme Young S. Paulo — 1916.

Contribuição para o colhimento da Brusone do Arroz — S. A. Porto Alegre 939.

Lagartas nociva aos arrozais e capinzais — Paulo Fossêa — sep. Bol. Agr. 940 S. Pau.

A Importância dos Trigos precoces para nosso meio — 1.º Cgr. Agr. S. Iwar Beckmann

Defesa dos Grãos alimentícios armazenados contra insetos nocivos — 945 S. A. S. Pau.

As perspectivas da cultura do Trigo no Brasil — bol. 83 — dez. 940 — S. A. Gr. Sul.

O problema do Trigo no R. Gr. Sul — Ataliba P. Paz — S. A. Gr. Sul — bol 72 jan. 939

Dois novos Trigos — Iwar Beckmann — bol. 93 jan. 942 — S. A. Gr. Sul.

Contribuição para o estudo do fenômeno da marelidão nos Trigos do Sul do Est. d

Rio Gr. Sul — Maximiliano Von Parseval — S. A. Gr. Sul 1939.

Instruções práticas para a cultura do Feijão Soja — Benjamim H. Humleutt —

Jornal Com. de 1938.

A Soja sua importância na alimentação seu emprego no pão — Benedito Bruno da

Silva — S. A. do E. São Paulo — 1941.

A cultura da Soja no Brasil — Henrique Lobe — S. I. A. — 942 — Dir Est. Prod.

Melo e processos de combater o gorgulho dos Feijões, Favas, Ervilhos e Cereais  
Paulo Vieira Souto — S. I. A.

Os Feijões Mulatinho e Preto — H. Lobre — S. I. A. 1940.

A contribuição do consumidor para aperfeiçoamento do mercado de frutas — Evaristo  
Lettão e Romolo Cavina — S. I. A. 939.

Processos usados na embalagem de frutas no mercado D. F. — Evaristo Lettão — 1930.

O Comércio e os mercados de Frutas na Europa — Hannibal Porto — 1930.

A vinificação da Uva — Celeste Gobbato — S. A. Gr. Sul.

Notas sobre a cultura da Videira — R. Fernandes e Silva — S. I. A.

Instruções sobre a cultura da Videira — S. I. A.

Doenças dos Citrus — José Soares F.º — S. I. A.

Mosquitos transmissores de doenças infecciosas — Lulz A. de Azev. Marq. — 929 S. I

Cultura da Laranja para exportação — Silvio Gomes de Brito — S. Paulo.

A podridão preta e a podridão peduncular dos Citrus — Raymundo Fernandes e  
Silva Dir. Est. da Prod. 1935.

A Viticultura Nac. o a Phylloxera — Manoel M. Fossêa — Sep. Bol. M. Agr. 24/4/35.

Influência de los frutos Citricos en la Alimentacion Humana — M. A. del Uruguay.

Notas sobre a cultura da Mandioca — S. I. A.

Cultura da Mandioca — Aristides Caire — S. I. A. 1914.

Doenças da Mandioca no Nordeste — Josué A. Deslandes — Sep. Bol. M. A. fev. 1941.

Cultura e comércio da Batata — G. Veloso.

Doenças da Batata e medidas de prevenção — Josué A. Deslandes — S. I. A. 940.

O Algodão em Pernambuco — João Augusto Falcão — Dir. Est. Prod. 1935.

Cultura do Algodoeiro — L. Granato.

Cultura do Algodoeiro — Gustavo R. P. Dutra — S. A. São Paulo — 1916.

A cultura Cacaueira na Bahia — Gregorio Bondar — S. I. A.

Adubação dos Cacaueiros — A. Conturb — Centro Exper. Agr. do Kallsyndieakt Alem.

Defesa do Cacaú Brasileiro — Jornal do Com. 1936.

O Carof e sua importância na economia Pernambucana — R. Fernandes e Silva 932.

A industrialização das Fibras Textéis Lelberianas. Irvino W. Tibiriça — S. I. A. 942.

Oleo de Oiticica — Antenor Machado S. I. A. 1940.

Notas sobre a cultura da Oiticica — R. Fernandes e Silva — S. I. A.

Cultura da Cana de Açúcar — Adriaõ Daminha F.º — Dep. N. P. V. 939.

Molestias Cryptogamicas da Cana de Açú. — Rosrio Avern Saecá — S. A. São P. 916.

A Tamareira — Pimentel Gomes — S. I. A. 941.

A cultura da Tamareira no Brasil — R. Fernandes e Silva — D. E. Prod. 1938.

- O Coqueiro da praia — Pimentel Gomes — S. I. A.  
 O Cóco — no mercado mundial e no Brasil — Julio Poetzscher — S. I. A. 1941.  
 Palmeiras nativas gênero *Cocus* na alimentação dos animais domésticos — Inst. Pec. Bahia — Gregorio Bondar — tese 2.º Congr. Cr. Bahianos — publ. 6 — 1939.  
 Importância econômica das palmeiras nativas do gênero *Cocus* nas zonas secas do interior Bahiano — Gregorio Bondar — Ins. Central Fomento E. Bahia 1939.  
 Insetos nocivos e molestias do Coqueiro — *Cocus nucifera* no Brasil — bol. n.º 8, de 1940 — Gregorio Bondar — I. C. F. Econ. Bahia.  
 O Babaçú — os Est. Maranhão e Piauí — José de Viveiros — S. I. A.
- O Amendoim — N. A. Neme — S. C. Sampaio — S. A. São Paulo.  
 Cultura do Amendoim — João Marques de Souza — S. I. A. — 1915.  
 Doenças e pragas do Amendoim — José Soares Brandão F.º — 1942 — S. I. A.
- O Café — Sílvio Ferreira Rangel — S. N. A. — M. Orosco & Comp. 1908.  
 O Café no 2.º Centenário de sua introdução no Brasil — D. N. Café — 1.º/2.º vol. 1934.  
 A política econômica do Café — Crepory Franco — Ed. Coêlho Branco — 1944.  
 O problema Cafeteiro de São P. e Pec. de Leite — Landulpho Alves, D. F. Prod. Animal Rosellinose — doença do Cafeeiro — Jefferson Firth Rangel — Dir. Est. Prod. 1935.  
 A praga do Café no Est. de S. Paulo — Illário Freire — Discursos proferidos na Câmara dos Deputados — S. Paulo 1918.
- Cultura do Fumo — Luiz G. Gomes de Freitas — D. E. Prod. 1935.
- Banana sua cultura e comércio no Brasil — Dep. N. Com. — 1932.
- Cultura Comércio e Ind. do Abacaxi — Carvalho Barbosa — Chacaras e Quintais 932.  
 Doenças e pragas do Abacaxi — R. Fernandes e Silva — 934.  
 Notas sobre a cultura do Abacaxi — S. I. A. 1941.
- O Girasol — Alvaro Pompeu Tolêdo — Sep. Bol. Agr. 940 — S. Paulo.  
 O Girasol sua cultura e importância econômica — R. Fernandes Silva — S. I. A. 1942.
- Mamona, a baga que vale ouro — Pimentel Gomes — S. I. A. 1940  
 O Mamoeiro e a Papaina — R. Fernandes e Silva — S. I. A. 1936.
- Doenças do Marmeleiro — Josué Deslandes — Dir. Est. Prod.
- A Septorrose do Tomateiro — José Sodrê Brandão F.º — S. I. A. 1942.
- Cartilha do Lavrador, José Osório de Souza Junior — S. I. A. 1942.
- Prod e consumo de Hortaliças em S. Paulo, Poetzscheer — S. I. A. 941.  
 Espécies Hortícolas — Itagyba Barçante — S. I. A.  
 Alinhamento das plantações — Julião Barroso Ramos — S. I. A. 1940.  
 Adubação das Hortas — Otto Lyra Schader — S. I. A.
- Ervilha de Vaca ou Cow-pea — S. I. A.
- Plantas medicinais Brasileiras — Eurico Teixeira da Fonseca.  
 Plantas anti-leprosas — João Gonçalves Carneiro — Inst. Biologica 1939 S. Paulo.  
 Cultura das Plantas em vasos — M. A. Petit — Lixôa — 1921.  
 As riquezas da Brasil — Dep. Nac. Com. 1935  
 Notas e Anotações — Francisco Canêla — Ed. Norte — 1923.  
 Rumo à terra — Fabio F. Luz — A. Coêlho Branco — 1936  
 As Plantas Ornamentais da Flora Brasileira — P. C. Henne Sep. Bol. Agr. S. A. Paulo.  
 Timbós e Rotenona — Adrião Caminha F.º — S. I. A.  
 Valor fertilizante dos Alimentos — Jorge de Melo Sabugosa — Sep. bol. Soc. Bras. Agr. — Jan 1941 — S. I. A.  
 Substancias Tóxicas — José Sótêro Angelo — S. I. A. 1942.  
 Substancias Alimentares de Procedência Animal — S. A. São Paulo — 1941
- O Mate — Francisco Leite Alves Costa — Dir. Est. Prod. 1935.  
 Le Mate — A Moreau de Tours — Ed. G. Steintell — Paris — 1904
- Doença da Cebôla — J. P. da Costa Neto — S. A. I. C. Porto Alegre — 1941.  
 Notas sobre a cultura da Cebôla — S. I. A.  
 Breves Instruções sobre a cultura da Bragantia — Eurico Fer. Viana — S. I. A. 942.  
 A Guaxina — Admar Lópes da Cruz — S. I. A. 1942.  
 O Guaraná sua cultura e Ind. Frederico Schmidt — S. I. A. 941.  
 Breves informações sobre a *Piptadenia Communis* — (Jacaré)

- No Mundo dos Insetos "Vespa" — versus lagarta — Luiz A. de A. Marques I. B. D. A.  
 Morecegos da família "Desmodontidae" — Silvio Torres — Sep. D. N. P. A. 935 1932/.
- Cigarrinha nociva a varias especies vegetals — Luiz A. de Azevedo Marques —  
 Inst. Biol. Def. Aric. — 1928.
- Problemas da la Culture Cotonnière — Inst. Int. Agr. — Roma — 1922.
- A Produção Agrícola do Brasil — Benjamin H. Hunnicutt — Soc. Nac. Agr. 1925.
- Plano Geral de Organização Agraria — Dir. Org. Def. Prod. — Bol. 2 — 1931.
- Atividades do Dep. Nac. da Prod. Animal — Landulpho Alves — 1930.
- A conservação das máquinas Agrícolas — J. Quilliano de A. Marques — S. I. A. 942.
- O Ensino Agrícola no Brasil — 1926 Arthur Torres P.<sup>o</sup> — 1926.
- Almanaque Agrícola do Brasil — 1992.
- Noções elementares de Agric. e Higiene — E. Parisel.
- Saneamento do Brasil — Bellsário Pena — Ed. Jacinto R. Santos — 1923.
- O Homem na Usina Catende — 1941.
- Questões Econômicas — Afonso Costa — I. Nac. 1918.
- Economia Nac. e Nacionalismo Económico "Comercio do Café Paulista no Oriente  
 Nicolau José Debané — S. Paulo — 1917.
- O Cooperativismo no Mundo no Brasil em S. Paulo — Luiz Amaral — S. Paulo 934.
- O Crédito á Prod. e a reforma do Banco do Brasil — Alde Sampalo — 937.
- Chumbo e Prata no E. S. Paulo — Othon Henry Leonardos — S. A. São Paulo.
- A carreira Agrícola — H. Piquet — Soc. Bras. para animação da Agric.
- Concreto Armado — Aloysio de Freitas — S. I. A. 944.
- Breves notas sobre as condições gerais do Mun. de Itaguaí — Vicente Mayo de  
 Mala S. I. A. 944.
- Instalações de Gazôgenos em Caminhões de Transporte S. I. A. 940 — C. A. Basthon  
 Decr. Leg. 2.933 de 6 de Jan 1915 — Regula a propriedade das Minas — Bol.  
 Serv. Econômia Rural — Ano I — n.<sup>o</sup> 2 — 943.
- Informações sobre o expurgo dos Produtos Agrícolas em Câmaras a Vacuo Parcelal  
 Raul Gomes Pinheiro Machado — publ. Est. Prod. 1934.
- Bárlo — Othon Henry Leonardos — D. Est. Prod.
- Fórmula de Estatutos de Uma Coop. de Trabalho — Serv. Insp. Fom. Agr. 931.
- Duas novas especies de Ipomvea — F. C. Hehne — S. A. São Paulo.
- Aspectos da Econômia Rural Brasileira — Dir. Serv. Insp. Fom. Agr. 1922.
- Culture et exploitation du Caoutchouc — au Bresil — V. Cayla 1913 — Perls.
- Gula para Contabilidade Agrícola — para uso dos Cr. em Agr.
- Os magnos problemas de nosso "Hinterland" Walter Wolf Saur Esco. Agr. de Lavras
- Cursos de Monitores Agrícolas — L. B. A.
- Regimentos dos Aprendizados Agrícolas — S. I. A.
- Da Ecologia — Raul Briquet Junior — S. I. A.
- Manual dos Advogados, Fazendeiros Agricultores e Criadores do Brasil — Alvaro de  
 Figueiredo — Paulo 1920.
- Relatório apresentado ao Dr. J. T. de Assis Brasil — Min. Agr. por Arthur Torres  
 P.<sup>o</sup> Dir. Serv. Insp. Fom Agr. 1930.
- Anuários da Soc. Bras. Agronômia — Vol. I — 930 "Questões Agrícolas do Brasil"  
 Almanaque Agrícola Brasileiro — 1918.
- A. B. C. do Agricultor — Dias Martins — Impr. Nac. 922.
- Pequeno Trabalho de Agricultura Tropical — H. A. Alford Nicholl Trad. Pernamb. 906
- Expansão Econômica do Brasil — Arthur Torres P.<sup>o</sup> S. N. A. — 935.
- Consultor Agrícola — Alvaro da Silveira — Belo Horizonte — 918 — 2.<sup>a</sup> Edição.
- Entomologia Agrícola Brasileira — Carlos Morelto — Ins. Biológico — 921.
- Anals do IX Congr. Rural e do Extraordinário — 3 a 7 out. 935 F. R. Sul.
- Anals do IX Congr. Rural e do Congr. Rural Extraordinário 3 a 7 out. 935 F. A. R. Sul
- Coop. Agrícola — Fábio Luz P.<sup>o</sup> — S. I. A. 932.
- Missão Econômica Brasileira ao Japão — Rel. Eurico O. Melo e Pínlto G. Kroff.  
 F. A. R. S. U. L. 937.
- O Rio S. Francisco — S. I. A. 942.
- Higiene Suburbana e Rural — A. de Padua Dias — S. A. São Paulo.
- Falhas do Direito de Propriedade no Brasil — M. P. de Siqueira Campos S. A. São P.
- Fórmulas Estatutos de Coop. de Panificação — S. I. F. A. Agr. Tip. S. Benedito — 931
- Plano Geral de Organização Agrária — D. O. Def. Prod. 934.
- Estatísticas Agrícola — S. I. F. Agrícola — S. I. F. Agrícola — 924
- Cultura dos Campos — J. T. de Assis Brasil — Soc. Bras. Animação Agricultura — 905
- Agricultura Geral — Hubert Puttemans — Impr. Michel Despret — Nevels Belg. 925
- Monografia Agrícolas — Joaquim Carlos Travossos — Vol. III — 1.

# FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

O inesquecível sociólogo Alberto Torres, com verdadeiro visão profética, no sua obra "O Problema Nacional Brasileiro", proferiu um conceito lapidário: "O Brasil tem por destino ser um país agrícola; toda ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra sua natureza e contra os interesses humanos".

Mais ainda: "As sociedades humanas estão já pagando, com a carestia da vida, pesado tributo ao desaproveitamento da sóla e da braço humano, à atividade infecunda e à inércia do maior número; um dos mais graves conseqüências da política do capitalismo, das especulações mercantis, da febre de enriquecimento."

Pois bem. Procurarei evidenciar pelos ensinamentos da história, quanto de verdade se encontra no conceito doquele eminente sociólogo, porquanto, até hoje, não instituímos um programa econômica nacional, capaz de acautelar o país dos invasões econômicas e do imperialismo financeiro de outros povos mais fortes do que nós, o que seria o objetivo principal do Conselho Nacional de Economia criado pela Constituição.

Há quem condene Portugal por não ter sabido aproveitar-se de suas conquistas, cuidando seriamente da colonização e, por conseguinte, da agricultura.

Esse fato se verifica em relação ao Brasil na fase colonial, sendo certo que a tradição portuguesa não era a de um povo de agricultores, onde o domínio feudo e a regime feudal impuseram a escravidão do camponês, tirando-lhe o incentivo para o trabalho da terra.

Dêsse moda, ao se iniciar a fase dos descobrimentos no século XV, viu-se Portugal impellido para o mar e com o seu território de terras pouco produtivas e já exaustas, tornou-se difícil a exploração da agricultura.

Diante de tais condições da sala português, iniciados os descobrimentos marítimos, fácil será compreender, em face da espirita heróica e aventureira do roço, se viesse ela desde logo vultada para o Oceano.

Descobertos os tesouros das especiarias dos Índias e das minas do Brasil precipitou-se o queda da agricultura em Portugal, que entrou em franca decadência com vultuosa imigração para as colônias.

Diante disso, não é de extranhar fizesses os portugueses muita pouca pela organização da agricultura no Brasil. Desde seu início teve a agricultura a estrangulá-la as monopólias da camércia e da navegação, que aliás sempre constituíram as principais elementos da política de conquista dos povos daquela época.

Outra coisa não era de esperar, já da própria tradição do povo português, já porque empalgotava o seu governo a obsessão de alargar os domínios coloniais, sucedendo-se arriscadas expedições, que percorriam os oceanos em direção da Ásia e da África.

Se é exato, que não houve um plano metódico de colonização do Brasil; se nos primeiros tempos o camércia clandestino do pau-brasil proporcionava o riqueza e, até mesmo, se tornou passível a exploração do ouro; passada a primeiro fase que se seguiu ao descobrimento, os colonizadores, em breve prazo, tiveram que voltar as suas vistas para a exploração das terras.

PROF. ARTHUR TORRES FILHO  
Presidente da Sociedade Nacional  
de Agricultura

O Brasil não podia oferecer os mesmas facilidades que os Índias ao comércio, porquanto nas Índias havia uma civilização milenária e um comércio organizado, de modo a permitir aos colonizadores um tráfego com as naturais, explorando as especiarias, os metais e as pedras preciosas.

Não aconteceu a mesma coisa, em relação ao Brasil, os seus naturais ainda se encontravam em um estado rudimentar de civilização.

Cêdo tiveram que se convencer as colonizadores de que a conquista da terra de Santo Cruz só se poderia realizar com a fundação da agricultura.

A exploração da terra se apresentava assim como uma conseqüência inelutável do meio, de que se não tinha para onde fugir.

E os fundamentos econômicos do Brasil, tal como sucede ainda hoje, tiveram que repousar no agricultura.

Os dois primeiras centros de colonização no Brasil foram S. Vicente e Piratininga, fundados por Martim Afonso de Souza, em 1532, pois até então não existiam no litoral do país fazendas de caráter provisório.

Promoveu a construção de casas, fez distribuir terras e sesmarias, introduziu castas de animais domésticas, trouxe a cana de açúcar da Ilha da Madeira e muitas outras variedades de plantas.

Em virtude das dificuldades havidas na fundação desses dois núcleos, D. João III resolveu recorrer às capitânias hereditárias, mediante amplos concessões dadas com o obrigação do concessionário cultivá-las, objetivando a metropole antes explorar os riquezas da colônia do que mesmo efetivar uma colonização em bases seguras.

Eram os donatários verdadeiros senhores feudais da Idade Média, transplantando-se para o Brasil um regime condenada na Europa.

Em 1538, devida ao insucesso da colonização foi criada a primeira governa geral com Thomé de Souza, para realizar a centralização política e administrativa do Brasil.

Apesar das contravérsias entre naturalistas e historiadores, muitas plantas agrícolas que hoje cultivamos (como milho, fumo, mandioca e outras mais) já eram exploradas, embora rudimentarmente, pelos indígenas, pela época do descobrimento.

Graças à uberdade do solo, à excelência do clima foi fácil aos colonizadores portugueses ensolar no Brasil culturas de plantas europeias e muitas outras trazidas das ilhas atlânticas. Dêsse moda vieram, a cana de açúcar (que seria mais tarde nossa maior riqueza agrícola no período colonial), a trigo, a orroz, a coqueira e inúmeras árvores frutíferas.

"O advena — no dizer de Oliveira Viana — encontrou aqui, sob um céu limpo, uma natureza áspera, selvagem, de difícil domesticação mas também fecunda, abundante e inesaurível em tesouros alimentares."

O pastoreio, antes da agricultura, por exigir esta uma situação econômica mais estável, surgiu como a meio de vida mais generalizada.

É certa que nem todos podiam construir engenhos ou viver do comércio nas cidades do litoral.

Tôdas as condições se apresentavam favoráveis à criação de gado — bons campos nativos, clima ameno, abundante rede hidrográfica — daí porque as raças pastoris se aclimataram e rapidamente povoaram os campos.

O gado, na opinião de Oliveira Viana, como ainda hoje acontece, constituiu o principal agente de desbravamento, do nosso terra; êle precedia à plantação do canavial e à plantação cerealífera.

Não foi sempre passível apear-se sem tropeços o desenvolvimento da agricultura, pois a sonho do aura nunca arrefeceu de toda na ânima das aventureiras, que procuravam a Colônia.

E com que elementos se teria fundado a agricultura no Brasil?

Preliminarmente se tinha que cuidar da colonização; mas, se às plagas da Colônia aportavam elementos bons, também vinham em grande número, degradados e criminosos, completando êsse quadro triste as escravidões "vermelha" e "negra", esta última implantada desde a estabelecimento das capitânias, quando a primeiro começou a falhar e se tornou insuficiente.

O elemento negro apareceu como uma necessidade para solucionar a problema da trabalhador agrícola no Brasil.

Como fatores de perturbação da vida da Colônia têm-se que salientar as guerras contínuas com as selvagens e os estrangeiros.

Ainda na seu primeira sécula de existência colonial, a Brasil foi calhado por extremas dificuldades econômico-financeiras, pois ainda mal alicerçada a sua economia, viu-se sacudido por lutas constantes contra franceses, ingleses, espanhóis e holandeses.

Certamente que outra seria a desenvolvimento da colônia se não fôssem essas lutas; tendo o domínio holandês, por mais longo e estavel, trazido algum benefício a riqueza do Brasil onde se localizou.

Êsse periodo da nossa história foi sombria, poucos lucros tendo podido auferir a Metrópole do Colônia. Explicase assim porque o Brasil não pôde ter grande desenvolvimento econômico no século XVI.

Cumpre salientar entre 1581 e 1640 o domínio da Espanha sobre Portugal, e êste acontecimento muito influiu, para retardar ainda mais o progresso do Brasil, que se viu apoiado apenas na sua atividade.

Apear disto tem-se o progresso agrícola em algumas capitânias, como Pernambuco e Bahia, crescendo a exportação ao longo do litoral. Constatamos objetos de cultivo, a cana de açúcar, que servia para a prepara do açúcar, a fumo, a mandioca, a algodão, na prepara de tecidos grossos, cereais, cacau, gengibre, etc., chegando a haver no Brasil certo grau de prosperidade.

Enche grande parte do século XVII, de 1642 a 1654, o domínio holandês, cuja conquista no Brasil se fez por intermédio da Companhia das Índias Orientais.

Grandes perturbações ocorreram em seguida à conquista de Pernambuco e as demais capitânias vizinhas, sucedendo-se um longo periodo de guerra, acarretando graves prejuizo a agricultura, justamente na região mais agrícola.

Dá-se, em 1630, a nomeação de Maurício de Nassau para Governador Geral, e por tratar-se de um habil militar e excelente administrador verificou um sensível progresso nas capitânias sob o domínio holandês.

A produção do açúcar cresceu sensivelmente e, em consequência, as rendas publicas.

Como quisessem as holandeses alargar os seus dominios, organizaram expedições para a conquista de outras capitânias, registrando-se mais tarde a decadência econômico-financeira da região conquistada.

Em 1644 Maurício de Nassau deixou Pernambuco e regressa à Europa.

Seguem-se anos de contínuas agitações, desencadeando terrível luta pela expulsão das holandeses, que determinou a paralisação das fontes de produção.

Em 1654, com a capitulação da Tobarda, dá-se a expulsão dos holandeses do Brasil, cessando o seu domínio.

O elemento trabalhador estava representado, na sua maior parte, pela índia escravizado, porque, devido à guerra com a Holanda, a trófica africana quase que tinha cessado.

Por essa época se encontrava a agricultura em franca decadência.

Até fins do século XVII — segunda Racha Pampo — as indústrias no Brasil estavam limitadas às do açúcar e da algodão.

"A economia geral — declara êsse historiador — estava constituída pela pequena lavoura e pela grande de produtos nativos sobre os quais caíam o fisco e a abuso das autoridades, tornando penosas as condições da trabalho, e só favorecendo a astúcia especuladora dos poucos que tinham por si a indulgência e a proteção dos financeiros".

"Estado e sociedade — na opinião de Oliveira Viana — estavam divididos em três classes: a senhorial, a dos homens livres, possuidores de domínios e a dos escravos, operários agrícolas."

"Até meado do século XVII os Paulistas — declara Mattoso Maia — lucravam mais com as expedições para escravização das índias e contra as reduções dos jesuítas do Paraguai e Uruguai do que nas suas tentativas de encontrar ouro".

Pode-se dizer, por tudo isso, que não era boa a situação econômica do Brasil, ao andar a sécula XVII.

No século XVIII não será exagero chamar-se de século do ouro, muito particularmente na sua primeira metade.

Até então, segundo Oliveira Viana, os engenhos de açúcar e os currais haviam constituído os fatores decisivos do nosso povoamento.

Com o advento da mineração um fator novo e de novo de desenvolvimento do interior, atraído o elemento trabalhador com o abandono das fazendas.

Desta em parte, se viveu durante da febre do ouro, em todo seu curso as lutas, trazendo com que o Brasil perdesse rapidamente com a diminuição das explorações agrícolas, enquanto se ilhe a manopla do açúcar.

Entram no Brasil, em 1711, conforme Vornha, com 1.000 engenhos de açúcar, que produziram 37 000 caixas de 35 arrobas, rendendo a lavagem de ouro na mais de cem mil libras de cruzado.

Com o aparecimento das minas o eixo econômico do país até então fixado no Norte desloca-se para o Sul.

Embora a exploração das minas se tivesse sem ordem alguma, apesar disto, constituiu fator preponderante no povoamento do Brasil.

Com a elevação ao trono de Portugal, em 1750 de D. José, foi chamado para Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) que, dotado de grande inteligência e capacidade administrativa, voltou sua atenção para o Brasil, pro-

trando medida que podem ser considerada como tomada de inconteste vantagem para a Colônia.

Figura muito combatida, pela obstinação e audácia das medidas que adotava, como também exaltada por outras, dentre os atos da Marquês de Pombal considerada como de maior repercussão na época a supressão da Companhia de Jesus e expulsão dos Jesuítas. Desde 1549, que os Jesuítas vinham prestando notáveis e invioláveis serviços à obra benemérita de civilização da Colônia.

Os nomes de Nóbrega, Anchieta, Antônio Vieira e outros ficaram para sempre ligados à história do nosso país.

"Foram os Jesuítas — na opinião de Lema Brito — os que introduziram os primeiros rudimentos de indústria no Brasil, as que encaminharam por processos inteligentes a agricultura, as que deram ao país as mais importantes construções nos seus colégios e nos seus templos. Todo esse labor eles a exercitaram com os índios, que depressa se transformavam em excelente abreiros ou artifices."

Citamos-se muitos serviços prestados pela Marquês de Pombal em benefício da Brasil, destacando-se, por exemplo, a reversão ao Estado das diversas capitânicas que se achavam ainda em poder dos herdeiros dos donatários.

A história registra também atos de extrema rigidez praticados por Pombal e acobertados pelos leis da época.

A descoberta das minas de ouro abalou Portugal e o Brasil. Nada mais seria capaz de deter a corrida para o interior, desorganizando a agricultura e muito principalmente a indústria do açúcar.

No Brasil a febre do ouro — declara Moreira Telles — fazia estalar a agricultura desamparada e levava aos campos de Minas o desordem e a crime. Sob as desvairas da Metrópole acumulava-se a miséria, e a colônia era vítima de fazer riquezas.

Isso significa que, mesmo na época em que mais intensa era a exploração do ouro, portanto, quando deveria existir maior riqueza, o abandono da agricultura com o influxo de braços para as minas, trouxe uma situação de miséria para o Brasil.

Da exploração do ouro, na opinião exaltada de alguns das nossas historiadores além de outras vantagens, veio concorrer decisivamente para o povoamento das nossas setéguas teve o inconveniente que se não deve deixar de assinalar, da desorganização e decadência da agricultura e, por conseguinte veio trazer o atrasamento do progresso econômico do país.

Não se pôde negar, é certo, que ao influxo do movimento minerador se deve, em grande parte, o povoamento do nosso interior.

Como assinalam alguns das nossas sociólogos, dentre eles Oliveira Vianna, as incursões no interior e o seu povoamento, já se faziam com as explorações pastorais e agrícolas, muito antes da descoberta das minas de ouro.

A produção colonial do ouro, de acordo com o Barão Von Eschwege de 1700 a 1820, foi de 5.240.924 grs. podendo-se dizer, excetuando o concurso trazido à colonização, bem pouco benefício trouxe ao país. Outra tanta se poderia dizer da exploração de diamantes e das pedras preciosas. O Dr. Pandiá Calógeras avalia o ouro extraído no Brasil até 1896, em 910.283 quilos.

Calculando cada grama de ouro em 1\$200, temos 38.005.827\$000 que, em relação ao capital empregado, dá um saldo de 16.371.672\$400.

Já na segunda metade do século XVIII amorte-

cia a febre do ouro e a agricultura voltava a merecer a atenção da Metrópole. Ela estava, entretanto, fortemente onerada de impostos.

O algodão e o arroz no extremo norte, o açúcar e o tabaco em Pernambuco e a indústria açucareira na Bahia e Rio de Janeiro a ser objeto de preocupação do habitante.

Caracterizavam o domínio colonial por três aspectos principais, que impediam a formação da riqueza econômica do país a monopólio do comércio e da navegação, o trabalho escravo e a livre exercício das profissões industriais.

Suportavam o artigo de produção da Colônia excessiva tributação, procurando a Metrópole arrecadar o máximo de renda.

No fim do regime colonial, declara Vitar Viana — Lavra terrível despatriamento econômico. O regime metropolitano monopolizava as rendas de uma porção de produtos, de quase tudo que o Brasil importava em grande quantidade, monopolizava a navegação centralizadas quase toda em Lisboa regularizava a exportação, cujas remessas dependiam de fisco draconiano".

Acrescenta ainda, "O regime era apressor, lesivo, e aborrecia de todas as idéias que iam dominando na Europa e iam sendo aplicada nos Estados Unidos. Enquanto se extinguíam barreiras nas grandes nações da Europa aqui, de capitania a capitania, havia uma porção de impostos vexantes que impossibilitavam em muitos casos a livre circulação de mercadorias. Não podiam os brasileiros plantar oliveira, cultivar trigo, fiar e tecer a seu próprio algodão, para que se enriquecessem com os preços do monopólio dos produtores portugueses e os intermediários de Lisboa, queriam comprar em Londres por um para os vender por mil".

Eis qual era a situação da Brasil no decurso de três séculos de domínio colonial, quando as écos das idéias de liberdade, no fim do século XVIII e começo do século XIX, com a revolução francesa e a independência americana, chegavam ao Brasil.

Grandes acontecimentos políticos e sociais se dariam no século XIX, a começar pela transmigração da família real de Portugal para o Brasil, fugindo à guerra napoleônica desencadeada na Europa.

Transferiu-se para o Brasil a sede da monarquia portuguesa, o que veio apressar a abolição do regime colonial.

Na manifestação que fez publicar de guerra à França, D. João VI diz: "A corte levantará a sua voz do seio do novo Império que vai criar."

A permanência de D. João VI no Brasil durante treze anos assume, sem exagero, pelas medidas por ele adotadas, as proporções de verdadeiro revolução social, política e econômica.

Bastará que as enumeremos: decretou a abertura dos portos (20 de janeiro de 1808), de importância incalculável para o futuro desenvolvimento do Brasil, permitiu o livre estabelecimento de fábricas e indústrias (1 de abril de 1808); conceder relativa liberdade ao comércio interno; cuidou do problema das transportes, animou a agricultura diminuindo os impostos que a oneravam, criou um curso de agronomia no Bahia (1814); facilitou a vida comercial com a criação da Banca do Brasil; isentou de impostos a matéria prima importada e aboliu os impostos de exportação para os produtos nacionais.

Deve-se reconhecer que o período da permanência de D. João VI no Brasil, que vai de 1808 a 1821, foi dos mais fecundos do nossa história econômica, apesar do fausto da sua corte, e da dependência em que sempre esteve da Inglaterra.

A sua política financeira tem por vezes merecido reparos, mas foi quem lançou as bases do novo direito arçamentário.

"Na chegada de D. João VI, havia ouro e prata em abundância, pouco cobre, e a moeda circulante, era puramente metálica. Na sua partida, o ouro e a prata haviam quase totalmente desaparecido da circulação, e a moeda estava inundada por notas do Banco e moedas de cobre falsificadas.

O câmbio tinha descido de 84 a 48 ds. e o ouro e a prata, até o cobre tinham subido a um grande ágio sobre as notas do Banco (notas inconvertíveis ou de curso forçado)". (J. J. Sturz, citado por Amaral Cavalcanti, no trabalho "A vida econômica e financeira do Brasil" — conferência — 1915)

Ninguém pôde contestar que, a partir da vinda de D. João VI, principalmente com a abertura das portas, o Brasil adquiriu novas forças, alcançando grande desenvolvimento econômico.

Há quem considere que deixamos de ser colônia a partir da transplantação da Corte para o Brasil.

"O Brasil toda contava então — diz Vornahgen — três milhões de habitantes, dos quais quase a terça parte eram escravos.

A sua exportação se reduzia: 1.<sup>o</sup> a do açúcar — 9.000 caixas do Rio, 20.000 da Bahia, 14.000 de Pernambuco e 1.000 de Santos; 2.<sup>o</sup> 70.000 sacos de algodão, sendo 40.000 de Pernambuco, 16.000 de Maranhão, 10.000 da Bahia e 4.000 do Pará e Rio; 3.<sup>o</sup> noventa e tantos mil arrobas de café, quase toda produzida no Pará pois do Rio apenas se contavam 3.200 arrobas; 4.<sup>o</sup> acentenas e tantos mil arrobas de cacau, 5.<sup>o</sup> 5.600 arrobas de anil, além de tabaco, pau de tinturaria, madeiras de construção, alguma sal saparrilha, copaiba, goma e outros artigos de menor monta".

Não eram boas, por essa época, as condições de Portugal, agravadas pelas suas condições financeiras e pela invasão estrangeira. De bem pouco lhe valiam as colônias asiáticas e africanas. Isso determinou uma forte êxodo para a América, má grado todas as medidas em contrario para coibi-lo. Era evidente que a colônia, pela sua extensão, população e riqueza ia valer mais do que a Metrópole.

O regresso de D. João VI para Portugal dá-se em 26 de abril de 1821, entregando a Regência do Brasil ao seu filho D. Pedro.

"A população do Rio de Janeiro — declara Mattoso Meira — sofreu uma diminuição muito sensível, tanto em número como em importância dos habitantes, que se tinham retirado. Além da nau D. João VI, que levava a Família Real, tinham também seguido as fragatas Carolina e embarcações mercantes, conduzindo cerca de 4.000 pessoas, que repentinamente deixaram as plagas do Rio de Janeiro, levando os cabedais que podiam, e esses em ouro. Esses capitais retirados de circulação vieram produzir falta bem sensível no Banco do Brasil e no comércio".

O afastamento de D. João VI determina modificação profunda na vida do país, não só política como econômica, em consequência da interrupção do programa por ele até então seguido.

Em Portugal era crença geral que tinham sido excessivos as prerrogativas concedidas ao Brasil durante a permanência nele de D. João VI. Dal a tentarem suprimir as liberdades conquistadas pelo país, procurando-se até mesmo promover a sua re-colonização e ocupação pelas armas.

Exigiu-se que D. Pedro regressasse a Portugal,

quando ele já se achava identificado com os interesses do Brasil.

Em monito de 6 de agosto de 1822 dizia D. Pedro I que "queriam que os brasileiros pagassem até o ar que respiravam e a terra que pisavam. Sempre quizeram os europeus conservar este rico país na maior parte e dura dependência da Metrópole, porque julgavam a riqueza necessária e tancar ao pelo menos empobrecer a fonte perene de suas riquezas".

Acentuavam-se cada vez mais as divergências na opinião pública do Brasil em relação a Portugal, até que D. Pedro se viu coagido a desbedecer às ordens da Corte de Lisboa, precipitando-se os acontecimentos cuja epílogo foi a proclamação da independência em 7 de setembro de 1822.

Fundou-se o Império sendo D. Pedro coroado Imperador em 10 de dezembro desse ano, inaugurando-se a dinastia das Bragança na América.

Devida à intervenção da Inglaterra, D. João VI, por Decreto de 27 de agosto de 1825, reconhece a Independência do Brasil.

Atravésou o país uma fase de grande efervescência de paixões, quando tinha que se organizar para a vida da independência que alcançara. Embora carajoso, D. Pedro I não reunia predicações de administrador, contando embora com a colaboração de eminentes homens de Estado.

Estava fadado que não seriam tranquilas as primeiros anos do Império, em razão das sedições militares, das lutas com as tropas portuguesas, até sua final expulsão do Brasil.

Em uma fase agitada como essa, muito pouco pôde o país conseguir em prol da seu desenvolvimento econômico.

A crédito desse primeiro reinado, na intenção de impulsionar a agricultura, tem-se que registrar algumas medidas como a instalação de colônias alemãs no Rio Grande do Sul, a concessão de sesmarias em Santa Catarina, a criação de estabelecimentos para vulgarizar conhecimentos de agricultura e algumas outras providências de menor importância.

Em 7 de abril de 1831 retira-se D. Pedro para Portugal, deixando em favor do seu filho D. Pedro de Alcântara que tinha a idade de 5 anos, nomeando a Joã Bonifácia de Andrada e Silva tutor de seus filhos.

Foi pelo Congresso instituída a Regência provisória, tornada mais tarde definitiva.

Em 12 de agosto de 1834 foi votada a Ata Adicional à Constituição do Brasil criando um só Regente em vez de três.

Realizada a eleição, a escolha recaiu no Senador Padre Diogo Antunin Feijó, cuja proclamação de Regente do Império teve lugar em 12 de outubro de 1835.

Revelou-se Diogo Feijó um grande estadista, de muita energia, contendo a dissolução do Império ante as grandes perturbações políticas e militares.

No opinião de Feijó, a falta de respeito à autoridade excitava geral clamor, as instituições vacilavam, o cidadão vivia encios e a sustado; o vulcão do anarquismo ameaçava devarar o Império. Diogo Feijó é substituído na Regência, em 19 de setembro de 1837, pelo Senador Pedro de Araújo Lima.

Foi Feijó "quem, por assim dizer, fundou aqui o poder civil, quem estabeleceu em nossa Pátria o prestígio da autoridade e da lei; quem deu à nacionalidade a sua integridade atual".

Conquanto fossem de extremas dificuldades o governo regencial, assim mesmo alguma coisa foi feita pela educação da mocidade criando escolas. Foi essa época que fundado a colégio Pedro II, inaugurado

rodo a 25 de março, e a Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instalado em 21 de outubro, ambos esses criações tendo tido lugar em 1838.

O período da Regência vai de 2 de abril de 1831 a 22 de julho de 1840, data em que se deu a declaração da maioridade de Pedro II.

Apesar da preocupação dominante dessa época ter sido o problema político, descuidando-se o governo da promoção econômica e financeira, a exportação do país cresceu sempre, **avalumando-se a produção do café.**

O nosso intercâmbio com o exterior, graças sobretudo ao desenvolvimento da navegação internacional revela tendência para aumentar.

No exercício de 1839 a receita fôra de 15.947.936\$000 e a despesa de 24.968.661\$00.

Caracterizou-se a situação financeira nesse período, talvez o mais agitado de toda nossa história, pelos déficits, impostos, emissões e empréstimos; mas, mesmo assim, na opinião de Agenor de Raure, fez muito a Regência "guardando a Brasil para os Brasileiros".

Em 22 de julho de 1840 terminou o governo da Regência com a declaração da maioridade de D. Pedro II, que assumiu a suprema direção do país, contando por essa época quinze anos de idade.

Continuaram nos primeiros anos do segundo Império as perturbações por numerosas guerras civis, tendo D. Pedro II a auxiliá-lo ilustres homens públicos.

E as perturbações políticas continuaram a embaraçar o nosso progresso econômico.

De 1849 em diante, diminuída a efervescência política conseguiu o país realizar acentuada desen-

volvimento, situação essa que sofreu nova descontinuidade com o período da guerra do Paraguay, de 1864-1878.

Na ordem econômica convém assinalar a **introdução da cultura do café no país**, pois introduzido no Pará, Amazonas e Maranhão em 1723, só cinquenta anos mais tarde aparece no sul, estendendo-se por S. Paulo, Minas, Espírito Santo, Bahia, etc..

Vem a juntar a café, ao qual estaria reservado até nossos dias papel de relevância incontestável na nossa história econômica, aos demais artigos de exportação, como açúcar, aguardente, algodão, fumo, cacáu, anil, madeiras, couros e algum ouro.

Em 1827 já figurava o café, na nossa exportação com a volume de 152.048 sacos de cinco arrobas; em 1831, já atingia a 448.249 sacos; em 1841 a 1.258.882 sacos; em 1871 a 2.884.624 sacos.

A campanha do Uruguay e depois a guerra do Paraguay, que além de 600.000.000\$000 custou ao Brasil 100.000 vidas, obrigando-a a fazer grandes sacrifícios pecuniários, forçado que foi a contrair empréstimos e fazer emissões, prejudicou bastante o progresso econômico da nação.

Até então o país atravessa uma situação de prosperidade econômica e o governo de Pedro II havia realizada grandes empreendimentos, como a construção de estradas de ferro, atingindo a navegação e o comércio forte desenvolvimento, bem assim a agricultura.

O problema de mão de obra no nosso meio rural, que até hoje, com exceção de S. Paulo, para onde desde 1873, sendo Ministro da Agricultura a Con-

# Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA

ANTICARBUNCULOSA (CARBÚNCULO HEMÁTICO)

CONTRA A DIARRÉIA DOS BEZERROS (PNEUMOENTERITE)

CONTRA A PNEUMO-ENTERITE DOS PORCOS

**PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.**

RIO DE JANEIRO

Distribuidor exclusivo no Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo

**Cesar A. Cardoso**

Rua Uruguiana, 33-1.º andar. — Caixa Postal 356 — Rio de Janeiro

selheiro Antonio Prado foram encunilhados os imigrantes, esta por resolver-se, tendo começado a se agravar com a proibição da tráfica em 1817, e o seguiu a sua supressão em 1850, em virtude da lei Luzébin de Queiroz.

A preocupação da colonização estrangeira só se tornou uma realidade com a virada de D. João VI em 1808, que baixou um decreto assim concebido: "Como é útil ao meu real serviço e ao bem público dar incremento à agricultura e à população que é muito restrita neste país, e por outros motivos que nos têm sido apontados e me parecem bons, sou servido que concessões de terras por sesmarias passem ser feitas aos estrangeiros habitantes do Brasil no mesmo larra prescrita por minhos nrdens reais a respeito dos novos vassallos tendo em vista todas as leis ou disposições em contrário"

A primeira colônia de estrangeiros no Brasil data de 108 com a fundação de Nova Friburgo. A de S. Leopoldo no Rio Grande do Sul só teve logor alguns anos mais tarde.

Em 28 de setembro de 1871, na ausência de Pedro II, que havia empreendido uma viagem à Europa, o príncipe Dona Izabel promulgou o Lei do ventre livre, defendido pela presidente do Conselho, Visconde do Rio Branco.

Foi aliado a princesa D. Izabel quem em 13 de maio de 1888, numa segunda regência, promulgou a lei da libertação dos escravos.

A estatística oficial do ano anterior à abolição acusava a existência de 723.419 escravos, representando um valor aproximado de quinhentos mil contos.

A Lei n. 3.353 de 13 de maio, pelo qual se extinguiu a escravidão no Brasil, é concebida nos seguintes termos.

A Princesa Imperial Regente, em nome de sua Magestade a Imperador o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os súditos da Impéria, que a assembléa geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º — É declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil.

Art. 2.º — Revagam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a toda as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Interino das Negociações Estrangeiras, bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Magestade a Imperador, a faça cumprir, publicar e correr.

Dado no palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67.º da Independência e do Império

Princesa Imperial Regente.  
Rodrigo Augusto da Silva"

Fácil será avaliar qual não tenha sido a desorganização trazida por essa abolição ao regime do nosso trabalho agrícola até em vigor.

Até hoje, pode-se dizer, continua insólvel a organização do nosso trabalho rural, apesar da influência decisiva que possui o futuro do país.

Manda o justiça reconhecer que sempre constituía preocupação do 2.º Império a substituição contínua sistemática do trabalho livre, retomando assim o programa econômico de D. João VI, interrompido no governo de Pedro I e durante a Regência.

Houve sem dúvida, por parte dos estadistas do Império, o preocupação de encaminhar a transformação do trabalho agrícola de que as leis do ventre

livre (Lei Rio Branco) e a da libertação dos sesmários servem de demonstração eloquente.

A corrente imigratória para o Brasil começa a se verificar desde 1828, mas, ao se dar a abolição, o contingente de braços trazido, estava longe de fazer face à desorganização que se manifestou e ainda perdura no nosso agricultor.

Não houve, é certo, a porulção da progresso econômica do país, mas quem negará que a terreno para uma transformação assim tão brusca se achava preparado?

Entraram no Brasil, de 1835-1855 cerca de 374.000 imigrantes, 1855-1880, 261.804.

O encaminhamento dessa imigração fez-se de preferência para o Sul, anantando e os ministros Antonio Prado e Rio Branco como aqueles que lhe deram maior impulso.

Em 1888, com a supressão do subsídios (Ministério Buarque de Macedo) decaiu a imigração, tendo o Império nos primeiros anos, gasto grandes somas tanto com a imigração como com a colonização.

Nota-se um movimento ascensional na corrente imigratória em 1885, o partir principalmente de 1887 em deante e depois de abolida a escravidão.

De 1820 a 1919 calcula-se terem entrado no Brasil 3.577.355 imigrantes.

Se se tivesse de apreciar exatamente a influência do fator trabalho na nossa agricultura, ter-se-ia até mesmo que considerar dentre os vários fenômenos o do sistema geográfico nos diversas regiões do país.

É assim que o Sul tem progredido mais rapidamente e se povoou a sob a influência das grandes correntes imigratórias estrangeiras e nacionais, movimenta esse mais lento no Centro; o aordeste, será antes um centro de irradiação, fornecendo elementos de trabalho para o aorte, centro e sul.

É certo que o povoamento dos diversas regiões do nosso território não se vai efetuando igualmente. É um desequilíbrio que se fará sentir no progresso dessas regiões; já se não podendo duvidar mais que o povoamento do sul se dirá com maior aceleração, contando além do crescimento vegetativo da população com as correntes imigratórias.

Ai está num fenômeno que não pôde escapar as cogitações dos responsáveis pela futura do nosso país.

Não se pode negar que o Brasil no segundo Império atingiu regular progresso econômico, crescendo o volume da exportação do café, do açúcar, do algodão, da borrocha, do cacou, do mate e dos couros, o comércio exterior teve um desenvolvimento crescente.

PEÇAM O

## PEQUENO MANUAL DO CRIADOR

do Médico-Veterinário  
DR. JORGE VAITSMAN

Cr\$ 25,00, pelo reembolso postal

Caixa Postal 3328

RIO

# AINDA A ESCOLA DE NÎMES

Par FABIO LUZ FILHO

Acentuou lapididamente Gide que a programa da Escola de Nîmes é transformar, em seu principio mesmo, a ordem econômica atual, fazendo passar o governo econômico das mãos dos produtores para as das consumidores, abolindo o lucro (pelo principio da restituição das sobras na proporção das operações efetuadas com a cooperativa) e todos os deduções parasitários do que nascem as grandes fortunas, e estabelecer por toda parte o justo preço.

Gide, depois de, em páginas vivas e sinceras, ter justas homenagens à obra monumental de Marx, frisou que a principio da mais-volú, no plano cooperativo, toma apenas outra base e outro caráter.

"A Escola de Nîmes sempre se apresentou respeitosamente como filho de Rochdale. Quando se rebelou contra os velhos cooperativistas franceses, desfraldou a programa de Rochdale, proclamando que era o ósto que se devia voltar com o preocupação do modestamente nada nêle ser alterada".

Entanto, um movimento não vive durante meio século, acrescenta, sem adquirir uma certa fisionomia, sem deixar seu traço na história das doutrinas e no ação prático.

Goumont acentua

"On peut dire, en effet, que l'École de Nîmes, a constitué, en corps de doctrines, ce qui n'étoit jusqu'alors que le programme spontané d'un mouvement ouvrier".

"Pode-se dizer, com efeito, que a Escola de Nîmes transformou em corpo de doutrinas o que não era mais, até então, do que um programa espontâneo dum movimento operário".

Tem-se que acrescentar, em abono da Escola de Nîmes, a sua inspiração moral e espiritual, como já acentuei, no que se afasta de Owen e Fourier, os quais, como precursores, achavam que a transformação do meio social bastaria para a transfiguração dos homens e para torná-los felizes.

Dei frisar a Escola de Nîmes que toda a questão social é, no fundo, uma questão moral, e que é precisamente do caráter do cooperativismo trazer para a ordem econômica este fator moral que é a ajuda-mútua e que tem por divisa um por todos e todos por um.

O próprio Sorel, não deixou de aceitar a fórmula cooperativa, desde que subordina ao sindicato, por evitar, dizia ("Matériaux d'une théorie du prolétariat"), que se transformas em em economistas capitalistas, Sorel, na seu ideal sindicalista revolucionário que apelava para a violência, ao caracterizar a ação dos sindicatos, dizia que o sucesso da revolução social era impossível sem a realização de uma evolução moral, no que perfilha Durkheim.

Gide acentua, com propriedade, que a programa da Escola de Nîmes se tornou a carta do movimento cooperativo em todos os países do mundo ("qui est devenu la charte du mouvement coopératif dans tous les pays du monde. ").

E Goumont acrescenta mais que a Escola de Nîmes, "impondo a fórmula dos Rochdalistas, lhe deu

toda a sólida virtude dum doutrina ao mesmo tempo científico, moral e social".

Eis, em traços rápidos, o programa universal da Escola de Nîmes:

Como se vê, o movimento cooperativo em sua pureza é autônomo, de peada de influências estatais ou de meios de controles ou ligações estatais.

Gide, ao fim, já havia cedido quanto à rigidez do e quina de Nîmes, admitindo as relações intercooperativas, de vez que, a contrário, seria quase que a vinculação permanente e inapelável, com visos de subordinação absoluta de tudo, principalmente do elemento rural, às poderosas organizações de consumo federativas, não obstante, depois de sua morte, essas relações ainda não se tenham concretizado de maneira satisfatória, como no Brasil, por exemplo, como em comunicado à imprensa recentemente fez sentir o Centro Nacional do Estudos Cooperativos, o que é lamentável.

Entanto, Fauquet, o maior teórico vivo moderno do cooperativismo, sentenciou que as relações intercooperativas fazem reaparecer, entre o exploração camponesa cooperativado, "método social e economicamente superior ao sclerido" que estabelece rior as grande federações de consumo com suas grandes propriedades agrícolas, elementos de ordem moral, de vez que os cooperadores do campo e as da cidade tomara a consciência dos laços de interdependência que os unem.

Estabelecer-se-á, assim, uma comunidade de sentimentos que levará a uma mutualidade equitativa, ao respeito mútuo de suas condições de vida e trabalho. "As relações intercooperativas dão, assim, uma vida nova as velhas noções morais do "justo preço" e do "justo salário", o predomínio do social sobre o econômico". E, além do mais, fonte de progresso técnico, rehumanização e remoralização das relações econômicas. "Les biens transmis ne sont plus de simples valeurs économiques, des marchandises depaillées d'humanité". (Fauquet).

Ademais, as relações intercooperativas, "tendem igualmente a uma organização da processo eco-

LAVRADOR:

Inscreve-te sócio da

SOCIEDADE NACIONAL DE  
AGRICULTURA

Informações:

Av. Franklin Roosevelt, 115-6.º

C. Postal 1245 — Tel.: 42-2981

— Rio de Janeiro —

nômica; a oferta e a procura, em lugar de serem feitas indiretamente e, talvez, ao acaso de circunstâncias de tempo e lugar, são postas em contacto direto e permanente uma com a outra".

Paul Claudel, Fauquet, Lavargne, Lasserre, etc., etc. recentemente afirmaram, de público, apoiando declaração da Aliança Cooperativa Internacional, que os cooperativistas só reconhecerão identidade de fins entre a ação cooperativa e a ação do Estado quando este se livrar da pressão dos Interesses privados e responder à necessidade dum organização sua faça prevalecer o espírito de serviço sobre o espírito de lucro, tanto no plano nacional, como no internacional.

Repetto, a ilustre militante socialista argentino, recentemente frisou em conferência (ao se referir às nacionalizações) a obra realizada por mais de 800 mil cooperativas no mundo com 143 milhões de associados, seus armazéns, suas fábricas, seus campos de produção agrícola, suas frotas de navios, seus bairros, residências, suas oficinas e mais de dois milhões de operários e empregados, consumidoras todas participantes do movimento cooperativo

Cita a Warbasse, Ramadier, socialista, e Perkins, que se rebelam contra a possibilidade de todas essas realizações da iniciativa privada em benefício coletivo serem absorvidas pelas nacionalizações, principalmente na Inglaterra, esta com cerca de 2.000 cooperativas de consumo que englobam um movimento de operações de mais de 8 bilhões de libras, dando trabalho a 250.000 pessoas, e à qual pertence a quarta parte da população inglesa.

Perkins, no Congresso recente de Brighton, declarou que a governa trabalhista Inglês não tinha a intenção de minar a posição do movimento cooperativo Inglês, "cujos métodos são superiores a quaisquer formas da organização industrial e comercial" principalmente a, de índole estatal. O fantasma da burocratização da economia parece, pelo menos, em parte, afastado...

Repetto diz que criar uma economia na qual só se apliquem medidas coercitivas do governo, equivale a ignorar a importância dos valores humanos e a destruir a fonte da mesma da qual sai a inspiração democrática.

Eis aí a voz autorizada de um autêntico rochodariano



# CASA SANO

## S.A.

FABRICANTES ESPECIALISTAS DE QUAISQUER PRODUTOS DE CIMENTO HÁ MAIS DE 25 ANOS

O QUE HÁ DE MAIS DURAVEL, ECONÔMICO, LEVE E FACIL DE APLICAR!



INDISPENSÁVEL EM QUALQUER SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO!

ALEM DE CHAPAS LISAS E ONDULADAS FABRICAMOS PEÇAS MOLDADAS PARA QUALQUER FIM, BEM COMO CAIXAS, COIFAS, TUBOS QUADRADOS E CILINDRICOS, ETC., ETC.

Catálogos e demais informações:

Sede  
RUA MIGUEL COUTO, 40 23-4838 — 23-3931  
CAIXA POSTAL: 1924 e 23-1662  
Endereço Telegráfico: SANOS RIO DE JANEIRO

## II Conferência Nacional Algodoeira

Em 1916 a Sociedade Nacional de Agricultura fez realizar no Rio de Janeiro a 1.<sup>a</sup> Conferência Nacional Algodoeira, de tão benéfica influência na cultura dessa preciosa fibra no país.

Em 1923, promoveu e realizou, também nesta Capital, a 1.<sup>a</sup> Conferência Internacional Algodoeira.

Mais de 25 anos são passados sem que os interessados na cultura dessa preciosa fibra se reunissem para trocar idéias e firmar a orientação a ser seguida, face aos novos rumos que a cultura, o comércio e a indústria têm forçosamente tomado nesse largo espaço de tempo.

De resto, a situação do algodão no Brasil, ultimamente, vem chamando a atenção de nossos homens de governo e de classe, pelo acúmulo de problemas, de resolução imperiosa, a fim de serem atendidos aspectos prementes daquela grande atividade agrícola do país.

Foi por isso, que a Sociedade Nacional de Agricultura deliberou levar avante, sob os auspícios do Ministério da Agricultura, como nas vezes passadas, o importante certame, cujo ante-projeto de programa está concebido nos seguintes termos:

### REGIMENTO E PROGRAMA

#### Finalidade

Art. 1.<sup>o</sup> — A 2.<sup>a</sup> Conferência Algodoeira, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura, a ser realizada, no Rio de Janeiro, durante a primeira quinzena de setembro de 1950, tem por objetivo estudar a situação em que se encontram a lavoura, o comércio e a indústria do algodão, examinando as causas que concorrem para o decréscimo da produção e sugerindo medidas capazes de soerguer a lavoura, estabilizar a comércio e equilibrar a indústria do produto.

Art. 2.<sup>o</sup> — A 2.<sup>a</sup> Conferência Algodoeira, além da parte referente ao algodão, tratará de outras plantas têxteis de valor econômico, sobretudo daquelas que estão concorrendo ou possam vir a concorrer para a fortalecimento da nossa balança comercial.

#### Participantes

Art. 3.<sup>o</sup> — São membros do Conferência todos aqueles que solicitarem sua inscrição à delegação estadual, ou à Comissão Organizadora, na falta daquela.

#### Delegações Estaduais

Art. 4.<sup>o</sup> — Serão constituídas nos Estados delegações da Conferência, incumbidas de organizar a representação e participação da lavoura, do comércio e da indústria locais.

Parágrafo único — As delegações deverão manter permanente contato com a Comissão Organizadora, recebendo e coordenando as contribuições ou estudos e promovendo uma ou mais reuniões, nas quais será recolhido, em forma de recomendação, sucintamente justificadas e documentadas, o ponto de vista dos interessados, para, após estudo das Comissões Técnicas, ser presente ao plenária da Conferência.

#### Comissão Organizadora

Art. 5.<sup>o</sup> — A Conferência será organizada por uma comissão designada pela Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, e se comporá de presidente, vice-presidentes, secretário geral e Comissão Técnica.

Art. 6.<sup>o</sup> — A Comissão organizará o programa da Conferência, designará as Delegações e, de um modo geral e ampla, superintenderá os trabalhos da Conferência até a primeira reunião preparatória.

#### Mesa de Conferência

Art. 7.<sup>o</sup> — Durante a seu funcionamento, a Conferência será dirigida por uma Comissão Executiva ou Mesa Diretora, eleita na primeira reunião preparatória.

#### Deliberações

Art. 8.<sup>o</sup> — Tanto nas Comissões Técnicas como nas sub-comissões e ainda no plenário, as deliberações serão tomadas por maioria, obrigando os membros ausentes.

#### Voto

Art. 9.<sup>o</sup> — Terão voto nas Comissões os participantes da Conferência.

Parágrafo único — No plenário, além da Confederação Nacional do Comércio, da Confederação Nacional da Indústria e da Sociedade Nacional de Agricultura, a lavoura, o comércio e a indústria, à razão de um para cada uma dessas atividades econômicas por unidade da Federação representada, terão direito a voto.

#### Sessões preparatórias

Art. 10.º — Serão realizadas duas sessões preparatórias, uma para reconhecimento de poderes e eleição da Mesa Diretora e outra para a nomeação, posse das comissões e sub-comissões e distribuição dos trabalhos.

#### Sessões plenárias

Art. 11.º — Serão realizadas tantas sessões plenárias quantas fôrem necessárias, a juízo da Conferência.

#### Contribuições individuais

Art. 12.º — Além do resultado do trabalho das Delegações, a Conferência poderá apreciar, a juízo da Mesa Diretora, trabalhos avulsos individuais versando temas do programa, ou assuntos que, embora não estejam ali compreendidos, sejam julgados de interesse.

#### Comissões

Art. 13.º — Haverá obrigatoriamente três comissões técnicas: lavoura, comércio e indústria, e tantas sub-comissões quantas forem julgadas necessárias.

Art. 14.º — O presidente da Conferência, pessoalmente ou através de um dos vice-presidentes, poderá, se assim julgar necessária, assumir a presidência de uma ou mais comissões ou sub-comissões ou reuni-las em conjunta, para discussão e deliberação de matéria conexa.

#### Estudos, trabalhos, indicações

Art. 15.º — A Conferência, através da Comissão Organizadora e Delegações, receberá os trabalhos que versem o tomário em três vias, datilografadas, com o máximo de 10 páginas em espaço de 2. Todos os trabalhos deverão terminar por conclusões sucintas.

# CRIADORES

Prefiram os produtos veterinários  
**RAUL LEITE.** São todos de eficiência  
comprovada e segurança absoluta.



VACINAS, TÔNICOS, VERMIFUGOS.  
PRODUTOS PARA TÔDAS AS  
DOENÇAS E PARA TÔDAS AS  
ESPÉCIES ANIMAIS



No febre Aftoso — KUIROS E CO-  
LOIDO-CÁLCIO.

Para banheiros corropaticidos —  
GAVIÃO

Nos bicheiros e bernês — CRESOS.

Nos verminoses — FENOTIAZINA  
— FENOLFTALEINA.

Nos friciros — FRIEIROL.

Nos intoxicações — VITOS



Peçam folhetos e preços aos repre-  
sentantes nos Estados ou aos

Laboratorios  
**Raul Leite S. A.**

RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130

— RIO DE JANEIRO —

**Palavra**

Art. 16.<sup>o</sup> — Cada participante da Conferência terá o direito à palavra sobre o relatório de cada comissão por período não superior a 5 minutos, ficando a Mesa com a faculdade de limitar o tempo a cada orador, caso a discussão da matéria tenha atingido uma hora.

**Redação final e Anais**

Art. 17.<sup>o</sup> — Na última sessão plenária, serão designadas duas comissões, uma para revisão e coordenação das conclusões, outra para a organização dos Anais da Conferência.

**Casas omissas**

Art. 18.<sup>o</sup> — Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

**Temário**

Art. 19.<sup>o</sup> — A 2.<sup>a</sup> Conferência Algodivara baseará os seus trabalhos em temário próprio e no resultado de estudos, observações e inquéritos realizados, a propósito, nas várias regiões produtoras do país, a cargo de órgãos e entidades a esse fim convocados.

Art. 20.<sup>o</sup> — O temário da Conferência e o trabalho nos Estados versarão os seguintes assuntos gerais:

- a) — lavoura
- b) — comércio
- c) — indústria.

**I — LAVOURA**

- 1) — **Terra.** Meios de obtê-las, — compra, arrendamento, doação e parceria. Financiamento para aquisição. Preparo. Máquinas, ferramentas e utensílios. Defesa contra a erosão e conservação da fertilidade do solo.
- 2) — **Sementes.** Colaboração científica para melhoramento das plantas. Estações experimentais. Campos de sementes. Campos de cooperação. Culturas fiscalizadas. Organização de empresas para a produção de sementes destinadas a plantio.
- 3) — **Adubos e corretivos.** Produção nacional. Redução da custo. Difusão

nos meios agrícolas das vantagens da prática do adubação e correção das terras.

- 4) — **Zonas de plantio.** Variedades cultivadas. Delimitação das zonas respectivos. Estudo da possibilidade de aproveitamento de novas terras.
- 5) — **Defesa sanitária.** Novos processos de combate às pragas e doenças. Meios de intensificar a defesa sanitária. Assistência oficial.
- 6) — **Calheita.** Melhorio dos processos.
- 7) — **Pessaal.** Assistência social, mão de obra, treinamento e especialização.
- 8) — **Impostos e taxas.** Política tributária.
- 9) — **Crédito.** Financiamento da produção, — preço mínimo.
- 10) — **Cooperativismo.** Cooperativas de produção, beneficiamento, compras e vendas em comum, crédito e mistas.
- 11) — **Transporte.** Rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo. Fretes e tarifas.
- 12) — **Segura.** Contra doenças, pragas e intempéries.
- 13) — **Política de preços.** Custo de produção, remuneração ao produtor.

**II — COMÉRCIO**

- 1) — **Algodão em caração** — Centros comerciais. Classificação. Beneficiamento (descaroçamento e prensagem). Enfardamento. Armazenagem.
- 2) — **Algodão beneficiada** (em pluma). Centros comerciais. Bolsas. Classificação. Consumo interno. Armazenagem. Reprensagem. Exportação. Financiamento.
- 3) — **Caração de algodão.** Classificação. Armazenagem.
- 4) — **Transporte.** Rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo. Fretes e tarifas.
- 5) — **Pessaal.** Assistência social, mão de obra, treinamento e especialização.
- 6) — **Segura.** Fogo, extravios, etc. e acidentes.

**III — INDÚSTRIA**

- 1) — Estudo das relações mercantis entre o produtor, comerciante e o industrial, visando a harmonia de interesses. Fiação e tecelagem. Óleo. Subprodutos.

# A Terceira Semana do Hortelão da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

## Generalidades

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", montada na Penha, Distrito Federal, realizou, com grande êxito e entusiasmo, a sua **Terceira Semana do Hortelão**, no período de 3 a 9 de Julho do corrente ano.

As **Semanas do Hortelão**, levadas a efeito em 1948, 1949 e 1950 no tradicional educandário da Sociedade Nacional de Agricultura constituem um exemplo frizante do que de útil e objetivo vem conseguindo realizar a referida entidade de classe que, desde 1897, vem dedicando grande interesse e carinho ao problema da educação rural brasileira.

De fato, desde 1897, com a seu Aprendizado Agrícola da Penha, até o momento, com a sua Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", não descurou jamais a Sociedade Nacional de Agricultura do problema do ensino profissional agrícola, que considerou sempre fundamental para a valorização e elevação do nível de vida de nossas populações rurais.

Muita já realizou a Sociedade Nacional de Agricultura, a si mais não fez, foi porque sempre contou com recursos insignificantes para levar adiante obra tão grandiosa e patriótica.

O presente relatório da **Terceira Semana do Hortelão** dá bem uma idéia da muita que realiza, sem alarde, na Penha, a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

A Terceira Semana do Hortelão realizou-se por iniciativa e sob a orientação da Sociedade Nacional de Agricultura que há mais de cinquenta anos vem trabalhando em prol do ensino profissional agrícola no Brasil e da Fundação Getúlio Vargas, entidade de caráter técnico e educativo que vem dedicando, também, especial interesse ao problema do ensino agrícola e teve a colaboração:

- n — da Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura;
- b — da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura;
- c — do Secretario de Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal, através de seu Departamento de Agricultura.

A colaboração das referidas entidades foi valiosa e indispensável para que as trabalhos da III Semana do Hortelão alcançasse o êxito das semanas anteriormente levadas a efeito na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em 1948 e em 1949.

- A Sociedade Nacional de Agricultura colaborou:
- n — monetariamente;
  - b — fazendo a publicidade da semana;
  - c — com o concurso de elementos técnicos de sua Diretoria.

- A Fundação Getúlio Vargas, colaborou:
- a — monetariamente;
  - b — com o concurso do orientador de seus Cursos Práticos Agrícolas.

- O Serviço de Informação Agrícola, colaborou:
- a — com auxílio material (publicações);
  - b — com o concurso de técnicos de seu quadro.

A Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário colaborou com o concurso de técnicos do seu quadro

Prof. GERALDO GOULART DA SILVEIRA  
Engenheiro Agrônomo

A Secretaria de Agricultura do Distrito Federal colaborou:

- a — com material (um caminhão de esterco, inseticidas e fungicidas), mimeografou o programa da semana e emprestou material de mecanização devidamente equipado, equipado;
  - b — com o concurso de técnicos de seu quadro.
- Do Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" colaboraram:
- a — toda o corpo docente;
  - b — todos os alunos que em férias se encontravam no estabelecimento;
  - c — O clube Agrícola Miguel Colmon;
  - d — todos os funcionários.

## SEMANALISTAS INSCRITOS (INTERNOS)

Motr.	Nome	Proced.
1	Maj. Anibal Antonio Costa ..	M. Gerais
1	Cel. Francisco A. de Arruda Camara .....	"
3	Carlos dos Santos Mendes ...	E. do Rio
4	Francisco Retto Filho .....	M. Gerais
5	Jaime Maciel .....	E. do Rio
6	Cantidia Rongel de Brito ..	"
7	Antonin de Jesus Mnciel ..	"
8	Candido José da Silva .....	"
9	Francisca Xavier Barbosa ....	M. Gerais
10	Jaão Garcia de Souza .....	"
11	Wilson dos Santos Barrosa ..	E. do Rio
12	Waldemar Matte .....	D. Federal
13	Vitar Hugo Nunes Bártala ..	"
14	Antonio Pereira de Siqueira ..	M. Gerais
15	Mazart Corneiro Dantas ....	D. Federal
16	Alvaro Belosa Sampaio .....	"
17	Manoel das Santos Lacerda ..	"
18	Nestor José de Mattos .....	"
19	Landia Leiras .....	"
20	Antonio Gonçalves de Queiroz	"
21	Hermágenes Mattos .....	"
22	Osoria Ferreira Guedes .....	"
23	Alberto Lourenço Cabrito ....	"
24	Antonio Fernandes Teixeira ..	"
25	Luiz Soares Costa .....	M. Gerais

## Coordenadores

Foram Coordenadores da Terceira Semana do Hortelão os Engenheiros Agrônomos Antonio de Arruda Camara, Vice-Presidente do S.N.A. e Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" e Geraldo Goulart da Silveira, Vice-Diretor da E. H. W. B. e Orientador dos Cursos Práticos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas que tiveram a seu cargo:

- n — organização do programa da III Semana do Hortelão;
- b — a supervisão de todas as atividades.

## Colaboradores técnicos (aulas)

Contou a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", durante a Terceira Semana do Hortelão, com o

colaboração de 16 técnicos que ministraram aulas, dos quais:

- a — 11 Engenheiros Agrônomos,
- b — 3 Horticultores;
- c — 1 Hortelão;
- d — 1 Contador.

Foram as seguintes técnicas que ministraram aulas:

- 1 — Hortelão — Adriano Dantas
- 2 — Horticultor — Agrícola Castello Borges
- 3 — Engenheiro Agrônomo — Amoury Henrique da Silveira.
- 4 — Horticultor — André da Silva Neto
- 5 — Engenheiro Agrônomo — Antônio de Arruda Camara.
- 6 — Engenheiro Agrônomo — Charles Frederick Robbs
- 7 — Engenheiro Agrônomo — Eduardo Hugo Frato.
- 8 — Engenheiro Agrônomo — Eduardo Soler
- 9 — Engenheiro Agrônomo — Geraldo Goulart da Silveira.
- 10 — Engenheiro Agrônomo — Guaracy Lavor
- 11 — Engenheiro Agrônomo — João Moreira Barthalo.
- 12 — Engenheiro Agrônomo — Milton Sacci Cobral.
- 13 — Contador — Pedro Goulart da Silveira Filho
- 14 — Engenheiro Agrônomo — Orlando Ferreira.
- 15 — Horticultor — Severiano Gonçalves Camara
- 16 — Engenheiro Agrônomo — Subael Magalhães da Silva

**Colaboradores técnicos (palestras)**

Contou a Escola de Horticultura "Wenceslão Bel-lo", durante a III Semana do Hortelão com a colaboração de 17 técnicos que realizaram palestras, dos quais:

- a — 14 Engenheiros Agrônomos,
- b — 2 Jornalistas;
- c — 1 Médico Veterinário

Foram as seguintes as técnicas que ministraram palestras:

- 1 — Engenheiro Agrônomo — Alberto Ravoche
- 2 — Engenheiro Agrônomo — Antonio de Arruda Camara.
- 3 — Jornalista — Carlos Burhr
- 4 — Engenheiro Agrônomo — Charles Frederick Robbs.
- 5 — Engenheiro Agrônomo — Eduardo Hugo Frato.
- 6 — Engenheiro Agrônomo — Flávio de Carvalho Mesquita.
- 7 — Engenheiro Agrônomo — Geraldo Goulart da Silveira.
- 8 — Engenheiro Agrônomo — Guaracy Lavor
- 9 — Jornalista — Hilcar Leite
- 10 — Engenheiro Agrônomo — Jalmirz Guimarães Games.
- 11 — Médico Veterinário — Jorge Pinto Lima
- 12 — Engenheiro Agrônomo — Louro Dias Vieira
- 13 — Engenheiro Agrônomo — Olavo de Barros Araujo e Silva.
- 14 — Engenheiro Agrônomo — Osmar Lopes de Rezende.
- 15 — Engenheiro Agrônomo — Roberval Cordosa
- 16 — Engenheiro Agrônomo — Valdir Mauro
- 17 — Engenheiro Agrônomo — William Simão

**Movimento das aulas**

Durante a semana foram ministradas 24 aulas, pe-fazendo um total de 45 horas de aulas.

Foram as seguintes as aulas ministradas.

- 1 — Água, rega e irrigação, pelo Prof. Antonio de Arruda Camara.
- 2 — Preparo do terreno para instalações hortícolas, pelo Prof. Subael Magalhães da Silva
- 3 — Mecanização da horticultura, pelo Prof. Milton Sacci Cobral.
- 4 — Trato, culturais das hortaliças, pelo Prof. Orlando Ferreira.
- 5 — Culturas de hortaliças frutíferas, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
- 6 — Ferramentas e utensílios hortícolas, pelo Prof. Severiano Gonçalves Camara.
- 7 — Características e manejo do material usado em defesa sanitária vegetal, pelo Prof. André da Silva Neto.
- 8 — Indústrias rurais domésticas, pelo Prof. Amoury Henrique da Silveira.
- 9 — Semeiras e repicagem, pelo Prof. Eduardo Sefer.
- 10 — Cultura de hortaliças, pelo Prof. Agrícola Castello Borges.
- 11 — Padronização de produtos hortícolas, pelo Prof. Severiano Gonçalves Camara
- 12 — Adubação orgânica — Estrumeiras, pelo Prof. Antonio de Arruda Camara.
- 13 — Contabilidade nos explorações hortícolas, pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.
- 14 — Economia e administração de um horto, pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.
- 15 — Divisão do terreno em lotes ou taboleiras, pelo Prof. João Moreira Barthalo.
- 16 — Defesa sanitária das hortaliças, pelo Prof. Charles Frederick Robbs.
- 17 — Indústrias rurais domésticas, pelo Prof. Amoury Henrique da Silveira.
- 18 — Cultura de hortaliças de raízes e tubérculos, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
- 19 — Mecanização da horticultura, pelo Prof. Milton Sacci Cobral.
- 20 — Situação da horta (escolha do local) pelo hortelão Adriano Dantas
- 21 — Cultura de hortaliças nas zonas quentes, pelo Prof. Guaracy Lavor.
- 22 — Aproveitamento racional do solo, pelo Prof. Subael Magalhães da Silva.
- 23 — Adubação química das hortaliças, pelo Prof. Agrícola Castello Borges.
- 24 — Acondicionamento e transporte de produtos hortícolas, pelo Prof. Subael Magalhães da Silva

As aulas foram o mais possível claras e objetivas e, em coajunta formaram um Curso Prático de Horticultura

**Palestras**

Durante a III Semana do Hortelão foram realizados 19 palestras, assim distribuídos

- a — 5 palestras ao almoço;
- b — 4 palestras ao jantar;
- c — 5 palestras à noite;
- d — 4 palestras durante a reunião do Clube Agrícola Miguel Calmon;
- e — 1 palestra extra, durante a sessão cinematográfica.

Foram as seguintes as palestras:

#### Palestras ao almoço

- 1 — O mercado de hortaliças no Distrito Federal, pelo Prof. Eduardo Hugo Frota.
- 2 — Aproveitamento de uma propriedade agrícola, pelo Prof. Alberto Ravaççe.
- 3 — Grêmios para o homem rural, pelo Prof. Roberval Cardoso.
- 4 — Defesa Sanitária das lavouras, pelo Prof. Charles Frederick Robbs.
- 5 — Propriedade rural, pelo Jornalista Hilcar Leite.

#### Palestras ao Jantar

- 1 — O ensino profissional hortícola, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
- 2 — O valor da boa semente, pelo Prof. Olavo Barros de Araujo e Silva.
- 3 — Aspectos do Brasil rural, pelo Prof. Laura Dias Vieira.
- 4 — Importância da apicultura, pelo Prof. Guarcy Lavor.

#### Palestras a noite

- 1 — Organização da classe rural, pelo Prof. Antonio de Arrudo Camara.
- 2 — A situação da agricultura e do pecuária no Distrito Federal, pelo Prof. Osmar Lopes de Rezende.
- 3 — O ensino profissional hortícola, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
- 4 — Cooperativismo, pelo Prof. Valdik Moura.
- 5 — Avicultura doméstica, pelo Prof. Jorge Pinto de Lima.

#### Palestras no Clube Agrícola

- 1 — Atividades do Clube Agrícola Miguel Colman, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.
- 2 — Clubes Agrícolas, pelo Engenheiro Agrônomo Roberval Cardoso.
- 3 — A composição dos Clubes Agrícolas, pelo Jornalista Carlos Buhr.
- 4 — As atividades do Serviço de Informação Agrícola, pelo Dr. William Simão.

#### Sessões cinematográficas

Graças á colaboração dos Professores Jolmirez Guimarães Gomes e Flávio de Corvolho Mesquita, foram realizados 2 sessões cinematográficas com a exibição de 5 filmes técnicos, sendo:

- a — um sobre "A broca do café", preparada pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, procedido de comentários pelos referidos técnicos;
- b — quatro sobre outros assuntos de técnica, cedidos pela Embaixada Americana.

#### Movimento do refeitório

Durante a III Semana do Hortelão foram servidas 1425 refeições, assim distribuídas:

- a — 350 calés pela manhã;
- b — 415 almoços;
- c — 328 lanches;
- d — 332 jantares.

#### Reunião do Clube Agrícola Miguel Colman

Durante a III Semana do Hortelão realizou-se, com a assistência de todos os semanistas, a reunião anual

de prestação de contas do Clube Agrícola Miguel Colman, constituído pelos alunos do Escala.

Presidiu a reunião do Clube Agrícola o Dr. William Simão, Chefe do Serviço de Clubes Agrícolas do Ministério da Agricultura.

Usaram da palavra, em nome do Clube Agrícola Miguel Colman a estudante José Antonio Simões Lopes, Presidente, e o Prof. Geraldo Goulart da Silveira. Durante a reunião, fizeram palestras, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, o Prof. Roberval Cardoso, o Jornalista Carlos Buhr e o Dr. William Simão.

Aproveitando a oportunidade realizou o Clube Agrícola Miguel Colman:

- a — uma exposição de hortaliças colhidas na horta montada pelo Clube;
- b — distribuição de prêmios (livros e ferreimentos) oferecidos pelo Serviço de Informação Agrícola.

#### Jornal "O Hortelão"

Durante a Semana circulou o jornal mimeografado "O Hortelão".

Foram editados 5 números do referido jornal, perdoando um total de 450 exemplares que foram distribuídas entre os semanistas e os visitantes.

#### Comissão do "Bem Estar"

Funcionou eficientemente a Comissão do "Bem Estar", chefiada pelo Hortelão Adriano Dantas e Integrada pelos Fruticultores Antonio Alboni, Marcy Rualem e pelo estudante José Antonio Simões Lopes.

#### Sessão de encerramento

A sessão de encerramento, presidida pela Dr. Benvidado Novais, Diretor do Departamento Nacional de Produção Vegetal contou com a presença, na mesa, do Dr. Antonio de Arrudo Camara, Diretor da Escola, representando a Sociedade Nacional de Agricultura, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Vice-Diretor da Escola, representando a Fundação Getúlio Vargas, o Prof. Subael Mogolhões do Silva, representando a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, o Prof. Milton Socci Cabrel, representando o Departamento de Agricultura do Distrito Federal, o Prof. Pedro Goulart da Silveira, representando o corpo docente da Escola, o Assistente Agrícola Castello Borges, representando os professores dos Cursos Prático, o Assistente Antonio Alboni, representando os assistentes da Escola, o Hortelão Adriano Dantas, representando o corpo administrativo da Escola e o estudante José Antonio Simões Lopes, representando o Clube Agrícola Miguel Colman.

Durante a sessão de encerramento fizeram uso da palavra:

- a — O Dr. Antonio de Arrudo Camara que fez um sucinto relato das atividades do III Semana do Hortelão;
- b — O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, que falou em nome do Clube Agrícola Miguel Colman;
- c — O Prof. Subael Mogolhões do Silva que falou em nome da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal;
- d — O Dr. Benvidado Novais, que facultou a ação da Sociedade Nacional de Agricultura e a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" no setor do ensino agrícola.

#### Geraldo Goulart da Silveira

Coordenador da III Semana do Hortelão

# Cooperativa Agrícola de Cotia

*A margem do Relatório do seu dinâmico e ilustre Presidente, Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida.*

A Cooperativa Agrícola de Cotia realizou a sua 22.<sup>a</sup> Assembléa Geral Ordinária para apreciar os resultados obtidos pela organização no ano social de 1949-1950, apresentado por seu presidente, dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, em relatório elaborado á luz das estatísticas organizadas pelas diversas seções da organização.

Antes de apreciarmos os pormenores dos trabalhos realizados, cumpre ressaltar as palavras do sr. Emil Lustig, diretor da Federação das Cooperativas Suecas, quando visitou esta organização em São Paulo no ano em curso: "Considero a Cooperativa Agrícola de Cotia como um modelo de trabalho solidário tendo observado estar nela implantada uma verdadeira democracia econômica; é um monumento de imenso trabalho e pode servir como modelo às cooperativas de todo o mundo". — Estas palavras de um diretor de federação cooperativa do velho mundo, dizem melhor que qualquer afirmativa de nossos estudiosos no assunto, servindo para que os céticos meditem e eudem melhor das virtudes cooperativistas.

Na leitura do seu relatório, o dr. Manoel Ferraz de Almeida declara nas considerações iniciais: — "A coesão demonstrada pela nossa comunidade e de admirar, expressando quanto vale a fôrça da mão de 4 mil e poucos lavradores, sinceramente reunidos sob a bandeira de um ideal comum, consubstanciado na realização da verdadeira democracia, a democracia econômica". Fala depois sobre os obstáculos que procuram enquadrar o cooperativismo como meras organizações mercantis, e assim desconsiderando em nosso meio a essência da teoria cooperativista, minando no pensamento dos cooperativistas ortodoxos, sinceros, receio pelas graves consequências que poderão advir para o futuro do movimento. Entra, então, na posição da Cooperativa de Cotia na lavoura do Estado, lembrando que no espaço de 25 anos, as atividades da cooperativa, no campo das vendas e compras em comum, ele-

varam-se — o que esclarece os números e cifras que hoje traduzem o movimento anual da organização — em 17 vêzes o número de cooperadores; em 112 vêzes, o capital social e o fundo de reserva; o volume de vendas 70 vêzes e o de compra 200 vêzes. Esse progresso constante faz com que a Cotia tenha papel relevante no suprimento dos mercados de gêneros de São Paulo e Rio, ajudando também as deficiências dos mercados de outros Estados. Sobre a batata diz que nos 19 mil alqueires da área semeada com o produto, em cinco Estados do sul, a Cotia semeia 1.000 alqueires, ou seja 8% daquele total, retendo, porém, 16% dentro do Estado, distribuindo a cooperativa, no exercício em estudo, 406 mil sacas, correspondendo ao rendimento médio de 406 sacas por alqueire colhido pelos associados. Na avicultura, o Estado possui 2.413 granjas com 2.667.927 aves, sendo a produção anual de ovos de 24.297.144 dúzias, e destes totais, a cooperativa tem 511 granjas, 305.316 aves e produz 3.601.793 dúzias de ovos anualmente. Quanto ao tomate, a área plantada no Estado, no ano em estudo, foi de 2.125 alqueires, sendo que na Cotia atingiu a 250 alqueires, a produção média foi de 901 caixas por alqueires para os não cooperados e de 2.256 caixas para a cooperativa. A venda global de legumes atingiu a Cr\$ 13.414.500,10, ou seja 11,51% sobre o ano anterior; a de morango, foi superior em quantidade em 6,51%, e em cruzeiros 11,76%; algodão em 125,21%, para um montante de 127.825 arrobas, sobre o exercício anterior. O óleo de menta, chá preto, banana, carvão de lenha e outros produtos, ofereceram movimentos animadores, inclusive a produção de algas marinhas, que atingiu a 45,91%. — Os serviços de exportação, cabotagem distribuição de capitais, vendas a varejo, departamento de compras, redizaram trabalhos dignos de economista. O conjunto desses trabalhos, pode ser avaliado pelo resumo estatístico do movimento geral do ano social da Cooperativa Agrícola de Cotia, expresso pela cifra de Cr\$ 486.857.638,30, que acusou um aumento sobre o exercício do ano anterior de Cr\$ 58.650.703,40, e que é assim discriminado: vendas, Cr\$ 194.306.589,90; compras

Cr\$ 86.175.766,90; crédito, Cr\$ ..... 195.359.630,20, e serviços sociais, Cr\$ 11.015.651,30, prefazendo o total de Cr\$ 486.857.638,30. — O capital social englobando o capital realizado de Cr\$ ..... 34.859.219,6 e o fundo de reserva de Cr\$ 4.897.752,50, elevou-se a Cr\$ 29.756.972,10, assim acusando um aumento sobre o ano anterior de Cr\$ 5.026.663,90. O ativo imobiliário passou a Cr\$ 55.246.170,20 representando um aumento de Cr\$ ..... 1.621.709,00 em confronto com o exercício 48-49. O serviço de crédito apresentou um volume de Cr\$ 195.359.630,00; o saldo da conta de depósitos registrou um aumento de 9 milhões de cruzeiros, chegando os empréstimos a 3.700 mil cruzeiros. Proseguin o dr. Ferraz de Almeida analisando os serviços médicos, de engenharia, transportes, serviços de incubação e os trabalhos da fazenda experimental de Moinho Velho, assim como a parte de ensino, inclusive para os filhos dos associados. Deveu-se no problema da mecanização da lavoura, mencionando que nos Estados Unidos tem 8 milhões de tratores, para uma área cultivada de 176.478.000 hectares, e que aqui no nos-

so país, temos 24.960.000 hectares de área cultivada e apenas com 12.000 tratores, lembrando, então, que se deve cogitar do problema da mecanização, ressaltando-nos utilizar as facilidades ao nosso alcance.

Terminou o dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, incontestável líder cooperativista e das classes rurais, suas declarações contidas em relatório, dizendo que: "Devemos refletir que a democracia identifica-se com o ideal do brasileiro mas que a igualdade de oportunidades efetivamente deve ser defendida em benefício de todos. Ao lado do direito de enriquecer não deve existir a liberdade de passar fome, para o que, em correspondência com a democracia política, devemos cuidar de criar uma verdadeira democracia econômica". — "Mas uma vez peço vênica para reiterar a necessidade de preservarmos o espírito de nossa organização. Esse espírito nasceu dos pioneiros do Moinho Velho e deverá, através do tempo nortear a administração dos negócios sociais hoje entregue ás nossas mãos. Em nenhuma circunstância será lícito esquecermos os exemplos desses admiráveis lavradores".

PARA BEM SERVIR COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

## BORGHOFF S. A.

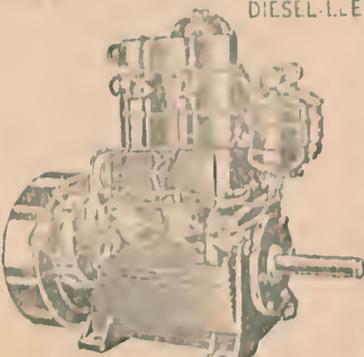
Rio de Janeiro - Rua Klachu-lo, 243 - Fone 42-7720 - C. P. 619  
São Paulo - Av. Gal. O. da Silveira, 63 - Fone 51-5983  
Telegramas - "Borgmagneto" - Rio ou S. Pau

---

O motor DIESEL mais vendido no Brasil, porque é um motor verdadeiramente **D'IESEL**

MODELOS DIVERSOS ATÉ 20 HP

Oferecido nos tipos: INDUSTRIAL, MARÍTIMO, GRUPOS DIESEL-ELÉTRICOS E DIESEL-BOMBAS.



- Vir braçim apoiado em rolamentos.
- Lubrificação forçada.
- Com alívio por regulador cut mático.
- Partida a frio.
- Vigia por ma ômetro e por ta môm tr.
- ROBUSTO, DURÁVEL, ECONÔMICO E SILENTE.

Assistência técnica, o e r as especializados e sobressalentes em estoque.  
Representamos outros motores e grupos-gera ores, para qualquer potência.

# A CASA MAYRINK VEIGA S. A.

Representante exclusiva no Brasil

## American Tractor Corporation

— de New York, fabricantes das afomodos:

### — Tratores Terratrac DT-34, Diesel



Potência na borra de tração . . . . . 29 H P

Potência na correio . . . . . 34 H.P.

Motor "BUDA" Diesel — Combustível Diesel Comercial

Arranque elétrico — Lubrificação por pressão

Rolamentos TINKEN — Engrenagens CLARK — Tomada de força

**O TRATOR IDEAL PARA A LAVOURA CAFEIRA, ALGODOEIRA,  
CANAVIEIRA, E TODOS OS FINS AGRICOLAS**

Procurem conhecer os resultados dos tests efetuadas em Ipanema (subme-  
tida pelo Ministério da Agricultura) e em Campinas (Submetida pelo  
Secretaria de Agricultura da Estado de São Paulo).

Rua Mayrink Veiga, 21 -- Tel. 23-1600 (Mesa de  
ligação)

# Deputado Lauro Montenegro

**Discurso pronunciado na "Casa da Paraíba" pelo Dr. João Maurício de Medeiros, Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura**

Bem haja a "Casa da Paraíba" que, soube reunir os paraibanos presentes nesta capital, sem distinção de cor, religião ou política, no mais fraternal dos convívios, procura reverenciar os mortos, estudando-lhes a vida naquilo que de melhor possa oferecer à meditação dos vivos.

Bem haja Senhor Presidente e senhores diretores, a orientação sadia e proveitosa que vindes imprimindo à organização deste sodalício, tão novo, ainda, mas já tão promissor, em cujo seio nos sentimos, todos, como irmãos no próprio lar paterno, onde a amizade e o interesse comum devem constituir preocupação única e de todos os instantes, não permitindo, jamais, que nele medrem a discórdia, a paixão e a inveja, sentimentos antagônicos à felicidade que vos propusestes criar pela união da colônia paraibana.

Não me encontrava, aqui, na data histórica e feliz de sua criação, só por isso deixando de figurar entre os seus sócios fundadores, o que muito me pesa. Já subscrevi, porém, a minha proposta de sócio efetivo e a ela, às suas elevadas finalidades, dispensarei sempre a mais decidido colaboração.

Congratulo-me, pois, com os autores de tão meritória idéia e faço votos, os melhores, por que a nossa "Casa da Paraíba" alcance e ultrapasse, mesmo, os seus nobres designios.

Entre os homenageados de hoje incluístes o deputado Lauro Montenegro, a mim distribuindo a responsabilidade de falar sobre a sua personalidade, a que fizestes, seguindo-me foi declarado, atendendo à circunstância, que muita me honra, de haver sido eu, além de seu colega na profissão de agrônomo e na serviço público estadual e federal em que juntos labutamos, um dos amigos que mais de perto privaram da sua intimidade. E não fôra isso, outra justificativa não haveria para tal encargo, de vez que todos aqui conhecem tão bem quanto eu a vida do saudoso homenageado e me-

lhor do que eu qualquer um poderia traçar a sua biografia e, com ela, a seu perfil moral, profissional ou política.

Lauro Montenegro nasceu na povoação de Alagoinha, Município de Guarabira, Estado da Paraíba, aos 28 de abril de 1894 e faleceu, nesta capital, aos 22 de abril de 1950. Foi, desde criança, um privilegiado pela inteligência e pelo caráter, predicados pelos quais se impôs sempre à admiração, estima pessoal e respeito de quantos tiveram a ventura de com êle privar.

Muito jovem, ainda, ingressou no tradicional Seminário de Olinda, onde se iniciou na carreira eclesiástica, que deveria concluir em Roma, conforme desejavam seus dignos progenitores. Aconteceu, porém, que, outra sendo a sua vocação, já quando nesta metrópole, em trânsito para a Cidade Eterna, resolveu tirar a batina para empunhar o arado, fazendo, com brilho excepcional, o curso de Agronomia na extinta Escola de Socarro, em Pernambuco.

Acadêmico, ainda, ingressou na vida pública, atuando, eficientemente, no Serviço Estadual de Algodão, mantida pelo Estado da Paraíba em regime de cooperação com a Governação Federal.

Daí foi êle, pela sua competência, solicitado para trabalhar no Aprendizado Agrícola "Vidal de Negreiros", como auxiliar do respectivo diretor, o invulgar e saudoso técnico José Augusto da Trindade, grande luminar das ciências agrônômicas, a quem o Nordeste e o Brasil devem os mais relevantes serviços.

Anos depois, era Laura Montenegro nomeado para dirigir igual estabelecimento em Pernambuco — o Aprendizado Agrícola de Tamandarê, onde a sua atuação enérgica e eficiente lhe valeu ser convidada para Secretária da Agricultura do grande Estado nordestino. Nesse posto de tamanha responsabilidade e importância, no qual se impôs pela muito que fez em proveito das atividades rurais pernambucanas, permaneceu até o fim do Governo Carlos de Lima.

Logo depois era designada para dirigir um Campo Experimental de Côco, do Ministério da Agricultura, em Sergipe, função essa em que mais, ainda, se consolidou o elevada conceito que vinha mereci-

damente desfrutando como técnico e administrador, tanto fez pela cultura daquela rica palmácea e, em particular, de sua principal variedade — a coqueiro anão.

Pouco tempo, porém, aí permaneceu, pois foi convidado para Secretário da Agricultura em seu Estado natal, marcando época a sua gestão na Pasta, tão importantes foram os serviços que prestou à lavoura e à pecuária paraibanas.

Da Paraíba, onde ficou até o término da Governança Argemiro de Figueireda, veio colaborar na Divisão do Material de seu Ministério, onde prestou os mais assinalados serviços ao país.

Foi, então, designada para chefiar a Seção de Fomento Agrícola e dirigir os serviços articulados do Ministério da Agricultura, em Alagoas, panto culminante de sua atuação como agrônomo e chefe de repartição. Acumulando, com aquelas, as funções correspondentes a Secretária da Agricultura, que lhe foram outorgadas, com absoluta liberdade de ação e a máxima apóia, pela Interventor Ismar de Góis Monteiro, conseguiu realizar, na terra gloriada das gerações, uma das obras mais notáveis que na Brasil já se fez sob a direção de um agrônomo daquele Ministério. Tão eficiente foi a sua atuação nas meias rurais alagoanas, que por ela se impôs a confiança e amizade de toda a população do Estado, daí resultando a boa e geral acolhida dispensada à indicação do seu nome para deputada federal.

Começa, então, aí, uma fase nova e fulgurante para o já renomado homem pública que, no Congresso, como Constituinte e Parlamentar, logo conquistou as simpatias e a melhor apreço de seus pares. É que foi realmente intenso e brilhante o trabalho que desenvolveu na plenária e nas comissões, como membro da Mesa da Constituinte, orador fluente e de largos recursos, autor de vários projetos e de numerosos pareceres, muitos dos quais notáveis pela firmeza de suas conclusões, baseadas que eram no estudo aprofundado dos assuntos.

E foi esse o homem probo, simples e co-

paz que perdeu o Nordeste, em particular a nossa Paraíba, e, sobretudo, o Brasil, com apenas 56 anos de idade, quando muita poderia fazer ainda pelo Estado em que nasceu, pela que tão brilhantemente representava na Câmara Federal e pelo país a que serviu sempre com inexcedível devotamento e patriotismo.

Lamenta, profundamente, a agronomia nacional, a prematura desaparecimento, com a sua morte, de um de seus expoentes máximos na cultura, na inteligência e na aperiadade, que era, ao mesma tempo, uma de suas maiores esperanças no que diz respeito à organização e engrandecimento da classe, à reivindicação de seus justas direitos e boa prática das normas par que sempre se bateu visando a fortalecimento da economia brasileira pela exploração racional de nossas riquezas agrárias, devidamente orientada pela Ministério da Agricultura.

Sentem as amigas, a grande vácuo que se abriu com o seu perecimento, a cada instante que se faz presente, à memória de qualquer deles, aquele espírito sempre alegre acalhedar, que jamais se deixou abater, não abstante as duras revezes par que passou na vida.

Choram as parentes a separação da ente querido que se foi, deixando implantada, na caração de todas, a mais cruciante das saudades.

Neste instante, porém, contemos hasanas à sua memória, glarificando, assim, a vida de quem, como êle, nasceu e morreu pobre, deixando a Família tão só a bela e rica patrimônio maral que madelau com dedicação e sacrifício e legando a Pátria o maior e mais relevante acervo de bons serviços prestados com verdadeira carinha e o maior acendrada amor patriótico.

Bem haja, finalmente, a iniciativa feliz e oportuna que teve a direção desta "Casa" homenageando um paraibano assim tão merecedor da nossa gratidão, do nosso respeito e da nossa saudade, pela muito que fez em benefício do país, pela engrandecimento do Nordeste, pela honra da Paraíba.



# O Instituto do Açúcar e do Alcool e a assistência ao trabalhador rural

A educação e a assistência social às populações rurais é um problema de indispensável urgência que, em nosso país, precisa e deve ser encarado com o máximo cuidado e atenção.

A maior parte de nossa população habita a zona rural, e do trabalho agrícola obtém os meios para o seu subsistência.

Do agriculturo, abrangendo a pecuário e os indústrios extrativos de origem vegetal, animal e mineral, depende toda a arcabouço de nossa economia.

Em que pese o surto industrial dos últimos anos, ainda somos, e continuaremos por muito tempo ainda, sendo um país agrícola, dada a nossa extensão territorial que permite possamos montar ao lado do indústrio, uma enorme produção de matérias primas; de todos os produtos alimentícios indispensáveis à nossa subsistência, e, ainda, um saldo sempre favorável, que assegure o nosso comércio de exportação.

É necessário olhar sempre, com todo o interesse, os nossos problemas agrícolas, pois eles são de uma importância fundamental para a economia nacional.

Não bastam os medidas diretas de incentivo à produção, sem que primeiro se tenha encarado o problema do homem rural, do homem esquecido, do homem que trabalha para assegurar o alimentação e o trabalho do resto da população.

Pelo Censo Demográfico do Brasil, levado o efeito em 1940, temos uma população de quarenta e um milhões, duzentos e trinta e seis mil, trezentos e quinze habitantes, dos quais vinte e oito milhões, trezentos e cinquenta localizados na zona rural, isto é, 68,73% da população vive no campo e do campo.

Infelizmente, pouco se tem feito de eficiente e objetivo em prol de nossa população rural que, abandonado, sem conforto de espécie alguma, sem instrução, sem os mais elementares conhecimentos de higiene, mal alimentado e doente, ainda trabalha e produz.

O problema da valorização do homem rural e da elevação do nível de vida de nossa população campesino assume um aspecto de grande relevância e é, sem dúvida, daqueles que merecem prioridade em

face de outros problemas de âmbito nacional.

O agriculturo dependem a indústria e o comércio.

Já não será sem tempo repararmos o grande erro em que incidimos e o grande injustiça que estamos cometendo, relegando para um plano secundário, os problemas que dizem respeito à vida rural do país.

O êxodo rural, com todos os seus desastrosas consequências, é um grave problema que cada vez mais se acentua, e precisa e deve ser encarado com o máximo energia e espírito prático.

Para o seu agravamento contribui, sem dúvida, o grande desequilíbrio existente entre o tratamento dispensado aos trabalhadores da indústria e do comércio, melhor aquiñados pelo assistência educacional e pelo assistência social que os trabalhadores da agricultura.

É preciso e inadiável que os mesmos benefícios sejam estendidos aos que se dedicam ao trabalho agrícola; àqueles que, pela importância fundamental que representam para a economia nacional, já deviam ter sido, há mais tempo, amparados.

Através da educação, precisamos cuidar da formação humana e profissional do homem rural; através da assistência social, melhorar as condições de vida no meio onde ele habita.

Sómente com o concurso de um sistema de educação e assistência social convenientemente planejado e patrioticamente executado, conseguir-se-á a valorização do homem e a elevação do nível de vida de nossas populações rurais, fatores decisivos para a produtividade, enriquecimento e progresso constante do país.

Todos clamam pelo imediato socorro ao homem do campo. Até projetos têm surgido no Congresso visando sanar o lacuna. Mas nada de positivo surgiu ainda.

É por isso que se torna digno dos maiores louvores o trabalho que o Instituto do Açúcar e do Alcool, dentro dos seus possibilidades e de um plano bem arquitetado, vem realizando em favor do homem ligado à cultura e à indústria do cana-de-açúcar.

Assim é que desde 1941, quando foi

promulgado o Estatuto do Lavoura Canavieira (Decreto-lei n.º 3.855), vem o I.A.A. cuidando do problema da assistência médico-social para o trabalhador do açúcar. Com efeito, naquele diploma legal, o art. 22 previa, nos contratos-tipos, "moradia sã e suficiente, assistência médica, dentário e hospitalar gratuita e ensino primário gratuito aos filhos dos trabalhadores". Dois anos após, era publicada a Resolução n.º 206/48, que nos seus arts. 12.º e seguintes dispunha da retenção de Cr\$ 0,40 por tonelado de cana entregue pelos fornecedores às usinas para a constituição de um Fundo de Assistência Médico-Social para o trabalhador rural e pequeno fornecedor. Par conta do referido Fundo, já estão em andamento trabalhos de construção de ambulatórios em Sertãozinho e Capivari (São Paulo) e Campos (E. do Rio) bem como a aquisição de uma ambulância para serviço odontológico em Pernambuco.

Finalmente em 1946, com o decreto-lei n.º 9.827 (12-9-46), ficou estabelecido que as usinas de açúcar destinariam Cr\$ 0,20, por saco de açúcar produzido, para serviços médico-sociais, tendo o assunto sido disciplinado pela Resolução n.º 206/48 da Comissão Executiva do I. A. A. Essa Resolução estabeleceu uma ordem de graduação e preferência na prestação daqueles serviços: ambulatórios; hospitais regionais e centrais; instituições recreativos e culturais.

Em Pernambuco e Alagoas, iniciaram-se já as obras de construção de dois hospitais, com capacidade de 300 leitos cada, destinados aos trabalhadores do açúcar e, após

a publicação do decreto-lei n.º 9.827, cerca de 175 novas realizações (ambulatórios, escolas, pequenos hospitais, creches, ambulâncias, campos de desporto) foram levadas a efeito pelas usinas do país.

O Instituto do Açúcar fiscaliza a aplicação das verbas oriundas do fornecimento de cana e da fabricação do açúcar, mantendo um Serviço especializado, na Seção de Assistência à Produção, o qual serve também como orientador de tôdas as iniciativas exigindo supervisão técnica, como ambulatórios, hospitais, escolas e outros itens.

Amparado o produtor e posteriormente o fornecedor de matéria primo, voltam-se as vistas do I.A.A. para o trabalhador do açúcar, agora que a ameaça de ruína foi afastada das fôbricas de açúcar e das plantações de cana. A ordem econômica restabelecida, pôde o Instituto delinear, com perspectivas seguras, porque objetivas, as linhas de um amplo programa em defesa da saúde e reerguimento do nível intelectual do homem do açúcar. As bases para a execução desse programa estão consubstanciadas no contrôlo firme pelo I.A.A. na aplicação das verbas e na vulto das mesmas. A média de arrecadação, de 1943 a 1948, da retenção de Cr\$ 0,40 p/tonelada de cana fornecido é de Cr\$ 1.857.674,00 onuais; da incidência de Cr\$ 2.00 por saco de açúcar produzido, a média, de 1946 a 1949, é de Cr\$ 44.213.292,00. A tendência dessas verbas é para aumento significativa, ante a crescente ompliação dos canaviais e crescimento evidente da produção açucareira.

## SELEÇÕES AGRÍCOLAS

DIRETOR. EURICO SANTOS — GERENTE: O. ASSUMPTÃO — SUPERINTENDENTE: M. NUNES  
PUBLICAÇÃO MENSAL

**Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.**

ASSINATURAS:

Brasil — Ano .....	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano .....	Cr\$ 70,00
Número do mês .....	Cr\$ 3,00
Atrozado .....	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Pecanha, 26-12."

Telefone: 32-6163

Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

# QUESTÕES AGRÍCOLAS

**Uma carta do nosso sócio Sr. Jarge Polysú, para o qual, com prazer, obri-mos espaço.**

"Ilma. Sr. Dr. Prof. Arthur Torres Filho, M. D. Presidente do Sociedade Nacional de Agricultura, Rio de Janeiro. Prezado Sr. Dr. Tive prazer em ler últimamente no "A Lavoura" e no "O Jornal" de 16 de 4, artigos relativos ao trigo e, no "O Jornal" de 23 de 4, um muito interessante sobre a "Refer-tilização dos Terras Brasileiros", um muito impar- tante artigo que trata da agricultura intensivo.

Como é uma questão que conheço bem, por me ter dedicada em adubos e na aplicação dos mesmos desde que saí dos escolas, quero dizer em 1892, quando entrei na indústria de adubos químicos, e trabalhei nesta, desde isso data até hoje ainda, tomei por isto, a liberdade de lhe dirigir essa carta. Já cento muitos anos, nos continua arte e trabalho bastante pelo lavoura, na Brasil, desde 1904 quando cheguei pela Cosa Elqueiroz (Luiz Queiroz) na início de 1904. — Lá fabriquei a mais antigo adubo feito e vendida na Brasil, a Aduba Polysú, que continua a se fabricar e ser vendida na França pela Cosa Vilmarin de Paris. De 1892 a 1903 fabricava numa grande fábrica da França uma médio diário de 200 toneladas de superfosfatos, de fosfatos precipitados de ossas, de adubos completos e industriava o saque de dessecado, que fabricava também na ma-tadouro de São Paula para Elqueiroz.

Diário a exploração de todos esses adubos e traba-va em terrenos de minha família, na Borgonha, de experiências de rendimentos de pastas naturais e artificiais, de vinhedos sepultados (Chablis) (Beau-ne) e, sobretudo de trigo.

Repente ao trigo, lhe direi que o jornal "Estado de São Paulo" de 28 de 3-50 publicou uma nota relativa a experiências feitas nos Estados Unidos, em Baltavello, que provou que sobre centenas de trigos provenientes dos países mais afastados, os únicos que ofereceram mais resistência à ferrugem "15th", a mais violenta de todas, são todas as variedades produzidas em Bagé pelos cruzamentos, feitos pelo Dr. I Beckman desde 1925, e que, nestas variedades, a mais resistente ainda é a Frontana, que eles semeiam desde anos. O mesmo jornal — Estado de São Paulo — na data de 29 referiu-se, ainda a esta nota, dizendo que os técnicos norte americanos que vieram para tomar parte da IV Reunião Brasileira de Trigo, declararam que o "Frontana" é a variedade mais resistente a ferru-gem "15th", da zona Oeste dos Estados Unidos. É o "Estado de São Paulo" diz (Dr. Edgard Fernandes Teixeira) que o trigo deve ser semeado de março a abril (em São Paulo) aqui, conforme a zona, em abril, maio e junho. Assim, colhe-se antes das chu-vas do fim de ano. O Estado de São Paulo publica em data de 5-4-50, a conferência do Dr. I Beckman promovida pela Secretaria de Agricultura de São Paulo em 17 de março de 1950, no Biblioteca Municipal, onde esse geneticista demonstrou a papel importante que tem na formação das variedades que

elo obteve em Bagé com o meu trigo (142 = Po-lysú = Tg 1 = Morumbi) e, à este respeito, junto a esto separato, onde sublinhei os pontos principais que explico porque os Americanos ochorom os cruzamento obtidos, refrotórios ou, pelo menos, os mais resistentes às ferrugens.

Desejava que o Dr. ficasse ciente disso, agora quero lhe expor o que tenho ainda poro demonstrar:

No França, nos cultivos feitos em terras de mi-nha família, entre 1893 e 1903 quando ao tratar do preparo do terro, do semeação, depois de ter procedida às diversos adubações, e do desenvolvi-mento dos trigos de inverno procedi o muitos ex-periências de preparo da solo, no modo de semear, de cultivar durante a vegetação e de aplicar as adu-bas para, conforme os terros, ver as dosagens pre-feríveis.

Cheguei, em áreas de acre, 5 acres, 10 acres, a resultados magníficos, neste tempo onde tudo era feito com máquinas antigas, puxadas por covolos, mas que em parcelas assim, pequenos é verdade, chegaram a me dar até 3 toneladas por hectore.

Esses resultados foram obtidos devida a diversos fatores: Preparo da solo todo especial, adubações es-colhidas e com doses massivas de certos elementos, sementes de variedades boas e sementes escolhidos, conforme regos indispensáveis, desinfecção das semeas antes. Semeação próprio poro perfeito desenvolvi-mento do trigo e perfilhação abundante — cultura e tratos especiais nos primeiras meses.

Tudo isto em terrenos próprios para trigo, mas, mesmo num campo com barba de bode, si a terro aravel e de boa espessura, com preparos especiais du-rante 2 anos, no 3º ano poderá chegar a essa mes-ma produção.

Gostará adubo, que é uma grande depeza, mas, eoa misará sobre a peso da semente e colher-se-á o duplo do que se colhe e se chegará a colher 3 ve-zes, e, possivelmente mais ainda.

O "O Jornal" publica artigos muito interessantes do Dr. Assis Chateaubriand, que fala de sua viagem nos Marrocos e precanizo e emprego dos superfos-fatos, que são especiais para nossas terras ácidas, e para obter trigo os fosfatos são indispensáveis, co-mo também o potássio, mais que o azoto.

A este respeito lastima que não se procedo na Brasil, a estudos das jazidas de salgema, que exis-tem em muitos Estados, jazidas formidáveis. Essas jazidas, algumas pelo menos, devem conter comar-das de sais potássicas e seria um auxílio enorme pelas adubações, pelo economia de divisos e até pela exportação desses sais indispensáveis.

Para acabar vou lhe dar um resumo comparati-vo das despesas de adubos e das colheitas de trigo na França e na Bélgica, extraída do número de ja-neiro de 1950 do Revista Bulletin des Engrois de Paris.

O resultados do estatístico das colheitas são in-feriores a realidade, porque entram resultados ob-tidos em terras que não são próprias poro trigo, onde se sature, sem adubos o colheitas de 500<sup>h</sup> por are. Isso abaixa muito a médio.

Quantités d'engrais employés par hectare.

	Franço	Bélgico
Azote . . . . .	11 ks.	72 ks.
Ac. Phosphorico . .	21 ks.	72 ks.
Potassio . . . . .	16 ks.	95 ks.

Produçtton  
statistique) . . . . 1,700 ks. 3,000 ks.

Naturalmente não se poderá ultrapassar um certo máximo de adubos, não terla mols acrescimento de rendo, porque é precto que o preço dos adubos seja inferior ao excesso do preço obtido pela venda. Vou continuando, na medida dos meus meios, fa-

zendo pequenos culturas, de um lado e do outro em terrenos de diversos tipos e em climos bem variáveis, desde 1000m até somente 100m., numa zona quente do litoral, mos onde não faltam os chuvos e até hoje tem sempre excelentes resultados, mos cultivando de forma diferente dos culturos habituais, preparo o terra com grande antecedência para nela fazer reservas de água e gasto muito menos sementes que a quantidade que todos usam. Penso que na próximo colheita confirmará o meu modo de fazer, (foi confirmado).

Abusei dos seus olhos para decifrar os meus hieroglifos, peço desculpar-me e também aceitar os meus melhores sentimentos de apreço e estimo."

(a.) Jorge Polysú



**RICO EM PROTEINAS,  
VITAMINAS E SAIS MINERAIS,  
ESTIMULA O DESENVOLVIMENTO DOS PORCOS**

Em média um quilo de ração diária para 50 quilas de pêsua vivo do animal proporciona ótmo rendimento. Os porcos alimentados com Porcil encontram na ração balanceada as substâncias que instintivamente procuram.

**um  
alimento  
ideal**

**Porcil**

UM PRODUTO DO

**MOINHO INGLEZ**

# O Reflorestamento no Estado de Minas Gerais

Engenheiro-Agrônomo

**GERALDO GOULART DA SILVEIRA**

Em recente viagem de estudos que fizemos ao Estado de Minas Gerais, de acôrdo com o programa estabelecido com o Prof. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, tivemos oportunidade de constatar o que naquela Unidade da Federação se vem fazendo no setor do reflorestamento.

Como bem salienta o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção do Estado na justificativa da necessidade do reaparelhamento material e pessoal da Divisão de Reflorestamento, **"O Brasil vive ainda o ciclo econômico da lenha"**.

No Estado de Minas Gerais, por exemplo, o consumo de lenha e de carvão vegetal é elevadíssimo, devendo-se considerar ainda a madeira para fins diversos, cuja procura é, cada vez, mais crescente.

Alguns dados estatísticos esclarecem melhor a assunto.

Durante o ano de 1947, o Estado de Minas Gerais produziu:

- a) 244.922 toneladas de carvão vegetal;
- b) 1.262.840 dormentes;
- c) 30.616.000 metros cúbicos de lenha;
- d) 964.840 metros cúbicos de madeira.

Releva salientar ainda que não são computados os gastos provenientes das queimadas desordenadas que, apesar dos dispositivos do Código Florestal, continuam sendo praticadas impiedosamente, em todo o país.

Dos 244.922 toneladas de carvão vegetal, . . . . 124.929 toneladas, isto é, 50% do total, foram produzidas por uma única região do Estado — Zona Metalúrgica —, seguindo-se, em ordem decrescente, a região do Rio Doce, com 67.893 toneladas, o zona do Mato, com 32.909 toneladas, o Sul de Minas, com 14.525 toneladas e outras zonas com menos de 2.000 toneladas.

A zona de Itacambira, foi a que menos carvão produziu, registrando as estatísticas, apenas 5.000 toneladas.

As zonas que mais concorreram para a produção de dormentes em 1947, num total de 1.262.840 unidades, foram a Oeste de Minas, com 262.000 unidades, a Zona da Média São Francisco, com 220.000 unidades, a Sul de Minas, com 139.800, o Triângulo Mineiro, com 132.500 dormentes, o zona de Itacambira, com 105.000 unidades e outras com menos de 100.000 dormentes.

O Alto Jequitinhonha foi a zona que menos dormentes produziu, concorrendo apenas com 2.600 unidades.

Mais concorreram para a produção de lenha, o Sul de Minas com 5.149.000 de metros cúbicos,

a zona do Mato com 5.149.000 de metros cúbicos, a zona Metalúrgica com 3.904.000 metros cúbicos, a zona do Oeste com 3.950.000 metros cúbicos, a zona do Rio Doce com 3.030.000 de metros cúbicos, cobrindo às demais regiões fisiográficas do Estado, produção inferior a 2.000.000 de metros cúbicos cada uma.

A região que menos lenha produziu foi a zona de Uruçuia, que concorreu com, apenas, 305.000 de metros cúbicos.

É muito interessante lembrar que só o consumo de lenha, em 1947, foi equivalente a 30.616.000 metros cúbicos, o que representa uma média de 4,5 metros cúbicos de lenha por habitante, pois, segundo o censo de 1940, o população mineiro é de . . . . 6.803.410 de habitantes.

Quanto à madeira propriamente dita, só a Sul de Minas produziu, em 1947, 221.050 metros cúbicos, seguindo-se, em ordem decrescente, a zona do Rio Doce com uma produção de 202.000 metros cúbicos, a zona do Mato com 137.890 metros cúbicos, concorrendo os outras regiões fisiográficas do Estado, com menos de 100.000 metros cúbicos cada uma.

A que menos forneceu madeira propriamente dita, foi a região da Média São Francisco, com, apenas 6.750 metros cúbicos.

Segundo cálculos da Divisão de Reflorestamento do Secretaria de Agricultura do Estado, anualmente, uma área de cerca de duzentos mil hectares é desmatada para permitir uma extração de 12.500.000 de madeira aproveitada para lenha, madeira, etc.

De acôrdo com o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção o programa mínimo de reflorestamento do Estado é o da "reflorestamento visando a recomposição de, pela menos, as áreas devastadas", tornando-se necessária, portanto, que haja um perfeito entrosamento, mediante acôrdas, entre o Estado, os Municípios, as Entidades Autárquicas, o direção das ferrovias e rodovias, as empresas consumidoras de combustível vegetal e os particulares.

Dando execução ao Plano foram plantados, em 1948, além de 8.549.899 pés de eucaliptus, numerosos exemplares de jacaré, pinheira, angico vermelho, ipê, folha de loba, etc.

Por outro lado, foram assinadas convenias com o Rede Mineira de Viação, a Leopoldina Railway, a Estrada de Ferro Vitória a Minas e Bahia a Minas, em virtude das quais já foram criadas nas margens das referidas ferrovias, 120 sementeiros ou peque-

nos hortos que produzirão as indispensáveis mudas destinadas ao reflorestamento.

Oxalá, prossigo sem esmorecimento o plano de reflorestamento das áreas devastadas do Estado de Minas Gerais, pois, segundo dados estatísticos, para um consumo de 100.000.000 de metros cúbicos de lenha no Brasil, somente o grande Estado da Federação teve um consumo de 24.119.000 metros cúbicos, isto é, quase 25% do total, e para um consumo de 620.000 toneladas de carvão vegetal em todo o país, o Estado de Minas Gerais gasta . . . . . 280.000 toneladas, isto é, 45% do total.

Visando o preparo de elementos convenientemente esclarecidos e orientados sobre as problemas fun-

damentais da silvicultura, que possam difundir, pelas mais variadas regiões do Estado os ensinamentos recebidos, tornando passível, assim, a intensificação do reflorestamento tão necessária ao Estado de Minas Gerais, foram criados **Cursos intensivos de Silvicultura**.

São admitidos nesses cursos:

- a) elementos recrutados nas próprias fazendas;
- b) funcionários municipais.

Para que possam fazer tais cursos intensivos, são proporcionadas aos candidatos, hospedagem e transporte gratuitos.

Até o presente, já foram preparadas quatro turmas de silvicultores práticos.

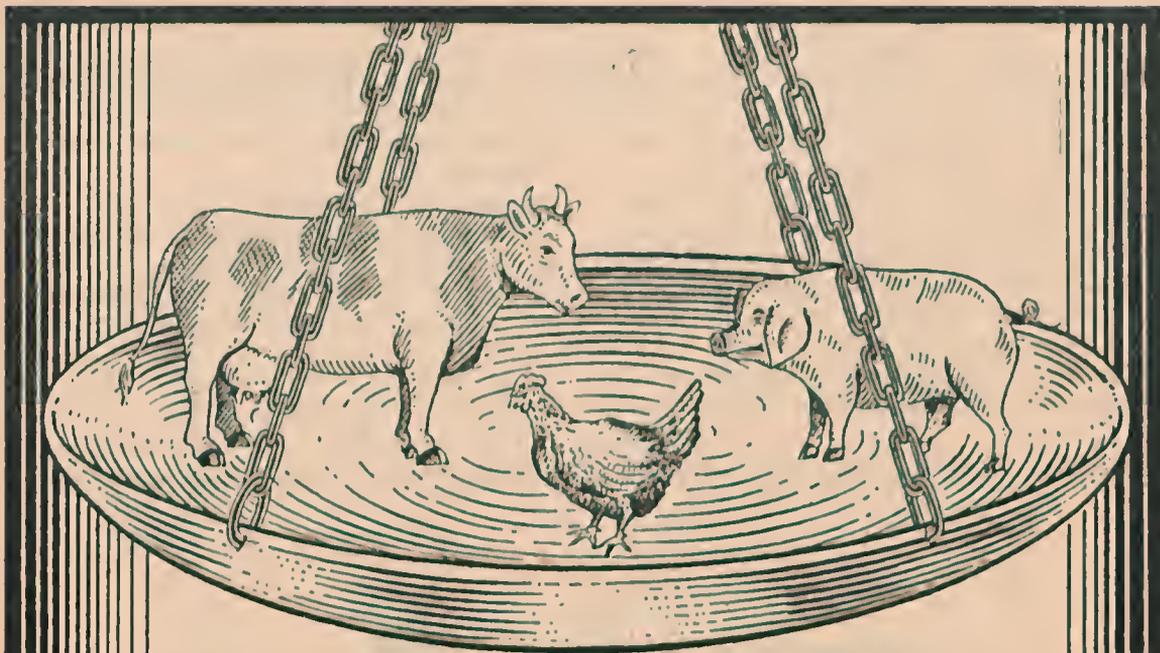
## MALZBIER da BRAHMA

*reforça qualquer refeição*

No lanche, no almoço, no jantar... tenha sempre à sua mesa o deliciosa Malzbier da Brahma para reforçar o valor nutritivo de suas refeições... Levemente doce e rico em malte, tem um poderoso valor energético. Malzbier da Brahma é o cervejo da lar porque é sobrioso e tem baixo teor alcohólico.



P. O. D. N. O. DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA S. A.



# DEVOLVENDO

ao dono o seu  
pêso em **OURO!**



## TORTA COMPLETA Nº 1

Para vacas leiteiras,  
cabras e coelhos.

## TORTA COMPLETA Nº 2

Para porcos e açougue.

## TORTA COMPLETA Nº 5

Para galinhas poedeiras.

ANIMAIS SADIOS  
BONS PRODUTOS  
BOM RENDIMENTO

# REFORMA AGRÁRIA

CUNHA BAYMA

Engenheiro-Agrônomo

A propósito das prapjetos últimamente entre nós organizados sãbre reforma agrário, oinda não esquecemas certo conceito emitido hó onas em um discurso inflamado, pela quol essa reforma consistia na importação de máquinas agrícolas, inclusive cultivadores e outros instrumentos de simplicidade maior. Cobe frizar em seguido que a reforma agrário de que carece o país, estará no aproveitamenta melhar das terras, sobretudo das que se encantram perta das grandes centros consumidores e quose nada produzem. Será um nava regime de divisãa da prapriedade rural em eliminação gradual dos latifúndios improduttivas, por meia da crédito de aquisição, crédito de explaraçãa e crédito de construção para os calanas e pequenas praprietárias em gerol. Hó de ser uma orientaçãa ecanômica segura na produçãa das diferentes safras de nassas pradutos da terro, de acôrda cam a regiãa e todos as mais factores. Residirá num processo simultâneo de educação agrícola, pastaril, flarestal, etc., incidinda sôbre todos seus romos de atividade, inclusive as meias diversas de tarnar otraente e de embelezor a vida das campos. Campreenderó, além das grandes campos de maquinária na exterior, a assaciação multiplicado dos agricultares em cooperativos de produçãa, de cansuma, de compra e venda, e até de varlodos Indústrios agrícalas, — muita mais do que oté agora. Repousará fundamentalmente nas vias de camunicação aumentadas e na salução de tôdas os dificuldades de transparte, que abrange estradas, cominhas, veiculos combustíveis e lubrificantes. Exige a soluçãa do prablema de ormozens silos e frigoríficas. Pede que hajo um bom mercado interno que existirá com o elevaçãa da nível de vida e melhar poder aquisitivo da povo. Reforma agrário será, aindo, cam-

bate generalizado à erosão, prática real do reflorestamento e explorção racional das matas, seró o estabelecimenta dos fóbricas e emprêgo inteligente de adubos, o usa do água na irrigação, a cultura intensivo, a mecanização da lavauro sem a caráter exclusivista da matacultura inacessível e até desconhecida paro grande parte dos lavrodores. Será a renovação que depende de trabalho metódica, seguro, dos poderes e órgãos competentes, na sentlda de criar e famentar a produçãa ecanômica sem as arroubas da prapagando mal arientada, que chegou até a dar adeus ao carra de bais como veiculo já desaparecido no ando do progresso rural que, na realidade, oinda nãa está assim. . . A respeito de refarma agrária, há na Congresso Nacional dois prapjetos, dos quois a primelra de iniciotiva da prápria pader legislativa, pela mão da deputoda Samuel Duarte, e a segunda de iniciotivo da Govêrno ariginário do Ministéria do Agricultura na recente gestãa do entãa Ministra da Agricultura Dr. Daniel de Carvalho. E mais para trás encontra-se a excelente cantribuiçãa representada pela onta-projeto da Códiga Rural, elaborado em 1942 por um Comissão sab a presidência do Dr. Luciana Pereira da Silva, Cansultar Jurídico da Ministéria da Agricultura. O Congresso Nacional tem, portanto, três cantribuições da mais alta volia para servir de base o um projeto capaz de otender às necessidades rurais brasileiras, não esquecidas a canhecimento e o copacidade dos dautas e dos ruralistos que hanram a Câmara e a Senado do República. Resta, pals, pôr mãã à obra que será uma daquelas de maior prafundidade quanta à influêncica que pode desempenhor na desenvolvimento e na vida do Brasil agrícola e postaril.

# Mais uma grande cooperativa de colonização Italiana que se funda no Brasil

Cumprindo uma de suas elevadas funções, o Ministério da Agricultura, por intermédio de seu órgão especializado — o Serviço de Economia Rural — sob a direção do Dr. Julio Cesar Covello, acaba de orientar a fundação da Cooperativa Agrícola e Industrial Umbro no Brasil, com sede na Fazenda Barro Grande, no Município de Paratí, Estado do Rio de Janeiro.

Designado, especialmente, o Agrônomo Paulo Viihena Brandão Albuquerque, da Seção de Organização e Propaganda das Sociedades Cooperativas, prestou-lhe todo a assistência necessária, não só no campo cooperativo propriamente, como naquele econômico, examinando e evidenciando todos os aspectos capazes de permitir a desenvolvimento e a prosperidade da novel entidade.

No gênero, a Cooperativa Agrícola e Industrial Umbro no Brasil, de "trabalho em comum durante 20 anos, após os quais entrarão os colonos na posse plena do terreno, é o primeira desse tipo a fundar-se no Américo do Sul, disposta, pelo termo que está constituído e pelo localização e plano de trabalho, de condições indispensáveis a uma vitória certa. Congregando todos seus associados para execução coletiva do programa pré-estabelecido, explorando racionalmente os fatores econômicos disponíveis da região, onde se fixarão, inclusive industrializando aquelas passíveis, e fazendo a produção chegar diretamente ao consumidor por intermédio de seus próprios meios de transporte, por preços naturalmente sem competição, pois que cada setar será atendido por equipe especializada, estará o Cooperativo Umbro fadada aos maiores resultados.

Foi compreendendo o alcance e a projeção que ela poderá alcançar, que o Serviço de Economia Rural não regateou aplausos e se lançou ao trabalho, pondo-se à disposição dos 10 italianos, sócios da Cooperativa Umbro na Itália, designados especialmente para no Brasil, providenciarem o transplante da entidade da pais de origem para o nosso. Assiste-os, como assessora, o Sra. Carmen Varriole.

Não permitindo a lei brasileiro tal procedimento, chamou a si o Dr. Fábio Luz o tarefa de transplante a idéia central dos cooperados, elaborando os estatutos pela qual se regerão os destinos da Cooperativa Umbro no Brasil, dentro dos moldes brasileiros.

Não foi pequeno o trabalho tido pelo Serviço de Economia Rural para atender aos desejos dos fundadores da Cooperativa Umbro, traduzindo o mais fielmente possível seus anseios e adaptando às contingências da lei e do meio brasileiro os estatutos e o programa de trabalho.

A Cooperativa recém-fundada tem sua origem no Itália. Em Trevi, na Província de Perugia, fundouse, em 1949, uma Cooperativa com a finalidade de colonizar o Brasil com seus associados. Assim conseguiram congregor 1.500 associados num total de 9.000 pessoas, e um capital realizado de . . . . . 45.000.000 de liras, destinado a fazer face às despesas gerais de administração e viagem da comissão ao Brasil, inclusive despesas de passaporte, transporte de maquinaria de seus associados, etc. A comissão, que se encontra no Brasil, já deu os primei-

ros passos, fundando o Cooperativo Agrícola e Industrial Umbro, sob orientação do Serviço de Economia Rural e escolhendo a local para se fixarem, que é a região compreendido entre Mongorotibo e Paratí, inclusive estes dois municípios.

É o Cooperativo Umbro uma organização interessante, do tipo integral, a primeira a fundar-se na América do Sul. Reune diversos grupos profissionais, que darão seu trabalho pessoal, contando-se: pescadores como todo o equipamento e barcos, inclusive um de 200 toneladas); transportadores (com 40 caminhões); serralheiros (com serrarias); carpinteiros; marceneiros, pedreiros, agricultores; criadores; eletricitistas; técnicos em cerâmica; fabricantes de queijo, etc. Pelo organização que têm, procuram eles bastarem-se a si mesmos, executando as atividades todas as tarefas que forem cometidas à Cooperativa, qualquer que seja o campo em que se lance, existindo, assim, as melhores razões de vitória, pois que as obreiras desse colmeio de trabalho são os interessados no futuro de sua Sociedade.

A escolha da região sul do Estado do Rio, e da fazenda Barro Grande para sua sede, teve em vista as condições potenciais que a região oferece para trabalho de vulto como o que pretende realizar o Cooperativo Umbro.

A fazenda Barro Grande, no município de Paratí, está próxima de grandes centros consumidores como Niterói, Distrito Federal e Santos. Por via marítima, a Cooperativa poderá dentro de 6 a 8 horas, lançar sua produção no Distrito Federal, padendo se quiser, utilizar-se do Estrodo de Ferra Central do Brasil, no trecho entre Mongorotibo e D. Pedro II.

Tendo em vista o programa que o Cooperativo pretende executar, a fazenda Barro Grande se apresenta como o tipo ideal. Cinco quilômetros de praia, possibilitando a exploração do pescado; matas permitindo a imediata exploração de madeiros, pelo já existência de força e uma serraria; alario e borro permitindo o fabrico de tijolos, telhas e cerâmica de luxo; palmitol, permitindo, não só a industrialização do palmito, como do bebida denominada assol, grandemente consumida no Amazônia; cêrco de 800 alqueires ou mais de terras, permitindo a lavoura mecanizada, terras essas profundas e bem dosadas nos seus elementos constituintes; terras para criação; altitudes diversas permitindo várias culturas como: arroz, feijão, milho, cana de açúcar, verduras, frutos (tropicais e européias) e batatinha (*Solanum tuberosum*) principalmente por ocasião da escassez no Distrito Federal (inverno), desde que irrigada.

Embora resumidamente, está potente o grande campo de ação que pode desenvolver o Cooperativo Umbro no Brasil, disposta, como dispõe, de dois grandes fatores na produção: pessoal abundante, especializado e rigorosamente recrutado, o maquinário. Falta apenas o financiamento.

Existe um contrato de opção de compra por parte do Cooperativo para o Fazenda Barro Grande pelo valor de Cr\$ 20.000.000,00.

O Governor italiano, visando naturalmente assegurar condições de vida aos seus súditos, não per-

mitirá o saído dos sócios da Cooperativa italiano para o Brasil, sem que seus diretores provem a existência dessas condições. A garantia de um empréstimo o ser feita à Cooperativa no Brasil, naturalmente dentro das condições do crédito especializado, possibilitará a imigração desse valiosíssimo contingente humano para o Brasil.

É evidente a importância desse acontecimento para o Estado do Rio de Janeiro. Ao governo e aos seus órgãos de crédito se apresenta agora ocasião de um procedimento capaz de projetar à posteridade aquele que o encabeçou.

A colonização de base cooperativa deve ser encarada como função social e não como função comercial.

Todos sabem a valiosa contribuição do colono italiano na mobilização agrícola do Brasil. Não sairá atualmente, emigrante italiano à não ser cooperativado, donde o duplo valar desses preciosos levais imigratórios.

Ao governo cabe medir a sua enorme responsabilidade nesse setor vital.

(Do Serviço de Economia Rural)

**avevita**  
RAÇÕES PRENSADAS

**SUINOVITA**  
RAÇÕES PRENSADAS

D'AQUI NINGUEM ME TIRA...

**GADOVITA**  
RAÇÕES PRENSADAS

**EQUINOVITA**  
RAÇÕES PRENSADAS

**GADOVITA**  
RAÇÕES PRENSADAS

MOINHO FLUMINENSE S/A  
R. URUGUAIANA, 118 RIO

SECCÃO RAÇÕES BALANCEADAS

TARQUINO

# A Sociedade Nacional de Agricultura e o Ensino Agrícola

ANIVERSÁRIO DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO BELLO"

Reportagem para "A Lavoura" pela Prof. Geralda Goulart da Silveira.

A Sociedade Nacional de Agricultura, que desde 1899 vem dedicando especial atenção ao problema da ensino profissional agrícola, merece, sem dúvida, os mais coloridos aplausos pelo que de prática e objetivo tem conseguido realizar, apesar dos exíguos recursos com que sempre contou.

O exemplo do Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" é eloquente.

Apesar das dificuldades vários, principalmente a elevação sempre constante do custo de vida, vem a Sociedade Nacional de Agricultura mantendo, no Penho, o Escola de Horticultura, "Wenceslão Bello" que obriga, sob regime de Internato inteiramente gratuito, cincoenta filhos de agricultores provenientes dos mais diversos regiões do país.

Essa tenacidade e esse idealismo que sempre nortearam aqueles sob cujos ombros tem estado a direção de tão benemérito instituição, são dignos de registro.

Em 1899, com o Aprendizado Agrícola do Penho e hoje, com o Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" que resultou da transformação daquele, representam cinquenta e um anos de trabalho fecundo e construtivo de que muita pode orgulhar-se o venerando associação de classe.

## O HORTO FRUTÍCOLA DA PENHA E O APRENDIZADO AGRÍCOLA DA PENHA

Em 1899, quando ministro do Viação, Indústria e Obras Públicas o Dr. Severino Vieira, pela ovis ministerial 199 foi o então "Horta Vitícola e Estação Filoxérica da Penha" transferido para a jurisdição da Sociedade Nacional de Agricultura.

Noquelo época, sob o gestão do precloro Dr. José Cordas de Moura Brasil, a Sociedade Nacional de Agricultura transformou o patrimônio que havia recebido, no Horta Frutícola da Penha e no Aprendizado Agrícola do Penha, de que foi primeiro diretor o Dr. Manoel Paulino Covalconti, estabelecimentos que muito contribuíram para o desenvolvimento do agricultura nacional.

O Horta Frutícola do Penha, distribuindo gratuitamente mudos de árvores frutíferas até 1912 e daí por diante, mediante uma módica indenização, muito contribuiu para o desenvolvimento de nossa incipiente fruticultura, principalmente de citricultura que, algum tempo depois, tomou grande impulso.

O Aprendizado Agrícola do Penha, mais tarde denominado Aprendizado Agrícola Wenceslão Bello, deu ao país um elevado número de profissionais, numa época em que poucos eram os estabelecimentos que ministravam o ensino profissional agrícola.

Em 1917, quando então Presidente da República o Dr. Wenceslau Braz, pelo decreto n.º 12.424, de 28 de março, recebeu a Sociedade Nacional de Agricultura e doação definitiva dos terrenos de que estava de posse desde 20 de dezembro de 1899, sob as cláusulas "de inalienabilidade e de não po-

der a mesmo Sociedade destiná-los a outros fins que não sejam os da manutenção, ali, do Horta Frutícola do Penho, os campos de demonstração, de cultivos e criação do Aprendizado Agrícola Wenceslão Bello".

A Sociedade Nacional de Agricultura, cumprindo os dispositivos da doação, sempre montou, às vezes com inauditos esforços tão úteis estabelecimentos, construindo neles numerosos benfeitorios tais como a residência do Diretor, o reservatório de água, o pocilgo, a estrumeira, os estrados, as instalações de água, energia e luz elétrica, os depósitos de máquinas, os oficinas, etc.

## A ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO

Sob a presidência do Dr. Ildefonso Simões Lapes, que sentia a necessidade da remodelação do então Horta Frutícola do Penha e do transformação do Aprendizado Agrícola em uma Escola de Horticultura, que viesse preencher um claro no ensino agrícola da Brasil, grandes modificações aí foram feitas.

Para isso, esse eminente presidente, o quem muito ficou a dever a S. N. A., preparou um "Plano de Remodelação do Horta Frutícola da Penha", que depois de detidamente estudado, foi aprovado pelo Conselho Superior da S. N. A.

Em 1931, o Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório da República, baixou o decreto n.º 20.294 de 12 de Agosto que possibilitou a remodelação do Horta Frutícola do Penha e, conseqüentemente, a instalação do Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

Designado pelo Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, foi encarregado de organizar a remodelação da Horta e a criação da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, o Dr. Manoel Paulino Covalconti. Esse agrônomo, primeiro Diretor de Aprendizado Agrícola do Penha, se desobrigou, com brilhantismo, da missão que lhe fora confiado.

Uma vez aprovado o plano pelo Dr. Morio Carneira, Encarregado do Expediente do Ministério da Agricultura, tiveram início então as obras do Escola de Horticultura Wenceslão Bello, modelar estabelecimento de ensino que, em nove anos, já conta com relevantes serviços prestados à horticultura brasileira.

Não é possível deixar de assinalar o relevante papel que desempenharam em tão grandioso empreendimento o Dr. Artur Torres Filho, atual Presidente da S. N. A., que com tanto interesse e dedicação tem trabalhado pelo engrandecimento da Sociedade, e o Dr. Arrulo Comaro, que desde 1937, data da fundação do Escola, a vem dirigindo com delicção, idealismo e grande acerto, conduzindo-a por uma trilha osinolada por grandes empreendimentos e notáveis conquistas.

## ATA DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO BELLO"

Aos quinze dias do mês de maio de 1937, os dez horas da manhã, no sala da congregação da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", contruido pelo

Sociedade Nacional de Agricultura nos terrenos da Horta Frutícola da Penha, em substituição ao antigo "Aprendizada Agrícola" que ali funcionou durante numerosos anos, presentes as altas autoridades públicas, diretores, sócios e funcionários da referida Sociedade que assinam esta Ata, foi solenemente inaugurada a Escola cuja construção iniciada em 1935, foi possibilitada pelo Decreto do então Chefe da Governação Prvisória, o ilustre e eminente senhor Dr. Getúlio Dorneles Vargas, número 20.294, de 12 de agosto de 1931. Presidente da República, o Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas; Ministra da Agricultura, o Exmo. Sr. Dr. Odilon Braga; Interventor Federal na Capital da República o Exmo. Rev.º Cônego Olympia de Mello; Presidente da Sociedade, o Sr. Dr. Ildelfonso Simões Lopes; 1.º Vice-presidente, em exercício, Sr. Dr. Arthur Torres Filho; diretor da Horta e da Escola Dr. Antonio de Arruda Comara. E, para constar, foi lavrada a presente, que vai por todos assinada. Getúlio Vargas, Odilon Braga, Ildelfonso Simões Lopes, Arthur Torres Filho, Antonio de Arruda Comara, Geraldo Goulart da Silveira, Adriano Dantas, Diogenes Caldas, Evarista Leitão, Fabio Luz Filho, Roberto Dias Ferreira, Luis Marques Paliano, Eurico Santos, Manoel Coutinho dos Santos, José Marques Sarobanda, Maria Guedes, Julio Hamem Jarge, Luiz de Almeida, Joaquim Ignacio, Helton da Silveira Grillo, Alvaro Simões Lopes, Kurt Rapsald, Manoel Gonçalves de Freitas, Domingos Faria, Guiomar de Arruda Comara, Jaana de Arruda Comara e outros.

#### Programa comemorativo da aniversária da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

A direção da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" e o Clube Agrícola "Miguel Calmon" organizarão para a semana de 8 a 15 do corrente, o seguinte programa comemorativo da aniversária do tradicional estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela Sociedade de Agricultura.

#### Palestras

Dia 8 às 16,00 horas: "Organização da classe rural", pelo Professor Antonio Arruda Comara e às 19,00 horas, "Fiscalização das sementes importadas", pelo Assist. André da Silva Neto.

Dia 9, às 16,00 horas: "Apicultura", pelo Prof. Guorocy Cobral Lavor, acompanhado de projeção cinematográfica e às 19,00 horas "Importância das muses escolares", pelo Assist. Agrícola Castello Borges.

Dia 10, às 16,00 horas: "Higiene das habitações rurais", pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

Dia 11, às 16,00 horas: "Broca do café", pelo Prof. Jalmirez Guimarães Gomes, acompanhado de projeção cinematográfica e às 19,00 horas "Impartância da classificação dos produtos agrícolas", pelo Assist. Severino Gonçalves Comara.

Dia 12, às 16,00 horas: "Grandes vultos da história nacional" pelo Prof. Subael Mogalhães da Silva.

Dia 13, às 17,00 horas: "Elementos que valorizam uma propriedade agrícola", pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.

#### Programa esportivo

Dia 14, das 10,00 às 12,00 horas haverá competições esportivas com prêmios oferecidos pela Escola, pelos professores e pelo Clube Agrícola "Miguel Calmon".

#### Sessão comemorativa

Dia 15 às 20,00 horas haverá sessão comemorativa da aniversária da Escola com a presença de todo corpo docente, abedecendo ao seguinte programa:

- a — abertura pelo Dr. Antonio de Arruda Comara, diretor da Escola;
- b — discurso do aluno José Antonio Simões Lopes em nome do Clube Agrícola Miguel Calmon;
- c — discurso do aluno do 2.º ano Joel de Almeida Freire;



ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO

Grupo de alunos da modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura, quando se dirigiam para uma aula prática acompanhados do Professor Geraldo Goulart da Silveira

- d — discurso do aluno do 1.º ano Jovinião Pontes Ribeiro;
- e — palestra sobre "Realizações do Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", pela prof. Geraldo Goulart da Silveira;
- f — encerramento pelo Prof. Antonio de Arruda Comara.

A sessão comemorativa teve início às vinte horas do dia 15 conforme havia sido anunciada, sob a presidência do Dr. Antonio de Arruda Comara, diretor da Escola, estando o meso constituído pelos professores Geraldo Goulart da Silveira e Pedro Goulart da Silveira Filho, pelos assistentes Severino Gonçalves Comara, André da Silva Neto e Antonio Albani, pelo Sr. Adriano Dantas, Administrador do Horto e senhores Aloisio Fonseca, auxiliar de ensino e José Antonio Simões Lopes, presidente do Clube Agrícola.

Aberta a sessão, pelo Diretor, foi dado, sucessivamente a palavra aos alunos José Antonio Simões Lopes, Joel de Almeida Freire e Jovinião Pontes Brito que falaram, respectivamente, em nome do Clube Agrícola Miguel Colmon, dos alunos do 2.º ano e dos alunos do 1.º ano, cujos discursos estão transcritos, em outro local, usou da palavra, em seguida, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, decano da congregação que, em um inciso improvisado fez uma síntese das realizações da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em seus treze anos de trabalho fecundo em prol do desenvolvimento do ensino hortícola entre nós, sob a esclarecida direção do Dr. Antonio de Arruda Comara.

Procedeu-se a seguir, a entrega de prêmios cuja relação encontro-se adiante.

Encerrando o solenidade, usou do palavra a Diretor da Escola, Dr. Antonio de Arruda Comara que, em um vibrante improvisado teceu comentários sobre o oato que, tão festivamente comemoram, anualmente, com invulgar idealismo e satisfação, diretores, professores, funcionários e alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

**Discurso do Presidente do Clube Agrícola Miguel Colmon, estudante José Antonio Simões Lopes, aluno do 2.º ano.**

Ilmo. Sr. Diretor, senhores professores, sr. administrador, meus senhores, caras colegas. A data de hoje, assinala a 13.ª aniversário da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". E eu, como presidente do Clube Agrícola Miguel Colmon, sinto-me honrado em vos dizer nesta solenidade, algumas palavras acerca de dato tão auspiciosa. Procurarei traduzir meus sentimentos em linguagem simples, pois falta-me preparo intelectual. O Clube Agrícola Miguel Colmon, foi fundado a 20 de Abril de 1946, pela diretoria desta Escola, e com o colaboração dos professores e alunos. Desde a data de sua fundação, vem contribuindo junto a Escola na formação de profissionais, capazes de resolver os problemas que estão ligados à vida rural. O nosso Clube Agrícola, como as demais instituições congêneres, tem por objetivo inculcar no nosso mocidade, o entusiasmo, o amor pela vida rural, através de conhecimentos técnicos e práticos que visam tornar a atividade rural lucrativa e agradável. O Clube Agrícola Miguel Colmon, vem realizando palestras educativas com a colaboração valiosa dos professores, no setor que diz respeito ao ensino agri-



# Mãos

que espalham

## SALITRE DO CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, trator, e colher 3 alqueires — pois só o economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforço a produtividade do solo Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE  
Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRÍCOLAS

RUA FLORENCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO — AV. GRAÇA ARANHA, 226-2.ª and  
— RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DUMONT, 227 — BELO HORIZONTE

cola, vem prestando auxílio às diversas escolas que também têm os seus clubes agrícolas. Este objetivo vem sendo obtido pela cooperação conjugada de alunos, diretor, professores, administrador e demais auxiliares desta escola. O nosso Clube, por sua vez vem prestando, na medida do possível auxílio técnico e moral, a outros clubes semelhantes existentes em outros escolas. Esperamos daqui para diante ampliar cada vez mais o raio de nossas atividades e, para isso estamos certos que não nos faltará o apoio eficiente que temos recebido até agora por parte dos colegas e das senhoras membros do corpo docente. À escola "Wenceslão Bello" a credora e incentivadora do nosso Clube a nossa saudação sincera.

**Discurso do estudante Joel de Almeida Freire, aluno do 2.º ano, em nome dos veteranos**

Ilmo. Sr. Diretor, Senhores professores, sr. administrador, meus senhores, caros colegas. Nesta solenidade em que o Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" comemora a seu décimo terceiro aniversário, me foi dada a honra de falar, representando a classe do 2.º ano. Indicado para tão honroso encargo, não me envergo absolutamente, pois reconheço não ser capaz de transmitir em frases eloquentes a objetividade destas palavras.

Ao ensejo desta comemoração, nós, alunos do 2.º ano, levamos aos novos alunos a nossa saudação e amizade; estendemo-lhes os mão para que, unidos pela mesma causa possamos prosseguir com entusiasmo. Edifiquemos muralhas em torno de nós mesmo afim de defendermos o nosso lema: "Lutar e Vencer", isto é, estudar com afin, trabalhar em prol do nosso futuro, cumprindo com todos os deveres da vida escolar — isso para que, mais tarde possamos ver corado de êxito o nosso esforço, tornarmo-nos homens capazes de resolver nossos problemas, e dentro da nossa capacidade profissional, resolver problemas agrícolas em diversos pontos do nosso país.

Unidos sejamos enquanto nos encontramos juntos sob o teta da nossa Escola, procurando corresponder a expectativa dos nossos professores, procurando compreender a objetividade do ensino que estamos recebendo.

Quando daqui sairmos, havemos de nos separar para lugares diferentes, não nos separemos porém pela maneira de agir e proceder. Procuremos revelar e propagar os conhecimentos que aqui adquirimos, se algum o fizermos estamos realizando uma grande obra pelo Brasil e elevando o nome e a tradição da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". Sejam bem-vindos senhores "calouros", eu, em nome da segunda ano vos recebo com amizade. Tenho dito.

**Discurso do estudante Joviniano Pontes Brito, aluno do 1.º ano, em nome dos calouros.**

Ilmo. Sr. Diretor, Senhores professores, meus senhores e senhoras, prezados colegas. Em nome dos alunos do 1.º ano e do curso prévio, venho neste momento solene agradecer de coração, os sentimentos de gratidão, pela prova de distinção e amizade que ora nos foi dada pelos nossos colegas do 2.º ano. Desejaria neste momento possuir capacidade intelectual, para melhor externar os nossos agradecimentos, e corresponder nestas palavras, o gesto brilhante das nossas companheiras de estudo. É pelas meus companheiros e por mim em particular, que prometo: haremos de corresponder ao apelo que nos foi feito, o amanhã, quando formos também veteranos, haveremos de orientar os nossos colegas calouros que nos

precederem, portanto nós, calouros de hoje e veteranos de amanhã, vimos agradecer penhoradamente aos nossos colegas e amigos do 2.º ano.

**Relação do prêmios o do alunos premiados**

Prêmio "Miguel Calmon" — José Antonio Simões Lopes — Presidente do Clube Agrícola Miguel Calmon — aluno do 2.º ano.

Prêmio Prof. Antonio de Arruda Comara — Joel de Almeida Freire — aproveitamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Dr. Luis Simões Lopes — Lucas Martins de Abreu — aproveitamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Dr. Ildefonso Simões Lopes — Luis da Silva Cezar — aproveitamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Sociedade Nacional de Agricultura — José de Oliveira — aproveitamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — Joviniano Pontes Brito — aproveitamento — aluno do 1.º ano.

Prêmio Fundação Getúlio Vargas — José Bernardes — aproveitamento — aluno do 1.º ano.

Prêmio Serviço de Informação Agrícola — Djalma Bandeira Lima — aproveitamento — aluno do 1.º ano.

Prêmio Prof. Geraldo Gaulart do Silveira — Edson Costa Rodrigues — aproveitamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Prof. Subael Magalhães do Silva — Jair Miranda — comportamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Prof. João Mareiro Bartholo e Jalmiréz Guimarães Gomes — Alfredo Fornazelli — comportamento — aluno do 2.º ano.

Prêmio Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho — Sinval Martins dos Santos — estudo a noite — curso prévio.

Prêmio Prof. Amaury Silveira e Pedro Pais Barros — Bertoldo José de Moura — estudo a noite — curso prévio.

Prêmio Assist. Agrícola Castella Borges e Severino Gonçalves Comara — Antonio Malheiros — estudo a noite — aluno do 1.º ano.

Prêmio Dr. Arthur Tarres Filho — José Lauredo — estudo a noite — aluno do 2.º ano.

Prêmio Adriano Dantos — Rubem Henrique Jacundá — T. Práticos — curso prévio.

Prêmio Assit. André da Silva Neto e Antonio Albani — Newton Rousa de Moura — T. Práticos — aluno do 1.º ano.

Prêmio Prof. Mannel Paulino Cavalcanti e Henrique Vaz — José de Almeida Nogueira — T. Práticos — aluno do 2.º ano.

**Competições esportivos promovidos pelo Clube Agrícola Miguel Calmon em comemoração do 13.º aniversário do Escola de Horticultura "W. Bello".**

Prêmio Sociedade Nacional de Agricultura — (Corrida do bastão — menores) — Vencedor; Geraldo Raimundo.

Prêmio Fundação Getúlio Vargas — (Corrida de bastão — maiores) — Vencedor; Lucas Martins de Abreu.

Prêmio Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — (Corrida de saca — maiores) — Vencedor; Rubem Henrique Jacundá.

Prêmio Dr. Luis Simões Lopes — (Corrida de agulha — menores) — Vencedor; Djalma Bandeira.

Prêmio Dr. Antônio de Arruda Comara — (Comer ninçá — menores) — Vencedor; Antônio Malheiros.

Prêmio Clube Agrícola "Miguel Calmon" — (Cor-

rido de saco — menores) — Vencedor: Edison Fernandes.

Prêmio Dr. Arthur Tôres Filho — (Corrida de agulha — maiores) — Vencedor: Newton Rosa de Moura.

Prêmio Prof. Geraldo Goulart da Silveira e Assist. Agrícola Castello Borges — (Camer maçã — maiores) — Vencedor: Antônio Segurado.

Prêmio Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho e Assist. Severino Gonçalves Câmara — (Quebra pote — menores) — Vencedor: Almir Coelho de Souza.

Prêmio Prof. Subael Magalhães da Silva e Assist. André da Silva Neto — (Quebra pote — maiores) — Vencedor: Odimar da Silva Romalho.

Prêmio Prof. Jalmir Guimarães Gomes e Assist. Antônio Albani — (Corrida de ovo na calher — me-

nores) — Vencedor: Mozart Dantos.

Prêmio Prof. Aniquiry Silveira e Pedra Pais Borros — (Corrida de ovo na calher — moiores) — Vencedor: Alfredo Fornazelli.

Prêmio Dr. Mário Vilhena e William Simão — (Saltar obstáculo e opanhar bastão — menores) — Vencedor: José Seraphim.

Prêmio João Moreira Bortolo e Flávia Mesquita — (Saltar obstáculo e apanhar bastão — moiores) — Vencedor: Sival Martins dos Santos.

Prêmio Prof. Luis Alves de Matos — (Cabo de guerra) — Vencedor: José Bernardes, Geraldo Raimundo, José de Almeida Nogueira, Rubem Oenrique Jacundá e João José Barbosa.

Prêmio Adriano Dantos — (Corrida de corniça) — Vencedores: Mozart Dantos e Geraldo Raimundo.

## A LUTA CONTRA O ABORTO BOVINO (BRUCELOSE)

JORGE VAITSMAN

Médico-Veterinário

Já por diversas vezes temos tomado a atenção de nossos leitores, advertindo-os para o grave perigo que os bovinos atacados de **abôrto infeccioso** (Brucelose) representam para a saúde humana. A doença no animal é, de certa modo, benigna, pois a vaca que aborta logo se refaz e, ao fim de algum tempo, mostra tôdo aparência de boa saúde e normalidade. Entretanto, continua ela espalhando, pelo seu leite, principalmente, perigosos micróbios que vão causar doenças grave às pessoas que se alimentam daquêlê praduto, diretamente ou sob a forma de seus subprodutos, como o queijo, etc.

É também, doença de consequências econômicos mós para o criador, pois ela se espalha com muita facilidade, durante muitos anos a rebanho atingido apresenta grande percentagem de obôrtos, com reflexo na queda da produção leiteira. Infelizmente, não é doença que posso ser curada, ainda, com facilidade. Em muitas países, inclusive no Brasil, já existem leis que recomendam o sacrifício, com indenização, dos animais atingidos pelo **obôrto infeccioso**. Não é esta uma doença fácil de evitar na fazenda, com vacinação rotineira, como são a Peste do Manqueira, o Carbúnculo Verdadeiro, a Raivo, etc. Isto não quer dizer que a doença nãa posso ser combatida. Pode sim, mas não basta a

ação nem o desejo porticular do criador, como nos outros casos citados. A luta contra a Brucelose exige íntimo cooperação do criador com os veterinários, principalmente as profissionais sanitaristas do Ministério da Agricultura. O criador interessado no desaparecimento da doença em sua fazenda deve, inicialmente, solicitar de um serviço oficial, a identificação dos doentes e disseminadores, o que só é possível depois do exame de sangue de todos os bovinos da fozenda. Os reogentes, isto é, os que apresentarem "exame de sangue positivo" devem ser afastados do rebanho e sacrificado. É a única medido eficiente. Os animais novos, sujeitos à doença, devem ser vacinados com a Vocina Antibrucela, mas esta vacinação só deve ser executada pelos veterinários oficiais. No mercado de drogas veterinárias, a criador encontrará, talvez à venda produtos aconselhados para a vacinação contra a abôrto (brucelose). Entretanto, nãa deve usá-las em seu rebanho por conta e risco próprios. A luta contra a Brucelose, para ser radical e eficiente exige um rígaroso contrôle oficial. É por issa que odvertimos os criadores contra os perigos de usar tais vacinas por sua iniciativa particular. Neste, como em muitos problemas pecuários, torna-se indispensável que o criador procure a orientação e aceite as recomendações dos serviços públicas especializados.

# PROGRAMA DOS TRABALHOS DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DA FEBRE AFTOSA

DE 5 A 11 DE SETEMBRO DE 1950

## Terça-feira, dia 5

Às 9 horas — Sessão preparatória.

Às 14 horas — Sessão de instalação com a presença de autoridades e Comissões da Agricultura, da Câmara e do Senado.

Discurso do Sr. Diretor Geral da Departamento Nacional da Produção Animal.

Conferência do Dr. Silvia Tarres.

Às 20 horas, reunião da 1.ª Comissão Relatora.

## Quarta-feira, dia 6

Às 9 horas — Reunião da 2.ª Comissão Relatora.

Às 14 horas — Continuação dos trabalhos da 2.ª Comissão Relatora.

Às 20 1/2 horas — Conferência do Prof. Otto Woldmann.

## Quinta-feira, dia 7

Às 8 horas — Visita às instalações da quilômetro 47, saindo as ônibus da Praça Quinze, Edifício da Caça e Pesca.

Almôço no restaurante da Universidade Rural.

## Sexta-feira, dia 8

Às 9 horas — Reunião da 3.ª Comissão Relatora.

Às 14 horas — Sessão plenária.

Às 20 1/2 horas — Conferência do Dr. Alfredo Telles Giran.

## Sábado, dia 9

Às 9 horas — Sessão plenária.

Às 14 horas — Reunião da Comissão Organizadora do Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa.

## Domingo, dia 10

Às 9 1/2 horas — Continuação dos trabalhos da Comissão Organizadora do Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, até a sua conclusão.

## Segunda-feira, dia 11

Às 9 horas — Sessão plenária para discussão e aprovação do Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa.

Às 21 horas — Jantar de encerramento com a presença do Sr. Ministro da Agricultura e Diretor Geral do D.N.P.A.

## MINISTERIO DA AGRICULTURA

### Divisão de Defesa Sanitária Animal

Ria de Janeiro, D. F.

Em 21-7-50.

Do Presidente da Comissão Organizadora

Ao Sr. Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura — N. Capital.

**Assunto:** Transmite regulamenta e programa dos trabalhos da 1.ª Conferência Nacional de Febre Aftosa.

Senhor

Tenho a honra de vos transmitir incluídos, o regulamenta e o programa dos trabalhos da Primeira Conferência Nacional de Febre Aftosa, que deverá

realizar-se nesta Capital de 5 a 11 de setembro próximo, de acordo com a Lei n.º 493, de 19 de novembro de 1948.

Tratando-se de uma assembléa que estudará assunto de mais alta importância para o desenvolvimento da economia do país, no setor da pecuária, onde a incidência da zoonose em foco vem repercutindo desastrosamente, inibindo os esforços empregados na política de aumento da produção e contribuindo ao desequilíbrio, cada vez mais em evidência, entre as estoques disponíveis e às exigências do consumo, estou certa que a matéria receberá a apatia da vossa valiosa cooperação.

Silvo-me da enseja para renovar as meus votos de estima e consideração.

Aluizio Lobato Valle

Presidente da Comissão Organizadora

## 1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE FEBRE AFTOSA

### RESOLUÇÃO

Por iniciativa do saudoso Deputado Dr. Maurício Grocco Cardosa foi proposta a convocação da 1.ª Conferência Nacional de Febre Aftosa, mediante projeto apresentado e brilhantemente justificado no Congresso Nacional, sendo posteriormente, assinado o Decreto n.º 26.343 de 10 de fevereiro de 1949, abrindo crédito especial destinado à sua realização.

### REGULAMENTO

Art. 1.º — A 1.ª Conferência Nacional de Febre Aftosa será realizada na Ria de Janeiro, de cinco a onze de setembro de 1950, sob o alto patrocínio de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, pela Ministério da Agricultura em colaboração com as Secretarias da Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, Associações Rurais e Instituições Científicas que se dedicam ao estudo dessa virose.

Art. 2.º — A Conferência terá por finalidade debater o tema apresentada e sugerir diretrizes ao desenvolvimento de uma grande campanha de combate à Febre Aftosa.

Art. 3.º — O Presidente da Comissão Organizadora, designada pela Portaria n.º 71 de 20 de dezembro de 1949 do Sr. Diretor Geral do D.N.P.A., reunirá as membros da Conferência para uma Sessão Preparatória, com o objetivo de aclamar:

1.º — O Presidente de honra.

2.º — A Mesa Diretora da Conferência, constituída de:

- a) um Presidente
- b) três Vice-presidentes
- c) um Secretário Geral
- d) três Secretários.

3.º — Três Comissões Relatores.

### DAS SESSÕES

Art. 4.º — Além das sessões de instalação e encerramento, haverá tantas sessões plenárias, quantas forem necessários a juízo do Presidente da Conferência, que os convocará anunciando a respectiva ordem do dia.

Art. 5.<sup>o</sup> — O Presidente da Conferência distribuirá pelas Comissões competentes as contribuições apresentadas e os assuntos do temário a serem relatados.

Art. 6.<sup>o</sup> — Nas sessões plenárias serão discutidas e votadas as recomendações e as resoluções das diferentes Comissões.

Art. 7.<sup>o</sup> — As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente voto de desempate.

#### DAS COMISSÕES

Art. 8.<sup>o</sup> — Cada Comissão Relatora terá um presidente e um secretário, eleitos pelas seus membros.

Parágrafo único — O Presidente designará um relator para cada trabalho ou assunto do temário a ser tratado na Comissão.

Art. 9.<sup>o</sup> — As Comissões estudarão as propostas apresentadas, fundamentando, por escrito o seu parecer.

Art. 10.<sup>o</sup> — Além do julgamento dos trabalhos submetidos à apreciação, as Comissões apresentarão também ao plenário, pareceres sobre o matéria incluído no programa da Conferência.

Art. 11.<sup>o</sup> — Haverá sessões das Comissões sempre, que os seus respectivos presidentes as convocarem.

Art. 12.<sup>o</sup> — O Presidente da Conferência designará uma quinta Comissão, de nove membros, incumbida de organizar o PLANO NACIONAL DE COMBATE À FEBRE AFTOSA que será discutida nas últimas sessões plenárias.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13.<sup>o</sup> — A Comissão Organizadora providenciará a publicação das recomendações da Conferência e dos trabalhos aprovados.

Art. 14.<sup>o</sup> — As dúvidas que surgirem na interpretação deste Regulamento e as omissões que nele se verificarem, serão resolvidas pelo Presidente da Conferência.

## Noticiário da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

### III Semana do Hortelão

Realizar-se-á na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", sob os auspícios e orientação da Sociedade Nacional de Agricultura e da Fundação Getúlio Vargas, com a colaboração do Ministério da Agricultura, e da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, o III Semana do Hortelão.

Durante o período de 3 a 9 de Julho, hospedará a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", sob regime de internato inteiramente gratuito, vinte e cinco lavradores do Distrito Federal e de outros Estados, que assistirão aulas, demonstrações práticas, palestras, etc., sob os mais variados problemas relacionados com a horticultura.

Além dos internos admitirá ainda o Escola, matrículas sob regime de externato, também gratuito, para todos os interessados nos problemas da horticultura.

### Semana do Fazendeiro

Representará a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" no Semana do Fazendeiro da Universidade Rural, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, que foi, pelo Reitor da U.R., convidado para integrar o Comissão Executiva do referido certamen.

### Cursos Práticos

Serão realizados no período de Julho a Setembro, na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em colaboração com o Fundação Getúlio Vargas, os seguintes Cursos Práticos:

- Melharamento do Solo;
- Organização de Herbários;
- Restauração de Pomares;
- Economia e Administração Rural;
- Floricultura;
- Cultura de Hortaliças Folíáceas;
- Contabilidade Agrícola;
- Apicultura.

Da mesma forma que todos as outras cursos ministrados na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", os atuais serão inteiramente gratuitos.

### Designação de professores

Foram designados para lecionarem nos Cursos Práticos em colaboração com a Fundação Getúlio

Vargas, os Professores Geraldo Goulart da Silveira, Subael Magalhães da Silva, Guaracy Lavor, Pedro Goulart da Silveira Filho e os assistentes Agrícola Costello Borges e Severino Gonçalves Comaro.

### Clube Agrícola Miguel Colmon

Continuam muito animadas as atividades do Clube Agrícola Miguel Colmon, constituído pelos alunos do Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

É Diretor do Clube, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, e Presidente, o estudante José Antonio Simões Lopes, aluno do segundo ano.

### Movimento da Escola em 1949

Foi o seguinte o movimento de matrículas o ano passado, na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello":

- Cento e quatro alunos nos cursos permanentes, que funcionam sob regime de internato;
- Seiscentos e oitenta e quatro alunos nos Cursos Práticos, que funcionam sob regime de externato;
- Cento e sessenta e dois alunos nos Cursos de Extensão, que funcionam sob regime de externato.

Conforme se verifica, passaram pela Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", em 1949, **novecentos e cinquenta alunos**, o que é um índice bastante expressivo do que vem realizando a Sociedade Nacional de Agricultura em prol do ensino horticola no país.

### Uma expressiva homenagem

No dia 15 de Maio, data do aniversário da Escola, foi prestado ao Dr. Antonio de Arruda Comaro, que a dirige desde 1937, uma expressiva homenagem pelo passagem de mais um aniversário de sua fecunda administração, usando da palavra, em nome do corpo docente, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, em nome do corpo discente os estudantes Edsán Costa Rodrigues e Joviniano Brito e em nome do Clube Agrícola, o estudante José Antonio Simões Lopes.

# AUMENTE SUAS SAFRAS

diminuindo o custeio — com o **TRATOR**

# FORD

Visite o seu Revendedor Ford e peça uma demonstração do Trator Ford. Ficará impressionado, antes de tudo, com sua rapidez: a rapidez com que ele chega ao local de trabalho; a rapidez com que é engatado o implemento (em 1 minuto ou menos!); a rapidez com que faz as curvas; a rapidez com que ara até em terrenos ainda não roçados! Um exemplo? *Ford ara, em média, 2-1/2 hectares em um dia, e gradeia 1 hectare por hora!*

Mas o Trator Ford lhe oferece ainda muitas outras qualidades: é extremamente econômico, é facilíssimo de manejar, oferece absoluta segurança, dispõe de uma linha completa de implementos especialmente construída para trabalhar com Ford.



**O TRATOR  
FORD  
EXECUTA  
SERVIÇOS LEVES  
E PESADOS**

Graças ao novo sistema de Engate em 3-Pontos — importante inovação Ford — a tendência de o implemento levantar, ao encontrar a resistência do solo, é transformada em maior aderência das rodas traseiras, o que aumenta sua força de tração, igualando-a à de tratores mais pesados.

## ALGUMAS VANTAGENS DO CONTRÔLE HIDRÁULICO FORD



1. Permite transportar os implementos suspensos de solo, economiza tempo, são danificos o implemento, nem o estrada.



2. Permite ascetas curvas fechadas, aumenta o rendimento do trabalho e economiza gasolina.



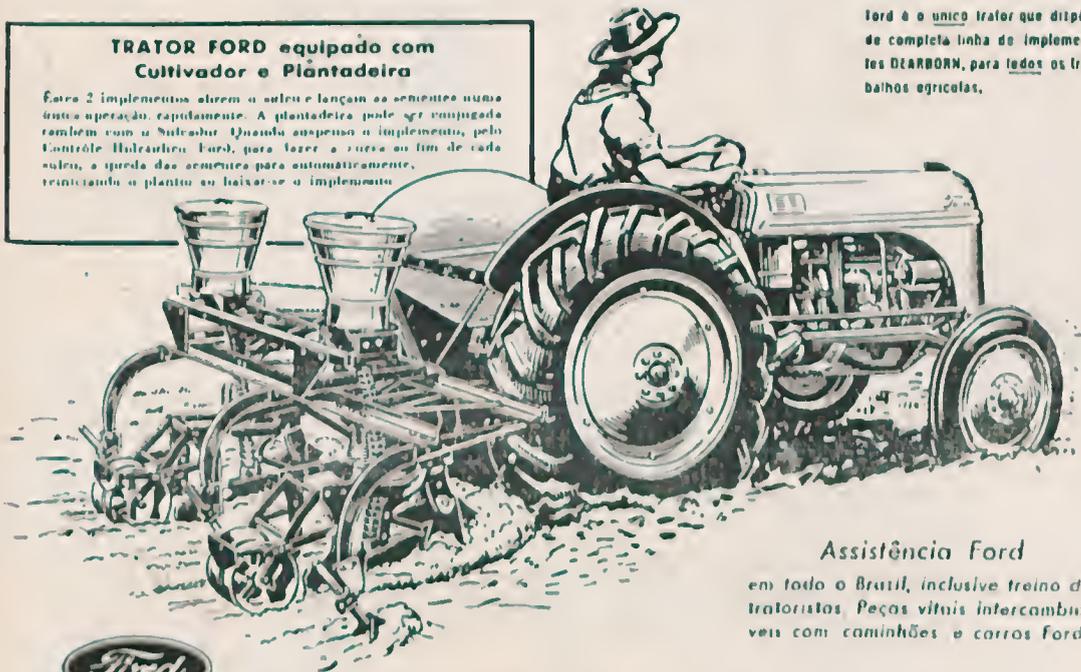
3. Regula automaticamente a profundidade do implemento, em terrenos acidentados ou elagados.



Ford é o único trator que dispõe de completa linha de implementos DEARBORN, para todos os trabalhos agrícolas.

### TRATOR FORD equipado com Cultivador e Plantadeira

Entre 2 implementos além o sulco e lançam os sementes numa única operação, rapidamente. A plantadeira pode ser conjugada também com o Sulcador. Quando suspenso o implemento, pelo Controle Hidráulico Ford, para fazer a curva ao fim de cada sulco, a queda dos sementes para automaticamente, reiniciando o plantio ao deixar-se o implemento.



### Assistência Ford

em todo o Brasil, inclusive treino de tratoristas. Peças vitais intercambiam com caninhões e carros Ford!



**FORD MOTOR COMPANY**



**produtos**



**veterinários**



**PINHEIROS**

CAIXA POSTAL 951 - SÃO PAULO

942

# ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

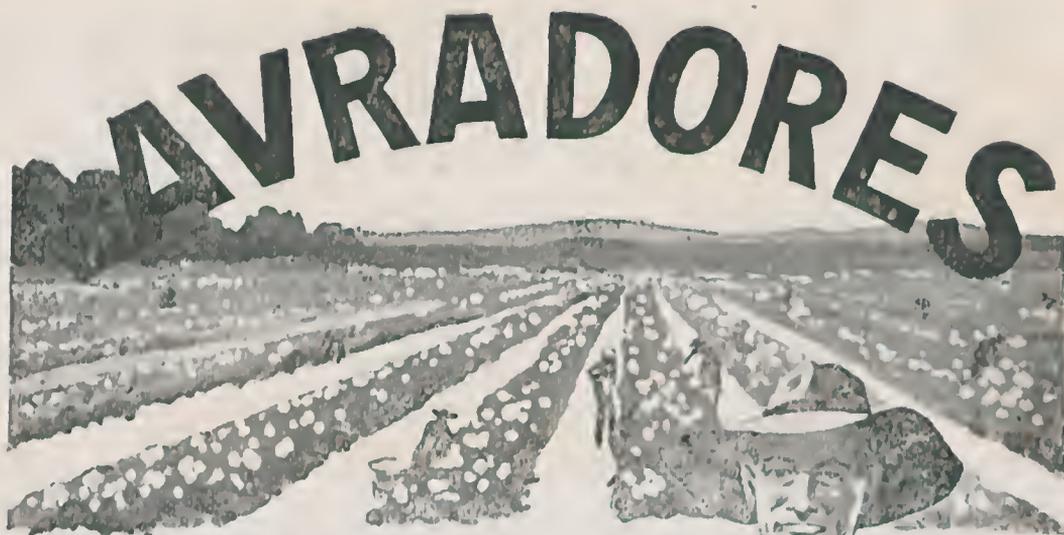
ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



"A Casa da Agricultura", sede em construção da Sociedade Nacional de Agricultura, à Av. Presidente Justo, ergue-se rapidamente. A estrutura em concreto armado já atinge, aí, o 2º pavimento. Foto batida em 16 de outubro.

ANO LIV

RIO DE JANEIRO — BRASIL  
SETEMBRO - OUTUBRO, 1950



Com o uso dos produtos agrícolas "ELEKEIROZ"  
suas plantações se tornarão mais rendosas e esta-  
rão protegidas contra as pragas da lavoura

•  
Adubos Químico-Orgânicos  
"POLISÚ" e "JÚPITER"

•  
SUPERFOSFATO "ELEKEIROZ"  
20 - 21% P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>  
INSETICIDAS e FUNGICIDAS  
à base de DDT BHC e outros

•  
FORMICIDA "JÚPITER"  
"O carrasco da saúva"

•  
ARSENIATOS "JÚPITER"  
de Alumínio e Chumbo

•  
BI-SULFURETO DE CARBONO "JÚPITER"  
(Para expurgos)

Fornecemos indicações para o emprego  
dêstes e de outros produtos de nossa  
fabricação.

PRODUTOS QUÍMICOS "ELEKEIROZ" S. A.  
Rua São Bento, 503 - Cx. Postal, 255 - S. Paulo



S. S. Public. E-66



POÇOS DE CALDAS — Fazenda Santo Aleixo de João Bernardes Junqueira

## S U M Á R I O :

Uma política econômica para o Brasil — Prof. Arthur Torres Filho	3
A política da Terra — Discurso do Sr. Getúlio Vargas	5
Cooperativismo e colonização italiana no Brasil — Dr. Nino Quattrocchi	7
Revisão do Campo	10
Traço — Primeiro, armazéns, depois moendas — Kurt Repold	11
O aproveitamento em restauração da lavoura cafeeira — Dr. Pedro Correio Neto	16
Alibis e corretivos no plano de recuperação econômica e fomento da produção no Estado de Minas Gerais — Geraldo Goulart de Oliveira	20
A indústria nacional de lã — Geraldo Velloso Nunes Vieira	23
Ferramentas, implementos e instrumentos agrários — Antonio de Arruda Comara	27
Cooperativismo, crédito agrícola e cooperação — Fobio Luz Filho	30
Atos da agricultura — Prof. Arthur Torres Filho	36
Problema da algodão no Ceará — J. Protasio Begelo	38
I Cont. Nacional de Febre Amarela	40
Hortário da Escola de Horticultura Wenceslao Belli	40
Condição e manejo da laranja — Jolmirez Gomes	41
Cultura e Interação — Eng. Agr. Geraldo Goulart do Silveira	43
A vacinação no controle da peste suína — José Norberto Macedo	46
Combate aos insetos caseiros — Julio di Parovicini Torres	47

# SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA  
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETULIO DOPNELLE VARGAS
Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EJURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINEAS DE LIMA GUIMARAES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Secretário	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES FOLIANO

## DIRETORIA TECNICA

ALBERTO RAVACHE  
ALFINO DE AZEVEDO SODRE  
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES  
ENIO LUIZ LEITAO  
FRANKLIN DE ALMEIDA  
GERALDO GOULART DA SILVEIRA  
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO  
JOÃO MAURICIO DE MEDFIROS  
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO  
MARIO DE OLIVEIRA

## CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	—	JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	—	JOÃO TAJDEP
ANTONIO BARPETO	—	JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	—	JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	—	JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	—	LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN HUR FERREIRA RAPOSO	—	MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	—	MANOEL NETTO CAMPELLO JUNIOR
DIOGENES CALDAS	—	MARIO VIEHENA
EUVALDO LODI	—	ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	—	OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO EILHO	—	PAULO FERREIRAS HORTA
GUILHERME EGERT HERMSDOEF	—	PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	—	PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS FEINBERG	—	ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	—	RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	—	SEBASTIAO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BILO LISBOA	—	SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	—	WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE  
DOS SEGUINTEs ÓRGÃOS:

Conselha Federal da Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho, Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache, Comissão Central de Preços (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite, Comissão Central de Preços (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra, Comissão Permanente de Estradas de Rodagem (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson, Co-

missão de Organização Rural (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torre. Filho; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; Conselho Permanente de Associações Americanas do Comercio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério de Relações Exteriores) — Dr. Antonio de Arruda Camara

# A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV

SETEMBRO OUTUBRO 1950

## Uma Política Econômica Para o Brasil

Prof. Arthur Torres Filho

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

*No atual momento de depressão econômica, o Brasil, como todos os países tem necessidade de tornar tão eficiente quanto possível a defesa dos mercados internos e assegurar os externos para suas produções. Impõe-se, portanto, a aplicação de medidas que valorisem a produção agropecuária e industrial, generalizando processos técnicos de produção, circulação e distribuição, particularmente de produtos agrícolas e matérias primas.*

*Da resistência que as fontes de produção possam oferecer, neste grave momento da economia mundial, dependerá seguramente o progresso econômico-financeiro do país. Medidas de estímulo e orientação da produção se impoem, de modo a serem encaminhadas as correntes do comércio interestadual e estrangeiro, tendo em vista prevenir-se a superprodução, regularizando o consumo; estabelecendo-se a disciplina econômica mediante estreita colaboração das classes produtoras com o poder público, de modo a que cheguem aos centros consumidores nacionais e estrangeiros, produtos padronizados, e em bom estado de conservação.*

*Os problemas econômicos podem ser de duas ordens: nacionais e internacionais. Sr, em relação aos nacionais, os países podem, dentro de certos limites, defender seus interesses; na esfera internacional, a cooperação se torna indispensável.*

*Acontece, por esse motivo, muitas questões agrícolas e industriais por sua magnitude, só poderem ser resolvidas pela coordenação dos recursos de diversas nações. Conferências internacionais se sucedem para derimir dificuldades que perturbam as relações entre os povos. Sente-se que caminhamos para uma nova era nas relações internacionais, embora as barreiras aduaneiras, de câmbio e outras restrições aumentem sempre, dificultando as permutas.*

*Por toda parte está patente a exigência de uma nova política comercial que afinal restitua ao mundo o ambicionado equilíbrio destruído pela Grande Guerra, cujas graves consequências estamos sentindo na perturbação crescente da vida da humanidade. Atravessamos uma volta da história em que muitos países precisarão decidir se derem ou não prosseguir no caminho até agora trilhado. Isso significa a necessidade do estudo das relações internas para pôr em equilíbrio os ramos da produção porque se assim não acontecer se irá agravando sempre a ordem política e social dentro de cada nação. Isso importa dizer que o Brasil deve traçar, com segurança, ruyos de sua política econômica externa e interna, papel esse que, pela Constituição de 1946 foi conferido ao Conselho Nacional de Economia, que o Sr. Presidente da República, com inspiração patriótica, deu, por bem, criar.*

*Na agricultura e na indústria residem as fontes primárias de atividades fornecedoras dos elementos da expansão econômica dos povos. Até há pouco, as permutas do comércio mundial se vinham mantendo em relativa normalidade, delimitadas as linhas divisorias entre países agrícolas e industriais.*

É evidente que o Brasil, como país novo, com a vantagem de forte crescimento demográfico, embora necessitando de comércio internacional para desenvolver-se, deverá procurar, em primeiro lugar, organizar-se internamente.

Observa-se que vai desaparecendo o privilégio de produção de que gozavam certos países para alguns produtos, confiantes nas riquezas naturais, a cada passo se verificando o desequilíbrio das economias nacionais.

Como palavra de ordem surgiu a preocupação de importar pouco e exportar o máximo, regime esse que criou para o comércio internacional situação a que poucas nações poderão resistir, principalmente aquelas de nível elevado de vida, lutando com outros povos de mão de obra barata e menores encargos sociais.

O Brasil não conseguiu atingir, no intercâmbio comercial, a posição que de direito lhe compete, a pesar dos seus grandes recursos iminentes e das qualidades de energia dos seus habitantes. Muitos produtos nossos têm sido repellidos dos mercados exteriores, outros, a despeito das incontáveis condições propícias do meio, não logram transpor com segurança nossas fronteiras. Recursos naturais não podem mais constituir privilégio, diante dos recursos da ciência.

A evolução econômica tem-se realizado com constantes sobressaltos, acarretando esse fato insegurança para a fortuna pública e particular.

Nos dias que correm, cada nação não procura comprar o que necessita, mas, sim, vender o que produz. Na técnica da produção, como na das transações comerciais, vão os povos procurar meios de vencer a liça da competição.

Quem considere a extensão do nosso progresso econômico, quem procure conhecer o que de fato ele tem trazido ao bem estar, às diversas classes sociais, será forçado a confessar que pouco temos alcançado, recebendo ainda do estrangeiro muito do que poderíamos produzir em nossas terras e que aquilo que produzimos só muito precariamente é lançado no intercâmbio mundial.

Questão magna por excelência nesta hora, de que está dependendo a ordem interna do país e a sua própria soberania, é e será, por longos anos, a da nossa organização econômica.

No domínio do desenvolvimento agrícola podemos destacar os seguintes pontos essenciais: largo emprego da moto — cultura, usando combustível nacional; organização associativa e cooperativa da classe rural; o emprego da genética para o melhoramento das nossas plantas e rebanhos; organização do crédito rural descentralizado, dotando-o de prazos longos e juros baixos, ao alcance dos produtores; revisão de impostos municipais e estaduais, que oneram a produção e circulação dos produtos agro-pecuários; organização de assistência educacional e social das classes rurais; adoção de uma legislação de terras que promova a fixação do homem ao solo, evitando o grave fenômeno social do êxodo para centros urbanos.

Em suma, fácil se torna compreender, pelo exposto, a necessidade de diretrizes seguras para uma política econômica no Brasil, diretrizes essas que pelo artigo 205 da Constituição Federal foram confiadas ao Conselho Nacional de Economia, cuja colaboração com os poderes públicos será, certamente, de alto valor para os destinos do país.

# A Política da Terra

O direito de propriedade, os limites do latifúndio, o elemento humano e o capital — fatores essenciais do problema agrário, que é inevitavelmente econômico-social — Os exemplos paulistas e gaúcho — "Latifúndio geográfico" e "latifúndio social". — Sentido prático a colonização. — O crédito rural, os seguros, as leis do trabalho rural e mecanização e os contratos agrícolas.

Na seu memorável discurso de São José do Rio Preto, Estado de S. Paulo, o então candidato Getúlio Vargas abordou um dos principais temas da nossa economia rural, o problema da terra. Por sua grande repercussão e interesse, aqui a transcrevemos. E tombem como homenagem ao ilustre Presidente de Honra da Sociedade Nacional de Agricultura — que, novamente no governo, por certa data a atenção que merecem os assuntos, como este, tão de perto ligados à nossa agricultura

## "POVO E TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO I

Há anos, nesta mesma cidade, ante o multidão que, em alvura generosa, procurava me cercar com a exteriorização do seu entusiasmo sincero a rádio, e que de mim se via separado pelos cordões do isolamento, não me contive o pedí que fossem eles retirados porque o meu maior anseio era poder misturar-me com o povo, em quem sempre encontrarei compreensão e respeito e do quem sempre recebi carinho e solidariedade.

Continua ainda hoje a pensar e a proceder da mesma maneira. Sou o mesmo homem da ontem, que não receia o contato popular e se sente bem no meio da multidão.

Foi desta terra de São José do Rio Preto, exemplo de trabalho e tenacidade, que conclamei os brasileiros à marcha para o Oeste. Aqui os bandelantes hodiernos arquerem uma cidade que é modelo do progresso e arqonizaram um município que espálho na sua riqueza o espírito empreendedor de seus habitantes. Foi portanto de propósito, que atendendo a essas circunstâncias, escolhi São José do Rio Preto para, nesta minha jornada cívica, falar ao Brasil assuntos relacionados com o tão debatido questão agrário. Não é mal somente nossa, mas de quase todas as países novos, falar-se em reforma agrária onde não há nada a reformar, mas sim o prever e organizar. Nesta altura do progresso social e econômica do Brasil, o do que precisamos é de uma lei agrária que estabeleça, como ponto de

partida para as demais soluções, o conceito social da propriedade. Este conceito já decorre, aliás, da Constituição de 18 de setembro de 1946, quando condiciona o bom uso da propriedade ao bem estar social, e estabelece que a lei poderá promover e justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos, por meio de desapropriações por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia indenização em dinheiro.

O abandono das terras e o interesse social, tendo em vista as necessidades dos centros populosos das grandes cidades, e as exigências técnicas da colonização, é que justificam o desapropriação de terras.

Em face do novo conceito doutrinário que se dá ao direito da propriedade, não posso deixar de forir o questão do latifúndio e do expôr, como candidato de um pederoso parcelo do povo brasileiro, a minha opinião sôbre o assunto.

Num país como o nossa, imenso e despovoado, não podemos tratar de matéria tão debatido, tendo nas mãos, unicamente os cartilhas com que se revindicom, em países da população agrária intensa, melhor distribuição das terras e a revogação do parcelos jurídicos que condições locais alteram.

Basta olhar no Brasil os exemplos do São Paulo e do Rio Grande do Sul, para vermos como onde não ha ranços feudais e propriedade rural se vai, aos poucos, subdividindo — com as portilhas e com a colonização.

O de que necessitamos, portanto, é que não se apreca o latifúndio apenas como uma desmesurada extensão territorial, concentrado numa só mão, mas que o lei a delimite no espaço de modo que possamos estabelecer aqueles diferenciações que um sociólogo americano, com muita propriedade, traçou entre "latifúndio geográfico" e "latifúndio social" e fim de fixar as normas da intervenção do Estado num e noutro caso.

Uma vez definidos o direito da propriedade e os limites de concessão ao latifúndio, podemos apreclar o elemento humano e o capital, que com a terra integram os fatores essenciais do problema agrário, que é, inevitavelmente econômico e social.

Pois despovoado, devemos, por conseguinte, tratar com seriedade os problemas da imigração e da colonização, por meio de leis adequadas ao nosso meio.

Tamns experiências próprias no sul do país. Utilizando-as e consultando as de outros países semelhantes ao nosso, podemos encorar a colonização sob o sentido prático, de modo o acelerar a povoamento do solo, aumentar a produção e, consequentemente, o nosso poderia econômico.

Faz-se mistér, portanto, criar o órgão especializada, capaz de enfrentar questões de tamanho magnitude, resolvendo-as com acôrta e prosseguimento, sem tergiversações, nos rumos adotados.

Como elemento necessário ao sucesso de qualquer programa, nesse terreno, não podem ser esquecidos, o crédito, o seguro, as leis sobre o trabalho rural, a mecanização da lavoura, a legislação sobre contratos agrícolas.

Relativamente ao crédito rural é preciso ter em vista, que deve ele ser distribuída em empréstimos e a prazo suficiente, através da regulamentação em que se discriminem as operações do exercício e do melhoramento, o cuja concessão, em qualquer hipótese, tem que ser efetuado a juros baixos e por aparelho consagrado especialmente a essa finalidade de transação: o futuro Banco Rural Brasileiro.

O Banco do Brasil, os Bancos dos Estados, as Bancos Agrícolas, as Cooperativas e as Coixas de Crédito Rural, que se organizaram de acôrdo com as leis que a respeito forem promulgadas, deverão operar com as ruralistas dentro de juros cujo limite máximo, fixado legalmente, não poderão ser ultrapassadas sob qualquer pretexto.

O crédito, assim disciplinado, facilita o desenvolvimento da mecanização dos nossos lavouras, progresso que o Governô Federal auxiliará por meio de fornecimento a baixo preço de tratores e de outros veículos e motor, através da Fábrika Nacional de Motores e de outros que a Governô venho a construir sob a forma de sociedades mistas.

Todos êsses problemas, pois, requerem solução imediata, que temos de dar, dentro de um plano agrário, nesta altura, já uma exigência das nossas necessidades, e que terá de corresponder à estruturação da economia nacional e à mobilização das nossas recursos inexplorados.

Nenhuma nação, até hoje, pôde proporcionar alegria, bem estar e riqueza ao seu povo, senão organizando sólidamente a exploração rural, base de qualquer progresso industrial.

Terras cobertas de lavouras e campos cheios de rebanhos garantem a estabilidade econômica de qualquer país.

## POVO E TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO!

Neste camponha não me animam sentimentos diferentes daqueles que até hoje têm norteado a minha vida pública.

Não cultivo ódios nem molquerenças, nem ambições; e se me encontro, agora, perante a povo como candidato à Presidência da República é porque não pude deixar de atender à convocação que vinho recebendo dos brasileiros de todas as condições sociais.

Sou do retiro voluntária onde vivi durante três anos, porque o povo de meu País assim a exigiu.

Vim corresponder aos vossos apelos, trabalhadores, e por isso a luta cívica em que me empenho é sobretudo vossa.

Cerrei fileiros em torno dos candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Social Progressista, tanto à Presidência da República, como ao governo desta grande Estado do São Paulo.

Nunca me haveis decepcionado, pois nos momentos em que para vós operei, respondestes sempre com a vossa decidido apoio, com o calor da vossa solidariedade.

Estou certa de que também agora contarei convosco.

As urnas, país!

E até 3 de outubro!"



LAVRADOR:

Inscreve-te sócio da

**SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA**

Informações:

Av. Franklin Roosevelt, 115-6.º

C. Postal 1245 — Tel.: 42-2981

— Rio de Janeiro —

# Cooperativismo e Colonização Italiana no Brasil

pelo DR. NINO QUATTROCCHI

(Presidente da Cooperativa Agrícola "Paraíso",  
fundada em Araruama, Estado da Rio, em julho  
de 1950)

## DEDICATÓRIA

Ao ilustre Dr. Fábio Luz Filho, de quem tive a oportunidade, durante a minha estadia no Brasil, de conhecer e apreciar a clara e amplo visão dos problemas econômicos e sociais d'este grande país, dedico este estudo sobre as possibilidades da colonização ítalo-brasileira, como testemunho da minha mais viva e atenciosa admiração

### 1.º Impressões sobre a imigração no Brasil

Procurei sempre considerar e enfrentar a solução do problema migratório da Cooperativa "Terra do Sal", que tenho a honra de representar legalmente no exterior, sem idéias preconcebidas e sem fáceis paixões, especialmente porque, além do Oceano, os panoramas são muita diferentes dos da Itália.

As recentes experiências que cossorontas decepções, oferecem as mais honestas e práticas indicações para uma serena objetividade de juízos sobre tal problema. Muitas iniciativas de imigração, embora custosamente aparelhadas faliram, especialmente na América do Sul, pelos superficiais conhecimentos locais, induzindo, assim, algumas nações européias a interromper suas correntes de trabalhadores para este hemisfério.

As profundas diferenças existentes entre as várias nações sul-americanas, entre suas várias regiões e frequentemente no interior de uma mesma zona, criam uma pluralidade de pontos de vista às vèzes tão contrastantes, e com diversas características, que não permitem mais uma avaliação de conjunto

E lógica e intuitiva, pois, a necessidade de concentrar tôdas as atenções para qual quer solução que oploine o caminho é que seja o produto de experiências adquiridas "in loco"

O país que possui as condições melhores

para um seguro e amplo desenvolvimento de atividades em todos os campos, é, sem dúvida, o Brasil, que nos honra com a arraigada convicção de que a imigração italiana, no sentido de colonização, é a mais conveniente, pois suas realizações estão merecendo as mais elogiosas referências dos homens responsáveis d'este país.

As possibilidades de realizações de grandes progressos agrícolas dependem principalmente da maneira de fixação das populações em relação às enormes disponibilidades de terra. Grandes empresas de colonização não poderão enfrentar, com tranquilidade e com sucesso, as dificuldades iniciais de suas obras sem dispor largamente do fator tempo.

Não deve prevalecer, portanto, rigidez de critérios para as entendimentos e os projetos, mas uma fluida elasticidade, quando existe uma recíproca boa vontade e as intenções são claras e honestos.

Os que se propuseram solucionar tais problemas e deverão ser os responsáveis pelo encaminamento do poderosa máquina de progresso econômico que é a imigração, não de estor a alturo de sua missão delicodíssimo, escolhidos, direi, quase obrigatoriamente, não entre as categorias de hóspedes flutuantes, mas entre elementos estáveis, sem interferências da burocracia, que habitualmente cria dificuldades com seus formalismos absurdos

Quem escreve confia, pelo menos, para poder iniciar, no capital livre, ainda que modesto, de um núcleo cooperativista, como seró demonstrado em seguida, mais do que nos grossas promessas de intervenção oficial, que quase sempre impedem ou frustam iniciativas de seguro rendimento econômico e social

É indispensável, ao invés, educar, instruir os nossos imigrantes, submetendo-os a um verdadeiro controle pelo aferição de sua idoneidade

É bastante estranho, mas é frequente assistir ao fenômeno de unidades imigratórias que parecem esquecer, nos novos ambientes, os normais hábitos, revelando defeitos absolutamente desconhecidos em seus países de origem. É preciso, pois, o conhecimento psicológico dos fatores mo-

rais e materiais que devem concorrer para o feliz sucesso das empresas de colonização. Geralmente é dura a vida nos países tropicais. Não deve enganar a fácil vegetação de algumas zonas. É oportuno, ao invés, como sempre faço, recomendar, pelo menos inicialmente, que se dê a necessária importância ao clima, ao solo que deve ser lavrado. São necessárias casas confortáveis, próximas de centros habitados, onde poderão encontrar, os trabalhadores, as indispensáveis comodidades da vida.

As migrações internas, num segundo tempo, são muito mais fáceis do que as de além-mar. Por isso não nos deve preocupar se imediatamente não se pensa em instalar homens e famílias nacionais no centro de Mato Grosso ou de Goiás. É necessário evitar tanto quanto possível que os imigrantes caiam em nostalgias, porque os que são destinados à colonização, ainda quando, como acontece nos meus entendimentos se tornem proprietários das terras que cultivam encontrarão, sem dúvida, dificuldades de ambientação às vezes enormes. A colonização é sempre uma aventura material e psicológica que exige plena consciência das dificuldades, coragem, espírito de sacrifício, otimismo, mas, sobretudo, confiança nos trabalhadores. O imigrante italiano, reconhecidamente um elemento de trabalho de alta capacidade produtiva, de iniciativas inteligentes e de hábitos sãos, deve ter a perfeita sensação de que é considerado um fator necessário, apreciado, para o desenvolvimento econômico deste grande país. É preciso que ele não se sinta estranho na vida do novo país e que veja e constate em torno de si, sempre, uma sincera cordialidade e a demonstração de que é estimado como um coeficiente precioso do desenvolvimento econômico da sua nova pátria.

### 2.) Condições para arrojar no Brasil os núcleos cooperativistas

As condições agrícolas do Brasil, acerca da possibilidade de determinar tipos de produção, são vários, desde a Amazônia ao Rio Grande do Sul. Não se conseguiu ainda fixar aspectos especiais à agricultura brasileira. Em geral, prevalece o tipo colonial de cultura. Ainda hoje se fazem grandes raçados para obter terrenos férteis, mas quando estes, por serem pouco tratados segundo as exigências que sua exploração intensiva implica, dão sinais de cansaço, são

abandonados. Hoje, porém, este método, pelo crescente valor das terras e pelas novas diretrizes econômicas do Brasil, está sendo abandonado pois a agricultura vai assumindo um tipo normal.

O exemplo vem nos também da América do Norte, que sofreu este mesmo fenômeno, essencialmente porque, sem a atual evolução dos sistemas agrícolas, e desconhecendo as meios para preservar as terras das erosões, etc., os trabalhadores acabavam transformando em deserto a que era antes um verdadeiro jardim.

Bilhões e bilhões de dólares gastaram e continuam gastando os Estados Unidos para restabelecer o equilíbrio que foi alterado quando, pelas derrubadas, se torna impossível a produção sem as chuvas. Também no Brasil o primeiro alarme foi lançado pelos técnicos de São Paulo, que constataram fenômenos meteorológicos muito importantes em relação ao regime das chuvas. Impõe-se, portanto, o tratamento do terreno para produção do tipo perene, com todos os cuidados necessários para torná-lo mais fértil e estudando a maneira de evitar as erosões, mantendo as chuvas com o reconstituição das matas onde for necessário.

### 3.) A assistência econômico-política e social aos núcleos cooperativistas no atual momento

O atual momento político em relação a história do Brasil destes últimos 50 anos, é, sem dúvida, o melhor para a realização do envio de fortes correntes migratórias da Itália. O aumento sempre crescente da população italiana de cerca de meio milhão de almas por ano, o limitado espaço nacional que não pode conter a nossa Pova, as desocupações que dêsse estado de coisas derivam, são tão graves, que não permitem delongas em abrir tão preciosa válvula de salvação.

Não são suficientes as grandes esforços dos Governos, com suas providências internas, saneamentos e divisões de latifúndios, fomento da industrialização, etc. Por isso a única solução do problema demográfico italiano é a emigração, para a África, para a Austrália, a América e precisamente para o Brasil.

Esta Nação tem urgentes necessidades de uma forte transfusão de energias no seu operariado rural.

Julho, por conseguinte, que chegamos ao

ponto em que não devia haver mais dificuldades para a realização de concretos entendimentos sobre a emigração italiana para o Brasil, uma vez obtidas as respostas afirmativas aos seguintes quesitos:

a) Constituiu a Itália uma especial entidade, a I.C.L.E., dotando-o de fundos para o estudo e o desenvolvimento e o assistência à emigração?

b) Destinou a Itália os 300 milhões de cruzeiros dos bens italianos no Brasil para a emigração neste país?

c) O Brasil, generosamente, aceitou em pôr à disposição dos imigrantes as terras necessárias a preços de favor?

d) Instituiu o Brasil o Conselho de Imigração, com a dotação de fundos suficientes para o seu funcionamento?

e) Deu o Brasil e continua a dar auxílios econômicos a juros módicos, amortizáveis suavemente, além dos viagens gratuitos e de outras providências?

f) Não há interesse em vários Estados do Brasil em favorecer, por todos os meios a sua disposição, a imigração especialmente dos italianos?

g) Colocou a E.R.P. à disposição da Itália, 13 milhões e 200 mil dólares para auxiliar a imigração para o América do Sul, fornecendo instrumentos agrícolas, habitações, etc.?

Então penso que a colonização no Brasil é já um fato certo e não uma iniciativa ainda longe de uma possível realização.

### Plano econômico de um núcleo tipo de Cooperativa

Insistindo sobre a oportunidade enunciada já pelo abaixo-assinado, de um núcleo de 50-60 famílias para colonizar pelo menos 1.000 alqueires de terras, especialmente fazendas já em cultura, e com as mesmas tolerantes aproximações seria necessária estabelecer as seguintes condições:

a) terreno na medida de 30 hectares para cada família e para cultura intensiva . . . . .	1.500 ha
b) terreno para pastagem e criação de gados . . . . .	1.500 ha.
c) terreno para ficar em mata natural ou em mata talhada . . . . .	1.000 ha.
d) terreno para cultura extensiva . . . . .	500 ha
e) terreno destinado a construção de casa, estrada . . . . .	500 ha
<b>TOTAL</b> . . . . .	<b>5.000 ha</b>

**Família:** — Cada família deveria ser com posto de 5 unidades, dos quais pelo menos 3 hábeis para o trabalho

**Habitações:** — Pelo menos 50 casas residenciais normais, além de grupo de construções destinadas a sede social do núcleo, do ornazem, a venda, a serraria, do depósito dos instrumentos de trabalho, a garagem, a enfermaria e, num segundo tempo o escola, igreja, etc.

**Comunicações:** — Sejam assegurados pelo menos com o centro habitado mais próximo.

**Água:** — Assegurado o abastecimento hídrico potável com as normas de higiene.

**Aparelhamento mecânico:** — Dois tratores de cinta, dois tratores de rodas, dois caminhões, um jeep, dois mono-relhos, e bi-relhas, semeadoras, ceifadoras, bedulhadoras, destorreadores, arados, instrumentos agrícolas pessoais.

**Aparelhamento agrícola individual:** — Uma serra tipo "Brenta", uma plaina, uma queijeiro, um forno para pão, um moinho para a mandioca, etc.

Para todo o aparelhamento descrito, a partir das coisas, o relativo despesa montem-se em torno dos sete milhões de cruzeiros.

Tal quantia, porém, conforme as eventuais facilidades, como seriam a possibilidade de obter terras a título gratuito ou semi-gratuito, diluições dos pagamentos de forma que possam garantir a amortização, fornecimentos dos instrumentos agrícolas em geral por parte da "E.R.P.", viagem gratuito ou semi, assistências várias, etc., fico reduzida como em seguida vai ser demonstrado com cifras muito acessíveis

Com modestos capitais sociais pode se organizar, pois, um núcleo e dar-lhe vitalidade.

### Orçamento preventivo para o funcionamento de um núcleo cooperativista

	Cr\$
1º — Custo do terreno, cerca de 1.000 alqueires geométricos	2.000.000,00
2º — Custo de 60 casas, a Cr\$ 15.000,00 cada uma	900.000,00
3º — Despesa pela construção de estradas, serviços hidráulicos, etc . . . . .	100.000,00
4º — Aparelhamento agrícola, tratores, etc . . . . .	800.000,00
5º — Despesa para aquisição de gado normal, cerca de 500	

	cabegas ..	600 000,00
6. <sup>o</sup>	— Custo de viagens para 300 pessoas ..	750 000,00
7. <sup>o</sup>	— Despesas para mobílias e utensílios para 60 famílias ..	120 000,00
8. <sup>o</sup>	— Aparelhamento industrial geral ..	200 000,00
9. <sup>o</sup>	— Despesas necessárias para a lavragem dos primeiros 500 hectares de terreno e até a primeira colheita ..	1.0 000,00
10. <sup>o</sup>	— Despesas para a manutenção de 60 famílias por um ano ..	360 000,00
11. <sup>o</sup>	— Despesas gerais para construções e irropevaltos ..	520 000,00
	<b>TOTAL</b> ..	<b>6 500 000,00</b>

As despesas indicadas nos números 1, 2, 4, 5, 6 e 7, deveriam ficar a cargo das contribuições *ad-hoc*, criadas, as despesas ficariam, em consequência, assim reduzidos de :

		Cr\$
1. <sup>o</sup>	— Para a compra dos terrenos e pelo convênio Italo-brasileiro o alívio sobre as despesas indicadas no anterior quadro deviam ser de ..	2 000 000,00
2. <sup>o</sup>	— Para intervenção dos fundos da E.R.P. (uma metade) ..	450 000,00
3. <sup>o</sup>	— Como supra, por inteiro ..	800 000,00
4. <sup>o</sup>	— Como supra, por metade ..	300 000,00
5. <sup>o</sup>	— Pelas facilidades concedidas pelo Brasil ..	750 000,00
6. <sup>o</sup>	— Pelos fundos E.R.P., por metade ..	60 000,00
	<b>TOTAL</b> ..	<b>4 360 000,00</b>

As despesas, portanto, que no orçamento apresento para o funcionamento do primeiro núcleo, já calculadas em Cr\$ 6.500.000,00, com os Cr\$ 4.360.000,00 de contribuições governamentais, reduzir-se-iam o Cr\$ 2.140.000,00, iguais a liras italianas de 40 milhões, que o abaixo-assinado se comprometeria, com o único apêlo moral por parte do Governo italiano, em obter por subscrição dos sócios da própria Cooperativa

#### Realização no primeiro ano de vida do núcleo tipo

Com referência dos preços índices obti-

dos das culturas de tipo normal, o colheito do primeiro ano de vida do núcleo-tipo poderia dar o resultado seguinte:

		Cr\$
	Produto da colheita dos primeiros 500 hectares de cultura normal, 5 000 quintais a Cr\$ 100,00 ..	500 000,00
	4 000 metros cúbicos a Cr\$ 20,00 o m <sup>3</sup> ..	30 000,00
	Corte de madeira para obras (800 metros cúbicos, a Cr\$ 800,00 o m <sup>3</sup> ..	640 000,00
	Produto leite (30 mil litros a Cr\$ 1,00 o litro) ..	30 000,00
	<b>TOTAL</b> ..	<b>1 250 000,00</b>

Este resultado constituiria o início de um fundo de reserva, dado que, como escrevi acima, todas as despesas por o primeiro ano estão incluídas no plano geral

#### Realização no fim do 2.<sup>o</sup> ano e sucessivos até o 5.<sup>o</sup> ano de vida

		Cr\$
	Produto da dual colheitas por 1 500 hectares de cultura geral (30.000 quintais a Cr\$ 100,00 o quintal) ..	3 000 000,00
	Produto de corte de matas para lenha, 1. <sup>o</sup> ano ..	80 000,00
	Produto de corte de madeira para obras ..	640 000,00
	Produção de leite e venda de vitelas ..	80 000,00
	Produto de produção de colheita extensiva ..	200 000,00
	<b>TOTAL</b> ..	<b>4 000 000,00</b>
	Despesas da Cooperativa para pagamentos, etc, a 40% ..	1 600 000,00
	Despesas de caráter geral a 25% ..	1 000 000,00
	<b>TOTAL</b> ..	<b>2 600 000,00</b>
	<b>TOTAL LÍQUIDO</b> ..	<b>1 400 000,00</b>

Que nos cinco anos sucessivos, atingindo a cifra de 7 milhões de cruzeiros, constituiria a extinção global dos gastos feitos pela instalação e funcionamento da Cooperativa

Rio de Janeiro, Julho de 1950

# Rumo ao Campo!

A prosperidade nacional esta a depender, na hora presente, do aumento e da maior diversidade da nossa produção agrícola e industrial, tanto para o consumo interno, como para as exportações. Acontece conosco o que também se dá com outras nações americanas, que no dizer de ilustre economista "uma Nação devedora, não pode aspirar uma balança de pagamento ativa, ou melhor, equilibrado, até que a balança comercial apresente importantes saldos favoráveis"

Se quiséssemos demonstrar a tese de que a nossa capacidade produtiva não tem crescido, oscilando sempre em extremos que evidenciam nossa debilidade econômica, teríamos que estudar o volume físico da produção agrícola e seu valor, o volume das mercadorias transportadas nas estradas de ferro e outras vias de comunicação.

Não se pode duvidar existir um paralelismo entre a capacidade econômica e a capacidade financeira do país. Frustar esse equilíbrio, que deverá existir sempre, será de consequências funestas para a nação que só a custa de muito esforço de todas as administrações (estaduais e municipais) em perfeita harmonia com o Governo Federal, será capaz de nos encaminhar para uma política verdadeiramente construtiva. Esse seria o papel a desempenhar pelo Conselho Nacional de Economia.

A fase que atravessamos, como ninguém poderia negar, é de desequilíbrio na vida econômica-financeira do país. Essa situação está a exigir medidas de ordem financeira, de um lado e de outro: larga política de proteção ao trabalho nacional, a começar pela eliminação do desordenado regime tributário em vigor a uma adaptação das tarifas alfandegárias, consultando a capacidade econômica do contribuinte e desafogando o trabalho nacional.

As demonstrações insofismáveis do atermínio que deprime a nação temo-las no que ocorre com a vida econômico-financeira. Ao reconhece-las, nem por isso devemos nos deixar abater, mas sim lançarmos mão de todos os recursos para reerquermos o país, fazendo-o retomar o caminho acelerado de sua evolução econômica.

O nosso verdadeiro ideal, em matéria de exportação, deveria ser o de infiltrar o produto do trabalho nacional nos mercados externos, dilatando a capacidade econômica da país, procurando colocar o excesso de sua produção. Isso quer dizer, que o problema fundamental do Brasil é o de sua expansão comercial no interior e no exterior.

Quem examina a ritmo da nosso movimento de exportação, verificará o quanto tem sido ele variável, em tonelagem e valor, nos seus principais artigos, sem excetuarmos o café, que contribui com cerca de 70%.

Fôrça é reconhecer o papel de relevância sem contraste que a intensificação da produção de nossas terras poderá desempenhar na desenvolvimento da prosperidade nacional, pela melhor aproveitamento das suas enormes fontes latentes de riqueza.

A contingência da luta no campo das competições econômicas está a exigir de nós, se quisermos vencer, a introdução de novos métodos da exploração da terra, revolucionando a rotina e os processos culturais.

Sem os ensinamentos da agronomia, por certo permaneceremos retardatários, incapazes de pasuir forte estrutura econômica. Procuraremos, por isso, transformar os processos de cultivo, melhorar as variedades de plantas cultivadas, generalizar o emprego da adubação, aplicar, enfim, os ensinamentos da complexa ciência agrônoma.

É fato sem contestação que temas caminhafo, do Império a República, sem programa definitivo de política econômica, abrangendo todo o país, com apoio das administrações estaduais e municipais; no entanto sem esse programa, não alcançaremos nenhuma finalidade segura, não poderemos zelar pela fontes de produção e tudo caminhará entregue às próprias forças da Nação.

A descontinuidade de nosso movimento econômico é uma revelação flagrante da nossa imprevidencia, para prová-lo basta que examinemos as nossas exportações, sendo fácil concluir se que essa exportação

se ocha limitado, em percentagem dominante ao café, que prepondera sem contraste no valor e no volume, deixando sujeita às maiores surpresas a vida econômica e financeira do país.

Nos tempos modernos não é dado a nenhum povo viver consumindo os próprios produtos, sem vender nem comprar. Todo nosso esforço para regularizar nossa vida financeira, será improficuo, se não acelerarmos a exportação, isto é, se não conseguirmos aumentar a capacidade de produzir, vender e comerciar.

Só dêsse modo nosso desenvolvimento se fará com normalidade; só assim alcançaremos riqueza sólida, corrigindo os déficits na bolsonça de pagamentos.

Para exportar em grande escala, de modo o conseguir recursos em ouro para as necessidades de pagamento no estrangeiro serio preciso produzirmos em grande escala, e, para isso, teriamos de fazer exame consciencioso de nossas condições agrícolas, mediante investigações agrônômicas, estatísticas e econômicas, de modo a serem removidos os embaraços que otrofiam as fontes de produção.

Múltiplas são as causas que perturbam o trabalho nacional; e, sem procurarmos estudá-las e resolvê-las, com mão forte, não removeremos os embaraços que prejudicam nosso progresso econômico.

Em grande parte, devido às crises, que se opresentam bruscamente, sem ritmo algum, temos ainda a produção agrícola minguado, que não reflete, em absoluto, os extraordinários recursos do território do Brasil e nem está em relação com a população de que hoje dispõe.

A política que nos convém, aquela que consulta as aspirações nacionais e de que está dependendo a expansão comercial no exterior e o fortalecimento da fortuna pública, reside no omporo e na propulsão da produção nacional, em quantidade suficiente para atender às necessidades internas a ser lançado, em forte escola, no mercado exterior.

Não nos esqueçamos, porém, que, com as profundas modificações experimentadas pela produção agrícola mundial, só poderão vencer, na competição comercial, os países melhor organizados técnica e economicamente.

E' certo que o Brasil, no momento grove por que atrovesse o mundo, precisa ir buscar no meio nacional as fontes de vida,

despertando as regiões decadentes por novos surtos de expansão.

A tendência geral é a de cada nação viver dos próprios recursos, diante do estado geral criado pela destruição de capitais muito principolmente depois da Grande Guerra.

Os preços dos produtos agrícolas têm caído em todos os mercados, prejudicando o consumo dos produtos industriais.

Vemos que as nações da Europa estão empregando os melhores esforços para se ergueram do cataclismo econômico, adotando reformas agrárias e se aparelhando para melhor explorar os recursos contidos em seus territórios. Por nossa vez, precisamos produzir soma apreciável de mercadorias úteis, para satisfazer às necessidades da vida nacional e termos volume suficiente para a exportação em bases racionais.

Não viria agora a pêlo traçar planos econômicas, mas um dos aspectos da nossa questão agrário digno de ser focalizado, é o do aproveitamento da terra, assunto êsse, na atualidade, da maior relevância social e econômica por estar empolgando a otenção de todos os povos. Vemos que, no Brasil, a resistência oferecida, neste momento, à crise universal, é devida, em grande parte, à sua agricultura. Isso prova residir no labor dos campos um dos fatores mais eficientes do progresso nacional.

Em tôda a Europa, como neste momento sucede, muito principalmente na Itália e na Espanha, como tombém nos Estados Unidos e no México, a divisao da propriedade territorial está se operando mediante irresistivel movimento de transformação.

E' certo que, no aplicação ao nosso meio, de medidas idênticas, teremos de procurar a solução mais lógica e apropriada ao nosso país.

E' sabido que grande porte da massa da nossa população rural vive na penúria; pode-se dizer que o trabalho do agricultor não é devidamente compensado, por reinar a desordem na produção. Entretanto, o nação só poderá ser arrancada das graves crises financeiros e o bem-estar reinar nas cidades, se dispusermos de produção agrícola abundante e de fácil circulação em nosso território, livre das peios de uma tributação excessiva e desordenada.

Carecemos evitar o êxodo acentuado da população dos campos, iniciando enérgica política de expansão econômico. Vemos extensos latifúndios atirados ao abandono na vizinhança de cidades populosas, en-

quanto o estômago enorme delos, se estorce à mingua de gêneros de subsistência adquiridos, geralmente, por altos preços. E' que o regime da grande propriedade se vai prolongando indefinidamente, com prejuizo do maior número e dos interesses do país.

Um programa que tivermos de traçar nessa diretriz, exigirá legislação mais enérgica do que a que possuímos, para que o plano a executar não fique sujeito a interrupções, como sóe acontecer com a maioria dos nossos empreendimentos. As medidas a serem preconizadas valem por sua complexidade; obras de drenagem e de irrigação; localização dos agricultores; direção agrônômica; tudo isso, é evidente, necessita fazer parte de um plano de conjunto com legislação específica.

Somos dos que consideram sempre pouco todo o auxílio prodigalizado àqueles que vivem do trabalho da terra, entre nós, pois nosso supremo ideal deverá ser transformar a massa dos seres humanos, que vive no interior do país, em elemento realmente ativo e eficiente do progresso nacional.

Carecemos, enfim, de uma série de medidas decalcadas em um plano de con-

junto, com base financeira estável, de modo o se iniciar entre nós bem orientada política agrícola.

O Estado tem que intervir em benefício da socialização da terra porque essa é uma das maiores questões sociais e econômicas do nossa época.

O inesquecível sociólogo Alberto Torres, com verdadeira visão profética, na sua obra "O Problema Nacional Brasileiro", proferiu um conceito lapidar: "O Brasil tem por destino ser um país agrícola; tôda a ação que tender a desviá-lo dêsse destino é um crime contra sua natureza, contra os interesses humanos".

Mais oindo: "As sociedades humanas estão já pagando, com a carestia da vida, pesado tributo ao desaproveitamento do solo e do braço humano, à atividade infecunda e à inércia do maior número; uma das mais graves consequências da política do capitalismo, das especulações mercantis, da febre de enriquecimento."

O momento para o Brasil é de — rumo ao campo — a exemplo daquele — *retour a la terra* — com que o ilustre ministro Meline indicou à França como caminho de sua salvação.

# Seleções Agrícolas

DIRETOR: EURICO SANTOS — GERENTE: O. ASSUMPTÃO — SUPERINTENDENTE: M. NUNES

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS

Brasil — Ano .....	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano .....	Cr\$ 70,00
Número do mês .....	Cr\$ 3,00
Atrasado .....	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º

Telefone: 32-6163

Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

# TRATORES DE RODAS OLIVER 66-77-88



**3** novos leaders na mecanização agrícola

Um tamanho de trator, que corresponde perfeitamente às necessidades da sua propriedade, será encontrado entre os 3 novos membros da frota de tratores "OLIVER". Apesar das diferenças em potência, foi montado um perfeito identidade entre os 3 modelos, de forma o serem intercambiáveis o maior número possível de peças e equipamentos.

Os 3 modelos podem ser fornecidos nos tipos: "Row-Crop" com rodas dianteiras conjugadas; "High-Clearance", com eixo dianteiro de bitola ajustável; e no convencional tipo "Stondord".

**MESBLA**  
Departamento Agrícola

RIO DE JANEIRO R. Evaristo da Veiga, 41	PORTO ALEGRE R. Col. Vicentini, 696, M. Petrópolis
NITERÓI R. Vitor, Rio Branco, 321	PELOTAS Pra. Cel. Pedroso Ottonio, 254
SÃO PAULO Av. do Estado, 3957	RECIFE Rua da Palma, 251
BELO HORIZONTE Rua, Curitiba, 448	VITÓRIA Av. Vitória, 111



Tomada de força da acionamento direto

A tomada de força é diretamente acionada pelo motor, sendo equipada com embreagem independente e alavanca de comando, não exigindo, portanto, o auxílio da tomada de força sujeita à alterações devida aos acidentes da terreno e à velocidade do trator.

Seis velocidades avante



Fator da economia de combustível, os tratores "Oliver" com duas velocidades a ré e seis avante apresentam condições para qualquer espécie de serviço, sem que seja necessária, portanto, usar uma velocidade alta com o turbador fechado, ou vice-versa.



Rodas traseiras intercambiáveis

Pneumáticos ou uma grande variedade de tipos de rodas de aço, satisfazem a todas as necessidades de trabalho e piso nas rodas. Rodas especiais para campos de ariz, para cultivo entrelinhas também são disponíveis e intercambiáveis entre os 3 tratores, o que simplifica grandemente as linhas de fabricação e os estoques das ferramentas.

1.019

# TRIGO - PRIMEIRO ARMAZENS, DEPOIS MOINHOS

KURT REPSOLD  
Diretor técnico de "A Lavoura"

Noticias veiculadas pela imprensa desta Capital informam que numerosas plantadeiras de trigo na Rio Grande do Sul resolveram solicitar providências, ao Governo da República, na sentida de incentivar a industrialização desse cereal, nas proximidades das zonas de cultivo.

Tal fato é um índice seguro de que nossas tricultores atingiram um elevado grau de evolução, já se preocupando com aspectos econômicos ligados à sua produção.

Na realidade, a instalação de moinhos, em número suficiente, nas vizinhanças das regiões de plantio, traria numerosa vantagens, pois, além de evitar o deslocamento da produção para o litoral, com real economia de transporte, garantiria a sobrevivência da própria triticultura. E assim seria, porque, ao mesmo tempo que os moinhos do litoral, dificilmente poderiam concorrer com os do interior na moagem do trigo brasileiro, estes últimos, com exceção dos localizados na faixa fronteira, ficariam impossibilitados de competir com aqueles, na industrialização do trigo importado, desde que, ao mesmo tempo, fosse resolvida a unificação do preço do produto em toda a pais.

Outra vantagem seria a da permanência dos sub-produtos do trigo nas zonas rurais, onde são indispensáveis para a desenvolvimento das criações.

Como possível resultante, ainda, dessa medida, e à proporção que fosse crescendo nossa produção de trigo e, conseqüentemente, reduzindo as necessidades de importação, verificar-se-ia a conveniência da mudança dos moinhos do litoral para o "hinterland".

Apesar de todos esses aspectos favoráveis, porém, não é licito deixar de se examinar a questão, tendo em vista as demais fases em que se subdivide a problema do trigo, tanto mais quanto, embora deslocado dos centros de produção, nossa porque industrial tem capacidade suficiente para beneficiar, pelo menos por enquanto, toda o trigo brasileiro ou importado, necessário ao consumo do país.

Muito mais grave e premente do que este aspecto da questão é, sem dúvida, o que diz respeito ao armazenamento. Pode-se assegurar, sem receio de contestação, que a solução do problema do trigo brasileiro está, agora, na dependência da capacidade de armazenagem.

Se examinarmos, com cuidado, as razões que determinaram a falta de êxito dos tentativas anteriores, ou melhor, se procurarmos os fatores que permitiram as manobras econômicas, levadas a efeito, no sentido de inutilizar as precedentes companhias de fomento do trigo, vamos nos deparar com a mesma causa — a insuficiência de nossa rede de silos e armazens. Atendendo-se para o fato de não possuímos abrigo conveniente, sequer, para 40% de nossa produção tritícola, fácil é verificar que justamente aí reside o ponto crucial da questão.

Nas atuais circunstâncias, vê-se o produtor na contingência de ter que colocar o seu trigo, logo após a colheita, com a maior rapidez, sujeitando-se, por tonta, às imposições dos Intermediários, que, às mais das vezes, alegam estar esgotada a capacidade de seus depósitos, a fim de justificar seu desinteresse e conseguir reduções de preço.

Há, também, a insuficiência dos meios de transporte, incapazes de realizar, com a regularidade e o rapidez necessárias, a escoamento das safras, a que tem dado asa a que muito trigo se tenha perdido no interior do país.

Fatos como esses, é que têm motivado a instabilidade de nossa produção de trigo, provocando descrença entre os lavradores, que só se animam a aumentar suas áreas cultivadas quando contam, como atualmente, com o amparo governamental.

Não se suponha, todavia, que este problema tenha surgido agora com o rápido aumento da produção, observada nos últimos quatro últimos anos. Ele é antigo e, pode-se afirmar, que abrange toda a nossa produção agrícola, cuja insegurança não tem sido afastada, nem mesmo, com a garantia de financiamento.

Vale evidenciar, ainda, que o aumento da possibilidade de armazenagem importa,

diretamente, no crescimento da capacidade da industrialização, vez que, permitindo a recebimento da matéria prima, parceladamente, dilata o período de moagem.

Já em 1942, diante do desenvolvimento que a produção de trigo vinha apresentando, sugerimos, em relatório oficial, a instalação de uma rede de silos e armazens, como medida garantidora da continuidade daquela evolução. Submetido esse relatório à decisão superior, recebeu do então Sr. Presidente da República, o seguinte despacho: "Aprovado, devendo-se organizar um plano para execução gradual do serviço". Lamentavelmente, entretanto, nada foi feito, e, apesar das quatro armazéns ultimamente construídos no Rio Grande do Sul, a situação agravou-se muito mais, face ao grande crescimento da produção, que de então para cá, praticamente, duplicou.

Convém, ressaltar, por fim, que da instalação desta rede de armazenamento depende, em boa parte, a eficiência de todas as demais medidas que visem dar sólido alicerce econômico à nossa triticultura.

Assim, sem dispormos de uma capacidade de armazenagem adequada e convenientemente distribuída, resultarão incompletas todas as providências que tenham por escopo:

- a) — garantir e fiscalizar o preço mínimo;
- b) — unificar o preço em todo o país;
- c) — organizar um esquema para a importação de forma a facilitar a colocação de nossas safras;
- d) — determinar e distribuir, quando necessário, cotas de moagem;
- e) — estabelecer um taxa móvel sobre a importação; e
- f) — financiar a produção, diretamente ao lavrador.

Diante do que ficou exposto, parece nos que a orientação mais acertada para prosseguimento da atual Campanha de Fomento do Trigo Brasileiro, deve ser. — PRIMEIRO ARMAZENS, DEPOIS MOINHOS

## TRISTE, MUITO TRISTE,

**lamenta o camponez a sua sorte!**



**N**ÃO pode trabalhar, sente palpitações, canseira, dores e queimação na boca do estomago. Não tem apetite e cada vez fica mais amarelo. Ele morrerá e passará sua doença á familia e aos vizinhos se alguma alma caridosa não lhe ensinar que ele sofre de **Amarrelão** ou **Opilação**, molestia prontamente curavel com

**ANKILOSTOMINA**

**FONTOURA**

REMEDIO DE USO FACIL E DE EFEITO SEGURO



# O Sombreamento em Restauração da Lavoura do Café

*A comunicação feita pelo dr. Pedro Correia Neto, à Sociedade Rural Brasileira e que adiante publicamos, é um documento que merece o exame e a meditação dos que se preocupam do grande problema nacional, que é o de promover a restauração da lavoura cafeeira no Brasil. Seculo e meio de cultura a pleno sol, determinou a destruição de milhares de quilômetros quadrados de florestas, para o plantio de milhões e milhões de cafeeiros, no Estado do Rio, em S. Paulo, em Minas, no Espírito Santo e no Paraná.*

*A maior parte destes lavouras desaparecera, inteiramente ou então em vias de desaparecer.*

*Urge deter a completa aniquilamento de uma principal máquina de fazer dólar que é o maior contingente para exportação brasileira — o café.*

*Mas como fazê-lo?*

*Para esta interrogação nós temos a resposta no método de Lavoura protegida por arvores, notamente leguminosas — que é hoje conhecido por sombreamento.*

*Adatado e indicado oficialmente pelo Cel. Macedo Soares, governador do Estado do Rio, tem sido assunto para debates apaixonados nos meios interessados. A Sociedade Nacional de Agricultura, em colaboração com a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio, promoveu, nesta capital, uma reunião de que participaram elementos destacadados da técnica e da lavoura de S. Paulo, especializados na matéria. Esta memorável reunião, prestigiada com a presença do Presidente da República, deveria ser considerada como o ponto de partida para um grande movimento nacional em prol do sombreamento.*

*O autor do relatório que hoje publicamos é figura de alto prestígio das classes conservadoras de S. Paulo e para ctes chamamos a particular atenção dos nossos leitores.*

## RESTAURAÇÃO DA LAVOURA CAFEIEIRA

Alarmado com a queda da produção de café no Estado de São Paulo, 50% me-

nos do que já produzim, tratei de investigar a causa desta derrocada. Penso estar vinculada ao sistema de cultura, a lavoura isolada que é instável e de vida efêmera enquanto na Colombia outros países, a produção de um cafésal é sempre a mesma, eternizando-o pela substituição de cafeeiros deficitários pela replanta, no nosso sistema isolado, as lavouras vão sendo abandonadas por improdutivas e transformadas em pastagens. As novas plantações entre nós não chegam a substituir as antigas desaparecidas, ao passo que na Colombia o número de cafeeiros está subindo, assim como a produção total. Nestes últimos 5 anos, a jugal pelo Anuário Estatístico da Superintendência dos Serviços do Café da Secretaria da Fazenda de São Paulo, o cafeeiro em São Paulo produziu uma média de 450 gramas por pé, na Colombia a produção foi de 500 gramas por pé, na Venezuela 530, em Cuba 510, Salvador 426; Honduras 428 gramas por pé de café.

Por área a produção do sombreamento estrangeiro é bem maior que a do nosso isolado, quasi o dobro, porque as nossas plantações são de 3,5 a 4 metros de distância, ao passo que nas republicas citadas são de 2,5 metros.

Como já existem aqui algumas experiências sobre o sombreamento, procurei verificar como êle se comporta. No Instituto Agronômico de Campinas o digno diretor Dr. Mendes se dispôs gentilmente a me prestar todas as informações: Declaron-me, sem preambulos, fracassado o sombreamento principalmente por escasses de chuvas. Em Campinas a sombreamento foi feito conjuntamente com a cássia e o ingazeiro com sombra demenziada. A produção tem sido 50% a menos no sombreamento. Agora estão tirando a cássia e deixando o ingazeiro. Penso que, não fosse a cássia, a safra do isolado e do sombreado teriam sido iguais, porque segundo me disse o Dr. Walter Lazarine, distinto agrônomo, diretor da Fazenda Experimental de Ribeirão Preto, la a produção do sombreado pelo ingazeiro e pelo isolado foi igual. Acho que si houvesse podado os ingazeiros, a produção do sombreado seria maior.

O insucesso foi completo no sombrea-

mento pela Cassia assim como de outras essências. Nem a tipuana, no começo tão promissora, poderá competir com o ingazeiro, porque fornece pouca matéria orgânica para a humificação do solo. O ingazeiro mesmo que fornece um cocorrente do café, pela aborção de substâncias nutritivas necessárias ao seu desenvolvimento, restituiria com imensa vantagem este material, pela abundante folhagem que se desprende de seus galhos durante todo o ano. É tão grande a quantidade de folhas nos velhos sombreamentos que, quando em decomposição, exalam um odor característico, vulgarmente conhecido por bafo do sertão. Fora da mata somente senti o bafo do sertão em Caçapava na fazenda sombreada do notável agrônomo Joaquim de Barros Alcantara, pioneiro do sombreamento, No Estado de São Paulo. Nesta propriedade a quantidade de humus é tão grande que não há necessidade da carpa e o sólo está sempre molhado. Ahí a produção é de 1.200 gramas por pé de café e não existia a bróca quando infestava os cafezais isolados vizinhos.

O Dr. Mendes, em suas informações foi sincero e franco, de fato, nas fazendas experimentais do governo o fracasso foi completo.

Generaliso a expressão porque asseverou-me o referido director que, o que eu visse em Ribeirão Preto observaria nas outras estações experimentais. Mesmo assim procurei Botucatu. No Lageado, fazendo experimental nesse município, o sombreamento foi experimentado em larga escala com inúmeras essências, tendo sido péssimo o resultado; o aspéto da lavoura, nos rincões onde ela ainda existe, é profundamente desolador. Todavia, há exceção: a lavoura sombreada pelo ingazeiro está resurgindo com vigor digno de menção. A safra pendente é boa; seria o dobro se a sombra não fosse tão densa, ou se podassem 50% dos galhos dos ingazeiros, exceto nos logares onde a pomóse se encarregou deste serviço matando algumas destas arvores protetoras. Na mesma lavoura ao lado, conservada em pleno sol, a produção é nula. O estudo comparativo destas duas lavouras fronteiriças será prova exuberante do quanto é util o sombreamento pelo ingazeiro. Está portanto a fazenda do Lageado em condições de elucidar a questão; dirigida pelo competente agrônomo Dr. Isidro Gil; não é absoluto em sua opinião e a cita augustiniana

É preciso que assim seja tratando-se de assunto novo, visto como na Colombia e outros países cafeeiros, todas essas essências aqui fracasadas, são utilizadas com êxito. No café caterra o resultado foi negativo porque a sombra é muito fechada.

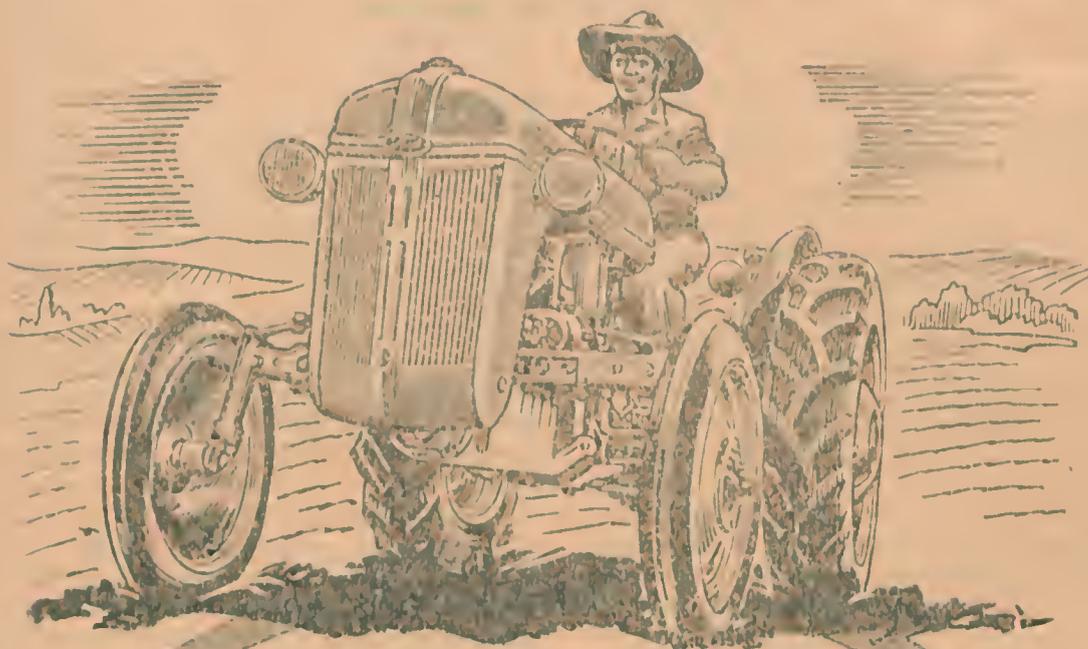
Sendo plantado a 2,5 metros a percentagem deve ser de um ingazeiro para 8 pés de café no começo, 16 e mesmo 20 mais tarde. Acevera o Dr. Theodoro Quartín Barbosa, importante fazendeiro da zona de Marília que, tal seja o tamanho do ingazeiro depois de 9 anos de sombreamento, basta 1 destas arvores para 16 e até mais cafeeiros, bourbons comuns. É uma opinião que deve ser acatada e estudada porque possui 30 mil pés de café sombreado de 5 anos cuja produção é igual a do isolado. Afirio que é bom negocio porque sabemos que o sombreado rende mais no beneficio, alcança melhor preço, sendo de mais futuro porque dura mais e a produção será maior quando o sólo for revestido pelas folhas do ingazeiro. Em sua fazenda há mais cem pés sombreados de 9 anos em ótimas condições; mas, acha que não servem de exemplo por ser pequena a quantidade. Decepcionado com o que vi na Fazenda Experimental de Ribeirão Preto, bem impressionado fiquei com a fazenda do Sr. Urbano Bomfim, situada num dos espigões mais elevados da zona de Ribeirão Preto, em Cravinhos.

Possue 56 mil pés de café dos quais 50 mil sombreados. Fazenda secular, uma das primeiras formadas na zona, era para ser cortada, pois, não produzia mais de 5 sacos por mil cafeeiros, quando o proprietário resolveu sombrea-la com ingazeiro para 4 pés de café. No fim de oito anos retirou a metade dos ingazeiros, ficando 1 para 8 cafeeiros. Disse-me o Sr. Bomfim que quasi todo ano precisa podar um pouco o ingazeiro para fornecer sombra nunca superior a 40%. Atualmente o sombreado produz uma média de 55 sacos por mil pés, enquanto o isolado que não foi sombreado por ser mais produtivo não fornece mais que 12 sacos por mil pés. E quanto colhem as fazendas isoladas vizinhas.

Foram muito prejudicadas pela seca reinante nos últimos tempos, ao passo

(7) — A cultura sombreada no norte do Brasil, em especial a zona de Marília (Estado de São Paulo) é creditada ao Sr. Theodoro Quartín Barbosa, Sr. Urbano Bomfim, Sr. Isidro Gil, Sr. N. de P.

# Mecanizando a Lavoura Brasileira



Trabalhando no Brasil

## 2000 TRATORES FORD

Menos de 2 anos são decorridos do lançamento dos tratores Ford no Brasil e já existem em trabalho 2.000 tratores!

**O QUE SIGNIFICA ISTO?** Isto significa que o Brasil caminha a passos largos para a tão necessária mecanização da lavoura. Isto significa aumento de produção e diminuição de custo; o que um trator faz num só dia muitos homens precisarão de muitos dias para fazer. Isto significa, pois, os agricultores brasileiros compreendem o valor e a economia oferecidos pelos Tratores Ford.

Conscia de sua responsabilidade na mecanização da lavoura, a Ford contratou-se com os agricultores do Brasil por mais esta etapa vencida na luta pela maior e melhor produção econômica.

**FORD MOTOR COMPANY EXPORTS, INC.**



que o sombreamento nada sofreu com a falta de chuvas.

O Sr. Bomfim, ardoroso adepto do sombreamento está contente com a restauração da sua lavoura, tendo desaparecido nte os caramujos, e ainda mais satisfeito ficou com o aumento de 20% no peso e melhor preço no mercado. Em Botucatu visitei a fazenda Boa Esperança próxima no Lajeado, do Dr. João B. de Souza Aranha, muito bem administrada há trinta anos pelo Sr. José Pires de Campos. Possui 160 mil cafeeiros tendo sido cortados por deficientes 140 mil. Mais tarde deviam ter sido cortados mais 50 mil, porém resolveram adubar-los com adubo químico. Destes 50 mil, 11 mil plantados em terra mais fraca, nada melhoraram, continuaram definhados, sem produção. Estavam condenados ao corte quando resolveram sombreá-los pelo ingazeiro para experiência. Por erro, o sombreamento foi feito há 9 anos a razão de 1 ingazeiro para 8 cafeeiros quando a regra é de 1 para 4, retirando a metade passados 8 anos. Durante este período de sombra não receberam nenhuma adubação, quando os que ficaram isolados porque se reabilitaram com a 1.ª adubação foram por diversas vezes adubados com palha, esterco de curral, torta e adubo químicos. Atualmente toda a lavoura apresenta ótimo aspecto com boa carga. A sombreada vem de ano para ano melhorando a produção, promete boa colheita, sendo a safra os 5500 pés igual a da lavoura vizinha, a dos outros 5.500 pés inferior em 20% à de 24 mil pés do café amarelo que variam sempre recebendo a citada adubação. No sombreamento a erosão que era demasiada desapareceu tornando a terra uma verdadeira esponja. Localizado na parte mais alta da fazenda foi o que menos sentiu a seca do ano passado.

Disse-me o Sr. Pires de Campos que, na marcha em que vai, será brevemente das primeiras lavouras da fazenda, mesmo sem adubação; que não cortará mais nenhum cafetal, nos deficitários o machado será substituído pelo ingazeiro. Quando alguns agricultores já solucionaram o problema do sombreamento na restauração dos cafetals velhos e nos plantados em terra cansada e que pode-se ter alguma esperança nas fazendas experimentais do govêno. As fazendas particulares que fizeram a sombra densa pelo ingazeiro ou que utilizaram outras, essências, abando-

naram o sombreamento ou estão nas mesmas condições que as fazendas experimentais.

Os sombreamentos por várias essências observados nas estações experimentais deveriam ser abandonados para não causarem decepção e desânimo aos lavradores. Mesmo que fossem de ingazeiros não poderiam servir de provas porque a sombra é muito densa. Segundo o autor de um substancioso artigo publicado no numero de outubro último da revista norteamericana, *A Fazenda*, sobre a cafeicultura na Indonésia, no sombreamento demasiado ou quando a sombra é densa, a produção é pequena ou nula em qualquer zona cafeeira.

Quanto a curva de nível e adubação, imensamente favorecem à cafeicultura, são todavia, inferiores a ação do ingazeiro que torna o sólo humificado, absorvente, desaparecendo por completo a erosão.

Quem visitar a fazenda Boa Esperança constata este fato e começa vê o ingazeiro uma árvore prodigiosa. Para terminar cito diversos fatos que são argumentos preciosos a favor do sombreamento: A perenidade do cafeeiro. Por ocasião das secas frequentes entre nós resiste mais. Maturação igual, podendo a colheita fazer numa só vez ao ano por derriça; é neste ponto superior a Colombia onde são feitas 2 colheitas por ano a dedo porque há sempre café maduro e verde misturados. Por não haver excesso de chuvas os nossos cafeeiros são compactos, desenvolvendo-se bem, tanto para cima como para os lados, com o excesso de chuvas o que sucede na Colombia, Indonésia, etc., os galhos esgueiram-se para o céu procurando luz, havendo necessidade de podá-los. O café amadurecido ao mesmo tempo e ficando preso ao galho em vez de cair no sólo, permite uma colheita absoluta, não ficando fruto algum na lavoura para manutenção da bróca. No beneficio rende mais 20%. No mercado tem preferência e encontra melhor preço. O cafeeiro isolado tem sido a causa dos desertos e das cidades mortas, o sombreado restitue a vida as cidades e devolve a fecundidade ao sólo, podendo ser aproveitadas as terras cansadas. Deixo de citar outras fazendas sombreadas no Estado de São Paulo, porque nelas o sombreamento se comporta do mesmo modo que nas já citadas de Caçapava, Cravinhos e Botucatu.

# Adubos e Corretivos no Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção no Estado de Minas Gerais

Engenheiro-Agrônomo

**GERALDO GOULART DA SILVEIRA**

Do Diretorio Técnico da S. N. A.

Em viagem de estudos que tivemos oportunidade de realizar, em Fevereiro, no Estado de Minas Gerais, por determinação do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, observando o que no referido Estado vem sendo feito de acôrdo com o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, tivemos oportunidade de encarar o problema dos adubos e corretivos.

Não se pode esperar a melhoria da produção agrícola sem o concurso da ciência agrônômica.

A adubação, e, igualmente, o problema da acidez dos solos, devem merecer, sem dúvida, a atenção dos responsáveis pelo fomento da produção.

De fato, sem corrigir o solo para que ôle apresente uma acidez conveniente para a maioria das culturas, e sem proporcionar às plantas os alimentos de que elas necessitam para que possam desenvolver-se em condições satisfatórias, não se pode esperar o necessário aumento de produção, que não deve ficar, tão somente subordinado ao aumento da área cultivada, mas, sobretudo, ao maior rendimento por unidade de superfície.

Visitando os diversos Departamentos da Secretaria de Agricultura daquele Estado, tivemos a oportunidade de obter dados sobre os problemas do cálcio, do potássio e do fósforo, indispensáveis à agricultura mineira.

## CÁLCIO

O problema do cálcio para a agricultura, em um Estado como Minas Gerais, em que o maior parte das terras possui pH inferior a 7, isto é, em que a maior parte dos terrenos são ácidos, é de relevante importância, pois a maior parte das culturas exige terrenos alcalinos, neutros, ou levemente ácidos.

Visando o aproveitamento das diversas ocorrências calcáreas existentes no Estado (formações calcáreas do Rio das Velhas,

do Rio São Francisco e inúmeras outras), tendo em vista o fornecimento do indispensável corretivo da acidez dos solos a baixo preço aos lavradores, vem a Gavêrno do Estado de Minas Gerais:

a) — estudando, convenientemente, as jazidas calcáreas existentes que, em virtude da quantidade de suas reservas e da proximidade dos meios de transporte possam ser exploradas racionalmente;

b) — estudando a mais conveniente localização dos primeiros moinhos para o preparo do calcáreo destinado à calagem das terras.

De acôrdo com o Plano, serão instalados, inicialmente, moinhos localizados em Bela Horizonte, Zana da Mata, Triângulo Mineiro e no Nordeste, Sul e Norte do Estado.

Inicialmente já foram encomendados 25 moinhos que, instalados nos pontos mais aconselhados, possibilitarão, dentro do objetivo visado (baixo preço para que o calcáreo seja acessível ao lavrador), a indispensável correção da acidez dos solos mineiros, e, conseqüentemente o mais racional aproveitamento dos mesmos.

## FÓSFORO

Não são poucas as terras do Estado de Minas Gerais que, cultivadas há longos anos, sem nenhuma adubação, mostram uma alarmante deficiência em fósforo.

Por outro lado, não é possível conseguir-se o aumento da produção sem que os terrenos estejam aptos para fornecerem às plantas os sais minerais que elas necessitam para que apresentem um desenvolvimento normal.

Quanto ao fósforo, tão indispensável para a agricultura mineira, em obediência às diretrizes do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção:

a) — foram feitos estudos das enormes jazidas de rochas fosfatadas situadas nos

# Atenção, criadores e fazendeiros!

*Já está  
à venda*

## O "INSETICIDA ESSO "A" PARA GADO"

(Concentrado emulsionável de Canteno Clorado)  
50% Toxafeno



Experimentado no Brasil pelo Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Instituto Biológico de São Paulo, Estâncias Duvivier S/A., Fazenda Santa Clara — Ericetira — Estado de Minas Gerais, do Sr. Silvio de Andrade Bastos, Fazenda da Tabatinga — Ericetira — Estado de Minas Gerais, do Sr. Cel. Severino Anquelra, e Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda. — Avenida Presidente Wilson, 164 — D. Federal.

O Inseticida Esso "A" Para Gado vem sendo recomendado somente para gado de corte, porque até hoje não se sabe se o seu uso é ou não perigoso, ou potencialmente perigoso, para gado leiteiro no período de lactação, ou para os consumidores dos produtos de gado leiteiro. Antes de recomendarmos o uso do

produto em gado leiteiro no período de lactação, estamos aguardando o resultado final dos estudos toxicológicos, atualmente em curso, que até hoje não deram nenhuma indicação de ser o Toxafeno absorvido em quantidades perigosas.

O Inseticida Esso "A" Para Gado está à disposição dos criadores brasileiros, em quantidades limitadas, devido às dificuldades de importação, para que possam manter os rebanhos completamente isentos de carrapatos e outros parasitas externos.

Ajudar a difundir o uso do Inseticida Esso "A" Para Gado em nosso país é contribuir para auxiliar a campanha de combate aos parasitas externos que vêm causando tanto prejuízo aos nossos rebanhos.



Peçam informações à

**STANDARD OIL COMPANY OF BRAZIL**

Avenida Guararapes, 203  
6.º andar  
Caixa Postal 242  
Recife — Es., de Pernambuco

Av. Presidente Vargas, 290  
12.º andar  
Caixa Postal 1.163  
Distrito Federal

Rua Araújo, 224  
Caixa Postal 36 B  
São Paulo  
Es., de São Paulo



arredores de Araxá, cuja reserva está avaliada em 90.000.000 de toneladas;

b) — está sendo ultimada a montagem de um forno elétrico na Cidade Industrial;

c) — serão, futuramente, instaladas duas grandes fábricas de adubo fosfatado.

De acordo com os estudos já feitos, pôde-se conseguir:

a) — uma produção mínima de 100.000 toneladas anuais de concentrado de minério fosfatado;

b) — de duas toneladas de minério, uma tonelada de concentrado com 30 a 35% de P2O5.

A instalação prevista em Araxá exigirá um capital de vinte milhões de cruzeiros e terá capacidade para produzir 300 toneladas diárias de concentrado (tratará, por dia, 600 toneladas de minério).

### POTÁSSIO

Quanto ao potássio também indispen-

sável para muitas terras agrícolas, vem sendo feita pesquisa sobre os depósitos situados no Sul do Estado.

As rochas potássicas de Picos de Caldas parecem que não poderão ser economicamente aproveitadas para a produção de adubo potássico para a agricultura, em virtude de fatores vários, como sejam:

a) — o fato das jazidas não serem contínuas;

b) — o baixo teor em potássio;

c) — a dificuldade do tratamento das rochas.

O assunto, entretanto, ainda está em estudo, e não se pode, desde já, tirar conclusões a respeito.

Ainda de acordo com o Plano, já foi adquirido um conjunto de máquinas destinadas à moagem do tufito de Patos de Minas que encerra, além de fósforo, potássio e cálcio, uma certa quantidade de elementos menores, que servem para a adubação, conforme experiências já realizadas.



## Mãos

que espalham  
**SALITRE DO CHILE**  
não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueira com 1 m adubo, que plantar, tratar, e colher 3 alqueiras — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRÍCOLAS

RUA FLORENCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO — AV. GRAÇA ARANHA, 226-2º and

RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DUMONT, 227 — BELO HORIZONTE

# A Indústria Nacional de Lã

GERALDO VELLOSO NUNES VIEIRA  
Da Federação das Associações Rurais  
do Rio Grande do Sul

A indústria nacional de lã é indiscutivelmente um dos setores de maior importância da economia brasileira, não só pela número de fábricas existentes como pela volume

me de sua produção que acendem plenamente o consumo da póis.

Atualmente existem no Brasil 23 fábricas de fioção e tecelagem de lã, assim distribuídas:

São Paulo . . . . .	14 fábricas com 125.700 fuzos	78,5%
Rio Grande do Sul . . . . .	6 " " 29.600 "	18,5%
Rio de Janeiro . . . . .	6 " " 4.300 "	3,0%
TOTAL: 159.600		

Segundo dados colhidos entre as referidas fábricas a quantidade de fuzos acima referido será elevado a 223.700, sendo 153.000 para fio cordado e 70.400 para fio penteado.

O consumo de lã desses estabelecimentos é estimado em 22.000 toneladas anualmente, que são fornecidas pelo Rio Grande do Sul no proporção de 80% e o restante pela Austrália, África do Sul, Argentina e Uruguay.

De um modo geral sabe-se que a maioria das fábricas consomem quasi que exclusivamente lã nacional havendo, entretanto, algumas fiações que se dedicam ao fabrico de fios de alta titulação e que necessitam importar lã Merina de alta qualidade — 64's e 70's — principalmente da Austrália e África do Sul.

Durante o período da última guerra com as dificuldades de importação de fio estrangeiro as fiações elevaram suas produções, trabalhando grande parte delas em três turnos para poderem, tanta quanto possível, suprirem as tecelagens.

A tendência natural dos nossos fiações é produzirem fios de alta titulação que se destinam ao fabrico de panos de melhor classe e consequentemente de maior preço. Sendo alto o custo do mão de obra há toda a conveniência na produção de artigos de maior valor os quais no caso presente exigem matéria prima de grande qualidade, cuja produção nacional é ainda pequena em face do crescente consumo.

A maioria das fiações nacionais estão convenientemente aparelhados para produzirem qualquer tipo de fio. A maquinaria atualmente usado denominada sistema Continental e Rings exigem grande unifor-

midade dos fribros para a produção aproveitável e conveniente. As lãs menos finas, isto é, os tipos chomodos Cruzos (de 56's até 48's) são mais indicadas para o sistema de maquinaria Inglês e Fleyers.

A situação do indústria de fioção com referência à matéria prima é ainda de obsoleto necessidade de importação de lã estrangeira de finura acima de 64's, devido a diminuta produção nacional dessa classe de lã, que alcança apenas a cerca de 3.000 toneladas ou seja 16% sobre o total do matéria prima riagrandense.

Quasi toda a produção de fios de lã é destinado as tecelagens nacionais. A exportação de fios em 1947 foi apenas de 24 toneladas no valor de Cr\$ 4.387.000,00 e em 1948, 22 toneladas no valor de Cr\$ 844.000,00.

A situação das indústrias de fioção de lã é no momento bastante precária em face da crescente importação de fios estrangeiros e tecidos que são oferecidos à venda a preços inferiores ao custo desses artigos nacionais.

A importação de lã lavado, em tops, em fio e de tecidos que foi em 1944 de 838.856 atingiu em 1948 o 2.385.111 quilos no valor de Cr\$ 33.759.796,00.

Essa vultuosa importação que ameaça de forma alarmante a estabilidade do indústria nacional de lã se deve a dois fatores principais que são: 1.º — tarifas alfandegárias muito baixos; 2.º — a disparidade do valor do cruzeiro na mercado interno e externo.

Si compararmos as cifras de valores entre a importação e a exportação de lã, verificaremos que a Brasil dispendeu no importação desse textil na forma bruto e ma-

nufaturado a importância de Cr\$ . . . . . 468.101.000,00 e exportou em idêntica forma apenas Cr\$ 105.753.000,00, havendo pois um déficit na balança comercial na ordem de Cr\$ 363.348.000,00.

Conclue-se portanto que além dos prejuizos de ordem econômica e social que essa vultuosa importação de lã ocasiona à indústria nacional, acresce ainda os reflexos de tal situação na balança comercial do país, permitindo uma evasão de ouro que em nenhuma hipótese se justifica, pois se trata de um setor da economia nacional cuja matéria prima existe no país e sua industrialização alcançou notável progresso em todos os sentidos.

Examinando-se a problema sob o aspecto técnico-econômico surge naturalmente a pergunta: Está a indústria nacional em condições de atender ao consumo do país de todos os tipos de fios e tecidos que nele são negociados.

Essa pergunta, naturalmente, pode ser interpretada de duas maneiras. Si par consumo nacional se entende o uso de tecidos de lã de média qualidade acessível ao poder aquisitivo de todas as classes sociais do país, teremos que forçosamente reconhecer que a indústria nacional está capacitada a atender plenamente as exigências do consumidor nacional. Si entretanto incluímos o consumo de tecidos de alta qualidade obtidos unicamente com fios de alta titulação, teremos que reconhecer que a sua produção é ainda diminuta pela falta de matéria prima nacional em condições satisfatórias.

O que está ocorrendo no momento porém não é a importação desses artigos que a indústria nacional ainda não está capacitada de produzir em quantidades satisfatórias. Ao contrário a concorrência estrangeira com fios e tecidos de qualidade idêntica ao que se produz no país, porém a preços abaixo do custo.

O extraordinário afluxo observado nas importações de fios e tecidos de lã tem contribuído para a situação de franca saturação em que se encontram os mercados nacionais, com os mais graves prejuizos para a produção, comercialização e industrialização da lã. Esses prejuizos também alcançam o próprio comércio de tecidos que já se vê a braços com situações financeiras verdadeiramente embaraçosas.

Urge, portanto, a adoção de medidas eficientes, capazes de resolver a situação

aflitiva da indústria e do comércio de lã e garantir a normalidade da produção e dos mercados nacionais para o futuro.

Diante da capacidade da indústria nacional de abastecer o país de tecidos de lã, seria de toda a conveniência o estabelecimento do limite de 50 toneladas anuais para a importação de tecidos de lã.

Com referência ao fio de lã parece-nos de todo aconselhável que se adotem as medidas propostas pelos Sindicatos de Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, que atendem plenamente todos os interesses jogo:

1.º — Que só seja permitida a importação de fios de lã quando adquiridas diretamente por empresas que se dediquem a indústria de lã;

2.º — Que os pedidos de licença de importação de fios de lã sejam encaminhados à Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, por intermédio dos Sindicatos de Indústria de Fiação e Tecelagem da respectiva região, cumprindo a estes controlar as reais necessidades de consumo de cada fábrica, a semelhança do que ocorre, com êxito, com relação a exportação de fios de algodão.

É indicustível a importância da tarifa aduaneira para a orientação econômica do país. Ao lado do suprimento de recurso para o herário público, tem a pauta alfandegária e elevada missão de estabelecer a sistematização da produção nacional.

Relativamente aos artigos de lã, em que as matérias primas estão submetidas a direitos superiores aos dos produtos manufaturados, a tarifa revela ausência completa de orientação técnica e provoca graves distúrbios na economia nacional.

A taxaçoão deve guardar sempre a devida proporção quanto aos valores das mercadorias tributadas.

AO Decreta lei n.º 8.819 de 24-1-1946, revogou em parte os de números 7.367 de 8-3-1945 e 7.682 de 27-6-1945.

Em consequência dessas alterações as taxas dos artigos 133 e 136, isto é, lã bruta, lã lavada e lã preparada não foram alterados conservando-se como estavam, atingindo portanto o Decreto Lei 8.819 unicamente o artigo 137, isto é, fio de lã já manufaturado e fio de lã em novelos (para crochet) que passou pela revogaçoão extranha e parcial dos referidos decretos

7.367 e 7.682, a pagar de acordo com o antigo Decreto-Lei n.º 2.872, de 18-12-1940.

## DECRETO 8.819

Lã bruta	Cr\$ 2,80
Lã lavada (crua)	" 8,00
Lã preparada (crua) "1 pr"	" 15,00
Fio manufaturado (crua)	" 4,60
Fio de lã em novelos (craquet)	" 21,00

Evidencia-se pelo simples confronto das escalas acima que a tarifa em vigor nem sequer guardou o indispensável escalonamento que deveria ser mantido tendo por base a tarifa incidente sobre a lã bruta. Ao contrário do que deveria ser o finalidade da tarifa o Decreto-Lei n.º 8.819 favorece enormemente a entrada de fio de lã já manufaturado, pois paga menores direitos que a própria lã apenas preparada e lavada.

Si realmente houvesse interesse de defender a economia nacional através de taxas aduaneiras deveriam estas serem pro-

Lã bruta	US\$
"Taps"	"
Fio	"
Tecido	"

Transportado que fosse para o nosso país identico critério deveria a nossa tarifa ser

## VALOR AP

Lã bruta	Cr\$ 20,00	por kg.
Lavada	" 40,00	" "
"Taps"	" 90,00	" "
Fio	" 120,00	" "

## CONCLUSÕES

1) A indústria nacional de lã constitui um dos setores de maior importância no parque industrial do Brasil, pelo seu aspecto econômico-social.

2) A tendência da indústria nacional de fiação e tecelagem de lã é aumentar o sua capacidade de produção, passando de ... 159.600 fuzos para 223.700 no próximo ano de 1950.

3) A produção nacional de lã bruta atende apenas a 80% do consumo da indústria, sendo necessário a importação de matéria prima de alta finura acima de 64's para manufatura de fios de alta titulação acima de 56.

4) A grande maioria dos fiações nacio-

Como consequência dessa inexplicável medida passou a tarifa em vigor a seguinte escala

## DECRETO 7.367

	Cr\$ 2,80
	" 8,00
	" 15,00
	" 20,00
	" 43,00

porcionais aos valores das mercadorias, a exemplo do que acontece na grande parte dos países que têm uma produção a defender da concorrência e dos "dumpings" estrangeiros.

Nos Estados Unidos da América do Norte cuja produção laneira pode ser comparada à do Brasil, pois está em condições semelhantes, dispendo de grande produção de lã e uma indústria nacional extraordinariamente desenvolvida, que ainda necessita importar mais de dois terços do seu consumo de matéria prima em estado bruto, as tarifas sobre lã obedecem o seguinte escala:

0,24	por libra lavada	
0,37	" "	mais 20% ad valorem
0,37	" "	" 35% " "
0,50	" "	" 60% " "

a seguinte, tomando por base os valores médios:

## PROXIMADO

Tarifa	Cr\$ 2,80	
"	" 8,00	mais Cr\$ 8,00 ad-valorem
"	" 15,00	" " 31,50 "
"	" 20,00	" " 72,00 "

nais estão aparelhadas para produzirem qualquer tipo de fio, desde que disponham de matéria prima apropriada.

5) Toda a produção de fios é destinada ao consumo das tecelagens nacionais sendo exportado apenas pouco mais de 20 toneladas anualmente.

6) O maior entrave ao desenvolvimento da indústria nacional de lã reside na concorrência do produto estrangeiro, que é vendido no país a preços inferiores ao custo nas fábricas nacionais.

7) As facilidades proporcionadas pela tarifa anti-protcionista que prevalece para a lã, acrescidas da disparidade do valor do cruzeiro no mercado interno e externo, ocasionam enorme deficit na balança comercial do Brasil e ameaçam de moerem

alarmante a estabilidade econômica da produção, do comércio e principalmente da indústria da lã.

8) Há necessidade urgente de se regulamentar a importação de fios e tecidos de lã, cobrindo exclusivamente aos Sindicatos de Fiação e Tecelagem das diferentes regiões fabris, contralando as reais necessidades de consumo de cada fábrica.

9) A atual pauta aduaneira referente a tarifa de lã caracteriza-se pela falta de critério e de técnica tarifária, pois não guarda o devido escalonamento com relação ao valor dos diferentes artigos desse textil, resultando daí que ela favorece a entrada de produtos manufaturados, com grave prejuízo para a defesa inadiável em defesa da industrialização de lã, e, condicionando essa importação a tipos de fios de alta titulação, esta é, acima de 56.

3.º — Que os pedidos de importação de fios e tecidos somente seja feito por intermédio dos Sindicatos de Indústria de Fiação e Tecelagem de cada região, cumprindo a estes contralando as necessidades de consumo de cada fábrica.

4.º — Revogar a Decreto-Lei n.º 8.819 revogando o Decreto n.º 7.367 acrescido de taxas ad-valorem.



### SEMENTES

Hortaliças, Flores, Florestais,  
Leguminosas, Forrageiras, etc.  
Alta seleção e germinação  
comprovada

Ferramentas e Aparelhos  
Polvilhadeiras — Inseticidas  
Artigos Apícolas — Adubos  
Livros Agrícolas, etc.

Peça um catálogo grátis

**DIERBERGER AGRO  
COMERCIAL LTDA.**

RUA LIBERO BADARO, 499-501

Caixa postal 458

S. PAULO

# Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA

ANTICARBUNCULOSA (CARBUNCULO HEMÁTICO)

CONTRA A DIARRÉIA DOS PEZERROS (PNEUMOENTERITE)

CONTRA A PNEUMO-ENTERITE DOS PORCOS

**PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.**

PEÇA AO SEU FORNECEDOR

CAIXA POSTAL, 1420 — RIO DE JANEIRO

# Ferramentas, Implementos e instrumentos agrários (.)

ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

3.<sup>o</sup> Vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Examinando os debates havidos durante a audiência pública realizada para o estudo do ajuste comercial entre o Brasil e Grã-Bretanha, na parte referente aos artigos de CUTELARIA, FERRAGENS, IMPLEMENTOS E INSTRUMENTOS, pedimos venia para fazer algumas considerações no interesse da agricultura e da indústria nacional.

## ENXADAS

A nossa importação de enxadas nos anos de 1935 a 1949 manteve-se em ascensão nos primeiros três anos, baixou no quarto, caiu nos três anos seguintes, foi muito reduzida durante a guerra para, afinal, elevar-se nos três últimos anos com o agravante de preços muito mais altos do que os do primeiro período e pouco mais baixou que os de importação alcançados durante a guerra.

Foram as seguintes nossas importações nos últimos quinze anos:

### IMPORTAÇÃO

Ano	Quilos	Cr\$
1935	4.430.394	22.388.935,00
1936	5.620.795	26.990.568,00
1937	5.952.360	33.365.258,00
1938	3.571.110	20.540.000,00
1939	1.394.429	8.857.961,00
1940	1.094.150	7.174.027,00
1941	739.632	5.467.759,00
1942	172.921	1.377.849,00
1943	2.803	29.389,00
1944	24.010	272.155,00
1945	70.023	1.218.287,00
1946	745.482	9.242.889,00

(\*) Parecer defendido em reunião da Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais

Ano	Quilos	Cr\$
1947	1.490.070	22.596.351,00
1948	2.490.070	37.083.724,00
1949	2.995.082	46.642.835,00

Observa-se que, as importações de 1949 comparadas com as de 1947, correspondem em volume e valor a mais do dobro e, ao que conta, não foram limitadas ao artigo reputado de boa qualidade. Da variadas marcas e procedências figuram, entre as enxadas importadas, tipos que não conseguiram, nos exames realizados por iniciativa do Ministério da Agricultura, sendo favorável dentro das especificações estabelecidas como capazes de satisfazer as exigências do labor agrícola.

Divergem, neste particular, consideravelmente, as opiniões, tendo-se uns pela proibição da importação, alguns no sentido de serem estabelecidas restrições e, outros, afinal, abertamente, pela liberdade de importação.

Proibir a importação é medida que não aten-

de aos interesses da agricultura (\*) porém, pensando bem as consequências, não nos parece deva ela defender a importação indiscriminada, livre, que não tem concorrido, até agora, para a melhoria da distribuição nem para a baixa dos preços. Acreditamos estejam seguindo bom caminho os que opinam devam tais restrições ficar adstrita à qualidade do pelo estabelecimento de restrições, mas entendemos, artigo importado que, em nenhuma hipótese, deverá ser inferior, sob qualquer aspecto, ao melhor produto de fabricação nacional.

Não deseja a agricultura, que reconhece o apreço a esforço da indústria, concorrer mesmo indiretamente, para o seu desestímulo e desorganização. Devemos nos lembrar que durante a guerra deu a indústria nacional muito mais do que esperávamos e aparelhou-se, com inegável esforço, para suprir deficiências do mercado interno que, ainda agora, não obstante as crescentes importações realizadas, nos quatro últimos anos, sofre com a falta do artigo nos mercados do interior, seja em consequência da diminuição da capacidade aquisitiva dos compradores, seja por dificuldades apostas à distribuição. Não devemos esperar possam as repartições oficiais, que adquiririam o artigo para cessão, a preço de custo, a agricultores, atender aqueles residentes em localidades distantes e praticamente afastadas de sua área de alcance e influência efetiva.

No quinquênio 1945-49 elevou-se a produção nacional de enxadas dos tipos consumidos nas diferentes regiões do país a cerca de 20.762.548 unidades, assim distribuídas:

Ano	Número de peças (*)
1945	2.771.908
1946	3.170.781
1947	3.524.765
1948	4.367.730
1949	6.927.364

As fábricas nacionais de enxada, entretanto, segundo elementos divulgados (\*\*) e confirmados em inquérito que acabamos de realizar, têm elevada capacidade de produção — superior a 7.000.000 de peças — como se vê pela seguinte relação:

Companhia Mecânica e Importadora de S. Paulo . . . . .	3.000,00
Indústria Metalúrgica N. S. da Aparecida S/A. . . . .	1.200,00
Companhia de Aços Especiais Habira (Acosipa) . . . . .	1.200,00
Fábrica de Artefatos de Aço Tipo Ltda	1.200,00
Metalurgia New-Zor Ltda . . . . .	180,00
Industrial S. Sebastião Ltda. . . . .	120,00

(\*) A importação estimularia a concorrência que evitará o desinteresse do fabricante nacional pela melhoria da qualidade e pela manutenção da importância de sua marca e ainda, abusos na formação dos preços

Fábrica de Itajubá (Exército) . . . . .	120,00
Diversas (não incluída a "Usina Caganã", em Recife, de instalação recente) . . . . .	350,00

Segundo esclarecimentos que nos foram prestados por representantes das três primeiras empresas relacionadas não tem havido elevação do consumo de enxadas "que continua limitado entre 4.500.000 e 5.000.000 de peças por ano" o que, evidentemente, não é muito, é inferior a capacidade das fábricas e pouco maior que a média da produção

(4.152.509) no quinquênio 1945/49 (\*) cresceu de quota anual de enxadas restauradas (300.000). Considerado o consumo médio anual de 5.000.000 de peças, a produção de 1949 cresceu das unidades restauradas e da importação do mesmo ano (6.927.364 + 300.000 + 2.604.419) somos levados a admitir a existência do elevado estoque no país e o excesso, a menos que seja, como acreditamos, muito maior o consumo, terá de influir no mercado e, naturalmente, no ritmo das importações.

Em referência à qualidade devemos considerar que são encontradas no mercado, de fabricação nacional e, ainda, que as fábricas nacionais têm cuidados e de procedência estrangeira, boas e más e com interesse da melhoria do produto achando-se algumas delas, ao que estamos informados, aparelhadas para a fabricação do artigo que, com especificações precisas, venha a ser reclamado. Está provado pelos exames realizados em institutos oficiais de tecnologia, — institutos de cuja idoneidade não se pode duvidar —, a excelência de algumas marcas de enxadas nacionais e de procedência inglesa, mas, também, a existência no mercado de enxadas de fabricação nacional e de procedência estrangeira que não alcançaram, nos exames a que foram submetidos, satisfatória classificação.

Os tipos de enxada preferidos no país, por satisfazerem determinadas exigências não só pelo hábito de sua utilização outros, devem merecer a atenção dos fabricantes e dos importadores, mas, em qualquer caso, se impõe pela qualidade, corresponder às especificações estabelecidas para o artigo bom e como tal considerem os agricultores, nas respectivas zonas, aquele que resiste ao trabalho em suas terras e duram proporcionalmente mais tempo. Procedem as reclamações, os pedidos insistentes de importações, de zonas determinadas que não têm em contrário, as enxadas utilizadas no trabalho de suas terras, a resistência e a durabilidade necessárias.

Não se pode por em dúvida e nem considerar como resultantes de juízos apressados o pronunciamento das associações rurais que traduzindo a opinião de seus associados, batem-se, com insistência, pela liberdade de importação. Consideramos, porém, dever elementar advertir que a importação só por si, indiscriminada, não resolveria o problema, pois, entre as enxadas importadas, mesmo da Inglaterra, há marcas que não correspondem e não conseguem satisfatória classificação.

Devemos, portanto, importar somente a artigo de boa qualidade e que satisfaça nos requisitos de resistência e durabilidade no trabalho das terras a que se destinam.

O mesmo critério poderá ser aplicada às enxadas de procedência alemã, uma vez que a importação de artigos de "catelorm em geral, inclusive ferramentas agrícolas manuais" está subordinado, no ajuste comercial negociado, aos "tipos licenciáveis pela CEXIM".

#### FOICES E MACHADOS

Não suscitaram êsses artigos interesse maior preteridos pela enxada. Apesar de utilizados, em menor escala, nos labores rurais, teriam provocado debates acalorados, fossem desfavoráveis as condições apresentadas pelos artigos de fabricação nacional. Mesmo assim concorrem, principalmente os machados de procedência estrangeira, importados, para o decréscimo da nossa atividade fibrial, embora já se disponha no país, de instalações e aparelhamento apropriados à melhor fabricação.

#### CAVADEIRAS, ENXADAS E PICARETAS

Artigos utilizados em trabalhos rurais de extração pesada e (bertura de buracos para estérios de cêrcos, vulas, caminhos, etc. em terrenos endurecidos ou pedregosos) precisam satisfazer requisitos de resistência e durabilidade

#### PÁS

As de utilização hortícola, principalmente, tem requisitos que os fabricantes ingleses atendem satisfatoriamente.

#### FACAS, FACÕES OU TERÇADOS

Os tipos utilizados nas atividades agro pecuárias, licenciáveis em dólares norte-americanos e francos suíços, poderiam ser vantajosamente fornecidos pela indústria nacional, sendo os de fabricação inglesa, geralmente, bem conceituados no mercado rural brasileiro.

#### ALFANGES

As lâminas de fabricação nacional que temos experimentado deixam muito a desejar. Não fiata bem, amassam com facilidade e têm, perdendo, pequena duração

#### CANIVETES E TESOURAS

Canivetes de enxertia e poda, assim como tesouras de poda e outras ferramentas hortícolas escazeiam no mercado os tipos mais desejados pelos floricultores, fruticultores, jardineiros e viveiristas.

#### CONCLUSÕES

Em face do exposto e tendo em vista os interesses da agricultura que, repetimos, aprecia e tem em grande conta os esforços da indústria que conseguiu, e inegável, grande progresso na fabricação de artigos indispensáveis ao desenvolvimento do meio rural, notadamente de ferramentas, implementos e instrumentos agrários, há poucos anos de importação forçada, concordamos, em princípio, com a contra-proposta brasileira, opinando no sentido:

(\*) — Cálculo baseado no peso médio de 1.150 gra. por peça

(\*\*) — A enxada na economia nacional — pgs 7 e 8 do número 6 — fevereiro de 1956 — Vida Rural

(\*) — Cálculo baseado no peso médio de 1.150 gra. por peça

- a) — da importação de enxadas de fabricação inglesa, dentro do limite que venha a ser estabelecida, ficar subordinada a marcas cujos característicos se enquadrarem em especificações aprovadas pelo Ministério da Agricultura e que assegurem, realmente, a boa qualidade do artigo;
- b) — da importação de foices, machados, enxadaes manuais, enxudões, picaretas e pias, notadamente das destinadas à horticultura, e lâminas de arfuge, ficar subordinada ao fator qualidade;
- c) — da inclusão na lista de artigos licenciáveis pela CEXIM de facas, facões ou terçados utilizados nas atividades agro-pecuárias e, bem assim, de canivetes de enxertia, tesouras de poda e outras ferramentas hortícolas fabricadas na Grã-Bretanha e ser importadas dentro dos limites estabelecidos.

#### A AGRICULTURA NO CENSO DE 1940

Foram recenseados, em 1940, 1.904.589 estabelecimentos agro-pecuários no território nacional. A área total dos mesmos somava 197.720.247 hectares, dos quais apenas 18.835.430 eram ocupados pela lavoura; 88.141.733 hectares eram pastagens, 49.085.464 matas, 29.296.493 terras não aproveitadas e, finalmente, 12.361.127, terras improdutivas. Dos estabelecimentos recenseados, 590.322 dedicavam-se à agricultura; 1.133.946 à agro-pecuária e 115.347 apenas à pecuária.

Do total dos estabelecimentos, 1.530.482 eram

de propriedade individual, dos quais 1.410.850 de brasileiros natos; 23.968, de brasileiros naturalizados e 95.664, de estrangeiros. 226.428 estabelecimentos eram de propriedade em condomínio; 17.320, de propriedade de pessoas jurídicas; 100.080, pertenciam ao Governo e 30.279, de propriedade não declarada. A maior parte dos estabelecimentos era explorada pelos próprios proprietários; mas 178.375 o eram por administradores; 221.505, por arrendatários; 109.016, por ocupantes e 19.090 por outras pessoas de qualidades diversas ou não declaradas.

Quanto à área desses 1.904.589 estabelecimentos, o Censo Agrícola de 1940 apurou que 39.305 tinham menos de um hectare; 103.077, de um a dois hectares; 272.086, de dois a cinco; 240.089, de cinco a dez; 315.676, de dez a vinte; 455.057, de vinte a cinquenta; 204.705, de cinquenta a cem; 123.008, de cem a duzentos; de 89.332, de duzentos a quinhentos; 31.478, de quinhentos a mil; 18.932, de mil a dois mil e quinhentos; 5.390, de dois mil e quinhentos a cinco mil; 2.217, de cinco mil a dez mil; 1.236, de dez mil a cem mil, e, finalmente, apenas 37, com área superior a cem mil hectares. 2.964 estabelecimentos não tinham área declarada. Verifica-se, por conseguinte, que a percentagem que cabe aos estabelecimentos de grande superfície é pequena.

O valor total dos estabelecimentos recenseados em 1940, foi estimado em 34 bilhões, 879 milhões e 837 mil cruzeiros, sendo 19 bilhões, 897 milhões e 156 mil cruzeiros referentes às terras; 5 bilhões, 316 milhões e 139 mil cruzeiros aos prédios e construções e 8 bilhões, 94 milhões e 1152 mil cruzeiros nos animais.

## Discos MAREMONT para ARADOS E GRADES

FABRICAÇÃO DE MAREMONT AUTOMOTIVE PRODUCTS INC — CHICAGO — U. S. A



Máxima durabilidade sob as mais severas condições de serviço — Furo central redondo ou duplo quadrado podendo o mesmo disco ser adaptado a eixos de diferentes diâmetros. — Todos os tipos e tamanhos.

PREÇOS ESPECIAIS PARA REVENDADORES E FABRICANTES — SOLICITEM INFORMAÇÕES

Distribuidores exclusivos para todo o BRASIL:

Companhia Americana de Intercâmbio (Brasil)

CADIB

AVENIDA RIO BRANCO, 311-5.º andar

Telefone: 22-2147

Rio de Janeiro

RUA JAVARI, 468

Telefone: 9 7019

São Paulo

# Cooperativismo, Crédito Agrícola e Colonização

## Esclarecimentos e Considerações

FABIO LUZ FILHO

Presidente do Centro Nacional  
de Estudos Cooperativos

### O CRÉDITO COMO SERVIÇO SOCIAL NO MÉXICO

O crédito agrícola é em certos países encarado como um serviço social, tal como o instrução, a saneamento, etc., ou como um serviço público, dos quais se afasta a ideia de lucro. Esse o critério mexicano ao instituir o crédito oficial aos "ejidatários".

Sem, entretanto, chegar aos empréstimos gratuitos, (Aristóteles, Proudhon com seu "direito econômico"), as garantias e os juros para empréstimos "de avio" e outros, têm eles mais um caráter educativo, de vez que as cooperativas locais (que reúnem milhares de "ejidatários) são controladas e assessoradas pelo Banca Nacional de Crédito Agrícola, de âmbito nacional, até quanto ao processo de comercialização dos produtos agrícolas. Tem função tutelar. Estabelece armazéns de depósitos junta às cooperativas.

Os indígenas, que formam 50% da população mexicana, preferem manter a tradição do "ejido", pequena propriedade ou comunidade. (Ver "Teoria e prática das sociedades cooperativas", do autor).

O sistema agrário constitucional mexicano admite a **média e a pequena propriedade rural**, pelo gradativo fracionamento dos latifúndios, proibidas às sociedades anônimas e instituições bancárias a aquisição de terras. Criou-se a "Homestead" (patrimônio de família), inspiração da legislação norteamericana.

O cultivo coletivo da terra, substituindo o exploração parcelária das "ejidos", encontra obstáculos, entre outros, no baixo nível cultural do indígena e sua índole suspeitosa em número as regiões mexicanas.

A reforma agrária mexicana visou à criação de uma classe média rural alicerçada na pequena propriedade, que está sendo consolidada pelo crédito agrícola fácil, barato e, sobretudo, educativo.

O crédito agrícola integra 40% dos parâmetros de desenvolvimento rural.

O Banco Nacional de Crédito Agrícola parte do princípio de que o numerário que a agricultor pode pedir depende de sua capacidade de administração e da produtividade que consiga com o dinheiro que recebe para a operação desejada; o prazo de amortização do empréstimo deve estar em relação com os fins do mesmo, na conformidade do rendimento da inversão, que, por sua vez, está na dependência da rapidez de circulação do capital. O juro deve corresponder ao preço do dinheiro no mercado, acrescido dos riscos e sustos de cada caso particular. As garantias não podem enquadrar-se na rigidez do crédito territorial.

### FUNDOS COMUNS E GARANTIAS

Nos países de avançada civilização agrícola, há, até, para efeitos de crédito agrícola, a criação de fundos comuns de garantia de depósitos organizados pelas sociedades cooperativas, que seguem o mesmo modelo de estatutos, o que oferece segurança sólida aos depositantes, coma na Letônia e na França, onde a organização do crédito agrícola é basicamente cooperativa, repousando na autonomia das cooperativas, encarregado a estabelecimento Central (Caisse Nationale de Crédit Agricole) de pôr à disposição das cooperativas a numerário necessário aos empréstimos agrícolas na medida em que seus recursos próprios sejam insuficientes, ou não possam ser empregados em operações de médio ou longo prazo.

Para as empréstimos de prazo curto, as garantias, correntes em todos os países que têm a verdadeira noção do crédito agrícola, são depósitos de títulos, uma caução, um warrant, as colheitas pendentes, um compromisso da garantia de produtos colhidos.

"A caução ou garantia solidária de reembolso, — subscrita por terceira pessoa equitativa e capaz, — a recomendar-se todas as vezes em que for possível.

"Poder-se-á aconselhar a formação de pequenos grupos de agricultores que se dêem reciprocamente caução solidária perante as instituições de crédito agrícola". (Tardy).

Esta modalidade prevaleceu na quase totalidade das verdadeiras cooperativas de crédito do Brasil, cheias de bom senso e com raízes nas nossas condições de meia, desde as prósperas caixas rurais do Rio Grande do Sul, até às caixas e cooperativas de crédito de responsabilidade limitada do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, entre outras. A Central das Cooperativas de crédito da Paraíba assinala em seu balanço o predomínio dos descontos e contas-carrentes garantidas ou a descoberta, e empréstimos sobre promissórias, como as caixas do Rio Grande do Sul, de vez que a Central controlada, assessorava e fiscaliza as suas filiações.

As caixas rurais do Rio Grande do Sul realizam verdadeiros "créditos de aquisição", que favorecem a colonização.

"O **warrant** agrícola pode ser utilizado onde a grau de evolução dos agricultores fôr suficiente", porquanto a falta de posse do penhor será um risco para o prestamista se essa condição não existir.

"O **warrant** comercial é possível com a existência de armazéns gerais. Se os agrupamentos cooperativas tais como silos, atafonas, estufas e cantinas dispuserem de locais nos quais possam ser armazenados os produtos que servem de garantia, facilitarão as operações de prazo curto, que nos Estados Unidos vão de 9 meses a três anos sobre bilhetes de mercadoria e conhecimentos de produtos não deterioráveis "empréstimos de movimentação de capital".

"Notadamente para o financiamento de colheitas, a **warrantagem** coletiva oferece maior segurança para o prestamista".

"A cessão das colheitas pendentes constitui de alguma sorte uma forma de **warrantagem**, de vez que a penhor fica na posse do que pede o empréstimo. É comum nas colônias francesas. A soma adiantada não ultrapassará certa fração (no geral um terço do valor provável da colheita), feito o empréstimo com certa antecedência (no geral 4 meses) sobre a safra.

E há compromisso prévio escrito de parte do agricultor.

#### A LOCALIZAÇÃO DO CRÉDITO E PRAZOS

**Louis Tardy**, diretor da Caisse Nationale de Crédit Agricole, da França, é conside-

rada uma das maiores autoridades mundiais nêsse assunto. Frisau êle mais que as cooperativas locais de crédito devem reunir-se em sociedades regionais, estas como guias e caixas de compensação e desconto.

Essas sociedades em cada país formarão um organismo central com participação estatal, central de compensação e de desconto, coordenadora e disciplinadora das atividades das associações cooperativas regionais e locais e controladora de seu funcionamento.

O crédito será adaptado ao rendimento médio e à capacidade de reembolso das explorações agrícolas.

O crédito agrícola, afirma êle, para preencher papel útil, deverá:

1.<sup>o</sup> — Ser concedido para um prazo suficientemente longo e que esteja em relação com a operação que se tenha de facilitar.

2.<sup>o</sup> — Ser consentido a uma taxa de juros pouco elevada;

3.<sup>o</sup> — Ser cercado de garantias suficientes a fim de se evitarem os abusos de crédito; mas, não deve ser obrigatoriamente um crédito real, e poderá revestir, quando necessário, a forma de um crédito pessoal, tendo em conta, sobretudo, o valor moral e profissional do tomador; é o crédito moral;

4.<sup>o</sup> — Ser adoptado ao rendimento médio e à capacidade de reembolso das explorações agrícolas, notadamente nos períodos de crise;

5.<sup>o</sup> — Ser praticado por instituições cujas dirigentes tenham recebido formação especial e possuam conhecimentos comprovados no domínio bancário.

Deverão as associações possuir recursos que possibilitam os empréstimos escalonados por um longo período, quando necessário, dentro do critério básico de distribuir os prazos em consonância com a divisão tripartida do capital agrícola, **circulante**, **mobiliário** (morto ou vivo) ou de **exercício**, e **territorial**.

O **crédito pessoal** só se concebe quando o organismo financiada fôr local, isto é, situado "à porta do agricultor", o que constitui o critério cooperativo generalizado no mundo. Uma resenha que fizéssemos dos sistemas de crédito agrícola em numerosos países, isso poria em nítido relêvo.

Já se disse que a **localização** do crédito traz o conhecimento direto das qualidades reais e profissionais do agricultor e do valor produtivo de suas explorações agri-

colas, o que o torna mais justo, barato, simples e útil, fundamentado na confiança e no conhecimento recíprocos.

O crédito agrícola cooperativa preenche estes requisitos cardiais.

Os economistas italianos afirmam que deve revestir o caráter de **crédito controlado**.

Isso sempre preconizámos no Ministério da Agricultura, desde 1926, início da relação oficial contra o falso cooperativismo no Brasil, e em livros sucessivos.

## CREDITO COLETIVO

O **crédito coletivo** é o feito as cooperativas como pessoas jurídicas.

Para este caso, a exigência da hipoteca em geral ou é feita quando se trata da aquisição de imóveis ou quando a cooperativa já os possui, ficando os associados solidariamente responsáveis pelo reembolso. São os empréstimos no geral representados por títulos com prazos renováveis. Esses efeitos são garantidos por avais dos proprietários ou associados ou pela produção que possua o prestatário.

Podem mesmo ser aceitas garantias da firma ou assinatura dos presidentes das cooperativas, lídima fórmula de crédito pessoal, meio eficaz considerado com o melhor ajustado às condições e necessidades do agricultor, pelo lado moral e pelo ângulo da simplicidade do mecanismo.

É comum também ser proporcionado o crédito ao capital social, ou a algumas vezes o capital realizado e às reservas das cooperativas.

Entretanto, não estão excluídas garantias como a caução pessoal de um ou vários fiadores olváveis, associados ou não, efeitos de comércio, títulos oficiais, objetos de valor e bens mobiliários, **warrants**, hipotecas e penhor. Questão de prazos e natureza de garantias.

## CREDITO DE COLONIZAÇÃO NA ARGENTINA

A Argentina possui "créditos de aquisição" que são créditos de colonização.

É sabido com que zelo sempre tratou ela dos dois problemas básicos para sua economia rural, a colonização e o crédito.

O Banco de la Nación Argentina, o Banco Hipotecário Nacional, entre outros, orientam uma política agrária.

Para o aumento da colheita do ano de

1947, por exemplo, o Banco de la Nación Argentina criou empréstimos especiais de fomento nas zonas agrícolas destinados a cobrir as despesas com a sementeira e a aquisição de sementes de trigo, linho, cevada, aveia e centeio.

Os empréstimos eram feitos sobre a firma do agricultor a juros de 4% anuais, crédito, pois, pessoal.

E não só o governo federal tem essa preocupação; os principais também. O Banco Provincial de Santa Fé foi autorizado pelo governo da Província a conceder empréstimos a agricultores, criadores e cooperativas agrícolas e pastoris. Estes empréstimos terão garantias hipotecárias de primeiro grau e por prazos maiores de dez anos, destinados a adjudicação de imóveis rurais prepostos à exploração agrícola e pastoril ou a tambos (granjas pastoris), e para o cancelamento de dívidas provenientes de saldos de compras de imóveis rurais em exploração.

São condições destes empréstimos: que os impetrantes sejam agricultores que explorem diretamente suas propriedades ou que as arrendem para explorá-las da mesma forma; que as cooperativas funcionem na conformidade da lei orgânica argentina; declaração de valor produtivo das terras que explorem a adequada organização; que os títulos de domínio sejam perfeitos.

O Banco não aceitará pedidos de empréstimos destinados a cancelar gravames constituídos a favor do Banco Hipotecário Nacional, do Banco de la Nación Argentina (Seção de Crédito Agrário), do Banco Provincial de Santa Fé (Seção de Crédito Hipotecário), cujos prazos sejam superiores aos dos créditos concedidos pela lei de que tratamos.

Não podem os empréstimos autorizados por esta última lei exceder de 50.000 pesos por pessoa. As cooperativas poderão ter empréstimos até 100.000 pesos. O Banco fixará periodicamente os juros das operações previstas nessa lei, tendo sempre em consideração o estado das explorações rurais, o destino e o prazo dos empréstimos.

Todas as operações desse gênero estão isentas dos tributos fiscais. O Banco poderá exigir a qualquer momento garantias supletórias ou pagamento antecipado de crédito concedido, caso fique comprovada uma diminuição da garantia ou o não cumprimento dos requisitos exigidos pela lei.

O Banco Provincial de Santa Fé realizará as vendas das terras que adquirir para

défesa de seus créditos ou em consequência de execução de hipotecas, em porcelas adequados para cada cultura, produção e zona, em superfícies suficientes para o trabalho de uma família, facilitando a pagamento em um prazo mínimo de dez anos, ou por meio de empréstimos especiais da Seção de Crédito Hipotecário.

O Banco regulamentará os empréstimos, dando-lhes o necessário limite, assim como baixará as instruções ou resoluções gerais que considere convenientes para assegurar o exato cumprimento da lei.

### COLONIZAÇÃO COOPERATIVA NA COLÔMBIA

Em face dessa questão do crédito, é preciso ainda considerar que o Colômbia acaba de destinar à colonização cooperativa 50.000 hectares de terras excelentes localizadas nos contrafortes da Sierra Nevada, em Carocalito. Os colonos recebem instrumentos agrícolas, equipamento mecânico, sementes, animais de tração, produtos farmacêuticos, tudo obedecendo a um plano em que se inclui a assistência médico-sanitária, o crédito e o organização cooperativo.

## A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL  
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO  
Presidente do Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA  
CAMARA  
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD  
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART  
DA SILVEIRA  
Consultor-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO

Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º

Telefone: 42-2981

Coixa Postal 1245

Rio de Janeiro

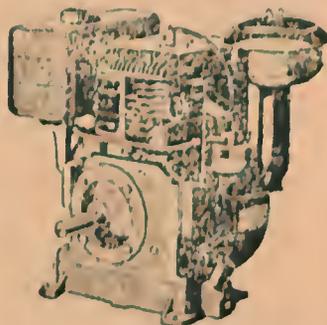
Nem o redação do Revisto nem o Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

PARA BEM SERVIR COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

### BORGHOFF S. A.

Rio de Janeiro - Rua Riachuelo, 247 - Fone 42-3720 - C. P. 619  
São Paulo - Av. Col. O. da Silveira, 63 - Fone 51-6980  
Telegramas - "Borgmagnato" - Rio ou S. Paulo

O MOTOR IDEAL para o acionamento de geradores, compressores, picadeiros de cana, bombas, etc. A gasolina-1 cilindro-4 tempos  
MODELOS DE 0,8 HP A 7 HP em ALTA E BAIXA ROTAÇÃO.



• Leve porém robusto Simples de instalar, pois é refrigerado a ar. Durável e econômico Partida instantânea e manejo muito simples. Oferecido também sob o forma de

GRUPOS GERADORES •  
MOTO-BOMBAS

Oficinas especializadas e estoques de sobressalentes

Representamos outros motores e grupos geradores para qualquer potência.



# A NOSSA AGRICULTURA

PROF. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Evoluiu a nossa nacionalidade e com ela terá que evoluir a nossa agricultura.

Historiar-se a vida de um povo é historiar-se a sua agricultura. Bastante complexa, refletindo o refinamento social e o esplendor de uma civilização, absurda é a suposição de se querer vê-la rutilar entre uma nacionalidade em organização, que sofre o caldeamento de diversas raças e está disseminada por uma imensa extensão territorial. Produto de mera irreflexão é a concepção, a miúde formulada, que já eramos para possuir processos altamente racionais de cultivar o solo, quando, gradativamente, vamos realizando nossas conquistas sociais.

Os grandes esforços da intelectualidade humana, há muito acumulados, só pelos últimos anos do século XIX, com os progressos da ciência experimental, lograram armazenar a soma de elementos precisos para clarear de uma nova aurora o vasto campo da agronomia. Vemos conquistas científicas longamente obtidas pelo espírito humano — no que êle de mais excepcional pôde alcançar até hoje — aliam-se (ciências físicas, químicas, naturais, matemáticas e econômicas) projetando luz nova e vivificadora nos domínios da agronomia. De outra parte, observamos a feição complicadíssima que assume o problema agrônomo em todo o mundo, pelo seu caráter social e principalmente econômico, interessando diretamente os destinos dos povos. A pouco e pouco, vamos obtendo novas conquistas de civilização, trazendo o progresso da agronomia. Lembremo-nos, todavia, que se tornou preciso acumular uma bagagem prática, vencer várias etapas, antes que lográssemos atingir a situação atual.

Palavras de uma profunda verdade prática e de grande compreensão da diretriz a seguirmos foram as proferidas pelo meu grande e saudoso mestre Dr. Dias Martins. **"A ciência tem a mesmo valor em tôda a parte, mas o seu auxilia ao trobolho do homem voria com a pova de cada país."**

Em sulcos indeleveis, como marcos milénários, aí está o trabalho pertinaz de muitas gerações, representando o estudo do meio para a adaptação científica.

A agricultura, preocupando-se com as produções animal e vegetal, na exploração econômica para criar numerário, terá forçosamente que considerar a luta entre a plástica vital e o meio.

A ciência passou a utilizar-se, com os recentes progressos, da experimentação e da observação, como meios de estudo.

A obra incomparável construída pela ciência no século XIX, produzindo benefícios de ordem material, também os trouxe de natureza moral. Não é mais justificável descrever-se, para o futuro, dos seus avanços, que, sempre cintilando, vão abrindo novas luzes ao entendimento humano, no meio em que habita. Pensar o contrário, é preciso dizê-lo, redundaria na descrença contra a qual está a própria evidência dos fatos.

Foi a ciência que, penetrando pelo domínio da relação, rasgou o véu que tornava impenetráveis múltiplos fenômenos, entregues hoje ao conhecimento geral. O franco advento da ciência, apoiando-se na experimentação e na observação, testemunhamos ao assinalar de uma era das maiores prosperidades em todo o mundo. Quebram-se, enfim, os grilhões de muitas tiranias materiais e mesmo morais, tornadas incompatíveis.

A inteligência do homem vai-se clareando, robustecendo com os novos elementos, adquiridos, percorre séculos quase de completas trevas, para receber forte jato de luz com a Renascença e terminar com a grande epopéia de glórias e conquistas que foi o século XIX. Pode dizer-se que o espírito humano caiu no domínio de si mesmo. Assistimos, dessa época para cá, à expansão franca da inteligência humana, com a série de todos os benefícios, cuja lógica consequência seria temeridade prever. Não foi uma evolução, mas uma verdadeira revolução.

Eis-nos, finalmente, no século XX. Tem-se o progresso extraordinário de toda a vida social.

A agricultura entra numa nova fase, de completo remodelamento, dando-se o mesmo com o comércio e com a indústria. **A miséria desaparece donde fôra impossível até então.** O homem recorre à inteligência e à reflexão para criar civilizações de um esplendor incomparável, dando origem a uma vida social em toda a sua plenitude.

A agronomia, como fôra de imaginar, vê rapidamente novos horizontes para os seus destinos, com o desenvolvimento das ciências naturais, físico-químicas, matemáticas e econômicas. As indústrias sentem-se com um bafejo excepcional, o aparecimento da bacteriologia dá um lugar especial à higiene e à alimentação; o comércio amplifica-se extraordinariamente — a humanidade entra numa fase de luz.

Ora, era evidente: havia a necessidade e tornou-se preciso que evoluíssemos social e moralmente, antecipando qualquer movimento para acompanhá-la. Faz-se mister saber que as condições sociais superam, e muito, às vezes, as condições naturais. Não são baldadas as tentativas e improficuos os esforços, que ultrapassam a capacidade de entendimento de um povo? E' urgente criarmos, pela instrução primária difundida e pela educação profissional, o ambiente social em que há de viver e desenvolver-se a nossa agricultura.

Hoje, é lógico admitir-se, com vencido, em parte, o período do **desbravamento**, assinalado na história do progresso do País, com acontecimentos épicos como as bandeiras paulistas.



Impõe-se-nos trabalhar com denodo pela formação do ambiente social que, à medida que se fôr ampliando, fará também crescer o valor moral do nosso povo e expandirem-se todas as suas atividades.

Como agir na emergência em que nos achamos? Logo ao primeiro golpe de vista prescrevendo, pela comunhão de agricultores, que fortemente coopera para a nossa grandeza, distinguimos: uma geração criada nos antigos métodos e outra que surge em horizontes inteiramente mudados.

E' claramente impossível a uniformidade

de orientação. Aqui, como em toda a critéria de orientação, principalmente agrícola, revestindo-se sempre de grande complexidade, se impõe o exame prévio, mediante a aplicação de um plano seguro, modificável tão sômente no decurso de larga experimentação.

Não se pode prescindir, em agricultura, quer pelo lado social, quer econômico e técnico, da observação e da experimentação.

Os deslumbramentos excepcionais da indústria no século XIX, denominado o século da grande indústria, colocou ainda mais em relevo o papel da agricultura na vida econômica dos povos.

Fundamental à vida da humanidade, pois a sua função máxima é produzir a alimentação, não perdeu a agricultura em importância, constituiu-se em uma difícil indústria, caracterizando-se mesmo como a primeira, tanto na ordem científica e social. Os progressos extraordinários da ciência no século passado, trazendo a revolução técnica da agricultura, determinou a sua completa industrialização. Aplica-se-lhe o lema básico da indústria: produzir com o mínimo de despesas gerais e com o mínimo de despesas de produção. As indústrias manufatureiras, pela aparência de melhor remuneração ao trabalho e pelos atrativos especiais dos centros onde se acham, ocasionaram o êxodo dos campos, o desalojamento de capitais e economias. Tal sintoma já se revelou francamente entre nós, cumprindo evitá-lo, dando à agricultura todos os recursos, deixando-a emular condignamente com as outras atividades, prodiagizando conforto e independência aos que a ela se dedicam.

A indústria, qualquer que seja, exige: matéria prima, máquinas, força motora, capital e crédito. Na agricultura, a matéria prima é a semente; a força motora — os instrumentos e máquinas agrícolas; a máquina é a terra e, finalmente, o capital e o crédito são mais indispensáveis à agricultura que a muitas indústrias.

E' preciso, entretanto, distinguir-se a agricultura cria, mas não transforma como a indústria. Prendendo-a a vida da humanidade, por condição biológica, ela interessa e da mesma vida em muitas outras modalidades. Dizem com acerto os economistas: **"Não há boa situação econômica, sem boa situação agrícola."**

A pobreza e a indigência são conseqüências do atraso ou estiolamento da agricultura; pois, não é dela que nos vem a ali-

mentação, a vida para o comércio e a qual se totalidade da matéria prima para a indústria? Recordemo-nos que nela encontra ocupação, pelo menos, 3/4 da população operária do mundo: "Quando a agricultura sofre, as fontes de produção se exaurem, enfraquece o comércio e a paralisia ataca a indústria, cessa a trabalho, e a miséria que pesa sobre o indústrião mãe se estende, como uma vasta lepra, sobre todo o corpo social."

Profundas verdades!

Já no mundo se operava o grande revolução científica que devia intensificar o trabalho agrícola, transferindo a sua técnica, quando nos escasseavam os elementos de produção, num ambiente pouco desenvolvido moral e materialmente, experimentando ainda sensíveis evoluções sociais. Não se pode conter o orgulho pela nossa roça, quando tudo isso se examina, vendo-a triunfar para vir a conceder-nos na campo econômico as louros o que fez já um povo que se tem revelado farte, num país de riquezas incomparáveis e inexploradas.

Podemos dizer que, até aqui, nos mantemos, graças a alguns produtos tropicais, lá riqueza de dons naturais do nosso País, e, em parte, por ter-se realizado o movimento reformador da técnica agrícola nos últimos anos do século passado.

Preparando-nos para o combate econômico do século pela organização agrícola, comercial e industrial; atraindo o elemento colonizador e localizando-a à medida que o meio social for sendo preparado; fazendo com que tenham marcha consentânea com a evolução intelectual da nossa época, atingiremos ao apogeu do nosso nacionalidade.

A agricultura européia esteve preso às minas de salitre do Chile: cuidemos com esmero, portanto, da **conservação da fertilidade do nosso solo**, que muito diretamente se prende aos nossos destinos. A população estará sempre em ligação direta com o preparo dos alimentos do solo, que contribuem para a produção vegetal e mineral, sendo esta produção a fonte de todos os valores que a homem emprega nas necessidades da vida. Dizia Adam Smith, o criador da economia política: A população de um país não depende do número de homens que pode vestir e conter, mas do que pode nutrir.

As grandes aspirações nacionais, as grandes surtos em prol do aperfeiçoamento in-

tellectual, de todo progresso material enfim, todos os justos ideais de um povo farte, viril, não passarão de simples manifestações insatisfeitas, enquanto a independência do nosso estômago constituir um problema...

O Brasil, não deve **nem pode ser uma nação industrial**, antes que seja país de **agricultura próspera e organizada**. Da agricultura é que deverão vir capitais e braços para a indústria. Parece-me a mim, que, neste particular, nas vamos precipitando, sem criar os alicerces básicos de nossa verdadeira evolução econômica.

Agitam-se em todo o mundo as questões econômicas, que empolgam e dominam não só os governos como todas as atividades. País bem; as crises econômicas não resultam senão da diminuição da produção e da diminuição do valor dos produtos. Discerne-se sem esforço, qual o função da agricultura... O lema fundamental que temos a seguir será: produzir muito e barato. As reformas econômicas deverão visar não só auxiliar a produção, como a escoamento e a consumo dos valores.

Como indústria criadora de numerário, por excelência, a agricultura foi e tem sido a formadora da riqueza entre os povos, desde os primórdios da humanidade. Devemos evitar sempre a depreciação da produção, regularizando a grande lei econômica da oferta e da procura, empregando esforços pela estabelecimento de boas estatísticas agrícolas e comerciais. Se não for utopia, será pela menos absurda, querer-se governar sem estatístico.

Como cuidaremos com critério da expansão econômica? Sem o conhecimento exato da produção e consumo dos gêneros, não estaremos às cegas, sujeitos a todas as especulações? Imagine-se, agora, a agricultor que quiser dirigir sua propriedade sem uma boa contabilidade. Fatalmente trará de sucumbir na primeira emergência séria, que se lhe aferecer.

Numa empresa agrícola qualquer, para obter-se o máximo proveito com o mínimo de dispêndios, faz-se mister conhecer todos os influências susceptíveis de agir sobre a produção agrícola; ainda mais, o valor dos produtos, isto é, a situação do mercado. Finalmente em toda a atividade, o progresso dependerá da aquisição de idéias criteriosas, cuja aplicação tenha por consequência imediata a economia no emprego das forças necessárias à produção (trabalho e capital).

Têm nos faltado autonomia e vigor, economicamente falando. Ignoramos a capacidade produtiva do nosso solo e o custo da produção. Ainda mais o que **produzimos e o que consumimos**. Falta nos resolver quase todos os problemas de economia política e rural, entregues ainda o caso e ao obscurantismo.

Dia a dia, felizmente, caminha nossa agricultura, despertada da letargia em que se achava, passando a formar em primeiro plano entre as nossas cogitações de povo soberano e cômico dos seus deveres.

Em agricultura, importa saber, para que sejam uma garantia para o comuão, principalmente entre os povos cujos interesses mais vitais se prendem à produção agrícola, não só os agentes que sobre ela atuam, como também sobre a circulação e o consumo dos produtos, evitando-se crises e situações bem angustiosas. Está evidente que a ação do agricultor isolado e mesmo associado não tem o vigor preciso para o encaminhamento e manutenção da vida econômica do país, desenhando-se também o papel da legislador e do administrador. Uma verdade, entretanto, não deverá apagar-se do nosso pensamento: a melhor combinação se reconhecerá sempre por este simples caráter: "O máximo de iniciativa particular e o mínimo de intervenção governamental". O Governo, como é de sua função, procurará defender e regularizar a vida coletiva, para que a iniciativa particular possa desvalver-se. Nos países democráticos, principalmente, em que o Estado não deve ser mais que a imagem da opinião do povo, cumprindo-lhe executar, é justa que o agricultor o êle faça chegar o êco de suas necessidades, associando-se em defesa dos seus interesses. "Uma população — diz Stuart Mill, que não tem o hábito de obrar espontaneamente no interesse coletivo, que espera do seu govêrno ordens, ou uma direção em tôdas as questões de interesse público, que aguarda o impulso do govêrno para tudo que não é negócio do hábito e da rotina, não goza senão da metade de suas felicidades. Sua educação é defeituosa num dos ramos mais importantes." O agricultor não pode, por contingencia de vida e como fator social preponderante, viver isoladamente, — sendo esta uma das bases fundamentais para a prosperidade da agricultura. A verdadeira associação consistirá no uniao dos pequenos, dos humildes, daqueles que por si

sós nada podem solidarizando-se no trabalho, na competência, no capital, nas responsabilidades — erguendo a nível moral e a situação econômica. A classe agrícola, mais que qualquer outra, tem a imperiosa necessidade de quebrar o individualismo que reina no seu seio. Diz, com muita precisão, o ilustre agrônomo Dumond "A prosperidade da agricultura está intimamente ligada a uma poderosa organização da classe rural." O agricultor, quando associado, fala Meline: "Il oblige tout le monde a competer avec lui, ou lieu d'être le prisonnier de tout le monde." Devo dizer bem alto: a não ser em condições muito seguras de remuneração, mediante crédito razoável, preço mínimo remunerador e bem organizado mutualismo, cooperativismo em tôdas as modalidades, seguridade de consumo, instrução técnica, facilidades do transporte, organização do trabalho agrícola para tornar maior e mais econômica a produção, a completa garantia da propriedade, por boa legislação rural, o povoamento pela colonização estrangeira e nacional, achar-se-á a nossa agricultura e, portanto, a vida econômica do País presa às mais angustiosas oscilações, trazendo em iminência de fracasso os destinos daqueles que a êles se dedicam. A instrução primária e profissional fortemente difundida formará o ambiente social necessário ao desenvolvimento da agricultura.

Por patriotismo e verdadeiro culto aos destinos da nossa grande Pátria, nossos homens de administração, como todos os brasileiros, devem consagrar o mais acrisolado amor a **coisa do progresso da nossa agricultura**.



PEÇAM O

## PEQUENO MANUAL DO CRIADOR

do Médico - Veterinário  
DR. JORGE VAITSMAN

Cr\$ 25,00, pelo reembolso postal

Caixa Postal 3328

R I O



# Histórico do Algodão no Ceará



J. PROTASIO BOGÉA

A planta do algodão aqui já foi encontrada pelo luso, na época da colonização deste Estado, em forma nativa ou agricultada pelo autóctone, desde que grande parte dos artefatos domésticos, como rês de dormir e de pescar, era fabricada com o fio dessa "malvácea".

Aliás, neste particular, os cronistas dos primeiros séculos do descobrimento são acordes em relatar trabalhos de fiação e tecelagem com esta fibra, na civilização pre-colombiana.

O escritor e político cearense, Ildefonso Albano, conta que, em 1600, os índios negociavam algodão com as piratas que velejavam pela costa cearense.

A mesma afirmativa fez o capitão-mór, Martim Soares Moreno, que aqui esteve com Pêra Coelho, durante três anos.

Segundo o dr. Tomaz Pompeu de Souza Brasil, nos tempos coloniais, o cultivo do algodão provavelmente "se limitava às necessidades de consumo doméstico, sendo certo que para a exportação só podiam concorrer as exíguas quantidades plantadas na litoral, pela dificuldade de transporte, carência de estradas, fretes custosos, defeitos de descaroçamento, etc."

O sargento-mór, Antônio José Moreira, que foi o verdadeiro fundador da lavoura algodoeira do Ceará, em viagem de comércio, em 1777 à serra da Uruburetama, viu pés de algodoeiro junto as moradias de Francisco Cunha Linhares e Januário de Albuquerque, verificando ser de excelente qualidade. Dizemos ter sido o mesmo o precursor do fomento dessa fibra, em virtude de ter animado a estes e outros moradores, neste ramo de atividade, e ter financiado a cultura e ensinado o trabalho de beneficiamento e enfiamento.

Em 1877, a zona da "Uruburetama" produziu 78 arrobas, no ano seguinte ascendeu para 234 e, no fim do século XVIII, a produção já era de 5.000 arrobas de pluma.

Ita fez com que outras regiões, como Fortaleza e Aracati, entrassem na porfia da produção e, no princípio do século XIX, a exportação fôsse de 30 a 40 mil arrabas de algodão em pluma.

Durante o período em que o Ceará esteve ligado a Pernambuco, isto é, até a expedição do Decreto de 17 de janeiro de 1799, o algodão aqui produzido era exportado pelo porto de Recife. Esse produto, conforme atestados da época, era muito catado nos mercados europeus, onde ganhara a reputação de primeira qualidade, "devido à finura, fortaleza, comprimento e brilho de suas fibras".

A guerra de "Sucessão Americana" possibilitou ao Ceará produzir 1.135.650 quilos, em 1863. Em 1866 foram vendidos, em Fortaleza, 2.066.072 quilos, por Cr\$ 26,00 a arroba, em pluma. De 1867 a 1870 exportaram-se 22.765.214 quilos.

Fimdo a luta, a concorrência americana fez baixa a nossa produção.

Quanto à exportação, devem ser lembrados os esforços de Barba Alardo, na Administração do qual tivemos os primeiros embarques diretos para a Inglaterra, tendo sido de 165.525 quilos a primeira exportação para aquele porto, verificada no ano de 1810. Em 1813 a exportação havia quasi duplicado: — 306.144 quilos e, em 1814, mostrava, ainda, marcha ascendente — 351.895 quilos.

O Senador Pompeu, no seu "Ensaio Estatístico", diz ser a cultura do algodão a mais antiga e, de todas, a mais importante e florescente.

O cidadão suíça Ravy, que se demorou no Ceará 4 anos, assegurou que "o seu solo e clima são favorabilíssimo à cultura do algodão". "Penso", dizia a mesmo senhor, "ser de grande importância para o futuro desta Província atender seriamente ao meio de melhorar a plantio do algodão". Salientava, ademais, o prejuizo anual de milhares de contos ocasionado pelo empirismo da sistema de cultura empregado.

Comunicava Barba Alardo, referindo-se ao distrito da então Vila de Sobral (1814) — "em consequência das suas ricas serras (Uruburetama e Meruoca) que produzem preciosos algodões, a sua lã poderá vir a ser ainda algum dia importante ramo de comércio". "Eu mandei", prosseguiu, "para essa Côrte, ao Con-

de de Linhares, um amastra que cousou bastante admiração e, igualmente as ingleses a fizeram, igualanda-a oo de Bigonho; porém nãa pude continuar as minhas tentativas, que iam sendo felizes, em consequência do meu despacho para Mata-Grossa".

Quanto o moléstias, parece ser de 1848 o notícia da primeira de vulta, aparecida em princípios de 1800, como se depreende das palavras da presidente Fausta de Aguior, na seu relatório à Assembléia Provincial, em 15 de julha de 1848:

— "O algodãa, cuja cultura esteve algum tempo abandonado par causa da máfo, que a perseguio, já continuo a ser lavrodo cam vantagem." Este "mãfa" seria a "antraquinosis"?

A primeira máquina de descaraçar, de "serras", fai introduzida pela Governã Provinciol e confiado oa importante fazendeiro de serra de Maranguape, Inácio Pinta de Almeida e Castro. Data de 1849 a introdução daquele descoraçador.

Até entãa, ero todo o algodão cearense beneficiado em descoraçar de "rãlo", baseada a suo construção na antiquoda "churca" indiana.

## ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAO BELLO

Programa da solenidade de encerramento do ano letivo e terminação dos Cursos de Hortelão, Fruticultor e Floricultor da Escola de Horticulura "Wenceslão Bello" a realizar-se em 23 de Novembro de 1950, às 16,00 horas.

### 1.º PARTE — ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO

- 1.º — Abertura da sessão pea Dr. Antonio de Arruda Camara, Vice Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e Diretor da Escola.
- 2.º — Relatório das atividades da Escola em 1950, pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira, Vice-Diretor.
- 3.º — Entrega de prêmios aos alunos.

### 2.º PARTE — TERMINAÇÃO DOS CURSOS

- 1.º — Leitura do termo de colação de grau pelo decano da Congregação, Professor Geraldo Goulart da Silveira
- 2.º — Discurso do orador da turma, diplomando José Antonio Simões Lopes
- 3.º — Discurso do paraninfo da turma, Dr. Cinéas Lima Guimarães
- 4.º — Palavras do Dr. Antonio de Arruda Camara, Diretor da Escola

# CRIADORES

Preferim os produtos veterinários  
**RAUL LEITE.** São todos de eficiência  
comprovada e segurança absoluto.



VACINAS, TÔNICOS, VERMIFUGOS.  
PRODUTOS PARA TÔDAS AS  
DOENÇAS E PARA TÔDAS AS  
ESPÉCIES ANIMAIS



Na febre Aftosa — KUKROS E CO-  
LOIDO-CALCIO.

Para banheiros carrapaticidas —  
GAVIAO.

Nas bicheiras e bernas — CRESOS

Nos verminoses — FENOTIAZINA  
— FENOLFTALEINA.

Nas friciras — FRIEIROL.

Nas intoxicações — VITOS.



Peçam folhetos e preços aos repre-  
sentantes nos Estados ou oos

Laboratorios  
**Raul Leite S. A.**

RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130  
— RIO DE JANEIRO —

# I CONFERENCIA NACIONAL DE FEBRE AFTOSA

## O PLANO NACIONAL DE COMBATE A AFTOSA

A I Conferência Nacional de Febre Aftosa, que se reuniu nesta Capital, com a participação de veterinários procedentes de todas as regiões do Brasil, encerrou seu trabalho aprovando vasto plano de combate à zoonose que tão graves danos causa à economia do país.

Sobre esse plano o Dr. Cid de Holanda Tavora, Diretor do Instituto de Biologia Animal, prestou à imprensa as seguintes declarações:

"Os resultados obtidos na Primeira Conferência de Febre Aftosa — declarou-nos o Dr. Cid Tavora — avantajaram-se às previsões mais otimistas. Um notável espírito de equipe e um entusiasmo que já mais presenciei em outros congressos de que participei deram como fruto maior o plano de envergadura nacional destinado ao desencadeamento da luta contra o mal que há tantos anos vem acarretando elevadíssimos prejuízos aos nossos homens do campo.

O Plano afirmou-se sem constrangimento é excelente. Os que o elaboraram têm os conhecimentos e a experiência que o problema sempre exigiu num país como o nosso, que vem pagando pesado tributo à zoonose, onus esses que as estatísticas da Divisão de Defesa Sanitária Animal calcularam serem superiores a 400 milhões de cruzeiros anuais.

De um modo geral o plano atende a todos os aspectos de combate à aftosa, incluindo a questão do crédito especial necessário, sem a obtenção do qual nada se poderá fazer com a amplitude que se almeja. Confiamos, entretanto que esta última parte encontrará apoio decidido e urgente de nossas altas autoridades responsáveis, desde que já o Ministro Novaes Filho, obedecendo ao programa da presidência da República, manifestou sua firme decisão de iniciar em todo o país a tarefa do extermínio da aftosa.

O plano aprovado pela Conferência recomenda com suas providências preliminares a organização de uma Comissão Executiva Central os membros que a deverão compôr a de Comissões Executivas Estaduais, subordinadas à primeira e trabalhando em conjunto.

A Comissão Executiva Central compete em resumo máximo, fixar o Plano de acordo com as recomendações agora aprovadas e superintender a fiscalizar todas as medidas necessárias à sua execução.

Foram considerados os seguintes elementos básicos necessários à execução do Plano e Combate a

Febre Aftosa: produção de vacina e soro em larga escala; medidas gerais de profilaxia e polícia sanitária; investigações e aperfeiçoamentos técnicos; documentação e divulgação e recursos financeiros. Cada capítulo desses tem as suas medidas discriminadas.

Em relação à produção de vacinas e soro em larga escala, o Plano prevê a obtenção de vírus, sua conservação, técnica e preparo, método de elaboração de vacina, preparo e controle do hidróxido de alumínio, recomenda vacina mono e bivalentes, trata das dosagens, vias de inoculação e duração da imunidade conservação, transporte e prazo de validade da vacina, técnicas de tipificação, o preparo de soro anaftoso, a instalação dos laboratórios e locais e inoculação.

No que concerne às medidas gerais de profilaxia e polícia sanitária, recomendou, entre outros pontos, atualizar e ampliar se for o caso a legislação em vigor referente ao trânsito de animais e seus produtos, feiras e exposições e a inspeção sanitária dos matadouros, a vacinação do gado em trânsito internacional, etc.

No capítulo dedicado à investigação e aperfeiçoamento técnicos, o Plano prevê a criação imediata de uma Seção de Febre Aftosa no Instituto de Biologia Animal, com quadro de pessoal próprio, além do levantamento epizootológico dos vários tipos de vírus ocorrentes em todo o país, de manutenção de cursos periódicos sobre febre aftosa e instituição de um prêmio anual para trabalho brasileiro de investigação que traga real contribuição ao melhor conhecimento da moléstia. Determina um estudo mais acurado da vacina trivalente, tendo em vista insucessos verificados na prática.

Para a execução do Plano de Combate, finalmente, a Conferência considerou de imperiosa necessidade que o Departamento Nacional da Produção Animal obtenha, com a máxima brevidade, dos poderes competentes o crédito inicial de 50 milhões de cruzeiros, com urgência, de aplicação de três anos e que o referido crédito seja especial e obedea às normas existentes para a rotatividade das rendas auferidas.

Estamos assim em condições técnicas de desencadear a luta em todo o país contra a aftosa. Restam-nos apenas os recursos necessários a fim de que possamos proteger definitivamente e com urgência uma das maiores riquezas do país. Não poderia haver notícia mais grata aos criadores de todo o Brasil".

## Noticiário da Escola de Horticultura Wencesláu Bello

### NOVOS CURSOS PRÁTICOS:

Tiveram início, em Setembro, na Escola de Horticultura Wencesláu Bello, mais oito Cursos Práticos da série que naquele estabelecimento vem realizando a Fundação Getúlio Vargas. Os novos cursos são os seguintes: Apicultura, Reflorestamento, Botâ-

nica Agrícola, Zoologia Agrícola, Cultura de Raízes e Tubérculos Hortícolas, Multiplicação Vegetal, Cálculos e Medidas Agrárias e Contabilidade Agrícola.

### III Semana do Fazendeiro da Universidade Rural

A Escola de Horticultura Wencesláu Bello esteve representada na III Semana do Fazendeiro da Uni-

versidade Rural pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira que foi membro da Comissão Executiva da referido certame e ministrou aulas sobre "Obtenção de mudas de fruteiras".

#### Atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon

Continuam muito promissoras as atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wencesláo Bello. Durante a realização, na Escola, da III Semana do Hortelão, no período de 3 a 9 de Julho, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, Diretor do Clube, teve oportunidade de prestar contas das atividades do referido Clube, em sessão presidida pelo Dr. William Simão, chefe da Secção de Clubes Agrícolas Escolares do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

#### Homenagem ao Dr. Arruda Câmara

Por ocasião do aniversário da Escola de Horticultura Wencesláo Bello, prestaram os professores e

alunos da Escola uma expressiva e justa homenagem ao Dr. Antonio de Arruda que com tanto carinho e Idealismo vem dirigindo o modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura.

#### Matrícula nos Cursos Práticos

Elevou-se a mais de duzentos, o número de matrículas nos Cursos Práticos ministrados na E. H. W. H. pela F. G. V. no período de Julho a Setembro do corrente ano.

#### III Semana do Agricultor

A Escola de Horticultura Wencesláo Bello esteve representada na III Semana do Agricultor da Escola Agrícola de Barbacena, pertencente à rede de estabelecimentos da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira que, especialmente convidado, ministrou aulas de "Fruticultura", aos numerosos fazendeiros que ali compareceram.

## Combate às "Moscas da Laranja"

JALMIREZ GOMES  
Eng.º Agrônomo

Os nossos lavradores, principalmente das regiões citricolas, são sempre alarmados com o surto das moscas das frutas, que em determinadas épocas do ano, aparecem com intensidade, destruindo grande parte das safras de laranja e de outras fruteiras cultivadas, como pessegueiros, goiabeiras, etc.

Várias são as moscas que atacam frutas, sendo entretanto de maior frequência o prejudiciais as duas espécies conhecidas por "Mosca amarela" e "Mosca do Mediterrâneo".

As frutas são infestadas quando estão na época do amadurecer. As fêmeas desses insetos, ao atacá-las, fazem uma perfuração na casca onde depositam os ovos. Destes, saem então as larvas que se dirigem para a polpa de que se alimentam, ocasionando portanto, o seu apodrecimento.

Quando completam o crescimento, essas larvas abandonam os frutos em que se criaram, entrecram-se no solo, transformando-se em pupa de onde saem mais tarde as moscas adultas.

No início, as "frutas bichadas" apresentam um descolorimento da casca em redor pontos onde as moscas introduziram os ovos. Mais tarde, com o desenvolvimento das larvas e destruição da polpa, aparece na casca uma área amolecida com um orifício central, por onde as larvas deixam as frutas, quando estas não caem ao solo.

Contra as moscas de frutas em geral, são aconselhadas as seguintes medidas de combate:

1 — *Colheita das frutas bichadas* — É uma operação trabalhosa, uma vez que é indispensável proceder-se, periodicamente, à catação de todas as frutas caídas no solo ou ainda das que estiverem nas árvores com sinais de bichadas. Estas devem ser enterradas a certa profundidade, ou submetidas a processos ou tratamento com inseticidas que matem as larvas e as moscas que se criam. Esta medida não sendo feita com regularidade, dá margem a que muitas vezes sejam colhidas e destruídas frutas que já foram abandonadas pela maioria das larvas que nelas existiam.

2 — *Aplicação de frascos caca-mosca* — Consiste no uso de frascos de vidro, contendo uma solu-

ção atraente para as moscas, e que, pendurados às árvores, são uniformemente espalhadas no pomar.

As soluções mais usadas são as seguintes: 1 parte de caldo de laranja e 3 partes de água; 1 parte de caldo de goiaba e 4 partes de água; 100 gramas de farelo e um litro d'água; ou então 50 gra. de fariolun de carne em um litro d'água. Qualquer dessas fórmulas deve se reapregada 24 horas depois de preparada e substituída nos frascos caca-mosca de 7 em 7 dias.

A eficiência desta medida é relativa, não devendo ser adotada como meio exclusivo de combate às moscas de frutas, muito embora estes frascos permitam colher um grande número desses insetos.

3 — *Colheita cedo* — Sempre que possível, esta prática deve ser adotada, como meio de prevenir, principalmente no Distrito Federal e Estado do Rio, as grandes infestações das laranjas que são deixadas para colheita tardia (de setembro em diante).

4 — *Tratamento do pomar* — Com inseticidas é o método mais prático e eficiente de combate direto às moscas da laranja. Logo que sejam notados os primeiros sinais de ataque, as árvores devem ser tratadas com inseticidas que, depositadas sobre as frutas, permaneçam tóxicas às moscas durante vários dias. E dos produtos apresentando esta ação demorada, e que até hoje têm sido usados, o DDT é o mais indicado.

Para proteção dos laranjais, com este inseticida podem ser feitos os seguintes tratamentos:

— Polvilhar as plantas com mistura de 5% de DDT, 40% de enxofre e o restante de talco.

No mínimo três tratamentos são necessários, com intervalo entre cada um de 25 dias. Repetir logo imediatamente após as chuvas fortes. Bastam somente 40 — 60 gramas de pó por árvore.

— Ou então pulverizar a cultura com a solução contendo 0,5 a 1% de DDT, em forma de pó moelável, 1% de enxofre moelável e água (100 litros). Devem ser feitas três ou mais aplicações espaçadas de 25-30 dias, ou repetidas após as chuvas. Aplicar a solução de preferência sobre os frutos.

Em ambos os casos o enxofre é adicionado com o fim de combater no mesmo tempo os ácaros que produzem a "ferrugem" da laranja.

O polvilhamento é uma operação mais prática, porém a pulverização quasi sempre dá maior proteção às frutas, pelo fato dos resíduos de DDT permanecerem por mais tempo sobre as mesmas.

# Aumentam os Depósitos Populares, da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, prova da confiança do povo a esse estabelecimento de crédito

## ÍNDICE DE PROSPERIDADE NAS SUAS ATIVIDADES FINANCEIRAS

Merece realmente uma referência especial, o Balanço Geral, que para conhecimento do público, acaba de ser publicado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO relativo às suas atividades do primeiro semestre do ano em curso.

Através deste documento altamente expressivo, encontram-se aí, todos os dados necessários ao mais metuculozo exame das técnicas ou interessados.

Um dos motivos dignos de destaque, é o volume dos depósitos, fator da crescente desenvolvimento e progresso da Caixa Econômica, reflexo da sua administração, apoiada pela confiança e prestígio do povo aquela instituição de crédito popular. Intensificando por toda a cidade sua rede de agências, concorrendo assim para maior facilidade e bem estar do público tem ajudado a sua Administração demonstrada em sucessivas campanhas, as vantagens de previdência, como fator de equilíbrio social, Rendamas laudáveis a obra que vem realizando a Caixa Econômica Federal, ao incentivo à economia popular, oferecendo a concretizando abrigo seguro para a guarda das pequenas reservas domésticas, prevenindo a família para o futuro.

### DEPÓSITOS POPULARES

Em expressivos são os números que ilustram o balanço na que se refere a esse título. Verifica-se que Cr\$ 2.906.135.330,10 é a montante dos depósitos populares, expressão eloquente de prestígio e popularidade. Representam esses números a economia de pessoas, que demonstram assim, a sua confiança a Caixa Econômica.

Sem a aumento constante das economias entregues a sua guarda, não poderia a Caixa Econômica, tornar-se, como ocorre no atual momento, ao estabelecimento bancário mais popular, que ostenta nos documentos oficiais a total de 3.773 milhões de cruzeiros como saldo dos depósitos.

### DEPÓSITOS ESCOLARES

Instituído o depósito escolar, o que também não deixa de ser popular, vem desde há muito a Caixa Econômica, incutindo no espírito de criança, o senso de responsabilidade futura, tomada a econômica, realizando ao caminho certo, preparando-a para a vida. Nesse título que figura a importância de Cr\$ 11.661.929,20 se reflete a que de notável forma a Caixa Econômica, no terreno previdenciário prepara o Brasil no futuro.

### OUTRAS OPERAÇÕES

Nas demais operações dos depósitos populares os depósitos de "aviso prévio" registraram um aumento de 68 milhões e um saldo de 327 milhões.

Uma modalidade de depósito criada durante o exercício de "especiais", para os funcionários da Caixa Econômica e do Ministério da Fazenda, por

encerramento do semestre aparecia com um saldo de 34 milhões. Também os comerciais subiram para 289 milhões, com majoração de 18 milhões. Após o aumento de 9 milhões nos depósitos a prazo fixo, que montaram a 93 milhões, o último acréscimo na casa dos milhões foi a dos depósitos compulsórios com um saldo de 103 milhões e aumento de 2 milhões em relação ao total anterior. Só os depósitos escolares majoraram em volume inferior a um milhão, pois só tiveram acréscimo de 207.000 cruzeiros, com um saldo de 11 milhões e 661 mil cruzeiros.

Outro detalhe importante observa-se no campo das aplicações dos depósitos que a Caixa Econômica recebe, vai desde a concessão de empréstimos para as grandes obras de saneamento e melhoramento urbano, favorecendo as condições de vida da população, até os pequenos créditos pessoais sob a garantia do penhor de objetos de uso doméstico.

Nas várias modalidades de crédito, uma das que mais interessam a população, refere-se ao financiamento hipotecário, pois soluciona um problema insalvable na metrópole.

Admite-se assim, o maior volume de empréstimos da Caixa Econômica, correspondente a hipotecas, quando na última exercício, registraram um saldo de 1.472 milhões de cruzeiros, com um aumento de aplicações de quase 70 milhões sobre o saldo anterior.

Logo após seguem os empréstimos sob consignação com o apreciável soma de 716 milhões, prova de que a Caixa Econômica, procura dentro as necessidades do crédito, atender aos servidores públicos, esta laboriosa classe, evitando que recorram à agiotagem, tão prejudicial aos interesses da família.

Neste setor, apresentou a Caixa Econômica, maior aumento na aplicação nas primeiras meses de 1950.

Na categoria dos empréstimos com garantias simultâneas, a Caixa Econômica inclui os financiamentos nos Estados e Municípios, para obras de interesse coletivo e a concessão de crédito às classes produtoras, nas diversas ramais das atividades — industriais, agrícolas, pastorais, comerciais, etc. Registraram aqueles empréstimos um saldo de 470 milhões de cruzeiros, com um aumento de 23 milhões em relação ao semestre anterior. Com os aumentos das outras categorias, os empréstimos feitos pela Caixa Econômica a sinalaram um acréscimo de 305 milhões de cruzeiros no último exercício. São as seguintes as demais modalidades de aplicações, com os respectivos saldos no data de encerramento do balanço em face, milhares, 180 milhões, Caixas Econômicas Federais, 51 milhões, e, Caução de Títulos, 37 milhões. Com o objetivo de facilitar a aquisição de títulos públicos, a Caixa Econômica Instituiu durante o semestre uma modalidade especial de empréstimo, que no balanço de junho último fechava um saldo de Cr\$ 1.881.311,10.

Em suma em dados claros e precisos o Balanço da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, demonstra que desta o desenvolvimento e progresso do atual período no título de crédito popular.

# ☆ Consultas e Informações ☆

Eng. Agr. **Geraldo Goulart da Silveira**  
Consultor técnico de "A Lavoura"

## CALAGEM E MICROORGANISMOS DO SOLO

Respondendo ao sr. F. A. O., nosso consócio do Estado de Minas Gerais, tenho a informar que, realmente, a calagem dos terrenos ácidos, favorece o desenvolvimento de bactérias do solo. De fato, enquanto que em terrenos com acidez expressa em 6,2, o número de bactérias atinge a treze milhões e seiscentos mil em uma grama de solo, e em terrenos com acidez expressa em 4,8, esse número atinge, apenas, a quatro milhões (segundo os cálculos de Waksman).

## Graviola enxertada

Respondendo ao sr. F. X. F., do Maranhão, tenho a informar que a graviola pode ser propagada por enxertia, quer por borbúlia, quer por garfagem. Qualquer Anonácea serve como porta-enxerto, mas o araticum, pela sua rusticidade, é, sem dúvida o mais aconselhável.

## Ácaros do cajá-manga

Respondendo ao sr. S. V., do Distrito Federal, informo que os ácaros do cajá-

manga podem ser combatidos pelo processo de pulverização com calda sulfocálcica.

## Fixação de dunas

Elucidando o sr. J. A. L., nosso consócio do Estado do Rio Grande do Sul, tenho a informar que, são mais aconselhadas para o referido Estado sulino, a lomba verde e o cedro marítimo, para a fixação de dunas. Conquanto muito aconselhável pela rapidez com que se desenvolve, a lomba verde apresenta a desvantagem de ser um tanto exigente em umidade, o que não acontece com o cedro marítimo, que a substitue, vantajosamente, nas zonas menos úmidas.

## Óleo de bucha

Esclarecendo ao sr. E. L., do Estado do Rio, informo que as sementes de bucha fornecem um óleo combustível. Aproximadamente a quantidade de óleo é de cerca de 45%. O resíduo resultante da extração do óleo, isto é, a torta de bucha, pode ser empregada como adubo, sendo apreciável o seu teor em ácido fosfórico e em nitratos.

## A Hora do Mate

Os imponderáveis também agem sobre os problemas econômicos. É preciso, porém, estar-se aparelhado para receber os seus benefícios.

A disciplina das produções, o preparo do clima para a sua prosperidade, a propaganda psicológica, no seio dos consumidores, tudo isto deve constituir a bússola orientadora de todos aqueles que têm sobre os seus ombros, as responsabilidades da Economia Nacional.

Deve estar contente a Diretoria do Instituto Nacional do Mate, com os dias gloriosos que está vivendo a herva mate, desde o clímax até o chá mate, hoje introduzido, tão auspiciosamente, nas nossas rodas sociais elegantes.

Na última reunião da Junta Deliberativa da quebra antarquía, o seu ilustre e dinâmico Presidente, Dr. Generoso Ponce Filho, recebeu homenagens muito expressivas, e a Estatística demonstrou um progresso natural na linha ascendente da preciosa produção, na seu comércio interno e nas perspectivas do seu comércio exterior.

Todas as expressões da indústria, do comércio, da política, da cultura paranaenses, catarinenses, matogrossenses e riograndenses do Sul, em reunião solene, testemunharam a sua gratidão e a sua admiração pelo programa do Presidente Ponce Filho, figura já inconfundível entre os melhores servidores do Brasil, na sua vida econômica.

A Hora do Mate foi, admiravelmente, aproveitada pela atual direção do Instituto, alcançando um êxito de que é testemunha, mais imparcial do que os interessados de várias correntes e opiniões, nem sempre inspiradas ao no interesse nacional, o povo era geral — o grande consumidor que disputa os diversos tipos de mate, na certeza de que se alimenta e se tonifica com uma das maravilhosas produções com que a Natureza Brasileira nos prodigaliza. Não se poderá, nunca, com justiça, negar os méritos que cabem ao senhor Generoso Ponce Filho e seus colaboradores, no triunfo a que atinge, nesta época o nosso mate, na hora do mate.

## BOLSA DE ESTUDOS PATROCINADA PELA INDUSTRIA DO PETROLEO

Entendimento levado a efeito entre a Standard Oil Company (N.J.) e o Instituto Internacional de Educação, sediado em New York, E.E.U.U., resultaram no estabelecimento de bolsas internacionais de estudo, destinadas aos que, possuindo grau superior, pretendem se especializar, fazendo cursos de extensão nos Estados Unidos.

Essas bolsas, conhecidas com "Bolsas Internacionais Esso", fazem parte do programa de intercâmbio cultural com países estrangeiros, que vem sendo executado pela referida Companhia, com o objetivo de estreitar relações e proporcionar aprimoramento técnico a pessoa de toda o mundo, contribuindo, também, para uma melhor compreensão internacional. Sem restringir os cursos que patrocinam, as bolsas em apreço oferecem prioridade aos que pretendem ampliar seus conhecimentos em campos científicos ou econômicos.

Para o ano letivo norte-americano de 1951/1952, que terá início em setembro próximo e terminará em junho seguinte, quatro bolsas, no valor de 2.500 dólares cada, serão concedidas. Uma delas caberá ao Brasil, cuja candidata será selecionada por uma comissão presidida pelo professor Manoel Lourenço Filho e assim constituída: Mr. John A. Thompson, secretária executivo do Instituto Brasil-Estados Unidos; Sra. Aracy Muniz Freire, presidente da Comissão de Bolsas desse Instituto; e professor Jorge Costa Neves, representante da Stan-

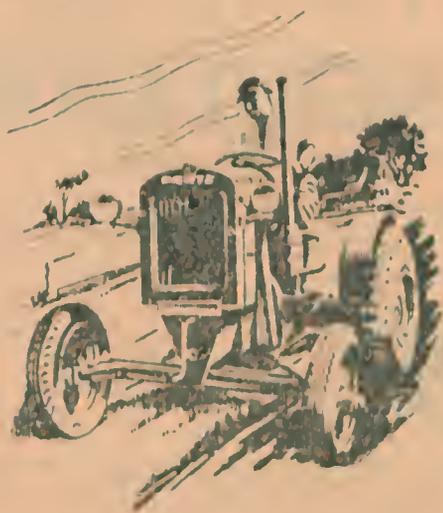
dard Oil Company of Brazil, filiada da empresa patrocinadora. Ela a comissão escolherá o bolsista entre os candidatos indicados pela comissão regional que será constituída nas principais cidades do país, por membros proeminentes nas comunidades, elementos que farão a seleção inicial.

Entre as condições essenciais para concorrer à bolsa, encontram-se a de ser o candidato brasileiro nato ou naturalizado; ter conhecimento satisfatório da língua inglês; ser diplomado em estabelecimento de ensino superior e ter entre dezoito e 35 anos de idade. Uma vez satisfeitas essas condições, o candidato terá uma série de entrevistas com as membros da comissão julgadora, já que a experiência profissional, os conhecimentos gerais e a personalidade são fatores preponderantes para a escolha.

Não será isso a primeira vez que a indústria do petróleo facilita a brasileiros a oportunidade de aumentar seus conhecimentos técnicos. Em setembro deste ano, o Sr. Angelo Mário Gonçalves, assistente da cadeira de Telecomunicações da Escola Politécnica de São Paulo e engenheira do Instituto de Eletrônica, anexo ao mesmo estabelecimento, foi contemplado com uma "Bolsa Internacional Esso", partindo para os Estados Unidos, onde está fazendo, na Instituta Carnegie, em Pittsburg, o curso de eletrônica industrial.

## TRATORES AGRÍCOLAS DIESEL "DEUTZ-OTTO" LEGÍTIMOS

fabricado pela  
KLÖCKNER-HUMBOLDT-DEUTZ A. G., KÖLN — Alemanha



Fornecida com Pneus  
ou com Rodas de Aço  
e com Caixa

Representantes Exclusivos:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MÁQUINAS E MOTORES LIMITADA  
Rio de Janeiro: R. da Alfândega, 116 — S. Paulo: R. Florencio de Abreu, 598  
Porto Alegre: Rua Pinto Bandeira, 330-34 — Recife: Rua da Palma, 296  
Endereço Telegráfico: "OTTOMOTOR"

# O Novo "Controlador de Serviço" dos Tratores Ford

5 instrumentos em 1

Um útil instrumento acaba de ser aperfeiçoado por engenheiros da Ford Motor Company e passou a constituir equipamento standard em todos os novos tratores Ford. É ele o "Proof Meter", que se chamará no Brasil "Controlador de Serviço".

Montado no painel de instrumentos do trator Ford, ele possibilita ao operador determinar num relance a velocidade do motor, do trator, da tomada de força, da palia e a número de horas de serviço.

Os engenheiros dessa indústria há muito vêm procurando um modo de eliminar o cálculo "a olho" na operação dos tratores agrícolas. Durante anos, têm eles recomendado velocidades ideais de operação para o motor, a tomada de força, a palia e os vários implementos agrícolas. Mas a fazendeiros tinham de seguir essas recomendações apenas por puro palpite. O "Controlador de Serviço" vem agora apresentar a solução desses problemas básicos para a operação econômica e eficiente dos tratores e equipamentos agrícolas. Representa, portanto, um passo decisiva para o aperfeiçoamento dos trabalhos agrícolas.

O círculo exterior do "Controlador de Serviço" indica a velocidade do motor, possibilitando ao operador escolher a velocidade ideal para obter maior rendimento e economia em cada um de seus trabalhos.

O segundo círculo indica a velocidade do trator,

facilitando ao operador a escolha da velocidade e da marcha ideais para ceifar, plantar, adubar e muito outros trabalhos agrícolas, para os quais na velocidade correta do trator reside a diferença entre a trabalho bem executado e simplesmente o trabalho executado.

A operação eficiente de grande parte dos implementos agrícolas depende da velocidade correta da tomada de força. Isto é agora possível obter graças ao indicador e painel incluído no "Controlador de Serviço".

A velocidade da palia — fator importante para a operação das terras, moendas, bombas d'água e outras máquinas acionadas pela palia — é determinado em outro círculo de "Controlador de Serviço".

Um registro do trabalho do trator pode agora ser mantido com o medidor de horas do "Controlador de Serviço". Esta inovação torna possível não só determinar o tempo da execução dos vários trabalhos agrícolas, como o momento exato para cuidados mecânicos, lubrificação, troca de óleo, etc.

O "Controlador de Serviço" é, portanto, um grande passo para a melhoria da operação dos tratores, permitindo o trabalho em base mais técnica e segura.

Agora, que a noção mecanizada agrícola se tornou uma realidade, com os tratores aumentando dia a dia o volume e a variedade de trabalhos, o "Controlador de Serviço" será sem dúvida de grande utilidade para que esses trabalhos sejam mais perfeitos e mais econômicos.

SERRANA S/A. DE MINERAÇÃO

## ADUBOS SERRANA

A PIONEIRA DO SUPERFOSFATO NO BRASIL



UMA FORMULA PARA CADA CULTURA

MATRIZ :

Rua de S. Bento, 308 — 9.º and

Caixa Postal 80 - B

Tel. 3-7117 (Rede Interna)

FILIAL :

Av. Almirante Barroso, 54

18.º andar — Caixa Postal 1190

Tel. 32-4377 (Rede Interna)

CONSULTE NOSSO DEPARTAMENTO TÉCNICO

# Combate ao Inssétos Caseiros

Eng. Agr. JULIO DI PARAVICINI TORRES

Os prejuizos causados pelos insetos domésticos, isto é, os que convivem com o homem, são às vezes avultados. Haja vista os grandes estragos provocados pelos cupins no madeiramento, das casas, móveis, vestuários, documentos, livros, etc.

Outros há que, além de tornarem inconvenientes ao nosso sossego, são transmissôres de doenças infectocontagiosas, como a mosca, o pulga, o mosquito e o percevejo, que podem transmitir disenteria, filária, ulcera do Baurú, tracoma, maleita, febre amarela, tifo, peste bubônica, etc..

Dentre os principais insetos que são no soz inimigos, podemos citar, cupim, barata, formiga, lapisma (traça dos livros), mosquitos, percevejo e purgo.

Mosca, mosquito, pulga e percevejo, são combatidos pelos inseticidas comumente vendidos no comércio, os quais, em geral são fabricados com querosene, naftalina ácido salicílico, rotenona, piretro, DDT, etc..

As baratas podem ser combatidas por uma mistura de ácido bórico, queijo ralado e açúcar. Elas morrem devido ao borax que ao passar por seu tubo digestivo, paraliza as funções intestinais, formando, uma espécie de argamassa no seu interior, como o gesso. Esta formula dá ótimos resultados e o "veneno" é inofensivo ao homem. Emprega-se também a massa fosfórica ou uma mistura de ácido bórico, farinha de trigo e fluoreto de sódio. Recomenda-se também pulverizações com fluoreto de sódio ou fluossilicato de sódio em po nos lugares onde se encontram as baratas, que morrem rapidamente.

Antigamente, as moscas eram espantadas com fôlhas do mamoneiro ou caçadas com maripiteiros. Hoje, existem no comércio inseticidas a base de DDT, que são bem eficientes, além de outros produtos que são queimados nos quartos de dormir, comumente empregados para exterminar mosquitos.

Como preventivo para as pulgas, recomenda-se manter bem limpos os cômodos da casa, calafetar as frestas do soalho e encera-lo desinfetar os lugares cimentados, com água e creolina e pulverizar o corpo dos gatos e dos cachorros com DDT em pó.

Os antigos usavam colocar, em buxo das camas, ramos de erva de Santa Maria para adugentar as pulgas.

Os cupins são insetos que maiores prejuizos causam às nossas propriedades. Eles dão preferência pelos lugares úmidos, de pouca limpeza. Proliferam assustadoramente, comendo madeiras, principalmente as "moles" como o Pinho. Apesar de vegetarianos, atacam também o couro. Seu combate consiste em destruir os ninhos, passando Carbolinnem ou ortodichlorobenzeno nas ma deiras de pequena espessura. O querosene é uma boa arma contra essa praga. Os objetos atacados podem ser expurgados em câmaras fechadas com gases de sulfureto de carbono (formicida). Nas cupins atacando madeira, cujos ninhos se acham localizados no solo, onde seu combate torna-se difícil, costuma-se fazer uma aplicação do sulfureto de carbono ou cianeto de potássio ou sódio ou, ainda, um veneno qualquer desses usados na extermínio dos formigueiros.

As formiguinhas que gostam de doces, graxas e carnes, podem ser combatidas com qualquer dos inseticidas conhecidos. Os americanos usam para esses insetos os seguintes repelentes: borax, naftalina, paradichlorobenzona, tabaco enxofre, óleo de

cedro, canfôra, etc.. Eles também empregam formula cuja composição entram mel, açúcar, água e urânio de sódio, que, colocados em pires, são distribuídas nos lugares onde as formigas tem acesso.

Pode-se ainda colocar nos buracos dos formigueiros, de onde saem as formigas, umas colherinhas de sulfureto de carbono ou bicheto de etileno (C<sub>2</sub>H<sub>4</sub>Cl<sub>2</sub>), cujos gases matam rapidamente esses insetos.

Outro método conhecida, bastante eficiente para matar as formigas, consiste em pulverização de fluoreto de sódio ou fluorol (N.F.).

Finalmente, há o emprego de pedaços de tecido ou graxas, impregnadas de pequena quantidade de tartaro emético.

Os percevejos, que, segundo observações realizadas, podem, num ambiente favorável de 15°C, suportar um jejum de 130 dias, são removidos dos escanferijos e marteas, com pireto, querosene, gasolina, benzina ou qualquer outro inseticida conhecido no comércio.

Para eles há o emprêgo do anidrido sulfúrico resultante da queima do enxofre (adicionando-se salitre para auxiliar a combustão). Esse gás no tratamento provoca a tosse em certas pessoas, falta de ar ou mal estar nos alérgicos. Por isso é necessário muito cuidado por ocasião do emprego dessa fumigação, aliás como na aplicação dos demais venenos, principalmente onde haja crianças e animais domésticos, para que eles não sejam envenenados. É indispensável uma rigorosa higienização de todos os objetos da casa onde exista esse pernicioso inseto, devendo-se mandar pintar ou enlar as paredes da mesma, para um completo trabalho de combate.

Muitos inseticidas novos vêm sendo utilizados, em caráter experimental, no combate as pragas dos vegetais cultivados e que poderiam dar bons resultados no extermínio dos insetos domésticos por enquanto, porém, não se deve aconselhá-los. Por não estarem bem estudados os efeitos maleficos que poderão prejudicar à saúde do homem.

## ORGANIZAÇÃO RURAL

Pelo decreto lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, cada município deverá contar com a sua associação rural, para defesa dos interesses agrícolas locais. Os lavradores de muitos municípios brasileiros já instalaram, e têm em funcionamento esse indispensável elemento de propulsão e defesa de sua agricultura. A Sociedade Nacional de Agricultura fornece a quanto o desejarem formulários de atos, estatutos, e outros elementos para a fundação e instalação de as sociações rurais municipais.

Peçam informações a sua Secretaria: Av. Franklin Roosevelt, 115 6.º andar. — C. P. 1245 — Tel. 42-2981 — Rio de Janeiro.

# O PROBLEMA DO SAL

Em virtude da grande repercussão que teve no país a artigo que, tratando do problema do sal, em face das greves verificadas nos centros produtores — e felizmente já superados —, foi publicado no último número do "Boletim da Associação Comercial", aqui o transcrevemos, poro conhecimento dos meios interessados, no caso, os criadores do país:

Diríamos melhor: o problema da transporte, porque o problema do sal, só existe, no que diz respeito com a sua distribuição, pelas várias e longinquas regiões do país.

A sua produção aumenta e melhora, a seu consumo ultrapassa ao transporte possível. Das solicitações não atendidas, a que o Instituto Nacional do Sal vem dispensando os seus mais cuidadosos estudos e providências.

Ainda, há pouca, a Sr. José Augusto Bezerra de Medeiros, Vice-Presidente da Câmara das Deputadas, e membra da Associação Comercial da Ria de Janeiro, examinando a questão, proclamou a necessidade de armazens distribuidores e reconheceu a falta de transporte como a causa principal da má distribuição do sal, e isto sem culpa do nossa Marinha Mercante, sem meios para atender melhor ao transporte, como declarou a Presidente do Instituto Sr. Francisco Antunes Maciel, em vários documentos.

As providências, porém, estão sendo tomadas, em repetidas entendimentos entre a Presidente Antunes Maciel e a Presiden-

te da República, General Eurico Gaspar Dutro, e a cooperação da Comissão Executiva daquela autarquia.

... até mesma a hipótese do aproveitamento de vapores estrangeiras, para o transporte do sal, foi cogitada e está em exame.

Ultimamente, greves injustificáveis têm perturbada a vida da economia salineira, maximé na Narte.

E isto riã se explica, quando, até as preços do sal, nas salinas, para as atacadoras, foram aumentados, visando a situação econômica e social dos trabalhadores.

Diríamos melhor: o problema da transporte em gasalinas, sem aumento de preço para o consumo popular do produto.

Muitos entendimentos estão em curso para a solução da palpitante questão, até mesma uma melhora na contribuição do sal na preço de frete paga às empresas de transporte.

Essas questões riã podem ser resolvidas em caráter unilateral.

O sal ajudando a transporte, por meios dados, numa só equação contenda os dois elementos.

O sal ajudando o transporte, por meios de fretes compensadores e, aí, a transporte padendo atender melhor à distribuição do elemento vital, por todo o país.

Como afirmou a Sr. José Augusto, da tribuna da Câmara, a Brasil pode confiar no Instituto Nacional do Sal, sob a direção da Presidente Antunes Maciel com a colaboração de sua Comissão Executiva e o apoio que lhes dá a Governô da República.

## Escola de Horticultura

### Wencesláo Bello

Mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura

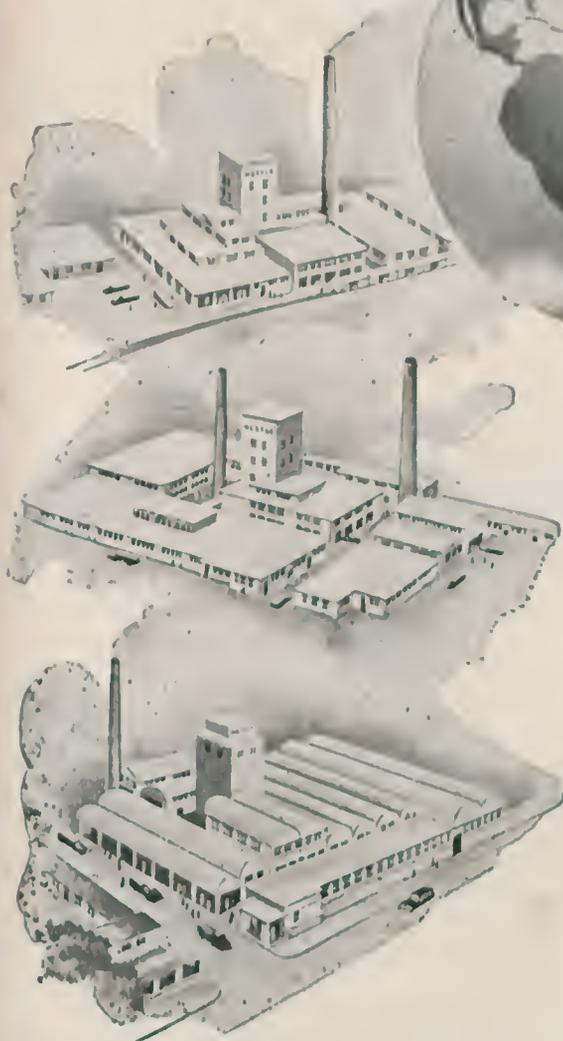
OLARIA — DISTRITO FEDERAL

Mudas de plantas e arvores frutíferas, a preços de custo de produção

INFORMAÇÕES NA SECRETARIA DA S. N. A. —

Av. Franylin Roosevelt, 115, 6.º — C. 1245 — RIO DE JANEIRO

# Tradição



A primeira Fábrica NESTLÉ foi instalada há quase um século em Cham, na bela e hospitaleira Suíça.

Hoje, após tantos anos de trabalho ininterrupto e de incansáveis pesquisas nos campos da ciência e da técnica, o nome NESTLÉ tornou-se uma tradição. Representa, em todo o mundo, um símbolo de qualidade e perfeição. No Brasil, as 3 Fábricas Nestlé, montadas em Araras e Araraquara (Estado de S. Paulo) e Barra Mansa (Estado do Rio), com produção sempre crescente, e uma nova Fábrica, já em construção, bem demonstram o esforço feito para dotar o País de uma indústria de cunho altamente social e que vem contribuindo eficientemente para a solução de um dos maiores problemas da atualidade: a alimentação de crianças e adultos.

COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL  
BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES  
CONCESSIONÁRIA EXCLUSIVA NO BRASIL DOS

## Produtos NESTLÉ

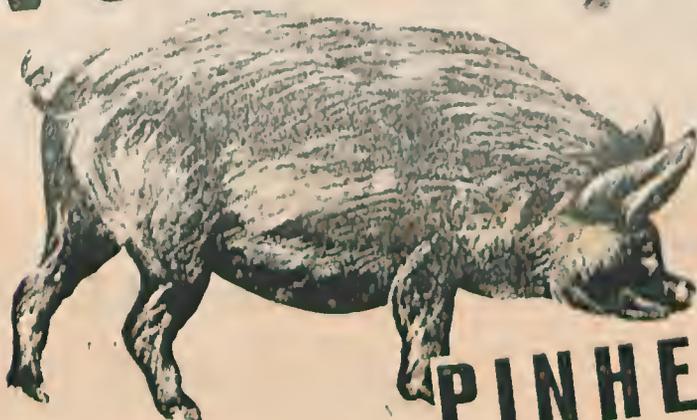
LEITE CONDENSADO MARCA MOÇA - LEITES EM PÓ: LACTO-  
GENO, NESTOGENO, ELEDON, PELARGON, NINHO - ALIMENTO  
CONCENTRADO MILO - NESCÃO - CREME DE LEITE NESTLÉ  
FARINHA LÁCTEA NESTLÉ - AÇÚCAR NUTRITIVO NESSUCAR.



**produtos**



**veterinários**



**I P**

**PINHEIROS**

CAIXA POSTAL 951 - SÃO PAULO

# ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

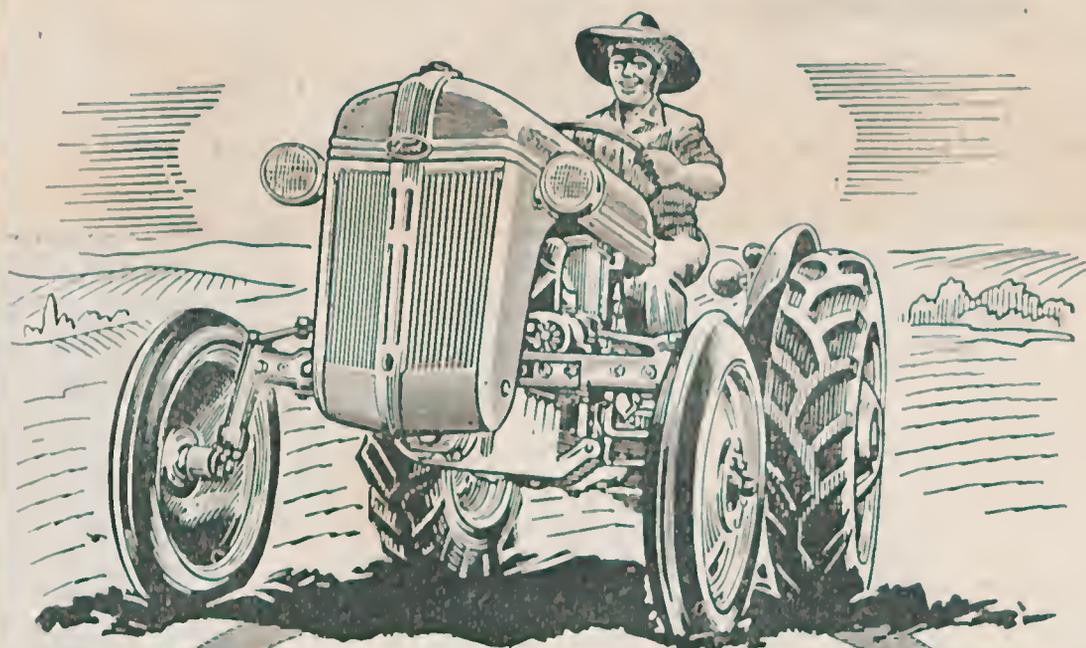


Embarque da banândá, em Santal. Continua sendo esta uma das mais importantes atividades agrícolas da região.

ANO LIV

RIO DE JANEIRO — BRASIL  
NOVEMBRO-DEZEMBRO, 1950

# Mecanizando a Lavoura Brasileira



Trabalhando no Brasil

## 2000 TRATORES FORD

Menos de 2 anos são decorridos do lançamento dos tratores Ford no Brasil e já existem em trabalho 2.000 tratores!

**O QUE SIGNIFICA ISTO?** Isto significa que o Brasil caminha a passos largos para a tão necessária mecanização da lavoura. Isto significa aumento de produção e diminuição de custo; o que um trator faz num só dia muitos homens precisarão de muitos dias para fazer. Isto significa que os agricultores brasileiros compreendem o valor e a economia oferecidos pelos Tratores Ford.

Cônsua de sua responsabilidade na mecanização da lavoura, a Ford congratula-se com os agricultores do Brasil por mais essa etapa vencida na luta pela nossa emancipação econômica.

**FORD MOTOR COMPANY EXPORTS, INC.**





*Café, ainda e por muito tempo — a maior riqueza nacional*

## S U M Á R I O :

O Milho — Zeo Meys, <b>Lineu</b> — no economia nacional — Prof. <b>Arthur Torres Filho</b> .....	3
O Trigo e o Agrônomo — <b>Kurt Repsold</b> .....	5
A Sociedade Nacional de Agricultura e a ensino profissional hortícola — Eng. Agr. <b>Geraldo Goulart da Silveira</b> .....	8
A situação do açúcar em face do economia brasileira — Eng. Agr. <b>Arthur N. Seabra</b> .....	14
Conservação da solo na cultura algodoeiro — Eng. Agr. <b>Delmiro Moia</b> .....	15
Olhemos para a produção rural — Prof. <b>Arthur Torres Filho</b> .....	17
O desamparo do homem do campo — Discurso do <b>Deputado Carlos Costa</b> .....	23
O problema do forroagem no tempo do seca — <b>Ivo Arruda</b> .....	26
O momento nacional e a mobilização dos campos — .....	28
O cooperativismo no Brasil e no mundo — <b>Fabio Luz Filho</b> .....	30
A XXVI Exposição Nacional de Animais — <b>Otto Frensel</b> .....	33
Para que servem as indústrias rurais — Eng. Agr. <b>Amoury H. da Silveira</b> .....	36
Conselho Nacional de Economia — .....	38
A cultura do Adlay — Eng. Agr. <b>Pimentel Gomes</b> .....	41
Classificação dos memíferas — Eng. Agr. <b>Geraldo Goulart da Silveira</b> .....	43
Consultas e informações — Eng. Agr. <b>Geraldo Goulart da Silveira</b> .....	46
O Pão, alimento vital — <b>José Adoíl Catundo Gondim</b> .....	47

# SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA  
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	— DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	— DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente do Honra	— DR. GETULIO DORNELLES VARGAS
Presidente	— ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	— EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	— ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	— EURICO SANTOS
4.º Secretário	— CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	— KURT REPSOLD
2.º Secretário	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	— LUIZ MARQUES POLIANO

## DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE  
ALTINO DE AZEVEDO SODRE  
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES  
ENIO LUIZ LEITÃO  
FRANKLIN DE ALMEIDA  
GERALDO GOULART DA SILVEIRA  
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO  
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS  
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO  
MARIO DE OLIVEIRA

## CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	— JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	— JOÃO TAJDER
ANTONIO BARRETO	— JOSE SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	— JOSE SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	— JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	— LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	— MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	— MANOEL NETTO CAMPELLO JUNIOR
DIOGENES CALDAS	— MARIO VILHENA
EUVALDO LODI	— ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	— OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	— PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	— PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	— PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	— ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	— RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	— SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÔA	— SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	— WALDICK MOURA

## A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÂTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

**Conselho Federal do Comércio Exterior** (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente do Exposições e Feiros** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central do Preços** (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgor Teixeira Leite; **Comissão Control do Preços** (Presidência da República) — (Pecuário) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente do Estradas de Rodagem** (Ministério do Viação) — Dr. Raul David de Sonson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério do Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão do Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério do Fomento) — Dr. Edgor Teixeira Leite; **Conselho Permanente do Associações Americanas do Comércio e Produção** — Dr. Edgor Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Antonio de Arruda Comoro

# A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV

NOVEMBRO - DEZEMBRO 1950

## O Milho (*Zea Mays L.*) na Economia Nacional

*A produção agrícola brasileira é representada por 29 produtos principais, ocupando o milho, entre eles, o terceiro lugar em quantidade e o primeiro quanto à área cultivada.*

*De norte a sul do país, encontra-se o milho em todas as propriedades rurais*

*É sem contestação possível, o principal cereal brasileiro, bastando considerar-se a sua importância na alimentação do nosso homem rural e na dos animais.*

*É o cereal que faz a fartura.*

*O proprietário rural que tem o paiol de milho "cabeço", não teme as crises.*

*Com muito acerto, dizem os proprietários rurais que o milho é o "cabeço da fazenda".*

*Segundo dados oficiais, o volume total de nossa produção agrícola orça em . . . 64.000.000 de toneladas, ocupando uma área de 14.532.476 hectares.*

*Esses dados estimativos, se por um lado podem render omento de produção por outro lado revelam também o aspecto mais grave da agricultura brasileira que é a queda de rendimento por hectare em consequência da exaustão da fertilidade do solo não só pela falta de refertilização como também pela falta de defesa contra a erosão.*

*O milho, cultivado em todos os Estados do país, é exigente e o elemento básico da alimentação do homem rural e da criação de animais domésticos, e também matéria prima valiosa para industrialização, representada por numerosos produtos e sub-produtos de largo consumo no comércio interno.*

*Infelizmente, o rendimento por hectare, pelas razões já expostas, é de cerca de 1.500 quilos, o que representa, sem dívida, um rendimento baixo, que está a exigir um trabalho enérgico de recuperação para que possamos elevar a nossa produção desse valioso cereal, de cerca de 6.000.000 de*

Pelo Prof. Arthur TORRES  
FILHO Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

*toneladas para 30.000.000, para garantia do bem estar das populações rurais e das cidades.*

*Os Estados Unidos, por exemplo, produzem mais de 70.000.000 de toneladas de milho, consumido quase que só nos mercados internos, pois a exportação é insignificante (apenas 2%).*

*São ainda grandes produtores de milho o México e a Argentina, sendo que esta última exporta quantidades apreciáveis para vários mercados europeus (cerca de 98%, o que muito concorre para o fortalecimento de sua economia).*

*Os cereais, indistintamente, tais como o arroz, o trigo, o milho, o centeio, a cevada, etc., devem constituir o alicerce da estrutura agrícola de qualquer país.*

*O Brasil, como todos os países americanos, cujos indígenas sempre tiveram no milho um fator precípua de sua alimentação, sem prejuízo do que fizer pelos outros cereais, precisa traçar um programa sério de recuperação do milho, para que possamos produzi-lo bastante, bom e barato.*

*A Sociedade Nacional de Agricultura sempre incentivou o desenvolvimento da produção dos cereais, e, particularmente, em relação ao milho, não só realizou a 1.ª Exposição Nacional de Milho, no Rio de Janeiro, com grande sucesso, no Governo do eminente Dr. Wenceslau Braz, como também, outras exposições em vários Estados do país.*

*É inacreditável dizer-se, por exemplo, que o Brasil já importou milho em quantidade apreciável.*

*O panorama, agora, entretanto, é outro.*

*É indispensável que, a exemplo dos Es-*

tados Unidos, a Argentina, etc., façamos um plano de recuperação da cultura do milho, aliás como já está previsto no Plano SALTE que, além de outros, estabeleceu um crédito de Cr\$ 100.000.000,00 para melhoramento, multiplicação e distribuição de sementes de milho, inclusive campos de cooperação.

É premente, para o melhoramento das condições económicas da vida nacional, que o País produza soma apreciável de produtos úteis, com margem ainda para exportação.

Uma larga recuperação no cultivo do milho, nos moldes dos trabalhos de genética já realizados com tão precioso cereal, especialmente a produção de milho para distribuição, todos os anos, aos agricultores, como já estão fazendo, com largo sucesso, os Estados de São Paulo, Minas Gerais, etc., é medida que se recomenda.

Nesse particular, é digno de registro o que o Plano de Recuperação Económica e Fomento da Produção do Estado de Minas Gerais vem realizando no Governo do emiteente Dr. Milton Campos, e os trabalhos

do Instituto Agronomico de Campinas, em São Paulo, um dos grandes centros de pesquisa e experimentação agrícola do País.

Resolvido o problema da produção em condições racionais e económicas, caberão à indústria e ao comércio, o abastecimento dos mercados internos com os numerosos produtos e sub-produtos de milho, de incontestável valor para a alimentação humana.

Precisamos, sem dúvida, de uma vasta rede, em todos os Estados, de instalações industriais para o aproveitamento de tão valioso cereal que ocupa lugar tão destacado na produção agrícola nacional.

Foi graças ao desenvolvimento da cultura do milho que os Estados Unidos puderam fortificar a sua economia agrícola, com o estabelecimento de fazendas mistas (agricultura e pecuária), que tão magníficos resultados vêm apresentando.

O Brasil, portanto, nesta fase de indispensável organização de sua economia agrícola, não poderá esquecer-se do desenvolvimento da produção de cereais, entre os quais o milho representa papel destacado.



## Mãos

que espalham

### SALITRE DO CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, trator, e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compenso fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforço a produtividade do solo. Experimente-a!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRÍCOLAS

RUA FLORENCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO — AV. GRAÇA ARANHA, 226-2.º and.  
— RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DUMONT, 227 — BELO HORIZONTE

# O Trigo e o Agrônomo

A situação de auto-suficiência quanto ao trigo tem custado, a muitos países, grandes sacrifícios, demandando boa dose de perseverança. A história desse cereal encerra fatos e aspectos que, aos poucos, são revelados ao mundo. Regiões onde era impressão geral, sua introdução e seu desenvolvimento teriam decorrido sem maiores dificuldades, tiveram que lutar com óbices que só a persistência de certos homens pôde transpor. Assim é, por exemplo, o caso dos Estados Unidos.

Paul de Kruif, em seu livro "Os vencedores do fome", relata, com muita sinceridade, a grandiosa e ao mesmo tempo melancólica história de Mark Alfred Carleton, esse agrônomo que, muita vez, foi considerado visionário e, até mesmo, desequilibrado. A ele, porém, deve a América do Norte a introdução das variedades Kubonko e Kharkov, que deram solução à questão fitotécnica do trigo. Foi o Kubanka, — trazido das estepes do urgoi, — que possibilitou o aproveitamento das terras do noroeste americano, onde a seu cultivo se estendeu a mais de quatro milhões de acres, e foi o resistente Kharkov, dos ventosas estepes de Starobelk, quem ensejou o plantio de vinte milhões de acres de terras negras do oeste americano.

Muito criança ainda, teve Carleton a primeira lição do quanto era difícil, nas condições de então, ganhar a vida plantando trigo. Assistiu, em 1876, a **ferrugem** assenhorear-se dos trigais do Kansas, dos quais, muitos não foram, sequer ceifados. Guardou, para sempre, a lembrança dessa tragédia, dedicando tôdas as suas energias e tôdo a sua existência no busco de uma solução que evitasse a repetição da catástrofe. Diplomou-se na Escola de Agricultura do Kansas e transformou sua vida numa sucessão de pesquisas e experimentos em tôrno do trigo e da ferrugem.

Essa obsessão chegou a tal ponto que um de seus amigos diz: "A pátria era para ele apenas trigo. O trigo era a sua vida."

Pois bem, esse agrônomo, o quem a economia dos U.S.A. deve muitos e muitos bilhões de dólares, morreu quase ignorado, no mais completa miséria, obscuro e abandonado, num longínquo lugarejo do Perú.

KURT REPSOLD

Diretor-Técnico de "A LAVOURA"

Logo no início da biografia de Carleton, no primeiro capítulo do já citado livro, Paul de Kruif diz essa omarga verdade. "Morrer na obscuridade tem sido o destino daqueles que, com os seus sonhos e com a sua inteligência, lutaram contra a fome a bem da humanidade".

Ao término da leitura dessa desencorajante história o espíritoolve-se, de imediato, para a nossa triticultura e para os nossos agrônomos, encontrando muitos pontos de semelhança.

Também foi, entre nós, a **ferrugem** que causou os males, que, até hoje, não foram totalmente afastados. Transformou-nos de país exportador de trigo, que éramos nos séculos XVII e XVIII, em país importador desse cereal, dependente, de forma assás constrangedora, da produção estrangeira. Embora o nosso consumo **per capita** seja um dos menores do mundo, as importâncias que têm sido gastas com essa importação atingem a somas astronômicas. Já em sua última Mensagem ao Congresso Nacional, referindo-se a este assunto, o Sr. Presidente da República, frizava: "A produção de 1948 representa para o país uma economia em divisos que ultrapassa a . . . Cr\$ 1.250.000.000,00. Tomando-se como base a quantidade importada em 1944, — se não dispuséssemos dessa produção, o país teria gasto em 1948, com a importação de trigo em grão e farinha, cerca de Cr\$ 4.600.000.000,00, o que representaria despêndio diário superior a Cr\$ . . . . . 12.000.000,00."

Estas cifras referem-se, é bom acrescentar, ao período em que a nossa recuperação nesse setor atingia o seu ponto culminante.

Nessa altura já haviam sido transpostas inúmeras dificuldades, graças ao ingente, perseverante e onônimo esforço realizado pelos nossos técnicos, num labor constante de vários decênios. Não é difícil imaginar o número de experimentos feitos, que por certo atingem a dezenas de milhares, objetivando a obtenção de variedades de trigo resistentes às diversos raças fisiológicas de **ferrugem** observadas no país. Esse trabo-

lho, que demanda especialização científica e técnica, é executado no recessa das estações experimentais, localizadas em nosso vastíssimo "hinterland", sendo conhecido, apenas, por um reduzido número de pessoas. Daí, não se lhe dar o devida valor, nem se reconhecer aas seus executantes o mérito que realmente têm. E não se suponha, não venha, êsse trabalho dando resultados satisfatórios. Dispomos das variedades "Frontana", "Cincana", "Trintacinco", "Frenteira", "Rio Negro", "Sales", "Kenia", "Bandeirante" e tantas outras, perfeitamente apropriadas às nossas diferentes condições ecológicas, para pravar, justamente, o contrário. Vale lembrar, ainda, que variedades brasileiras estão sendo multiplicadas no Uruguai e na Argentina, para, em seguida, sua produção ser por nós importada.

E' de salientar, por igual, que a questão triticeola dos U.S.A. ficou resolvida com a solução de sua fitotecnia, quando, no Brasil ela encerra fatores mais difíceis e variados. Se assim não fôsse, estaríamos com o nosso problema do trigo resolvido. Mas, se de um lado, os aspectos agrícolas estão muito bem encaminhados, quer quanto ao fomento da produção e quer quanto a parte experimental, por outro lado, as questões econômicas continuaram muito distantes de uma solução, maximé, o escoamento, o armazenamento e a industrialização.

No que tange ao agrônomo, então, a diferença é maior ainda. Enquanto nos

U.S.A., o caso de Carleton foi uma verdadeira exceção, aqui no Brasil constitui generalidade. A própria administração, desde há muito, dá a êsses técnicos um tratamento incompatível com o preponderante papel que desempenham na economia do país. Ao mesmo tempo que lhes move a maior concorrência, prestando gratuitamente toda sorte de assistência aos agricultores, coloca êsses técnicos, em seus quadros funcionais, em condição inferior a de outras profissões liberais.

Como resultada dêsse proceder, aí estão es agrônomos sem maior incentivo pela sua nobre profissão, localizados nas mais ínvias regiões, num contínuo sacrifício, trabalhando de sol a sol, mas, descrentes e revoltados, aconselhando aos seus próprios filhos que escolham outra carreira, que lhes possibilite melhor posição social e maiores compensações. Aí estão as escolas de agronomia, quase sem alunos, em virtude das poucas perspectivas que a carreira oferece, impossibilitando, de fato, um melhor selecionamento e a obtenção do número técnicos, suficiente às mais prementes necessidades do país.

Nas atuais conjunturas, sobretudo, quando o Brasil, mais do que nunca, precisa da produção agrícola para estruturar, sólidamente, sua economia, impõe-se um movimento renovador que acabe, de uma vez por tôdas, com essa legião de **Carletons**, que na América do Norte foi caso isolado e jamais repetido.

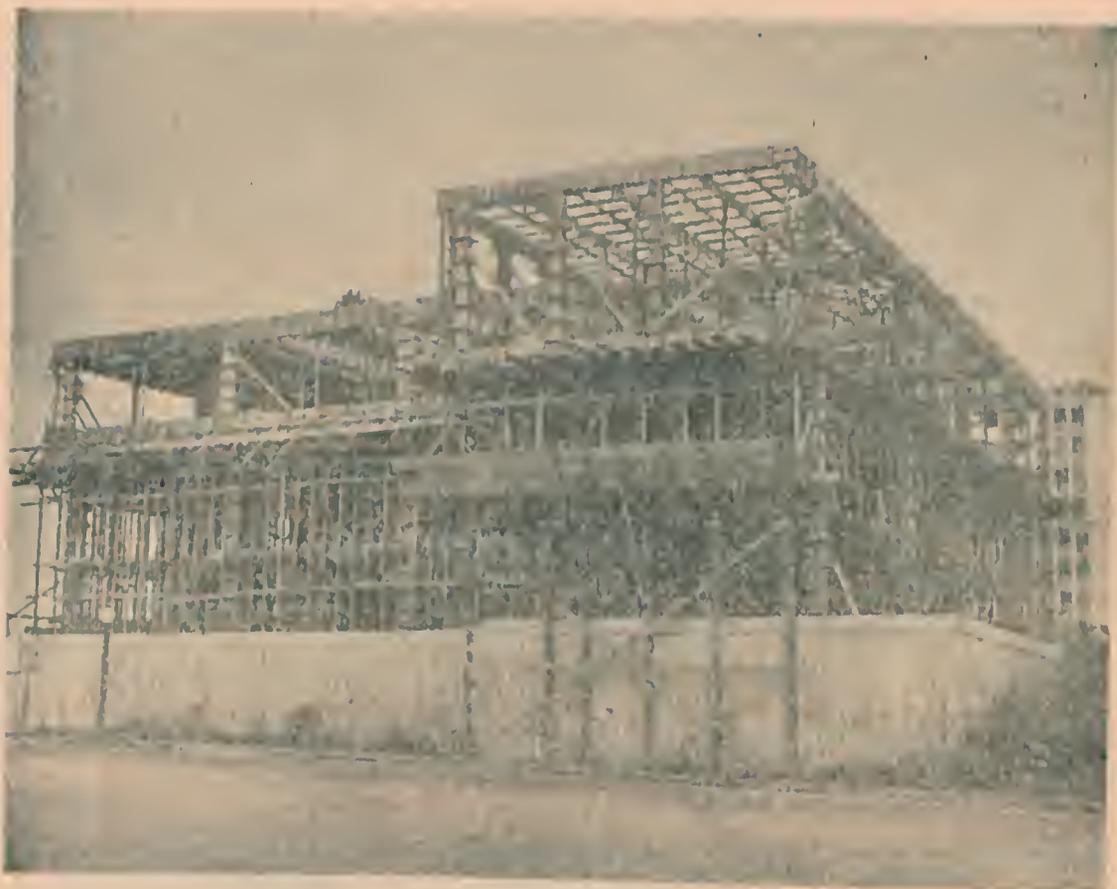
(Publicado no "O Jornal", de 1-10-50).

## Escola de Horticultura Wencesláo Bello

Mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura  
PENHA — DISTRITO FEDERAL.

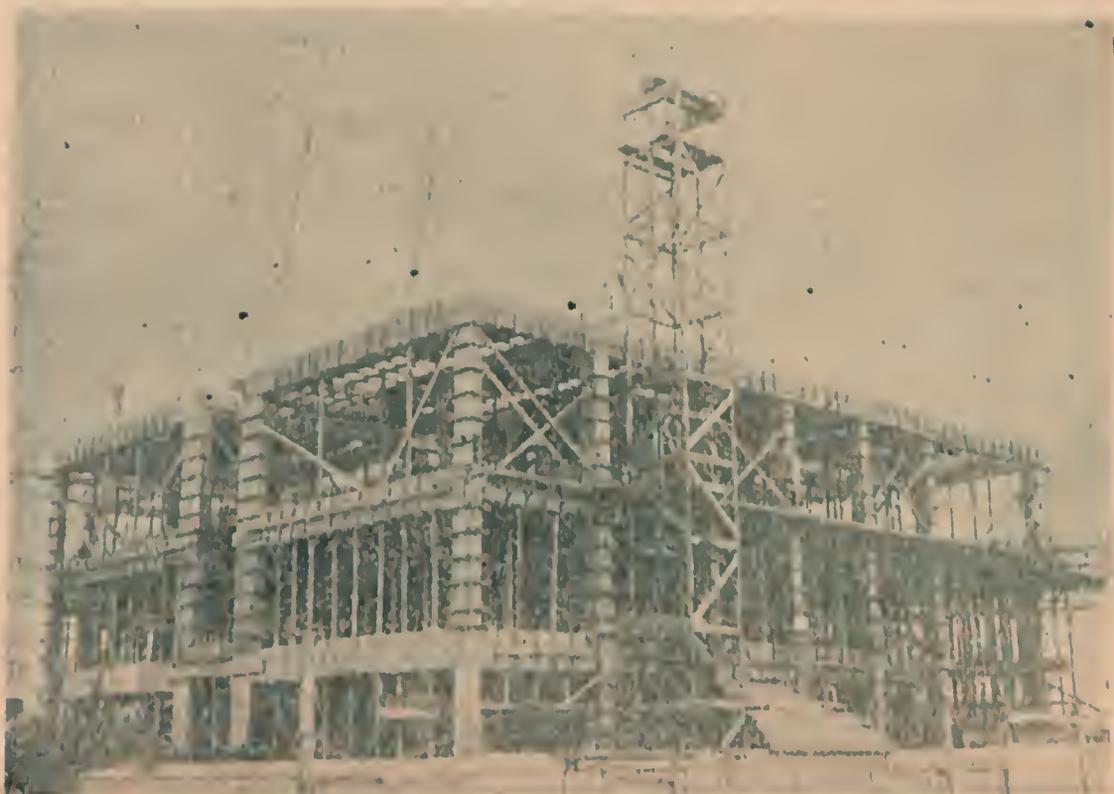
Mudas de plantas e arvores frutíferas, a preços de custo de produção  
INFORMAÇÕES NA SECRETARIA DA S. N. A. —  
Av. Franklin Roosevelt, 115, 6º. — C. 1215 — RIO DE JANEIRO

# CASA DA AGRICULTURA



*Continuam ativos os trabalhos de construção da nova sede da Sociedade Nacional de Agricultura. A fotografia mostra a parte do edifício, já com a sua segunda laje concretada, que dá para a Avenida General Justo. — (Foto batida em 16-10-1950)*

*Nesta outra fotografia, tirada do futuro jardim lateral do edifício, vê-se distintamente o entaipamento da terceira laje. O edifício terá 9 pavimentos, além do sub-solo*



# A Sociedade Nacional de Agricultura e o Ensino Profissional Hortícola

(colação de grau da 11.ª turma diplomada Escola de Horticultura Wenceslão Bello)

Realizou-se, de acôrdo com o programa, na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantida na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura, a solenidade de encerramento da ano letivo e de terminação dos Cursos de Hortelão, Fruticultura e Floricultura.

Os diplomados de 1950, em número de 20, dos quais 16 receberam diploma de Fruticultura e Hortelão e 4 de Floricultura e Hortelão, constituíram a 11.ª turma de profissionais preparados pelo modelar estabelecimento de ensino profissional da Sociedade Nacional de Agricultura.

A sessão foi presidida pela Sr. Antônio de Arruda Câmara, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e Diretor da Escola, integrando ainda a mesa os Srs. Guilherme Hermsdorf, Diretor da Escola Nacional de Veterinária, Cinéas de Lima Guimarães, Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, Geraldo Gaulart da Silveira, professor e Vice-Diretor da Escola, Jalmirz Guimarães Gomes, representando o Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Ministério da Agricultura, e Amaury Silveira, representando o Diretor do Serviço de Informação Agri-

Reportagem para A LAVOURA pelo Engenheiro Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

cola. Aberta a sessão pela Sr. Arruda Câmara, foi dada a palavra ao Prof. Geraldo Gaulart da Silveira que fez um sucinto relatório das atividades da Escola durante o ano letivo de 1950, mostrando que, pelos diferentes cursos nela ministrados passaram na corrente ano, mais de setecentos alunos. Em seguida foi, pelo Diretor da Escola, feita a distribuição dos prêmios aos alunos que mais se distinguiram.

O Professor Geraldo Gaulart da Silveira, decano da Congregação, leu o termo de colação de grau conferindo diplomas aos Srs: Alfredo Farnozelli, Arnaldo Martinuzzi, Edison Costa Rodrigues, Jair Miranda, José Laureço, José de Oliveira, Maacir Barbosa e Ueliton Castello Rodrigues, naturais da Escola da Espírito Santa; Jael de Assis, natural do Distrito Federal; José Antônio Simões Lopes, natural do Estado do Rio Grande do Sul; Fernando Antônio de Oliveira, Geraldo Raimundo, João José Barbosa, José de Almeida Nogueira e Odimar da Silva Raimalha, naturais do Estado de Minas Gerais, e Fran-



Aspecto da solenidade, quando falava o Dr. Antonio de Arruda Camara, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e diretor da Escola.



*Grupo de diplomandos (em pé), e, sentados, o paraninfo da turma ladeado pelo vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e pelo vice-diretor da Escola de Horticultura, Wencesláo Bello e demais membros da congregação da Escola.*

celina Dias Milhomens, Lucas Martins de Abreu, naturais do Estado de Goiás.

A seguir, o diplomando José Antônio Simões Lopes, em nome dos colegas, leu o seguinte discurso: — "Quiserom os meus colegas, que eu como Presidente do Clube Agrícola Miguel Calmon, fôsse o escolhido para nesta data tão festiva dirigir a todos as presentes palavras de agradecimentos e de despedida, em nome do turma de diplomandos de 1950. Procurarei me desincumbir desta agradável tarefa expressando-me em termos simples e sinceros, porque é esta a linguagem usual daqueles que vivem em contacto direto com a natureza."

Inicialmente, queremos agradecer ao Prof. Cíneas de Lima Guimorães, a honra que nos concedeu aceitando a convite que lhe fizemos para que fôsse o nosso paraninfo. A nossa escolha represento apenas um dever de gratidão.

Realmente, a Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural muito tem feito pela nossa Escola, proporcionando-nos através dos Cursos Avulsos de Horticultura e Fruticultura novos e valiosos conhecimentos da ciência hortícola. Ademais, o atimismo dinâmico que constitui um dos traços marcantes da personalidade do nosso estimado padrinho, nos servirá de exemplo e incentivo. Muito obrigado pois, Prof. Cíneas de Lima Guimorães.

Agora, um ligeiro retrospecto de nossa passagem por este Estabelecimento de Ensino e das impressões que calhemos:

Há dois anos chegámos a esta Escola munidos de duas armas: o vontade de aprender e a vontade de ser úteis à Pátria. E, por isso mesma procurámos a Escola de Horticultura "Wencesláo Bello". Sabíamos, por ouvir dizer, que neste Educandário se formavam, não apenas profissionais competentes, não ape-

nas soldados da produção, mas, igualmente, homens íntegros, imbuídos do senso de responsabilidade. Sob esta expectativa atravessámos os portões de "nosso lar".

E, mercê de Deus, hoje aqui estamos para exclamar: meus senhores, não fomos malogrados!

Recebemos do nosso querido Diretor, Prof. Antônio de Arruda Câmara, dos nossos professores, do nosso administrador e demais auxiliares todos os ensinamentos necessários — para sermos o que somos e o que desejávamos ser.

E, se não nos decepcionaram, não temos também o direito de decepcionar.

Fomos preparados para trabalhar no campo e é no campo que devemos de exercer nossas atividades. A terra imensa do Brasil precisa hoje mais do que nunca de ser trabalhada. Lembremo-nos sempre de que a fonte dos alimentos e da maioria dos matérias primas está nas fazendas.

O nosso roteiro, portanto, já está traçado: partir para o campo para aplicar e ensinar os conhecimentos horticolas que os nossos professores nos transmitiram com eficiência e dedicação.

Portaremos levando em nossos corações o saudade daqueles que aqui ficam e que nos proporcionaram momentos tão úteis e agradáveis.

Do nosso querido Diretor levaremos saudades e a exemplo de um homem que foi para nós, acima de diretor, um pai extremo, sempre pronto a nos dar uma palavra de estímulo e um bom conselho.

Das professores guardaremos as proveitosas lições que nos ministraram e o lembrança da dedicação e interesse que sempre tiveram pelo nosso preparo profissional.

Queremos consignar também gratidão imorredoura e saudades perenes às Exmos. Senhoras D. Guiomar de Arruda Câmara e D. Joaquina Carneiro Dantas,

pelo tratamento carinhoso que nos deram. A Dona Guianar e a Dona Joaquina que foram para nos mães extremas.

Aos nossos colegas, os bons companheiros e amigos que aqui ficam, saudades e uma lembrança. dedicais sempre à Escola o máximo de esforço e de respeito.

A Sociedade Nacional de Agricultura que tão relevantes serviços tem prestado à agricultura pátria e à Fundação Getúlio Vargas que com tanta eficiência e boa vontade vem auxiliando a Escola, a nossa gratidão e a certeza de que as nomes de tão úteis e beneméritos instituições jamais se apagarão de nossos corações.

Que o Clube Agrícola Miguel Colman continue a sua breve, mas já brilhante trajetória, tão os votos que sinceramente formulamos.

Que Deus volte pela nossa Escola, permitindo que, por muitos e muitos anos jovens vindos de todos os recantos do Brasil passem, neste Educandário aprender a servir à Pátria na batalha da produção."

O paraninfo da turma, Sr. Cineas de Lima Guimarães, fez o seguinte discurso: — "Sejam a minhas primeiras palavras a expressão legítima de gratidão à vossa generosidade, honrando-me com o

convite para paranimfar esta brilhante turma como velho agrônomo e devotado amigo desta Casa, enchi-me de justificado orgulho e grande júbilo ao receber tal distinção.

Atingistes o término de uma bela jornada e eu me rejubilo e congratulo-me convosco pela conquista de tão árdua vitória.

O dia de hoje, na alegria festiva desta solenidade, determina a traça que divide duas fases distintas de vossas vidas: a do convívio nesta Casa de Instrução — templo abençoado — que impõe-nos respeito, maior ainda é o nosso acatamento porque aqui é venerada a Agricultura — onde por estes dois longos anos irmanados em um mesmo ideal, despreocupados e felizes, cheios de sonhos e alegrias, recebendo destes mestres tão querida — não só os necessários ensinamentos profissionais que vos habilitam a vencer na vida prática, mas também os exemplos edificantes de devotamento, de honradez, de idealismo, de cumprimento do dever e, por que não dizer de sacrifícios no exercício deste sacerdócio. Ensinamentos e exemplos que plasmaram vosso caráter e vos conduziram a guiarão qual luz de um brilhante farol em noite tempestuosa indicando o rumo certo a tomar, através dos escolhos deste mun-



Aspecto da solenidade quando falava o Dr. Cynéas Lima Guimarães, diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, paraninfo da turma, vendo-se ainda sentados o Dr. Guilherme Hornsdorff, diretor da Escola Nacional de Veterinária, Dr. Antonio de Arruda Camara, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Dr. Jalmires Guimarães Gomes, representante do diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura e professor Geraldo Goulart da Silveira, vice-diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bollo.

do convulsianada onde tereis de lutar e zinhos, com conseqüência natural e inapelável da parfia in ona que vos aguarda a vida prática — a nova fase da vossa existência — onde, lá fora, na trelvelinhos dos choques de interesses irreis, muitas vezes, encontrar amarguras e desiluições, injustiças e dissabores, maldades e derrotismos que, estou certo haveis de sobrepujar e, com altivez e dignidade, revestidas desta couraça que é a tradição de ex-aluno da Escala "Wencesláo Bello".

Escalhestes uma profissáo nobre — a Agricultura — hoje redimida dos injútos e desprimorosas conceitas de arte grosseira e menos-prezível, representa na plantio de cereais e legumes e que constitua, até pouco tempo, abominável vocação para a maldade.

Ides colaborar com a entusiasmo própria das maças e com fé inabalável em vós mesmas e na conquista de melhores dias para a vossa Pátria — e estau certa empregareis o melhor de vossos esforços no consecução de vossas objetivas — num setar de fundamental importância para a grandeza da Brasil e o bem estar da Humanidade — a Produção.

A salução do problema alimentar na Brasil, agravada na período canturbada do após-guerra que a munda atravessa, constitui imperativa nacional.

Pois vasta, de formação nova na conceita aos nações, cumpre-lhe organizar-se convenientemente, de molde a assistir sua população cujo nível de vida não nas recomenda na conceita universal.

Entre as males que nos afligem, a subnutrição ocupa destacada lugar, pois, é por demais conhecida a alto percentagem de doenças e afecções oriundas da deficiência alimentar das nossas populações que vivem a enganar a fome.

A mortalidade infantil, tragédia que nas desabona como pava civilizado, tem a seu serviço o impropriedade e o escassez alimentar que, unidos em canluro perverso, porfiam em comprometer o futura da nossa raça.

Urge, pois, intensa trabalho de assistência social e, nesta cruzada redentora tereis de alistar-vos como soldadas vanguardeiros da defesa nacional. Isto porque o desenvolvimento da horticultura muito contribuirá poro suprir esse lacuno que todas reconhecemos e nas empenhamos em preencher.

A formação das chamadas "cinturões verdes" em târna das grandes centros populasas é medida que se impõe como necessária ao obstecimento das cidades.

E, nesse tarefa, empregareis os conhecimentos aqui adquiridos, devotadamente, empenhando-vos em mui honroso missão.

A horticultura desempenha papel de grande relevô e, podemos mesma dizer que decisivo, no desenvolvimento da humanidade. Depois que o homem compreendeu que a nutrição representa as fundamentos do própria vida e deu início a uma série de estudos e pesquisas nesse sentido, tôdas as fontes de alimenta constituem objeto de aperfeiçoamento, formando-se na primeira linha as produtos hortícolas, nas quais o homem encontra hidratos de carbono, vitaminas, proteínas e sais minerais indispensáveis ao desenvolvimento e manutenção da vida humana em seu mais perfeito grau de higidez. Os produtos hortícolas significam, pois, uma admirável contribuição ao progressa. E quem quiser observar melhor a que vale hoje esta produção, basta atentar na movimento dos grandes emprêsas que se organizaram nas Estados Unidos paor a fornecimento de produtos hortícolas bans e borotas aos grandes centros consumidores. Essas emprêsas movimentam

# CRIADORES

Prefiram as produtos veterinárias  
RAUL LEITE. São todas de eficiência  
comprovada e segurança absoluta.



VACINAS, TÔNICOS, VERMIFUGOS.  
PRODUTOS PARA TÔDAS AS  
DOENÇAS E PARA TÔDAS AS  
ESPÉCIES ANIMAIS



Na febre Aftosa — KUROX E CO-  
LOIDO-CÁLCIO.

Para banheiros carrapaticidas —  
GAVIÃO.

Nas bicheiros e bernes — CRESOS.

Nas verminoses — FENOTIAZINA  
— FENOLFTALEINA.

Nas friciras — FRIEIROL.

Nas intoxicações — VITOS.



Peçam folhetas e preças aos repre-  
sentantes nas Estados ou aos

Laboratorios  
Raul Leite S. A.

RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130

— RIO DE JANEIRO —

numerosa frota de caminhões que, quando de pontos mais afastados dos referidos centros de grandes populações, rodam à noite, o fim de que o produto seja colocado, fresquinho, pela manhã bem cedo, nos mercados citadinos.

Muito teréis a fazer porquanto longe estamos de, nesse ramo, competir com adiantados países da Europa e com os Estados Unidos onde a horticultura representa significativo contingente à sua poderosa economia.

Nem por isso vos desfaleçam as energias, pois, esta Casa vem preparando, desveladamente, os grupos pioneiros que se abalancharão o imprimir nova fisionomia aos trabalhos horticolas do País.

E a vós, seus dedicados alunos, será cometida a empresa de transformar, pelo ensinamento e pela realização, o panorama rotineiro em que ainda se debate a nossa horticultura.

Certo estou de que ides colher, sazonados, os frutos dos vossos esforços e peço a Deus todo poderoso que transforme as vossas e nossas esperanças em palpitanes realidades. Ide! Trabalhai para a grandeza do Brasil! E que Deus vos abençoe!"

Coube ao Sr. Arrudo Câmara, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, encerrar a sessão fazendo o seguinte discurso: — "É grata, não muito fácil entretanto, a tarefa que nos impõe esta solenidade: — algumas palavras — conselhos aos hortelões, fruticultores e floricultores que ora nos deixam preparados para a vida prática sob a própria responsabilidade e orientação.

Vasto é o campo.

Inúmeras e verdadeiras as possibilidades.

Tudo o nosso empenho, desde a inauguração, tem-se desenvolvido no sentido de encontrarem os antigos alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", — tal como desejava o nosso sempre pranteado Presidente Dr. Ildefonso Simões Lopes e determina o seu incansável colaborador e sucessor Prof. Arthur Torres Filho —, facilidades iniciais como as

que estão sempre ao alcance dos jovens enobrecidos pelo hábito de estudo e, principalmente, de trabalho. E esses hábitos temos conseguido, com a graça de Deus, ver inculcados no espírito de todos os moços que aqui viveram.

Os das turmas anteriores venceram ou estão vencendo... os da turma de 1950 estarão em breve também vitoriosos.

Adquiriram, durante o curso, além de conhecimentos fundamentais indispensáveis à vida de agricultor a que se destinam, a experiência resultante da observação a que foram induzidos na especialidade abraçada, o hábito de trabalho e, naturalmente, o gosto pelas atividades inerentes à profissão.

O que se torna necessário, — necessário e imprescindível —, jovens hortelões, fruticultores e floricultores, e, quaisquer que sejam as vicissitudes a enfrentar, tenham sempre em vista o nobre e elevado papel do trabalho, — fator de indisfarçável preponderância na vida dos povos —, e não esquecerem que em um país onde há, como no Brasil, terras acessíveis ao pequeno agricultor nas proximidades de bons mercados, não há risco de desemprego e nem falta de trabalho lucrativo para horticultores.

Vale acentuar, nessa oportunidade, constituir ponto alto no programa de governo do Presidente Getúlio Vargas, a racional colonização, o aproveitamento das terras incultas e a defesa d trabalho rural.

No momento em que se despedem é do agrado da Sociedade Nacional de Agricultura lembrar a cada um que a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" é a casa do pequeno agricultor e acolhe sempre, agradecida e carinhosamente, seus antigos alunos, alguns dos quais figuram hoje em o seu quadro de professores.

Agradecendo desvencido a presença dos que nos brindaram com o incentivo de virem assistir a cerimônia de diplomação dos hortelões, fruticultores e floricultores de 1950, declaro-a encerra e ao fazê-lo formulo votos pela felicidade pessoal de todos e pela prosperidade e engrandecimento do Brasil".

# Seleções Agrícolas

DIRETOR: EURICO SANTOS — GERENTE: O.  
ASSUMPCÃO — SUPERINTENDENTE: M. NUNES

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS:

Brasil — Ano .....	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano .....	Cr\$ 70,00
Número do mês .....	Cr\$ 3,00
Atrozado .....	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º

Telefone: 32-6163

Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR



## Tratores de esteiras OLIVER-Cletrac

Em todas as atividades agrícolas, exigem-se das máquinas de tração, eficiência em serviço, baixo custo na aquisição, manuseabilidade e manutenção fácil e econômica.

Os tratores de esteiras OLIVER-Cletrac apresentam todas estas características, constituindo unidades motrizes de maior preferência na tração de arados, grades, combines, lâminas, terraceadores, acrapers, etc...

### OLIVER - Cletrac, mod. HG

Potência na Barra: 21 HP.

Fabricado com bitolas de 1,3 a 2 m, e devido a sua incomum estabilidade, indicado para trabalhos em terrenos inclinados, na construção e conservação de terraços, barragens, etc... Equipado com motor de 4 cilindros, a gasolina. Transmissão com 3 velocidades avante e 1 à ré.

Para entrega imediata



### OLIVER - Cletrac, mod. ADH

Motor Diesel

Potência na barra: 30 HP.  
Tração arados de 3 a 4 discos.

É a unidade tratora capaz de executar, a baixo custo, todas as operações de tração - na lavoura, desde a aração até a colheita. Equipado com motor Diesel de 4 cilindros. Transmissão com 3 velocidades avante e 1 à ré.

Para entrega imediata.



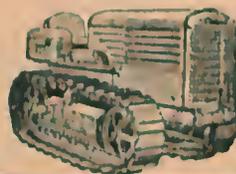
### OLIVER - Cletrac, mod. BDH

Motor Diesel

Potência na barra: 33 HP.  
Tração arados de 4 a 5 discos.

O melhor trator para trabalhar com arados, grades, terraceadores, lâminas e demais implementos agrícolas e industriais. Equipado com motor Diesel de 4 cilindros. Diâmetro de 4 velocidades avante e 3 à ré, trabalhando na mínima cerca de 2000 libras.

Para entrega imediata.



319 370

**MESBLA** CONSULTE O NOSSO DEP. AGRÍCOLA  
Rua Evaristo da Veiga, 65 — Rio

# A situação do açúcar em face da economia brasileira

Examinando a situação do açúcar, em face da economia brasileira, verificamos que êle representa um produto essencial, um fator de riqueza, de importância considerável para o comércio do país

Embora seja um produto de largo consumo interno, o açúcar figura, também, na pauta das exportações para o exterior, onde foi aumentada auspiciosamente nos últimos anos.

A modernização da indústria açucareira teve início com a instalação do engenho central Quissamã, no Estado do Rio, em 1877. O grande surto de progressão dessa indústria, entretanto, somente começou depois da primeira conflagração mundial.

A exportação e os preços elevados que então eram pagos pelo produto, no mercado internacional, contribuíram para o desenvolvimento da produção, que começou a subir progressivamente.

De 1930 a 1933, houve depressão econômica, e surgiu, com a interferência do governo, o Instituto do Açúcar e do Alcool, com a finalidade precípua de defender e incentivar a produção açucareira e alcooleira do Brasil.

Cumpramos assinalar a importância desse órgão da nossa economia, que "funciona como aparelho regulador da indústria do açúcar e seus derivados, fazendo sentir sua atuação sobre a estabilidade dos preços e a volume da produção".

O açúcar desfruta, hoje, de uma situação relativamente estável no comércio interno do país, onde apenas os transportes ainda dificultam a circulação do produto.

O Instituto foi criado pelo Decreto n.º 22.789, de 1.º de junho de 1933, com a finalidade, conforme já disse, de defender a produção açucareira e incentivar a fabricação de álcool. Para tanto, vem êle controlando a produção, orientando e assistindo, economicamente, as empresas canavieiras do país.

Ao lado da modernização das fábricas, para torná-las mais eficientes, o Instituto procurou racionalizar os métodos de cultura, que passaram a utilizar, em escala apreciável, a irrigação e a adubação das terras. A cana é hoje cultivada em todas as unidades da federação e constitui a base de uma próspera indústria, cuja importan-

ARTHUR N. SEABRA

Engenheiro-Agrônomo

cia econômica, para algumas regiões do país, é fundamental.

Por meio de quotas de produção e por meio de preços compensadores, o Governo tem procurado harmonizar a interesse da lavoura, da indústria e do comércio, dando, assim, à tradicional cultura brasileira, uma situação de estabilidade quase permanente.

A lavoura, nos principais centros produtores, está organizada; o parque industrial, embora não seja dos mais modernos, funciona com regularidade, havendo controle cuidadoso da produção e dos preços do produto. Entretanto, para garantir-se nos mercados externos, onde terá que enfrentar a concorrência de países mais adiantados, impõe-se a melhoria dos métodos de produção e do aparelho distribuidor do produto, que, mesmo para a distribuição interna, ainda é deficitária.

Com o aumento, cada vez maior, do consumo do açúcar no país, a indústria açucareira se tem desenvolvido, progressivamente, representando uma das atividades importantíssimas para o fortalecimento da economia agrária brasileira.

A expansão dessa indústria tem se refletido em todas as zonas produtoras, onde, a distribuição de quotas, feitas através dos planos anuais das safras, tem permitido coordenar e disciplinar a produção. Busca-se, assim, por meio do órgão controlador, que é o Instituto, "solução para o problema dos problemas, que é o equilíbrio da produção e do consumo."

Devemos assinalar, portanto, o acerto da política açucareira do país, que aginda sempre como força coordenadora da produção e do consumo, garante estabilidade a esse tradicional produto da nossa economia. Este fenômeno, embora não tenha escapado à observação dos nossos economistas e dos nossos homens públicos, precisa ser melhor considerado, a fim de que se ampliem as diretrizes até agora seguidas e se atinja uma produção, que, sem prejuízo do consumo interno, permita atender às solicitações do mercado internacional, exigente, como sabemos, tanto em relação à qualidade do produto, quanto à sua respectiva distribuição.

# Conservação do Sólido na Cultura Algodoeira

A cultura algodoeira nestes últimos anos está em franca abandono. A sua área cultural no país, cai constantemente, desde esse último decênio, acrescido ainda mais por um baixo índice de rendimento da produção por hectare.

Neste sentido, a avaliação algodoeira não cresceu de acordo com as anseias de progresso notadamente na indústria manufatureira nacional. Isto equivale um recuo na civilização agrícola, batidos pela negligência e rotina na solução dos problemas que tratam da terra. A prática constante da exploração da solo de um modo rasteira, esgotando sua fertilidade, aliados a falta de mecanização e crédito agrícola, tem sido os maiores fatores desse fracasso, que representa uma decadência econômica e social. É imprescindível modificar esses processos, tendo em vista principalmente a defesa e conservação da solo. Um dos maiores prejuízos causados na lavoura algodoeira tem sido, pois, a falta de defesa da solo, contra a erosão.

Os efeitos dessa, na perda da fertilidade do solo vem contribuindo para o abandono da cultura, em virtude de seu baixo rendimento com lucros insignificantes, que não dão margens, nem sequer para cobrir as despesas.

O algodoeiro é uma planta esgotante, pois, retira da terra seis vezes mais de unidades minerais do solo, que o café, o milho, o arroz.

O quadro anexo é um comparativo da exaustão de terra, entre o algodoeiro e o café:

	Quilos	Azoto	Fosfato	Potassa	Total
Café	120	50	11	70	131
Algodão	120	270	180	288	738

Isto significa que o algodão é uma cultura que só poderá ser montada na base de fertilizantes, indenizando-se a terra, sob pena de esgotá-la, com repetidas colheitas, devendo-se aplicar o rotação, adubações e a importância da defesa do solo. A execução de uma boa aração, além de requerer os cuidados e a prática já indicados deve ter em consideração a topografia do terreno, para não ficar expostos aos perigos da erosão. Ao ser praticado em terrenos com ondulações elevadas, a lavoura deverá ser feita em sentido contrário do correnteza, isto é, em forma de curvas de nível.

A erosão tem uma importância extraordinária na cultura do algodão. Os seus efeitos não são avaliados prontamente. A queda da produtividade por unidade de superfície, não é uma das consequências mais importantes. O pior mal, está na falta dos seus efeitos serem vagarosos, progressivos e cumulativos. Aliados nesses, vêm as fenômenos do algodão, desde o pobreza do solo até a indústria que a erosão ocasiona, mascaradamente, na cultura lização dos seus subprodutos. Está evidentemente demonstrado, que nos terrenos erodidos, além da diminuição normal da produção de felpa e do peso dos caracos, a quantidade de óleo produzido pelos caracos foi dez por cento menor do que a do óleo produzido pelas sementes, colhidos em terras da mesma tipo original, mas não atacadas pela erosão. Com vem ser lembrado que os dispêndios empregados

**Eng. Agrônomo DELMIRO MAIA**  
Presidente da Sociedade de Agricultura da Paraíba

para evitar a erosão, são amortizados com largos compensações pela cultura beneficiada e pelos outros sucessivas. Essas vantagens, apresentam-se pela conservação dos propriedades física-químicas, naturais da solo, e pela maior eficiência da adubação e empregar.

**Plantação em contorno** — As lavras e o plantio, quando é acidentado, devem ser feitos obedecendo a linha de nível da terreno, isto é, em sentido contrário à correnteza d'água.

Este é a processo ideal, pois diminui a velocidade de enxurradas, retendo água, para melhor absorção do solo, nos sulcos formados pelas aradas e cultivadores. Em São Paulo, na Estação Experimental de Pindorama, fizeram experiências sobre a plantio em contorno e a de morro abaixo. No primeiro o terreno perdeu 33 toneladas de solo por alqueire e outro cultivado morro abaixo a perda foi de 79 toneladas. Também verificou-se quanto a água absorvida pelo solo: o plantado em nível, escorreram 576 metros cúbicos da chuva caída, enquanto no que foi plantado a favor da corrente d'água, escorreram 1.520 metros cúbicos.

Houve portanto, na primeira caso, uma melhor penetração d'água, apresentando-se a plantio em contorno, as vantagens de reter a humidade, diminuindo a erosão, a fertilidade e o adubação necessários ao êxito de uma boa produção.

**A localização das linhas de nível** — Pode ser feita por nrelos simples chamados trapésio, níveis de borracha, ou trônsito. Sua aplicação é admitida aos terrenos de inclinação até 4%.

**Culturas em faixas** — Tem como finalidade, este processo, dividir a terreno em faixas de nível, cultivando em cada uma determinada planta. O algodão é uma planta que exige constantes copios, estando assim muito exposto o terreno, a fortes enxurradas, sujeito a erosão por sucessivas lavagens do solo, orrostando a matéria orgânica, refletindo-se em consequência, numa baixa produção do cultivo.

A cultura em faixas tem demonstrado como um objetivo de evitar essas perdas do solo, reduzir a velocidade das enxurradas e aumentar melhor a absorção da água de chuva pelo solo. Tem mais vantagem na cultura algodoeiro do que o plantio em nível. Experiências comparativas entre os dois tipos, obtiveram os seguintes resultados:

Faixas de nível (algodão) perda p/acre	12,67 tons.
Linhas de algodão a favor das águas	138,60 "
Algodão em nível	126,37 "

Do exposto a plantio em nível, deve ser completada pela cultura em faixas, sendo que está demonstrando ser dez vezes mais eficaz do que em nível, conforme a experiência acima. Aconselha-se então com base o seguinte:

Inclinação da faixa	25	30	35	40 metros
Declive	8	10	6	8 — 6 — 2 → 4%

**Sistema de faixas** — Existem três: 1.º, quando todas as linhas que limitam as faixas estão em nível, sendo de larguras irregulares.

O 2.º, as linhas de nível e as paralelas são alternadas. Na terceira, quando as linhas que limitam as faixas são paralelas.

A cultura em faixas de nível tem grande vantagem, maximé onde ainda não há sulcas de erosão pronunciadas. Pode ser eficazmente aplicada em terrenos com declividade de 0 a 30%.

De uma maneira geral, na cultura algodoeira nos interessam apenas as faixas em rotação, e de retenção.

**Faixas em rotação** — Tem por fim fazer a rotação das culturas, para manter a equillbria das fertilizantes da sala. Culturas feitas, repetidas vèzes, no mesmo local, depaupera a sala. É necessária variar o tipo de plantaçaõ para que as raizes de outra vegetal diferente penetre à camada da sala mais profunda.

Neste processo, as faixas são feitas em nível, com a dupla finalidade: manter o equilibrio das fertilizantes e evitar a erosão. As faixas acompanham o nível do terreno sendo plantadas por culturas diferentes.

Na primeira ana, planta-se algodão, arroz e milho. Na segunda, efetua-se a rotação, que consiste em mudar o local das culturas. A fig anexa é explicativa. Este sistema, as camadas da sala são melhores exploradas e reguladas pelas raizes das plantas, retendo a humidade, influindo assim decisivamente no momento da produçaõ.

**Faixas de retenção** — Consiste na distribuiçaõ alternada de plantações pouco densa e outra mais fechada. Estes funcionam como faixas de retenção cuja finalidade é fixar a terra que as faixas pouco densas perderam.

A largura das faixas de retenção é variável, dependendo do tipo da cultura. A cultura da algodão é uma plantaçaõ de vegetação pouco densa, que pode ser alternada com faixas de cana que funcionam como cortinas de retenção, protegendo contra a erosão. O ideal no emprêgo das faixas de retenção é applicação em conjunta com as de rotação.

PEÇAM O

## PEQUENO MANUAL DO CRIADOR

do Médica - Veterinária  
DR. JORGE VAITSMAN

Cr\$ 25,00, pela reembolso postal  
Caixa Postal 3328  
RIO

## TRISTE, MUITO TRISTE,

**lamenta o camponez  
a sua sorte!**

**N**ÃO pode trabalhar, sente palpitações, canceira, dôres e queimação na bôca do estomago. Não tem apetite e cada vez fica mais amarelo. Ele morrerá e passará sua doença á familia e aos vizinhos se alguma alma caridosa não lhe ensinar que ele sofre de Amarelão ou Opilação, molestia prontamente curavel com



# ANKILOSTOMINA

## FONTOURA

REMÉDIO DE USO FACIL E DE EFEITO SEGURO



# Olhemos para a Produção Rural

**PROF. ARTHUR TORRES FILHO**  
PRESIDENTE DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Sem largo apelo à ciência agrônômica, disseminando-se a instrução profissional agrícola em todos os sentidos e em todas as comodidades da população rural, excusado será pretendermos uma situação de prosperidade para a agricultura no Brasil. Estaremos resistentes aos progressos da técnica moderna e a terra dadivosa, a pouca e pouco, será relegada ao abandono, senão cuidarmos da ensino agrícola, organizando nossa agricultura em bases sólidas, valendo-nos para isso de todas os progressos científicos ao alcance do humanidade.

Sem homens conhecedores das leis da produção, tanto biológicas como econômicas, não teremos a produção sistematizada, capaz de permitir os mais altos rendimentos agrícolas.

Não há ainda, infelizmente, no nosso meio social e político, a exata compreensão do papel que o ensino agrícola, nas suas diversas modalidades, poderá representar no Brasil como agente poderosa de sua expansão econômica.

Pois será possível, sem a ensino agrícola generalizado, dispormos de forte estrutura econômico?

Na luta da competição comercial entre os povos, só poderão vencer aqueles que tiverem boa organização técnica e econômica.

Sem organização que nos faculte produzir em boas condições e a baixos preços, bem pouco valerão as nossas decantadas riquezas.

Temos diante de nós, sem solução até hoje, do Império à República, o problema agrário, base e fundamento que há de ser de nossa independência política.

A produção agrícola temo-lo de defender a todo custo, como questão de capital importância para os altos interesses do Brasil. Em toda nossa história, desde mesmo a período colonial, não tem sido a agricultura a nossa maior fonte de riqueza?

Todavia, sem uma produção lançada em bases seguras, com a grau de civilização dos nossos dias, diante das meios rápidas de transporte e dos recursos da técnica produtiva, não poderemos vencer, no jogo do livre concorrência, enfrentando outras nações cuja agricultura esteja organizada sobre bases técnicas e econômico.

Resalta à evidência que necessitamos de uma política verdadeiramente construtora, que tome por base a solução do "problema agrário brasileiro", porquanto sem produção abundante, barata e de circulação fácil no nosso imensa território, nunca conseguiremos desoligar a vida econômico-financeira da Nação.

Aconselham nossas condições sociais, políticas e econômicas, valvamos a nossa atenção para a "problema agrário".

Não se concebe mais, em nossos dias, a exploração inteligente de um país ou região sem a exome do solo, do clima, das variedades melhoradas de plantas, de aplicação dos adubos, do emprêgo das máquinas agrícolas, enfim, sem os ensinamentos da ciência agrônômica.

Será nessa direção, tendo em alta conta a ensino técnica profissional, que alcançaremos o ambicionado desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Sendo um país nova, haverá quem conteste exista no Brasil o fenômeno do despovoação dos campos?

Quem contestará também que os melhores elementos do vida rural são atraídos para a comércio, para a indústria e demais profissões das cidades? No entanto, a vida das aglomerações urbanas dependa do trabalho dos que mourejem nos campos.

Isso indica que, para suscitarmos por todos os meios as nossas energias criadoras de riqueza, teremos que nos preocupar com a instrução profissional daqueles que vivem no agricultura.

Sociólogos existem que consideram o êxodo dos campos uma das maiores e mais graves questões sociais da nossa época.

Mas, sem termos noção bem claro dos interesses capitais do país, dificilmente alcançaremos os meios necessários, como acontece com o ensino agrícola.

Que temos feito em prol da instrução profissional dos que vivem no agricultura? Qual não é o número de rapozes e moças carecendo de boa instrução agrícola e doméstica? Que temos feito nesse sentido em face das demais noções civilizadas?

E' fatal que, sem melhorarmos o nossa situação rural, isto é, sem que a vida do campo se torna capaz de proporcionar a bem estar e a independência, o homem do campo será atraído para as vilas, aldeias e cidades.

A pouco e pouco a agricultura se despojará da parte mais inteligente da sua população. Não é o que acontece, por exemplo, com os filhos dos proprietários mais ricos que, enviando seus filhos às escolas nas cidades, acabam por encominhá-los para as profissões administrativos, liberais e industriais?

Quais não serão as conseqüências sociais desse fato?

Por outro lado, com o progresso vertiginoso da indústria, não exerce elo verdadeira drenagem no mão de obra rural, por pagar melhores salários do que o agricultura?

Está-se diante de um problema social de gravidade inequívoca, cuja solução consiste em se procurar reter a deslocamento da população rural para os centros populosos.

Mas como combater-se esse mal? Outra recurso não vejo senão promovendo-se a mais longa difusão do ensino agrícola, mediante um sistema de educação generalizado, desde a criação do campo passando pelo trabalhador e o agricultor, até a ensino superior, para a formação do profissional completo, substituindo-se um ensino para todas as situações sociais.

A agricultura, como os demais ramos dos conhecimentos humanos, tem sido largamente beneficiada pelo desenvolvimento científica dos nossos dias. Quem ignorará que a química, a botânica, a física, a microbiologia, a zoologia, a higiene, etc., constituem o pedestal em que repousa a agricultura moderna?

Há cinquenta anos atrás ainda se poderia talvez admitir que a agricultor se contentasse com os progressos antigos, consagrados pela prática inveterado e transmitidos de pais a filhos.

E' evidente que tal se não pode dar atualmente, com a situação por completo mudado, diante dos



meios rápidos de transporte e da luta da concorrência entre os povos. Se quisermos o progresso da nossa agricultura em bases remuneradoras, teremos de nos socorrer da agricultura racional. Mas, para tanto conseguir-se, tornam-se indispensáveis conhecimentos profissionais. Isto é, será preciso que a agricultura se despa do manto da rotina e penetre no caminho do progresso, norteada pela ciência.

Temos diante de nós, como já assinalava Veigo Filho, no seu Manual da Ciência das Finanças, o "problema da insuficiência da produção, que se vai desenvolvendo a passos muito lentos, fazendo sentir a necessidade de ser adotada uma política resolvida, de expansão econômica ou de defesa dos grandes interesses materiais do país."

Não será exagero se se disser que necessitamos resolver o nosso problema da existência próprio, a princípio por cada uma das unidades da Federação; mas, para resolvê-lo, precisamos de riqueza, riqueza que só poderá ser arrancada do seio da terra pela agricultura. O nosso comércio exterior não poderá ficar limitada a alguns produtos, obtendo-se, porém, do nosso solo, tudo o que êle encerra, criando-se para isto novas culturas.

Para tanta conseguirmos necessitamos conhecer o nosso país, mas com os armas da ciência, procedendo a estudos sérios, rigorosos, de modo a se construir um plano geral e de conjunto o ser realizado sem descontinuidade, única meio de se obter solução definitiva ou cominarmos para ela em defesa do nosso patrimônio agrícola.

Que conhecemos da nossa economia rural, do nosso solo e da nossa flora, da ponta de vista agrícola? Faltam-nos os dados de uma perfeita estatística agrícola, isto é, escasseiam-nos os elementos reais sobre as condições do país. E a instrução agrícola?

Faltam-nos, afinal, instituímos um governo econômico, em toda a acepção científica do termo; conhecendo as nossas fontes de riqueza e posuindo uma organização completa e rigorosa.

Como dizia João Pinheiro, o notável estadista mineiro, "o problema econômico brasileiro não é uma dessas idéias políticas passageiras, vistoso foga de artifício para surgir e passar veloz, na precariedade das coisas fictícias; corresponde à solução de necessidades afirmativas, à ónsia de progresso, e foi posto — para ser resolvido — pelas próprias condições sociais da vida nacional".

Não se deve ignorar que a progresso agrícola de muitos países tem por origem a penetração da ciência na prática agrícola.

A organização de estabelecimentos científicos de pesquisas, a explrito de associação, o desenvolvimento dos meios rápidos de transporte e o progresso do material agrícola, constituem, dentre outros, os meios técnicos de se produzir mais, melhor e mais barato.

A predominância dêste ou daquele país, na luta da competição comercial, dependerá dos progressos realizados no terreno da produção agrícola ou industrial.

Produzir em maior escala e produzir economicamente — tal deverá ser a nossa lema.

Se não entrarmos pela caminho do recrudescimento das forças vivas e das energias latentes da Nação, dia a dia mais acentuada será a nossa inferioridade econômica.

Não podemos permanecer retardatários em matéria de agricultura, sem iniciativas, sem estímulos, quando a situação exige uma modificação radical em nossas hábitos tradicionais.

Muita benéfica, como será forçoso reconhecer, tem

sido a ação exercido pelo Ministério da Agricultura desde sua criação e, principalmente, nos últimos tempos, mas o problema é complexo e difícil, pois as providências a serem tomadas exigem a concurso dos municípios e dos Estados, numa ação conjunta e continuada por muitos anos. De outro modo, teremos de assistir de braços cruzados à ruína de diversos ramos da produção nacional, como até aqui, pois uma ação desenvolvida nessa diretriz não pode resultar resultados imediatos.

A agricultura foi, tem sido, e será a nossa maior fonte de riqueza pública.

A nossa crise agrícola vem de longo data, mas, para resolvê-la, exercendo-se ação bastante intensa em todo o território nacional, promovendo-se o melhoramento dos nossos processos de cultura do solo, das raças animais, traçando-se um programa consciente de política construtora, torna-se indispensável o concurso dos Estados e dos Municípios, numa ação conjunta e sem descontinuidade por largo espaço de tempo.

A colaboração dos Estados com a Ministério, em todos os seus aspectos, sob fórmula prática, torna-se de todo imprescindível para a defesa do nosso economia agrícola. De outra forma, disso estou plenamente convencido, não chegaremos à transformação dos nossos métodos e processos agrícolas, nem será possível alcançar-se a expansão econômica do Brasil. Nesse particular, como em muitas outras, teremos de voltar nossos vistas para o gigantesco aparelhamento da agricultura norte-americana.

Se o Ministério tiver que restringir sua atividade ao orçamento federal, nunca, pela exiguidade dos recursos, assim mesmo com frequentes descontinuidades, chegará a exercer atuação bastante intensa em toda a vastidão do território nacional.

A questão agrária é, talvez, o único problema nacional que temos realmente a resolver. Todas as nossas principais soluções dependem dela.

Um povo batido no terreno econômica está virtualmente vencido no campo político: a sua soberania não passará de um domínio de fato.

Diante de nós temos vastas extensões territoriais inexploradas, incultas ou abandonadas, para serem transformadas em riqueza econômica.

Para tanto conseguirmos, faz-se mister programa de política econômica que abranja toda a Nação.

Não se impõe estabelecer a exploração generalizada, sistemática, intensiva, do nosso solo? Como consegui-lo sem o ensino agrícola bem difundido e com cunho utilitário?

Não é certo que a grande massa da população rural, estreitamente ligada à terra, não pode frequentar escolas, tornando-se difícil fazer chegar até ela, de modo contínuo, o ensino agrícola? Mas, se tanto não obtivermos, ficaremos atrasados e disso resultará o declínio da nossa agricultura.

A organização dêste ensino deverá obedecer ao meio e dispor de recursos compatíveis com os fins pretendidos.

Se considerarmos a área territorial do nosso país, com a população fortemente disseminada, onde os adultos são destituídos de cultura, principalmente no campo, onde impera o analfabetismo, chegar-se-á à conclusão de que o ensino agrícola entre nós não poderá seguir o mesma ordem de graus observados na Europa.

Está fora de dúvida que o ensino profissional agrícola é um problema que está exigindo na Brasil realização prática, tão intimamente se acha ligada ao nosso progresso de nação civilizada.

A grande República Norte Americana, desde a primeira mensagem de Washington, em 1796, se empenhou pela instrução agrícola.

"No terreno do ensino agrícola no Brasil — já o disse o soudoso educador Dr. Dias Martins — é preciso pôr os pontos nos ii, dizendo o que se vai fazer "no Brasil pelo o Brasil", ao invés de ocultar em meia dúzia de frases e palavras técnicas, vestindo um programa de agricultura exótica, demonstrativo da incerteza e da ignorância das condições da nossa agricultura."

As necessidades econômicas da época atual nos estão impondo a ressurgimento das forças vivas da Nação, para poderemos preparar o Brasil de amanhã.

Ninguém pode pôr em dúvida que, de todo ensino profissional, o ensino agrícola constitui um dos de maior importância para nós. Será ele, juntamente com o industrial e com o comercial, que farão viver e crescer o Brasil Brasileiro, o exemplo dos demais países.

Quanto à instrução agrícola, para que ela seja realmente útil, não poderá ser puramente científica, representada por uma grande coleção de fórmulas abstratas", comprazendo-se em subtrair, ao invés de levar forças vivas à agricultura.

Que não sejamos obrigados a dizer, como um pedagogo francês, que se admira de ainda existirem rapazes que quizessem seguir a carreira agrícola, cujo ensino, em lugar de despertar o gosto pela vida rural, tendia, antes, a produzir o afastamento da vida do campo. Isso porque o ensino senão "puramente livre-escola" como dizia Montaigne, não despertava o "ensino prático", nem o espírito de observação", que são as duas condições essenciais no êxito de todo carreira, muito principalmente da carreira agrícola.

Que temas atualmente em matéria de ensino agrícola? Se o considerarmos em sua legítima ocasião, como devendo penetrar no meio da população rural, poder-se-á dizer, sem exagero, que ele é fraco, senão nulo, no atual momento, em nosso país.

Qual o número de filhos de agricultores que recebem uma educação profissional? Quanto despendemos com educação agrícola? A nossa situação, nesse particular, é, de fato, deplorável.

Em muitos países existe o ensino profissional, "posto escolar" obrigatório, que não deverá ser oneroso nem vexatório. Mas sucede que, se não temos onde proporcionar este ensino, como iremos torná-lo compulsório?

Se o próprio ensino primário não é obrigatório, como procederemos de modo contrário com o ensino profissional agrícola?

Não há como fugir a seguinte conclusão: a grandeza econômica de um país depende de sua força produtiva, a qual está ligada à aptidão de cada um dos seus habitantes. Essa o razão por que a "educação profissional" está hoje reconhecida como socialmente necessária ao interesse superior da coletividade.

Temos que nos modificar; precisamos cair do ensino profissional agrícola, porque o nosso futuro dependerá da solução conveniente que lhe soubermos dar.

Tanto do ponto de vista técnico, como econômico, político e social, numerosos são os males de que sofre a agricultura no Brasil. É certo que para o progresso da nossa agricultura não nos faltam apenas os conhecimentos técnicos ou recursos para aplicá-los, existem outros embaraços muito sé-

rios, que não podemos nem devemos exornar nesta oportunidade.

Já dizia o soudoso estadista João Pinheiro, ao examinar o governo de Minas Gerais, com aquela sua longa visão de eminente homem de Estado:

"O estudo do solo, as prêmios de animação, o estímulo à iniciativa particular, solicitada por todos os modos, o "educação técnico", o abaixamento dos tarifas ferroviárias, o emulação no trabalho, as estatísticas exatas, a criação de estabelecimentos modelos, as exposições periódicas agrícolas e industriais — eis as medidas que devem ser decretadas, com condições indispensáveis de êxito."

A ação benéfica até aqui realizada pelo Ministério da Agricultura em prol de nosso progresso agrícola, não pode ser contestada; porém, uma das suas missões mais sérias será a de instruir tecnicamente as classes rurais. Seu papel é também de "educar e instruir", mas com a cooperação dos Estados.

Temos necessidade de cuidar de nós mesmos, pondo de lado o concurso de estrangeiros em tudo que estiver ao nosso alcance.

Num país como o Brasil, que na agricultura deveria buscar as suas melhores fontes de riqueza, não se deve ficar aguardado por mais tempo a oportunidade para lançar em bases seguras o "ensino profissional agrícola".

Se se considera o que há entre nós em matéria de ensino agrícola, tanto superior como médio, elementar ou popular, para rapazes e moços, chegar-se-á à conclusão de que tudo está por fazer-se. Enquanto isso acontece conosco, em todos as demais nações civilizadas os melhores esforços se fazem por desenvolver e aperfeiçoar esse ensino. De curto porte só convirá ministrá-lo dando-se-lhe um caráter de utilidade real para a agricultura do país, isto é, sob a forma de "instrução" verdadeiramente útil, de modo a atingir a massa da população rural.

Na moderna concepção da pedagogia, o ensino profissional precisa ser encarado em relação a todas as idades do homem, desde a infância até o momento de ser incorporado à sociedade. No caso do ensino agrícola, ter-se-ia que cuidar da instrução desde o simples homem do campo, passando pelo administrador, até o técnico.

Mas, se se atender à vastidão territorial do Brasil, com sua população rural disseminada, não se achando concentrado em aldeias, como na Europa, deverá obedecer a mesma organização? Evidentemente, não.

Do idade de 6 a 12 anos o ensino é insuficiente para transmitir qualquer resultado no espírito do homem. Nela faltando a instrução primária e a necessária vigor físico, dificilmente se poderá conseguir da infância o apreensão de um ofício manual.

O método de ensino nessa idade deverá revestir-se de caráter essencialmente concreto, intuitivo e experimental.

A instrução agrícola só se tornará proveitosa aos alunos de mais de 12 anos de idade, proporcionando-se a estudo da natureza, com a observação das plantas agrícolas, dos animais domésticos, à maneira de instrução preparatória para os verdadeiros assuntos agrícolas.

Segundo a concepção de Gerard, a definição do ensino primário agrícola está consubstanciada na seguinte fórmula: "a preparação para a vida". Até aos 10 anos a criança deve aprender a ler, escrever

o contar, e, no decorrer dos últimos anos escolares, a direção dos exercícios deve ser guiada pelas exigências da vida real. Entre a vida escolar e o ensino profissional, não deve haver transição brusca.

Por princípio básico, cuidando-se do ensino profissional, devemos ter em vista desenvolver na individualidade o amor pelo trabalho de que irá viver.

A experimentação convém que seja simples e elementar.

Ter-se-á que recorrer a lições de coisas, lançando-se mão, nas escolas do interior, dos objetos que se encontram por toda parte, representando um material escolar barato. Será a ensino de introdução para a verdadeiro ensino agrícola.

Disseminada como se encontra a nossa população rural, mesma assim, si fosse possível, desde já, estabelecendo-se nas escolas primárias exercícios de jardinagem e horticultura, como nos próprios grupos escolares, nos terrenos que lhes fiquem anexos, um grande passo se teria dado a fim de conduzir a nosso povo para as ocupações rurais. Nas próprias cidades, obter um pequeno área de terreno de três ou quatro hectares para instalar-se uma escola para a exercíção das crianças das calégias e grupos escolares, onde cada aluno teria a seu canteiro, cabendo-lhe o benefício do produto colhido, abandonando-se até mesmo prêmios em dinheiro aos mais dedicados. Uma organização desta natureza exigirá alguma despesa, com instalações rústicas, aparelhos e instrumentos agrícolas. Não será difícil, entretanto, à maioria dos Estados do Brasil, com o concurso das municipalidades, senão em toda seu território, pelo menos nas centros agrícolas principais, promoverem a "difusão do ensino agrícola elementar" tendo ao lado oficinas de carpintaria e ferraria, modestas embora. Um ensino desta natureza, despertando na criança o incentivo pelo trabalho, terá uma influência moral irrecusável na formação do seu caráter, excitando-lhe o amor pela vida simples e saudável do campo.

Em 1885, já concluiu assim Grandeaun sobre o ensino agrícola na "escola primária rural". "Se o mestre da escola primária puder despertar nas crianças dos campos o gosto para ler mais tarde com proveito um livro de ciências aplicado à agricultura, se lhe inspirar o gosto pela vida dos campos e a desejo de não abandoná-la para tornar-se funcionário ou empregado de caminho de ferro ou do comércio terá prestado imensa serviço à agricultura."

O ensino primário agrícola deverá ser um "meio" e não um "fim".

Reconhece-se, hoje, que não é bastante instruir o agricultor. Cumpre antes procurar retê-lo à terra, evitá-lo o fenômeno do urbanismo, e para isso a instrução agrícola primária tem a virtude de encominhar para a vida dos campos novas legiões. Impõe-se, deste modo, outro ensino, o ensino a que Méline, antigo ministro da Agricultura da França, chamou de ensino "estético", com o objetivo especial de evidenciar as belezas da natureza e as vantagens da vida campestre.

E a quem competirá, com esse fim, modelar a alma e a inteligência da nossa infância? Certamente que ao mestre da escola primária secundário; ele que, em nossos dias já lhe cabem as mais altas responsabilidades pedagógicas, terá mais essa, proclamada em todas as partes, onde se cuida seriamente de amparar a vida econômica, cujo desequilíbrio, como está provado, é quase sempre também a origem das desorganizações sociais.

Não se pôde pôr em dúvida que o ensino entre

nós precisa tomar um cunho mais consentâneo com as condições da vida em nossa época.

Excusado será encarecer ainda mais toda a vontade que poderia advir da introdução, nos escolas primárias e secundárias, do ensino obrigatório da agricultura, de "preferência nas escolas de dentro das cidades, que possuam terrenos anexos, porque nelas será mais fácil dispor-se de professores habilitados em assuntos agrícolas. Para que seja proveitosa essa instrução agrícola, deverá limitar-se aos alunos com mais de 12 anos de idade; e as colocadas em grau inferior proporcionar-se-ia a estudo da natureza, com a observação das plantas agrícolas, dos animais domésticos, das aves, dos insetos, etc., a maneira de uma instrução preparatória para os verdadeiros assuntos agrícolas.

Serão preciso que se formassem também um material de ensino adequado a esse fim, como coleções didáticas de história natural, mapas, publicações, material para projeções luminosas, "filmes" cinematográficos, etc.

Com essa orientação, em breve prazo, ter-se-ia reconhecido ver a necessidade do ensino agrícola na curso das escolas normais, preparando-se professores aptos a ministrarem o ensino agrícola.

No Europa existe a "escala elementar agrícola para os rapazes dos 12 aos 14 anos, na qual o ensino se reveste do caráter teórico e prático. Entre nós será difícil cogitar-se desse tipo especial de escola, quando conhecermos o estado precário do próprio ensino primária a carga dos Estados.

Poder-se-ia pensar, talvez, na admissão desses rapazes, durante a prazo de um a dois anos, nas fazendas-modelo, nas escolas agrícolas, nos postos zootécnicos, nas estações experimentais e em outros estabelecimentos da Governo. É de real vontade esse ensino dado na escola agrícola elementar porque, no idade de 14 anos, muitos deles, sem recursos, já poderão participar da vida rural, onde completariam seus conhecimentos práticos ao lado dos pais. Outros seriam admitidos como aprendizes nos estabelecimentos agrícolas do Governo.

Segue-se, para completar a educação agrícola, o ensino médio, para os rapazes de 14 a 18 anos.

Mas, que se entende por ensino médio em agricultura? Na opinião de De Vuyst, é a ensino que visa "a formação do explorador de uma propriedade de extensão médio, devendo ser adoptada à cultura da região". Ora, se assim é, nada pôde haver de mais variável, tanto mais que esse deve ser "adoptado às culturas de uma região".

Compreende-se que esse ensino "médio" é o que corresponde à "escala profissional média".

Se na indústria se tem necessidade do "contra-mestre", que é o intermediário entre o operário e a direção superior, assim também precisa e deve ser na agricultura, onde se impõe a formação dos "chefes de cultura" e dos "administradores de fazenda".

Muito adequadamente já houve quem comporasse o papel do contra-mestre ao do sorgento, colocado entre o oficial e o soldado.

Sem que o instrução e a educação desses intermediários sejam cuidados, muito dificultada ficará a missão do "técnico".

Este "ensino agrícola médio" não tem em vista, pelo menos é a que se pôde compreender da sua organização em diversas partes, preparar para o "ensino agrícola superior, por obedecer a um fim especial de "formar práticas escolares".

É a ensino ministrado nas "escolas práticas

“agriculture”, em França; nas “agriculture secondary schools” dos Estados Unidos; nas “scuolas pratiche de agricultura”, da Itália; nas “Laudwirtschafts Schulen”, da Alemanha, etc.

Na França, por exemplo, as “escalas práticas” destinam-se a receber as rapazes, que saírem das escalas primárias, das escolas primárias superiores ou das colégias, desejam adquirir a instrução profissional agrícola.

O seu verdadeira fim é a de formar agricultores esclarecidos. A duração das estudos é] de dois a três anos.

“O tipo da escola é o tipo ideal da escala profissional para aqueles que desejam receber um ensino agrícola média e “possam ficar dois a três anos num estabelecimento de instrução”.

Segundo Gustavo d’Utra, “as escolas práticas visam, especialmente, as pequenos e médios cultivadores, que constituem, na França, a maioria das explorações da sala agriculturável e uma das maiores avanços da sua prosperidade. A organização e o programa de ensino asseguram a obtenção de bons e grande resultados, não obstante as dificuldades que algumas têm encontrado na desempenha de sua missão pela falta de pessoal adaptável ao seu gênero especial de ensino e também pela má situação em que as colocou uma escolha emnos feliz, inspirada por nocivas ou subalternas influências locais”.

A instrução dada na escala prática deve ser teórica e prática ao mesmo tempo, porque, do contrário, o chefe de cultura nela diplomada não dispará da força moral necessária sobre seus subordinados, que só a competência real poderá proporcionar.

De outra parte, o ensino precisa ter em vista as necessidades particulares de cada região.

Para a organização que tivermos de dar ao nas a ensino agrícola, será da maior importância que fique bem caracterizado o que seja “ensino médio”, a qual visa a formação do intermediário entre a proprietária e a trabalhador rural. Ele tem por objetivo preparar rapazes que disponham dos necessários conhecimentos práticos de todas as operações agrícolas.

A instrução tem que ser proporcionada num ex-  
tensão agrícola bem administrada, afastando-  
do ensino tudo quanto se referir a pesquisas agrô-  
nômicas.

Essa compreensão da “ensino média” em agricultura não tem sido bem alcançada por aqueles que entre nós têm cogitado da ensino agrícola, tanta que conceberem escolas técnico-práticas para proporcionar-la, num curso de três anos, em que se exigia para a matrícula até mesmo preparatórios e se conferia ao diplomado a título de agrônomo. Ora, o seu papel não páde ser outro senão a que se observa na indústria, isto é, esse ensino terá por fim preparar o intermediário entre a técnica e a trabalhador, ou melhor, o “chefe de cultura” ou “administrador de fazenda”. Aliás, para quem conhece a nossa agricultura, não ignora a função valiosíssima desempenhada nos nossas trabalhos rurais pelas “administradores”, homens de escassa preparo intelectual, dos quais, entretanto, em grande parte, depende o nosso progresso agrícola.

“A confusão na preparação e execução das programas de ensino das Escalas Práticas e Médias que que até hoje foram criadas entre nós tem sido muita grande; criou-se até certa antipatia pelo ensino desse gênero, devido à confusão estabelecida,

considerando-a muitos como inadequada ao meio ou mesmo deficiente”. (Dr. N Athanasoff).

É esse experimentado educador, conhecedor perfeito da nossa meio agrícola, quem ainda assim se expressa referindo-se ao ensino na escala agrícola prática: “O ensino exigirá do professor trabalho enorme, porque será preciso datar a escala de bons professores especialistas, em número suficiente para fazer um ensino útil e proveitoso. Do contrário, estaremos outra vez no ensino livresca, e veremos o aluno sem iniciativa ouvir as aulas do professor com braços cruzados durante 45 minutos cada para quando, terminado, entregar-se-lhe a enxada para capinar e a faice para raçar o pasto. Práticas dessa ordem pouca aiantam para alunos que se destinam a dirigir e organizar e não a serem simples trabalhadores”.

“Eu penso — diz ainda o professor Athanasoff — poder-se conseguir muito das escalas práticas de agricultura com a condição de se formar um bom corpo docente e dispar-se de bem organizada propriedade agrícola.

O êxito que possamos alcançar na ensino agrícola, qualquer que ele seja, dependerá de sua adaptação aos hábitos e costumes da nossa agricultura, como do gênero de instrução dos que vivem no campo. Fara daí será realizar-se obra infrutífera. É assim que, atingida a idade de 12 anos, a criança, já tendo adquirida a instrução primária, quando pertence à família rica, se dirigirá de preferência, entre nós, para um ginásio ou liceu e irá abraçar uma carreira liberal. É evidente não se poder contar com essas para a frequência nas “escalas práticas”, de ensino médio, parecendo dever-se antes recrutar alunos entre as que não possuem sequer a instrução primária, isto é, sabendo ler, escrever e cantar. Deverá dirigir-se a ensino aos que “possam” ou “devam” continuar a existência no campo, tanto nos trabalhos de cultura, como nas de criação de animais ou nas ocupações das indústrias agrícolas. Não poderemos contar, infelizmente, no nossa meio rural, com os rapazes de 14 a 18 anos, dispondo de uma instrução primária sólida e superior, em condições de frequentarem com resultado uma “escala prática de agricultura”. Esta é uma “escala prática de agricultura”. Esta é uma verdade que precisa ser enunciada, como aí estão, para comprová-la, até mesmo as próprios aprendizados agrícolas.

Crearem-se escolas “médias” de agricultura para formar agrônomo “práticas”, exigindo-se na admissão conhecimentos de humanidades, representa uma utopia, tanto mais se nossa intenção for a de encaminhar para tais escolas filhos de agricultores. Ninguém ignora a dificuldade com que lutam nossos agricultores, principalmente os pequenos, de poucos recursos, devido às grandes distâncias no meio rural, para proporcionar até mesmo a instrução primária o seus filhos. Que candidatos teríamos, então, para tais escolas? Não foi outro a motivação por que, pela organização do ensino agrônomo, de 1910, se criou nos Aprendizados Agrícolas um curso de adaptação de três anos, onde o candidato entrava com 11 anos, procurando assim preparar os candidatos ao curso profissional, por terem os alunos na sua grande maioria pouco menos que analfabetos.

Diante disso, se tivermos de instituir “escalas práticas”, para as quais se exigiriam conhecimentos de humanidade, para elas iriam, quando muito, rapazes das cidades, ou então ficariam vastos

Esse é um dilema de que se não pôde fugir; e, se é verdadeiro para Estados até mesmo mais adiantados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, não deixa de ter inteira aplicação para aqueles onde o instrução pública se acha muito mais atrasada.

Excluída o Distrito Federal, o Estado do Rio Grande do Sul é o que apresenta melhor taxa — 61,2% e 44,5%, respectivamente. O grau de analfabetismo no Acre é igual ao de São Paulo, 70,2%. A taxa mais elevada cabe a Piauí, 88,0%. Comparando-se a grau de instrução na população menor de 15 anos, que compreende a classe escolar de 7 a 14 anos — o resultado é ainda mais desanimador.

Em 1900, sobre 7.886.323 habitantes compreendidas aquela grupo de idades, 1.068.230 ... (13,9%) sabiam ler e escrever e 6.618.093 ... (86,1%) eram iletrados. Em 1920, a número de habitantes daquele grupo de idades, elevava-se a 13.078.323. Dêstes, apenas 1.337.790 (10,1%) sabiam ler e escrever, e 11.740.533 (89,9%) eram analfabetas. A comparação nesta classe de idades é necessário, porque é justamente a classe escolar que se pode medir a esforço do país, na alfabetização de seus habitantes. Infelizmente, não há dúvida possível, apesar dos esforços empregadas no desenvolvimento do ensino primário, a porcentagem de iletrados aumentou. No que se refere ao Estado de Minas Gerais, observo-se a mesma coisa.

O coeficiente de analfabetismo que era de 74,4% em 1900, elevou-se a 79,3% em 1920.

No grupo de idades de menores de 15 anos, sobre o total de 1.604.849 habitantes em 1900, 242.082 (51,1%) sabiam ler e escrever.

Em 1920 o total sobe a 2.659.791, mas os analfabetizados diminuíram para 210.547, ou seja 7,9%, contra 15,1% em 1900.

Eis aí. São muitas sugestivos estes algoritmos!

Existe ainda a perigo, nas nossas organizações de ensino, de se tornarem muito elevados e mesmo abstratas, ério em que poderia incorrer as nossas escolas "práticas" de agricultura.

A Fração, a princípio, instituiu a "fazenda-escola", cuja função desapareceu com a transformação operada na agricultura, sendo substituída pelas "escolas práticas". Entre nós já tivemos a tentativa da "fazenda-madêlo" em Minas Gerais, por iniciativa do grande estadista João Pinheiro, organização essa em que deveríamos insistir, procurando imprimir-lhe um cunho bem acentuado às necessidades da meia onde tiverem de exercer sua ação.

A "fazenda-escola", na Fração, destinava-se aos filhos das famílias dos trabalhadores rurais, onde os aprendizes executavam todos os trabalhos e recebiam um ensino essencialmente prático. A permanência na escola era de dois a três anos, e durante esse tempo os alunos nada custavam aos pais. Era escolas práticas de um gênero especial, com tendência a se transformarem em verdadeiras escolas práticas.

A idade de admissão dos alunos era de 16 a 18 anos, e o ensino inteiramente gratuito. Na opinião de abalizadas técnicas, essas "fazendas-escolas" deram à agricultura francesa "uma mão de obra instruída e de valor".

Esse modelo de organização, bem adaptada às condições do meio onde tivesse de operar, em zona povoada e extensa, proporcionando um ensino teórico e prático, poderia prestar inestimáveis serviços ao desenvolvimento de nossa agricultura.

A pouco e pouco, poderíamos em breve prazo chegar à escala agrícola "média".

Quanto ao pessoal de escola, esse coaviria que fosse assás limitado, como todas as instalações feitas sem luxo algum.

Qual a idade é a número de rapoços, viveado no interior, com a idade de 14 a 18 anos, que, por terem sido educados na vida agrícola, não dispõem de recursos e se coaservam impedidos de obter uma instrução profissional? Para eles é que deveria destinar-se a "ensino agrícola médio".

Para as "escalas práticas de agricultura", exigido-se quatro anos de curso e exames de admissão aos alunos que nelas se queiram matricular, não nos parece seja organização compatível com as nossas necessidades de renovação rápida dos processos agrícolas. Os bons resultados depeenderão certamente da organização e do programa do ensino, confiando-se a direção a pessoas capazes e suficientemente conhecedoras da prática agrícola.

A aprendizagem precisará visar principalmente a formação de profissionais em agricultura, com conhecimentos de aplicação prática e local. Esse ensino terá que ser baseado numa fórmula fácil, útil e econômica...

Se é certo que um jovem terminando o curso de uma "fazenda-madêlo" na idade de 18 a 19 anos não será um "administrador" ou "chefe de culturas", dispará, entretanto, de conhecimentos inestimáveis, que poderão torná-lo, mais tarde, um bom administrador.

O pessoal de ensino coavém que seja limitado a um diretor, dois a três agrônomos, e dois professores normalistas, — é de dois últimos se incumbindo do ensino de matemática elementare e de noções de ciências naturais.

A duração do curso será de dois a três anos, divididos em semestres. Nesta "fazenda-madêlo" seriam admitidos também aprendizes para os trabalhos de campo, formando-se deste modo operários que sabem trabalhar com máquina agrícola, que conhecem o cultivo das nossas principais "plantas" agrícolas, que sabem tratar um animal, etc.

Temer a possibilidade de formar na agricultura a classe dos "homens precisos" de Rieffel, "colocados ao exército entre o oficial e o soldado e na administração entre o fabricante e o operário".

Na agricultura o papel deste homem está naturalmente indicado como sendo o do "chefe de culturas" ou "administrador de fazenda", denominação esta peculiar ao nosso meio rural.

## LAVRADOR:

Inscreve-te sócio da

## SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Informações:

Av. Franklin Roosevelt, 115-6.º

C. Postal 1245 — Tel.: 42-2981

— Rio de Janeiro —

# O Desamparo do Homem do Campo

É este um tema de grande atualidade. Em várias oportunidades, tem a Sociedade Nacional de Agricultura pedido a atenção dos governos para a flagrantíssima inferioridade em que se encontra o trabalhador da terra, face aos profissionais da indústria e do comércio. O assunto é difícil. A legislação trabalhista julgou por bem, dadas as peculiaridades da vida rural, excluir os trabalhadores da agricultura da sua ação, reconhecendo a que de há muito vem a Sociedade pregando. Nos trabalhos da comissão interministerial, nomeada pelo então Presidente Getúlio Vargas, em 1942, para estudar a sindicalização da classe rural, ficou sabidamente demonstrado que no caso da agricultura, a lei deveria ser diferente, acomodada à verdadeira situação da nossa vida rural, para produzir os efeitos esperados. Ficaram, das sucessivas reuniões então realizadas, as atas e os estudos, e, de concreto, ressaltada aquela dificuldade. Porém, dificuldade não é impossibilidade. Teriam de ser encontradas outras cominções e, depois de estudos e consulta, encaminhou a Sociedade a ante-projeto de decreto-lei que visava à organização da vida rural. Ao invés do sindicato, a associação rural municipal, com as seus graus especializadas e superiores, a associação regional, a federação estadual e, por cúpula, a Confederação Rural Brasileira, é o decreto-lei 8127, de 24 de outubro de 1945, sucessor da de n.º 7.449, sancionada antes, e em cuja texto algumas disposições havia que foram criticadas, corrigidas na atualmente em vigor.

Nesse decreto-lei proporcionou-se o embasamento de uma série de providências tendentes a arrancar o trabalhador do campo da situação precária que todos lhe reconhecem, ou, pelo menos, ao início de uma campanha naquele sentido.

Durante a período governamental a expirar não foi possível levar-se avante, por dificuldades várias, a organização da classe naqueles moldes.

Pensou a Sociedade — e pensou muito bem —, que não é possível beneficiar-se uma classe sem, de início, organizá-la.

E continuam, sem embargo, as vozes que clamam pelo amparo ao homem do campo, a se fazerem ouvir nos órgãos de classe, nos congressos sociais e econômicos, nos discursos de propaganda eleitoral, ressoando no Parlamento — num uníssono movimento em prol do amparo social ao homem do campo, a qual, embora difícil, terá de ser enfrentada e superada.

Vale aqui citar, como uma tentativa em favor da ideia, infelizmente sem êxito, o projeto do Deputado Galeno Paranhos, tratando da criação do Serviço de Assistência Rural.

O projeto poderia ser aproveitada em muitas de suas ideias. Do seu estudo, algo de bom resultaria em favor da desamparada classe e, daqui, fazemos votos para que ele se desentranhe da seio dos órgãos técnicos da Câmara e venha a debate, como ponto de partida para o evento que todos almejamos em favor daqueles que, afinal, ainda são o estio da nossa estrutura econômica, os homens do campo.

Não podemos deixar de abrir aqui espaço para uma outra voz que se levantou no seio do Congresso

em favor da medida, o discurso que pronunciou na Câmara, a 24 de novembro último, o Deputado Carlos Costa, e cuja íntegra é a seguinte:

“Sr. Presidente, nobres Deputados, Srs. Representantes da Imprensa. No decorrer de vários discursos pronunciados nesta Casa, tive oportunidade de ouvir, por várias vezes, de destacados deputados, referências à questão agrária e ao homem do campo. Ao que me consta, neste sentido, vários trabalhos já foram apresentados. Um deles foi da eminente deputado das Alterosas, o Dr. Wellington Brandão; o outro, sob o título lei agrária de 15 de abril de 47, é da autoria do nobre deputado boiano Dr. Nestor Duarte, e a terceira é um ante-projeto elaborado pelo Dr. Alrônio de Carvalho, consultor jurídico da Instituto Brasileira de Geografia e Estatística, apresentada pelo então Ministro da Agricultura, deputado Dr. Daniel de Carvalho, honra e lustre desta Casa.

O Sr. Presidente da República, apresentando a esta Comara, este documento que acabo de me referir, em mensagem muito bem redigida, a seu respeito assim se expressa: “Poucas leis, diz de a certa altura da referida mensagem, serão tão importantes para os destinos da Nação e apresentarão para seu progresso tanta utilidade como esta que vem assegurar, efetivamente, a realização de que se contém nas arts. 147 e 156 da Constituição Federal, e em cujas dispositivos se indicam ao legislador ordinário diretrizes de justa e sábia política social. Tratando-se de matéria de larga controvérsia, continua Sua Excelência, na qual as soluções mais aceitas nunca provirão de propostas e de um indivíduo ou de um órgão, e não que tem de resultar da cooperação de todos aqueles sobre quem recair uma parcela de responsabilidade, embora modesta, ao Governo do País, creio que seria êrta grove se o Poder Executivo perfilhasse, incondicionalmente, qualquer ante-projeto, já que nenhum talvez, atende ao problema nos seus múltiplos aspectos. Dêste modo, situou S. Excia. a questão com muita felicidade, de vez que o êxito e realmente de certa envergadura e relevância, e uma tal deve ser obra de cooperação. Alguns jornais desta formosa capital sobretudo o “Correio da Manhã” e o “Jornal do Comércio”, ao que posso ter chegado ao meu conhecimento, de quando em quando, fêrem o mesmo assunto e por vezes até, de modo acrimonioso, mas justo e oportuno.

Parque, Sr. Presidente, perdô-me a pergunta que é feita no melhor das intenções, porque este Parlamento que tem a felicidade de possuir em seu seio figuras tão praecinentes de mestres alalisadas no assunto e outros não menos eméritos em assuntos correlatos, não toma a peito, antes de fechar as portas desta brilhante legislatura, o estudo da matéria, o fim de dar à Nação a lei federal instituindo a regulamentação da vida agrária?

Encarando-se a problema sob qualquer aspecto, focalizando-a dentro dêste ou daquele ângulo da nossa vida política, administrativa ou social, êle avultou de maneira assustadora aos nossos olhos e suble de ponta a nossa responsabilidade. Em que pesem assuntos os mais importantes que aqui se tem ventilado, não sei, Sr. Presidente, ao meu ver de li-

sonho nas lides parlamentares, não sei se outro a esta hora, do ponto de vista global ou panorâmico, pode merecer de todos nós sem discrepância esta ou certa, a carinho da nossa atenção. É que, Sr. Presidente, o problema da agricultura foi sempre entre todos os povos, a grande problema, porque desta ou daquela forma, a história de todas as nações é entrecerida de amor à terra. Se remontarmos às origens de todas as raças, encontraremos mesmo nas mais antigas, este amor de predileção que as distingue e caracterizou.

Entre os Hebreus, falar sobre o seu amor ao campo, é falar do seu próprio história toda pantilhada de cenos e dramas campesinos do mais tocante poesia.

Entre os romanos era tal o amor pelo terra que Virgílio celebrou-se nos seus Bucólicos inmortais e Plauto foi feliz e invencível enquanto pôde recrutar no campo os seus generais e os seus dirigentes, tirando-os até da raiz da arado.

Entre os gregos, a terra mereceu um verdadeiro culto. E como não ser assim, se a Coréio no sua estesia de beleza e no seu senso de justiça, ditava para a mundo o consciência dos seus destinos?

Os incas buscavam a sua estrutura econômica na organização agrária.

A Inglaterra foi a primeira de todas as nações a utilizar a máquina de fins agrícolas.

A Rússia é eminentemente rural.

A Alemanha não é menos propícia à agricultura.

A Holanda também se destaca do mesmo modo.

E a propósito, não faz muita, a brilhante parlamentar Aliomar Baleeiro, com o brilho que lhe é peculiar, chamou a atenção da Casa para um fato singularíssima. É que da Holanda estamos recebendo batatas que chegam ao nosso mercado muito mais baratos do que as nossas. E é preciso notar que a Holanda foi borborandamente destruída na última guerra como a Bélgica o fora em de 14. Teve seus diques arreventados, seus compartos destruídos, seus campos toledos, sua pecuária aniquilada. E no entanto se refez em tão pouca tempo e pequenina como é, ainda exporta para o Brasil e para o mundo, máquinas e produtos em condições vantajosas.

Liebig, o grande revolucionário da agricultura, o destruidor do doutrino da "humus", que admitia o matéria orgânica com fator fundamental da alimentação da planta, dizia: "Não há profissão que se possa comparar em importância, à Agricultura; dela depende a alimentação do homem e dos animais, nela repousa a saúde e a desenvolvimento da espécie humana inteira, a riqueza das nações e toda a indústria manufatureira e comercial. Não há nenhuma profissão em que a aplicação dos princípios racionais produza maior proveito e seja dumo influência maior e mais decisivo." (1)

"A Agricultura, diz ainda Smith, é apenas o meio de facilitar ou dirigir as forças criadoras da natureza."

Ora, Sr. Presidente, o homem rural, mais ligado à natureza da que o homem da cidade, está por isto mesmo, mais sujeito às suas agressividades; enquanto o homem da cidade está mais ou menos bem defendido pelo "grosso cabotear de cultura artificial", o homem do campo está a mercê das oscilações variáveis da mesma natureza que a envolve, por todas as ladns.

Enquanto a cidade ou os grandes centros, a despeito da seu cosmopolitismo, apresenta um certo grau de interpenetração, de interdependência e coordenação que de certo modo favorece e ampara os cidadãos, a zona rural pela seu isolacionismo e pela

sua homogeneidade, torna-se mais fraca e menos capaz de defesa, por isto mesmo mais digno de amparo dos poderes públicos.

Não quero, todavia, Sr. Presidente, entrar em apreço de como nos temos conduzido de referência à agricultura no que tange à ação governamental.

Urge, como dizia a meu grande conterrâneo Sílvio Romero, urge enfrentar "a situação nacional como ela é em si mesmo, no seu caráter, no seu índole, na sua estrutura interna, na substância interna do seu ser, na troma fundamental da sua organização, nos seus elementos formativos, na essência intrínseca que o constitui." (2)

E nestes tempos agitados em que vivemos quando pesa sobre nós um mundo de apreensões, quando nos sentimos rondados por tantas circulas ameaçadores, quando a atmosfera dos cidades se torna cada vez mais pesada e viciada, quando, com a crescimento estonteante da floresta dos arranhacéus, nos sentimos mais distanciados do natureza, quase entediados com a monotonia dos fatos repetidos, precisamos voltar-nos para as belezas do campo que nos apresenta na sua luminosidade irresistível, além da mais a encantamento das suas paisagens variegadas e reconfortantes.

"O homem, diz Grupin, nasceu para amar a terra com ilimitada amar, com amor largo e livre. Para amar acima de tudo a terra doce, tão cara e tão bela em sua maternidade, bemaventurada em seus belos milogres quotidianos". (3)

O slogan do grande mestre Alberto Torres de "rumo à terra", expressão hoje quase lírica, para não dizer romântica, tantas vezes repetido e tão mal vivido, casa-se perfeitamente àquele espírito do grande Papa Leão XIII quando no nossa código social que é a "Rerum Novorum", dizio: "A quem quer regenerar uma sociedade qualquer em decadência se presireve com razão que a reconduza às suas origens. Porque a perfeição de toda sociedade consiste em prosseguir e atingir a fim para o qual foi fundado, de modo que todas as movimentas e todos os atos da vida social nascem do mesma princípio de onde nasceu a sociedade." (4)

Cresece, pois, de dia para dia, a necessidade de aperfeiçoar o homem à terra, "humus fecunda que por todo porte, generosamente, oferta ao momento o pão e os flores."

E deste aperfeiçoamento é que vem o revigoroamento do patriotismo e do humanismo. Mas, a que se verifica, é o desenvolvimento cada vez mais crescente do nosso espírito urbanístico, o êxodo assustador das populações rurais, o congestionamento das cidades, o aumento cada vez maior dos pesos mortos da economia nacional. Mas como não ser assim, Sr. Presidente, se o campo é o abandona, é a ignorância, é o poluidismo, é o desconlôrto, a prisão, a rotina e a desassistência?

Temas 70% da nossa população dedicada às atividades agrícolas. Possuímos 12 milhões de trabalhadores rurais. Mas, há, infelizmente, não há negar, uma desigualdade flagrante entre o trabalhador urbano e o rural. Os velhos preconceitos existentes entre o homem do campo e o da cidade, passaram para a campo social.

O trabalhador da cidade tem remuneração adequada, aposentadoria; pensa-se em repouso semanal remunerado, na construção de vilas operárias, casas com relativo conforto, além dos creches, dos ambulatórios, dos hospitais, etc.

Enquanto o homem do campo tem um padrão de vida infra-humano, é um desassistido, um pária, um



eloto, sem a menor noção de conforto e de higiene, vivendo na miséria que é uma fera solta que lhe devora tudo.

Falamos, todavia, no meconização da lavoura, na racionalização dos seus métodos, etc. Mas como tirar melhor proveito de tudo isto, sem valorizar e melhorar primeiramente o elemento humano?

Da solução deste problema, dizia há pouca tempo o Sr. Bispo de Camponha, D. Inocência, numa sugestiva carta pastoral neste sentido, que é um verdadeiro brodo de alarma; dizia êle que da solução deste problema depende em larga escala a economia nacional e mais do que isto a sobrevivência das estruturas cristãs da nossa cultura e da nossa civilização.

Igual atitude que muito me conforta, teve o Sr. Arcebispo de Belo Horizonte, o meu eminente conterrâneo e amigo D. Antônio dos Santos Cobral, cujo nome pronuncio com respeito e admiração. De modo que é sempre lá das montanhas alcontoldadas de Minas Gerais, relicário precioso dos nossos tradições, que nos vem de quando em quando stes gritos de redenção.

E' bem verdade que alguma coisa se tem feito na reconquista do homem brasileiro na luta contra a molária, a tuberculose, a sífilis, etc. Para recuperação do café, do cono, do trigo, da juta e tantos outros fontes de receitas que representam pontos altos da economia nacional. Mas tudo isto não está ligoda ao braço do trabalhador rural. De modo que é para êle que em primeiro lugar se devem coltor os vistos solícitos da nação para que sodios, fortes e instruidos produzam mais melhor, com maior eficiente de trabalho útil.

"A base da nossa economia, diz o eminente professor de Direito Constitucional, Dr. Afonso Arinos de Melo Franco, numa das suas grandes, a base da nosso economio ainda é agrária. Mas o espírito do República tende para o combate inconsciente à lavoura. Tiro-lhe todas os recursos que ela pode, mais do que ela consegue suportor, e emprego-os em finalidades alheias aos interesses da mesma."

E me seja licito ainda citando a mesma illustre homem de letras, que para satisfação nossa tem assento nesta Casa, para abono do que venho defendendo, opresentar estas palavras suas que vêm também a tolho:

"Mos aqui, neste país que os estadistas teimam em chamar de "essencialmente agrícola", os governos é que promovem a decadência do campo, por causa do abandono em que a deixam, sem soneamento nem instrução, sem aparelhamentatécnica, sem proteção ao trabalho camponês, enfim, a uma grande vida coletiva, feito de sacrificio e de renúncio."

E por que este desprêzo, Sr. Presidente? E' que, a indústria destronou a agricultura, os campos grandes ruiam e as seuzalas foram abandonadas, como diria o mestre illustre Dr. Gilberto Freire; é a "Santa Fé que não boto mais, está de fogo morta" como acrescentoria José Lins da Rega; e passou-se então a cor-tejar a vitoriosa, subestimando-se a vencido.

Mos, urge, Sr. Presidente, uma reação neste sentido.

Já estomos cansados de ouvir falar na resistência do homem do campo, do norte trino, subretuda como esteriopiu em páginas lapidare. Euclides da Cunha, e oi de nós se êles não o fô sem

Mos porque abusar da sua paciência e desprezar o seu esforço hercúlea. Vamos ao seu encontro, valorizemos mais o nosso irmão do campo, dens-lhe utrassim um mínimo de conforto e umpara num pro-

grama de oção social agrário, que vise:

- a humanização do trabalho;
- a difusaa do ensino técnico agrícola;
- a garantia da sua assistência financeiro, técnica, médica e hospitalar;
- o seu seguro não só contra os acidentes do trabalho mos contra a velhice e a invalidez;
- a participação da pequeno propriedade privada,
- as auxílios, enfim, que possam concorrer para um melhor nível de vida, de sua formação físico, intelectual, moral e espiritual.

E tudo isto, Sr. Presidente, não é outra coisa senão um imperativo da hora presente, um ditome categórico do justiça social.

Acima de tudo a lei a justiça. E a quem se deve justiça faça-se justiça. "Cui justitia, iustitia".

# A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo **ARTHUR TORRES FILHO**  
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo **ANTONIO DE ARRUDA CAMARA**  
Diretor

Eng.º Agrônomo **KURT REPSOLD**  
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo **GERALDO GOULART DA SILVEIRA**  
Redator-Técnico

**LUIZ MARQUES POLIANO**  
Redator-Secretário

Redoção e Administração:

**AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º**

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

**Ria de Janeiro**

Nem a redoção do Rovisto nem o Sociedade Nacional do Agricultura são responsáveis pelos cancelitos emitidos em artigos assinados

## A CULTURA DA OLIVEIRA

Com a finalidade de incentivar a cultura do oliveiro, considerada como uma dos mais lucrativas, a Caixa Econômica do Estado de São Paulo está fronclando a plantio de novos olivais, desde que se encontrem em altitude superior a 800 metros.

A Caixa Econômica empresta aos fazendeiros interessadas até Cr\$ 70,00 por pé de oliveira plantada, com a prozo de dez anos.

As mudas e enxertos são fornecidas pela Societatária da Agricultura, que recebeu 30 mil mudas da Argentina e está preparando dezenas de milliares de outras mudas das variedades que se adaptom às condições paulistas.

# O Problema da Forragem no Tempo da Seca

IVO ARRUDA

O Uruguai é, sem dúvida alguma, o país mais adiantado da América do Sul e um dos mais desenvolvidos do mundo em matéria agro-pecuária. Seu progresso, que data de longos anos, corre ao par do desenvolvimento que, no mesmo terreno, vem conquistando a República Argentina. Por sua vez, certas zonas do Rio Grande — a maior parte do seu território — estão emparelhando com a pequena República do extremo sul do Continente. Mas o desenvolvimento da agricultura e da pecuária gaúchas deve-se em grande parte, ao influxo benéfica resultante da proximidade daqueles dois países e da importação que, desde longos anos, o Rio Grande faz de espécimes das melhores raças bovinas, ovinas e equinas do Uruguai, para o território brasileiro daquele Estado.

A República Oriental, há cerca de meio século, nas exposições-feiras dos nossos grandes centros de criação, nos principais municípios criadores gaúchos, vem expandindo a venda o que possui de melhor: os seus magníficos Hereford e Duhram; os Polad Angus e Red Angus; os Holandeses, preto e branco e vermelho e branco; os Jersey e Suíços; os Devon e Charolaises, em matéria bovina; os Merinus, Romney Marsh, os Australianos, os Caras Negras e outras excelentes raças de ovinos. Foi do Uruguai que vieram para o Rio Grande do Sul os melhores correntes de sangue europeu as quais concorreram, naquele tempo, como, ainda, hoje, concorrem, para que os rebanhos gaúchos fôsem melhorando, dia a dia, ano a ano, a ponto de se equipararem hoje aos plantéis platinos.

A República Oriental foi sempre uma pioneira. O desenvolvimento das grandes raças bovinas, entre outros fatores, tem decorrido também, da excelência dos seus campos, da distribuição das aguadas naturais, de pastagens magníficas e admiráveis condições climáticas. A circunstância, entretanto, de dispar de esplêndidos campos de ricas pastagens, não exclui, porém, de todo, as dificuldades que o atingem, como a outros países, conforme, agora, ainda acontece no Rio Grande do Sul, em condições de clima quase idênticas e onde os secas, entretanto, prejudicam, tremendamente, os rebanhos. É que o fator humano

tem sido decisivo no obra do progresso e do engrandecimento da modelar democracia do extremo sul do Continente.

Os criadores uruguaios não se limitam tão somente a aproveitar as riquezas naturais do seu solo. Tratam de melhorar as suas pastagens, cuidando das suas invernadas, plantando e replantando tôdas as forrageiras, cuja exploração pode ser feita aliás, com vantagens, naquele solo ubérrimo, como a rainha delas, que é a alfafa.

Há pouco tempo, como leitor assíduo de todas os assuntos que se prendem à exploração do solo, e acompanhando de perto o desenvolvimento agro-pecuário do Uruguai, tive ocasião de ler referências a um artigo no "Boletim Informativo" da Ministério de Canoeira Y Agricultura da outoria de Frederico Rolf, tratando do cultivo de uma forrageira, de suma importância, especialmente para os períodos de seca. Pedi para lá um exemplar da revista em apreço e tomei conhecimento mais completo do tema abordado por aquele publicista.

Trata-se da "Feterita", o forrageira apresentada como capaz de dar solução também, ao problema forrageiro do Brasil, com vantagens sobre quaisquer outros similares. E em contacto com a poetisa e escritora uruguia Angelina Silveira Aguiar, que aqui, há pouco tempo, esteve em missão cultural do seu país, falei-lhe no assunto, e antes de transcorrido um mês de seu regresso à pátria, tive a satisfação de receber um quilo de sementes de "Feterita".

Com as informações de que dispunho tratei, logo, de fazer uma experiência na minha própria residência de Ipanema, e num pequeno coixote de uns 15 centímetros de largura por trinta de comprimento, numa quinta-feira de agosto deixei plantadas algumas sementes e levei o resto para a minha propriedade, que é a "Granja Feliz" em Pedro da Rio, 4.º distrito do Município de Petrópolis.

Ao regressar, na terça-feira subsequente, com a ajuda, certamente, das chuvas que caíam, então copiosamente sobre o Rio de Janeiro, encontrei tôdas as sementes desenvolvendo-se em pequenas plantas, muito parecidas ao milho e já com um ou

dois centímetros fora do solo. Fiz preparar, então na minha Granja, pequeno espaço de terra, com uns 20 metros por 50, de acôrdo com as indicações que havia obtido, e neles plantei tôdas as sementes de "Feterita" que recebera de Montevidéu.

Ocorreu, então, como que um verdadeiro milagre, porquanto tenho a impressão de que nenhuma só das sementes falhou, e, dentro de um mês, a pequena plantação, que se desenvolvia perto de um milharal (sementes de milho híbrido), estava mais forte e crescida do que êste, medindo cêrca de vinte a trinta centímetros de altura.

A "Feterita" é uma gramínea anual, pertencente à família dos sorgos e tem como já disse, estreita parecença com o milho, caracterizando-se, segundo a literatura que obtive sôbre o assunto, pelo seu elevado rendimento em matéria verde e quantidade extraordinária de sementes. A esta altura, transcorridos sete meses do seu plantio, já tive oportunidade, também, de colher sementes, que igualmente, todos os espécimes acima referidos ingerem puras ou de mistura com outras forragens, incluindo-se as galinhas no número das que a consomem com grande voracidade.

Conforme já acentuei, plantada nas proximidades de uma pequena lavoura de milho híbrido, até hoje não são poucos os agricultores que, ao se defrontarem com o terreno onde nasceu a "Feterita", confundem-na com aquele outro produto da lavoura.

Na Sul do país, como no Uruguai, isto é, nas climas frias, a época mais adequada para plantar a "Feterita" vai de outubro a novembro, porque, antes disto, com a caída das geadas, a planta sofre muito na seu desenvolvimento, podendo, mesmo, pere-

cer, se o frio a apanha ainda muito tenra.

Fiz em Petrópolis o plantio nesse mesmo período, levando em conta não só a estação de águas, mas, também, a circunstância de que estaríamos na época cálida do ano, sem os riscos portanto, de ser a gramínea em apreço prejudicada pelas baixas temperaturas. Verifiquei, com a minha experiência, que a "Feterita" é uma forragem adequada ao seu consumo verde, podendo dar, realmente, uns três cortes por ano, afora o aproveitamento da semente que não estou ainda fazendo consumir como forragem, porquanto pretendo, em futuro próximo, desvalver bem a sua colheita, e cedê-las a agricultores interessados, como eu, na solução do grave problema da alimentação, sobretudo, do gado leiteiro no tempo das sêcas.

Em ensaios no Uruguai verificou-se que, depois de colhidas as sementes, pode-se fazer a encilagem da "Feterita", tendo as plantas cortadas, brotado de novo, rapidamente, permitindo em breve prazo a realização de um segundo corte.

Creio que, embora sendo um pequeno agricultor, possuindo uma Granja de exploração leiteira, onde também cuido de uma criação de suínos e de um pequeno parque avícola, afora a exploração da pequena lavoura, fui eu a introdutor da "Feterita" no Brasil, e espero, que, no futuro, possa ufanar-me da iniciativa tomada, seguindo os salutareos exemplos a que já me acostumei, desde a minha juventude, quando, em minha terra natal — o Rio Grande da Sul, assistia ao apuramento dos rebanhos gaúchas, graças à cooperação dos criadores da adiantada República do extremo sul do nosso Continente.

### FOMENTO E ASSISTÊNCIA À TRITICULTURA

O Dr. Itagiba Borçante, chefe do Serviço Nacional de Exposões do Trigo, de passagem por Porto Alegre, em novembro último, prestou a imprensa as seguintes declarações: "Minha viagem ao Rio Grande do Sul tem como objetivo primordial a resolução de vários problemas relacionados com a última safra de trigo que, como se sabe, foi das mais expressivas e raras das últimas. Já tenho notícias da colheita, do escoamento e da colocação dos excedentes, de todas partes, o financiamento — são algumas das questões que pretendo solucionar nesta minha visita ao Rio Grande do Sul". Falou a seguir sobre o plano para o escoamento rápido e eficiente da presente safra visando aumentar e mais per-

feito êxito a esta etapa decisiva da campanha em favor do trigo nacional. Mais adiante diz textualmente: "Na plana referente à criação da taxa de compensação do trigo importado destacam-se a tomeação e a indicação de preços, o que já foi entregue pela Ministério ao Presidente da República, com a finalidade de ser encaminhada ao Congresso Nacional, posto que sua execução depende da aprovação prévia do Parlamento. Trigo, entretanto, outro plano para escoamento da safra, cujas bases são altamente favoráveis aos triticultores e moageiros do Rio Grande. Este plano depende da aprovação do Legislativo e será posto em execução imediatamente, conforme exporei pessoalmente aos interessados. Minha viagem foi retardada porque pretendia trazer ao Rio Grande do Sul medidas concretas e eficientes para a maior êxito da lavoura do trigo."

# O MOMENTO NACIONAL E A MOBILIZAÇÃO DOS CAMPOS

A agricultura será sempre a fonte perene de todos os nossos recursos. Entretanto, as condições sociais e econômicas da produção agro-pecuária experimenta modificações profundas nos últimos anos.

A mais elementar prudência aconselha valermos sem perda de tempo a atenção carinhosa para aqueles que, isolados dos centros civilizados, vivem do labor da terra.

Na complexo das condições que farmam a atividade brasileira, dentro do panorama do mundo convulsionada pela guerra, devemos traçar as seguras diretrizes da nossa política agrária. Essas diretrizes terão que resultar do conhecimento profundo da meio social-econômica de cada região do país. O Brasil oferece, nesse particular vasta campo para investigações.

Assistimos por vezes a produção dos campos não se desenvolver em ritmo acelerada ou mesma decrescer, o que se deve atribuir ao fato de esforço de produzir não ser devidamente remunerada. É fenômeno curial entre nós, mesma nas proximidades dos grandes centros de consumo, os produtos agro-pecuários serem oferecidas por preços irrisórios ou não encontrarem colocação e isso acontece pelo fato de reinor a desordem nos mercados distribuidares.

Descanhecemos o custo-produção das múltiplas manifestações do trabalho nacional, muito principalmente na agricultura, resultanda dêsse acantecimento a estagnação das zonas produtoras. A sabrecarga de impastas e fretes é de tal ordem que pouco ou nenhum lucro pode alcançar o produtor. A verdadeira política econômica, terá que residir no aperfeiçoamento e organização da produção, qualquer que seja, para propiciar lucros. Da modo de encaminhar êsses lucros derivará a capacidade produtiva do país, trazenda a bem estar das populações. Ao poder pública compete manter contáto estreito com as classes produtoras procurando remediar as dificuldades que as assaltam, prevendo eventualidades que possam comprameter a evolução econômica.

O Brasil sempre teve na agricultura a base do sua riqueza. Admite-se havermas entrado na "cicla industrial". Se tal fato pudesse ser verdadeira, não deveríamos ver a agricultura relegada a plano secundário

ou descuidada da atividade das brasileiras. Grave êrro estaríamos cometendo se tal circunstância pudesse sobrevir. A firmeza da economia nacional residirá, antes de tudo, na aproveitamento das recursos potenciais fundadas na riqueza agrícola, animal e mineral.

Carecemos, é certa, das chamadas "indústrias de base", para que possamos aproveitar convenientemente nossas recursos naturais e, principalmente, as matérias primas contidas em nosso território.

Não é apenas na fase industrial intensiva que as pavos podem alcançar o desejada enriquecimento e bem estar. Na casa do Brasil, por exempla, teremas que considerar a sentida de sua civilização. É um país de grande território, em que a agricultura poderá desenvolver-se vantajosamente. A agricultura, a pecuária e a mineração representam forças valiosas que, conduzidas com segurança, são capazes de proporcionar elementos de riqueza, constituinda bases seguros para o industrialização. Precisamos promover a "industrialização" mas de modo equilibrada, de mãos dadas com outras atividades, sem esquecer, acima de tudo a desenvolvimento da mercado interna, "a mais sólida garantia do progresso nacional".

Na grande massa da população que vive no interior do país, de baixa capacidade aquisitiva, vivendo na desconfarto, é onde reside o mais grave problema sociológico e econômico do Brasil.

Feito o confronto desconcertante do nível de vida entre as habitantes da cidade e da população das campos depara-se-nas a gravidade de uma intensa "industrialização" cidadina.

Qualquer programa de govêrno terá que atentar no complexo de causas econômicas, financeiras e sociais que recaem sobre a agricultura brasileira, estudo a se realizar mediante pesquisas nas próprias zonas produtoras

Em vastas extensões da território nacional prevalece o primitivismo dos métodos de exploração das riquezas naturais. Nelas se terá de aplicar métodos econômicas, agrícolas e industriais adequados, de modo a se criarem valores econômicos e huma-

nas, e, portanto, civilização. Potencial de riquezas, adarmecidas ou mal exploradas, exigirá "programa definitiva e sistemática", em que a fatar industrial terá papel estabilizador de indubitável valia econômica e social. Só assim, poderemos incorporar à economia nacional extensas regiões abandonadas ou mal exploradas.

Diz-se que a Brasil sofre de crise de produção. É essa uma afirmativa que não deve ser levada à conta da incapacidade de nossa pava para produzir. Já tem demonstrada a contrária, em várias apartunidades, sempre "que não falte a remuneração ao trabalho da agricultar ou criadar".

Com a guerra, ficaram evidenciadas graves falhas na abastecimento da merca-da interna, por falta de meias de transparte, e que só paderão ser vencidas criando-se "zanas abastecedoras em derredar das grandes centras papulasas", com a subdivisão da prapriedade territorial e a auxílio da crédito agrícola, de mada a favarecer a palicultura.

Está fara de dúvida que temas de calacar nossa agriculturar e nossa pecuária em bases mais estáveis e praparcianar maior compensação econômica ao agricultar e ao criadar. É a Brasil a país detentar da maior área livre nas regiões tropical e subtropical, necessitando organizar-se para enfrentar a concarrência de outras regiões onde o trabalho é mais barata e a calacação da produção está garantida pelas metrôpales.

Na hora presente, a "palítica agrária" está a exigir a atenção vigilante das brasi-leiras por seus reflexas sensíveis na ardem social.

Em consequência das condições criadas pelas meias de transparte, apraximam-se as pavas e só podem vencer na concarrência as melhor organizadas técnica e economicamente. Causas múltiplas entarpecem a renda agrícola entre nós, padenda-se destacar: a falta de experimentação agranômica em maior escala; da ensina profissional agrícola, ainda mal difundida; da crédito agrícola, precisanda ser melhor ajustada às condições da meia rural; da caoperativismo, que só nas últimas anas se tem desenvolveida; da aperfeiçoamento da padronização agra-pecuária; da estuda pedológica das nossas salas; da adubaçãõ orgânica e mineral; da necessidade da mais rápida substituição do trabalho manual pela mecânica elevanda-se a capacidade per-capi-

ta da trabalhadar rural; da aperfeiçoamento das métodos de beneficiamento e conservação das produtos agro-pecuárias; do desenvolvimento da tecnologia agrícola aplicada; da irrigação; da reflorestamento; da defesa sanitória vegetal; da estatística agrícola em maldes seguras; da aperfeiçoamento e da defesa das rebanhas; enfim, faltanas ainda um aparelhamento que, "ajustada às realidades das várias regiões", garanta a prasperidade econômica da país.

É a agriculturar que cabe resalver a problema da "pauperismo" de que tanta se camente a falar entre nós, ela, que, por êsse mativa, em todas as tempos, constituiu a preocupação máxima da humanidade.

Historianda a presença da fome na munda, Semjenaw mastrau que a mesma só tem acarrida ande a classe rural vive mergulhada na ignorância. Enquanto as pavas primitivas atribuiam a causas supersticiosas as males que lhes advinham da pabreza das calheitas, as pavas cultas, graças à ciência, encontram na técnica agranômica a meia de alcançar a abundância e a prasperidade. "Fai a milagre das escalas agranômicas."

A profecia feita por Malthus de fame na Eurapa não se realizou graças a Liebig, grande gênio da ciência, que tarnou passível a adubaçãõ mineral; coma mais tarde com Mendel, tivemos a canhecimento das leis da hereditariedade, que deu origem à genética, ciência maravilhosa que nas veia facultar seguras melharamentas das plantas e das animais.

Coube à "ciência" praparcianar meias de, sem se destruir a "fertilidade das terras", conseguir a abastecimento das populações humanas. O que acantece nas países velhas, com suas populações em crescimento e garantidas contra a fame, também acarre nas países navas, ande a ciência tarnapossível resalverem-se as problemas da produção vegetal e animol.

As variedades de plantas, com as espécies animais, são criadas de acôrda com o clima e a sala das regiões, obtenda-se natíveis transformações econômicas da agriculturar em qualquer região.

É na produção das campos que encantaremos as alimentas com que acudir às populações, rabustecendo a nacionalidade.

A frase de Napaleão "as exércitas marcham sôbre estômago" paderá ser extendida a tâdas as nações livres

# O Cooperativismo no Brasil e no Mundo

Poderia definir-nos o que, doutrinariamente, se entende por cooperativo?

— Já defini o que seja o cooperativo em livros sucessivos.

Sua exata conceituação é esta: uma organização voluntária privada de utilidade pública, sem fins de lucro, e que visa à prestação de serviços ou à satisfação de necessidades. Como sociedade de pessoas e não de capitais, difere, substancialmente, das sociedades de cunho capitalístico, cujo objeto único, cuja *leit motiv* é o lucro, essência do fenômeno mercantilista.

Poderíamos dizer, como LAVERGNE, que é um socialismo econômico que não subverte as liberdades públicas nem as liberdades privadas, de vez que respeita a dignidade da pessoa humana, credo político, sua raça, sua religião, sua nacionalidade, dentro de um rígido critério de neutralidade, um dos regras de ouro rochdalianos.

Não tivesse tido o cooperativismo moderno seu berço em Rochdale, na Inglaterra, premiado do gênio de 28 tecelões de idéias políticas e credos religiosos diferentes, mas solidários no ação econômica impertérrito e suas discriminações...

Alguém já disse, com justeza, que a Cooperativismo vem modificando as formas econômicas da sociedade como uma força interna que operasse dentro da mesma processo histórico. O avanço do cooperativismo opera-se nas consciências, o que vale dizer que o cooperativismo, como prática, cresce, adaptando-se às possibilidades técnico-econômicas de cada país, e, como idéia, se difunde mediante a educação popular.

"Uma cooperativa funciona quando amadurecem as condições sociais propícias e quando um grupo de homens livres se convencem de que estão aptos a organizar espontaneamente e dirigir sua própria produção, consumo e crédito. Nem utopias, nem violências. Assim surge o Cooperativa como um órgão cujos fins são eliminar a exploração, o desperdício inútil, o regime fundado na desordem do lucro individual?

É a Cooperativa uma miniatura da república, onde cada sócio tem direito a um voto e onde os lucros são repartidos na justa proporção em que se consume a produzido, constituindo uma das concepções fundamentais dentro do progresso econômica das sociedades modernas.

A lei brasileira, com muito acerto, considera a cooperativa uma sociedade de "forma jurídica *sui generis*".

Pelos seus fundamentos doutrinários, como se vê, o cooperativismo é uma doutrina sócio-econômico-moral que visa a uma renovação da ordem econômica através de uma lenta e perseverante ação pacífica. Consumidores e produtores se reúnem em organizações distintas ou comuns, legais e juridicamente "*sui generis*" para defesa de interesses homogêneos, numa prestação de serviços a preços módicos e não objetivando a lucro intermediária. Objetivo a **economia do serviço** e não a **economia do lucro**.

São as cooperativas, um só tempo, **associações o. emprêsos**; cujo clima propícia é a liberdade, reeditando a velha sentença de **Stuart Mill**: o progresso só é compatível com o maior soma de liberdade e

por FÁBIO LUZ FILHO  
Presidente da C.N.E.C.

espontaneidade. Sem adesão voluntária não existe cooperativismo, e, sem autonomia, transforma-se ele, de laboratório de cidadania, em mera arma de compressão estatal.

Como **associações** visam a princípios superiores de ordem social e moral, donde seu caráter universalista; como **emprêsas**, são um instrumento de índole prática com objetivos econômicos visando à satisfação de necessidades: consumo, produção, crédito e seguros, formas fundamentais. Dêstes tipos orgânicos nasceram todas as demais formas hoje conhecidas, tornando multifária a flora cooperativa.

Dai irem ao infinito as modalidades da ação cooperativa, abraçando todos os setores vitais do órbita econômica e social, transcendendo para a esfera internacional, levando consumidores e produtores a íntima articulação, para que em suas mãos fique, pelo menos, grande parte do processo econômico, com a eliminação ou a atenuação dessa infinita e conhecida rede de intermediários e o alcance das fontes de produção agrícola e industrial.

Doutrinariamente visa à **abolição do lucro** do vido econômica ou ao **justa preço**, dentro dos cânones rochdalianos tão luminosamente corporificados por **Charles Gide**.

— **E têm este sistema econômico-social, mesmo após os impactos do Grande Guerra, conseguido manter-se?**

— Perfeitamente. Antes, durante e depois do ciclone apavorante, que novamente ameaço o mundo, manteve o movimento cooperativo seu imponente tônus, como, naturalmente, as depressões compreensíveis durante os períodos áureos do mussolinismo, do nazismo e das invasões bélicas talardas.

Ultimamente, **Emil Lustig**, o ilustre representante do Cooperativo Forbundet, de Estocolmo, com dados concretos frizou, na conferência que realizou sob os auspícios do **Centro Nacional de Estudos Cooperativos**, de que sou presidente, não só a gigantesca projeção dessa grande federação de consumo, como a posição que ocupa no quadro econômico dessa supercivilizada nação, que pode considerar-se, com a Dinamarca, o "reino da razão"...

Para ressaltar um dos aspectos mais luminosos da ação do cooperativismo sueco, basta dizer que todos os cooperadores têm seguro de vida gratuito feito pela Forbundet. O nosso arroz (a **Forbundet** importa vários produtos nossos, como arroz, café, cacau, etc.) é vendido nos armazéns cooperativos suecos filiados à Forbundet por preços inferiores aos que vigoram no Brasil! É isto prova concludente da excelência de um sistema quando vive em clima de liberdade, de respeito a normas doutrinários universais. A obra de educação geral e a de educação cooperativa que realizam não tem similares no mundo.

É a educação o pilar granítico de toda esse pujante e belo movimento sueco.

A conferência de **Emil Lustig**, o **Centro Nacional de Estudos Cooperativos** irá publicá-la brevemente, já tendo lançado na livraria o "**Temos cooperativos**", uma série de 10 conferências, uma delas de

minha autoria sob o título — “Considerações em torno da Escola de Nimes”, na qual exponha com minúcia os princípios doutrinários de cooperativismo livre, e sua posição em face do Estado e das doutrinas totalitárias da direita e da esquerda. O mesmo fazem outros companheiros de cruzada.

— E no Brasil?

— O movimento cooperativo, excluída o pujante movimento das calxas rurais do tipo raiffeisiano que dotam de 1902, nas prósperas e disciplinadas colônias de origem alemã da Rio Grande do Sul, pode dizer-se que teve início, em bases econômicas definitivas, em 1926, e, em teses legais lídimas, em 1932, com a promulgação da lei 22.239, a qual está em vigor depois de revogada e revigorada várias vezes, ao influxo de situações políticas, ideológicas e até pontos de vistas pessoais de ministros e diretores do Ministério da Agricultura.

Cabe oficialmente, por lei, ao Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, a organização, a assistência e a fiscalização do cooperativismo no Brasil. Está este órgão, entanto, desaparelhado de tudo, com técnicos capazes mas em número reduzido e sem o devido estímulo, de vez que trabalham há 16 anos com ordenados de serventes, apesar de nossos constantes apêlos aos responsáveis, inclusive às alcandoradas cátedras do D. A. S. P.

O Serviço de Economia Rural, no qual dirijo há anos a Seção de Propaganda e Organização das Sociedades Cooperativas, vem fazendo o que lhe é possível em matéria de organização, propoganda e assistência, fundando cooperativas, imprimindo milhares de folhetos que eu mesma elaboro, etc., etc.

À Seção de Registro e Fiscalização de Sociedades Cooperativas cabe as funções que o seu nome indica.

— Da ponta de vista prático, qual o atual panorama brasileiro?

— Poderia ser melhor se, com a auxilio dos departamentos estaduais de cooperativismo, outros recursos existissem. Numerosas fatores influem nisso: leis sucessivas num longo regime político ditatorial, no qual se deve a lei 22.239, mas no qual também se mudava de leis como se mudasse de comiso; intervenções abusivas através de comissões executivas, com planejamentos coercitivos; desaparelhamento quase completa do órgão federal e dos estaduais criados para o organização, a propoganda, a assistência e a fiscalização das cooperativas, tornando impossível o disciplina de um instituto que tem características novas para um meio rural primário e misoneista e meios urbanos, como todos os meios cidadãos, cheios de aproveitadores; falta de consciência cooperativista da parte até dos dirigentes mais esclarecidos das grandes organizações cooperativas; luta com a pressão do intermediarismo; a vacuidade fiscal; a falta, pelo relativamente pequeno lapso de tempo decorrido (praticamente em 1926 é que os poderes públicos deram maior atenção e impulso definitivo ao cooperativismo, o que culminou com o lei 22.239, em 1932, de uma sedimentação de noções básicas e de preparo de elementos dirigentes capazes, pelos fatores complexos apontados, entre os quais a incultura e a incompreensão generalizados, até nos meios do oficialismo (onde a indiferença e o derrotismo não deixam de campear); a falta de órgãos privadas de ação cultural, como as que agora estão surgindo, — o Centro Nacional de Estudos Cooperativas e a Faculdade Livre de Cooperativismo de S. Paulo, etc. a desinterêste das federações pelo aspecto educacional; o âmbito de ação ninda restrito, pela falta de dotação orçamentária compatível, do Caixa de Crédito Cooperativo, órgão

de crédito especializada em suas várias modalidades, inclusive a crédito agrícola a juros boixos e prazos longos e à porta do lavrador agremiado em células econômicas locais — as cooperativas, assim como o crédito acessível a outros tipos de atividades cooperativadas dentro de normas específicas;

Não obstante tudo isto, já se aproxima da cifra dos 4.000 o número de cooperativas brasileiras registradas no Serviço de Economia Rural, de várias espécies de tipos.

A organização cooperativa dos hervateiros sulinos e de Mato Grosso é uma das grandes realizações do Serviço de Economia Rural. A última é a fixação de colônias italianos em Parati, no E. do Rio, em lídimas bases de um cooperativismo integral. Ai, localizar-se-ão 1.500 famílias.

Para não alongarmos mais o presente entrevista, resumo, em algarismos a pujança do movimento cooperativo gaúcho, o Estado piaeneiro, o mais expressivo do Brasil, pela variedade, pelo respeito aos princípios de sistema cooperativo, e por ter à mão dados recentes.

Lamento não possuir dados tão recentes relativos a S. Paulo e ao Estado do Rio, dentre outros.

Possuidor de 332 cooperativas até dezembro de 1949, a Rio Grande do Sul apresenta as seguintes algarismos, que bem revelam o seu grau de desenvolvimento cooperativo: número global de associados: 107.497; capital subscrito em cruzeiros 167.647.497,90; capital realizado: 126.977.784,30; imobilizações 156.088.329,90; estimativo de bens para 47 colxas rurais: 419.428.000,00, colxas filiadas a uma federação em Porto Alegre; estas com depósitos em dezembro de 1949, de 187.330.120,92 cruzeiros; empréstimos no valor de 133.981.637,81 e associados em número de 23.373.

E' o que poderia dizer rãpidamente sobre o movimento cooperativo nos seus fundamentos doutrinários e em suas realizações no mundo e no Brasil, de seu esplendores e de suas deficiências e amarguras.

As perspectivas oficiais quanto a uma modificação radical nêsse estado de coisas não nos parecem otimistas, de vez que do próprio Plano Salte foi eliminada a reestruturação que criava a Departamento Nacional de Cooperativismo, imperativo de situação e reclamada desde 1944 pelo Primeiro Congresso Nacional de Cooperativismo, realizado em S. Paulo.

E a politcalha, infelizmente, mais do que nunca, faz sua calamitosa infiltração nas cooperativas, com mais virulência no norte do país. Os cargos de direção dos órgãos oficiais específicos, dada a complexidade das tarefas que lhes são afetos, nunca ficam nas mãos de pessoas que sejam dedicadas ou especializadas, ou possam nu queiram dedicar-se a assuntos dessa natureza, e a dor-lhes o ardor de seu entusiasmo construtivo; as dotações orçamentárias são insuficientes para a vulto dos problemas, etc.

Em todo o caso, não há moies que vêm pora bem já começa o movimento a compreender que deve hostar-se a si mesmo e dispensar os poucos as multas oficiais, o Estado oniciente e nnpresente tutelar, por de todos, paternalistas, etc.

Já se agremiam estudinsns, simpatizantes, interessados e militantes em torno de entidades culturais privadas tais como o Centro Nacional de Estudos Cooperativos, de que snu presidente, fundado em julho de 1949, com várias seções em vários Estados, o Centro de Estudos Cooperativos do Rio Grande do Sul cuja fundação é anterior ao do Centro Nacional (que deverio ter sido fundado em 1944); outro autônomo em Pernambuco e, finalmente a Faculdade

Livro do Cooperativismo de S. Paulo criada recentemente.

O Centro Nacional do Estudos Cooperativos está triunfante, já tendo, como disse, promovido uma tertulia de que participaram 10 conferencistas, cujos trabalhos estão reunidos em livro que acaba de ser lançado nos livrários do país, seguindo-se-lhe a conferência de Emil Lustig e, depois, o primeiro inquérito realizado, na gênero, no Brasil, focando aspectos

inéditos do movimento brasileiro

O Centro do Rio Grande do Sul anualmente realiza uma semana cooperativista e mantém atividades culturais.

A Faculdade de S. Paulo é nova; mas, dela esperam todos uma profícua atuação.

(De um entrevista concedida a um jornal carioca).

**avevita**  
RAÇÕES PRENSADAS

**SUINOVITA**  
RAÇÕES PRENSADAS

DAQUI NINGUEM ME TIRA...

**GADOVITA**  
RAÇÕES PRENSADAS

TARQUINO

**EQUINOVITA**  
RAÇÕES PRENSADAS

MOINHO FLUMINENSE S/A  
R. URUGUAIANA, 118 - RIO

**GADOVITA**  
RAÇÕES PRENSADAS

SECCÃO RAÇÕES BALANCEADAS

# XVII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados

Atendendo a um convite que, em nome do Sr. Dr. América René Gianetti, Secretária da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais, nos dirigiu, em 25 de setembro p.p., o Sr. Dr. Joaquim Fernandes Braga, Superintendente do Departamento de Produção Animal, daquele Secretariado, assistimos, de 20 a 25 de outubro p.p., aos trabalhos do XVII.º Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, realizada no Parque da Gameleira, de 21 a 28 de outubro p.p., em Belo Horizonte — a bela capital mineira.

O ato inaugural da Exposição foi presidido pela Sr. Ministra da Agricultura, Dr. Antônio Navais Filha, representando a Sr. Presidente do República e pela Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Milton Campos. Ambos pronunciaram brilhantes discursos, encarecendo a importância da Exposição e as suas finalidades e vantagens. Compareceram, também, a Sr. Governador do Estado da Espírito Santa, Dr. Carlos Lindenberg, Secretários de Estado, altas funcionárias federais, estaduais e municipais e técnicos, além de grande massa popular.

Tivemos, assim, ensejo de assistir e mesmo participar de algumas reuniões e comissões. A principal foi a 21.ª Assembléia Geral Ordinária da Sindicata da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais, a qual, a fim de prestigiar a Exposição Nacional e facilitar aos industriais de laticínios de visitá-lo, resolveu transferir a sua habitual reunião mensal para o dia 22 de outubro p.p. Como é conhecido, esta Sindicata realiza, rigorosamente na dia 10 de cada mês, uma reunião em sua bem instalada sede à Rua Corijás, 774 - 1.º, salas 4 e 5, em Belo Horizonte. Desde a fundação desta Sindicata e grande órgão de classe, em 20 de setembro de 1948, assistimos, com não menor pontualidade, as suas referidas reuniões mensais.

A referida reunião teve lugar, portanto, em 22 de outubro p.p. na Biblioteca do Departamento de Produção Animal, do Secretariado da Agricultura. Abrindo os trabalhos, o Sr. Rubens Palhares, Presidente do Sindicato, convidou o Sr. Dr. América René

**OTTO FRENSEL**

Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura

ESPECIAL PARA "A LAVOURA"

Gianetti, Secretária da Agricultura, para presidir as trabalhos daquele dia. Assumindo a presidência, sob uma viva salva de palmas da grande e seleta assistência, S. Excia. convidou para fazerem parte da mesa os Srs. Dr. Renato Ramos de Farias, Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura e conhecido técnico laticinista, bem como os Srs. Dr. Sílvia Barbosa, Secretária do Viação do Estado; Joaquim Fernandes Braga, Superintendente do Departamento de Produção Animal; Nelson Barcelas Maia, Diretor da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, e J. J. Carneiro Filho, Inspetor Chefe da Inspetoria Regional em Belo Horizonte, do Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Ministério da Agricultura.

Estavam presentes muitos das nossas mais destacados técnicos laticinistas, funcionárias federais e estaduais e industriais de laticínios. Entre os técnicos mais destacados notamos os Srs. Dr. José Assis Ribeiro, Joime Moto Nelson, Carlos A. Lott, professor da FELCT, e muitos outros, cujos nomes não nos ocorrem agora. Assistimos a todos os trabalhos, representando a Sociedade Nacional de Agricultura, o Sindicato do Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Rio de Janeiro, e o "Boletim do Leite".

Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. Rubens Palhares, Presidente do Sindicato, a qual pronunciou brilhante discurso, enaltecendo a figura da Sr. Secretária da Agricultura e a assistência que a mesma tem concedido, muito justamente, aos laticínios mineiros. Foi a seguir das atividades do Sindicato e dos onseios do calse.

Falou a seguir o Sr. Dr. Carlos Alberto de Campos Motto, Diretor da Divisão de Indústria do D. P. A., esclarecendo os trabalhos que a Seção de Leite e Derivados, do-

quela Divisão está realizando na organização e fomento da produção laticinista do Estado, sob a competente orientação do conhecido técnico laticinista mineiro, Sr. Jaime Mota Nelson.

A seguir usou da palavra a Sr. Dr. Joaquim Fernandes Braga, Superintendente do D. P. A., falando sobre a organização da XVII Exposição Nacional, bem como sobre os temas já discutidos em diversas reuniões de técnicos. Além de encarecer tais trabalhos, aos quais ainda nos vamos referir mais adiante, S. Excia. sugeriu a conveniência da realização anual de uma Exposição Estadual de Leite e Derivados, bem como de Gado Leiteiro.

Pediu a palavra o conhecido industrial laticinista, Sr. Gumerindo Ferreira Pinto, o qual expôs vários assuntos de grande atualidade, sobressaindo: a assistência ao pequeno produtor, o transporte, o ensino técnico especializado, o crédito, etc.

Falou, então, o Sr. Dr. Américo René Gianetti, o qual, em brilhante improviso, apreciou, com grande conhecimento de causa, não só os problemas apresentados, mas produziu, com admirável clareza e entusiasmo, uma longo e minuciosa exposição sobre as medidas que o Governo vem adotando para conseguir as soluções almeçadas, sobressaindo as realizações presentes e futuras do Plano de Recuperação Econômica e de Fomento da Produção. Ouvido com grande interesse por todos os presentes, foi S. Excia., ao findar, brindado com uma grande e justa salva de palmas.

Como orador seguinte, o Sr. Dr. Renato Ramos de Farias produziu um brilhante discurso no qual focalizou com grande felicidade todos os problemas ventilados, fazendo ressaltar a ação do Ministério da Agricultura e, notadamente, do D. N. P. A. Fez várias e oportunas recomendações aos industriais de laticínios, inclusive quanto a adoção de uma marca de origem para toda a manteiga e outros produtos derivados do leite, a exemplo do que se faz nos mais adiantados países laticinistas.

Referindo-se aos trabalhos já iniciados no correr da Exposição, o Sr. Dr. Américo René Gianetti propôs a constituição de uma Comissão para estudar as proposições apresentadas e elaborar os necessários anteprojetos de lei e regulamentos que se tornarem indicados. Foi, então, designada a seguinte Comissão: — Armando Massière, Carlos Alberto de Compos Mota, J. J. Carneiro Filho, Jaime Mota Nelson, Joaquim

Fernandes Braga, José Assis Ribeiro, Oto Frensel, Rubens Palhares e Sebastião S. Ferreira de Andrade.

A seguir o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dessa reunião.

Os trabalhos primordiais da referida Comissão serão:

1) organização da legislação e regulamentação da inspeção e fomento da produção de leite e de produtos derivados no Estado;

2) organização da legislação e regulamentação, referentes à realização de Exposições Estaduais de Leite e Produtos Derivados, conjuntamente com Exposições de Gado Leiteiro, de Concurso Leiteiro, de Ordenhadores, Material para Indústria, etc.

Ao entrarmos na apreciação franca e leal da Exposição propriamente dita, devemos confessar que achamos a mesma, quanto ao leite e seus derivados, bem fraca, apesar dos entusiásticos esforços de seus organizadores. Certamente as recentes eleições, contribuíram para a falta de comparecimento de muitos elementos, dos mais valiosos, que nunca deviam faltar em oportunidades, como a presente. Fazemos, entretanto, votos para que as lições dêste certamen, bem como os estudos feitos pelos técnicos presentes, sirvam de melhor guia para as próximas realizações.

Encontramos um pavilhão dedicado a máquinas para indústria de laticínios e outras, correlatas, para utensílios, etc., na qual diversas das mais importantes firmas especialistas apresentaram "stands" bem interessantes e, alguns, até mesmo bastante impressionantes. Causou-nos a melhor impressão a adiantada indústria de máquinas do Estado de Minas Gerais, a qual apresentou ótimas máquinas para a indústria de laticínios para diversas finalidades. A apresentação mais impressionante foi, sem dúvida, uma instalação piloto (tipo de laboratório) para a produção de leite em pó (ou de outros produtos desidratáveis), a qual funcionou, com pleno sucesso, diversas vezes na presença de elevado número de interessados. Trata-se de uma instalação de conhecida fábrica dinamarquesa.

O concurso das vacas leiteiras foi fraquíssimo, pois, de 18 animais inscritos, apenas apareceram 6.

Resta, ainda, a Seção de Leite e Derivados da Exposição. Também aqui a concorrência foi fraca e organizada à última hora. Os expositores que apareceram e, notadamente, aqueles que não trepidaram em

aguardar, pessoalmente os resultados dos julgamentos, merecem, entretanto, as nossas sinceras felicitações. Foram poucos, mas das melhores. A Comissão Julgadora esteve composta das conhecidos técnicas: Alfred Beck Andersen, J. J. Carneira Filha e José Assis Ribeiro. Como consólo para todas nós, temas, entretanto, a grata prazer de ressaltar a esplêndida e muito bem organizada "stand" da Fábrica-Escola de Laticínios "Cândida Tostes". Ocupanda uma sala separada, a FELCT apresentou com grande clareza e habilidade, não só a grande variedade dos seus ótimas prdutas industriais, mas, também, aspectas literários e fatográficos da notável organização que

ela é para a maior glória de Minas Gerais e do Brasil. Este ótima e impressionante trabalho a FELCT e os visitantes ficaram devenda aos Professores Carlos A. Latt e Cid Mourícia Stehling, os quais, sab a competente e marconte orientação do seu diretor, Sr. Dr. Sebastião S. Ferreira de Andrade, se mostraram, incansáveis na tão feliz organização da "stand" e no tratomena do numeraso pública que ocorreu em visitá-lo. Estão de parabens todas os nossas amigas da FELCT e sentimo-nas argulhasos de nossa qualidade de "felctiano honorário" — o moior distinção que merecemas até hoje em nossa longa e árdua campanha em prol das laticínias brasileiras.



## *Vacinas Manguinhos*

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA  
ANTICARBUNCULOSA (CARBÚNCULO HEMÁTICO)  
CONTRA A DIARRÉIA DOS BEZERROS (PNEUMOENTERITE)  
CONTRA A PNEUMO-ENTERITE DOS PORCOS

PEÇA AO SEU FORNECEDOR

**PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.**

CAIXA POSTAL, 1420 — RIO DE JANEIRO

# Para que servem as indústrias Rurais

As indústrias rurais, também conhecidas por indústrias agrícolas, são indústrias que lançam mão de matéria prima fornecida pela agricultura, transformando-a na própria fazenda.

E para que servem as indústrias rurais?

1. As indústrias rurais servem para aproveitar a matéria prima inexgotável que provém da agricultura e pecuária. Cereais, frutas, hortaliças, carnes, leite, etc. produzidos no meio rural carecem de aproveitamento que só a indústria, com suas múltiplas transformações, é capaz de utilizar.

Assim, a industrialização de cereais nos dá amidos, farinhas, conservas, vinhos, cervejas e outros produtos.

A industrialização de frutas nos permite obter: sucos, geléias, xaropes, marmeladas, frutas secas, frutas cristalizadas, compotas, vinhos, licores, aguardentes e vinagres.

A industrialização de hortaliças, por sua vez, nos oferece: grãos secos, farinhas, picles, conservas, doces, etc.

E por fim, a industrialização de carnes, peixes e derivados nos fornece: produtos salgados, dessecados, defumados, refrigerados, conservas, produtos em óleo ou gordura, escabeche, pastas, farinhas, etc.

Fica, portanto, demonstrado fartamente que não nos falta matéria prima e nem variedade de produtos para as indústrias rurais.

2. As indústrias rurais servem para evitar a superprodução, permitindo ao fazendeiro a franca produção e a estabilização do preço, porque se produzir um excesso ou não obtiver bom preço pode transformá-la num produto industrializado de maior valor econômico que o produto em espécie.

Deste modo, poderá plantar laranja em profusão porque se a laranja não der bom preço, o agricultor irá transformá-la em vinho, vinagre e aguardente.

Poderá plantar mandioca, sem temer superprodução, porque a raiz, mesmo em pequena escala, pode ser transformada em polvilho, farinha de mesa, raspas, farinhas de raspas, tapioca, beijú e aguardente.

Poderá cultivar tomates em abundância porque o excesso será transformado em massa de tomate, molho de tomate e geléia.

E muitos outros exemplares citaríamos, se não bastassem os que aí ficam para convencer o homem do campo que, onde se praticam indústrias rurais não há perigo de superprodução.

3. As indústrias rurais servem para resolver o problema da conservação de produtos agrícolas que normalmente se estragam dentro de poucos dias, pois eles serão guardados ou transformados, utilizando-se os recursos da indústria.

E, voltariamos a citar os exemplos do tomate e da mandioca que depois de uma semana apodrecem e azulejam respectivamente, tornando-se imprestáveis para o consumo.

As jabuticabas entram em fermentação de um dia para outro, mas prestam-se admiravelmente ao fabrico de geléia, licor, vinho, vinagre, jeropiga e aguardente.

Os morangos em estado natural são de conservação precária, durando poucos dias, mas até na in-

AMAURY H. DA SILVEIRA  
Eng. Agrônomo

dústria caseira fornecem sorvete, xarope, geléia, "jam" licor e compota.

O processo de conservação de ovos permite guardá-los perfeitos por período de 6 a 12 meses, quando sua guarda natural em perfeito estado seria pequena, com a dupla vantagem de obter ovos em abundância na época de escassez e de poder vendê-los pelo dobro do preço nos meses em que eles são relativamente caros.

4. As indústrias rurais servem para aproveitar tudo da matéria prima, evitando o desperdício tão comum entre nós.

E para que todos se convençam, vamos enumerar uma dúzia de exemplos onde os resíduos são como que milagrosamente transformados e utilizados na indústria rural.

Assim, na fabricação de cachaça, o aguardenteiro, depois de destilar o mosto, tem ao final do processo um resíduo a água traca, aguardente de baixo teor alcoólico que destila com muita água. Voltar ao alambique nas futuras destilações é melhor que jogá-la fora. No entanto, melhor ainda é diluí-la até gradação inferior a 10° G. L. e fermentá-la em vinagre. Também uma calda de compota que sobra ou um mel de abelha que fermenta podem ser transformados em vinagre.

Outro aproveitamento de resíduos é o que se pratica transformando os restos gordurosos de cozinha e as cinzas do fogão em sabão de decuada ou sabão de cinza.

Na prensagem da massa ralada da mandioca na fabricação de farinha de mesa sai um líquido, do qual o fazendeiro pode extrair cerca de 5 a 7% de polvilho.

Geralmente uma geléia não dá ponto porque falta pectina suficiente, daí obter-se xarope grosso ou então massa "puxenta" ao envés de sólida e gelatinosa. A pectina é o que se pode chamar a alma da geléia, e nem toda fruta tem-na em quantidade suficiente, havendo necessidade de seu acréscimo. E, sabem como obtê-la por processo caseiro? Justamente aproveitando um resíduo — a casca de laranja, que normalmente se joga fora. E já que estamos falando em geléias, convém lembrar que a utilização dos restos, do chamado "miolo" dos caroços da goiaba nos permite conseguir deliciosa geleia.

As cascas de melancia, melão e abóbora, podem ser transformadas em picles, do tipo doce, muito pouco conhecido entre nós, a despeito de tratar-se de um produto excelente.

O porco é o animal doméstico que mais se presta à industrialização na fazenda. E isto é verdade até com relação aos resíduos. O sangue dá morcela ou chouriço, os retalhos de carne, aparas, sobras de diversos cortes são transformados em linguça, e por fim, a esqueleto descarnado, saan como lhe chamam em Minas Gerais, dá-nos dois pratos gostosos e originais denominados "queijo" e "pudim" de porco.

E, finalmente, nos laticínios, "indústria onde sempre houve grande desperdício", o fazendeiro ainda encontra margem para rentoso aproveitamento dos resíduos, quer fabricando caseína do leite deana-

tafo, quer ainda obtendo queijo *Ricotta* do soro acidificado e aquecido.

5. As indústrias rurais servem para dar maior lucro ao fazendeiro porque os produtos industrializados, descontadas as despesas de fabricação, proporcionam maiores proventos que a venda em espécie. Assim é que na indústria êle pode obter da cana de açúcar: melado, rapadura, açúcar bruto, aguardente, vinagre, etc., produtos todos capazes sózinhos de sustentar uma propriedade agrícola, como realmente acontece ao rapadureiro, banguzeiro, aguardenteiro e outros.

A industrialização do milho, cereal que fornece ao fazendeiro: fubás, canjica, canjiquinha e farinha, resolve o problema econômico com vantagem sobre a venda de grão inteiro.

E a industrialização técnica e economicamente bem orientada dará sempre maiores lucros que a venda do produto agrícola em espécie.

6. As indústrias rurais servem para dar maior conforto, bem estar e progresso ao meio rural. Em propriedade agrícolas bem administradas e onde não faltam as pequenas indústrias rurais, quase se pode dizer que o fazendeiro independe do meio exterior para o problema da alimentação.

Assim sendo, o agricultor terá açúcar, quer sob a fôrma de melado, quer de rapadura, quer ainda de açúcar mascavo.

O lavrador possuirá álcool, porque o alambique lhe distilará cachaça (álcool de 54%), e com pequena adaptação conseguirá álcool potável de 93° G. L.. E com o álcool fará bebidas alcólicas como licores e as heróicas de frutas.

O fazendeiro conseguirá vinhos e vinagres por-

que não lhe faltará matéria prima de excelente qualidade para se livrar do "zurrapa" que lhe impinge o homem da venda, ou para deixar de comprar vinagre de álcool "batizado" que lhe fornece o negociante da cidade. Ao homem do campo não faltarão gorduras porque temos no Brasil uma infinidade de palmeiras oleaginosas, fornecedoras de óleos e gorduras vegetais comestíveis, e porque o porco lhe fornecerá banha em rama, toucinho e banha derretida. Amidos e féculas em abundância terá o sítiante, por isso que as sementes dos cereais e grãos leguminosos, os frutos (banana e fruta-pão), os caules do salgueiro, araruta, e batatinha, as raízes da mandioca e batata doce serão fonte de amidos, e féculas, polvilho araruta, farinha de mesa e de milho, fubá, canjica, canjiquinha, beijú, tapioca, etc. E que sem número de produtos de conserva estará apto a fabricar, mesmo na indústria doméstica, para que não falem suco de abacaxi, cajuina, xarope de maracujá, grenadine, geleia de morango, bananada, goibada, banana, passa, laranja cristalizada, farinha de banana, compota de pêssego, chucrute, mólbo inglês, massa de tomate, xarque, linguiça, morcela, salame, presuntos, mixira, piracui, etc.? E, também, não faltarão ao fazendeiro produtos de leite, porque os laticínios lhe permitirão ter creme, manteiga, queijo e doce de leite.

7. As indústrias rurais, finalmente por tudo isso, servem para fixar o homem ao campo, sendo portanto mais necessárias agora justamente quando se agrava o problema de êxodo rural. De modo que fazer boa campanha em favor do nosso homem do campo no sentido de iniciar ou incrementar sua pequena indústria rural será, a nosso vêr, iniciativa das mais patrióticas.

PARA BEM SERVIR COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

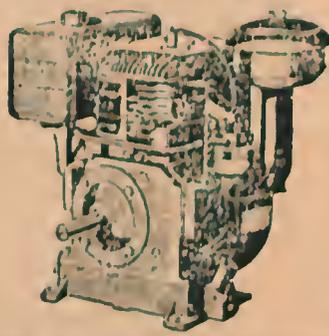
## BORGHOFF S. A.

Rio de Janeiro - Rua Piachu-lo, 243 - Fone 42-3720 - C. P. 619  
 São Paulo - Av. Gal. O. da Silveira, 63 - Fone 51-6980  
 Telegramas - "Borgmagneta" - Rio ou S Paulo

O MOTOR IDEAL para o ocio-  
namento de geradores, compres-  
soras, picodeiras de cana, bombas,  
etc. A gasolina-1 cilindro-4 tempos

MODELOS DE 0,8 HP A 7 HP  
em ALTA E BAIXA ROTAÇÃO.





- Leva porém robusta Sim-  
ples de instalar, pois é refri-  
gerado a ar. Durável e eco-  
nômico. Partida instantâ-  
nea e manejo muito simples.
- Oferacido também sob o  
forma de
- GRUPOS GERADORES •**
- MOTO-POMBAS**

*Oficina especializada e esta-  
que do sobretalantes.*

Representamos outros motores e  
grupos geradores para qua-  
quer potência.

# Conselho Nacional de Economia

## A primeira sessão extraordinária — Aprovação do Regimento interno

O Conselho Nacional de Economia realizou no dia 20 de novembro, na Avenida Presidente Wilson, 164, sua primeira sessão extraordinária, sob a presidência do Conselheiro Arthur de Souza Costa, presentes os Conselheiros Edgord Teixeira Leite, Hamilton Prado, Humberto Bostos, João Pinheiro Filho, Luiz Dadsworth Martins e Otávio Gouveia de Bulhões, convocados para a fim especial de tomar conhecimento e votar a redação final do projeto de Regimento, inicialmente elaborado pelo Comissão composto dos Conselheiros Otávio Gouveia de Bulhões e Humberto Bostos.

Ao iniciar os trabalhos, o Sr. Presidente submeteu ao Conselho Pleno a projeto de Regimento, o qual, após debates travados e sugestões apresentadas por todos os Conselheiros presentes foi posto em votação e unânimemente aprovada, ficando arquivado no Conselho em documento rubricado e assinado por todos os Conselheiros.

Após a aprovação e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Sr. Presidente deu por encerrada o primeiro sessão extraordinária às 18,30 horas.

É o seguinte o texto do regimento interno do Conselho:

### CAPITULO I

#### Atribuições e fins do Conselho

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Economia, instituição de iniciativa, sugestões e conselhos, criado pela Constituição Federal em seu artigo 205, regulado pela Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949, adota o presente Regimento Interno que dispõe sobre seu funcionamento e especifica as atribuições dos seus diferentes órgãos.

Art. 2.º — Cabe ao Conselho:

- opinar sobre as diretrizes da política econômica nacional, interna ou externa, por iniciativa própria ou por solicitação dos Poderes Públicos;
- examinar a situação econômico-financeira do País e sugerir medidas que julgar necessárias, considerando os fatos que, pela sua repercussão, possam favorecer ou prejudicar a expansão equilibrada da economia brasileira.

Art. 3.º — Na apreciação desses fatos e de seus efeitos econômicos, o Conselho dará especial atenção as correlações específicas, dentre as quais as seguintes:

- os investimentos da União, dos Estados e dos Municípios e as modalidades de seu financiamento;
- o vulto dos investimentos, governamentais e privados, em confronto com a disponibilidade de capitais e com a utilização do renda em bens de consumo e serviços;
- a variação do produto do arrecadação dos impostos federais, estaduais e municipais em relação ao montante e à distribuição da renda nacional;
- o ritmo do movimento das exportações e importações, e o vínculo dos preços dos prin-

cipais produtos de exportação do País comparados com os de outros países.

Art. 4.º — Em decorrência do exame que realizar, o Conselho poderá recomendar aos poderes públicos medidas que favoreçam:

- o mais adequado emprego dos fatores de produção, visando especialmente aumentar a renda real "per capita";
- a utilização de recursos, do País ou do exterior, que possam contribuir para melhor regular o volume das investimentos e do consumo;
- a seleção de investimentos, na previsão de pronunciados surtos de depressão ou de inflação

Art. 5.º — O Conselho poderá ainda recomendar outra ordem de medidas com a propósito de:

- reduzir ou aumentar imposições tributárias;
- orientar o tributação federal e estadual e municipal em sentido mais fiscal ou mais monetária, com o objetivo de contribuir para liberar ou absorver meios de pagamento, bem como atender a outras finalidades econômicas;
- regular o crédito, seja na esfera da produção ou na do consumo, seja em diferentes setores econômicos ou em diversas regiões do País;
- correlacionar a política de investimentos do Estado e das autorquias e, também, a dos governos federal, estaduais e municipais.

Art. 6.º — O Conselho, tendo em vista que o ritmo do progresso do País não depende exclusivamente da expansão equilibrada de seu economia, mas, também, de atuação mais direta na política de investimentos, procederá a permanentes estudos destinadas a delinear ou reajustar planos governamentais de desenvolvimento e apresentar sugestões que orientem programas de empreendimentos privados.

§ 1.º — Os planos de desenvolvimento e programas serão baseados em prévio levantamento de dados e em análises da situação econômica e serão preparados com a participação dos órgãos técnicos a critério do Conselho Pleno.

§ 2.º — Na elaboração dos planos referidos neste artigo, o Conselho ouvirá os diversos setores econômicos do País, governamentais e privados.

Art. 7.º — A fim de conhecer, analisar e opinar sobre a política econômico-financeira a ser seguida pelos Poderes Públicos, o Conselho disporá dos órgãos técnicos necessários, providos de pessoal selecionado, e se utilizará dos estudos das Comissões Especiais referidos no artigo 7.º da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949.

§ 1.º — Os órgãos técnicos usarão dos mais diversos métodos de trabalho e poderão promover:

- coleta de dados estatísticos e de informações disponíveis, provenientes dos trabalhos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos serviços e estudos econômicos do Banco do Brasil, dos Ministérios, dos Secretários dos Estados e das Instituições autárquicas e privadas, nacionais e estrangeiras;
- inquéritos econômicos periódicos ou eventuais destinados ao conhecimento dos fatos no nacional ou em certas regiões do País;



c) pesquisas "in loco" para determinadas obje-  
tivos.

§ 2.º — Os órgãos técnicos e as Comissões Es-  
peciais não só procurarão obter, coordenar e inter-  
pretar os dados, mas, sempre que for oportuno, ou  
solicitadas pela Conselho Pleno, apresentarão pro-  
gramas de estudos e prepararão relatórios que sir-  
vam de base às conclusões e recomendações da Con-  
selho.

Art. 8.º — Em face da que dispõe a artigo 2.º,  
parágrafo único, da Lei n.º 970, de 16 de dezembro  
de 1949, a Conselho poderá:

- a) requisitar aos órgãos da administração públi-  
ca a colaboração de que necessitar;
- b) recorrer à cooperação de centros de estudos  
econômicos existentes no País;
- c) promover a aperfeiçoamento de seus servido-  
res em cursos de especialização do País ou  
no exterior.

CAPITULO II

Relações do Conselho com os Poderes Públicos

Art. 9.º — O Conselho, até 1.º de dezembro,  
apresentará anualmente ao Congresso Nacional e ao  
Presidente da República, nos termos do artigo 9.º da  
Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949, exposi-  
ção geral da situação econômica do País, conforme  
os estudos que vier realizando.

Art. 10 — O Conselho, atendida a que dispõe  
a artigo 2.º d'este Regulamento, opinará e apresen-  
tará sugestões, por iniciativa própria ou para aten-  
der a solicitações da Presidente da República, Mi-  
nistros de Estado e Presidentes do Senado e da Câ-  
mara Federal.

Art. 11 — O Conselho poderá dirigir-se aos Pa-  
deres Estaduais e Municipais bem como a outros ór-  
gãos do Poder Público, sempre que julgar que suas  
recomendações possam contribuir para dar maior co-  
ordenação à política econômica-financeira do País.

CAPITULO III

Organização do Conselho

Art. 12 — Os órgãos do Conselho serão: a Con-  
selho Pleno, as Comissões Especiais e as que se des-  
tinarem a pesquisas e análise econômico, à do-  
cumentação e à administração.

CAPITULO IV

Conselho Pleno

Art. 13 — O Conselho Pleno, constituído pela re-  
união dos Conselheiros, realizará duas sessões ordi-  
nárias por semana.

§ 1.º — Serão realizadas sessões extraordinárias,  
quando convocadas pela seu Presidente, ou mediante  
solicitação dos Conselheiros aprovada por dois terços.

§ 2.º — Na falta ou impedimento da Presidente,  
este será substituída, nas sessões plenárias, por um  
dos Conselheiros presentes escolhidos pelos demais.

Art. 14 — As sessões só se realizarão quando  
presentes 2/3 dos Conselheiros em exercício e as  
deliberações serão adotadas mediante aprovação da  
maioria absoluta (Art. 6.º, da Lei n.º 970, de 16  
de dezembro de 1949).

Art. 15 — A ordem dos trabalhos das sessões ple-  
nárias será organizada pelo Presidente de uma ses-

ção para outra e levada ao conhecimento dos demais  
Conselheiros.

§ 1.º — Qualquer dos Conselheiros poderá re-  
querer inclusão na ordem dos trabalhos do assunto  
de interesse da Conselho.

§ 2.º — Qualquer dos Conselheiros poderá soli-  
citar vista de processos, relatório ou parecer, que es-  
tejam em discussão, pela prazo de 5 dias, proroga-  
veis a juízo do Conselho Pleno.

§ 3.º — Quando a vista for pedida por mais de  
um Conselheiro, os prazos serão concedidos para  
exame em conjunta.

Art. 16 — As indicações, as propostas para es-  
tudos, inquéritos, projetos ou sugestões, destinadas  
aos Poderes Públicos, serão submetidas a apreciação  
prévia do Conselho Pleno.

Art. 17 — Nenhum Conselheiro poderá manifes-  
tar-se sobre matéria econômica e financeira, salvo  
mediante prévia autorização e do Conselho Pleno,  
ou com declaração expressa de que o faz em cará-  
ter particular.

Art. 18 — As opiniões emitidas em sessão, não  
podirão vir a pública sem prévia assentimento da  
Conselho Pleno.

Art. 19 — As sessões do Conselho Pleno serão  
de dois tipos:

— comuns, para discussão e votação de maté-  
rias em pauta e da qual se lavrará ata que deverá  
conter exposição detalhada dos trabalhos;

— secretas, para discussão das assuntos reserva-  
das com a presença exclusiva dos Conselheiros.

Parágrafo único — As atas das sessões serão as-  
sinadas pelo Presidente e demais Conselheiros que  
a elas tenham estado presentes.

Art. 20 — Quando convocadas, os responsáveis  
pelos órgãos técnicos participarão dos debates.

Art. 21 — Cada Ministério designará um repre-  
sentante para participar dos debates nas reuniões  
que tratarem de assunto do seu interesse (Art. 3.º,  
§ 4.º, da Lei 970).

Parágrafo único — O Conselho comunicará aos  
Ministérios os assuntos a serem tratados nessas re-  
uniões, para o designação da representante qualifi-  
cado.

Art. 22 — O Conselho Pleno tomará conhecimen-  
to em reunião mensal das atividades administrativas  
da Conselho.

Art. 24 — O Conselho Pleno elegerá na segunda  
quinzena de outubro de cada ano, um de seus Mem-  
bros para Presidente do período seguinte, sendo ve-  
lada a reeleição (Art. 4.º do Lei n.º 970, de 16  
de dezembro de 1949).

Art. 24 — Ao Presidente, além de dirigir as ses-  
sões plenárias, compete:

- a) baixar instruções sobre os serviços do Con-  
selho;
- b) assinar ou indicar quem assinare toda ou parte  
da correspondência e expediente da Conselho;
- c) representar o Conselho Nacional de Economia  
perante as autoridades e nas meios sociais e  
indicar, para representações ocasionais, alguns  
dos Conselheiros.

CAPITULO V

Comissões Especiais

Art. 25 — O Conselho Pleno, de acordo com o  
artigo 7.º da Lei 970, de 16 de dezembro de 1949,  
poderá instituir Comissões Especiais incumbidas de  
opinar sobre problemas técnicos de natureza especí-  
fica.

Art. 26 — Serão escolhidas para membros das Comissões Especiais pessoas de reconhecida competência a critério do Conselho Pleno, mesmo estranhas ao quadro de sua organização, e os serviços prestados são considerados relevantes para o País.

Parágrafo único — Completarão as Comissões Especiais, além dos Conselheiros que forem designados, os elementos dos órgãos técnicos do Conselho considerados necessários.

Art. 27 — No ato de constituição de cada Comissão Especial, o Conselho Pleno marcará a prazo do conclusão do trabalho, sujeito a prorrogação.

Art. 28 — O Presidente das Comissões Especiais será escolhida pelos seus componentes.

Art. 29 — As opiniões emitidas nas reuniões das Comissões Especiais não poderão ser divulgadas sem autorização prévia do Conselho Pleno.

Art. 30 — As Comissões Especiais serão secretariadas por funcionários do Conselho, aos quais compete registrar em ata e relator ao Conselho Pleno os trabalhos das sessões.

Art. 31 — Cumpre aos presidentes das Comissões Especiais determinar as datas e horário das sessões e a ordem dos trabalhos.

Art. 32 — As Comissões Especiais apresentarão ao Conselho Pleno, para exame e aprovação, os relatórios parciais ou gerais e as conclusões a que tiverem chegado no curso e ao término de seu trabalho.

Parágrafo único — A divulgação desses relatórios ficará a critério do Conselho Pleno.

Art. 33 — Os presidentes das Comissões Especiais solicitarão do Conselho Pleno a cooperação dos órgãos do Conselho e as medidas que julgarem necessários ao desempenho de suas tarefas.

#### CAPITULO VI

##### Órgãos de pesquisas e análises econômicas, documentação e administração

Art. 34 — O órgão de pesquisas e análises econômicas destina-se à coleta de dados e informações econômico-financeiras, relativas ao País e ao exterior; à seleção e interpretação desses dados; à elaboração de programas; à realização de inquéritos e pesquisas e, em geral, aos estudos determinados pelo Conselho Pleno e destinados a este e aos Conselheiros no exercício de suas funções.

Parágrafo único — No desempenho dessas atribuições, a referido órgão prestará informações ocasionais e periódicas, bem como preparará relatórios, por indicação do Conselho Pleno.

Art. 36 — O órgão de administração é incumbida de promover a execução das atividades relativas a pessoal, orçamento, material e comunicações.

#### CAPITULO VII

##### Dos Conselheiros

Art. 37 — Os Conselheiros são nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a esco-

lha pelo Senado Federal, e sua investidura no cargo é incompatível com o exercício de qualquer outra função pública, não podendo acumular vencimentos com outra função pública ou outárgica, respeitados os direitos assegurados pela Constituição (Art. 3.º, § 1.º e 2.º da Lei n. 970, de 16 de dezembro de 1949).

Art. 38 — O Conselho proporcionará a cada Conselheiro a necessária assessoria técnica, utilizando os servidores mais indicados à escolha dos Conselheiros.

Art. 39 — Os relatórios, pareceres, ante-projetos e sugestões aos Poderes Públicos, previstos na art. 2.º do Capítulo Primeira, da Lei n. 970, de 16 de dezembro de 1949, serão firmados pelos Conselheiros.

Art. 40 — Os Conselheiros poderão solicitar individualmente informações e dados aos órgãos técnicos do Conselho.

Art. 41 — O Conselho Pleno poderá indicar um ou mais Conselheiros para:

- a) participar de comissões de caráter econômico;
- b) supervisionar pesquisas no País ou no exterior;
- c) tomar parte em conferências internacionais.

Art. 42 — Qualquer Conselheiro poderá licenciar-se dos trabalhos por motivo justificado e reconhecido pelo Conselho Pleno.

#### CAPITULO VIII

##### Disposições Gerais

Art. 43 — Cabe ao Presidente do Conselho requisitor servidores de órgãos da administração pública e de autarquias (Parágrafo único do artigo 2.º da Lei n. 970, de 16 de dezembro de 1949) e admitir pessoal, com as verbas de que dispuser o Conselho.

Art. 44 — Os servidores do extinto Conselho Federal de Comércio Exterior permanecerão em exercício na atual fase de estruturação e posteriormente serão aproveitadas nas funções pertinentes à organização do Conselho; aqueles que tenham demonstrado capacidade e eficiência poderão ser efetivados, conforme for estabelecido em Lei.

Art. 45 — Os servidores que permanecerem do extinto Conselho Federal de Comércio Exterior e os que forem admitidos distribuir-se-ão pelos diferentes serviços que forem provisoriamente adotados, segundo as instruções a serem baixadas pelo Presidente do Conselho.

Art. 46 — Este Regimento poderá ser emendado ou reformado mediante proposta de qualquer Conselheiro aprovada, em duas sessões consecutivas, por 2/3 dos que estiverem em exercício.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1950. — (ao) Arthur de Souza Costa, Edgard Teixeira Leite, Hamilton Prado, Humberto Bostos, João Pinheiro Filho, Luiz Dodsworth Martins, Otávio Gouveia de Bulhões.



# A CULTURA DO ADLAI

O Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado do Rio estão aconselhando o plantio do adlai, cereal adlai ou trigo tropical — uma variedade do **Coix Lágrima Jobi** do Arquipélago das Filipinas. O adlai é bastante cultivado na Bolívia. O agrônomo Ubirojara Pereira Borreto, depois de experimentá-lo no Estado de São Paulo, passou a aconselhar a sua plantação com muita insistência. Experimenta-ma-la, com ótimos resultados, em culturas feitas no Distrito Federal, na Paraíba e no Acre. Na Paraíba, a cultura vem sendo aconselhada, há vários anos, pela Secretaria da Agricultura.

## Clima

Cosmopolita como é, o adlai pode ser cultivado em todo o Brasil, com exceção de pequenos trechos mais secos do nordeste, caso não se faça irrigação. Na Bolívia e nas Filipinas, há grandes culturas até a 1.500 metros de altura.

## Salas

As terras próprias para a cultura do arroz são ótimas para o adlai. Também é possível cultivá-lo em terras em que se plantam a milho e o feijão. Os solos devem ser profundos, férteis, um tanto úmidos.

## Semeadura

Em solo bem preparado, semeia-se de preferência no começo dos chuvas. Nos bons solos, o compasso pode ser um metro por um metro. Nos solos medíocres, um metro por cinquenta centímetros. Três sementes por cova. Com o primeiro compasso plantam-se dois e meio litros de adlai por hectare; com o segundo, cinco litros.

## Tratos culturais

Por meio de carpas, se possível mecô-

Eng.<sup>o</sup>-Agrônomo PIMENTEL GOMES

nicos, mantem-se o solo livre de ervas daninhas. Depois da colheita, corto-se o adlai bem próximo do solo. Cobre-se a touceira com terra, para facilitar o brotamento. A palha deve ser espalhada entre as linhas de modo a aumentar a fertilidade das terras e diminuir o número de capinas.

O adlai perfilha muita — 40 a 90 perfilhos por grão, 120 a 270 por cova com três sementes. Os caules crescem de 2,50 a 4 metros.

## Calheita

Cortam-se os cachos com uns cinquenta centímetros de caule. Secam-se ao sol por uns três ou quatro dias, antes de se proceder à batedura.

## Produção

Procede-se a primeiro colheito seis a sete meses depois da sementeira. As outras se seguem com intervalos irregulares, de acordo com as condições do tempo. Geralmente são feitas duas calheitas por ano. As socas brotam satisfatoriamente, durante três ou quatro anos.

A produção anual de grãos em boas terras aproxima-se dos 3.500 a 4.000 quilos por hectare. Em terras úmidas, quentes e ricas, podendo-se colher até 10.000 quilos por hectare, enquanto colheitas de 800 quilos de trigo e de 1.500 quilos de milho são consideradas boas.

## Batedura

Procede-se como se faz com o arroz.

## Beneficiamento

O beneficiamento, o ato de descascá-lo, é feito em qualquer máquina de descascar arroz.

**Moagem**

Mói-se a adlai quando precisa, em mainhos de aço ou em mainhas usadas na moagem da trigo. O moinho de aço D'Andrea, fabricada em São Paulo, dá muita bom resultada.

Espécie	Proteínas	Gorduras	Cinzas	Celulose	Hidratos de carbono	Calorias
Adlai . . . . .	12,40	4,50	1,50	0,80	96,90	387
Trigo . . . . .	12,23	1,75	2,36	2,36	71,18	358
Milho . . . . .	9,88	4,17	1,36	1,71	71,55	374
Aveia . . . . .	12,15	4,33	3,46	12,07	58,75	331
Aroz . . . . .	8,02	1,96	1,15	0,93	76,05	363

**Usos**

Muitas são as utilizações da adlai. Cozida, como substituta do arroz, tem excelente paladar e maior valor alimentício do que este cereal. De mistura com farinha de trigo, é utilizada na fabricação de pão e biscoita, na Bolívia e nas Filipinas. É

**Valor alimentício**

O valor alimentício da adlai equivale ao do trigo, como se pode verificar pelas datas a seguir:

ótima farragem para os animais domésticos que comem a grã com verdadeira avidéz.

(Comunicado n.º 82 do Serviço de Informação Agrícola Ministério da Agricultura — JULHO de 1950).

# ★ HIDROMEL ★

O engenheiro agrônomo Amaury H. da Silveira, professor de Indústrias Rurais na Escola de Horticultura "Wenceslão Bella", presta as seguintes esclarecimentos sobre o prepara da vinha de mel de abelhas:

**Hidromel** é a bebida alcoólica obtida pela fermentação da mistura da mel e água, ou em outras palavras, hidromel é a vinha de mel de abelha.

Trata-se de vinha pouca conhecida em nossas fazendas, assim como na comércio, onde ainda não tivemos oportunidade de encontrar.

Devida à pobreza de mel em sais minerais, é preciso corrigir a mosta com adição de sais nutritivos ou de sucos de frutas, para facilitar a vida da fermenta.

O hidromel pode ser facilmente fabricado em pequena escala, mesma como indústria caseira. Em resumo, a processo de vinificação de mel de abelha consiste na seguinte:

1) Dissolver o mel em água contendo os elementos nutritivos, como por exemplo:

3 200 quilos de mel

10.000 litros de água

0,012 quilos de ácido tartárico

0,020 quilos de fosfato de amônia.

- 2) Ferver durante 15 minutos;
- 3) Colocar na vidra ou barril onde vai fermentar;
- 4) Deixar esfriar até 40°C;
- 5) Juntar fermento selecionado alcoólico (tipo Fleischmann) ou melhar ainda fermenta vinica, sendo interessante preparar um pé de cuba e adicionar na proporção de 5% ao mosta;
- 6) Deixar fermentar com batoque hidráulico durante 1 a 1,1/2 meses a temperatura de 28 a 30°C;
- 7) Trasfegar a mosta para outra barril;
- 8) Adicionar 1 grama de tanina salúvel ao álcool durante 4 semanas à temperatura ambiente;
- 9) Colocar durante 48 horas em câmara fria a 1°C para facilitar a clarificação;
- 10) Filtrar e, se necessária, clarificar com clara de ovo, gelatina ou cala de peixe;
- 11) Envelhecer durante 6 meses em recipiente de madeira para adquirir o "bouquet";
- 12) Engarrafar.

# Classificação dos Mamíferos

A classe dos mamíferos compreende as seguintes ordens:

- 1 — Ordem dos Monotremos
- 2 — Ordem dos Marsupiais
- 3 — Ordem dos Insetívoros
- 4 — Ordem dos Queirópteros
- 5 — Ordem dos Dermópteros
- 6 — Ordem dos Carnívoros
- 7 — Ordem dos Cetáceos
- 8 — Ordem dos Sirênios
- 9 — Ordem dos Roedores
- 10 — Ordem dos Xenartros
- 11 — Ordem dos Artiodáctilos
- 12 — Ordem dos Perissodáctilos
- 13 — Ordem dos Proboscídeos
- 14 — Ordem dos Primatas

Sobre cada uma das ordens daremos, apenas, o essencial, porquanto mais não é necessário em um estudo elementar, como o que ora fazemos.

**Ordem dos Monotremos** — Compreende mamíferos inferiores não encontrados no Brasil, providos de glândulas mamárias mas desprovidos de mamas, ovíparos, com bolsa marsupial temporária e com a boca terminada por um bico córneo. Os monotremos, como o ornitorrinco, são encontrados na Austrália.

**Ordem dos Marsupiais** — Os marsupiais são caracterizados porque possuem uma bolsa especial chamada *marsúpio*, que serve para guardar os filhotes durante algum tempo. Os filhotes assim que nascem são muito rudimentares, desprovidos de pêlos. Os marsupiais são encontrados na Austrália (canguru) e na América do Sul (gambá, cuicas, etc.).

**Ordem dos Insetívoros** — Compreende mamíferos inferiores, de pequeno porte, focinho alongado e caracterizados principalmente porque os premolares possuem tubérculos pontiagudos. Os insetívoros são, na generalidade dos casos arborícolas ou cavadores de galerias no solo, e se alimentam de insetos. Tais mamíferos, como os mussuranhos, as toupeiras, etc., não são encontrados no Brasil.

**Ordem dos Queirópteros** — Os queirópteros são mamíferos voadores apresentando os dedos alongados, unidos por um *patágio* (funcionando como asas), e os posteriores, normais. A essa ordem pertencem os morcegos, dos quais existem espécies frugívoras, insetívoras e hematófagas.

**Ordem dos Dermópteros** — Abrange mamíferos não encontrados no Brasil e caracterizados porque são providos de um *patágio* que vai do pescoço ao cotovelo e daí até o joelho, e são providos de glândulas peitorais. Como exemplo podemos citar os mais voadores da Indochina.

**Ordem dos Carnívoros** — Compreende mamíferos de porte variável, geralmente terrestres (algumas espécies são aquáticas, como por exemplo o lobo marinho), caracterizados principalmente porque a dentição é adaptada à alimentação carnívora provida de número completo de incisivos, caninos bem desenvolvidos e poucos molares. Possuem quatro ou cinco dedos providos de garras retráteis ou não retráteis. Os carnívoros compreendem os *Fissipedos* que são terrestres (pantera, leão, urso, cão, gato, lobo, onça, etc.), e os *Pinípedes*, que são aquáticos (lobo marinho, urso marinho, foca, ossa, etc.). As principais famílias dos Fissípedes, são:

Eogeuheira Agrônomo: *Geraldo Goulart da Silveira*  
Professor da E. H. W. B.

- a — *Félides*, compreendendo espécies com o corpo alongado, focinho curto, garras desenvolvidas, curvas e retráteis. Como exemplos podemos citar a leão, a onça, o tigre, etc.
- b — *Cânidas*, compreendendo espécies com focinho alongado, cauda bem desenvolvida, patas com quatro e cinco dedos (as anteriores com cinco e as posteriores com quatro), providas de garras não retráteis, como por exemplo o lobo, o cão, a raposa, etc.
- c — *Mustelidas*, abrangendo espécies de pequeno porte, corpo alongado, patas curtas, com cinco dedos providos de garras pontiagudas e cauda bem desenvolvida. Entre os mustelidas podemos citar a lontra, foinha, a ariranha, etc.
- d — *Procionidas*, compreendendo espécies de pequeno porte, arborícolas, onívoras, providas de cauda longa e dedos com garras pouco recurvadas, como o coati, o mão pelada, etc.
- e — *Ursidas*, abrangendo mamíferos carnívoros de grande porte, cauda muito curta, providos de patas com cinco dedos terminados em garras resistentes e estreitas, como o urso, o ucumarí, etc.

**Ordem dos Cetáceos** — Os cetáceos são mamíferos aquáticos, de corpo pisciforme, quasi que desprovidos de pêlo, e com uma espessa camada subcutânea de gordura. Os membros anteriores são transformados em nadadeiras, e os posteriores ausentes. Alguns cetáceos (golfinhos, cachalotes, etc.) são homodontes e desprovidos de barbatanas, enquanto que outros, (baleias), não possuem dentes que são substituídos por barbatanas cónicas. Nos cetáceos não se observa limite de separação entre a cabeça (que é relativamente grande) e o corpo. Entre os cetáceos são encontrados os maiores mamíferos (baleias existem que atingem mais de 30 metros de comprimento).

**Ordem dos Sirênios** — Compreende mamíferos aquáticos, com pele grossa, camada sub-cutânea gordurosa, escasso revestimento piloso, membros anteriores transformados em remos, e posteriores ausentes. A esta ordem que possui poucas representantes, pertence o peixe-boi da Amazônia.

**Ordem dos Roedores** — Constitui a ordem de mamíferos que apresenta maior número de representantes, em geral de pequeno porte ou de porte médio. Os roedores são caracterizados principalmente pela dentição que é desprovida de caninos, apresenta os incisivos longos, biselados e de crescimento contínuo, e molares bastante desenvolvidos. Entre os roedores existem os incisivos e molares existe um diastema. Entre os roedores podemos citar a rata, a preá, a pacca, a cutia, a capivara, etc.

**Ordem dos Xenartros** — Abrange um grupo muito heterogêneo de mamíferos terrestres, arborícolas ou cavadores de tocas, geralmente monofodontes, com dentes desprovidos de esmalte, e de cresci-

mento contínuo, ou, então, desprovidos de dentes. Os xenartros são insetívoros, frugívoros, fitófagos, etc. Os xenartros compreendem os *Tardígrados* (preguiça), os *Vermilhões* (tamanduás) e os *Loricados* (tatús).

**Ordem dos Artiodáctilos** — Os artiodáctilos são mamíferos unguligrados, de porte variável, com número par de dedos, passando o eixo do corpo entre o 3.<sup>o</sup> e o 4.<sup>o</sup> dedos, que são simétricos e iguais. Os artiodáctilos podem ser ruminantes ou não ruminantes. Entre os ruminantes podemos citar os pertencentes à família dos *Caméidas* (camelo, dromedário, etc.), à super-família dos *Girálides* (girafa), à super-família dos *Bovoideos* ou *Cavicórneos* (boi, antílope, carneiro, cabra, etc.), à super-família dos *Cervóideos* (cervo, veado, etc.). Entre os artiodáctilos não ruminantes podemos citar os pertencentes à família dos *Taiassáidas* (queixada, cateto, etc.).

**Ordem dos Perissodáctilos** — são os mamíferos unguligrados, de grande porte, com número ímpar de dedos, sendo o dedo médio mais desenvolvido (as vezes ele é o único, como no cavalo), e passando por ele o eixo do corpo. Entre os perissodáctilos podemos citar os *Équidas* (cavalos, asnos, zebras, etc.), os *Rinocerôntidas* (rinocerentes) e os *Tapiroides* (anta, pichaque etc.).

**Ordem dos Proboscídeos** — Abrange os maiores mamíferos terrestres, providos de longa tromba

preensora formada pelo nariz e pelo lábio superior, pelo espessa e pouco pilosa e os dois incisivos superiores muito desenvolvidos, de crescimento contínuo, constituídos de marfim e comumente denominados *presas*. A esta ordem pertence o elefante.

**Ordem dos Primatas** — Compreende os mamíferos de organização mais elevada, providos de dentes molares policúspides, dedos com unhas nas extremidades, glândulas mamárias peitorais e olhos voltados para a frente. Os primatas abrangem três sub-ordens, das quais duas, a dos *Lemnitoides* e a dos *Tarsioides*, sem representantes na América do Sul e a dos *Antropoides*, compreendendo:

- a — *Platirrinos*, que são os macacos americanos, com as narinas afastadas, abrangendo os *Hupalídios* (saguís) e os *Cebídios* (macaco-leão, macaco-aranha, etc.).
- b — *Catarrinos*, que são os macacos do Antigo Continente, com as narinas aproximadas, compreendendo os *Antropomorfos* (chimpanzé, gorila, gibão, orangotango, etc.) e os *Homínidas* (homem).

As principais diferenças entre o homem e os macacos antropomorfos são as seguintes:

Homem	Macacos antropomorfos
Atitude erecta	Atitude inclinada
Não apresenta diástema	Apresentam diástema
Crânio maior que a face	Face maior que o crânio
Coluna vertebral com 4 curvaturas	Coluna vertebral com 2 curvaturas
Membros superiores menores que os inferiores.	Membros superiores maiores que os inferiores.

Nomes vulgares	Ordens	Nomes vulgares	Ordens
Almiscareiro	Artiodáctilo	Gerbo	Roedor
Alce	"	Gibão	Primata
Alpaca	"	Gineta	Carnívoro
Anta	Perissodáctilo	Girafa	Artiodáctilo
Antílope	Artiodáctilo	Golfinho	Cetáceo
Ariranha	Carnívoro	Gorila	Primata
Arminho	"	Guamaco	Artiodáctilo
Asno	Perissodáctilo	Guará	Carnívoro
Átole	Primata	Guarachim	"
Baleia	Cetáceo	Guariba	Primata
Barbado	Primata	Guaxinim	Carnívoro
Barriguda	"	Hiena	"
Bisão	Artiodáctilo	Hipopótamo	Artiodáctilo
Boi	"	Homem	Primata
Boto marinho	Cetáceo	Iaque	Artiodáctilo
Boto de água-dôca	"	Indri	Primata
Búfalo	Artiodáctilo	Irara	Carnívoro
Bugio	Primata	Jaguapitango	"
Burro	Perissodáctilo	Jaguar	"
Cabra	Artiodáctilo	Jaguarundi	"
Cachalote	Cetáceo	Jaguntirica	"
Cachorro do mato	Carnívoro	Javali	Artiodáctilo
Camelo	Artiodáctilo	Jupará	Carnívoro
Camondongo	Roedor	Jupatí	Marsupial
Cangambá	Carnívoro	Leão	Carnívoro
Canguru	Marsupial	Leão marinho	"
Cão	Carnívoro	Lebre	Roedor
Caititú	Artiodáctilo	Leopardo marinho	Carnívoro

Camuça	"	Lhama	Artiodáctilo
Capivara	Roedor	Lince	Carnívoro
Carneiro	Artiodáctilo	Lobo	"
Castor	Roedor	Lobo marinho	"
Cavalo	Perissodáctilo	Lontra	"
Caxinguelô	Roedor	Mão pelada	"
Cervo	Artiodáctilo	Macaco mandril	Primata
Chacal	Carnívoro	Macaco aranha	"
Chimpanzé	Primata	Maquia de Madagascar	"
Chinchilha	Roedor	Maquia voador	Dermóptero
Coati	Carnívoro	Mandrill	Primata
Coatipuri	Koedor	Mangusto	Carnívoro
Cobáia	"	Mono barba branca	Primata
Coelho	"	Mono narigão	"
Cotia	"	Marmota	Roedor
Cuica água	Marsupial	Marta	Carnívoro
Cuxiú	Primata	Maracajú	"
Doninha	Carnívoro	Maritacaca	"
Dromedário	Artiodáctilo	Mico leão	Primata
Eita	Carnívoro	Mocó	Roedor
Elefante	Proboscídeo	Morcego	Queiróptero
Equidna	Monotremo	Morsa	Carnívoro
Escalope	Insetívoro	Mula	Perissodáctilo
Esquilo	Roedor	Mungunho	Insetívoro
Foca	Carnívoro	Mussuranho	"
Fuinha	"	Onça parda	Carnívoro
Furão	"	Onça pintada	"
Galago	Primata	Onça vermelha	"
Gambá	Marsupial	Orangotango	Primata
Gato almiscareiro	Carnívoro	Onaga	Perissodáctilo
Gato doméstico	"	Orca	Cetáceo
Gato do mato	"	Ornitorrinco	Monotremo
Gato dos pampas	"	Otária	Carnívoro
Gazela	Artiodáctilo	Ouriço	Insetívoro
Ouriço caixeiro	Roedor	Tanreque	Insetívoro
Paça	"	Tapitê	Roedor
Paçó	Queiróptero	Tapir	Perissodáctilo
Pangolin	Xenartro	Texugo	Carnívoro
Papa-mel	Carnívoro	Toiô	Roedor
Papão	Primata	Toupeira comum	Insetívoro
Pôranacu	"	Toupeira dourada	"
Pantera	Carnívoro	Tuco-tuco	Roedor
Porco doméstico	Cetáceo	Tupajá	Insetívoro
Peixe-boi	Artiodáctilo	Uacari	Primata
Porco do mato	"	Uapuça	"
Porco espinho	Roedor	Ucumau	Carnívoro
Prea	"	Ursana	Roedor
Preguica	Xenartro	Urso	Carnívoro
Puma	Carnívoro	Urso marinho	"
Quati	"	Vampiro	Queiróptero
Queixada	Artiodáctilo	Veado campeiro	Artiodáctilo
Quingijó	Carnívoro	Veado mateiro	"
Raposa	"	Veado galheiro	"
Ratão do banhado	Roedor	Vicunha	"
Rato boiadeiro	"	Viscacho	Roedor
Rato comum	"	Zebra	Perissodáctilo
Rato de espinho	"	Zibeta	Carnívoro
Rena	Artiodáctilo	Zorrilho	"
Rinoceronte	Perissodáctilo		
Sagu	Primata		
Saiga	Artiodáctilo		
Sarigueia	Marsupial		
Sajú	Primata		
Sapajú	"		
Se-relepe	Roedor		
Tamanduá bandeira	Xenartro		
Tamanduá colete	"		
Tamanduá galinha	"		
Tamanduá-i	"		
Tamanduá mirim	"		

# Consultas e Informações

## PROPAGAÇÃO DA LICHIA

Respondendo ao Sr. S. O. C., nosso consócio do Estado de Minas Gerais, tenho a informar:

- a) a lichia é uma Sapindácea chinesa, há longos anos introduzida no Brasil;
- b) a sua propagação pode ser feita por meio de sementes, estaquia e alporquia;
- c) conquanto trabalhosa, a multiplicação por alporquia é a mais conveniente.

## ÉPOCA E COLHEITA DA MELANCIA

Esclarecendo a um nosso consócio do Estado de São Paulo, que nos consulta sobre quando a melancia está em ponto de ser colhida, informa que, entre outros recursos adotados na prática podemos citar:

- a) batendo-se com o dedo na melancia, se ela estiver madura o som será ôco;
- b) a mudança de coloração, especialmente da parte em contacto com o solo.

## MANCHA NEGRA DA ROSEIRA

Respondendo ao Sr. A. S. O., do Distrito Federal, tenho a informar:

- a) que a mancha dos folhos da roseira que provoca a queda das mesmas, e, conseqüentemente, prejudica a floração, é causada pelo fungo *Diplocarpon rosae*;
- b) entre os meios de combate podemos citar a retirada e a destruição (queima) das folhas

Engenheiro-Agrônomo

**GERALDO GOULART DA SILVEIRA**

Consultor Técnico de "A LAVOURA"

atacadas, e, como medida preventiva, a pulverização com calda bordaleza a 1%.

## GOMOSE DA LARANJEIRA

Tendo em vista a consulta da nossa consócio Sr. S. V., do Estado do Espírito Santa, tenho a informar:

- a) a exudação gomosa produzida pela doença chamada "gomose", é, realmente de coloração escura (marrom);
- b) para combater a doença, no início de sua manifestação, deve-se descorticar o local atacado (retirada da casca), e, em seguida, aplicar pasta bordaleza (1 parte de sulfato de cobre, 2 partes de cal virgem e 12 partes de água).

## O TREMOÇO COMO ADUBO VERDE

Respondendo ao Sr. L. S. V., do Estado do Rio Grande do Sul, tenho a informar:

- a) o tremoço pode, realmente, ser usado com sucesso, como adubo verde;
- b) o tremoço apresenta, não somente uma rusticidade, como também pode ser plantado em terrenos, mesmo um tanto ácidos, como deve ser a calda do consilente.

## O PROBLEMA SERICO NACIONAL

Examinando com a Professora Renata de Fariós, Diretor Geral da Departamento Nacional da Produção Animal, o problema serico nacional, a Sr. Ministra Navais Filha chegou à conclusão de que é preciso estudá-lo sob todos os seus aspectos, numa tentativa de obter, afinal, uma solução definitiva para uma atividade que pode influir profundamente na restauração de nossa economia rural.

Nesse sentido, o Sr. Ministra da Agricultura constituiu uma comissão composta dos agrônomos Mário Vilhena, Celso Freitas de Souza e Cesar Searo para que, ouvindo os órgãos sericos do país e outras entidades interessadas, e apreciando objetivamente a atuação que o Ministério da Agricultura já realiza nesse sentido, sugira providências que, comanda um plano nacional estruturado sobre linhas racionais, assegurem a desenvolvimento da sericultura, situando-a devidamente no quadro econômico do Brasil.

## A PRODUÇÃO DE BANANAS

Segunda dados apurados pelo Serviço de Estatístico da Produção, do Ministério da Agricultura, estima-se em 158.448.000 cachos a safra brasileira de banana relativa ao corrente ano. O valor correspondente do produto atingiu 949.926.000 cruzeiros calculado o preço média verificado no ano anterior.

Em 1949 a produção elevou-se a 147.696.000 cachos, no valor de Cr\$ 885.393.000,00.

Os principais produtores de banana assim se classificam: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Santa Catarina e Ceará.

# O Pão, Alimento Vital

**JOSÉ ADAIL CATUNDA GONDIM**  
Secretário do Diretor do I. Q. A.

O pão é um alimento básico, que deve fazer parte obrigatória de todas as nossas refeições. Imprescindível a todo ser humano, entre as crianças ele adquire uma preferência especial, jamais alcançada por qualquer outro gênero de primeira necessidade.

Brouardel, aqui citado apenas devido à clareza de sua idéia, conceitua que "o bom pão é aquele que não somente nutre, mas também refaz nosso metabolismo geral, em virtude de fornecer substâncias nutritivas que estão em perfeita coordenação com as necessidades do nosso organismo".

O pão acompanha todos os outros produtos indispensáveis a nossa alimentação cotidiana, tais como a carne, o peixe, o queijo, os ovos, etc.

Dentre outros alimentos que podem ser ingeridos juntamente com o pão, destaca-se o leite, que não somente se lhe assemelha nas propriedades alimentícias, mas também contribui para a melhoria destas, pois contém todas as vitaminas conhecidas, além da inestimável riqueza em sais minerais.

O crescimento, a elasticidade e a porosidade do pão dependem bastante do método de fermentação empregado. Se o processo de fermentação da massa se prolonga por longo tempo, o pão se torna compacto e pesado. Se, por outro lado, o tempo empregado na fermentação é curto demais, o pão deixa de adquirir a elasticidade necessária, torna-se viscoso e apresenta miolo muito pesado.

Os padeiras através da prática não desconhecem a importância do processo da fermentação, que é muito delicado e depende de inúmeros fatores, notadamente a umidade do ar e a qualidade da farinha de trigo.

No Brasil, o grande problema consiste em preparar o pão misturando as farinhas nacionais com a farinha de trigo, dando a esta última a porcentagem mínima sem detrimento do seu valor nutritivo. Ainda mais, o ideal seria o aumento das qualidades nutritivas desse alimento, juntando-se-lhe, por exemplo o leite desnatado já que as misturas com a farinha de milho amarelo (fubá), ou com a soja, não alcançaram os resultados desejadas, a primeira devido à côr e a segunda por se caracterizar pelo travo amargo da leguminosa de que se ori-

gina, além de provocar em certas pessoas fenômenos alérgicos e dispepsia.

Assim, em que pese o fato de se considerar como adequada a proporção de 75% para a farinha de trigo, esta percentagem poderá ser ainda reduzida, mediante a mistura com os seguintes ingredientes.

Fermento . . . . .	3,5%
Açúcar . . . . .	2,0%
Sal . . . . .	1,6%
Leite . . . . .	23,0%
Água . . . . .	37,0%

Entretanto, os ensaios com leite desnatado se revestem de suma complexidade, pois nos climas tropicais ele se coagula com intervalo de 6 a 8 horas após a sua extração.

Experiências realizadas no Instituto de Química Agrícola, adicionando-se farinha de trigo, arroz, farelo de arroz e germe de trigo, em percentagens respectivamente, de 65, 27, 5 e 3% deram em resultado um pão leve, saboroso, embora de aspecto acinzentado e, portanto, pouco simpático.

Após várias estudos no laboratório de importante estabelecimento químico-farmacêutico, foi obtido um produto homogêneo, quase idêntico ao pão comum de bom aroma e gosto, cuja conservação pode ser feita até em caixa de papel. Não apresenta maiores dificuldades o preparo deste produto. O processo de fermentação é idêntico àquele de que resulta o pão comum e, após a sua obtenção, o produto é seco e pulverizado. Com esta consistência, conserva integralmente as suas propriedades durante largo período de tempo. Adicionado a manteiga, em forma de sanduiche, com molha, na sopa de feijão, etc., é um alimento agradável ao paladar.

De mistura com chocolate, marmelada, ou em forma de pudim, pode ser usado como sobremesa.

Alimento popular por excelência, o pão deve constituir problema estritamente relacionado com a saúde pública e a economia do país, o que ressalta a sua importância.

Para isso, se torna necessário que o produto contenha todas os elementos dos grãos cereais, pois estes possuem a proporção ideal para a nutrição do homem.

# ★ NOTAS ★

## FINANCIAMENTO AOS AGRICULTORES PAULISTAS

O governador do Estado de São Paulo assinou na pasta da Agricultura, decreto-lei disposto sobre a financiamento aos agricultores, para aquisição de máquinas agrícolas. O financiamento se processará através da Caixa Econômica do Estado, ficando essa autarquia autorizada a realizá-lo até o valor de 100 milhões de cruzeiros. O limite máximo para cada lavrador será de 200 mil cruzeiros, cobrados os juros de 8 por cento ao ano e o prazo máximo para liquidação do débito será de 5 anos. A amortização se fará anualmente, em parcelas de igual valor, a partir do terceiro ano da vigência do contrato.

O financiamento se processará na base de 75 por cento do total da aquisição e se efetuará em duas parcelas iguais. A primeira quando da assinatura do contrato e a segunda, mediante apresentação dos comprovantes de compra.

## INSTRUÇÕES PARA PLANTAÇÃO DE "FETERITA"

Este sorgo pode ser plantado em qualquer terra e em quais quer condições; mas desde que as terras sejam bem preparadas e adubadas, os resultados, são, logicamente, muito mais compensadores.

Sempre que se trate de terras férteis e com boa capacidade de retenção da água, convém semear em linhas separadas, 25 a 35 centímetros entre si. Desta forma, evita-se a desenvolvimento exagerado de cada planta, cuja frutificação pode prejudicar, por madurar totalmente, a colheita principal e até mesmo o desenvolvimento excessivo de talas, dificultando a colheita em boas condições e a desenvolvimento dos mesmos.

Em terras, suficientemente ricas, retendo bastante água, pode-se, ainda semear ao voleio, utilizando para tal fim qualquer das máquinas semeadoras em uso. A semente não deve ir nunca a uma profundidade maior de dois centímetros, sob pena de ter um crescimento desparelha e pobre.

Providência ótima será preparar as terras com duas araduras e suas respectivas rastreadas, as quais devem ser feitas de maneira a deixar o terro em condições de evitar que a semente fique a pouco ou a muita profundidade, a que, de um ou outro modo, é prejudicial.

Se as terras estão sujas, como se diz vulgarmente, convém semear com máquina em linhas, porque esta providência permitirá carpir a terra e destruir as matozias, que, na primeira idade, poderão chegar e afogar as plantinhas.

Convém, também, assinalar que em terras com pouca capacidade de retenção de água, é conveniente efetuar uma ou duas corridas ligeiras, para favorecer o desenvolvimento das plantas ainda novas.

A quantidade a semear oscila ao derrador de 25 a 35 quilogramas por hectare, e, para semeaduras ao voleio, entre 35 a 40.

Ambas estas quantidades são indicadas para semear com uma faculdade germinativa corrente, isto é, com 75% a 80% e em caso de melhores condições, pode-se diminuí-las, aumentando-se, entretanto, quando a faculdade germinativa for inferior.

Conforme já disse no artigo que publiquei, a melhor época para semear "Feterita" é de outubro a novembro, isto é, no início da estação das águas.

Estas sementes são bastante susceptíveis ao frio, e, por isso, se deve preferir a estação cálida.

## OS CLUBES AGRICOLAS

Cerca de dois mil Clubes Agrícolas, agremiando dezenas de milhares de crianças, e disseminadas por todo o território nacional, dedicam-se, atualmente, às práticas rurais.

Essas entidades, cujo registro, controle e assistência estão subordinadas ao Serviço de Informação Agrícola, têm, entre outros objetivos, o de inculcar no espírito da juventude o amor pela terra, despertando-lhe a atenção sobre as vantagens do trabalho em comum. Nelas, as crianças, orientadas por aquele órgão do Ministério da Agricultura, se dedicam à jardinagem, horticultura, criação e outras práticas agrícolas, recebendo, para isso, sementes selecionadas e material agrícola adequado, inclusive inseticidas e adubos.

Mensalmente, a Seção de Clubes Agrícolas do referido Serviço recebe relatórios sobre suas atividades, que demonstram o entusiasmo da juventude do interior pela apanha do terra.

Entre os relatórios recebidos em novembro pela S. J. A., destaca-se o do Clube Agrícola instalada na Grupo Escolar "Vieira Marques", em Santos Dumont, Minas Gerais, que, depois de enumerar estarem ali sendo cultivados, com sucesso, hortaliças, legumes, frutas, milho, feijão, etc., salienta: "Nosso primeiro regácia foi vender uns bambús, que cresceram na divisa com um vizinho e, depois, uma carraça de lenha apanhada dos arbustos, galhos de goiabeiras e laranjeiras, que podamos no pomar. Tudo isso, juntamente com o que apuramos com a venda de verduros, nos rendeu boa soma."

Acrescenta a relatório que a Cantina do Grupo fornece, diariamente, em média, 295 pratos de sopa, consumindo boa parte da produção do Clube, cuja em caixa, de Cr\$ 47,50, que serão depositadas na situação financeira é ótima, pois apresento um saldo, Caixa Econômica Federal.

## O CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO

À vista do levantamento agrícola realizado há pouca no Espírito Santo, estima-se em 90.087 toneladas a safra de café do Estado, relativa ao corrente ano. O valor correspondente é de Cr\$ . . . . . 565.292.000,00.

Segundo Informa a Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, a área ocupada é de 225.661 hectares, estando prevista um rendimento de 399 quilos por hectare.

Em 1949, a safra do Estado atingiu 115.093 toneladas, no valor de Cr\$ 737.429.000,00. Existiam, produzindo frutos, 262.248.000 pés de café. A produção do Espírito Santo classifica-se em 4.º lugar

# Atenção, criadores e fazendeiros!

*Já está  
à venda*

## O "INSETICIDA ESSO "A" PARA GADO"

(Concentrado emulsionável de Canlino Clorado)  
50 % Toxaleno



Experimentado no Brasil pelo Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Instituto Biológico de São Paulo, Estancias Duvivier S/A., Fazenda Santa Clara — Ericelra — Estado de Minas Gerais, do Sr. Silvio de Andrade Bastos, Fazenda da Tabatinga — Ericelra — Estado de Minas Gerais, do Sr. Cel. Severino Junqueira, e Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda. — Avenida Presidente Wilson, 164 — D. Federal.

O Inseticida Esso "A" Para Gado vem sendo recomendado somente para gado de corte, porque até hoje não se sabe se o seu uso é ou não perigoso, ou potencialmente perigoso, para gado leiteiro no período de lactação, ou para os consumidores dos produtos de gado leiteiro. Antes de recomendarmos o uso do

produto em gado leiteiro no período de lactação, estamos aguardando o resultado final dos estudos toxicológicos, atualmente em curso, que até hoje não deram nenhuma indicação de ser o Toxafeno absorvido em quantidades perigosas.

O Inseticida Esso "A" Para Gado está à disposição dos criadores brasileiros, em quantidades limitadas, devido às dificuldades de importação, para que possam manter os rebanhos completamente isentos de carrapatos e outros parasitas externos.

Ajudar a difundir o uso do Inseticida Esso "A" Para Gado em nosso país é contribuir para auxiliar a campanha de combate aos parasitas externos que vêm causando tanto prejuízo aos nossos rebanhos.



Peçam informações à

**STANDARD OIL COMPANY OF BRAZIL**

Avenida Guararapes, 203  
6.º andar  
Caixa Postal 242  
Recife — Est. de Pernambuco

Av. Presidente Vargas, 290  
12.º andar  
Caixa Postal 1.163  
Distrito Federal

Rua Arujó, 224  
Caixa Postal 36 B  
São Paulo  
Est. de São Paulo



**produtos**



**veterinários**



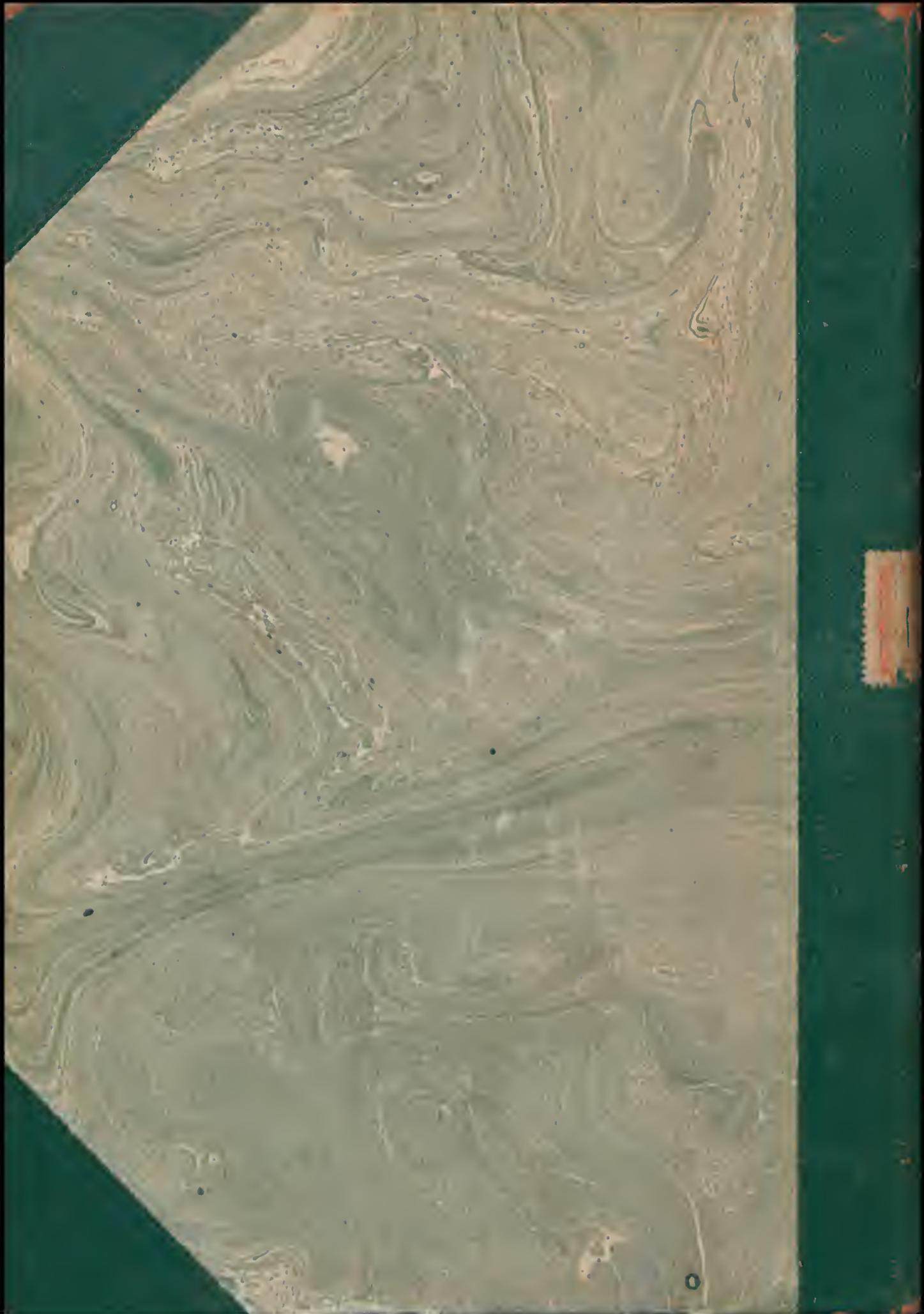
**PINHEIROS**

CAIXA POSTAL 951 - SÃO PAULO









cm 1 2 3 4 5 6 7 8 SciELO 12 13 14 15 16 17 18 19